

MAURÍCIO ALVES

**ENTRE O CANTO DO GALO E O APITO DAS FÁBRICAS: A
PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO
LUDGERO/SC**

Florianópolis

2008

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Maurício Alves

**Entre o canto do galo e o apito das fábricas: a pluriatividade na agricultura
familiar de São Ludgero**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa

TESE DE DOUTORADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, março de 2008

“Entre o Canto do Galo e o Apito das Fábricas: a Pluriatividade na Agricultura Familiar de São Ludgero/SC.”

Mauricio Alves

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.



Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

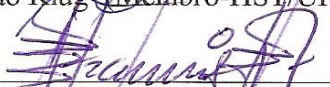
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 06/03/2008



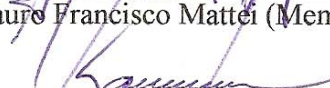
Dra. Walquiria Krüger Corrêa (Presidente e Orientadora-GCN/UFSC)



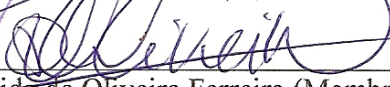
Dr. João Klug (Membro-HST/UFSC)



Dr. Lauro Francisco Mattei (Membro-CSE/UFSC)



Dra. Carmen Rejane Flores Wiziñewsky (Membro-UFSM)



Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (Membro-UNESP/Araraquara)

Florianópolis - 2008

Este trabalho é dedicado a Felipe, que muito mais do que um filho é um grande amigo, e a Elza, querida e inestimável companheira, pela compreensão que tiveram dos meus constantes enclausuramentos e pelo apoio e incentivos durante os anos em que estive envolvido nesta tarefa. A eles ficam minhas desculpas pelos momentos de tristeza e tensões, fruto das minhas incertezas e angústias em relação ao desenvolvimento deste trabalho. Eu os amo.

AGRADECIMENTOS

Em trabalhos acadêmicos, a página de agradecimentos é reservada para que o autor destaque as pessoas ou Instituições que, de uma forma ou de outra, incentivaram ou contribuíram positivamente no processo de elaboração da obra.

Como foram muitas as contribuições recebidas, temo cometer a indelicadeza de não citar, nominalmente, todos os que merecem crédito por sua contribuição à conclusão deste trabalho. Por isso, aos que porventura não foram aqui mencionados, ficam minhas desculpas e gratidão.

Ao agradecer o indispensável apoio recebido da minha companheira Elza Daufenbach Alves, estendo a minha gratidão aos demais familiares que me deram força e incentivos durante os anos dedicados a elaboração deste trabalho.

Por intermédio da Profa. Walquíria Krüger Corrêa, que muito mais que uma orientadora séria e competente continua demonstrando seu dom de conquistar a amizade e o respeito de seus alunos, fica o meu agradecimento a todo o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC bem como aos demais professores (da UFSC e de outras instituições de ensino) que de alguma forma contribuíram no transcurso do curso, sejam ministrando aulas, palestras ou participando em bancas examinadoras.

Por intermédio de Miguel Matias Utzig Muller (*in memorian*), agradeço aos demais colegas do Curso de Pós-graduação em Geografia pelo companheirismo e troca de idéias sobre o tema deste trabalho.

Por meio de Marli Terezinha Costa, Secretária do Programa de Pós-graduação em Geografia, agradeço aos demais servidores técnico-administrativos e à Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas por todo o apoio recebido no decorrer do curso.

Ao agradecer Ademir Gesing, Prefeito de São Ludgero, estendo meus agradecimentos aos demais administradores públicos, políticos, comerciantes e empresários do município por disponibilizarem informações e dados indispensáveis para o entendimento e análise das relações socioeconômicas do município.

Por intermédio de Alfredo Daufenbach (*in memorian*), agradeço aos demais produtores rurais e pessoas de São Ludgero que se dispuseram a participar deste trabalho, revelando seus inestimáveis conhecimentos sobre o município em que habitam.

A obra que se apresenta ao público, qualquer que seja ela, é o resultado de duas derrotas: a primeira, porque o artista jamais conseguirá se equiparar à mobilidade, à vida, à riqueza, à contínua invenção da realidade; a segunda, porque depois de inventar sua obra – que não é senão uma tentativa de resposta domada, clarificada e ordenada ao que o mundo contém de feroz, de disperso e selvagem – nunca consegue ele imprimir na obra tudo o que desejou e entreviu no momento da criação. Mal saído dessas duas derrotas, o artista entrega a obra ao público e à crítica. E ei-lo diante de algo misterioso, terrível e perturbador, porque absolutamente imprevisível.

Ariano Suassuna

RESUMO

São vários os estudos efetuados em diversas partes do mundo com o objetivo de identificar as respostas dos grupos sociais que sobreviviam da exploração agropecuária exercida com base em técnicas tradicionais de produção e que, com o advento da modernização tecnológica proporcionada pelo avanço do capital no campo (sobretudo o observado no período pós-guerra) tiveram que adequar seus sistemas produtivos às novas tecnologias de cunho capitalista e às exigências do mercado consumidor. Os enfoques são múltiplos, sendo que as abordagens variam desde as novas categorias de trabalhadores que estão surgindo no meio rural, o papel social a ser cumprido pelos produtores rurais, a política a ser adotada pelos órgãos governamentais em relação ao setor de produção agropecuário e estendem-se até no questionamento de quais são os parâmetros mais indicados para definirem-se os espaços territoriais como sendo urbano ou rural. Em vista da multiplicidade e heterogeneidade dos enfoques acadêmicos em relação as metamorfoses por que passam os sistemas de produção agropecuários, nesta pesquisa procurou-se incorporar as diferentes visões acerca do assunto, buscando-se identificar e entender as formas contemporâneas utilizadas pelos produtores rurais para obter as fontes de renda necessária à manutenção e reprodução do grupo familiar num contexto em que a atividade agrícola tem perdido sua importância enquanto base de sustentação financeira. Em síntese, buscou-se compreender a dinâmica ocupacional de uma parcela da população que, por não mais conseguir sobreviver exclusivamente da atividade agropecuária ou por não encontrar no meio rural as condições necessárias para satisfazer suas necessidades, passa a associar o trabalho na agricultura com uma outra atividade não-agrícola. O foco das análises se concentrou, portanto, nas unidades produtivas em que parte da renda familiar é obtida através da figura do *trabalhador rural pluriativo*, entendido como aquele que incorpora simultaneamente duas funções: a de trabalhador por conta própria (na agricultura) e a de operário (como trabalhador assalariado). Embora o debate sobre a pluriatividade não seja tão recente no plano internacional (principalmente nas escolas européias e norte-americanas), somente há pouco tempo este fenômeno passou a ganhar projeção no meio acadêmico do país, sendo que é cada vez maior o número de estudiosos brasileiros que vem se dedicando às pesquisas sobre o assunto. A Região sul tem sido privilegiada nas pesquisas que versam sobre o tema, sobretudo porque a estrutura fundiária é constituída por pequenas propriedades agrícolas exploradas com a mão-de-obra familiar. Este é o caso do município de São Ludgero. O estudo apontou que, além do fator econômico (que se constitui o pano de fundo nas estratégias utilizadas pelos produtores rurais para garantir a manutenção e reprodução do grupo familiar), vários outros motivos estão conduzindo os produtores rurais do município ao trabalho pluriativo, sendo que a precariedade na infra-estrutura social e de serviços ofertados à população rural assume papel preponderante para a ocorrência deste fenômeno. Se não forem colocadas em prática políticas que estimulem e possibilitem os produtores rurais a permanecerem na atividade, bem como se não forem criadas as condições para que estes possam suprir as necessidades do grupo familiar em suas bases de moradia, certamente que se eternizará o processo de busca dos centros urbanos pela população rural, seja para acessar novas fontes de renda ou para satisfazer suas ambições.

ABSTRACT

There are several studies effected in diverse parts of the world with the purpose of identifying the answers of the social groups that survived of o the farming exploration exerted on the basis of traditional techniques of production and that, with the advent of the technological modernization proportionate by the advance of the capital in the field (over all observed in the postwar period) they had to adjust its productive systems to the new capitalist technologies and to the requirements of the consuming market. The approaches are multiple, they vary since the new categories of workers that are appearing in the agricultural environment, the social aspect to be fulfilled by the agricultural producers, the politics to be adopted by the governmental bodies in relation to the farming production area and are even extended in the questioning of which are the more indicated parameters to define the territorial spaces as urban or agricultural. Because of the multiplicity and heterogeneity of the academic approaches related to the metamorphoses the farming production systems go through, in this research it's incorporated the different views concerning the subject, trying to identify and understand the contemporary forms used by the agricultural producers to get the necessary income to the maintenance and reproduction of the familiar group where the agricultural activity has lost its importance as base of financial support. In summary, one tried to understand the occupational dynamics of a parcel of the population that, for not surviving exclusively of the farming activity or for not finding in the agricultural environment the necessary conditions to satisfy its needs, starts to combine the work in agriculture with another non-agricultural activity. The focus of the analyses was concentrated, therefore, in the productive units where part of the familiar income is gotten through the figure of the *pluriactive agricultural worker*, understood as that one who incorporates two functions simultaneously: one of working on his own (in agriculture) and the other of laborer (as a wage-earner in a plant). Although the debate on the pluriactivity is not so recent internationally (mainly in the European and North American schools), only a little time ago this phenomenon has started to gain projection in the academic environment of the country, as a result the number of Brazilian studios that has dedicate to the research on this subject is raising. The Southern part of Brazil has been privileged in the research on this subject, over all because the agrarian structure is constituted by small agricultural properties explored with the familiar man power. This is the case of the city of São Ludgero. The study showed that, besides the economic factor (that is the scene in the strategies used by the agricultural producers for guaranteeing the maintenance and reproduction of the familiar group), several other reasons are leading the agricultural producers of this city to the pluriactive work, and the precarious social infrastructure and bad services offered to the agricultural population assumes preponderant role for the occurrence of this phenomenon. If it won't be done politics that stimulate and make possible the agricultural producers to remain in the activity, as well as if the conditions won't be created so that these can supply the familiar group's needs in its living bases, certainly that will eternalize the process of search for the urban centers by the agricultural population, either to have access to new sources of income or to satisfy its ambitions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Mapa de localização da área de estudo.....	Pg 12
FIGURA 2 Mapa de localização da Colônia de Teresópolis.....	Pg 36

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 Utilização do arado de tração animal	Pg 47
FOTO 2 Imagem de São Ludgero – padroeiro da cidade.....	Pg 48
FOTOS 3 e 4 Município de São Ludgero no início dos anos de 1920 e 2000	Pg 49
FOTOS 5 e 6 Vista aérea da disposição das benfeitorias em algumas propriedades rurais	Pg 58
FOTO 7 Processo de classificação das folhas de fumo	Pg 150
FOTO 8 Criação de gado do Padre José Kunz.	Pg 219
FOTO 9 Cooperativa Mista de São Ludgero Ltda.	Pg 220
FOTO 10 Foto aérea da Indústria Incoplast Embalagens.....	Pg 222
FOTOS 11, 12 e 13 Atividades alternativas à lavoura: criação de aves, suínos e gado leiteiro.....	Pg 258
FOTOS 14 e 15 Conformação topográfica das propriedades rurais: desnível acentuado dos terrenos e solos pedregosos	Pg 271
FOTO 16 Vista parcial do Loteamento “Encosta do Sol”	Pg 296
FOTOS 17 e 18 Vista aérea das cidades de Orleans e Braço do Norte	Pg 298
FOTOS 19 e 20 Expansão do cultivo de eucaliptos nas propriedades rurais	Pg 300
FOTO 21 Tipo de pavimentação implantada nas vias públicas	Pg 327
FOTOS 22 e 23 Criação de avestruzes	Pg 340

LISTA DE BOXs

BOX 1 Caracterizando a produção familiar	Pg 5
BOX 2 O campo de pesquisa	Pg 11
BOX 3 “Saber tradicional” e “Vida cotidiana”	Pg 78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Relação dos principais núcleos de colonização alemã em Santa Catarina (1829 – 1900)	Pg 28
TABELA 2 – Proporção do número de estabelecimentos por grupos de área total em Santa Catarina (1970 – 2003).....	Pg 34
TABELA 3 – Quadro comparativo da utilização das áreas naturais pelo homem	Pg 141
TABELA 4 – Comparativo da evolução da população no município de São Ludgero, em Santa Catarina e no Brasil	Pg 217
TABELA 5 – Número de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço localizados em São Ludgero no ano de 2003 ..	Pg 225
TABELA 6 – Número de trabalhadores segundo o ramo da empresa e o tipo de contrato de trabalho	Pg 225
TABELA 7 – Data de fundação, localização geográfica e número de funcionários das unidades industriais que compõem o grupo empresarial SBED	Pg 228
TABELA 8 – Evolução do número de funcionários contratados pelo grupo empresarial SBED entre os anos 2002 e 2007 – unidades instaladas em São Ludgero	Pg 235
TABELA 9 – Número de técnicos da área agrícola lotados em órgãos públicos com sede em São Ludgero	Pg 241
TABELA 10 – Município de São Ludgero: Utilização da terra (ha) – 1998..	Pg 270
TABELA 11 – PRONAF – Número de contratos e valores liberados aos produtores rurais de São Ludgero entre janeiro de 2003 a junho de 2007	Pg 276
TABELA 12 – Estruturação do sistema de saúde pública no município de São Ludgero / Secretaria da Saúde municipal – situação em maio/2007	Pg 335

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica Rural
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
APROSOJA – Associação Brasileira dos Produtores de Soja
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIs – Complexos Agroindustriais
CDL – Clube de Diretores Lojistas
CEASA – Central de Abastecimento S.A.
CEE – Comunidade Econômica Européia
CEGERO – Cooperativa de Eletrificação de São Ludgero
CET – Contrato Territorial de Estabelecimento
CGL – Controladoria-Geral da União
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNJA – Centro Nacional de Jovens Agricultores (obs.: organização francesa)
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
UE – União Européia
EUA – Estados Unidos da América
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNSEA – Federação Nacional dos Produtores Agrícolas (obs.: organização francesa)
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR – Imposto Territorial Rural

LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina
MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SBED – Sociedade Brasileira de Embalagens e Descartáveis Ltda.
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNPA – Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pg 1
1 OS PRIMÓRDIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM SANTA CATARINA E NO MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO	Pg 22
1.1 O processo migratório brasileiro e a conformação da estrutura fundiária catarinense	Pg 22
1.2 A chegada dos imigrantes e a distribuição das terras em São Ludgero	Pg 34
1.3 A influência da Mata Atlântica enquanto fonte de benesses e temores na vida dos colonos e a organização interna das propriedades rurais	Pg 50
1.4 A vida social e comunitária	Pg 61
2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA	Pg 74
2.1 A Revolução Verde e a territorialização do capital na agricultura: algumas considerações	Pg 74
2.2 Modernização da agricultura brasileira: a intervenção do Estado e as implicações na produção familiar (1960 – 1980)	Pg 88
2.2.1 Novos rumos para a agricultura familiar no Brasil a partir da década de 1990: o PRONAF em discussão	Pg 100
2.3 A globalização da economia e a configuração do novo modelo de desenvolvimento econômico pós-industrial (pós-1990)	Pg 114
3 – A AGRICULTURA QUE PERSISTE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	Pg 128
3.1 Os insatisfatórios marcos delimitadores do rural	Pg 128
3.2 Considerações acerca do campesinato e da agricultura familiar moderna	Pg 146
3.3 Origem da noção “pluriatividade” e os questionamentos acerca dos contextos sociais e período histórico a que pode ser associada.....	Pg 169
3.4 A multifuncionalidade da agricultura: gênese e reflexos na conformação de políticas públicas	Pg 186
3.4.1 O debate sobre o uso da noção da multifuncionalidade no Brasil	Pg 194

4 – FATORES QUE INFLUENCIAM PARA A OCORRÊNCIA DA PLURIATIVIDADE EM

SÃO LUDGERO	Pg 206
4.1 A configuração do trabalho pluriativo no município	Pg 206
4.2 A expansão do mercado de trabalho urbano/industrial e a influência do grupo empresarial "SBED" na dinâmica socioeconômica	Pg 216
4.3 A precariedade na assistência técnica	Pg 236
4.4 Da solidariedade à avareza: o individualismo que prevalece no meio rural	Pg 247
4.5 A renda diferencial da terra e suas implicações na busca do trabalho não-agrícola	Pg 252
4.6 A problemática da relação entre o número de membros familiares x espaço físico disponível ao trabalho	Pg 263
4.7 As barreiras para acesso às linhas de financiamento oficiais com vistas a modernização da atividade agropecuária	Pg 275
4.8 Receita agrícola x satisfação das "necessidades" das famílias rurais: as disparidades desta relação na sociedade consumista contemporânea	Pg 280
4.9 Os entraves burocráticos para a instalação de indústrias caseiras	Pg 285
4.10 As novas frentes de investimento do capital	Pg 290
4.11 A formação escolar, a obtenção de crédito comercial e os preconceitos contra os produtores rurais	Pg 305
4.12 A precariedade na infra-estrutura social e de serviços disponibilizados à população rural	Pg 319
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pg 339
REFERÊNCIAS	Pg 353
ANEXOS	Pg 367
Anexo 1 Roteiro de entrevistas (produtores rurais, empresários e órgãos públicos)	Pg 368
Anexo 2 Mapa de localização geográfica dos municípios de São Martinho, Rio Fortuna, Braço do Norte, São Ludgero e Orleans	Pg 379
Anexo 3 Mapa do Município de São Ludgero – SC	Pg 380
Anexo 4 Controladoria-Geral da União – Síntese dos relatórios de Fiscalização – 10º Sorteio	Pg 381

INTRODUÇÃO

Santos nos deixou como lição “que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” ¹

Com efeito, o desenvolvimento tecnológico sempre esteve presente nas sociedades humanas, sendo observado desde que os nossos antepassados pré-históricos descobriram que podiam utilizar lascas de pedras para a fabricação de instrumentos de corte e de armas destinadas à caça.

Na medida em que foi desenvolvendo as suas habilidades manuais e aprimorando as técnicas empregadas na fabricação de instrumentos de trabalho e outros voltados a atender suas necessidades, o homem foi se afastando da dependência que tinha da Natureza enquanto fornecedora absoluta dos recursos necessários a sua sobrevivência, passando a ficar dependente apenas de sua própria capacidade criativa para superar as adversidades naturais dadas. Esse processo foi lento, porém ininterrupto, e se arrastou por milhares de anos, culminando no excepcional padrão tecnológico que se observa nos dias atuais.

Assim sendo, apesar de sempre ter dependido (mesmo em períodos anteriores) da técnica e da ciência para realizar suas atividades, pode-se afirmar que, resguardadas as devidas proporções, não se encontra na história das sociedades humanas registros de uma influência tão grande e generalizada da técnica enquanto mediadora das relações do homem com o mundo natural como a observada no período contemporâneo, situação esta que se reproduz em todos os países e nos demais espaços da superfície terrestre. ²

Particularmente no que diz respeito ao setor de produção agropecuário – em que, por excelência, existe uma aproximação mais íntima entre o homem e a natureza –, verifica-se que o uso das inovações tecnológicas teve diversas repercussões, as quais não se limitam meramente aos sistemas de produção em que são utilizadas, mas extrapolam seus efeitos para a sociedade considerada como um todo.

¹ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3ª. Edição – São Paulo: Hucitec, 1999, p. 25.

² ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 37.

Há de se registrar, no entanto, que foi mediante a propagação do modelo de desenvolvimento agrário convencionalmente designado de “Revolução Verde” que efetivamente ocorreu uma transformação radical na base tecnológica desse setor de produção. Tal evento implicou na reorganização das unidades agrícolas, gerando como resultado uma maior especialização das atividades agropecuárias e, com isso, a tendência de profissionalização do produtor rural, que na França é entendido como “*métier d’agriculteur*”.³

Por ser um processo que não ocorreu de forma homogênea, surgiram várias categorias de produtores rurais que, quando muito, podem ser agrupados em função de comungarem a mesma atividade (a produção agropecuária) mas que, para além disso, apresentam características próprias que os diferenciam entre si.⁴

Concomitante a expansão do pacote tecnológico que caracterizou a Revolução Verde, a partir da segunda metade da década de 1970 os espaços rurais sofrem nova frente de influência do capital mediante o declínio do padrão de produção fordista.⁵ Neste novo período, “designado por muitos autores como pós-industrial ou pós-fordista”⁶, as indústrias passaram a descentralizar suas matrizes produtivas deslocando para as áreas periféricas dos centros urbanos (aí abrangendo os espaços rurais) parte de suas instalações e com isso quebrando o elo de produção em série, consolidando o processo que ficou também conhecido pelos termos *acumulação flexível* e *industrialização difusa*. Ocorre que nem sempre eram as plantas industriais que iam sendo deslocadas uma vez que, em determinadas situações, as indústrias simplesmente optaram por repassar, a terceiros, determinadas etapas do processo produtivo. Entre outros, este é o caso das indústrias têxteis que passaram a contratar mão-de-obra terceirizada para realizar parte do processo produtivo que não lhes eram mais conveniente assumir (costura ou serigrafia, por exemplo), recriando a “indústria caseira”.

³ CARNEIRO, Maria José. (b) **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro/RJ: Contra capa livraria, 1998, pp. 151-152.

⁴ LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993, p.15.

⁵ O que se passou a denominar como “fordismo” ou “modelo de produção fordista” é o conjunto de princípios desenvolvidos pelo empresário norte-americano Henry Ford, e que foram introduzidas em sua fábrica de automóveis (1909), com o objetivo de racionalizar e aumentar a produção. Na verdade o que Ford fez foi incorporar ao processo produtivo uma inovação tecnológica revolucionária para a época – a linha de montagem. Nela, os veículos eram colocados em uma esteira rolante e na medida em que esta ia avançando cada operário fazia uma etapa do trabalho. Por isso, a expressão “fordismo” acabou virando sinônimo de produção em série.

⁶ MATTEI, Lauro. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Texto apresentado no Seminário Estadual “Um Novo Serviço Público para a Agricultura Familiar”, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 20 e 21 de novembro de 1997, p. 5.

Em decorrência do processo de descentralização das unidades industriais, os espaços periféricos dos centros urbanos – e, até mesmo as áreas tipicamente rurais –, passaram por um processo de reorganização de sua estrutura social e econômica, uma vez que o deslocamento do capital da cidade para o campo imprimiu uma nova dinâmica espacial, intensificando e diversificando as atividades desenvolvidas no entorno às propriedades rurais. Como consequência, houve o aumento significativo na oferta de postos de trabalho de caráter não-agrícola – e, com isto, multiplicaram-se as possibilidades para que a população campesina pudesse ter acesso a um emprego assalariado sem desvincular-se da produção agropecuária.

Assim, a expansão desta “nova” forma de produção industrial ocasionou profundas mudanças no cotidiano das comunidades que tinham na exploração agropecuária a sua principal atividade produtiva. Entre as consequências deste processo destaca-se um maior envolvimento dos produtores rurais com outras atividades que pouco ou nada tem haver com a agricultura, fenômeno este que de certa forma influiu na revitalização econômica de algumas áreas rurais.

De acordo com Schneider, esta é a situação encontrada na Região Sul brasileira, onde “a inserção de membros das famílias rurais em atividades não-agrícolas está relacionada ao desenvolvimento industrial descentralizado, que vem exercendo forte atração sobre a população que reside no meio rural, especialmente entre os mais jovens”.⁷

Porém, se por um lado a descentralização industrial imprimiu uma nova dinâmica nos espaços rurais na medida em que propiciou a geração de empregos não-agrícolas, por outro as unidades industriais provocaram novos problemas ambientais nos espaços em que se instalaram, os quais, ao se agregarem aos problemas já anteriormente gerados pela Revolução Verde, intensificaram o desequilíbrio dos ecossistemas. Tal situação passou a dificultar ainda mais a prática agrícola realizada nas pequenas propriedades, até mesmo inviabilizando que muitos produtores rurais pudessem sobreviver exclusivamente da exploração agropecuária, forçando-os ao êxodo rural ou, quando menos, a procurarem uma outra fonte de renda que pudesse ser possível realizar concomitante àquela atividade.

⁷ SCHNEIDER, Sérgio (b). **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003, p. 164.

A diferenciação social e econômica que se fez acompanhar desses dois eventos teve influência nos estudos acadêmicos que têm por foco as questões agrárias, sendo muitos os conceitos e noções forjadas para dar significado as estratégias de manutenção e reprodução dos atores sociais envolvidos nesse processo.

A compreensão deste nexos causal torna-se importante na medida em que são fundamentalmente em torno das conseqüências advindas da Revolução Verde e do processo de descentralização industrial que se centrarão, a partir da segunda metade da década de 1980, as análises e tentativas de teorização do fenômeno academicamente denominado de “pluriatividade”. Tal noção é entendida como uma estratégia de reprodução social utilizada em unidades de produção agropecuária de caráter familiar, em que parte dos membros passa a combinar o trabalho agrícola com o exercício de uma ou mais atividades remuneradas não-agrícolas, sejam elas praticadas dentro ou fora da unidade doméstica.⁸ (ver **box 1**)

Efetivamente, em vista as conseqüências nocivas geradas pelo sistema produtivista advindo da Revolução Verde, cujos efeitos se agravaram em decorrência do processo da descentralização industrial, a comunidade internacional chegou à conclusão da necessidade de se repensar o modelo desenvolvimentista vigente. As atenções se voltaram então para a busca de alternativas que possam reverter o quadro degradante em que se encontram os ecossistemas das várias regiões do planeta, razão pela qual o assunto passou a fazer parte da pauta de discussão nos fóruns mundiais.

Face este contexto, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que em 1987 publica o relatório denominado *Nosso Futuro Comum* (também o conhecido como Relatório Brundtland) no qual o critério de sustentabilidade aparece como argumento central para a formulação de novas políticas de desenvolvimento. Neste relatório, a orientação dada pela ONU aos países membros é que fossem adotados padrões de desenvolvimento tendo como parâmetro “a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.⁹ Posteriormente, em dezembro de 1989, a Assembléia Geral das

⁸ SCHNEIDER, Sérgio, (b), op. cit., pp. 111-116.

⁹ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, p. 28.

Box 1**Caracterizando a Produção Familiar**

A produção familiar na agricultura não é um segmento homogêneo. No período contemporâneo ela apresenta uma diversidade de características e isto tem suscitado um amplo debate entre os estudiosos da questão agrária, sendo vários os critérios utilizados para defini-la enquanto unidade de produção.

Não obstante a falta de consenso no plano teórico e metodológico torna-se importante delimitarmos e explicitarmos o que será entendido como *produção familiar*, objeto de investigação e de análise no presente estudo.

Optamos por utilizar como referencial teórico a definição proposta por Lamarche, que concebe por exploração familiar toda “...unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.”¹⁰

Entendemos, contudo, que o principal elemento que permite caracterizar uma unidade produtiva rural como sendo do tipo exploração familiar é o ingresso de fontes de renda via produção agropecuária conseguida à custa do trabalho dos membros da família proprietária. Nesse sentido, negamos identificar como tal todas as unidades produtivas rurais em que o resultado do trabalho agrícola familiar tenha por destino apenas o autoconsumo e, nas quais, a reprodução da família dependa exclusivamente da obtenção de rendas através do exercício de atividades não-agrícolas, sejam estas efetuadas no interior ou fora da propriedade.

Cabe esclarecer, também, que o termo “propriedade” está sendo aqui considerado de forma genérica o que não implica, necessariamente, que o produtor tenha que ter a posse legal das terras, mas que o uso desta lhe foi facultado para o trabalho familiar, seja por arrendamento, parceria, ou qualquer outra forma de acesso.

Assim, toda e qualquer referência a “agricultura familiar”, “produção familiar” ou “produtor familiar” constantes neste trabalho devem ser compreendidas e associadas ao aqui delimitado.

Um outro aspecto que também deve ser explicitado é que, neste trabalho, a categorização dimensional das propriedades agrícolas foi efetuada com base nos postulados teóricos de Diniz¹¹, que recomenda a utilização do tamanho das propriedades para classificá-las em pequenas, médias ou grandes.

Assim sendo, serão consideradas:

- a) Como *pequena propriedade agrícola*, todas àquelas cujas áreas territoriais não ultrapassem a 50 hectares;
- b) Como *média propriedade agrícola*, todas as que possuam áreas territoriais na faixa compreendida entre 50 e 200 hectares;
- c) Como *grande propriedade agrícola*, todas àquelas cujas áreas territoriais sejam maiores que 200 hectares.

¹⁰ LAMARCHE, Hugues, op. cit., p. 15.

¹¹ DINIZ, José A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo/SP: DIFEL, 1984, p. 66.

Nações Unidas aprova uma resolução com vistas a organização de uma reunião mundial para elaborar estratégias objetivando deter e reverter os processos de degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional. Assim, no ano de 1992, como extensão dos encontros e trabalhos realizados pós-relatório Brundtland, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (também identificada sob a denominação de ECO-92), reunindo representantes de 179 países, dos quais 100 estavam representados pelos próprios chefes de Estado. Neste encontro foram originados diversos documentos, dos quais o mais importante foi a elaboração da Agenda 21, cujo texto apresenta um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Do esforço em buscarem alternativas para resolver os problemas que afetam diretamente seus setores de produção agropecuários ou dos que dele são originados (tais como o desemprego, a super produção, o esvaziamento dos espaços rurais, a degradação ambiental, a perda da identidade cultural, entre outros), e tendo em vista as recomendações propostas nos fóruns mundiais organizados pelas Nações Unidas, nos países da União Européia emergiram novas perspectivas para o desenvolvimento das áreas rurais, passando-se a difundir o entendimento de que as funções da agricultura não se encerram única e exclusivamente na produção de alimentos e fibras, mas a ela devem ser agregadas outras contribuições tão ou mais importantes do que estas. Em outras palavras, impunha-se a necessidade que o setor agropecuário superasse o papel que até então lhe era reservado como mero fornecedor de mão-de-obra, alimentos e fibras para o setor industrial e que este assumisse uma nova postura frente aos problemas sociais em que estava envolto, processo em que a “agricultura deverá ser pluri e multifuncional, imaginativa.”¹²

Coerente com este entendimento, as políticas públicas voltam-se à valorização de outras funções não mercantis possíveis de serem efetuadas pelos produtores rurais. Surge daí a noção de *pluriatividade* da agricultura que, aliada a noção da *multifuncionalidade*, passa a ser objeto de estudos nos países da União Européia (especialmente na França, país que foi pioneiro na utilização dessas

¹² TEDESCO, João Carlos. Pluriatividade: estratégias, alternativas ou fim da agricultura familiar? REDES, Santa Cruz do Sul, v.4, nº 1., jan./abr., 1999, pp. 185-186.

noções no desenvolvimento de políticas públicas) e, posteriormente, é difundida para outras partes do mundo.

Sendo temas que foram recentemente lançados à discussão pública, no Brasil o debate sobre estas noções ainda está na fase embrionária, sem que, contudo, já provoque polêmicas quanto à viabilidade de serem associadas à realidade agrícola do país. Para alguns, inclusive, a discussão em torno destes temas na academia brasileira não seria mais do que um modismo, visto entenderem que tais noções estão afetas a um contexto social específico no qual a nossa agricultura não estaria incluída.¹³

Em que pese as diferenças estruturais entre a agricultura brasileira e a que é praticada nos países da União Européia (clima, solo, técnicas de trabalho, infra-estrutura produtiva, incentivos públicos, tradições culturais, etc.) entendemos ser importante e necessário que sejam canalizados esforços no sentido de avaliar se noções originalmente formuladas com o intuito de representar e dar significado as transformações que se processam nos sistemas agropecuários daqueles países (como é o caso específico da noção *pluriatividade*) podem servir de subsídio para a compreensão das metamorfoses que ocorrem no setor agrícola brasileiro. Nesse sentido, consideramos bastante oportuno o comentário efetuado por Carneiro & Maluf sobre esta questão, quando manifestam o entendimento de que o estudo de tais noções pode ser útil à realidade do nosso país na medida em que forem utilizadas como instrumentos de análise dos processos sociais agrários que permitam enxergarem-se dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos.¹⁴

Com efeito, na revisão bibliográfica constatamos que existe uma acentuada tendência entre os pesquisadores que se dedicam ao estudo das transformações recentes da agricultura familiar, em valorizar a configuração do entorno socioeconômico onde os agricultores se inserem como sendo o principal elemento para justificar a ocorrência deste fenômeno. Para estes estudiosos, quanto mais intensas e diversificadas forem as atividades desenvolvidas no entorno às propriedades rurais e quanto maior for o grau de relacionamento dos agricultores

¹³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (b) **Prefácio.** In.: *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2003, p. 9.

¹⁴ CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S. **Introdução.** In.: *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2003, p. 21.

com essa rede mercantil, tanto maior será a tendência de vinculação destes agricultores às atividades não-agrícolas.

Embora concordando que a conformação do entorno socioeconômico às propriedades rurais (sobretudo em função da expansão do mercado de trabalho urbano industrial) se constitui numa precondição para a vinculação (ou não) dos produtores familiares ao exercício de atividades não-agrícolas e mesmo admitindo que este venha atuando como agente estimulador para este fenômeno, defendemos que não se pode generalizar e colocar num mesmo “saco de batatas”¹⁵ os produtores rurais pluriativos. Apesar destes compartilharem o mesmo processo de busca a outras fontes de renda fora da agricultura como forma de satisfazerem suas necessidades, nem de longe pode-se afirmar que as razões que os levam a tomar esta decisão sejam homogêneas ou desencadeadas pelos mesmos fatores.

Neste contexto há que se ter em mente que a lógica presente em grande parte dos segmentos da agricultura familiar nem sempre está limitada ou se manifesta através da obtenção de “lucro”, mas também por outros aspectos que interferem em sua maior ou menor capacidade de reprodução social (tal como a produção de subsistência e de outros bens de consumo que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família), razão pela qual não se pode sobrevalorizar a dimensão econômica em detrimento da dimensão social.¹⁶

Não se pode desconsiderar também nesta análise o fato de que, através dos veículos de comunicação de massa (inicialmente o rádio e posteriormente com mais ênfase a televisão), o capital industrial levou ao conhecimento do agricultor a existência de um sem número de bens e serviços, e de todo o aparato tecnológico do mundo contemporâneo que facilita e proporciona um maior conforto aos cidadãos. Entretanto, nem sempre a informação se fez acompanhar de ações que possibilitassem os agricultores terem acesso a esta tecnologia, ou aos bens por ela proporcionados, no meio rural. Ou seja, a população rural foi e continua sendo “bombardeada” diariamente para vincular-se a um estilo de vida para o qual muitas

¹⁵ Em sua obra, O 18 Brumário, Karl Marx faz a comparação do campesinato a um “saco de batatas”, querendo demonstrar que apesar dos camponeses estarem juntos eles não têm uma ação coletiva.

¹⁶ COSTABEBER, José Antônio & CAPOREAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Texto base apresentado no I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado na UFSM/RS, dez/ 2002. Rede internet: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/PossibilidadesalternativasdoDRS.pdf> Acesso em 30/03/2006.

vezes não encontra infra-estrutura em seu local de moradia (telefone, rede internet, cinemas, etc.) ou para o qual não dispõe de recursos financeiros para arcar.

Desse modo, induzida pelo Marketing comercial/industrial a população rurícola passou a ter novas “necessidades”, gerando expectativas de consumo entre os membros das famílias camponesas ao mesmo tempo em que passou a gerar frustrações pela impossibilidade destas “necessidades” serem supridas no espaço rural, razão pela qual este espaço gradativamente vem perdendo o seu valor enquanto lugar ideal ¹⁷ de moradia e de convivência social. ¹⁸

Num país de dimensões continentais como é caso do Brasil, cuja expansão da povoação se deu pela imigração de contingentes populacionais das mais diferentes partes do mundo e, conseqüentemente, por isto apresenta uma sociedade bastante heterogênea em termos de etnia e culturas, não se pode esperar uma padronização nas estratégias utilizadas para a produção agrícola e muito menos nas estratégias voltadas à manutenção e reprodução dos membros familiares. Assim, mesmo que o fator econômico possa ser utilizado em qualquer parte do solo brasileiro como sendo a força motriz que conduz o produtor rural ao trabalho não-agrícola, há que se considerar que ele não é o único e às vezes nem o principal neste processo. Por isto, tem-se que procurar identificar em cada região, em cada cidade e, até mesmo, em cada comunidade rural, quais são os motivos que estão levando a população camponesa a diminuir o envolvimento com as atividades agrícolas e buscar outras formas de obtenção de renda fora da agricultura.

Partimos do pressuposto de que a busca pelo trabalho não-agrícola, mesmo quando planejada e decidida em conjunto pelo grupo familiar, está relacionada e condicionada as aspirações individuais de seus membros. Neste sentido, julgamos que é no confronto entre as aspirações pessoais e as possibilidades que o indivíduo encontra no meio rural para satisfazer suas

¹⁷ Consideramos que existe um esforço exagerado por parte de alguns setores (particularmente dos setores envolvidos com o comércio imobiliário e com a prestação de serviços da área turística) em tentar revalorizar os espaços rurais como locais ideais de moradia e convivência, criando-se uma imagem idealizada de um rural que não corresponde a realidade.

¹⁸ Na pesquisa de campo ficou evidenciado que a propriedade tem um valor simbólico muito grande para os produtores rurais mais velhos, uma vez que geralmente foi ali que se criaram, trabalharam e mantiveram as relações socioeconômicas e afetivas. Para eles a posse da terra é sinônimo de trabalho e segurança, sendo a última coisa que pensam em se desfazer e a primeira a deixar como herança aos filhos. Já para os filhos dos agricultores a propriedade representa quase que exclusivamente um local de moradia, não sendo valorizada como espaço de trabalho e nem como local de relacionamento social. Para alguns deles a propriedade é apenas um capital imobilizado que poderia ser parcelada e vendida, utilizando-a como instrumento para mudar o estilo de vida ou dar melhor conforto ao grupo familiar.

necessidades e atingir seus objetivos que delimitarão a busca por outros horizontes, sendo que a inserção no trabalho não-agrícola se constitui o primeiro passo desse processo.

Com este entendimento e compartilhando da mesma opinião de Carneiro & Maluf quando afirmam que “os estudos de caso têm se revelado o instrumento mais pertinente para analisar a evolução dos ajustes pelos quais a atividade agrícola vem passando na atualidade” ¹⁹, utilizamos o município de São Ludgero/SC como referencial e objeto de análise nesta pesquisa. (ver **box 2**)

A escolha do município de São Ludgero (ver **figura 1**) como campo de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho não foi feita de forma aleatória. Cabe mencionar que desde o final da década de 1970, quando criamos laços familiares e afetivos com alguns dos habitantes daquele município, vimos acompanhando as transformações sócio-espaciais que se desenrolam naquele espaço. É lá também onde possuímos um sítio, local que freqüentemente procuramos para nos “desintoxicar” do stress ocasionado pelo cotidiano da vida em Florianópolis e onde provavelmente iremos morar quando nos aposentarmos. Mas, indo além desta nossa ligação com o município, a escolha de sua área espacial para a pesquisa está relacionado ao fato dele já ter sido anteriormente utilizado como referencial na elaboração da nossa Dissertação de Mestrado ²⁰, experiência que permitiu conhecermos importantes aspectos do seu cotidiano socioeconômico e que nos deu a convicção que ali encontraríamos os elementos essenciais para o desenvolvimento do nosso trabalho de doutorado. Mais que isto, o que nos motivou utilizar São Ludgero como campo de pesquisa foi a percepção de que o setor agropecuário local adotou as bases do modelo produtivista desencadeado pela Revolução Verde e está sofrendo os efeitos negativos por ele gerados, situação que está dificultando – e até mesmo tornando inviável – a sobrevivência e reprodução social das famílias rurais tendo como única via de obtenção de renda a produção agropecuária.

¹⁹ CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S., op. cit., p. 23.

²⁰ ALVES, Maurício. **A produção agrícola familiar e os agravantes sócio-ambientais no espaço rural - o caso do município de São Ludgero**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 2000.

Box 2**O campo de pesquisa**

Localizado no sul do Estado de Santa Catarina, São Ludgero é um município que foi colonizado por imigrantes alemães que se instalaram na região do Vale do Braço do Norte a partir de 1873.

A emancipação política de São Ludgero ocorreu no dia 12 de junho de 1962, sendo sua extensão territorial correspondente a 120,2 km².

Cortado pelo Rio Braço do Norte, o relevo do município é bastante acidentado, com a presença de íngremes encostas, cujo desnível varia entre 50 a 430 metros de altitude. A acentuada irregularidade do relevo encontrado no interior do município, associada à baixa qualidade produtiva dos solos (em sua maioria pouco férteis e pedregosos) dificultam e oneram o exercício de atividades agrícolas.

Durante várias décadas São Ludgero teve sua economia sustentada na atividade agropecuária, sendo esta explorada via produção familiar (ver box 1), destacando-se na criação de aves de postura, inclusive ocupando por muito tempo o primeiro lugar em produção de ovos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Até o ano de 1974, as relações comerciais do município tinham por base a Cooperativa Mista de São Ludgero, estabelecimento que concentrava toda a vida mercantil local. Após o fechamento da Cooperativa, ocorrido naquele ano, abriram-se oportunidades para a expansão e instalação de outros estabelecimentos comerciais no núcleo urbano.

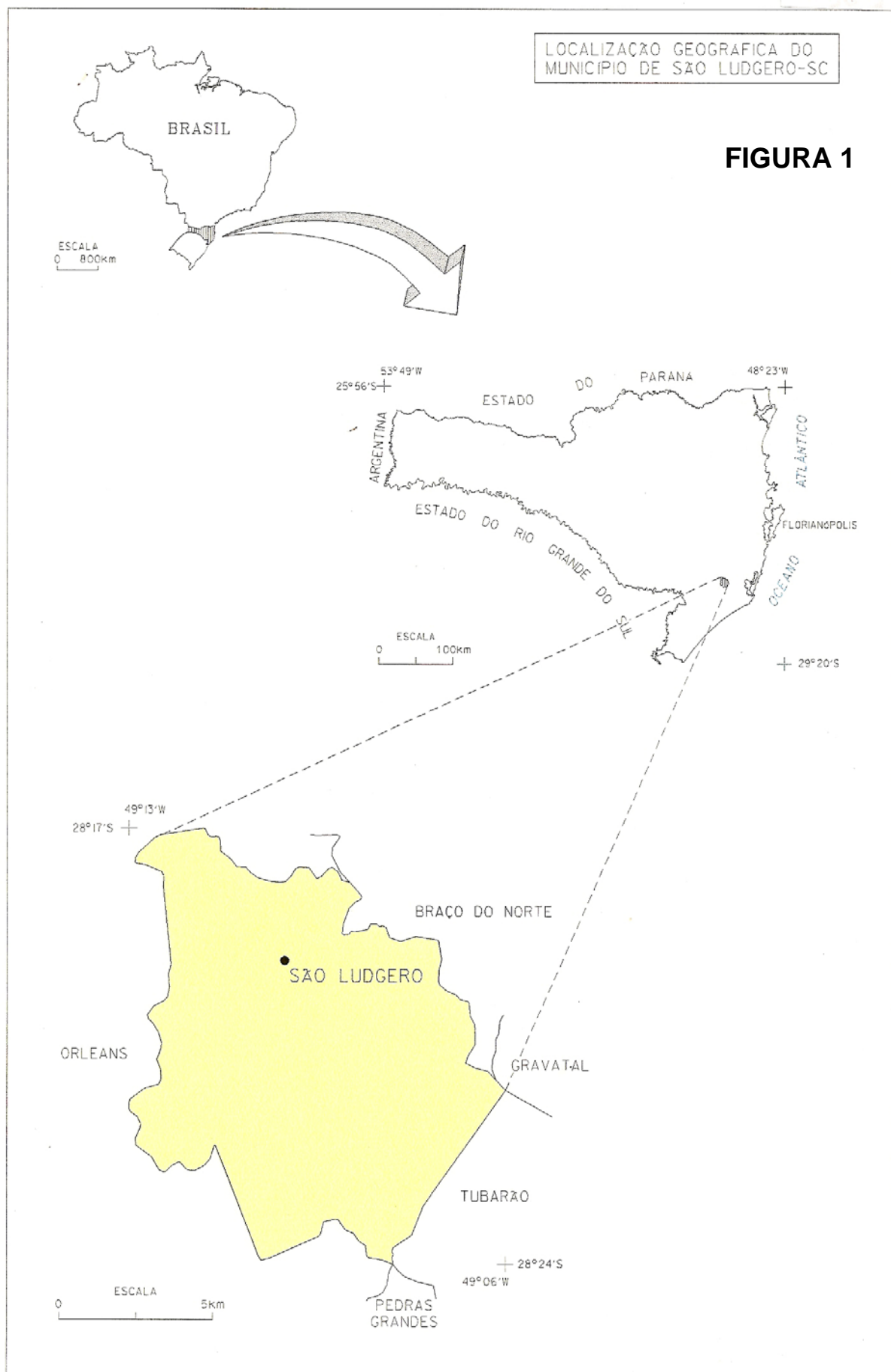
Dessa forma, gradativamente outros setores produtivos estabeleceram-se, desenvolveram-se e consolidaram-se no município, processo em que o setor agrícola foi perdendo a supremacia econômica que possuía, e por isto sendo relegado a segundo plano nas metas de gestão pública.

Atualmente o município tem como principal fonte geradora de emprego e renda as indústrias instaladas no núcleo citadino, destacando-se o Grupo empresarial Sociedade Brasileira de Embalagens e Descartáveis Ltda. (SBED), constituído pelas empresas Incoplast, Copobras e Incomir, que empregam mais de 1.600 trabalhadores.

Em relação a estrutura agrária, São Ludgero caracteriza-se pela presença de pequenas unidades fundiárias, exploradas com mão-de-obra familiar, que se reveza entre o trabalho na agricultura e o trabalho assalariado nas indústrias. Organizadas de formas diversas, em muitas propriedades a atividade principal é mesclada entre a produção de hortifrutigranjeiros e a criação de animais, cuja finalidade tem por objetivo tanto a comercialização no mercado quanto ao consumo pela família. Os principais cultivos são: fumo, feijão, milho, olericultura e fruticultura. Destaca-se também a produção de suínos, aves, ovos, além da criação de gado leiteiro e de corte.

Apesar de continuarem constando nos censos como estabelecimentos agrícolas (por estarem localizados na zona rural), existem vários estabelecimentos localizados em São Ludgero que atualmente não produzem mais para o mercado, sendo que a economia doméstica está baseada no aposento dos proprietários ou no trabalho assalariado. Nestes casos, os estabelecimentos constituem-se num lugar de moradia e não mais de produção mercantil.

De acordo com o IBGE – População e domicílios - Censo Demográfico 2000, a população total do município correspondia a 8.587 habitantes, sendo que 5.995 (69,81%) moravam no núcleo urbano e 2.592 (30,19%) na área rural.



Embora o assunto tratado em nossa Dissertação de Mestrado estivesse voltado em outra direção, as observações e os dados coletados na pesquisa de campo realizada naquela oportunidade, indicavam que os produtores rurais estavam reorganizando seus sistemas produtivos de modo a conciliarem as atividades agropecuárias com outras fontes de obtenção de renda, sendo significativo o número de agricultores que praticavam a agricultura em paralelo a uma outra ocupação assalariada não-agrícola, sendo esta última geralmente exercida no núcleo urbano.

Assim, mesmo que na época não tenhamos nos aprofundado sobre as causas, era nítido que o setor agropecuário do município estava passando por um processo de reorganização socioeconômica, em que a atividade agrícola deixava de ser a única (ou mesmo a principal) fonte geradora de renda das famílias rurais bem como a mão-de-obra familiar estava sendo ocupada em outras ocupações não-agrícolas, tornando-se comum um mesmo indivíduo assumir uma dupla jornada de trabalho (na agricultura e fora dela), fenômeno este que, a princípio, podia ser creditado ao grande número de vagas de trabalhos gerados pelo setor urbano/industrial.

Mas, mesmo considerando o fato de que, em São Ludgero, o desenvolvimento do mercado de trabalho urbano/industrial está conseguindo oferecer um número de vagas superior a mão-de-obra disponível no município ²¹ (situação que teoricamente abre possibilidades concretas para os trabalhadores rurais que queiram mudar de atividade ou que desejam exercê-la concomitante a outra), essa constatação não nos parece suficiente para explicar/justificar o relativo abandono da atividade agrícola pelos agricultores locais, mesmo porque existem famílias rurais que continuam se dedicando exclusivamente à agricultura, muito embora alguns de seus membros já tenham passado pela experiência da dupla ocupação. Que o mercado de trabalho urbano/industrial ou, mais especificamente, o entorno socioeconômico às comunidades rurais exerce grande poder de atração e influi na decisão dos produtores rurais em se vincularem ao trabalho não-agrícola não temos dúvidas. Entretanto, julgamos que as vagas de trabalho disponibilizadas no núcleo urbano não são, por si só, a causa que conduz os agricultores a estarem

²¹ A afirmação de que em São Ludgero o número de vagas geradas pela expansão do mercado de trabalho urbano/industrial está sendo maior do que a mão-de-obra disponível no município tem por base as informações prestadas por empresários, políticos e dirigentes de órgãos públicos locais, que indicam a ocorrência deste fenômeno no município.

insatisfeitos com a atividade que desempenham e nem o motivo que os levam relegarem o trabalho agrícola a segundo plano. Em outras palavras, a oferta de vagas de trabalho no núcleo urbano pode ser – e freqüentemente o é –, o meio para os agricultores se tornarem trabalhadores assalariados, mas certamente não se constitui a razão destes abandonarem total ou parcialmente as atividades agrícolas.

Decorre daí o nosso interesse é investigar as circunstâncias que estão influenciando na decisão dos produtores rurais de São Ludgero em se distanciarem de suas raízes históricas enquanto profissionais agrícolas e a ingressarem no mercado de trabalho assalariado urbano/industrial.

A questão central que norteou o rumo desta pesquisa foi a seguinte: quais são os motivos que têm levado os produtores rurais de São Ludgero a liberarem parte da mão-de-obra familiar para o exercício de atividades não agrícolas no espaço rural e fora dele e quais as implicações sócio-espaciais advindas?

Aliados a este, seguiram-se outros questionamentos: a busca pelo trabalho não-agrícola tem sido fruto de uma estratégia acordada em função dos interesses coletivos do grupo familiar ou é motivado por razões que dizem respeito aos anseios individuais de cada um de seus membros? ; Qual o papel desempenhado pelas inovações tecnológicas no re-ordenamento do cotidiano dos produtores rurais, sua influência na dinâmica de alocação da mão-de-obra em idade produtiva e quais as suas conseqüências no âmbito familiar? ; A pluriatividade se constitui numa estratégia de reprodução interna à família ou é mais uma das formas utilizadas para a penetração do capitalismo no campo?

Em vista os questionamentos acima expostos e consubstanciado em farto aporte bibliográfico, cujos referenciais teóricos apontam que tanto o modelo produtivista desencadeado pela Revolução Verde quanto o processo de industrialização difusa ocuparam lugar de destaque como agentes promotores do estreitamento das relações sociais e econômicas dos produtores rurais com o núcleo urbano, e que ambos tiveram grande influência no que diz respeito às mudanças que se processaram nos sistemas produtivos agrários nas últimas décadas – sobretudo em relação ao maior vínculo do trabalhador rural com o mercado de trabalho assalariado urbano/industrial –, alçamos como *objetivo central* desta pesquisa *averiguar* quais motivos estão concorrendo para a desarticulação da atividade agropecuária como sendo a principal fonte de ocupação de mão-de-obra e de geração de renda entre a população rural de São Ludgero e, conseqüentemente,

para a crescente vinculação dos produtores rurais ao exercício do trabalho não-agrícola.

Em desdobramento da proposta de trabalho acima formulada, a pesquisa foi guiada pelos seguintes *objetivos específicos*:

a) Identificar as transformações contemporâneas que se processaram no espaço agrícola do município de São Ludgero no que diz respeito à estrutura fundiária, uso da terra, base tecnológica e relações de trabalho a partir da década de 1970;

b) Investigar o processo de expansão/diversificação das atividades urbano/industriais, avaliando as estratégias utilizadas para captação da mão-de-obra rural, bem como as perspectivas de expansão de postos de trabalho no espaço urbano;

c) Identificar as estratégias utilizadas pelos pequenos produtores agrícolas de São Ludgero para a manutenção e reprodução de suas famílias frente ao processo de modernização das atividades agrícolas e da expansão do mercado de trabalho urbano/industrial;

d) Avaliar quais os reflexos que as inovações tecnológicas e a ampliação do emprego não-agrícola impuseram no cotidiano e na mentalidade das famílias rurais, analisando as tensões e conflitos advindos desse processo;

e) Investigar a forma como a população rural está reagindo às novas necessidades e hábitos assimilados em função da crescente inter-relação socioeconômica com o espaço urbano e de sua sujeição ao mercado de produtos industrializados;

f) Verificar qual é o papel desempenhado pelos órgãos públicos com sede no município como agentes de mediação nas relações entre o campo e a cidade, investigando quais têm sido suas diretrizes em relação ao setor de produção agropecuário local.

Por tratar-se de uma pesquisa cuja intenção é que os seus resultados possam servir de suporte para a gestão de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população do município de São Ludgero (e, porque não, de outros municípios brasileiros), procuramos estudá-la em seu processo histórico/geográfico, conhecendo os entremeios de seu desenvolvimento e as contingências de seu trabalho diário. Nossa atenção esteve voltada, portanto, mais para os aspectos qualitativos, dando-se destaque para o uso da oralidade

(entrevistas) bem como para as histórias individuais dos entrevistados. Nesse sentido, o recurso aos instrumentos de mensuração e quantificação foi pouco utilizado e, quando o foi, limitamo-nos apenas a comparação e/ou crítica de dados estatísticos.

Na elaboração desta pesquisa, foram observadas as seguintes etapas operacionais:

- *Consulta bibliográfica*: num primeiro momento efetuamos um levantamento bibliográfico acerca de estudos que tratam das transformações recentes da agricultura brasileira, com destaque para a Região Sul, bem como as que versam sobre as relações de trabalho e de sociabilidade entre o campo e a cidade, de maneira a selecionarmos material de apoio teórico a análise pretendida. Essa etapa foi realizada em diversas fontes, tais como: livros, revistas e jornais. Além destas, acessamos vários sites disponíveis na rede Internet que abordam temas relacionados à agricultura, buscando informações que pudessem de alguma forma contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

- *Levantamento de informações históricas e estatísticas junto aos Órgãos Públicos*: esta etapa da pesquisa foi destinada à coleta de dados históricos e estatísticos, junto às bibliotecas e repartições públicas, que de alguma maneira pudessem: a) contribuir para o entendimento do processo de colonização ocorrido na área objeto de estudo; b) permitir a análise das modificações ocorridas na estrutura fundiária, uso da terra e base tecnológica nas unidades agrícolas de São Ludgero; c) demonstrar a diversificação das atividades desenvolvidas na sede municipal a partir da década de 1970; d) demonstrar o crescimento na oferta de empregos assalariados no mercado de trabalho urbano-industrial.

- *Entrevistas com os habitantes do município*: a abordagem junto a população local foi efetuada através da observação do seu cotidiano (no caso dos produtores rurais), bem como através de entrevistas (ver **anexo 1**). Consideramos que seria junto à população rural onde encontraríamos os elementos essenciais para dar consistência a presente pesquisa, razão pela qual a ela dedicamos mais tempo de investigação. A atenção esteve voltada no sentido de encontrarmos subsídios suficientes para efetuarmos uma análise consistente das tensões e conflitos nas relações intrafamiliares e comunitárias (desencadeadas pela inserção dos agricultores no modelo de produção oriundo da Revolução Verde e pela vinculação dos mesmos ao mercado de trabalho urbano-industrial), identificando as estratégias utilizadas

pelos agricultores para permanecerem no meio rural e no circuito mercantil. Embora o desejo fosse realizar o maior número possível de entrevistas, antemão sabíamos que este número teria que ser limitado, pois seria inviável abranger todos os sujeitos de interesse para a pesquisa, uma vez que o tempo disponível para a coleta de dados não permitiria a cobertura de todo universo em estudo. Dessa forma, optamos por realizar o maior número de entrevistas possíveis com base nos seguintes critérios: entrevistas com diretores de indústrias e de casas comerciais do município que empregam acima de 50 trabalhadores assalariados; entrevistas com agricultores que abandonaram a atividade agrícola para trabalharem em indústria ou casa comercial local, mas que continuam residindo no espaço rural; entrevistas com agricultores ativos, mas que exercem em paralelo uma outra atividade assalariada de caráter não-agrícola; entrevistas com idosos (pessoas com mais de 70 anos, nascidos e moradores no município); entrevistas com jovens; entrevistas com dirigentes dos órgãos públicos que tenham relação com o setor agropecuário do município. Em relação à escolha dos agricultores a serem entrevistados foram seguidos os seguintes procedimentos: primeiro o sorteio de cinco, entre as 15 comunidades rurais existentes no município, para servirem como campo de pesquisa. Uma vez identificadas as comunidades, conseguimos junto a Prefeitura de São Ludgero o rol das famílias agricultoras ali residentes. Realizamos então o sorteio de quatro famílias de cada comunidade para serem visitadas. Com base nestes critérios, no total foram realizadas formalmente 43 entrevistas. Encerramos a pesquisa de campo a partir do momento em que percebemos que as respostas dos entrevistados passaram a ser repetitivas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. No processo de transcrição realizamos a “limpeza textual”, omitindo os vícios de linguagem que não fossem prejudiciais à compreensão das informações prestadas pelos depoentes. Cabe esclarecer que, além das 43 entrevistas efetuadas, conversamos informalmente com diversas outras pessoas do município (agricultores, dirigentes de órgãos públicos, estudantes, trabalhadores de indústrias, comerciantes) sobre o tema objeto desta pesquisa, diálogos estes que foram fundamentais não só por referendarem dados que já havíamos coletado na pesquisa de campo mas, principalmente, por terem propiciado novos horizontes de análise.

- *Verificação da atuação dos Órgãos Públicos relacionados com o setor agropecuário e que têm sede em São Ludgero:* nesta etapa da pesquisa procuramos

investigar quais são e de que forma os órgãos de apoio e/ou fiscalização do setor de produção agropecuário estão atuando no município, na tentativa de estabelecermos um diálogo entre o discurso e a prática dos mesmos. Aqui a idéia central foi verificar, de um lado, se o campo de ação desses órgãos abrange toda a área territorial do município ou se existem restrições de alguns serviços às comunidades rurais e, de outro, como os dirigentes destes órgãos públicos estão percebendo as transformações por que passa o setor agrícola municipal, especialmente em relação aos fatores que dizem respeito ao envolvimento dos trabalhadores rurais com o trabalho assalariado nas indústrias locais. Além disso, procuramos investigar também se a atuação dos órgãos públicos tem contribuído para dirimir ou agravar as tensões e conflitos nas relações socioeconômicas entre o campo e a cidade. Entre as autoridades ligadas a gestão de órgãos públicos localizados no município e que foram formalmente entrevistadas, destacamos as seguintes: Prefeito municipal (gestão 1997/2000); Prefeito municipal (gestão 2001/2004); Prefeito municipal (gestão 2005/2008); Vereador morador na comunidade agrícola Mar Grosso; Vereador morador na comunidade agrícola Bom Retiro; Vereador morador no núcleo urbano; Secretária da Educação; “Secretaria da Agricultura” ²² (duas entrevistas: secretária administrativa e auxiliar técnico); Diretor da Carteira de Crédito do Banco do Brasil; Diretor da Vigilância Sanitária; Engenheira Agrônoma e Extensionista Rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI); Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Agente Rural e Médico Veterinário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); Assistente Social do Conselho Tutelar. Em Florianópolis também entrevistamos o Diretor da Central de Abastecimento S.A. (CEASA).

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, realizamos uma breve retrospectiva acerca da forma como ocorreu o processo imigratório brasileiro onde são abordados aspectos importantes para o entendimento da origem de alguns problemas que afetam o setor agrícola do país, de Santa Catarina em particular e, especialmente, do município de São Ludgero. Ali comentamos a origem dos povos imigrantes; os motivos que os levaram abandonarem a terra natal e a migrarem para o Brasil; o porquê da concentração das colônias na região sul; as dificuldades encontradas pelos colonos

²² Cabe esclarecer que, na prática, em São Ludgero não existe uma “Secretaria da Agricultura” dado que quem responde pela demanda do setor agropecuário é o Secretário de Obras do município.

para se adaptarem à nova pátria; a influência de sua cultura na organização das unidades produtivas e na conformação da estrutura fundiária catarinense. Neste mesmo capítulo particularizamos a saga do grupo étnico que colonizou o vale do rio Braço do Norte e que deu origem ao município de São Ludgero. Descrevemos sua origem; as características físicas e culturais de sua terra natal; quando e onde inicialmente foram instalados no Brasil e os motivos de sua transferência para o vale do rio Braço do Norte. Ali também efetuamos comentários acerca da maneira como se procedeu a distribuição dos lotes de terra aos imigrantes, assinalando os aspectos quanto ao tamanho, ao formato e as condições topográficas dos mesmos, bem como discorremos sobre as atividades desenvolvidas na propriedade, suas relações com o mercado e a vida social na colônia. Procuramos, enfim, expor as circunstâncias que levaram os colonos a se instalarem naquela área e demonstrar as estratégias utilizadas para superarem a adversidade imposta pelo meio ambiente em que se achavam inseridos, tanto no que diz respeito às fracas condições para o exercício da atividade agropecuária quanto das dificuldades encontradas para a venda das mercadorias produzidas. De forma sucinta, caracterizamos a agricultura familiar que prevaleceu em São Ludgero até o início da década de 1970, quando os produtores rurais passam a incorporar nos sistemas produtivos as inovações tecnológicas associadas à Revolução Verde.

No segundo capítulo a abordagem se dá em torno das transformações ocorridas nos sistemas de produção agropecuários e que são decorrentes do acirramento das relações capitalistas no campo, sobretudo as ocorridas no período que sucede a segunda guerra mundial. Pormenorizamos as estratégias utilizadas pelo capital industrial para desarticular as formas de produção agrícola que tinham por base as técnicas tradicionais de trabalho e, com isto, viabilizar a emergência de um mercado consumidor para os insumos agrícolas industrializados. Sobre esta questão, verificamos de que forma a produção acadêmica e as políticas estatais concorreram para difundir e consolidar o “pacote tecnológico” (denominação pela qual ficou sendo conhecido o conjunto de ações a serem implementadas pelos agricultores nos processos produtivos e que invariavelmente tinham por base o uso intensivo de insumos industrializados nas lavouras, e que no meio acadêmico passou a ser reconhecido também como “Revolução Verde”) proposto sob a égide do capital industrial. Traçamos um panorama da evolução por que passou a agricultura nacional, seus problemas e contradições, particularizando e discorrendo

sobre o processo de modernização, industrialização e constituição dos complexos agroindustriais. Neste capítulo também tratamos das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, com ênfase para o Pronaf, e traçamos algumas considerações acerca do novo modelo de desenvolvimento econômico pós-industrial e sua influência nas relações socioeconômicas que se desenrolam no entorno aos espaços rurais.

No terceiro capítulo a intenção é evidenciar as diferentes linhas de interpretação, tanto no âmbito acadêmico quanto fora deste, acerca de alguns dos fenômenos que estão imprimindo uma nova conformação e caracterizando o setor de produção agropecuário neste início do século XXI. Procuramos realçar as abordagens que apontam para as complexas relações socioeconômicas que ocorrem entre o mundo rural e o urbano no período contemporâneo e as divergências de ordem conceitual e metodológica de representação e distinção destes espaços, referenciando a polêmica em torno de qual é a forma mais adequada a ser utilizada para se distinguir os espaços urbanos dos rurais. Neste sentido, apresentamos algumas formas dominantes utilizadas pelos pesquisadores para a delimitação do rural e como este assunto vem sendo tratado no âmbito acadêmico, tanto a nível local quanto no plano internacional. Abordamos também, embora que de forma sucinta, o debate clássico em torno das perspectivas reservadas ao campesinato a partir do ingresso das relações capitalistas no campo, bem como apontamos as discussões que versam sobre os novos horizontes para a agricultura familiar moderna. É neste capítulo aonde também efetuamos a descrição de como os organismos institucionais estão reagindo aos efeitos negativos decorrentes do modelo produtivista implantado nos sistemas agrários no período pós-guerra, destacando a posição da Organização das Nações Unidas sobre este assunto e a influência de suas recomendações e deliberações no estabelecimento das políticas públicas estatais a serem implementadas pelos países membros. Pontuamos as circunstâncias que levaram ao estabelecimento das noções “pluriatividade” e “multifuncionalidade” e descrevemos a forma como o conteúdo de suas orientações teórico-metodológicas tem sido utilizado como instrumento para fazer frente e propor alternativas aos problemas enfrentados pelo setor de produção agropecuário, especialmente o da França, país aonde estas noções emergiram e de onde posteriormente foram irradiadas para as demais nações que formam a comunidade européia (bem como para outras partes do mundo). Por fim,

comentamos o debate travado em torno destas noções no âmbito da academia brasileira e seus reflexos enquanto referenciais de estímulo e suporte as pesquisas que visam a compreensão das metamorfoses porque passa o setor agropecuário no país, sobretudo nos estudos que versam sobre os motivos que estão conduzindo os produtores rurais a terem uma dupla ocupação (na agricultura e como trabalhadores assalariados).

No quarto e último capítulo, nos dedicamos a identificar e analisar os fatores que, sob o nosso ponto de vista e com base na pesquisa de campo, estão concorrendo para que os produtores rurais do município de São Ludgero estejam consorciando o trabalho na agricultura com uma outra atividade assalariada não-agrícola. Este capítulo foi dividido em doze itens, cada qual representando um dos fatores que estão conduzindo os produtores rurais de São Ludgero a busca de outras atividades e, com isto, à dupla ocupação. Os enfoques são múltiplos e as conclusões consubstanciadas em um número expressivo de entrevistas, sendo estas realizadas com atores sociais que estão direta ou indiretamente envolvidos neste processo e que de alguma forma influem para a ocorrência deste fenômeno.

1. OS PRIMÓRDIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM SANTA CATARINA E NO MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO

1.1 O PROCESSO IMIGRATÓRIO BRASILEIRO E A CONFORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA CATARINENSE

Ao longo do século XIX era grande o contingente populacional que procurava sair do continente europeu e se aventurava cruzar os oceanos em busca de novas oportunidades de vida e de trabalho na América.

As razões que levavam os indivíduos a abandonarem a pátria natal estavam correlacionadas ao processo de expansão do capitalismo europeu e às mudanças socioeconômicas originadas pela Revolução Industrial que, em seu conjunto, implicaram no surgimento de problemas que atingiam tanto os trabalhadores do campo quanto os da cidade. Embora as modificações técnicas ocorridas no meio rural europeu não tenham tido a mesma ressonância do verificado nos centros urbanos, as transformações sociais ao contrário foram profundas. O crescimento das indústrias provocou uma série de mudanças na vida dos camponeses, passando pela desarticulação do artesanato doméstico, a privatização das terras comunais e a quebra de antigos vínculos de subordinação.²³

A possibilidade de sobrevivência via produção agrícola tornava-se cada vez mais difícil para os camponeses europeus, uma vez que era aguda a escassez de terras no meio rural, pois as mesmas haviam sido excessivamente retalhadas ou, então, estavam concentradas nas mãos de uns poucos. A expansão demográfica pressionava a emergência de postos de trabalho. Por sua vez, o crescente uso de máquinas nas indústrias exercia um efeito contrário, eliminando o trabalho humano em várias etapas do processo produtivo. O desemprego se generalizava, afetando principalmente os homens do campo, face à implacável e crescente ociosidade de mão-de-obra, em decorrência do progressivo avanço da Revolução Industrial. Não tendo onde trabalhar, boa parte da população européia passou a vislumbrar na emigração uma saída para seus problemas. Assim, para fugir das dificuldades que encontravam em seus países, uma grande massa de trabalhadores europeus decidiu emigrar para a América, vista como a terra das oportunidades.

²³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 44.

Decisão difícil deve ter sido esta, pois, como bem observa Dall'Alba,

Ninguém deixa a Pátria, com suas tradições, história, língua, costumes, cultura, por motivos fúteis. Tudo isto, mais laços de família, de parentesco, sentimentos afetivos, ligam profundamente cada cidadão à terra onde nasceu. Só motivos dos mais ponderáveis levam a abandoná-la, em busca de outras paragens. Na Alemanha de meados do século passado havia esses motivos.²⁴

Paulilo frisa que “a colonização foi um processo de mão dupla.”²⁵ Ou seja, se havia o interesse dos países europeus em diminuir a densidade demográfica de parte do seu território em função do crescimento populacional não estar sendo acompanhado pela expansão de postos de trabalho, bem como porque a escassez de terras (gerada pela concentração das propriedades nas mãos de uma parcela reduzida da população) estava provocando grandes problemas de ordem social, no Novo Mundo, ao contrário, existiam terras de sobra para serem ocupadas e havia o interesse no povoamento da América pelos povos conquistadores (principalmente pela Espanha, Inglaterra e Portugal). Portugal, por exemplo, estava empenhado em atrair contingentes populacionais para povoar o extenso território de sua maior colônia de forma a garantir a sua posse.

Cabe lembrarmos, contudo, que de acordo com os registros históricos, as correntes imigratórias para o Brasil ocorreram desde a sua descoberta, aumentando o ritmo de ingresso de indivíduos conforme as conveniências da coroa portuguesa e, posteriormente, do governo brasileiro.

Durante o período colonial – que vigorou até 07 de setembro de 1822, quando o Brasil tornou-se independente de Portugal – o contingente populacional que ingressava no país era essencialmente proveniente de colônias portuguesas e da mão-de-obra escrava oriunda da África.²⁶ Com a proibição do tráfico negreiro o governo brasileiro passa a incentivar a imigração como forma de obter mão-de-obra para trabalhar nas lavouras de café e outras que tinham por base o trabalho escravo.

A imigração portuguesa no Brasil esteve correlacionada a dois objetivos fundamentais: primeiro o povoamento, necessário e imprescindível para o processo

²⁴ DALL'ALBA, João Leonir. (a) **O Vale do Braço do Norte**. Orleans/SC: edição do autor, 1973, p. 27.

²⁵ PAULILO, Maria Ignez Silveira. (b) **Terra a vista ... e ao longe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996, p. 81.

²⁶ Até o ano de 1850, quando sob pressão internacional o governo brasileiro proíbe o tráfico de escravos, ingressaram no país aproximadamente 3,5 milhões de africanos cativos. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abolicionismo_no_Brasil

de ocupação das terras interiores a fim de garantir a posse do território e, segundo, como formação de uma força de defesa, sobretudo da Região Sul, que era alvo de cobiça e vivia sempre sob ameaça de ocupação pelos países vizinhos.

Com relação à presença de portugueses em Santa Catarina, esta já é observada logo após o descobrimento do Brasil, quando as primeiras expedições exploradoras utilizavam o litoral do Estado como ponto de parada para abastecimento de água e coleta de alimentos para os navegantes. “Que as terras de Santa Catarina eram bastante freqüentadas atesta o historiador catarinense Walter F. Piazza. Ele fala de onze expedições que por aqui passaram entre 1504 e 1549.”

²⁷ Em 1504 é fundada São Francisco do Sul, sendo esta a terceira cidade mais antiga do país. Em 1514 a expedição realizada pelos portugueses Nuno Manuel e Cristóvão de Haro ao sul do Brasil, atribuem o nome de Ilha dos Patos à atual cidade de Florianópolis (também conhecida pelo nome de Ilha de Santa Catarina). ²⁸

Diante a marcante e crescente presença de espanhóis no cone sul americano, a Coroa Portuguesa se dá conta que corria o sério risco de perder as terras já conquistadas, porém não ocupadas, e desperta para a posição estratégica que o estado catarinense representava para a defesa de seus interesses na porção meridional do país. Por isto, em 1637 é fundada a Ermida de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) por Francisco Dias Velho. Com a mesma preocupação, em 1676 é fundada Laguna, por Domingos de Brito Peixoto. De certa forma pode-se dizer que Santa Catarina emergiu no cenário nacional em função de tornar-se uma base de apoio aos conflitos militares contra as forças espanholas.

Após a assinatura do Tratado de Madri (janeiro de 1750), através do qual Portugal e Espanha pactuam uma solução pacífica para as suas desavenças em relação ao território americano, a Coroa Portuguesa ficou convencida que a melhor maneira de garantir a posse da terra era povoá-la. Com esta visão, passou a incentivar a imigração açoriana não só para ocupar o território das antigas Missões espanholas, mas também como forma de dar um maior impulso ao povoamento de todo o Brasil meridional.

Cabe destacar que em 31 de agosto de 1746, portanto quatro anos antes da assinatura do Tratado de Madri, o rei Dom João V de Portugal já havia publicado

²⁷ PAULILO, Maria Ignez Silveira, (b), op. cit., p. 33.

²⁸ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina. História.

um edital através do qual oferecia uma série de vantagens aos casais das ilhas dos Açores que decidissem se deslocar para o litoral sul brasileiro. Neste edital estava definido que os casais açorianos deveriam ser inicialmente estabelecidos na Ilha de Santa Catarina ou nas suas vizinhanças, dado que neste local a terra era fértil, havia grande quantidade de gado e o litoral bastante piscoso, o que facilitaria em muito a instalação dos colonos na nova terra. Neste processo, milhares de colonos ilhéus do arquipélago dos Açores emigraram para o Brasil.

A imigração açoriana se estendeu até o século XX. Deve-se aos açorianos o povoamento das zonas litorâneas da porção meridional do país, particularmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde, em conjunto com as demais etnias européias que ali se instalaram, imprimiram um estilo de relações socioeconômicas peculiares a Região Sul brasileira.

Particularmente em relação ao estado catarinense, há que se registrar que houve uma nítida diferenciação na ocupação de seu território pelos imigrantes, sendo que esta diferença é tanto mais sentida quando se compara o espaço litorâneo em relação às demais áreas interioranas. Nesse sentido Corrêa aponta que,

A ocupação do território catarinense deu origem a um Complexo Rural diferenciado. No litoral predominavam pequenas propriedades, culturas diversificadas, artesanato e pesca. No Planalto, as atividades foram centralizadas na criação extensiva de gado em grandes propriedades. Contudo, o desenvolvimento da agricultura ou da pecuária não interessava para a Metrópole do ponto de vista econômico. Por isso, em Santa Catarina, nenhum produto foi destaque em termos de produção e comercialização, tal como ocorreu com o açúcar, o algodão e mais tarde com o café, produzido em outras províncias do país. De qualquer forma, no Estado catarinense as atividades desenvolvidas no litoral e no planalto se complementaram e formaram a base de um povoamento mais efetivo, que ocorreu com a imigração açoriana.²⁹

Como mencionamos, havia grande interesse da Coroa portuguesa em povoar as terras meridionais brasileiras, uma vez que estas eram alvo de cobiça e estavam sempre ameaçadas de ocupação pelos espanhóis. Ocorre que o sul ainda não apresentava uma importância comercial que justificasse a transferência de

²⁹ CORRÊA, Walquíria Krüger. **Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do grupo USATI-PORTOBELLO**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, UEP, 1996, p. 60.

contingentes populacionais de outras regiões mais “desenvolvidas” do país, com o objetivo da ocupação e defesa. Por isto, mesmo diante a concreta possibilidade de perda de boa parte do seu território pelo assédio conquistador dos países vizinhos, houve resistências dos segmentos que controlavam o capital comercial em liberar a mão-de-obra escrava que estava envolvida com o Complexo Rural exportador para ser utilizada na defesa do território sulino. A estes era mais conveniente que o governo brasileiro promovesse a ocupação e povoamento da região sul por meio de colonos-soldado, através dos quais simultaneamente poderiam ser atendidas tanto as necessidades militares de defesa do território quanto ao abastecimento alimentar das tropas e da administração. Com isto se evitaria a retirada da mão-de-obra utilizada no setor produtivo destinado à exportação, possibilidade esta que ia contra os interesses do capital comercial.³⁰

Mediante esta conjuntura, desejoso em atrair uma parcela da população que abandonava a Europa em busca de nova vida na América, em 25 de novembro de 1808 D. João VI assina um Decreto através do qual concedia aos cidadãos estrangeiros o direito de terem acesso à propriedade da terra no Brasil, estimulando com isso o processo imigratório europeu no país.

As primeiras colônias de imigrantes europeus foram instaladas na Região Nordeste e eram constituídas principalmente por alemães. Em 1812 foi fundada a colônia Santo Agostinho, no Espírito Santo e em 1818 a colônia Leopoldina, na Bahia. Em 1819, frente à crescente dificuldade na obtenção de gêneros alimentícios para abastecer a corte instalada no Rio de Janeiro³¹, este mesmo monarca patrocina o estabelecimento de colonos suíços nas imediações da capital, em Nova Friburgo (RJ). O número de colonos assentados varia de 1.800³² a 2000.³³ Nos anos seguintes houve outras tentativas de instalação de colônias com imigrantes europeus nos Estados do nordeste brasileiro, como é o caso da colônia de São Jorge dos Ilhéus, fundada em 1822, no sul da Bahia.

³⁰ CORRÊA, Walquíria Krüger, op. cit., p. 53.

³¹ Em 1808 a Corte Imperial portuguesa teve que refugiar-se no Brasil para fugir das tropas napoleônicas que invadiram Portugal.

³² KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991, p. 45.

³³ BEOZZO, José Oscar. **Brasil: 500 anos de imigrações**. São Paulo: Ed. Paulinas: Centro de Estudos Migratórios, 1992, p. 84.

Em função da pouca adaptabilidade dos imigrantes ao ambiente em que foram estabelecidos, principalmente com o clima e com o tipo de solo dessa região, fizeram que as colônias fundadas no nordeste não obtivessem sucesso.

A partir de 1824 as correntes imigratórias européias passam, então, a se estabelecerem no Estado de São Paulo e principalmente na Região Sul, onde o clima e o solo eram bastante propícios às lavouras e a criação de animais. Para os imigrantes estes fatores tinham uma importância significativa dado que facilitaria em muito sua adaptação ao ambiente em que estavam se instalando. Para o governo brasileiro, ao contrário, o que menos importava era que a terra destinada aos imigrantes fosse agricultável. De acordo com Paulilo, “precisava-se mesmo era de soldados”, razão pela qual “segundo Piazza, contratavam-se mercenários ‘sob a capa de lavradores’”.³⁴

Além dos portugueses e açorianos (e dos africanos que forçosamente ingressaram no país), foram os alemães e italianos que contribuíram com um maior número de imigrantes no processo de colonização do Brasil, fundando várias colônias isoladas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a partir de 1824. Entretanto, o processo imigratório só vai se intensificar a partir de 1850, quando os governos provinciais assumem a responsabilidade pela colonização e são abertas oportunidades para que a iniciativa privada participe deste evento.

Em Santa Catarina foram fundadas várias colônias de origem alemã, que com o passar do tempo proporcionaram o estabelecimento de um grande número de municípios. Em se tratando dos imigrantes alemães que colonizaram o Vale do Braço do Norte (no qual o município de São Ludgero está inserido), Alves registra que “os relatos condicionam a extrema pobreza e a falta de terras para cultivar na Alemanha como os principais motivos pelos quais essas famílias resolveram emigrar.”³⁵ Na **tabela 1** estão relacionadas algumas das colônias alemãs fundadas no Estado a partir de 1829.

Além destas etnias (portugueses, alemães e italianos) o Estado também recebeu outras importantes correntes imigratórias, que contribuíram significativamente para a conformação do perfil socioeconômico de Santa Catarina,

³⁴ PAULILO, Maria Ignez Silveira, (b), op. cit., p, 75.

³⁵ ALVES, Elza Daufenbach. (a) **Discurso religioso católico e normatização de comportamentos (São Ludgero – SC, 1900-1980)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 1998, pp. 16-17.

tais como: poloneses, russos, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses, japoneses, entre outros.

Fica evidenciado que, ao contrário do ocorrido em outras áreas do território brasileiro, a colonização do Sul do país foi efetivada principalmente por meio de imigrantes das mais diversas nacionalidades o que imprimiu uma característica peculiar à região, sobretudo em função da heterogeneidade dos povos (e respectivas culturas) que ali se instalaram.

Tabela 1: Relação dos principais núcleos de colonização alemã em Santa Catarina (1829 – 1900)

Nome da Colônia	Extensões ou subdivisões da colônia	Ano de Fundação	Cidade/Município
São Pedro de Alcântara	Sede da Colônia	1829	São Pedro de Alcântara
	Santa Filomena	1830	São Pedro de Alcântara
	Colônia Itajahy	1835	Gaspar e Brusque
	Vargem Grande	1837	Águas Mornas
	Leopoldina	1848	Antônio Carlos
Santa Isabel	Sede da Colônia	1847	Águas Mornas e Rancho Queimado
Piedade	Sede da Colônia	1847	Governador Celso Ramos
Blumenau	Sede da Colônia	1850	Blumenau e Região
	Rio do Teste	1860?	Pomerode
	Indaial	1866	Indaial
	Benedito - Timbó	1869	Timbó
Dona Francisca	Sede da Colônia	1851	Joinville e Região
	São Bento do Sul	1873	São Bento do Sul
	Jaraguá	1876	Jaraguá do Sul
Colônia Militar Santa Teresa	Sede da Colônia	1853	Alfredo Wagner
Itajahy – Brusque	Sede da Colônia	1860	Brusque e Região
Teresópolis	Sede da Colônia	1860	Águas Mornas e São Bonifácio
	Quadro Braço do Norte	1873	São Ludgero e Região
Colônia Nacional Angelina	Sede da Colônia	1860	Angelina
Grão-Pará	-----	1882	Grão-Pará
Hansa-Humboldt	Sede da Colônia	1897	Corupá
Hansa-Hamônia	Sede da Colônia	1897	Ibirama e Região

Fonte: Toni Vidal Jochem (c).³⁶ (Tabela adaptada)

Muito embora existissem significativas diferenças culturais entre os colonos (decorrentes sobretudo da heterogeneidade dos povos imigrantes) assim como grande disparidade com relação as características físicas dos espaços para onde estes foram encaminhados, é notório que o processo de distribuição e

³⁶ JOCHEM, Toni Vidal. (c) Relação dos principais núcleos de colonização alemã fundados no período de 1829 a 1900 no Estado de Santa Catarina – Brasil. Dados obtidos na rede Internet: <http://www.tonijochem.com.br>. Acesso em 04/08/2006.

ocupação das terras seguiu algumas regras básicas, podendo-se até dizer que houve certa padronização no modo como as colônias foram constituídas. Sob o nosso ponto de vista, em pelo menos três aspectos é possível identificar um comportamento semelhante no que diz respeito à forma como ocorreu a constituição das colônias instaladas na Região Sul brasileira:

1) O tamanho dos lotes disponibilizados para uso individual por cada família de imigrantes variou entre 25 e 75 hectares. Abordando este assunto, Seyferth refere que o tamanho das áreas de terras concedidas aos imigrantes europeus chegou até o limite de 75 hectares, porém destaca que isto só ocorreu isoladamente na colônia de São Leopoldo/RS e, mesmo assim, somente na primeira fase da colonização daquele Estado. Acrescenta ainda que, em meados do século XIX, ocorreram mudanças significativas na política de imigração, ocasião em que o tamanho dos lotes foram reduzidos primeiro para 50 e depois para 30 e 25 hectares, e o acesso à terra perdeu o seu caráter de gratuidade. Dessa forma, os imigrantes que desejassem possuir um lote de terra necessariamente deveriam pagar pelo mesmo.³⁷

Com base no que foi dito, excetuando-se o caso isolado de São Leopoldo, fica evidenciado que nas demais colônias a área de terras concedida aos imigrantes podia chegar até 50 hectares o que leva a compreensão que, em termos absolutos, a diferença no tamanho dos lotes entre uma colônia e outra podia ser equivalente a 100%.

Contudo, apesar da desigualdade no tamanho dos lotes, entendemos que isto de certa forma não se constituía num fator de grande diferenciação entre as famílias colonizadoras e nem mesmo numa grande vantagem para os maiores aquinhoados uma vez que, devido às precárias condições de trabalho na época, a área efetivamente utilizada pelos pioneiros era muito pequena, não passando de poucos hectares de terra. Se havia alguma vantagem, esta se revelaria um tanto mais tarde, seja quando os colonos se depararam com a necessidade de desmembrar parte das terras para acomodar as novas famílias constituídas pelos filhos que iam casando, como também quando o avanço tecnológico permitiu a expansão da atividade agrícola, proporcionando aos seus descendentes a

³⁷ SEYFERTH, Giralda. (b) **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 22.

possibilidade de utilizar mais intensivamente o solo, inclusive das áreas que inicialmente eram consideradas como impróprias para uso com atividades agropecuárias.

2) A configuração dos lotes tinha por base a forma retangular, sendo estes predominantemente demarcados a partir de rios e córregos, ficando a frente voltada para o curso d'água e os fundos posicionado em direção aos aclives. Esta forma de demarcação era privilegiada por vários motivos, sendo o principal facilitar o acesso dos colonos à água, tanto para uso doméstico quanto para saciar a sede das criações. Mas, além desta, existiam outras vantagens: conforme o tamanho do curso d'água este poderia ser utilizado como via de transporte (navegação), permitindo e facilitando o intercâmbio entre os colonos, sobretudo numa época em que não haviam estradas e o uso de picadas através da mata fechada apresentava seus inconvenientes (acesso mais difícil; temor dos índios que habitavam a região; perigo que representavam as feras e animais peçonhentos; dificuldade no transporte de mercadoria; etc.); as terras de várzea tendem a ser mais férteis devido o depósito de material orgânico por ocasião das cheias; além do que, os cursos d'água propiciavam uma fonte alternativa de alimentação aos colonos, não só pelos peixes que ali proliferavam mas também pelos demais animais silvestres que para ali se dirigiam para saciar a sede, tornando-se presas fáceis de serem abatidas pelos caçadores;

3) Na Região Sul do Brasil, apesar da política republicana passar a exigir a formação de colônias mistas, ou seja, que fossem compostas por imigrantes de etnias diferentes (a justificativa era de que colônias formadas por uma só etnia tendiam a formar núcleos isolados o que não era interessante ao governo, que desejava não só o povoamento, mas também a integração das várias etnias de imigrantes entre si, bem como entre estas e os brasileiros que já ocupavam a Região Sul do país), via de regra as colônias era fundadas com pessoas oriundas de um mesmo país, quase sempre de uma mesma região e, não raro, até mesmo de uma mesma comunidade, motivo pelo qual era bastante comum a constituição de colônias com indivíduos que apresentavam grau de parentesco e de amizade tal a que mantinham em sua terra de origem.

Para Seyferth o fato mais importante no sistema de colonização ocorrido no Sul do Brasil não foi exatamente o número de imigrantes que ali sucessivamente

se estabeleceram, mas a própria forma como ocorreu este estabelecimento, com ênfase para a tendência de concentração de colonos de uma mesma origem, o que inevitavelmente resultou na constituição de núcleos étnicos relativamente homogêneos. Assim é que, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, várias cidades estão naturalmente associadas ao tipo étnico que lhe deu conformação: “cidades como Blumenau, Joinville, Brusque, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Ijuí, etc. são consideradas ‘alemãs’, assim como Caxias do Sul, Rodeio, Nova Trento, Urussanga, Bento Gonçalves, entre tantas outras, recebem o rótulo de ‘italianas’”.³⁸

Se reportando a esta mesma questão Kreutz relata que “ocorria com certa freqüência a migração conjunta de toda uma parentela, ou, o que é mais significativo, um como que transplante de toda uma comunidade rural, trazendo os papéis sociais para se montar nova comunidade nas matas (...)” do Sul do Brasil.³⁹

Mas, como era de se esperar, o contínuo ingresso de grandes levas de elementos estrangeiros no Brasil através de projetos de colonização oficiais e particulares não se deu de forma pacífica e sem contestação, haja vista o grau de abrangência e da inevitável influência que este processo exercia nas relações socioeconômicas vigentes no país.

Segundo Beozzo,

Ainda que existisse, desde o segundo decênio do século XIX, um projeto de imigração européia ligado ao desenvolvimento da pequena propriedade e do mercado interno, tratava-se de um projeto menor ao lado do projeto dominante da grande lavoura com escravos. (...) Mas até 1850 (...) os núcleos coloniais eram poucos e sofriam cerrada crítica dos grandes proprietários que atacavam o paternalismo do Governo, o desperdício de dinheiro, a discriminação contra os nacionais que não recebiam nem terras, nem financiamento.⁴⁰

Lago também chama atenção para este fato, assinalando que a política nacional de terras (Lei nº. 514) – que desde 1848 vinha favorecendo a formação de espaços de colonização estrangeiras em terras brasileiras – enfrentou grande resistência por parte de grupos formados por latifundiários. Para estes, o processo de colonização era indício de inovações modernizadoras numa estrutura fundiária que tinha por base a herança das capitanias hereditárias e de normas legais que asseguravam a concentração de grandes extensões territoriais a alguns poucos

³⁸ SEYFERTH, Giralda, (b), op. cit., p. 16.

³⁹ KREUTZ, Lúcio, op. cit., p.18.

⁴⁰ BEOZZO, José Oscar, op. cit., p. 94.

proprietários. A maior ameaça seria que o desenvolvimento de colônias estruturadas em pequenas propriedades pudessem se mostrar eficazes, colocando em xeque o modelo latifundiarista, ainda mais quando tais colônias eram formadas por elementos estrangeiros. Em síntese, o temor deles era que um possível sucesso no processo de colonização pudesse desencadear uma sobrevalorização da produção agropecuária em pequenas propriedades o que levaria a uma “implícita contestação ao modelo latifundiarista, que não poderia correr o risco de dar menos certo do que elas”. ⁴¹

Conforme o narrado, a forma como ocorreu o povoamento da região sul do país diferiu significativamente dos demais estados brasileiros. No processo, o governo brasileiro privilegiou a implantação de um modelo de ocupação populacional que tinha por base a fundação de colônias por imigrantes estrangeiros evitando, com isto, a reprodução do modelo até então assentado na presença da grande propriedade monocultora. Particularizando o estado de Santa Catarina neste contexto, percebemos que os projetos de colonização estavam sustentados na constituição de pequenas propriedades policultoras, nas quais o trabalho teve que ser exercido quase que exclusivamente pela família imigrante uma vez que lhes foi vetado o uso de mão-de-obra escrava.

De acordo com Lago, “a primeira referência sobre a extensão da pequena propriedade nos espaços de colonização em Santa Catarina alude ao tamanho mais generalizado de lotes de 25 hectares”, o que não significaria dizer que as propriedades com área menor a este valor possam ser identificadas como “minifúndio” ou que as maiores possam ser denominadas como “propriedade média”. ⁴² Segundo o autor, neste Estado normalmente considera-se como “pequena propriedade” o lote inicial de terra adquirido pela família produtora e que tem como referencial o tamanho acima mencionado (25 hectares). Ressalta, contudo, que apesar de existir uma predominância de lotes com este tamanho, não se pode desconsiderar a existência de propriedades cujas extensões territoriais variam tanto para maior quanto para menor.

Outra autora que também faz menção ao dimensionamento dos lotes concedidos aos imigrantes que formaram colônias em Santa Catarina é Paulilo,

⁴¹ LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos.** Florianópolis/SC: Verde Água Produções Culturais, 2000, p. 253.

⁴² Idem, p. 254.

segundo a qual estes “sofreram, também, com o tamanho reduzido dos lotes, que tinham em geral 25 hectares”. ⁴³

Mas, embora tenha assinalado que adotou em seus estudos, de forma aleatória, a grandeza de 50 hectares para identificar o universo de pequenas propriedades rurais no Estado, percebemos um esforço de Lago para estabelecer critérios que possam diferenciar a pequena propriedade (ou minifúndio) da média e grande propriedade (latifúndios). Assim se manifesta o autor:

Quando se fala em média propriedade ou em latifúndio alude-se a maiores ou imensas extensões de terras cujo uso agrícola, pecuarista ou extrativista vegetal implica na participação de muitos recursos humanos além dos familiares proprietários.

Nelas são comuns o mando patriarcal, o absenteísmo da família proprietária, a presença de capatazes e tipos de trabalhadores rurais, fixos ou flutuantes e, eventualmente, de meeiros avulsos.

Minifúndio pressupõe policultura, divisão de trabalho baseada em idade e sexo dos integrantes familiares, proprietários da gleba, raramente existindo trabalhadores assalariados e, quando existem, como participantes meramente supletivos. ⁴⁴

Utilizando como referencial os critérios acima descritos por Lago, fica explícito que em qualquer abordagem cujo tema incide sobre o processo de colonização de Santa Catarina a denominação mais indicada a ser utilizada para referenciar e identificar as parcelas territoriais que deram origem à estrutura fundiária deste Estado é o termo *minifúndio* (ou os seus correspondentes, tal como *pequena propriedade*), dado que, ao contrário do que é observado na estrutura fundiária da maioria dos outros estados brasileiros, aqui a presença de médias e grandes propriedades (estas últimas também identificadas sob a designação de *latifúndio*) não se constitui uma regra, mas no caso específico dos latifúndios, em exceções. ⁴⁵

Segundo dados publicados pelo Instituto de Planejamento em Economia Agrícola de Santa Catarina / Icepa (ver **tabela 2**), no ano de 1970, 88,6% dos estabelecimentos agrícolas em Santa Catarina possuíam área com até 50 hectares e apenas 11,4 % com área superior a este estrato. Com algumas oscilações verificadas nas pesquisas efetuadas nos decênios seguintes – em 1975 (88,7%), 1985 (90,3%) e 1995 (89,7%) –, observa-se que entre 1970 e 2003 o percentual de estabelecimentos agrícolas com área de até 50 hectares cresceu 1,5% , chegando

⁴³PAULILO, Maria Ignez Silveira, (b), op. cit., p. 89.

⁴⁴LAGO, Paulo Fernando, op. cit., pp. 254-255.

⁴⁵ Em Santa Catarina, as propriedades rurais possíveis de serem identificadas como latifúndios se concentram no planalto serrano e estão associadas a criação extensiva de gado.

ao patamar de 90,1%. Estes números certamente demonstram que a opção institucional de utilizar a Região Sul como espaço para a acomodação de unidades agrícolas de pequenas dimensões territoriais surtiu os efeitos esperados.

Tabela 2: Proporção do número de estabelecimentos por grupos de área total em Santa Catarina (1970 – 2003)

Estrato de área (ha.)	Ano				
	1970	1975	1985	1995	2003
	%				
Menos de 10	31,9	33,9	39,1	35,6	34,0
10 a menos de 50	56,7	54,8	51,2	54,1	56,1
50 a menos de 100	7,1	7,1	5,7	5,9	6,0
100 a menos de 1000	4,1	4,0	3,8	4,1	3,7
1.000 a menos de 10.000	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
10.000 e mais	0	0,0	0,0	0	0,0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto de Planejamento em Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA): agroindicadores. (<http://www.icepa.com.br>)

Tomando por base estes dados e tendo em vista que o perfil da estrutura fundiária catarinense indica a predominância de unidades produtivas cuja área média se situa no estrato de até 50 hectares, parece-nos acertada a decisão de utilizarmos os postulados teóricos de Diniz ⁴⁶ no que diz respeito ao processo de classificação das propriedades rurais em pequenas, médias e grandes.

1.2 A CHEGADA DOS IMIGRANTES E A DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS EM SÃO LUDGERO

Como foi visto, em Santa Catarina foram instaladas diversas colônias fundadas por imigrantes alemães, as quais se desenvolveram e fragmentaram-se, dando origem a vários municípios, entre os quais figura o de São Ludgero.

O processo histórico/geográfico que culminou na constituição deste município inicia-se no ano de 1859, quando o Governo Imperial atendendo recomendação contida em um relatório produzido sob o Governo de Luiz Pereira do Couto Ferraz e datado de 14 de abril deste mesmo ano, determina a fundação da

⁴⁶ Ver box 1.

Colônia de Teresópolis, determinação esta que se concretiza no ano seguinte (1860).⁴⁷ (ver **figura 2**)

No referido relatório constavam orientações precisas tanto no que se refere às características físicas da área em que a colônia deveria ser instalada quanto ao tipo de colonizador a ser ali introduzido, ressaltando-se que a colônia deveria localizar-se em terrenos devolutos, onde o clima e a fertilidade do solo não se constituíssem num entrave ao exercício da prática agropecuária, bem como que deveria haver uma criteriosa seleção dos imigrantes que iriam constituir a colônia.

Ao que tudo indica, no desenrolar dos eventos o Governo Imperial limitou-se em atender basicamente a recomendação para a fundação da colônia, não se preocupando em contemplar as demais sugestões contidas naquele relatório. Existem controvérsias inclusive sobre a origem dos próprios atores sociais que fundaram a colônia⁴⁸, fato que leva a pressuposição que não houve um processo seletivo do tipo humano a ser ali inserido, conforme havia sido sugerido naquele documento. Assim é que, se for tomado como base as pesquisas efetuadas por Dall’Alba, a Colônia de Teresópolis foi originada mediante a transferência de 44 colonos (43 alemães e um dinamarquês) que, por não estarem satisfeitos com as condições em que viviam na Colônia de São Pedro de Alcântara (fundada em 1829), no ano de 1837 resolveram se deslocar para aquela área.⁴⁹ Já se tomando como referencial os escritos de Jochem, a Colônia de Teresópolis surgiu mediante a instalação naquela área de 91 imigrantes (católicos e luteranos), em sua maioria oriundos da região da Renânia e Westfália, e que haviam chegado dois dias antes a Desterro, provenientes do porto de Antuérpia. De acordo com este autor, posteriormente a colônia recebeu mais uma leva de imigrantes (40 famílias originárias de Schleswig-Holstein, localizada ao norte da Alemanha), desta vez oriundos de fazendas do Rio de Janeiro, onde trabalhavam no sistema de parceria cultivando café. Em março de 1861 o número de habitantes na colônia era correspondente a 622 indivíduos e, “ao final de 1861, a colônia possuía 200 famílias, sendo 137 prussianas, 40 provenientes de Holstein, 13 holandesas e 10 de

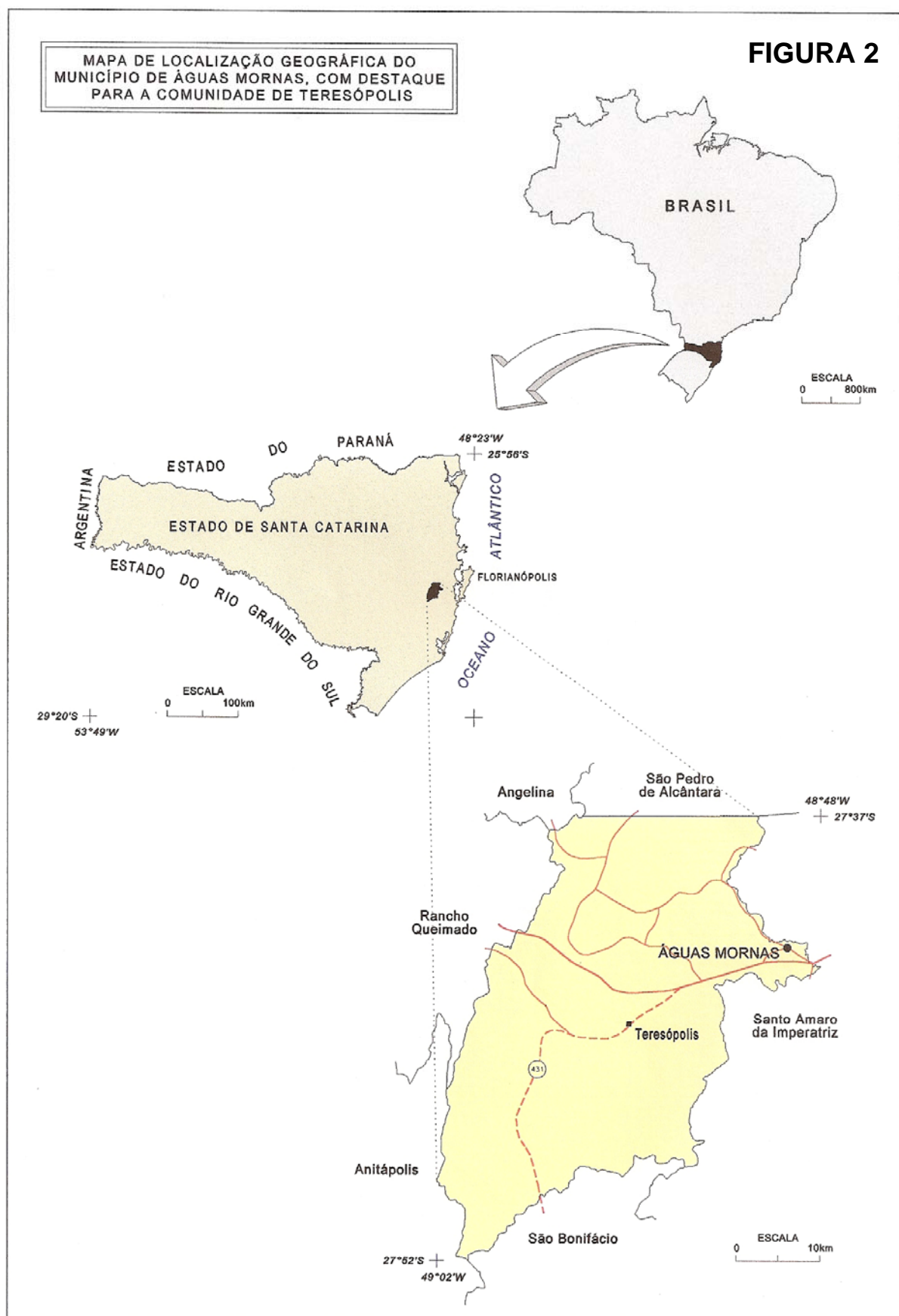
⁴⁷ JOCHEM, Toni Vidal. (b) **A formação da colônia alemã Teresópolis:** e a atuação da Igreja Católica (1860-1910). Palhoça/SC: Ed. do autor, 2002, p. 39.

⁴⁸ FARIAS, Kelson Adriani de. **130 Anos de Colonização Alemã em São Ludgero**. São Ludgero/SC: Prefeitura Municipal, 2003, p. 51.

⁴⁹ DALL’ALBA, João Leonir, (a), op. cit., p. 33.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, COM DESTAQUE
PARA A COMUNIDADE DE TERESÓPOLIS

FIGURA 2



Fonte: Mapa Político do Estado de Santa Catarina, Esc. 1:500000, DGE/SDO, 2002.

Digitalização e edição: Geó. José Henrique Vilela (dez/2005)
Fones: 48-9981-9512 e 3225-7487

Hessen".⁵⁰ Com base no Livro do Tombo da Paróquia do Braço do Norte, Alves aponta ainda que em 1862, chegaram ao Brasil quarenta famílias de alemães católicos provenientes da região de Münster – Westfália, as quais foram encaminhadas pelo governo imperial para a localidade do Rio Salto, na Colônia de Teresópolis.⁵¹

Não sendo do interesse aqui discutirmos e nem aprofundarmos sobre a forma como se deu a fundação dessa colônia, resta mencionarmos que, uma vez instalados em Teresópolis, os colonos se depararam com um relevo extremamente acidentado e de solo pouco fértil, sendo que as poucas áreas de terras em condições mais apropriadas para a prática agrícola e que ficavam as margens dos rios Cubatão e Cedro sequer possibilitavam a produção em quantidade suficiente dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que gerou um descontentamento generalizado entre os colonizadores.

Dall'Alba faz uma exposição um tanto quanto sombria – porém não alheia a realidade –, acerca da situação em que se encontravam os imigrantes alemães na Colônia de Teresópolis. Assim se refere o autor:

O que mais nos interessa agora é imaginar a triste situação dos imigrantes alemães que, em 1860 haviam feito o sacrifício de deixar a pátria civilizada e aqui tinham chegado plenos de róseas esperanças. Com mil sacrifícios derrubaram a floresta, isolados de todo o conforto material, social e espiritual. Resultado: Pobreza? Não. A miséria, o desespero. Pensemos nesta situação: miseráveis no meio da floresta, sem possibilidades de progredir, por que a terra não ajudava, sem esperanças, eles que haviam sido atraídos da Europa para melhorarem sua situação na América!⁵²

Infelizmente não se pode dizer que a situação vivida pelos imigrantes alemães após sua chegada ao Brasil tenha sido diferente da encontrada pelos demais povos que para cá se deslocaram.

Se reportando ao Vale do Rio Tijucas, Corrêa & Gerardi mencionam que os primeiros imigrantes a se instalarem em Tijucas foram casais açorianos, no ano de 1775, e que até o século XIX poucos núcleos coloniais haviam sido fundados naquele espaço, referenciando os seguintes: São João Batista (1834) e Colônia Nova Itália (1836), atual município de São João Batista; Ribeirão Alferes (1836), atual município de Nova Trento; Colônia Nacional Flor da Silva (1843), atual

⁵⁰ JOCHEM, Toni Vidal, (b), op. cit., p. 42.

⁵¹ ALVES, Elza Daufenbach, (a), op. cit., p. 14.

⁵² DALL'ALBA, João Leonir, (a), op. cit., pp. 51–52.

município de Canelinha, cujos territórios pertenciam até então a Tijucas. As autoras destacam que “nos primeiros tempos da colonização, o inexpressivo contingente populacional que habitava o hinterland possuía poucos recursos financeiros, ressentindo-se da falta de investimentos governamentais em infra-estrutura, característica comum praticamente a todas as colônias fundadas em Santa Catarina até aquele momento.” Registram, ainda, que os objetivos maiores da Metrópole Portuguesa estavam voltados basicamente para interesses estratégicos, sendo a ocupação territorial justificável sob a ótica de “povoar para dominar”, razão pela qual durante aproximadamente um século a economia de Santa Catarina se manteve em “moldes de subsistência”.⁵³

Por sua vez, Lago comenta que muitos dos colonos europeus que se instalaram em Santa Catarina na condição de desbravadores a partir de 1829 se decepcionaram profundamente ao perceber que as informações que lhes foram passadas pelas empresas de colonização não correspondiam exatamente a Canaã prometida. Baseado em documentos escritos pelo Pe. Luigi Marzano, Lago transcreve alguns infortúnios dos primeiros grupos de colonos italianos instalados em Urussanga, ali fixados por volta de 1880, portanto meio século após a fundação da primeira colônia germânica em Santa Catarina (Colônia de São Pedro de Alcântara), que segundo o autor foi também a pioneira em amargar toda sorte de desamparo no mundo catarinense. Para ele, os colonos desbravadores foram os que puderam fazer uma comparação nua e crua entre o que aqui encontraram e o que deixaram para trás, ou seja, ao contrário das gerações que lhes sucederam, “foram os colonos desbravadores que mais motivos tiveram para avaliar que o país novo tinha muito de pior em relação ao país que deixaram distante.”⁵⁴ No comentário a seguir, Lago sintetiza o drama vivido pelos imigrantes instalados em Santa Catarina, cujo texto certamente pode ser utilizado para descrever as condições de vida enfrentada pelos demais imigrantes estrangeiros espalhados pelo interior do Brasil.

Para os desbravadores que puseram as botas e sapatos em terras virgens, apenas pisadas por pés descalços de esparsos e temerosos indígenas neolíticos, o drama e a tragédia substituíram quase sempre o leite e o mel da Canaã sonhada. O paraíso prometido pelas

⁵³ CORRÊA, Walquíria Krüger & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do grupo USATI-PORTOBELLO. **GEOGRAFIA**. Rio Claro. v.22, n.2, out. 1997, p. 118.

⁵⁴ LAGO, Paulo Fernando, op. cit., p. 73.

empresas de colonização tornou-se para muitos a frustração, o inferno, a prisão perpétua ou o drama constante da necessidade de buscar novos endereços em outra *colônia*, em longínqua e mais promissora *frente pioneira*. Ou, prestarem serviços remunerados, além de trabalhos como forma de pagamento de glebas, impostos por termos contratuais, em abertura de estradas públicas, em vilas e pequenas cidades próximas ao local previamente destinado.⁵⁵

O relato acima retrata quase que fielmente o ocorrido na Colônia de Teresópolis. A localidade de Rio Salto (denominação do espaço que foi ocupado pelos imigrantes westfalianos) está encravada em um pequeno vale, de relevo extremamente irregular, fator que reduzia consideravelmente as áreas disponibilizadas para o uso em atividades agrícolas. Aliado ao problema de falta de terras propícias a prática agrícola, a localização geográfica em que se encontravam estes colonos impedia que as famílias tivessem um contato mais regular com os núcleos urbanos, dificultando o intercâmbio comercial, o socorro medicinal e até mesmo a convivência social, sobretudo em função da distância e da precariedade das vias de acesso que os interligavam.

Considerando a bagagem cultural destes imigrantes, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento que detinham acerca das técnicas de produção agropecuária utilizadas em sua pátria de origem, não é de se estranhar a dificuldade que tiveram em se adaptarem às condições topográficas e edáfico/climáticas encontradas na Colônia de Teresópolis.

Entre as dificuldades de adaptação dos colonos à nova pátria, estava incluída até a assimilação de novos hábitos alimentares, uma vez que muitos dos alimentos que estavam acostumados a consumir e que conseguiam produzir na Europa, simplesmente não conseguiam cultivar no Brasil, seja pelas diferenças do clima ou porque não dispunham de meios eficazes de eliminar os insetos daninhos que sistematicamente destruíam as lavouras. Priore & Venâncio relacionam uma série de insetos e de outros animais vistos como inimigos naturais no caminho dos colonos, sobretudo quando estes passaram a derrubar as matas e com isto quebrar o equilíbrio do meio ambiente em que praticavam a agricultura. O inseto que causava maiores danos aos cultivos eram as formigas, principalmente a denominada cortadeira ou saúva. Este inseto tem por hábito atacar as lavouras cortando e carregando as folhas das plantas para o interior do formigueiro a fim de cultivarem

⁵⁵ LAGO, Paulo Fernando, op. cit , p. 72.

fungos com os quais se alimentam. Segundo os autores, a quantidade dessa espécie de formigas era tão grande que já no século XVI os portugueses as apelidaram de o *inseto rei do Brasil*.⁵⁶

Conforme lembra Dirksen, a conformação topográfica dos campos na Westfália é extremamente plana e uniforme, ao ponto de existir um ditado popular na região que diz que quando uma pessoa está por receber uma visita, pode enxergar o visitante três dias antes dele chegar à sua casa.⁵⁷ Assim, afora terem que forçosamente se adaptar a uma paisagem que lhes era totalmente nova e que em quase nada era semelhante a que estavam acostumados, estes westfalianos se depararam com um problema ainda maior, qual seja, o fato de que as tentativas de reprodução das técnicas agrícolas adotadas em seu país de origem em muitos casos se mostraram ineficazes, infrutíferas e até mesmo inaplicáveis na nova pátria, dado terem sido gradualmente desenvolvidas e adaptadas para uso em um ambiente físico totalmente adverso ao encontrado em solo brasileiro. Cabe destacar que esta mesma dificuldade também se fazia presente em muitas outras colônias de origem européia instaladas no sul do Brasil.

Em relação à mudança dos hábitos alimentares Seyferth observa que o aspecto mais interessante foi a necessária adaptação dos povos europeus àquilo que podia ser cultivado no Brasil. Indo além, a autora destaca que a própria subsistência dos colonos passou a ficar condicionada e dependente de três produtos nativos básicos: o milho, o aipim e a cana-de-açúcar.⁵⁸ Por sua vez Priore & Venâncio referenciam que o trigo é um exemplo clássico de grão que inicialmente os imigrantes europeus fracassaram em suas tentativas iniciais de reproduzir nos trópicos.⁵⁹

Diante a falta de terras agricultáveis que pudessem lhes garantir a subsistência e reprodução, e considerando as demais limitações impostas pelas características físicas do espaço em que foram instalados levou os colonos buscarem alternativas para superar suas dificuldades. Estimulados pelo padre Guilherme Röer (1821-1891), pároco que tinha vindo da Alemanha para prestar

⁵⁶ PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pp. 83-99.

⁵⁷ DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho: a colonização alemã no Vale do Capivari**. Florianópolis: Ed. do autor, 1995, p. 23.

⁵⁸ SEYFERTH, Giralda, (b), op. cit., p. 33. A autora descreve detalhadamente as várias formas de utilização destes três produtos pelos colonos as quais, por serem já bastante conhecidas, deixamos de reproduzir neste trabalho.

⁵⁹ PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato, op. cit., p. 19.

assistência espiritual aos imigrantes germânicos das colônias do sul catarinense, 52 famílias de colonos insatisfeitos com as condições de vida que levavam na Colônia de Teresópolis, em 21 de outubro de 1872 enviaram uma petição ao Governo Imperial solicitando que lhes fossem concedidas terras localizadas no Vale do Braço do Norte. Em novembro do mesmo ano, o Ministério da Agricultura comunica ao Presidente da Província que havia atendido ao pedido efetuado por aquelas famílias e que estas estavam autorizadas a se instalarem no local solicitado.⁶⁰

Assim, em 1873⁶¹ essas famílias de colonizadores alemães, em sua maioria westfalianas, foram transferidas da Colônia de Teresópolis para o Vale do Braço do Norte, ocupando terras que até então eram parcialmente utilizadas por alguns elementos de origem açoriana, uma pequena parcela de índios do grupo carijós e outros poucos caboclos nacionais que ali já haviam se estabelecido, iniciando formalmente a colonização da área que futuramente iria dar origem ao atual município de São Ludgero.⁶²

A despeito de todas as dificuldades que tiveram no processo de transferência para a nova área, pelo menos no que se refere ao ambiente físico no Vale do Braço do Norte os colonos westfalianos encontraram um relevo não só mais propício ao manejo do solo como também a fertilidade deste superava ao da antiga colônia. Embora a paisagem ainda fosse muito diferente da que estavam acostumados em sua terra natal, ali existiam terras em quantidade suficiente para alojar e propiciar que as famílias pudessem desenvolver as atividades agropecuárias que desejassem. Ou seja, a falta de terras ou a qualidade do solo, deixavam de se constituir em argumento para justificar uma possível não adaptação dos colonos ao novo espaço em que foram inseridos.

Um outro fator positivo (se é que assim o podemos considerar) é que, mesmo levando-se em conta o fato destes colonos estarem passando pela difícil experiência de recomeçar a vida praticamente do zero num intervalo de tempo correspondente praticamente a uma década, isto de certa forma tornou a tarefa um

⁶⁰ DALL'ALBA, João Leonir, (a), op. cit., p. 52.

⁶¹ Existem controvérsias quanto a data precisa da transferência dos imigrantes alemães da colônia de Teresópolis para o vale do Rio Braço de Norte. Segundo Dall'Alba (op. cit., p. 53.) "muitos trabalhos de escola trazem a data de 1870. Monografias das prefeituras dão 1872. O livro do tombo de S. Ludgero, em página escrita em 1901, diz que a chegada foi em 1873. Os documentos do agrimensor Schalappal, de 1881, sempre marcam o início em 1874." Embora a discrepância de datas, concordamos com a opinião deste autor quando este diz, baseado nas informações do livro do tombo, que isto deve ter ocorrido "de certo em fins de 1873."

⁶² FARIAS, Kelson Adriani de, op. cit., p. 55.

tanto menos penosa quanto poderia ser em função de já terem aprendido, mesmo que com muito sacrifício, a enfrentarem as adversidades impostas pelo meio ambiente catarinense.

Sob um outro ponto de vista, cabe relemburar que estes colonos eram oriundos de uma mesma região da Alemanha, mais precisamente da região de Münster – Westfália. Embora não tenhamos encontrado elementos para afirmar que existia grau de parentesco entre eles e nem mesmo se estes mantinham relação de amizade em Münster, o fato é que estas famílias de colonos já eram conhecidas entre si, isto porque haviam convivido por vários anos na Colônia de Teresópolis, local de onde estavam migrando e que haviam inicialmente se estabelecido quando da sua chegada ao Brasil em 1862. Isto certamente deve ter facilitado bastante a adaptação das famílias no novo espaço para onde estavam se instalando, uma vez que a lógica leva a crer que estas deviam ser solidárias entre si.

Com relação à extensão das áreas de terras recebidas por cada família de colonos, Dall’Alba ⁶³ apresenta duas versões, cujos valores expressos não são idênticos. Primeiro, na página 52 da obra citada, menciona que o Governo Imperial concedeu aos colonos “lotes de 150 braças ⁶⁴ de frente, por 883,3 de fundo, ou 125000 braças quadradas, medidas à custa do [próprio] Governo” ⁶⁵ e, posteriormente, na página 77 da mesma obra, cita o relatório datado de janeiro de 1879 e que foi efetuado pelo agrimensor Carlos Othon Schalappal (responsável pela demarcação das terras concedidas aos colonos), onde aquele diz que o tamanho dos lotes recebidos por cada família era equivalente a 605.000 m² (60,5 hectares), sendo 330 m de frente por 1.833,3 m de fundos.

Já as informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros indicam que cada família que se estabeleceu no Vale do Rio Braço do Norte recebeu entre 150 a 200 *morgen* (1 *morgen* = 2.500 m²) de terras, o que corresponde respectivamente a 37,5 hectares e 50 hectares.⁶⁶

⁶³ DALL’ALBA, João Leonir, (a), op. cit.

⁶⁴ De acordo com o Dicionário Aurélio, “braça” é uma antiga unidade de medida de comprimento equivalente a 2,2 m.

⁶⁵ Percebe-se que há algum equívoco nos dados informados, uma vez que a multiplicação da metragem dos lados não corresponde ao valor apresentado para a área total dos lotes. (150 braças x 883,3 braças = 132.495 braças²). Por outro lado, considerando estes números, a área das propriedades seria equivalente a 64,12 hectares.

⁶⁶ ENCICOLÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Volume XXXII. Planejada e Organizada por Jurandyr Pires Ferreira. IBGE/RJ, 1959, p. 42.

A desigualdade no tamanho das áreas disponibilizadas aos colonos estava relacionada à própria topografia do terreno, sendo que os lotes que apresentavam obstáculos de ordem natural e que por isto tendiam a dificultar o uso do solo (tais como a presença de morro, pântanos, pedreiras, etc.) possuíam maior extensão territorial.

Em que pese as diferenças existentes quanto ao tamanho de cada lote ⁶⁷, o sistema de distribuição de terras baseou-se no modelo tradicional, ou seja, as propriedades foram projetadas em forma retangular, sendo que a frente dos lotes ficou sendo o rio Braço do Norte ⁶⁸ e a outra extremidade era direcionada às encostas.

Mesmo que se tome como referência o menor registro de área concedida (37,5 hectares), consideramos que o tamanho dos lotes não só impuseram uma grande carga de trabalho inicial aos colonos – uma vez que as terras a serem ocupadas eram cobertas por uma densa floresta –, como também contribuíram para um relativo isolamento dos mesmos dentro das propriedades, dado que, em função das dimensões dos lotes, não havia possibilidade deles construírem suas habitações uma próxima das outras.

Esta situação era incomum aos colonos e contrastava significativamente com o modo de vida que estavam acostumados na Westfália. Lá estes se agrupavam em pequenas vilas, sendo que os espaços utilizados na atividade agrícola situavam-se nas áreas periféricas a estas. Com relação a este aspecto não há dúvidas que os colonos tiveram que se submeter a um estilo de vida diferente da que levavam na terra natal, inclusive tendo que abandonar parte de seu conhecimento tradicional de trabalho, uma vez que as técnicas de produção agropecuária a serem empregadas no solo brasileiro deveriam ser adaptadas às condições edáfico e climáticas locais, as quais diferiam das encontradas na Alemanha. Mais do que isto, uma vez que não dispunham de equipamentos mecanizados que os ajudassem no processo produtivo, os colonos tiveram que se resignar a exercerem os trabalhos à base de enxada e até mesmo da estaca de cavar.

⁶⁷ Cabe lembrar que, conforme foi visto anteriormente, vários autores apontam que o tamanho médio dos lotes nas colônias européias fundadas em Santa Catarina girava em torno de 25 hectares. Isto significa dizer que a área de terras concedidas aos colonos westfalianos que se transferiram da Colônia de Teresópolis para o Vale do Rio Braço do Norte estava bem acima dessa média.

⁶⁸ DALL'ALBA, João Leonir, (a), op. cit., p. 76.

Há de se considerar que os colonos que aqui chegavam traziam, quando muito, algumas roupas para a vestimenta da família, pequenos objetos que de alguma forma simbolicamente lhes uniam a terra natal e um pequeno capital em moeda. Dessa forma, os primeiros anos na nova pátria eram bastante difíceis para os imigrantes, uma vez que tinham que encontrar, por conta própria, os meios que garantissem a sobrevivência biológica de suas famílias. O pequeno capital que dispunham geralmente tinha um único destino: a aquisição de lotes de terras onde pudessem se fixar e trabalhar. Assim, o problema enfrentado pelos imigrantes não estava restrito apenas aos aspectos produtivos (preparar o solo, plantar e colher), mas também havia a necessidade destes encontrarem recursos para sobreviverem até que pudessem contar com o resultado da primeira colheita. Era imprescindível, pois, que se valessem de todos os recursos e técnicas disponíveis que permitissem um maior retorno dentro do menor espaço de tempo. Conforme relata Willems, os imigrantes viviam sob intensa pressão psicológica, pois sabiam que uma vez

Perdido o primeiro tempo de plantio, tudo estava perdido: não se podia pagar a dívida ao negociante, este deixava de vender a crédito e o imigrante era forçado a descartar-se do seu lote, geralmente por um preço irrisório perdendo ainda a maior parte de seu capital investido na terra. Por isso, tudo havia de ser primitivo, rápido e grosseiro. Era o retorno a métodos agrícolas que na Europa central foram abandonados há mais de mil anos.⁶⁹

É certo que as dificuldades enfrentadas pelos colonos no processo de dominação da terra, transformando o espaço ocupado pela mata nativa em lavouras e pomares, não foram poucas. Essas dificuldades tornavam-se ainda mais agudas para os imigrantes que, em sua terra natal, exerciam outras atividades que não a agricultura, e que por isto tinham pouca ou nenhuma experiência das técnicas a serem utilizadas na produção agropecuária. Conforme assinalam Priore & Venâncio, “a origem urbana de inúmeros colonos dificultava sua adaptação ao meio rural. Aliás, não faltavam imigrantes inexperientes no trabalho agrícola; vários deles eram desempregados urbanos, ex-soldados e até mesmo criminosos”.⁷⁰ Seyferth acrescenta que a origem dos imigrantes não era necessariamente rural, muito embora todos eles acabassem sendo identificados genericamente pela categoria colono. Assim, durante o processo imigratório, mesclados aos camponeses também

⁶⁹ WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Editora Nacional; (Brasília): INL, 1980, p. 238.

⁷⁰ PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato, op. cit., p. 142.

aportaram artesãos, profissionais liberais, operários especializados, professores, religiosos, comerciantes, intelectuais que emigraram por razões políticas além de pessoas sem nenhuma qualificação profissional, muitos dos quais cedo trocaram a lavoura pela cidade, onde na medida do possível foram exercer seu ofício.⁷¹

Diante as dificuldades em utilizarem os instrumentos de trabalho e as técnicas agrícolas que dominavam em sua terra natal, dado a incompatibilidade com as condições do ambiente natural encontrado em Santa Catarina, os imigrantes foram praticamente obrigados a assimilarem a cultura cabocla no que diz respeito ao manejo do solo com vista à produção agrícola. Este processo com certeza não deve ter sido muito fácil para os colonos pioneiros, não só porque a produção agrícola era uma condição indispensável a sua própria subsistência (sendo, portanto, crucial que eles aprendessem rapidamente as técnicas de cultivo nativas), mas também porque tinham a difícil tarefa de abandonar hábitos antigos e com isto perder parte de sua própria cultura, situação particularmente indesejável para quem vinha com o espírito de construir uma nova pátria no Brasil.

A principal técnica utilizada pelos nativos no preparo das áreas destinadas a atividade agrícola era a coivara. De início cortavam-se as árvores que recobriam o espaço a ser ocupado com lavouras e esperava-se o tempo suficiente para que o tronco e galhos secassem. Nessa etapa os principais instrumentos de trabalho eram o machado, o facão e a foice. Fundamentais mas nem sempre disponíveis. Estando os despojos secos ao ponto de queimarem, era ateado fogo no local. O fogo era um recurso eficaz para abrir clareiras, pois limpava as áreas desejadas ao uso com lavoura ao mesmo tempo em que fertilizava a terra com cinzas e eliminava as diversas espécies de cobras que infestavam as matas. Após a primeira queima é que verdadeiramente ocorria a atividade conhecida por coivara. Tal atividade consistia em amontoar os restos ou pilha de ramagens que não foram atingidas pelo fogo ou que ficaram parcialmente queimadas, de modo a serem efetivamente incineradas a fim de adubar com cinzas e limpar por completo o terreno a ser utilizado com lavoura. Assim, a técnica agrícola que era utilizada e que ainda hoje se reproduz – sobretudo nas pequenas propriedades rurais –, é a da derrubada/queimada. A diferença é que atualmente os agricultores dispõem de

⁷¹ SEYFERTH, Giralda, (b), op. cit., pp. 40-41.

equipamentos motomecanizados que os auxiliam sobremaneira nesse processo (motosserras, tratores, etc.).

Não se pode omitir, contudo, que os imigrantes também imprimiram parte de sua cultura no ambiente em que se instalaram. Conforme Seyferth, passado os anos iniciais e estando o solo descoberto da mata nativa, os imigrantes introduziram o uso do arado com relha metálica e grade, o que inovou o modo de cultivar as lavouras, apesar deste equipamento apresentar o inconveniente de acelerar a erosão do solo em áreas de cultivo conseguidas pelo método da coivara.⁷² (ver **foto 1**)

O espaço destinado à fixação das famílias de westfalianos oriundos da Colônia de Teresópolis compreendia o território atualmente ocupado pelos municípios São Ludgero e Braço do Norte e, até 1955, pertencia ao município de Tubarão. Neste mesmo ano Braço do Norte obtém a sua emancipação política, fazendo com que a população que formava a comunidade de São Ludgero fosse separada em duas parcelas, sendo o rio Braço do Norte utilizado como marco divisor territorial.⁷³ Desta forma, os que ocupavam a margem direita do referido rio foram incorporados ao município de Orleans e os da margem esquerda passaram a pertencer ao recém criado município de Braço do Norte.

Sete anos mais tarde a comunidade de São Ludgero também conquistou a sua emancipação política, evento que ocorre precisamente no dia 12 de junho de 1962. O nome que designa o município, “São Ludgero”, tem haver com a própria origem dos colonizadores, e foi dado em homenagem ao primeiro bispo da cidade de Münster/ Alemanha, “que viveu entre os anos de 744 e 809 e era descrito pelos catequistas como ‘o santo dos colonos, que benzia os campos, as plantações e os animais domésticos, afastando as pragas e as pestes.’”⁷⁴ (ver **foto 2**)

A extensão territorial do município ficou delimitada em 120,2 km², sendo esta área proveniente do desmembramento de terras de Orleans e Braço do Norte, permitindo que se reunificasse numa mesma sede a população que havia sido anteriormente dividida. (ver **anexos 2 e 3**)

⁷² SEYFERTH, Giralda, (b), op. cit., p. 30.

⁷³ As famílias de imigrantes que se instalaram no espaço atualmente denominado Município de São Ludgero ocuparam inicialmente as áreas de várzea que margeiam o rio Braço do Norte, e que nos dias atuais encontra-se ocupada pelo núcleo urbano. (ver **fotos 3 e 4**)

⁷⁴ ALVES, Elza Daufenbach, (a), op. cit., p. 15.

Foto 1 – Utilização do arado de tração animal



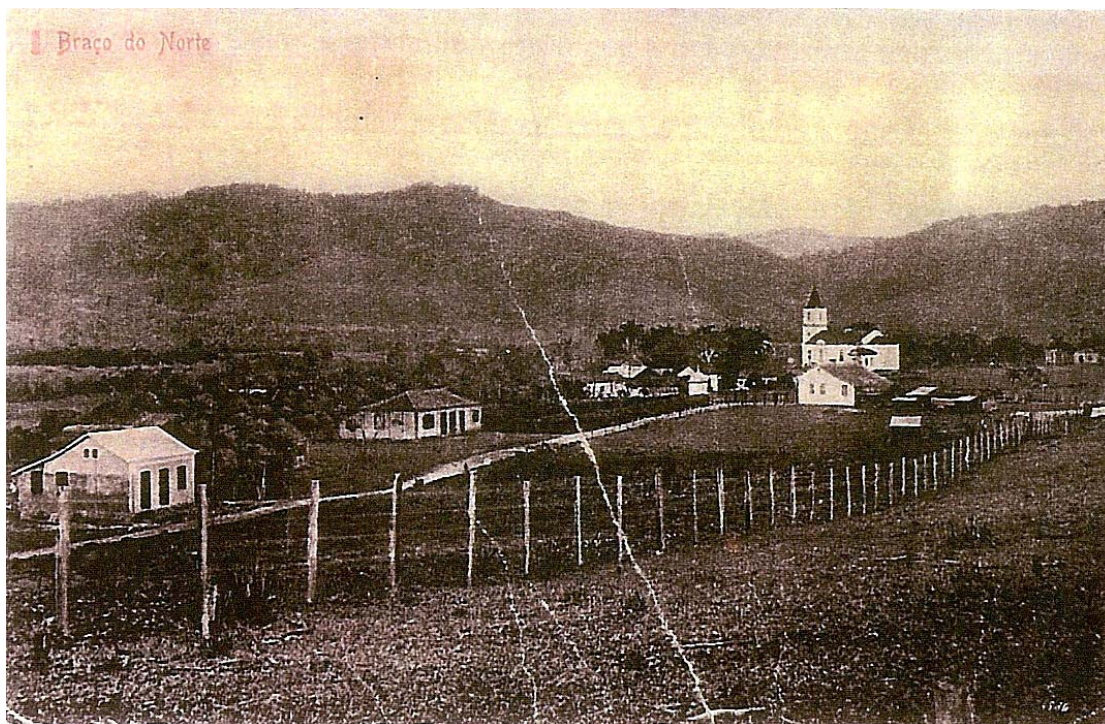
Foto do autor

Foto 2 – Imagem de São Ludgero – padroeiro da cidade



Foto do autor

Foto 3 e 4 – Município de São Ludgero no início dos anos 1920 e 2000.



A comparação destas duas fotos permite constatar as transformações espaciais ocorridas na área onde atualmente concentra-se o núcleo urbano de São Ludgero. A foto de cima nos foi cedida pela família Wanderlind e retrata o município no início dos anos 1920, época em que a economia girava em torno da exploração agropecuária. O número de habitações era reduzido e as construções dispersas. Nota-se, ao fundo, o antigo campanário. Na foto de baixo, cujo autor é Gabriel Bianco/São Ludgero, vemos a área central do município no início dos anos 2000.

1.3 A INFLUÊNCIA DA MATA ATLÂNTICA ENQUANTO FONTE DE BENESSES E TEMORES NA VIDA DOS COLONOS E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS PROPRIEDADES RURAIS

Uma vez instalados no Vale do Braço do Norte os colonos oriundos da Colônia de Teresópolis se envolveram com perseverança na árdua e exaustiva faina diária de subjugar a floresta, derrubando a mata e preparando a terra para nela produzir os bens necessários para a manutenção e reprodução familiar. Aliás, antes mesmo da transferência dos núcleos familiares para aquele local, precedeu a vinda dos homens adultos com o intuito de montar uma estrutura que pudesse oferecer o mínimo de conforto para os demais membros da família.⁷⁵ Durante alguns meses, enquanto estes se dedicavam a derrubada da mata, abrindo clareiras com espaço suficiente para a construção da casa e ao cultivo de alguns produtos necessários a sua sobrevivência, as mulheres e crianças permaneceram em Teresópolis.

O Vale do Braço do Norte àquela época era coberto por uma densa floresta, constituída originalmente por espécies características da mata atlântica. Foram várias as referências, tanto dos entrevistados mais antigos do município quanto o que encontramos em obras publicadas sobre o processo de colonização do referido Vale, que apontam para a exuberância e diversidade da flora e fauna que existia no local.

Entretanto, por mais rica e exuberante que fosse, a floresta, por si só, era algo temido pelos colonos. Afora o imaginário que poderia abrigar seres demoníacos, existia ainda o temor natural dos perigos terrenos que esta representava. Relatos de imigrantes alemães dão conta que estes tinham vários temores em relação ao ambiente em que obrigatoriamente teriam que se submeterem. Nesse sentido, nada mais esclarecedor do que o relato contido no diário de Mathias Schmitz, imigrante alemão que em 1847 havia se estabelecido na Colônia Santa Isabel, no qual descreve a visão generalizada que se tinha sobre o Brasil à época da colonização:

Eu fazia idéia de uma terra selvagem, cujos poucos habitantes teriam apenas o nome de gente, mas que se assemelhassem mais a animais; uma terra onde se esperasse sair de detrás de cada moita ou de cada arbusto uma cobra a nos dar o bote, ou um animal a atirar-se sobre nós e nos estrangular; uma terra onde não se

⁷⁵ FARIAS, Kelson Adriani de, op. cit., p. 55.

pudesse dar um passo sem temer ser aprisionado pelos bugres, esquartejado, assado e comido.⁷⁶

Este imaginário sobre o país, embora exacerbado em determinados aspectos, foi certamente consubstanciado por algumas situações reais, vivenciadas pelos imigrantes após sua instalação em solo brasileiro. Particularmente no que tange ao temor dos índios que habitavam o território catarinense, apesar de não existirem casos comprovados de canibalismo, há vários relatos de colonos que tiveram suas casas invadidas, utensílios e animais domésticos furtados, que foram atacados com pedras e flechas e até mortos por aqueles.⁷⁷ Um dos agricultores entrevistados durante nossa pesquisa de campo em São Ludgero, relatou que na medida do possível os colonos tentavam manter um bom relacionamento com os índios. “Para que os índios não roubassem as criações, quando matavam um animal (um porco, boi ou ovelha) era comum deixarem um pedaço da carne em cima de uma pedra no meio da mata onde sabiam que os índios iriam buscar.”⁷⁸ Os resquícios da presença de índios nos espaços agrícolas ocupados pelos primeiros habitantes do município até hoje ainda podem ser notado, não sendo raras as pontas de flechas e fragmentos de outros utensílios que eram utilizados pelos índios e que são com certa frequência encontrados nas propriedades rurais de São Ludgero.

Embora já tenhamos mencionado, não custa lembrarmos que a região em que os colonos se instalaram era rica em espécies de animais selvagens de pequeno e médio porte (gato-do-mato, gambá, quati, graxaim, irara, jaguatirica, lobo guará, lagarto, aves de rapina, cobras, etc.) os quais também tinham que se esforçar para conseguirem seu sustento diário e, para tanto, perambulavam pela mata em busca de suas presas, nem sempre fáceis de serem apanhadas. Com a chegada dos colonos esta tarefa ficou um pouco mais fácil para os predadores, que passaram a atacar os animais domésticos e com isto roubando daqueles parte importante de sua alimentação. A concentração de presas fáceis de serem abatidas em uma pequena área transformou as propriedades rurais em um pequeno supermercado para a fauna predadora local. Como grande parte dos ataques eram feitos na calada da noite, hora em que a família estava no merecido repouso, não havia como saber que

⁷⁶ JOCHEM, Toni Vidal. (a) **Pouso dos imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992, p. 21.

⁷⁷ Ver DALL'ALBA, João Leonir. (b) **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Orleans/SC: edição do autor, 1986, pp. 104-110.

⁷⁸ Entrevista com A.D. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

tipo ou qual o tamanho do animal que atacava as criações, e nem se isto era obra de coisas terrenas ou de entidades demoníacas, o que só contribuía para aguçar o imaginário e intensificar os temores que os colonos tinham em relação a floresta que os circundava.

Dall’Alba faz referência sobre esta questão nos seguintes termos:

Sem estradas, sem escola, sem contato com sociedade, sem mercados para os produtos. E o medo. ‘A gente de agora não sabe o que é medo. Precisava os ver viverem no meio do mato, o primeiro vizinho a mais de um quilômetro, com tigres, com bugres, com cobras. Pensa que a gente ia caçar no mato? E quando precisava ir de um lugar a outro, pelas picadas da floresta a gente levava cachorro, facão e pistola. Era assim: uma pistola na roça e outra em casa. As mulheres também sabiam usar. E de noite? Quanta vez a gente acordava com barulho no quintal, os cachorros ganindo baixinho, tremidos, na porta da casa. Era tigre. Às vezes era bugre. Às vezes não era, mas a gente pensava que fosse. E medo sempre. Medo até de acender a lamparina na escuridão, a família toda se agarrando quieta. (...) Medo de bicho, medo de bugre, medo de cobra, medo de entrar no mato, medo de qualquer fruta que podia ser venenosa. Medo de doença. Se a gente adoecesse? Era preparar-se para morrer. (...) Mas o medo era tanto que até de encontrar-se com outra gente, a gente evitava.’⁷⁹

Concorria para acentuar este medo o discurso dos padres alemães que prestavam assistência religiosa aos seus patrícios nas colônias germânicas no Sul do Brasil. Estes, seguindo a orientação da igreja católica, primavam por explorar ao máximo o medo de suas “ovelhas”, utilizando e abusando da figura do demônio, associando-o a toda e qualquer atitude praticada pelos fiéis que fugisse ao que consideravam como desejável. Eles (os padres) se colocavam na condição de mediadores entre os homens e Deus e, portanto, para os colonos só havia uma maneira de garantirem a salvação de suas almas: era seguir à risca a palavra dos sacerdotes. “Em São Ludgero naquele tempo, como escreveu Luís de Boni, aquilo que era condenado pelo padre era igualmente condenado pela sociedade”⁸⁰, razão pela qual os padres gozavam de um grande prestígio e poder sobre a população. A palavra final sempre era a do padre e, esta, considerada como lei, seja no plano físico (terreno) ou espiritual (celestial).

Nestas condições não é de se estranhar que os colonos estivessem sempre em sobressalto. Por isto, quando ocorria algum fato que fugisse a

⁷⁹ DALL’ALBA, João Leonir, (a), op. cit., p. 101. Obs.: o autor não faz referência quem é o seu interlocutor.

⁸⁰ ALVES, Elza Daufenbach, (a), op. cit., p. 130.

normalidade e para o qual não encontravam uma explicação plausível, este era imediatamente atribuído à obra do demônio. E o medo do desconhecido, daquilo que não se conhece, mas que se teme, era materializado principalmente na forma de matas, fechadas e obscuras, locais onde se atribuía ser a morada do demônio.

Certamente que o estreitamento de relações com os nativos e, com isto, tomando conhecimento das inúmeras crendices de origem popular brasileira acerca das criaturas sobrenaturais que eles acreditavam habitar nas florestas (tais como o caipora, o boitatá, o curupira, o saci-pererê, a mula-sem-cabeça, entre outros) deve ter contribuído para aumentar ainda mais o temor dos imigrantes europeus sobre o ambiente obscuro que os rodeava. De forma a ilustrar este tópico, reproduzimos uma história contada por um dos nossos entrevistados, cujo teor retrata com fidelidade o medo que reinava entre os habitantes das comunidades rurais num passado não muito distante.

Disse ele que, na localidade de Morro do Cruzeiro, em São Ludgero, um morador adepto em pregar peças a seus vizinhos, bolou um plano para dar um susto no pessoal. Aproveitando uma das ocasiões em que a comunidade estava reunida para conversar, o “gajo” esperou o entardecer, enegreceu o rosto com cinza de carvão e, envolto em roupas extravagantes que o cobriam dos pés à cabeça deixando-o completamente irreconhecível, correu de um lado para outro enquanto gesticulava e grunhia grotescamente na frente dos atônitos espectadores, embrenhando-se em seguida no mato. Ajudado em sua camuflagem pela penumbra, o surgimento inesperado daquela figura causou um enorme espanto entre os presentes. Não tardou muito para que esta fosse associada ao demônio. “O diabo está solto”, diziam. Naquela noite, e nas noites que se seguiram foi um terror. Ninguém dormia direito, ninguém saía sozinho à noite. Para acalmar a família, alguns até mesmo chegaram a disparar arma de fogo para o alto de madrugada, pensando que com isto estariam espantando o diabo. Só depois de muito tempo é que foram descobrir que o “diabo” era o vizinho gozador.⁸¹

Ainda em relação aos temores dos imigrantes não podemos deixar de mencionar que todo o seu conhecimento tinha por base a transmissão geracional e estava afeto as condições de vida que levavam na terra de origem. Assim, ao se deslocarem para territórios alienígenas, estavam sujeitos a contraírem doenças para

⁸¹ Entrevista realizada com A. S., arquivo do autor.

as quais não tinham noção alguma de seus efeitos e muito menos de que forma poderiam ser combatidas. As rudimentares (e, em grande parte, ineficazes) práticas curativas que dominavam, estavam voltadas à cura de doenças que adquiriam na terra de origem. Portanto, qualquer doença a que fossem acometidos na nova pátria, poderia significar grande sofrimento ou, conforme o tipo de enfermidade, a morte certa. Não sem razão, portanto, o temor que os imigrantes tinham dos répteis peçonhentos, uma vez que ser mordido por uma serpente (e eram várias as espécies de cobras venenosas encontradas na região, principalmente jararacas e jararacuços) era o mesmo que receber um passaporte para o cemitério.

De mordida de cobra morreu muita gente. Havia certas encostas em que a gente até evitava trabalhar de tanta cobra que havia. O que acabava com muitos destes bichos eram as queimas. A gente procurava derrubar quanto mais mato possível ao redor da casa. E logo fazia-se potreiro, para que ficasse limpo. Não foi por nada que os nossos velhos cercaram suas casas de pastos. Era também por medo de índios.⁸²

Por sua vez, a falta de higiene concorria sobremaneira para agravar o estado clínico dos que estavam acometidos por doenças, intensificando as infecções e dificultando a cura. De modo geral, não havia muita preocupação dos colonos com relação a preparação e conservação dos alimentos, sendo comum estes estarem expostos ao contato com agentes potencialmente transmissores de doenças, principalmente ratos. Mas é particularmente com relação aos cuidados de higiene pessoal que os colonos primavam pelo descaso. Tomar banho era um ato pouco valorizado e, quando ocorria, muitas vezes limitava-se apenas lavar as mãos e os pés, não sendo anormal as pessoas dormirem com a roupa que trabalharam durante o dia. Há relatos, inclusive, que quando trabalhavam na roça alguns colonos tinham por costume lavar as mãos com a própria urina antes de se acomodarem para comer.

Em não havendo médicos disponíveis para prestar assistência na colônia, o desespero levava os doentes a utilizarem, por conta própria, todos os recursos disponíveis e imagináveis que julgavam poder levar à cura, ou a se submeterem às benzeduras dos curandeiros locais. As gestantes, por exemplo, não tinham qualquer tipo de assistência médica antes ou pós-parto. Uma vez cortado o cordão umbilical era muito comum aplicarem esterco de gado no umbigo do recém-nascido, o que

⁸² DALL'ALBA, João Leonir, (a), op. cit., p. 103.

não raro resultava em tétano umbilical. Geralmente o doente era submetido a todo tipo de tratamento caseiro, sendo que a busca por atendimento médico ocorria quando o quadro de enfermidade já estava bem adiantado. Considerando que era grande a distância entre as colônias e os centros urbanos onde podiam contar com recursos médicos, significava que muitos dos pacientes morriam à caminho do hospital. “Mas, em geral, o jeito era deixar o doente no fundo da cama até morrer”.⁸³

Mas, voltando a falar da floresta, cabe dizer que esta não tinha só o seu lado negro. Além dos diversos frutos comestíveis e da abundante caça que abrigava (e que se constituíam numa importante fonte de alimentação até que as primeiras roças dessem os seus resultados), a mata também foi extremamente útil como fornecedora de matéria prima à construção das casas e demais benfeitorias (galpões, paióis, estábulos, cercas, etc.). Era também da mata que saía a madeira utilizada como combustível nos fogões à lenha domésticos e que, posteriormente, também passou a ser empregada nos fornos de engenhos de açúcar, de farinha de mandioca e em estufas de fumo.

Neste sentido, podemos afirmar que a mata, ao mesmo tempo em que se constituía na principal barreira a ser superada – tanto sob o aspecto físico quanto do espiritual –, foi também o celeiro que supriu as necessidades dos colonos nos primeiros tempos após sua chegada no Vale do Braço do Norte.

É interessante mencionarmos que, como não poderia ser de outra maneira, os imigrantes recém instalados no Brasil estavam impregnados pelo estilo de vida que levavam na terra natal onde, de acordo com Willems, as comunidades eram “muito coesas, relativamente auto-suficientes e dificilmente permeáveis a influências estranhas”.⁸⁴

Por isto, ao percorrer as regiões de colonização de Santa Catarina um observador mais atento facilmente perceberá que, conforme o tipo do imigrante que se instalou em determinada área, a ela imprimiu um modo de vida semelhante ao que encontrava na terra de origem, tanto no que se refere à arquitetura das habitações, ao tipo de atividades rurais desenvolvidas, as técnicas empregadas nos cultivos, a organização do trabalho familiar, a distribuição das benfeitorias na propriedade, na culinária, na música, enfim, na manutenção da cultura que lhe é inerente e que adquiriu na terra natal.

⁸³ DALL'ALBA, João Leonir, (b), op. cit., p. 188.

⁸⁴ WILLEMS, Emílio, op. cit., p. 28.

No caso em estudo, sabemos que a organização interna das primeiras propriedades rurais que surgiram no Vale do Rio Braço do Norte foi delineada sob uma forte influência das tradições germânicas, destacando-se o fato de que aqui seus costumes foram reproduzidos e reafirmados em função de outras circunstâncias, algumas das quais já mencionadas. Em termos de localização geográfica a Westfália situa-se numa região onde os invernos são bastante rigorosos, razão pela qual era muito comum, no século XIX, os agricultores abrigarem os animais domésticos na parte inferior ou em anexos construídos junto a casa em que habitavam. Não só na Westfália, mas também em outras regiões da Europa esta prática era bastante difundida, e tinha a sua razão de ser: primeiro porque as populações rurais se concentravam em pequenos vilarejos e as terras em que trabalhavam ficavam afastadas desse núcleo, o que implicava ter que se deslocar em condições adversas para tratar os animais caso estes ficassem alojados nos campos; um outro motivo era evitar que estes fossem roubados, além do que esta era a forma de não deixar os animais expostos ao frio, o que lhes seria fatal dado as condições climáticas extremamente desfavoráveis. De modo geral, “a terra, a paisagem, sua vegetação e suas criaturas estão plenamente integrados na vida do camponês. (...) O camponês tradicional convive realmente com seus campos e seu gado, abrigando, este, sua família e seus agregados, não raro, sob o mesmo teto”.⁸⁵

Embora não fossem mais justificadas em função das condições climáticas, os imigrantes que aqui se instalaram conservaram e continuaram a reproduzir as características socioculturais que lhe foram transmitidas por seus antepassados. Assim, o costume de alojar as criações junto a casa foi mantido, até porque aqui os colonos encontraram outros motivos que justificavam a manutenção desta prática. Foram com base nestes valores que os colonos moldaram o cenário das benfeitorias instaladas na propriedade e definiram a configuração do sistema produtivo agropecuário a ser efetuado pelo trabalho dos membros familiares.

Os imigrantes que se instalaram no espaço atualmente delimitado pelo município de São Ludgero organizaram suas propriedades basicamente nos seguintes termos: o primeiro passo foi derrubar a mata e construir a casa para abrigar a família. Tanto quanto possível, as áreas mais planas próximas a um curso

⁸⁵ WILLEMS, Emílio., op. cit., p. 29.

d'água eram valorizadas como local ideal para a construção da casa sede, facilitando o acesso ao indispensável líquido pelos membros da família bem como pelos animais domésticos e demais criações.

Reafirmando o hábito que tinham na Alemanha, a criação dos animais passou a ser realizada nas imediações da morada. Isto ocorreu em função do medo que os colonos tinham dos animais serem roubados por índios ou atacados por feras, o que reforçou a necessidade de criá-los o mais próximo possível da casa, como forma de protegê-los. Um outro fator importante é que, sendo criados próximo ao local de moradia, o trato dos animais poderia ficar sob o encargo da mulher e dos filhos menores, até que estes atingissem idade suficiente para trabalhar na roça com o(s) pai(s).

Se não exatamente coladas a esta, as instalações destinadas ao trato e abrigo dos animais (estábulo, pocilga, galinheiros) foram construídas alguns passos distantes da casa sede. (ver **fotos 5 e 6**)

Em função da disposição das benfeitorias, as terras próximas à morada, geralmente mais fáceis de trabalhar por serem mais planas, foram utilizadas com pastagens, nas quais se criavam um reduzido número de gado bovino, eqüino e ovino, e onde também eram soltas as aves domésticas e, por vezes, até mesmo os porcos.

Tendo em vista a opção de utilizarem as terras próximas com pastagens, restaram as escarpas e os topos de morros para o desenvolvimento de roças. Por serem locais que ficavam a uma distância considerável da casa sede, não raro os trabalhadores tinham que permanecer o dia todo no local dos cultivos, uma vez que perderiam muito tempo se quisessem se deslocar até a residência para fazer as refeições. Por isto os colonos já levavam a comida de casa ou, o que também era bastante comum, cabia às crianças a tarefa de levar até a roça, para os pais e irmãos mais velhos que lá estavam trabalhando, o tão esperado almoço.

Durante muito tempo a produção nas roças era feita sobretudo à base da enxada ou, no máximo, com auxílio do arado de tração animal. Nesse sentido pode-se dizer que os instrumentos de trabalho utilizados pelos colonos eram reduzidos em número e poucos em diversidade, e ainda com o agravante de não serem fáceis de adquirir, seja pela ausência de oferta ou devido aos minguados recursos financeiros que dispunham para este fim.

Foto 5 e 6 – Vista aérea da disposição das benfeitorias em algumas propriedades rurais.

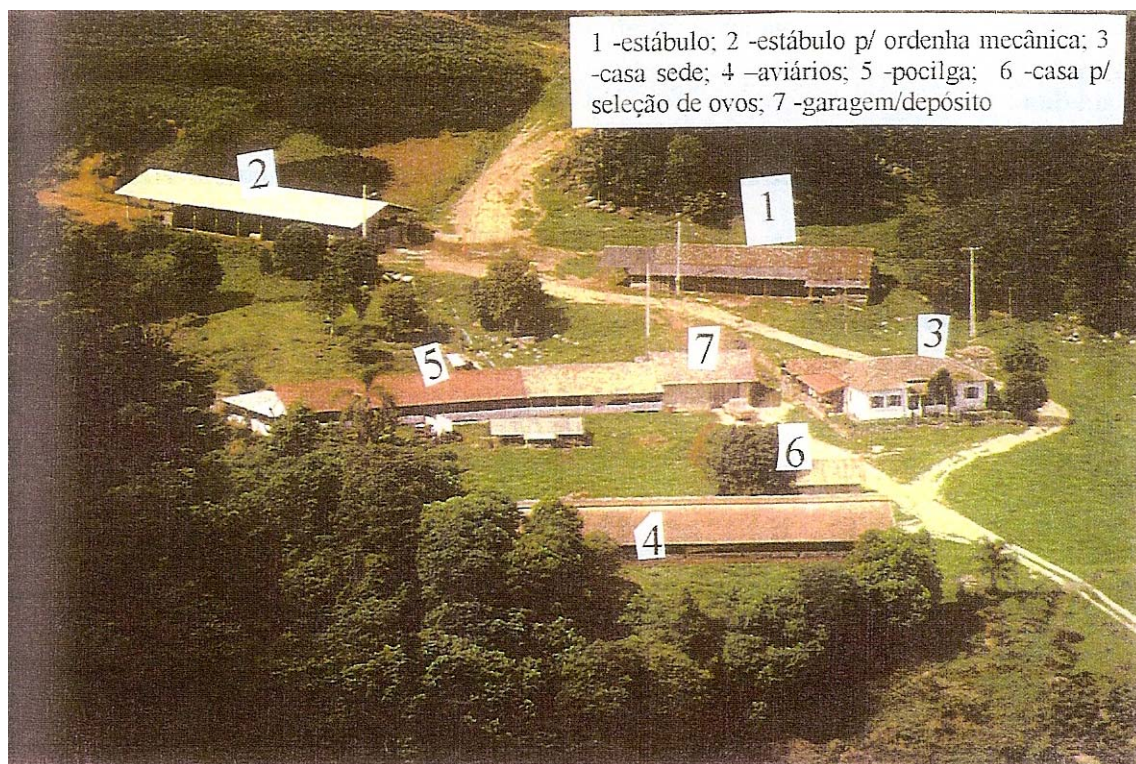


Foto cedida pela família Kesting



Foto cedida pela família Wanderlind

A produção da roça estava voltada prioritariamente ao sustento da família, sendo que o excedente era então direcionado para comercialização no mercado. Os animais não. Com exceção dos porcos, cuja criação objetivava sobretudo à comercialização, os demais (bovinos, ovinos e aves) eram criados visando principalmente o abate para consumo pela família, apesar de eventualmente serem utilizados como moeda de troca numa negociação. Mas a comercialização dos produtos não era uma tarefa fácil de ser realizada. Os primeiros colonos instalados no Vale do Braço do Norte

Ao lado das poucas famílias brasileiras, alargavam as clareiras, colhiam fartas safras e desiludiam-se por falta de mercado para seus produtos. Cada ano plantavam menos, porque os galpões ficavam abarrotados o ano todo e na época da colheita era preciso jogar fora milho e feijão para deixar lugar para os novos produtos da lavoura. Até que o colono chegou à conclusão que só trazia vantagem econômica a criação de porcos. Vivia-se na fartura quanto à comida, mas sem um vintém para comprar o que quer que fosse. A escassez de dinheiro era tanta que até fósforo era poupado. Tudo o que podia ser produzido e feito em casa, ou pelo vizinho em troca de produto da terra, nem entrava nas cogitações de ser comprado a dinheiro.⁸⁶

O comentário de Dall'Alba nada tem de exagero. Particularmente em relação à falta de recursos orçamentários para a compra de produtos básicos implicava que os colonos utilizassem da forma mais racional possível o pouco que conseguiam adquirir, sendo que, para isto, por vezes recorriam a práticas que nos dias atuais seriam impensáveis. Este autor foi testemunha que, por volta dos anos 80, alguns dos agricultores mais velhos da comunidade rural do Morro do Cruzeiro, em São Ludgero, ainda se davam ao trabalho de, pacientemente, rachar com canivete os palitos de fósforos, com isto dobrando o estoque disponível. Não que necessariamente não tivessem mais condições de compra, mas porque isto de certa forma fazia parte de uma herança que os induzia a poupar.

Com exceção do sal, do trigo (pouco consumido, uma vez que os pães eram feitos com farinha de milho) e, em alguns casos, do café, os habitantes dos núcleos rurais produziam quase tudo o que consumiam: feijão, milho, batata doce, cana-de-açúcar, trigo, cará, batata inglesa, arroz, aipim e hortaliças. É claro que nem sempre se encontrava todos estes produtos numa mesma propriedade, bem como o volume de produção de cada um destes itens variava de uma família para outra.

⁸⁶ DALL'ALBA, João Leonir, (a), op. cit, p. 105.

Entretanto, havia uma rede de solidariedade entre os habitantes dos núcleos rurais que permitia as famílias disporem da produção efetuada por seus vizinhos. Assim, sempre havia possibilidades de diversificar os gêneros a serem consumidos, ora cedendo, ora recebendo parte dos produtos cultivados.

Além da produção agropecuária se constituir numa empreitada difícil para os colonos, estes ainda sofriam com as precárias condições de tráfego e a longa distância que os separava dos centros consumidores, fato que dificultava a comercialização dos produtos. A falta de um intercâmbio comercial regular constituía-se num estorvo na medida em que vetava a possibilidade dos colonos obterem recursos financeiros para aquisição de bens materiais que necessitavam para uso cotidiano, situação que os obrigava a produzi-los de forma artesanal, utilizando os recursos naturais que dispunham para tal fim.

Nos primeiros tempos, as transações comerciais eram fundamentalmente realizadas com base no escambo. Assim, sempre que era possível, os colonos de São Ludgero trocavam com os tropeiros, provenientes do Planalto (São Joaquim/Lages), produtos como: carne de porco, banha, torresmo, manteiga e cachaça por charque e gado; e com os comerciantes do litoral (Imaruí e Laguna), trocavam açúcar, farinha de mandioca, batata e melado por café, sal e querosene.

O comércio também era realizado entre os habitantes dos núcleos rurais com os comerciantes estabelecidos na área urbana, fornecendo-se mandioca para os moinhos de farinha e suínos para a fábrica de banha.

Aos poucos o comércio com base no escambo foi perdendo espaço, dando lugar a utilização da moeda nas transações comerciais. Contudo, não ocorreram modificações significativas no rol dos produtos comercializados e tampouco nas necessidades aquisitivas dos colonos. Os escassos recursos financeiros obtidos pela venda de um ou outro produto agrícola eram empregados, basicamente, na aquisição de remédios, de querosene, de tecidos ou peças de vestuário, de calçados e no pagamento de impostos das terras. Com exceção do querosene, extremamente necessário para a iluminação das residências, as demais aquisições ocorriam esporadicamente, em pequena escala.

Foi resumidamente com base nestes moldes que os colonos westfalianos instalados no Vale do Braço do Norte estruturaram seus sistemas produtivos e conseguiram aos poucos se inserir no mercado, tanto como fornecedores de matéria-prima quanto como consumidores de bens industrializados.

1.4 A VIDA SOCIAL E COMUNITÁRIA

Os aspectos abordados anteriormente dão uma idéia aproximada dos percalços enfrentados pelos imigrantes quando do seu estabelecimento em busca de nova vida nas colônias. Aproximada porque somente aqueles que vivenciaram a experiência de se instalarem numa terra desconhecida, carentes de uma infraestrutura mínima que pudessem atender suas necessidades básicas, é que poderiam expressar com fidelidade as emoções que tal aventura imprimiu em suas almas. Como sintetiza Baldessar, “teoricamente ser imigrante poderá parecer uma maravilhosa aventura, mas a realidade nua e crua a respeito dele não tem nada de poético e sim de muito de sofrimento, de privações, de doenças, de trabalho, de suor, de lágrimas e de sangue”.⁸⁷

A historiografia da imigração em Santa Catarina é muito rica em demonstrar as agruras passadas pelos colonos desde o momento em que colocaram os pés em terras brasileiras até o momento em que conseguiram colocar os pés dentro de suas próprias casas. Dissertamos um pouco a este respeito, mas o pouco que foi comentado nem de longe reflete a situação por eles vivida.

Diz Paulilo – e isto de certa forma já foi referenciado neste trabalho –, que independente das péssimas condições de vida que inicialmente os colonos tiveram que enfrentar em terras brasileiras, mesmo assim eles consideraram que aqui tinham uma perspectiva de progresso. As expectativas de tempos melhores para o futuro eram consubstanciadas por um passado recente e não muito agradável de ser lembrado pelos emigrados, tanto é que estes incentivavam a vinda dos que ficaram para trás, aparentemente por considerarem estarem em situação melhor do que as que se encontravam anteriormente na Europa. De acordo com Dall’Alba,

Não deviam lembrar muito a vida da Alemanha os velhos imigrantes. Nada de heróico, nada de saudade. Vida dura, na pobreza, sem terras, semi-escravos servos da gleba. Não existia a Alemanha como nação, ao partirem. Só pequenos estados, distribuídos a príncipes segundo o bel-prazer dos poderosos. Bismark não conseguira ainda reunificar a Alemanha do Sacro Romano Império. Lembrar o quê, portanto? Tempos tristes, de humilhação, não se contam às novas gerações.⁸⁸

⁸⁷ BALDESSAR, Quinto Davide. **Imigrantes:** sua história, costumes e tradições no processo de colonização no sul do estado de Santa Catarina. Ed. do Autor, 1991, p. 17.

⁸⁸ DALL’ALBA, João Leonir, (a), op. cit., p. 45.

Não se pode descartar, contudo, a possibilidade de que os relatos positivos que os imigrantes faziam sobre a nova terra tivessem por objetivo trazer parentes ou conhecidos para diminuir a dor da saudade ou mesmo para partilhar os dissabores encontrados no Novo Mundo, até certo ponto dissimulando a real situação de penúria a que estavam expostos.

É certo que a maioria dos imigrantes se resignou a passar por esta provação, seja porque tinham consciência que não havia algo melhor do que isto na terra natal ou porque não dispunham mais de recursos financeiros para voltar atrás na empreitada em que se meteram. Mas nem todos tiveram a perseverança de lutar contra a adversidade e infortúnios que lhes eram impostos. Conforme atesta Beozzo,

A imigração nunca foi movimento de mão única. Configurava o vaivém das marés, um fluxo e refluxo, onde o pensamento primeiro era imigrar para a América, fazer um pé de meia e retornar à terra natal. (...) Havia anos em que os retornos superavam as entradas, no Estado de São Paulo por exemplo, para o qual há sérias estatísticas confiáveis. (...) Dos 1.385.756 italianos da grande imigração de 1870 a 1920, 510.000 teriam retornado à pátria, ou seja, 37% do total, a maior parte dos quais saídos de São Paulo, não só porque ali se concentrava o maior contingente de imigrados, mas porque a fazenda não oferecia a propriedade da terra, o sonho maior de todo camponês que tomava o caminho da América.⁸⁹

Ainda de acordo com Beozzo, as colônias de imigrantes que se instalaram no sul do país apresentavam situação diferenciada em relação à São Paulo, no que diz respeito ao retorno de emigrados à pátria de origem. Embora ocorressem casos de famílias que resolveram retornar para os antigos lares, o mais comum era ocorrer o processo migratório interno ou a emigração para países vizinhos ao Brasil, principalmente Argentina e Uruguai. Tal fato se dava em função de que os lotes que os colonos receberam quando da sua chegada no Brasil, com o passar do tempo foram sendo fragmentados para acomodar os filhos que iam casando. No decorrer dos anos isto se tornou um problema, tendo em vista que “como as famílias eram bem numerosas, 10 ou 12 filhos sendo a norma, a terra era logo insuficiente para tantas pessoas, sobretudo quando chegava a idade do casamento”⁹⁰, sendo a migração uma solução a este problema.

⁸⁹ BEOZZO, José Oscar, op. cit., pp. 106-108.

⁹⁰ Idem, p. 108.

Sob o nosso ponto de vista, o fato dos registros apontarem que no sul o processo de retorno de colonos à terra natal ser proporcionalmente menor, pode estar relacionado ao que foi mencionado por Kreutz. Relembrando, este autor afirma que, no caso dos alemães, era comum a emigração conjunta de toda uma parentela, ou mesmo de toda uma comunidade rural. Ora, havendo a transferência de todo um núcleo populacional certamente deixaria de existir – ou perderia grande parte de sua importância – tudo aquilo que Dall’Alba considera como significativo para ligar o indivíduo à terra natal (tradições, história, língua, costumes, cultura, laços de família, de parentesco, sentimentos afetivos), uma vez que a lógica aponta que os integrantes da comunidade trariam consigo toda esta bagagem cultural e de convivência comunitária que lhes eram comuns. Assim, tomando-se como verdadeiro que isto fosse uma prática corrente, não haveria grandes razões para que os indivíduos voltassem para a terra de origem, pois lá sim, se deparariam com um ambiente estranho no tocante as relações sociais.

Embora alijadas de recursos financeiros e do apoio estatal, as famílias de imigrantes encontravam na companhia de seus patrícios o apoio e incentivo necessários para superar as crises de puro desespero. Neste sentido, sem dúvidas que as colônias fundadas por grupos oriundos de uma mesma região eram importantes para a vida comunitária. Melhor ainda se a colônia fosse formada por famílias que mantinham grau de parentesco ou de amizade, o que contribuiria sobremaneira para a ajuda mútua, necessária e imprescindível nos primeiros tempos, não só para a obtenção da matéria que alimenta e sustenta o corpo, mas também para a convivência social que nutre e tranqüiliza o espírito.

Não sem razão, portanto, as frustradas tentativas do governo em tentar fundar colônias com imigrantes de diversas etnias. Sobre isto Veronesi, citado por Kreutz, diz que

O governo quis impedir a formação de grupos da mesma etnia e distribuiu os lotes em função dessa preocupação. Parece, porém, que o projeto não dá resultados positivos, pois os colonos se mostram refratários a esse sistema e sentem a necessidade de se reunir por etnias, o que permite a solidariedade e a ajuda recíproca, a construção de capelas, etc. A primitiva distribuição dos lotes desapareceu por iniciativa dos próprios colonos, que trocaram ou venderam seus lotes respectivos para se estabelecerem junto de seus compatriotas.⁹¹

⁹¹ VERONESI, Pascioline Ranieir. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale**. Stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Torino, Fratelli Boca, 1904, p.94. *In*, KREUTZ, Lúcio, op cit., p. 49.

O certo é que, simplesmente largados no meio de uma floresta e lá esquecidos, os imigrantes tiveram que se ajudarem mutuamente, onde um se tornou parceiro do outro nos projetos e nos trabalhos de construção. A vida para eles, naquelas ermas paragens, necessariamente iria começar da estaca zero. Nestas condições nada mais natural que ocorresse uma aproximação entre os imigrantes (mesmo quando estes não eram anteriormente conhecidos entre si), de forma a dividirem as árduas tarefas de instalação na nova pátria. Sem dúvidas contribuía para este fim a própria experiência que muitos traziam de sua terra natal, onde, conforme registra Willems,

A comunidade local funciona à base de uma *reciprocidade* muito acentuada. O camponês e a camponesa dão presentes, emprestam, ajudam os vizinhos e à comunidade oferecendo ferramentas, trabalho e alimentos por ocasião da colheita, acodem a parturientes e moribundos, cooperam na construção de uma casa ou na alimentação dos pobres da aldeia etc, (...).⁹²

Descrevendo a epopéia das primeiras famílias de colonos italianos a ocuparem o território que deu origem ao atual município de Urussanga, no sul do Estado de Santa Catarina, Baldessar tece alguns comentários, os quais consideramos interessante serem reproduzidos para ilustrar o tópico ora em análise:

Começar por onde? São tantas as prioridades! Como proceder para começar com segurança, para aquela gigantesca árvore não viesse colhê-lo em sua queda? E assim, cortar fatalmente a caminhada ao dar o primeiro passo! E houve tais acidentes e se repetiram.

Atormentado pelo peso da grande empreitada a levar de vencida o Imigrante se sentia sufocado, asfixiado naquele abismo de desolação.

Não tinha sequer um telheiro para poder abrigar-se com sua mulher, com suas crianças que não entendiam o que estava ocorrendo...

Nunca havia pensado anteriormente que deveria transformar-se em construtor de seu próprio teto. Como em nada disso fosse exímio na arte, resolveu o seu problema da forma mais precária e rústica que se possa imaginar. (...)

E as famílias lá ficavam aglomeradas entre as gigantesca raízes das árvores ou na solapa de alguma pedra até poder oferecer um telhado improvisado com folhas, dentro de 4 tapumes de vegetação que inicialmente foi a casa residencial.

Instrumentos de trabalho podiam ser adquiridos por financiamento, mas somente os absolutamente necessários: machado, foice, facão, enxada, picareta, pá, martelo, serrote e quase nada mais além disso. (...)

Imaginemo-nos no meio de uma floresta, acompanhados de uma família com crianças pequenas, ouvindo uma voz inexorável que aponta um piquete, dizendo: “Desta estaca até a próxima lhe

⁹² WILLEMS, Emílio., op. cit., p. 28.

pertence. A partir de agora a sua residência é aqui. Pode construir a sua casa e cultivar as terras...".⁹³

Em tais circunstâncias é fácil imaginar o porquê do anseio dos imigrantes em buscarem o agrupamento em comunidades compostas por conterrâneos. O interessante a notar neste processo, é como a natureza humana se manifesta na forma de solidariedade fraternal quando o grupo social se encontra em estado de flagelo. Parece que nos momentos em que menos teriam para oferecer ao próximo, maior é a solidariedade dos indivíduos em relação aos seus semelhantes. É geralmente nos momentos de crises, quando todos estão equiparados num mesmo patamar, onde não existe diferença social ou econômica, que as pessoas se dão conta da importância de se agruparem buscando alternativas conjuntas para superar os problemas que lhes são comuns. E esta solidariedade existia entre os imigrantes que aportaram em terras brasileiras.

Durham indica que, num primeiro estágio, quando os indivíduos se encontram em dificuldades a busca de auxílio é realizada dentro do próprio círculo familiar.

As relações de parentesco mais importantes, que criam laços relativamente estáveis, são aquelas que derivam da família elementar, isto é, as relações entre pais e filhos e entre irmãos. Essas relações se apresentam como extensão da solidariedade do grupo doméstico (na medida em que persistem mesmo após a segmentação da família de origem) e se manifestam através de obrigações amplas, mas não bem definidas, de ajuda mútua e de amparo em qualquer situação de crise. (...)

Para além do grupo restrito de pais e irmãos, o sistema define um círculo mais ou menos amplo de parentes mais distantes (tios, sobrinhos, primos) para com quem as mesmas obrigações gerais de solidariedade se impõem com rigidez decrescente.⁹⁴

Quando da ausência de parentes, a tendência é ampliar o grupo a quem se pode recorrer em busca de solidariedade, através do sistema de compadrio.

Estabelecido em base voluntária, o compadrio de um lado assinala relações preferenciais entre parentes, de outro estende os limites da solidariedade interfamiliar, criando laços de parentesco ritual. (...)

⁹³ BALDESSAR, Quinto Davide, op. cit., pp. 65 - 66.

⁹⁴ DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1973, p. 71. Obs.: cabe destacar que a obra aqui citada foi elaborada fundamentalmente com base em dados obtidos entre os anos de 1959 e 1960 sobre a população de origem rural nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, e se propõe a analisar o processo de migração rural-urbana do país. Essa ressalva se faz necessário para tornar claro que, embora a autora não se refira exatamente a época ou ao contexto específico do qual estamos tratando no momento, as suas análises teóricas foram utilizadas porque julgamos ser perfeitamente adaptáveis ao nosso estudo.

De um lado, o compadrio provê a criança de pais substitutos. De outro, através da criança, estabelece entre compadres relações semelhantes às entre irmãos. Deste modo, o compadrio não é apenas um seguro social para a criança, mas, e talvez principalmente, é uma relação entre adultos que se estabelece através da criança.⁹⁵

Embora as relações de parentesco e de compadrio tenham se constituído como elementos fundamentais na organização de grupos de ajuda mútua no processo de constituição e desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras, Durham assinala que para além destes laços, “apenas a proximidade física, a simpatia pessoal e a experiência comum de auxílios recíprocos, a familiaridade que brota de convivência, se apresentam como fatores de solidariedade”. Neste caso não se configura a existência de uma hierarquização formal de autoridade, tal qual ocorre no âmbito familiar. Mesmo que não ocorra essa relação de chefia e subordinados, existe uma respeitosa subordinação às lideranças que se destacam por suas qualidades pessoais, pela riqueza de suas experiências individuais o que, no conjunto, lhes permite sintetizar, interpretar e exprimir os anseios coletivos.⁹⁶

No que tange as relações de solidariedade que permeavam as relações entre os imigrantes europeus há um componente importante a ser levado em consideração e que foi decisivo para a sedimentação e desenvolvimento das colônias, qual seja, a existência de um forte sentimento de nacionalismo, caracterizado pela preservação dos costumes e valores trazidos da pátria de origem e que eles queriam perpetuar no novo mundo. Particularmente em relação aos imigrantes alemães este sentimento foi exacerbado. Sobre isto Seyferth comenta que os germânicos que para cá vieram tinham a visão que viriam para estabelecer uma nova pátria. Nova apenas no que se referia ao ambiente físico a ser ocupado, mas que afora isto seria uma extensão da terra mãe, a Alemanha. Para a autora: “o isolamento, as dificuldades de implantação de serviços públicos e a homogeneidade étnica levaram os imigrantes alemães a se estabelecer, comunitariamente, nos moldes mais próximos possíveis da sua região de origem. (...): todos os imigrantes são colonos lutando contra um meio ambiente hostil.”⁹⁷ Em Outro momento, Seyferth fala que

⁹⁵ DURHAM, Eunice Ribeiro, op. cit , pp. 72 - 73.

⁹⁶ Idem, p. 74.

⁹⁷ SEYFERTH, Giralda. (a) **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, pp. 126-127.

Essa maneira de ver o processo migratório, como a integração numa nova sociedade, encontra sua expressão mais acabada na idéia de *Heimat* dos teuto-brasileiros. Etimologicamente esta palavra deriva de *Heim* (lar) e, no seu significado mais restrito, a pátria de um indivíduo é o seu lar. Não tem um equivalente preciso em português, mas a tradução mais apropriada é pátria, uma pátria que tem um significado étnico e restrito, porque não se refere ao país do qual um indivíduo é cidadão, mas à sua comunidade, o lugar onde nasceu. Enfim, a *Heimat* pode ser *construída* em qualquer lugar. Segundo essa ideologia, assim fizeram os imigrantes alemães no Brasil, mantendo sua solidariedade étnica.⁹⁸

Já na visão de Willems, as colônias de imigrantes alemães instaladas no Brasil tinham por característica a alta taxa de natalidade o que, por conseqüência, culminava na formação de famílias muito extensas, com parentelas muito numerosas. Além de extensas, o grau de solidariedade entre os componentes dessas grandes famílias era maior do que o observado em suas relações sociais no país de origem. “As obrigações que seus membros assumiam, uns com os outros, eram mais numerosas e mais importantes do que o podiam ser na Europa.”⁹⁹ E o autor aponta uma explicação para este fenômeno:

Em parte, esses fatos decorriam da relativa fraqueza dos poderes estatais que, pela inexistência ou indiferença permitiam se ampliasse, consideravelmente, a alçada dos grupos familiares. Assim, os novos grupos familiares, vicinais e, em parte, comunais que pouco a pouco se constituíam (...), iam preenchendo o vácuo deixado pelos poderes públicos organizando-se de maneira a resolver as dificuldades que lhes vinham principalmente da situação nova.¹⁰⁰

À semelhança do ocorrido em outros espaços ocupados por imigrantes alemães, as famílias germânicas que ocuparam o Vale do Braço do Norte durante muito tempo também ficaram dependentes da solidariedade do grupo social que formava a comunidade para sobrepujar as dificuldades que eram impossíveis de serem superadas individualmente, ou mesmo para tornar aquelas que o poderiam ser realizadas de forma individual, menos penosa. Desprovidos das máquinas e equipamentos que décadas mais tarde tornariam possíveis a uma família com poucos membros explorar a terra sem depender da ajuda de terceiros, os colonos por muito tempo ficaram dependentes da ajuda mútua para conseguirem algum sucesso em suas empreitadas produtivas.

⁹⁸ SEYFERTH, Giralda, (b), op. cit., pp. 86-87.

⁹⁹ WILLEMS, Emílio, op. cit., p. 174.

¹⁰⁰ Idem, pp. 174-175.

Citando Mello e Souza ¹⁰¹, Durham chama a atenção para o fato de que o mato que recobria o solo e a técnica da queimada tornavam extremamente precárias as condições de ocupação da terra, tanto mais se fosse levado em conta o estado de completo isolamento em que se encontrasse o colono. Por esta razão, em muitos casos seria praticamente impossível a um lavrador que só dispusesse da mão-de-obra doméstica dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal, razão pela qual se criavam os grupos de vizinhança, cujo objetivo maior era a formação de frentes de trabalho conjunto com vistas à superação de problemas que não podiam ser superados individualmente ou por um número limitado de indivíduos. ¹⁰²

E os problemas de ordem particular dos imigrantes eram muitos. Conforme atesta Willems, diante a um ambiente fisicamente tão diferente ao que estavam acostumados, ficaram os colonos inviabilizados de utilizar as técnicas agrícolas de sua própria cultura, razão pela qual para derrubar a mata e obter no menor espaço de tempo uma colheita mínima, tinham que invariavelmente recorrer às técnicas que caboclos e indígenas haviam desenvolvido através dos séculos. Nestas condições, “quaisquer trabalhos não estritamente necessário, como a remoção de tocos, a construção de cercas ou de casas mais sólidas, podiam redundar, como de fato muitas vezes redundaram em fracasso completo” ¹⁰³, razão mais do que suficiente para a busca do trabalho cooperativo.

Para Alves, os padres alemães que vieram para o Brasil prestar assistência religiosa aos seus compatriotas, acabaram por criar um modelo de vida e de fé cristã a ser seguida pelos colonos o qual não mais existia na Alemanha. Afirma a autora que o objetivo dos padres era recriar em São Ludgero uma Alemanha em miniatura “numa tentativa de atender ao projeto político da Igreja romanizada, ou seja, restabelecer nesse local um mundo onde se continuasse a cultivar os valores religiosos agrários de uma Alemanha pré-industrial”. ¹⁰⁴ Particularizando a atuação do monsenhor Frederico Tombrock, que atuou como vigário do município de São Ludgero de 1896 a 1957, a autora revela que para ele

O bom cristão não se dava apenas por ser alemão e católico.
Conhecedor da perda de poder e de adeptos sofrida pela Igreja

¹⁰¹ MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo, José Olympio, 1964.

¹⁰² DURHAM, Eunice Ribeiro, op. cit., p. 70.

¹⁰³ WILLEMS, Emílio, op. cit., p. 238.

¹⁰⁴ ALVES, Elza Daufenbach. (b) **Nos bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 2005, p. 87.

Católica na Alemanha no Século XIX, causada pelo pensamento liberal e pela industrialização, ele acreditava que o reavivamento espiritual e moral só era possível se se reciasse o mundo agrário, perdido para a modernidade. Nesse sentido mostrava-se refratário aos avanços tecnológicos da época. Considerava que o “progresso” afastava o fiel de sua religião e o tornava moralmente relaxado.¹⁰⁵

Depreendemos, daí, que a solidariedade que existia entre os primeiros colonos – e posteriormente entre os seus descendentes –, era fruto também de uma doutrinação religiosa no sentido de que os padres combatiam severamente qualquer tentativa de incorporação de valores promovidos pelo mundo modernizado que pudessem conduzir seus fiéis ao afastamento dos princípios religiosos (princípios estes que eram definidos pelos padres e que acabavam sendo incorporados pela comunidade como regra de conduta social) e, por consequência, ao individualismo.

Após sua morte, ocorrida em 1957, monsenhor Tombrock deixa como legado ao povo de São Ludgero o padre José Kunz, nascido na paróquia, e que havia sido seu coadjutor desde 1945, o qual intentou dar prosseguimento ao modelo de atuação de seu antecessor e mestre.¹⁰⁶ Isto fica bastante evidente na fala de um de nossos entrevistados, para o qual o padre José

Foi um freio em relação a todo o município. Não só da agricultura. Se uma indústria queria se instalar aqui, o padre dizia: ‘Não! Vai dar perdição para os meus fieis.’ Em vez de incentivar, não. O que o padre dizia era lei. E São Ludgero ficou quantos anos parado? E depois que o padre José saiu, o que aconteceu? Foi uma loucura! Dentro de 10 anos aquilo aumentou 100% mais.¹⁰⁷

Entre as formas de solidariedade e de ajuda mútua que mais se destacaram entre os colonos – e, posteriormente, entre os seus descendentes – sem dúvida foi o mutirão. A organização dos colonos em mutirões é notada já no início do processo de ocupação das terras, quando estes se reuniam para derrubar a floresta com vistas a instalação das residências. Posteriormente o sistema de mutirão foi empregado em diversas fases da vida social na colônia, seja no roçado ou queima, no plantio ou colheita, na construção de casas e demais benfeitorias das propriedades agrícolas. Muitas estradas de uso coletivo também foram abertas pelo sistema de mutirão. Quando os serviços prestados eram em proveito de um só, cabia a este as despesas com alimentação dos demais trabalhadores. Embora que não houvesse um contrato formal, os indivíduos que formavam a comunidade tinham

¹⁰⁵ ALVES, Elza Daufenbach, (b), op. cit., p. 90.

¹⁰⁶ Idem, p. 71.

¹⁰⁷ Entrevista com M. S. (Agente Rural - CIDASC de São Ludgero), arquivo do autor.

o compromisso, mesmo que fosse apenas de ordem moral, de participar dos mutirões. Em certa medida os mutirões eram uma forma de sociabilidade e de integração comunitária.

Com o decorrer dos anos o sistema de mutirão foi perdendo o seu caráter de informalidade e de ajuda “descompromissada”, passando a ser realizado no sistema de troca de dias de trabalho. Neste caso, o agricultor continuou contando com a ajuda dos vizinhos em determinada etapa do processo produtivo que não podia realizar com a força familiar disponível bem como para a construção ou recuperação de benfeitorias, mas já não mais precisava arcar com as despesas de alimentação com aqueles, uma vez que passou a assumir o compromisso formal de prestar o mesmo número de horas trabalhadas na propriedade daqueles quando lhe fosse solicitado.

O pagamento em forma de trabalho pelo recebimento de serviços prestados também era prática comum em outros momentos da vida na colônia. Em não havendo recursos em moeda para a aquisição de bens manufaturados e muito menos casas comerciais que os disponibilizassem nas imediações, na medida do possível alguns dos móveis da casa (baús, mesas, cadeiras, armários, camas) eram construídos pelo próprio agricultor. Quando este não tinha habilidade para tal fim ou queria um móvel com melhor qualidade de acabamento, recorria aos serviços de algum outro agricultor que soubesse melhor confeccioná-lo, retribuindo-lhe o trabalho prestado na forma de produção agrícola ou mesmo trabalhando na propriedade de tal artífice.

A solidariedade entre os colonos que compunham as comunidades agrícolas de São Ludgero também era manifestada por ocasião das festas de casamentos. Estas podiam ser simples em termos de infra-estrutura, mas eram ricas em alegria e fartas em alimentação. Nestas ocasiões não cabia só à família as expensas com a festa. A festa era de toda a comunidade e todos contribuíam para o sucesso da mesma. Conforme relata Dall’Alba,

(...) bonitos mesmo eram os casamentos. Era a única festa que se fazia. Mas valia a pena. Cada festa ficava na lembrança por muitos anos. (...) Todo mundo ajudando a preparar a festa. Os convidados não levavam presentes. Melhor, levavam. Era costume que cada um levasse uma galinha ou um frango, com um quilo de manteiga.

Ninguém falhava. As mulheres preparavam o “gemüse”¹⁰⁸, consertavam as galinhas¹⁰⁹, enfeitavam a casa. Os homens ajudavam carnear uma rês, iam buscar cargueiros de palmitos para os enfeites. Tudo em meio de máxima alegria. Sempre cantando. (...) Iniciava a comilança. Carne de tudo que era tipo. De gado, de leitão, de galinha, assada ao forno, cozida. Nem churrasco faltava. O “gemüse” não podia falhar, nem batata, nem o arroz grosso coberto de canela. Bebida. Cerveja e vinho, não. Só cachaça e concertada¹¹⁰. Esta era um tipo de quentão, metade água e metade cachaça. (...)

Durante o banquete era música contínua. Às vezes até havia duas gaitas, uma para as danças na sala, outra para acompanhar o almoço. (...) Depois eram as danças. Danças familiares na máxima alegria. Cantos sempre. E sempre em alemão. Por isto que quase não se convidavam os italianos ou os brasileiros. Não entenderiam nada. Lá fora era o atoar das bombas. E a dança com café e doces, com merendas e jantar, prolongava-se pela noite toda.¹¹¹

Não menos importante e corriqueiro era a troca de “presentes” que acontecia entre os moradores dos núcleos rurais de São Ludgero, fato que facilitava a vida de cada um. Era muito comum acontecer, quando um agricultor matava um porco ou um boi, ele compartilhar a carne do animal com os vizinhos mais próximos. E isto se repetia com as fornadas de pão caseiro, com o mel, com as frutas, com os ovos das aves domésticas, com o leite, enfim, com qualquer outro produto que este ou aquele possuía. Embora que isto possa ser atribuído em parte à falta de condições de armazenagem, era uma prática de convivência e de aproximação social. Pegue-se, por exemplo, a questão do leite. Nas propriedades rurais era praxe os colonos terem sempre uma ou mais vacas destinadas ao fornecimento deste produto. Dependendo da quantidade de leite que a vaca produzisse, um ou mais tetos do animal eram sempre reservados para a amamentação do bezerro. O restante do leite era então utilizado para consumo “in natura”, ou transformado em manteiga, nata, coalhada ou em queijo. Apesar da quantidade do leite produzido por vezes não ser suficiente para atender o consumo da própria família, era comum os agricultores dividirem o pouco que possuíam com os vizinhos que tinham filhos

¹⁰⁸ “Gemüse”: designação dada, nas comunidades étnicas alemãs de Santa Catarina, a uma comida preparada com os seguintes ingredientes: couve, batatinha, toucinho, costela de porco e condimentos.

¹⁰⁹ “Consertar galinhas”: termo ainda muito utilizado nas comunidades rurais de São Ludgero para designar o ato de limpar a galinha, retirando-lhe as vísceras e demais partes não aproveitáveis.

¹¹⁰ “Concertada”: espécie de licor composto por cachaça, açúcar, água, essências aromáticas e corante (anilina), e que era muito apreciado e bastante consumido nas festividades realizadas pelos habitantes do Vale do Braço do Norte.

¹¹¹ DALL’ALBA, João Leonir, (a), op. cit., pp. 123 - 125.

pequenos e que eventualmente as vacas não estivessem em período de lactação, o que denota o alto grau de solidariedade que existia entre os mesmos.

Em caso de doenças na família, ocasião em que a produção agrícola em andamento ficava ameaçada devido a falta de braços, sempre havia um jeito de alguém na comunidade ajudar a família a não perder a safra e mesmo a ser socorrida no que tange ao fornecimento de alimentos para superar o momento de crise. Do mesmo modo, nos primeiros tempos, as mulheres grávidas eram assistidas durante o parto por vizinhas especializadas no assunto (algumas das quais anos mais tarde receberam treinamento de enfermagem para este fim, tornando-se, por assim dizer, parteiras oficiais do município), sendo bastante comum também colaborarem preparando o almoço para a família da parturiente quando esta não dispusesse algum membro em idade ou em condições de realizar tal empreitada.

Registre-se que a população de São Ludgero vivia sob uma grande repressão religiosa nos assuntos que diziam respeito ao sexo, sendo que as crianças (sobretudo as que moravam nas comunidades rurais) cresciam sem saber exatamente como ocorria o processo reprodutivo e nem mesmo a forma como vinham ao mundo. Quando indagados sobre o assunto, a resposta dada pelos pais eram as mais variadas possíveis, conforme revela uma das entrevistadas, que passou a infância na localidade do Morro do Cruzeiro:

As respostas dos pais variavam muito. Ora, as crianças recém nascidas eram retiradas de dentro dos pés de repolho; ora de dentro de tocas de tatu; noutras ocasiões eram pescadas no rio. Também havia crianças que eram trazidas por Nossa Senhora (Virgem Maria) e outras que rolavam do “Morro do Gato” [denominação popular que designa o morro mais alto do município de São Ludgero] e que eram apanhadas por Nossa Senhora e entregues as mães. Em último recurso, os pais também costumavam dizer para os filhos que os recém nascidos eram simplesmente trazidos pelas parteiras.¹¹²

Via de regra, quando se aproximava a hora do parto, as crianças da casa da parturiente eram levadas para a casa de vizinhos ou parentes, e só voltavam para sua residência quando a mãe já tivesse parido. A ignorância sobre a forma como ocorria o nascimento das crianças era tão grande que chegava ao ponto de casais não saberem como fazer para ter filhos, embora que, paradoxalmente, existia o costume – surgido sabe-se lá em que época ou por que motivos –, das mulheres deixarem de usar a calcinha após o casamento. O desconhecimento sobre o uso

¹¹² Entrevista realizada com E.D.A., arquivo do autor.

dos órgãos reprodutores gerava situações inimagináveis nos dias atuais, como foi o caso de um indivíduo que, após anos de casado, ia constantemente para o rio com um balaio em baixo dos braços para ver se conseguia pescar um filho, e de outro morador do município que esperou durante meses a mulher entrar no cio (esperava que esta apresentasse o mesmo comportamento físico de uma vaca no cio) para então acasalar.

Poder-se-ia citar outros fatores que denotariam a existência de uma intensa solidariedade entre os colonos que povoaram o Vale do Braço do Norte e que deram origem às várias comunidades rurais atualmente existentes no município de São Ludgero. Se mais não avançamos, é porque entendemos que os exemplos mencionados já são suficientes para demonstrar que a ajuda mútua que existia entre os colonos foi fator essencial para que, durante muitos anos, eles pudessem superar os obstáculos enfrentados no dia a dia, produzindo o suficiente para suprir suas necessidades básicas.

2. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

2.1 A REVOLUÇÃO VERDE E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com o advento da Revolução Industrial (registrada a partir do início do século XVIII, na Inglaterra) e das inovações tecnológicas por ela geradas, ocorreram significativas transformações nos sistemas de produção agropecuários em que tais tecnologias foram inseridas, o que leva à conclusão que a influência de fatores externos sobre o mundo rural não é um fenômeno recente.

Particularmente no que diz respeito ao uso de insumos químicos, a literatura tem apontado que a influência do capital sobre a agricultura tornou-se mais acentuada a partir do período pós-guerra, quando as indústrias bélicas tiveram que encontrar alternativas para o consumo da matéria-prima utilizada na confecção de armas químicas cujo uso havia sido abolido nas frentes de batalha, mediante o acordo efetuado entre as nações na Convenção de Genebra.¹¹³

Frente à impossibilidade de continuarem a utilizar os grandes estoques de produtos químicos disponíveis na produção de armamentos, após a Primeira Guerra Mundial os laboratórios industriais voltaram sua atenção para pesquisas que indicassem uma outra forma de uso para os gases venenosos que dispunham em estoque e para os que pretendiam continuar produzindo. Neste processo, os cientistas descobriram que tais produtos eram potencialmente eficientes no controle de insetos, seres vivos que não raro se multiplicavam em números alarmantes provocando grandes prejuízos nas plantações agrícolas. Criou-se assim um mercado alternativo para estes agentes químicos, que de matéria prima para confecção de armas bélicas destinadas a eliminar seres humanos passaram a ser utilizados no combate às pragas que atacavam as lavouras.¹¹⁴

Surgiam, assim, as indústrias agroquímicas. Porém, o fato das indústrias terem encontrado um novo campo para o uso desses componentes químicos não

¹¹³ A ampla utilização de armas químicas durante a Primeira Guerra Mundial e os horrores causados por tais armas levaram à assinatura em 1925 do *Protocolo de Genebra*, que proibia o uso de gases asfixiantes ou venenosos e de métodos de guerra bacteriológicos. Esse Protocolo, cujo objetivo era banir o uso de armas químicas e biológicas em guerra, não foi assinado pelos EUA. (PINHEIRO, Sebastião. **Retornando ao Futuro**. In: PINHEIRO, Sebastião et al. *Agropecuária sem veneno*. Porto Alegre/RS: L&PM Editores Ltda., 1985, p. 11.).

¹¹⁴ Idem, pp.14-15.

era, por si só, suficiente para resolver os problemas da demanda reprimida. Tornava-se imperativo que fosse criada uma estrutura ideológica que pudesse ressaltar as vantagens desses componentes e que incentivasse os agricultores a utilizá-los intensivamente nas práticas agropecuárias. Nesse sentido, os países mais interessados na questão (cuja liderança estava centrada nos Estados Unidos da América (EUA), e tinham os europeus e os japoneses como coadjuvantes) passaram a forjar e introduzir expressões inovadoras ao vocabulário usualmente utilizado nas referências ao setor agropecuário, cujo objetivo era estabelecer uma diferenciação entre os produtores rurais, sobrevalorizando a capacidade ou não destes conseguirem incorporar as novas tecnologias disponibilizadas pelas recém instaladas indústrias agroquímicas. A intenção era desqualificar qualquer modo de produção agropecuário que não tivesse por base o uso de insumos industriais, de forma a criar-se um mercado consumidor para estes produtos.

Buscando alcançar este objetivo, aqueles países passaram a considerar a agricultura praticada nos países subdesenvolvidos – onde o produtor rural decidia o que plantar conforme suas conveniências, associando a produção agrícola diversificada com a criação de animais –, como *agricultura de subsistência*. Esta expressão carrega em seu bojo uma clara intenção de colocar os produtores rurais que exercem seu ofício com base em técnicas tradicionais de trabalho na condição de inferioridade em relação aos seus pares dos países industrializados, ou seja, ela induz a pensar que a produção agrícola praticada nesses moldes não permite nada além do que a própria subsistência dos trabalhadores.

Tomando por base esta rígida delimitação, excetuando-se alguns países que já haviam conseguido chegar a um patamar tecnológico mais avançado (o que não significa dizer que esta tecnologia tenha sido incorporada linearmente em seus sistemas de produção agropecuário), descortinava-se um enorme mercado consumidor para os produtos agroindustriais, uma vez que os países ditos subdesenvolvidos – que detinham a maioria absoluta da população mundial – até então não tinham outra forma de exploração agropecuária que não a associada a esta “agricultura de subsistência”. No Brasil, por exemplo, até o final da década de 1940 raros eram os ramos de produção agropecuário que dispunham incorporados aos seus sistemas produtivos a tecnologia que já vinha sendo utilizada nos países industrializados. Em pequenos municípios do território brasileiro, como é o caso específico de São Ludgero, no Estado de Santa Catarina, onde a produção agrícola

se desenvolveu e concentrou em pequenas propriedades e onde a mão de obra familiar sempre foi o principal instrumento de trabalho, sem dúvida alguma as atividades agropecuárias ali desenvolvidas se enquadravam nesta delimitação. Sob esta ótica São Ludgero se constituía, assim como outros pequenos municípios do Brasil e de vários países do mundo, num alvo para os interesses comerciais do setor industrial.

Contrapondo-se a este tipo de agricultura, vista como atrasada e inoperante, apresenta-se a imagem ideal da *agricultura moderna*, que seria aquela em que se explora intensamente o solo, em que se utiliza em larga escala os insumos químicos e energia mecânica nas atividades produtivas, em que se procura produzir o que dá mais lucro, enfim, aquela que permite o aumento da produtividade e que, teoricamente, propicia um maior retorno financeiro aos agricultores. A difusão dessas rotinas operacionais a serem incorporadas às práticas agrícolas seria o suporte para o desenvolvimento e consolidação do modelo de produção que mais tarde viria a ser mundialmente conhecido como Revolução Verde.¹¹⁵

Para que o capital internacional tivesse sucesso em sua empreitada tornava-se imperioso a desarticulação do *saber tradicional campesino* (entendido este como o conhecimento das técnicas tradicionais de produção agropecuária e que eram transmitidas de geração a geração), sendo este o principal obstáculo a ser superado para a expansão do comércio de insumos industriais (máquinas, ferramentas, fertilizantes, defensivos, etc.) entre os agricultores. David Lyon (apud Sanchez) utiliza as seguintes palavras para descrever a força destruidora de agentes externos sobre as relações socioeconômicas que caracterizavam e davam conotação ao modo de vida às populações rurais:

A modernidade, ao instaurar um novo projeto de vida, com seu estilo próprio, confronta-se com o anteriormente vigente baseado na autoridade da tradição. Era necessário, então, destruir esse projeto com o qual ela se confrontava para possibilitar a circulação das novas idéias, dos novos valores, do novo *modus vivendi*: a tradição

¹¹⁵ O que se compreende por Revolução Verde é, na verdade, um conjunto de tecnologias (também conhecido por *pacotes tecnológicos*) que deveriam ser aplicadas simultaneamente nas lavouras, objetivando a melhoria da produtividade agrícola. Isso implicava necessariamente em alterar o sistema de cultivo tradicional e na adoção de práticas tecnológicas, que incluíam: emprego de variedades vegetais geneticamente melhoradas; utilização de fertilizantes químicos de alta solubilidade; uso de agrotóxicos com maior poder biocida; estruturação de um sistema para irrigação das lavouras e a motomecanização das atividades produtivas. Para maiores informações sobre este assunto ver: PINAZZA, Luiz Antônio & ARAÚJO, Ney Bittencourt de. **Os desencantos com a “Revolução Verde”**. In: *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo/SP: Globo, 1993, pp. 99-104.

sustentada pela vida da comunidade da aldeia, pela vida religiosa ou pela autoridade dos mais velhos é substituída pela disciplina e pela autoridade baseadas em princípios racionais e pela organização burocrática da vida social.¹¹⁶

Embora trate da modernidade enquanto superação do modelo de sociedade medieval, o pensamento de Lyon foi aqui inserido porque é plenamente adaptável ao assunto que estamos abordando. Baseado neste autor, poderíamos dizer que a condição para a possibilidade de instalação em uma determinada sociedade de qualquer projeto – econômico, social ou cultural –, dependerá da força que dispõe esse projeto para apagar e/ou ocultar o modo de vida até então vigente nessa sociedade.

Apesar de no momento estarmos focando a problemática no plano internacional, nunca é demais registrar que a assimilação deste novo padrão de produção agropecuário pelos agricultores provocou mudanças significativas nas comunidades rurais, embora estas não se manifestem de forma linear e nem homogênea. Particularmente no que se refere ao município de São Ludgero, as últimas três décadas podem ser denominadas de período de destruição dos *saberes tradicionais* (ver **box 3**), da autonomia familiar e da solidariedade comunal. Conforme será visto no decorrer deste trabalho, a *vida cotidiana* (ver **box 3**) da população rural, até então assentada numa base de permanência, no trabalho ditado pelo ritmo da natureza, na religiosidade, numa relativa autonomia em relação ao mercado, na sobrevivência assentada na solidariedade comunal e na autoridade dos mais velhos¹¹⁷, deu lugar à competitividade, a exclusão e a dependência do mercado.

Nesse sentido, não há dúvidas que a Revolução Verde ocupa um papel preponderante nas transformações que se processaram nos sistemas de produção rurais, sendo fruto de uma lógica utilizada pelo capital internacional para se expandir e multiplicar-se em outros setores produtivos.

Conscientes de que as sociedades não mudam seus padrões de comportamento de uma hora para outra, as indústrias agroquímicas se empenharam em imprimir uma nova mentalidade sobre o mundo rural. O mecanismo utilizado foi a instituição de uma estrutura ideológica/mercadológica cujo objetivo era estorvar o

¹¹⁶ SANCHEZ, Wagner Lopes. **Modernidade, pluralismo e reinvenção religiosa**. Da possibilidade de pensar o pluralismo religioso a partir de Weber. Artigo Plural-Weber99, pp. 1-18, São Paulo, p.2.

¹¹⁷ Ver ALVES, Elza Daufenbach, (a), op. cit.

processo de reprodução do conhecimento entre as gerações de agricultores, levando-os a abandonarem as técnicas tradicionais de trabalho e a se vincularem ao novo modelo de produção agropecuária, que tinha no uso de insumos industrializados a sua principal característica. No decurso desse evento o capital

Box 3

Saber Tradicional

No presente estudo, será entendido como “saber tradicional” todo conhecimento obtido por legado geracional. Na medida em que é transmitido de geração à geração o saber tradicional tende a sofrer mutações, uma vez que a ele são agregados as experiências vividas pelos indivíduos durante o processo de desenvolvimento das atividades a que se propõem executar. Isto pressupõe aceitar-se o entendimento de que o saber tradicional não é uma forma estática de reprodução de conhecimento, mas a incorporação contínua de valores e hábitos assimilados ao cotidiano social e que são transmitidos de uma geração à outra. Com o advento da modernização tecnológica, as indústrias quebraram o elo que existia entre as gerações de agricultores, uma vez que lhes retirou a possibilidade de serem os transmissores do conhecimento. O aprendizado não se dá mais através das experiências do trabalhador em sua inter-relação com o mundo natural, mas sim através das inovações tecnológicas que inevitavelmente têm que incorporar, e que são desenvolvidas e advindas de laboratórios industriais. As técnicas tradicionais de produção agropecuária estão desaparecendo com esse processo, carregando consigo muitos produtores rurais que não conseguem se modernizar.

Vida Cotidiana

Cotidiano (vida cotidiana): “vida cotidiana” aqui é entendida conforme definição dada por Heller ¹¹⁸, onde “o indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”. Enquanto ser particular, a dinâmica básica do indivíduo é a necessidade de satisfação das necessidades do “eu”; enquanto ser genérico o homem “é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano”, ou seja, um ser socialmente integrado. Ainda segundo Heller, o homem se insere na cotidianidade através das relações com o mundo e o momento social em que vive, e também através de seu passado histórico.

Essa definição de cotidiano torna-se importante na medida em que permite o entendimento de que o produtor rural não é um ser socialmente isolado. Assim, mesmo que seja detentor de um conhecimento tradicional, ao se relacionar com os demais atores sociais este vai incorporando novos conhecimentos aos processos produtivos que visam atender suas necessidades os quais, em última análise, tenderão a transfigurar o conhecimento que até então detinha.

¹¹⁸ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 20-21.

industrial contou com o apoio de diversos setores da sociedade, inclusive dos profissionais da esfera acadêmica, sendo vários os trabalhos de cunho científico desenvolvidos sobre este tema, muitos dos quais contribuíram significativamente para a propagação deste modelo de exploração agropecuária.

Entre as obras que influenciaram os governos de países do Terceiro Mundo a implementarem mudanças em seus sistemas produtivos agropecuários, talvez a mais significativa tenha sido a de Theodore Schultz, publicada em 1965, sob o título *Transformando a Agricultura Tradicional*.¹¹⁹

A teoria de Schultz estava centrada na idéia de que os agricultores dos países subdesenvolvidos eram pobres não devido à preguiça ou à ignorância, mas sim porque lhes faltavam condições técnicas para exercer seu ofício de forma mais produtiva. Para ele os produtores rurais do Terceiro Mundo podiam ser pobres, mas eram eficientes. Com este entendimento, em suas análises o autor defendia que a saída para alterar a agricultura de subsistência estava na utilização de insumos modernos e no necessário investimento industrial de forma a gerar inovações de alta resposta em termos de produção. Foi com base nos postulados teóricos de Schultz que se formaram muitos dos técnicos e profissionais responsáveis pela implantação de centros de pesquisa agropecuária, os quais acabaram por consubstanciar a Revolução Verde.

No Brasil, a obra de Schultz ainda se constitui um marco referencial nos estudos efetuados sobre a gênese do processo modernizante do setor agropecuário do país, sendo muito citado em trabalhos acadêmicos que versam sobre este tema. Assim é que, para Abramovay, ao analisar a condição socioeconômica em que se encontrava os povos que tinham por base a prática agrícola tradicional – como era o caso do Brasil –, Schultz defendia que

Sua emancipação da miséria depende, antes de tudo, que sejam alterados os meios com que trabalham. Caso contem com máquinas e insumos modernos, os agricultores saberão encontrar uma razão tal entre seus custos e resultados econômicos que seu comportamento maximizador se traduza por substancial aumento do produto. (...) Somente máquinas e insumos de origem industrial, combinados com um sistema de pesquisa e extensão (voltados precisamente para este tipo de modernização) podem elevar a produtividade do trabalho (...).¹²⁰

¹¹⁹ SCHULTZ, Theodore. **Transformando a agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

¹²⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. (a) **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992, p. 84.

Outro pesquisador brasileiro que discorre sobre este assunto é Anjos, que procura sintetizar o modelo proposto por Schultz nos seguintes termos:

Schultz revela que o problema dos países pobres reside muito mais na existência de uma baixa produtividade do trabalho do que de uma má utilização dos fatores existentes, cabendo ao Estado a implementação de projetos de desenvolvimento com vistas a elevar a eficiência técnica e econômica das explorações agrícolas.¹²¹

Depreende-se, das palavras de Anjos, que o capital multinacional não teria a função de ser o agente financiador nesse processo, sendo que o suporte aos agricultores desprovidos de condições financeiras para aquisição dos insumos agroindustriais (sementes melhoradas, adubos e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.), ficaria a cargo do Estado.

Dessa forma, o padrão agrícola baseado na utilização de insumos químicos e na motomecanização das atividades agropecuárias foi difundido pelo mundo afora.

O entusiasmo generalizado de que era possível promover o desenvolvimento do setor agropecuário mediante a adoção dos preceitos estabelecidos pela Revolução Verde levou a que os governos dos países ditos subdesenvolvidos passassem a direcionar políticas de incentivo aos agricultores que adotassem este novo padrão de produção. A idéia corrente era a de que a absorção das novas tecnologias pelos produtores rurais iria redundar no aumento da produção e da produtividade e, como consequência natural, no aumento da renda familiar, sinônimo este de “desenvolvimento rural”.

Com relação à América Latina, Pinheiro frisa que o Paraguai foi a porta de entrada para a invasão e posterior domínio do capital agroindustrial. Através da Fundação Rockfeller, entidade que tinha poderosos interesses na agricultura, é aberto na capital Assunção o Escritório de Credito y Asistencia Rural, cujo objetivo era intervir na agricultura latino-americana. Num segundo momento foi instalado no Estado de Minas Gerais/Brasil o primeiro Escritório de Crédito e Assistência Técnica Rural, que viria mais tarde a se transformar no sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica Rural). Segundo o autor, não foi por acaso que o Estado de Minas Gerais foi escolhido para servir de sede para este Escritório. Devido às particularidades de sua população rural, que agregam fortes

¹²¹ SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas/RS: Editora da UFPEL, 1995, p. 13.

traços de cautela e desconfiança, seria o local ideal para o aperfeiçoamento das estratégias a serem desenvolvidas em outros rincões. Em suas palavras, “o que desse certo em Minas poderia ser aplicado no Mundo com segurança e êxito, devido à cultura ‘desconfiada’, característica da população, especialmente a rural”. ¹²²

Consubstanciado em tais parâmetros, a estratégia utilizada pelos países centrais para implementar o paradigma agroquímico se concentrou basicamente em três frentes de ações, a saber:

a) *Propaganda maciça*: foram efetuados grandes investimentos em propaganda, onde se procurava demonstrar a abundância de alimentos e a riqueza que prosperava na agropecuária dos países industrializados ao mesmo tempo em que se dava grande destaque à desordem nos campos e à fome que afligia as populações dos países alvos. Na concepção de Paulilo ¹²³, os próprios órgãos que foram criados ou ampliados para atuarem no meio rural se encarregaram de propagandear de forma intensiva junto aos agricultores os benefícios das máquinas e dos insumos modernos.

b) *Investimento na formação de técnicos*: de forma a divulgar este novo modelo de produção agropecuária, foram proporcionadas inúmeras viagens e a promoção de cursos para funcionários públicos, cientistas e professores dos países alvos, a fim de que conhecessem o “paraíso agrícola”. No Brasil este programa ficou conhecido como P-4 (Ponto quatro). Foi neste contexto que, de acordo com Lago, no Estado de Santa Catarina foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) ¹²⁴, “cuja idealização teve suporte nos compromissos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, relativos à política de ajuda americana a países subdesenvolvidos, pelo Ponto IV da Doutrina Truman”. ¹²⁵ Sobre o papel desempenhado pela ACARESC, Lago descreve que este

(...) foi essencial, pesquisando condições de famílias rurais, treinando lideranças locais, formando extensionistas e estendendo uma rede de escritórios regionais, cujos agrônomos se tornaram agentes de mudanças em técnicas agrícolas junto às comunidades, sobretudo em relação aos pequenos proprietários rurais.

¹²² PINHEIRO, Sebastião, op. cit., p. 13.

¹²³ PAULILO, Maria Ignez Silveira. (a) **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990, p. 83.

¹²⁴ Sobre a criação da ACARESC ver também: LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discurso da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 1997.

¹²⁵ LAGO, Paulo Fernando, op. cit., p. 267.

As lideranças agronômicas do Estado acreditavam que o problema do minifúndio antieconômico teria que ser enfrentado a partir de, entre outros fatores, mudanças comportamentais do pequeno agricultor para assimilar novas tecnologias agrícolas, desde as infra-estruturais, como a conservação dos solos e fertilização adequada, às que dizem respeito à seleção de cultivares de maior rendimento e produtividade, assegurados por “demonstração de resultados”.¹²⁶

c) *Disponibilização de crédito*: a baixa condição econômica dos agricultores dos países subdesenvolvidos era um obstáculo para que pudessem adquirir os insumos produzidos pelas indústrias (fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e demais equipamentos agrícolas). Abriram-se então linhas de crédito para que os agricultores tivessem acesso ao “dinheiro fácil”, desde que os recursos disponibilizados fossem utilizados na modernização da atividade agrícola. No Brasil, a estratégia utilizada para vincular o produtor rural ao mercado de produtos industriais, foi financiar a compra de máquinas e insumos agrícolas a preços subsidiados. Assim, todos os recursos orçamentários destinados ao financiamento de investimentos e do custeio da produção agrícola, eram prioritariamente direcionados para os agricultores que adotassem esse padrão tecnológico moderno, baseado no uso intensivo de insumos químicos e equipamentos motomecanizados.¹²⁷ Sobre este assunto Rüegg *et al* comentam que na década de 1970 houve uma expansão muito grande no consumo de agrotóxicos, principalmente na região Centro-Sul do país, situação que se deu pelo sistema de pacotes tecnológicos e financiamento. Acrescentam ainda que “os agricultores, conforme o tipo de cultura e a extensão da área cultivada, eram obrigados adquirir agrotóxicos e

¹²⁶ LAGO, Paulo Fernando, op. cit., p. 267.

¹²⁷ A tendência de condicionar a liberação de crédito agrícola à assimilação de inovações tecnológicas pelos produtores rurais esteve presente, inclusive, no texto que estabelecia as condições de acesso dos pequenos produtores ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) quando do seu lançamento, em 1995. Conforme Belik, somente a partir de outubro de 1996 é que ocorreram mudanças no Pronaf e reduziram-se as exigências para a tomada de empréstimos, ocasião em que foi suprimida a necessidade dos produtores rurais apresentarem orçamento, plano ou projeto de produção agropecuária com vistas à obtenção do financiamento bem como não mais precisaram comprovar a aquisição de insumos e tampouco do pagamento do ITR. (BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do Programa PRONAF**. São Paulo/SP: UNICAMP, Instituto de Economia. Artigo disponibilizado na rede internet: <http://143.106.37.6/artigos/artigo175.htm>. Acesso em 20/10/2006.

outros insumos, mesmo sem necessitar deles, se quisessem obter crédito agrícola”.¹²⁸

Outra providência adotada pelas multinacionais do setor agroquímico foi criar uma expressão que pudesse colocar em evidência as vantagens de seus produtos sem, contudo, associá-los ao seu caráter intrínseco de elementos mortais. Não era interessante para as indústrias agroquímicas fazerem propaganda de “pesticidas”¹²⁹, termo que era usado de forma genérica para designar os insumos químicos e que naturalmente é associado a desgraças, a coisa ruim, que traz lembranças fúnebres. Em substituição a este, passou-se a utilizar então o termo “defensivos”, cujo significado muda radicalmente a forma de visão sobre os produtos agroquímicos, que passam a ser associados à idéia de instrumento de defesa e, conseqüentemente, de uma maior segurança.

Do mesmo modo passou-se a dar grande ênfase a um determinado aspecto social que sempre esteve presente e atuando ao longo dos séculos junto as populações, qual seja o problema da fome que afligia as camadas mais pobres das sociedades.

À nível mundial, houve uma frase importantíssima: ‘Há fome no Mundo’. Baseados nisso e nos estudos de superpopulação e crescimento demográfico, até mesmo os países economicamente mais estáveis renderam-se à agricultura moderna.

As pragas e doenças que destruíam safras foram alvo de uma campanha fantástica. ‘Contra a fome, fertilizantes que aumentam as colheitas.’ ‘Contra a fome, os agrotóxicos que aumentam as colheitas.’ Aliás, isso é falso, pois os agrotóxicos não aumentam as colheitas, no máximo poderiam garanti-las, como uma espécie de seguro, mas nem isso fazem.¹³⁰

A abordagem era feita de tal forma que levava a acreditar-se que este problema era tão somente fruto do atraso tecnológico com que eram exercidas as atividades agropecuárias, omitindo-se nesta análise outros fatores que também influenciavam (e muito) na conformação desse quadro como, por exemplo, a concentração de terras nas mãos de poucos, a má distribuição da renda, a política

¹²⁸ RÜEGG, Elza Flores *et al.* **Impacto dos agrotóxicos**. Sobre o ambiente, a saúde e a sociedade. São Paulo/SP: Ícone Editora Ltda., 1991, p. 80. Cabe destacar que, embora de forma diferente, no município de São Ludgero (e provavelmente nos demais municípios do país aonde persiste a agricultura familiar) os agricultores continuam sendo estimulados e até mesmo constrangidos pelo capital industrial a intensificarem o uso de insumos químicos nas lavouras. A este respeito ver: ALVES, Maurício, op. cit.

¹²⁹ Este termo é uma extensão da palavra “peste” que, segundo o dicionário Aurélio tem, entre outros, os seguintes significados: 1) Doença contagiosa grave; epidemia, pestilência. 2) Qualquer epidemia caracterizada por grande mortandade.

¹³⁰ PINHEIRO, Sebastião, op. cit., p. 15.

agrícola voltada à valorização do latifúndio agro-exportador, etc. Nesse discurso, omitia-se também o fato de que, mesmo nos países em que a produção agropecuária cresceu em função da utilização de tecnologias agroindustriais, o problema da fome não havia sido completamente erradicado entre os seus povos.

Na medida em que as inovações tecnológicas foram sendo incorporadas às rotinas operacionais dos agricultores, gradativamente aumentava o poder de persuasão das indústrias sobre o produtor rural, uma vez que os resultados iniciais obtidos pelo uso da tecnologia passaram a legitimar, em determinados aspectos, o discurso proferido por elas. Entre outras situações, a tecnologia se mostrou capaz, por exemplo, de eliminar as barreiras naturais que impediam ou dificultavam a exploração agropecuária. Se até então a produção agropecuária estava subordinada às condições determinadas pela Natureza, com o advento da modernização da agricultura o capital foi gradativamente libertando os produtores das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizeram necessárias. Desse modo, se a terra é fraca, aplica-se corretivo químico para torná-la fértil; se a área de cultivo é seca, investe-se na irrigação artificial; se, ao contrário, a área é alagadiça, investe-se na drenagem; e assim por diante.

Em decorrência da rapidez com que as inovações tecnológicas foram sendo introduzidas nos sistemas de produção agropecuária nos países do Terceiro Mundo não houve tempo sequer para que estes avaliassem se estas eram compatíveis ou não ao meio em que seriam empregadas.

Como não existiu um período de transição que permitisse a adaptação gradual dos agricultores a estas novas tecnologias (tal qual se deu nos países desenvolvidos ¹³¹, aonde as inovações tecnológicas iam sendo gradualmente desenvolvidas, incorporadas, avaliadas e, quando necessário, alteradas para se adaptarem aos fins que se planejava) aconteceu exatamente aquilo que seria imaginável, ou seja, as inovações tecnológicas passaram a corromper as práticas seculares de produção agrícola que eram sustentadas na reprodução do saber tradicional dos produtores rurais, alterando significativamente a forma como estes

¹³¹ As transformações ocorridas nos sistemas produtivos agropecuários – e que foram fruto da assimilação das novas tecnologias desenvolvidas para o setor – se fizeram sentir com mais intensidade nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, dado que a agricultura européia e norte-americana já haviam passado por um processo modernizante decorrente da incorporação gradual das inovações tecnológicas desenvolvidas no período da Revolução Industrial.

vinham interagindo no âmbito familiar, com o mercado consumidor e, sobretudo, com o meio ambiente em que se dava a produção agrícola.

Um dos exemplos mais notáveis sobre esta questão está no tipo de maquinário que foi introduzido nos campos para substituir os arados de tração animal. Registros climatológicos apontam que os invernos nos países do hemisfério norte são muito mais rigorosos do que os invernos que ocorrem no hemisfério sul, não sendo raro que lá a camada superficial do solo fique congelada durante meses a fio. Por esta razão, os tratores utilizados nos países setentrionais foram originalmente projetados e adaptados para se amoldarem as suas condições edáficas e climáticas. Assim, tanto a potência quanto os acessórios a serem acoplados a estes tratores (como por exemplo, os discos e grades para arar os campos, etc.) foram projetados de modo a permitir a lavra mais profunda e com isso trazer à tona a parte do solo que não está congelada. Ao serem introduzidos nos campos dos países do hemisfério sul, onde a camada mais fértil do solo está justamente rente à superfície e são relativamente reduzidos os espaços em que o solo fica congelado durante o período do inverno, a utilização destas máquinas ocasionou um duplo prejuízo aos produtores rurais: em função dos acessórios estarem adaptados para a realização de uma lavra mais profunda, ao arar as terras os agricultores acabavam jogando para o subsolo a camada mais fértil, dificultando a absorção dos nutrientes pelas plantas. Além da perda de nutrientes, o uso de tratores também intensificou a compactação dos solos, que passou a ser provocada pela pressão mecânica deste tipo de maquinaria. Solos excessivamente mecanizados são mais compactados e ficam mais propensos ao escoamento das águas pluviais, facilitando o processo erosivo.

No Brasil o fenômeno da erosão dos solos ocorre em praticamente todos os estados e é provocado tanto por causas naturais quanto em decorrência da ação antrópica. Ao utilizar todo o aparato de máquinas e implementos agrícolas aliado ao manejo inadequado das terras, indubitavelmente o produtor rural tem contribuído para agravar o processo de erosão dos solos. Em sua Dissertação de Mestrado, defendida junto ao Instituto de Biologia da Unicamp, o Biólogo Gustavo Rodrigo Thomazine registra que no Brasil a perda anual de solo causado pelo processo erosivo supera a casa dos 500 milhões de toneladas, o que corresponde à retirada

de uma camada de 15 centímetros de solo das regiões Sudeste e Centro-Oeste e mais o Estado do Paraná.¹³²

Mesmo após a internalização da indústria de tratores no Brasil, ocorrida em meados da década de 1960, as máquinas aqui produzidas durante muito tempo ainda seguiram os moldes das que eram produzidas nos países do hemisfério norte, situação que se repetiu em relação a outros tipos de equipamentos agrícolas.

Assim, se nos primeiros anos a utilização do pacote tecnológico estabelecido pela Revolução Verde sobre os sistemas produtivos agropecuários encantava os governantes, os técnicos e os produtores rurais, devido os resultados imediatos sobre a produtividade dos cultivos, com o passar do tempo este quadro alterou-se significativamente.

Apesar de elevar os índices de produção agropecuária, esse modelo vem sistemática e progressivamente provocando a degeneração do meio ambiente e afligindo as populações. Conforme destaca Corrêa, os efeitos negativos advindos pela adoção desse modelo não se limitaram apenas aos aspectos físicos, pois na medida em que o setor agrícola se modernizou/industrializou, a agricultura que até então era praticada em moldes tradicionais cedeu lugar à agricultura moderna, processo que teve “profundas repercussões na mão-de-obra e no emprego rural. A expulsão dos moradores se tornou quase uma regra nas áreas em que se expandiram as culturas de exportação, tais como: café, cana-de-açúcar, soja e laranja.”¹³³

Mediante esta conjuntura, a comunidade internacional (principalmente os órgãos públicos e privados que atuam na preservação ambiental em parceria com a sociedade civil) passou a levantar questionamentos relacionados tanto aos seus impactos socioeconômicos e ambientais quanto à sua viabilidade energética. Os efeitos negativos advindos pelo uso do pacote tecnológico são muitos, como pode detectar-se no seguinte relato:

A tendência à homogeneização das práticas produtivas e do meio natural, induzida pela Revolução Verde através da utilização intensiva da moto-mecanização, fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, equipamentos pesados de irrigação e da expansão das monoculturas, traduziu-se em brutais índices de erosão e degradação dos solos agrícolas, no comprometimento da qualidade

¹³² JORNAL DA UNICAMP. Sala de Imprensa. Tese revela impactos da erosão em nutrientes do solo. Artigo. Edição nº. 219, 7 a 13 de julho de 2003, p. 4. Rede internet: <http://www.unicamp.br> Acesso em 10/03/2006.

¹³³ CORRÊA, Walquíria Krüger, op. cit., p. 38.

e da quantidade de recursos hídricos para a agricultura, na devastação sistemática de florestas e campos nativos, no empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais, e na contaminação dos alimentos consumidos pela população.¹³⁴

Dessa forma, o modelo desenvolvimentista hegemônico que se instalou notoriamente nos países subdesenvolvidos foi colocado em xeque, não só pelo alto impacto que causa ao meio ambiente e na depredação dos recursos naturais não renováveis ou renováveis a médio e longo prazos (o que torna este modelo de desenvolvimento insustentável do ponto de vista ambiental), mas principalmente porque não se mostrou eficaz na resolução do problema da fome no mundo. Dados publicados pela Assessoria de Comunicação Social da Universidade de Brasília (Unb), apontam a existência de 840 milhões de subnutridos no mundo, sendo que o Brasil contribui com 44 milhões de pessoas para esta lamentável estatística.¹³⁵ Segundo esta mesma fonte, 400 mil crianças morrem anualmente por desnutrição na América Latina, sendo que 180 mil destes óbitos ocorre no Brasil. Estes dados, por si só, demonstram o fracasso do modelo convencional de desenvolvimento rural.

Em outras palavras, pode-se dizer que diante do quadro negativo apresentado por este modelo produtivista (que engloba vários fatores, tais como os acima mencionados) tanto a sociedade civil quanto os organismos governamentais passaram a perceber a necessidade de buscarem-se alternativas a esse padrão dominante. A atenção voltou-se para a busca de um modelo que não inviabilizasse o desenvolvimento das sociedades, mas que fosse capaz de conciliar crescimento econômico com respeito ao meio ambiente, e que fosse política e socialmente aceitável.

Como resultado deste esforço, em reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas ocorrida em 1987, os países membros assumiram o compromisso de incorporar às suas diretrizes políticas o conceito de *Desenvolvimento Rural Sustentável*, dando início a um novo modelo de desenvolvimento rural em que o crescimento econômico necessariamente deveria vir acompanhado da distribuição

¹³⁴ REFORMA AGRÁRIA. Meio ambiente e o desenvolvimento da agricultura. Grupo de trabalho agricultura e meio ambiente do fórum de ONGs brasileiras, preparatório para a conferência/92 da sociedade civil. In. *Revista Reforma Agrária*. Vol. 23, jan./abr. 1993, p. 82.

¹³⁵ Raio-X da desigualdade no Brasil e no Mundo. Matéria publicada pela **Assessoria de Comunicação da Universidade de Brasília**, em 08/10/2003. Rede internet: <http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag1003-10.htm>.

de riqueza e da preservação do meio ambiente. Este assunto voltará a ser abordado no item 3.4.1 deste trabalho.

2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A INTERVENÇÃO DO ESTADO E AS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO FAMILIAR (1960-1980)

Na abordagem anterior, assinalamos que a emergência das indústrias agroquímicas deu-se em função da adequação e do redirecionamento no uso dos produtos químicos que haviam sido inicialmente utilizados como matéria prima na fabricação de armas bélicas, os quais passaram no período pós-guerra a serem empregados como agentes de controle e combate às pragas que infestavam as lavouras. Também mencionamos que, através de uma bem estruturada campanha mercadológica de transformação ideológica, o capital industrial conseguiu se inserir nos países subdesenvolvidos, submetendo seus sistemas produtivos agropecuários ao pacote tecnológico difundido sob a lógica da Revolução Verde.

No Brasil, conforme já foi amplamente demonstrado por autores que se dedicam ao estudo das questões agrárias, o poder legalmente constituído (Estado) teve papel fundamental na implementação de políticas voltadas a consolidação deste padrão de produção nos sistemas agropecuários nacional.

A interferência estatal decorreu, sobretudo, em função da gradativa e inevitável desagregação do complexo rural, processo este que pressionou o governo brasileiro a encontrar alternativas para a produção de alimentos com vistas a suprir as necessidades do crescente contingente populacional que passou a se concentrar nos núcleos citadinos emergentes sem que, contudo, esta intervenção de alguma forma afetasse o setor agro-exportador. Tal medida era de fundamental importância, pois o país ainda dependia essencialmente da exportação de bens agrícolas como forma de ingresso das divisas necessárias para a aquisição de máquinas e equipamentos ainda não produzidos internamente. Era necessário, pois, superar de vez o tradicionalismo que imperava no setor agropecuário nacional de modo a que este pudesse se desenvolver dentro de patamares mais modernos e assim conseguisse cumprir o duplo papel de ser o fornecedor de alimentos para o mercado

interno bem como produzir os demais bens agropecuários (fibras e gêneros alimentícios) destinados à exportação. Neste sentido, vislumbrava-se que

A única saída viável para que a agricultura brasileira superasse o tradicionalismo só poderia ser encontrada via modernização das técnicas de produção, cujo processo deveria ser orientado para uma clientela especial: a agricultura de exportação, que possuía condições de expandir o consumo de maquinários e insumos modernos num curto espaço de tempo, possibilitando o crescimento e a expansão do capital urbano-industrial no país.¹³⁶

Somente em meados da década de 1960, quando ocorre com mais ênfase a expansão do capital urbano-industrial no meio rural é que efetivamente dá-se a derradeira desarticulação do complexo rural e, no processo, emerge um novo sistema de articulação entre o setor agropecuário e industrial¹³⁷, passando este a ser identificado sob a designação de *complexo agroindustrial*.¹³⁸

Antes de avançarmos na discussão sobre as políticas agrícolas e seus efeitos sobre a produção familiar cabe mencionar que, quando o assunto em questão são as transformações ocorridas no setor agrícola brasileiro no período pós-guerra (1945), é muito comum encontrar-se em abordagens acadêmicas a utilização de conceitos que aparentemente têm o mesmo significado de complexos agroindustriais, mas que, na realidade, apresentam conotações divergentes. São eles: *Modernização da Agricultura* e *Industrialização da Agricultura*. Kageyama *et al* fazem uma diferenciação bastante concisa destes conceitos, a qual julgamos oportuno referenciar:

Por **modernização da agricultura** se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do

¹³⁶ CORRÊA, Walquíria Krüger, op. cit, p. 36.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ “As indústrias que compram ou recebem produtos agropecuários para transformá-los em produtos industrializados são usualmente agrupadas sob a denominação genérica de *agroindústrias*. Estas fazem parte de vários ramos ou subsetores do setor industrial e, juntamente com o setor agropecuário e com as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos para este, configuram o chamado *complexo agroindustrial*. Enquanto que os ramos produtores de insumos e de equipamentos são definidos como *indústria para a agricultura*, os ramos propriamente agroindustriais constituem a chamada *indústria da agricultura*.” (SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 1990, pp. 59-60.)

camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.¹³⁹

Com o processo de modernização observa-se que parte crescente da produção agrícola passou a ser destinada para consumo no mercado interno, embora a agricultura continuasse a depender das exportações como forma de obtenção de recursos para a importação de máquinas e insumos. Pode-se dizer que em função das exigências e crescimento do mercado nacional, houve uma internalização das decisões do que e como produzir. Já com relação à aquisição dos instrumentos necessários para a produção, continuava havendo uma dependência cada vez maior da abertura do mercado para o exterior.

Esse processo de transformação da base técnica – que se convencionou chamar de modernização – atinge seu ápice em meados dos anos 60, quando se inicia uma nova fase, conhecida como ***industrialização da agricultura***.

Nesse novo período, ocorrem mudanças significativas no setor agrícola brasileiro.

A 'industrialização da agricultura' envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma 'fábrica' que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em 'interação com a natureza' como se esta fosse o seu 'laboratório natural'. Trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha a seu alcance, quase sempre produzidos em sua própria propriedade. A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção: para produzir ela depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.¹⁴⁰

Os autores destacam três importantes transformações que diferenciam, qualitativamente, a *modernização da agricultura* do processo de *industrialização da agricultura*:

- a) O processo de industrialização não está limitado apenas no uso crescente de insumos modernos, mas fundamenta-se principalmente na mudança das relações de trabalho. Não há mais o trabalhador individual e sim um

¹³⁹ KAGEYAMA, Ângela *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In.: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.C. e VILA VERDE, C.M. (Org.) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília/DF: Série IPEA, 1990, p. 113.

¹⁴⁰ Idem, pp. 113-114.

conjunto de trabalhadores assalariados que trabalham coletivamente ou cooperativamente numa determinada atividade. Passa a existir uma divisão do trabalho (uns plantam, outros colhem) semelhante ao encontrado nas atividades industriais;

- b) Outro fator importante que ocorreu no processo de industrialização foi a mecanização intensiva das atividades produtivas. Como resultado houve um salto qualitativo na esfera de produção: as atividades passam a ser mecanizadas não apenas para poupar o trabalhador do esforço físico, mas para substituir a sua própria habilidade manual. Esse salto qualitativo tem início com o uso do trator e se intensifica nos anos 60 quando se introduz a mecanização em todo o setor produtivo, do plantio à colheita (inclusive carregamento e transporte). Aliado a esta mecanização dos tratos culturais, soma-se a quimificação, caracterizada pelo uso intensivo de insumos industriais nas lavouras (fungicidas, herbicidas, fertilizantes, etc.);
- c) “A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 60 é a internalização do D₁, ou seja, dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura”.¹⁴¹ Isto foi possível em função da implantação da indústria de base nos anos 50-60 (siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina, bioquímica), permitindo que houvesse o desenvolvimento dos setores que produzem insumos para o setor agrícola. A partir desse momento, gradativamente o país diminuiu a dependência das importações, que era o único recurso disponível para dar continuidade ao processo modernizante da agricultura nacional.

O processo de industrialização da agricultura culmina com a constituição, no período pós-1975, dos denominados **Complexos Agroindustriais (CAIs)**. São vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente.

Pelo aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converteu num ramo de produção que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. Dessa forma:

¹⁴¹ KAGEYAMA, Ângela *et al*, op. cit , p. 115.

A produção agrícola passou então a constituir um elo de uma cadeia, negando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo e em grande parte as do complexo agrocomercial prevalecente até os anos 60. Esse processo desemboca na constituição dos complexos agroindustriais, que também se efetivam a partir da implantação da 'indústria para a agricultura' e da estruturação da agroindústria processadora.

Com a constituição e consolidação dos CAIs, a dinâmica da agricultura só pode ser apreendida a partir da dinâmica conjunta da indústria para a agricultura / agricultura / agroindústria, o que remete ao domínio do capital industrial e financeiro a ao sistema global de acumulação.¹⁴²

Assim, com base no que foi anteriormente comentado, no que tange ao processo modernizante da agricultura brasileira fica evidenciado que o modelo de modernização inserido no país teve por base o ideário da Revolução Verde e “obedeceu fielmente a lógica de Schultz”¹⁴³, o qual defendia uma mudança estrutural na base técnica de produção agrícola dos povos subdesenvolvidos. Tal mudança implicava na incorporação de máquinas e insumos industrializados aos sistemas produtivos, sem o quê não haveria possibilidade dos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a não possibilidade de saírem da condição de miseráveis. Em termos de política pública, as formulações estavam centradas no entendimento “de que, só com a modernização, ou seja, com a eliminação do ‘arcaico’, a agricultura poderá desempenhar eficazmente o seu papel”.¹⁴⁴

Com efeito, a forte pressão exercida pelas empresas multinacionais para implementar mudanças na agricultura dos países subdesenvolvidos aliado ao próprio interesse do governo brasileiro em ver cumprido o projeto de modernização do setor agrícola iniciado no período pós-guerra (1945) – que passava necessariamente pela integração da população rural ao mercado consumidor de produtos manufaturados –, levou a adoção de medidas administrativas visando garantir recursos orçamentários para o financiamento não só de máquinas e equipamentos agrícolas, mas também dos demais gastos relativos ao processo produtivo.

O processo modernizante iniciado no período pós-guerra acentua-se nas décadas seguintes, quando uma série de políticas públicas foram implementadas

¹⁴² KAGEYAMA, Ângela *et al*, op. cit , p. 122.

¹⁴³ MATTEI, Lauro, op. cit., p. 3.

¹⁴⁴ GRAZIANO DA SILVA, José, (a), **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1981, p. 19.

com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, induzindo a modernização das atividades produtivas via incorporação de novas tecnologias às rotinas operacionais dos produtores rurais. Conforme Navarro, no decorrer da década de 1970, durante o governo de regime militar, “um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da ‘modernização agrícola’).” ¹⁴⁵

Torna-se inevitável, portanto, a compreensão de que o Estado foi determinante no desencadeamento do processo de desenvolvimento por que passou o setor agropecuário brasileiro sendo, em última análise, o principal agente implementador/condicionador do padrão agropecuário que se instalou no país. Isto fica nítido no comentário efetuado pelo autor acima citado, quando diz que

O Estado nacional – ou seus níveis subnacionais – sempre esteve à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado fundase para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural. ¹⁴⁶

Mas, em que pese as investidas governamentais em promover a modernização do setor agropecuário, nem todos os agricultores foram atingidos pelas políticas públicas, uma vez que um grande número deles não eram detentores das terras em que trabalhavam (arrendatários, meeiros, parceiros) e também não possuíam outros bens para dar como garantia do financiamento, condição esta *sine qua non* para a liberação do empréstimo bancário.

Em função disto, a maior fatia do capital disponibilizado pelo Estado brasileiro para investimento nesse processo acabou por ser utilizada pela pequena parcela da população rural mais abastada, detentora de grandes propriedades agrícolas em que prevalecia o cultivo de monoculturas de exportação, justamente a que menos necessitava de ajuda financeira, ficando claro que o processo de modernização proporcionou a consolidação e ampliação dos latifúndios, o que só fez aumentar as disparidades socioeconômicas que já se faziam presentes no campo.

¹⁴⁵ NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001, p. 84.

¹⁴⁶ Idem, p. 88.

Martine tem uma posição muito clara acerca das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores familiares diante das metamorfoses que se processaram no setor agropecuário do país, sobretudo em relação à disparidade existente no que diz respeito ao acesso do crédito agrícola. Destaca o autor que,

Conforme amplamente discutido na literatura, o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado. (...) A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos.¹⁴⁷

Esta afirmação de Martine expressa claramente a forma como se deu o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Nesta análise não se pode perder de vista que, desde o início da prática agrícola no Brasil, um dos principais componentes do processo produtivo – a terra – sempre esteve concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população, situação que se perpetua até os dias atuais e se constitui num dos motivos que dão origem aos conflitos sociais existentes no campo. Este processo foi muito bem analisado por Graziano da Silva, naquela que alguns consideram como sendo a sua melhor obra, intitulada *A Modernização Dolorosa*.¹⁴⁸

De acordo com este autor, além das terras estarem concentradas nas mãos de uns poucos, os registros históricos demonstram que o uso do solo nas grandes propriedades brasileiras invariavelmente esteve voltado ao cultivo de monoculturas de exportação (cana-de-açúcar, café, cacau, algodão, soja) ou à criação extensiva de rebanhos bovinos. Em sua avaliação isto decorre do fato de que

As condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores: ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), têm sempre uma evolução dos preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.),

¹⁴⁷ MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília/DF: IPEA, v. 1, nº 1, junho de 1990, p. 6.

¹⁴⁸ GRAZIANO DA SILVA, José, (a), op. cit..

cujos preços repercutem diretamente no aumento do custo de vida. Não é coincidência, portanto, verificar que as culturas 'modernas' têm uma lucratividade maior que as tradicionais.¹⁴⁹

Um outro aspecto relevante a ser levado em conta no processo de modernização da agricultura brasileira é a intrínseca relação que sempre existiu entre o poder legalmente constituído (Estado) e as classes dominantes do campo.¹⁵⁰ Por isto não se pode desconsiderar o poder que os grandes latifundiários exerciam sobre as diretrizes políticas e econômicas a serem implementadas, uma vez que era basicamente do campo que saía a matéria-prima direcionada à exportação, proporcionando a aquisição de divisas necessárias ao desenvolvimento do país. Embora que de forma diferente, ainda hoje o poder de influência dos grandes latifundiários em relação ao direcionamento ou ao veto de políticas agrícolas é ainda muito grande, sendo paradigmático a questão do cultivo de organismos geneticamente modificados, conhecidos por transgênicos.

Mas decisivo mesmo foi a interferência do capital industrial neste processo, para o qual não convinha mexer na estrutura agrária vigente no país. Às multinacionais do setor era interessante que o processo de modernização da agricultura ocorresse sem que para isto o velho sistema latifundiário-exportador fosse afetado. Com esta visão, as grandes indústrias utilizaram de todo poder e influência que detinham para barrar quaisquer tentativas de reformas na estrutura agrária ao mesmo tempo em que apoiavam as políticas públicas que priorizavam a transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios tecnologicamente modernizados ou, de forma simplificada, em latifúndios consumidores dos equipamentos e insumos por elas fabricados.¹⁵¹

Vários estudos já demonstraram as mazelas provocadas pela ligação umbilical entre o Estado e as classes dominantes, relação esta que gerou muitas lutas e conflitos sociais na disputa histórica dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra. Entre outros tantos casos, destaca-se a organização das Ligas

¹⁴⁹ Idem, pp. 29-30.

¹⁵⁰ Cabe esclarecer que a "classe dominante" a qual nos referimos não está sendo aqui definida em função do número, mas sim em função do poder político e financeiro que determinados segmentos da sociedade rural possuem e que os diferenciam da maioria.

¹⁵¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 98.

Camponesas¹⁵² ocorrida há algumas décadas e, mais recentemente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Nesse embate histórico das classes sociais presentes no campo brasileiro, os grandes proprietários têm levado vantagem. Isto ocorre não só devido ao seu maior poder de organização (que lhes permite infiltrar representantes nos órgãos deliberativos governamentais com o objetivo de defenderem seus interesses) mas, sobretudo, porque possuem a seu favor toda uma legislação que lhes beneficia, além de um aparelho estatal que, em nome da “ordem democrática”, defende os seus “direitos”.

O poder de influência do capital sobre o Estado já fazia parte das preocupações de Marx e Engels, expressadas no texto do Manifesto do Partido Comunista, redigido e assinado por ambos em 1847, no qual apontavam que o poder estatal nada mais é do que uma estrutura administrava instituída pelo conjunto da classe burguesa com o fim de gerir os seus negócios.¹⁵³

Difícilmente alguém se atreveria a contestar tal afirmação no dias atuais, ainda mais quando se percebe que é cada vez maior a interferência do capital na condução da política econômica e que são os empresários os primeiros a serem procurados pelos governantes para a apresentação e discussão de possíveis mudanças no rumo da economia do país.

É claro que a força do capital em fazer valer os seus interesses não se restringe a setores específicos da economia, como o setor de produção agropecuário, por exemplo, mas manifesta-se em todos os segmentos do universo social em que existe uma relação econômica. Sendo assim, esta situação reproduz-se em todas as esferas da economia, ocorrendo tanto no plano do comércio internacional como no nacional, no estadual e municipal, sendo identificado até nas relações interpessoais, conforme pode ser verificado no seguinte depoimento:

Hoje, se o cara quer subir na vida tem que ser esperto. Ele tem que se esperto no negócio. Eu faço um negócio. Tá! Se vale R\$ 100,00, daí se o cara é esperto ele leva o outro na conversa: ‘Tu quer à

¹⁵² Em 1955 surgiu, no Engenho Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida como Liga Camponesa. As ligas surgiram e se difundiram no nordeste do país (notadamente em Pernambuco e na Paraíba), principalmente entre os foreiros, como uma forma de luta contra os proprietários de antigos engenhos, que queriam retomá-los devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. (MARTINS, José de Souza. (a) **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda., 1983, p.76.)

¹⁵³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Texto integral, tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003, p. 47.

vista, eu te compro por R\$ 60,00.’ Aí ele já ganhou R\$ 40,00. Então tem que se esperto que o cara vai e entrega. Tem que ser esperto na hora de comprar e vender. Um puxa de um lado e o outro puxa do outro. Eu tenho que puxar para o meu lado, e tu vai puxar para o lado teu. Então se tu é meio fraco e eu sou esperto, então eu dou uma “bocada” de R\$ 200,00, R\$ 300,00 e tu nem percebe. Então é este tipo de pessoa que sobe na vida. Então tem que ser esperto.¹⁵⁴

Ao considerarmos que no Brasil o desenvolvimento do setor agropecuário foi efetivado por uma ‘modernização conservadora’, induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do poder estatal – que não só privilegiou algumas culturas e regiões em detrimento de outras como também redundou em benefícios quase que exclusivamente às médias e grandes propriedades¹⁵⁵ –, pelo menos a duas conclusões podemos chegar:

Primeiramente, tomando como verdadeiro que a modernização tecnológica do setor agropecuário brasileiro se fez acompanhar da eliminação de postos de trabalho no campo em função da mão-de-obra ser substituída pela mecanização das atividades, implica dizer que o processo modernizante não atingiu os objetivos esperados em se tratando de acabar com a considerada arcaica agricultura de subsistência. Ao contrário, enquanto que nas grandes propriedades implementou-se uma agricultura moderna, mecanizada, voltada a produção de bens agrícolas destinados ao mercado externo, a mão-de-obra excluída neste processo se concentrou em pequenas propriedades agrícolas onde em grande parte dos casos as atividades continuaram sendo desenvolvidas com base no trabalho familiar:

Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado.¹⁵⁶

Dessa forma, justamente por ter sido parcial e excludente, o processo de modernização agrícola ao invés de acabar com a agricultura de subsistência acabou por torná-la mais consistente.

A segunda conclusão é que nem todos os pequenos produtores tiveram as mesmas condições para a manutenção e reprodução social da família mediante a

¹⁵⁴ Entrevista realizada com E. H. (Agricultor). Arquivo do autor.

¹⁵⁵ GRAZIANO DA SILVA, José, (a), op. cit., p. 40.

¹⁵⁶ Idem, p. 31.

renda provinda de atividades agrícolas, razão pela qual os mais fragilizados em termos econômicos geralmente se viam diante a duas alternativas: o êxodo para os centros urbanos ou continuarem morando na propriedade rural, neste último caso os membros da família se revezando entre a produção agrícola e a busca de outras fontes de renda fora da propriedade. Com base nesta visão, reafirma-se o entendimento de alguns autores quando defendem que a associação entre o trabalho agrícola com outras atividades geradoras de renda, exercida simultaneamente por um ou mais membros da família rural, é um processo antigo, o que não significa dizer que tal fenômeno tenha sido suficientemente analisado.

Pelo que foi até aqui comentado fica evidenciado que, em que pese o reconhecimento generalizado (inclusive dos organismos estatais) de que a pequena produção agrícola sempre ocupou lugar de destaque no conjunto de produção agropecuário nacional – sendo não só responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios básicos do mercado consumidor interno, mas também se constituindo na principal fonte de ocupação de mão-de-obra no meio rural –, a ela pouca importância se deu em termos de políticas públicas que buscassem sua expansão e fortalecimento.

Assim é que, até o final dos anos 80 o conjunto de pequenos produtores rurais crescia ou retraía-se mediante a capacidade dos sujeitos envolvidos em articularem estratégias de sobrevivência, buscando formas alternativas de inserção no mercado (como se verá mais adiante, o sistema de integração às agroindústrias passou a ocupar lugar de destaque nesse processo).

Com o fim do regime ditatorial sob tutela militar em 1985, os sindicatos e demais organismos ligados às lutas sociais no campo brasileiro passaram a ter maior espaço para demonstrarem as discrepâncias socioeconômicas vigentes no setor agropecuário nacional e a apresentarem reivindicações junto ao Governo Federal para a categoria formada pelos pequenos trabalhadores rurais. Cabe registrar que, apesar de manter o reconhecimento legal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e dos sindicatos de trabalhadores rurais, a ditadura civil-militar exercia forte controle político sobre estes organismos de

representação social, reprimindo severamente qualquer iniciativa que fosse contra ou colocasse em questão os ideais propostos pelo regime ditatorial.¹⁵⁷

No transcurso da década de 1980, a agricultura brasileira é significativamente afetada por alguns eventos ocorridos no plano internacional. Novas crises no fornecimento do petróleo pelos países Árabes se sucedem a iniciada em 1973.¹⁵⁸ Tais acontecimentos tiveram reflexos na alta dos preços dos insumos agrícolas, aprofundando as dificuldades dos pequenos produtores rurais em se manterem na atividade. Os que conseguiam crédito para adquirir os insumos necessários ao desenvolvimento da atividade agropecuária muitas vezes não conseguiam honrar com as dívidas contraídas.

Diante as dificuldades financeiras que enfrentavam os pequenos produtores rurais passaram a intensificar os movimentos reivindicatórios cobrando e exigindo uma maior atenção estatal para a sua categoria, sendo expressiva a participação da CONTAG e do MST, neste processo. Os resultados desta luta se fizeram sentir na década seguinte, quando o Governo Federal institui o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que mais tarde seria transformado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

¹⁵⁷ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST.** Artigo. Rede internet: <http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Goncalves.doc>. Acesso em 11/11/2006, p. 5.

¹⁵⁸ Em outubro de 1973, Egito e Síria se unem e invadem a república de Israel, evento que ficou conhecido como Guerra de Yom Kippur. Em menos de um mês de conflitos, as duas nações árabes foram rechaçadas pelas resistências de Israel. Mediante a derrota de Egito e Síria, outras nações árabes produtoras de petróleo resolveram não só suspender a exportação do produto para os Estados Unidos e para os países europeus que apoiavam Israel, como também reduzir a produção de modo a não esgotar suas reservas. Tal medida provocou um grande aumento no preço do petróleo no mercado internacional, uma vez que a demanda era muito maior que a oferta. Em 1976, em função da entrega do controle do Canal de Suez pelo presidente do Egito a uma empresa Anglo-Francesa, os países árabes boicotaram a distribuição de petróleo, uma vez que o canal é uma importante passagem para a exportação de produtos da região para os países ocidentais. Em 1979, a Revolução Islâmica promovida pelo aiatolá Ruhollah Khomeini resultou na deposição do Xá Reza Pahlevi, provocando uma crise política no Irã e desorganizando o setor de produção petrolífero daquele país, situação que fez o preço do produto disparar no mercado internacional. Em 1991 o Iraque invade o país vizinho Kuwait, que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo e o maior fornecedor dos Estados Unidos. Pressionados pela ONU em desocupar o Kuwait, durante a retirada, as tropas iraquianas incendiaram todos os poços de petróleo do emirado provocando uma enorme crise econômica.

2.2.1 Novos rumos para a agricultura familiar no Brasil a partir da década de 1990: o PRONAF em discussão.

O modelo de produção agropecuário que vigorava no campo brasileiro até o início da década de 1990 – bem como as políticas públicas a ele direcionadas –, vinha recebendo severas críticas de vários segmentos da sociedade civil que defendiam uma nova estratégia de desenvolvimento rural sob o argumento de que a agricultura patronal, apesar de ser a mais valorizada pelos órgãos estatais, estava empregando cada vez menos trabalhadores, situação que acentuava a concentração de renda e a exclusão social dos trabalhadores rurais.

Em particular, na esfera acadêmica estudos efetuados por profissionais das mais diversas áreas apontavam para a necessidade de urgentes mudanças na política agrícola vigente a fim de que fossem criadas oportunidades para que os pequenos produtores rurais recebessem maiores incentivos no que diz respeito ao acesso ao crédito agrícola, de forma a que pudessem modernizar os seus sistemas produtivos e, com isto, aumentar suas chances de permanecerem na atividade.

O insuficiente apoio institucional ao pequeno produtor familiar estava levando que inexoravelmente muitos deles tivessem que recorrer ao sistema de integração às agroindústrias como uma alternativa de sobrevivência, situação que os levava perder a sua autonomia produtiva e a se sujeitarem a todo tipo de exploração. Para esta categoria de agricultores a integração representava não só uma forma de assegurar a obtenção de meios de produção mais eficientes – e com isto propiciar o aumento da produtividade da atividade desenvolvida -, mas também, e principalmente, se constituía numa alternativa mais segura de conseguir um espaço no mercado consumidor, uma vez que eram cada vez maiores as dificuldades do escoamento da produção, dado que as grandes empresas industriais e/ou comerciais vinham monopolizando a rede mercantil.¹⁵⁹

Neste sistema, o pequeno produtor rural é contratado pela agroindústria para o fornecimento de um determinado produto, devendo entregá-lo dentro de prazos e condições impostas pelo contratante. Na maioria dos casos a empresa

¹⁵⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos, op. cit., p. 93.

entra apenas com a assistência técnica, estabelecendo a forma e o ritmo da produção, não raro impondo ao contratado a aquisição de insumos industriais por ela produzida ou intermediada (rações, vacinas, antibióticos, equipamentos, etc.). Além disso, no sistema de integração, o empresário se vê livre dos pesados investimentos em terra e instalações, dos encargos trabalhistas (devido esta forma contratual não ser considerada como assalariamento), bem como dos riscos naturais inerentes à produção rural (variações climáticas, pestes e outros fatores que podem conduzir a grandes prejuízos na atividade).

Nos estados sulinos, onde a agricultura desde o seu primórdio se pautou na produção familiar, emergiram várias agroindústrias assentadas no sistema de integração. Em Santa Catarina, principalmente no Oeste Catarinense, no período em questão cresceram significativamente o número de pequenos e médios proprietários que se incorporaram às grandes empresas capitalistas, sobretudo as dedicadas ao abate e beneficiamento de aves e suínos. De acordo com Pizzolatti, não se pode dizer que os “integrados” (conforme passaram a ser identificados estes atores sociais) tenham perdido a sua condição de trabalhadores independentes embora inegavelmente tenham passado a ser subjugados, não por um proprietário de terra, mas pelo capital industrial.¹⁶⁰

Nestas condições, a modernização para muitos destes pequenos produtores rurais não veio de forma natural e nem como uma tomada de decisão individualizada. Aqueles que quisessem fazer parte da cadeia mercantil como “integrados” deveriam se adaptar às normas da empresa e investir na modernização tecnológica por ela sugerida. Esta era uma condição *sine qua non* para serem aceitos por aquela. Dessa forma, quem não se adaptasse ao modelo proposto pela empresa integradora não era aceito, e aqueles que no decorrer do processo se recusassem a modificar a base tecnológica conforme lhes fossem posteriormente recomendado, simplesmente eram excluídos do sistema sem receberem qualquer tipo de indenização pelo investimento efetuado na propriedade por imposição daquela.

¹⁶⁰ PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os pequenos produtores do oeste catarinense: integrados ou entregados?** Tese de Doutorado, USP, 1996.

Parece-nos, pois, bastante apropriado o comentário efetuado por Graziano da Silva quando diz que, em se tratando da forma como ocorreu o desenvolvimento do setor agropecuário do país,

A questão fundamental no caso brasileiro é que a modernização dos pequenos produtores se deu sob um regime político-institucional caracterizado pelo arbítrio, o qual impediu as suas organizações de exercerem uma postura reivindicativa. Assim, a tecnificação apenas garantiu a transferência de maiores excedentes do setor camponês para os capitais industriais e financeiros que o subordinavam.¹⁶¹

O precário apoio institucional disponibilizado aos pequenos produtores rurais – e, como resultado deste, a existência de uma grande disparidade social no campo brasileiro – era constatado não apenas pelos críticos internos uma vez que, no plano internacional, o país vinha sendo freqüentemente citado como referencial negativo pelas instituições e organismos voltados a defesa das populações oprimidas. Para o Vaticano, por exemplo, o Brasil era apontado “como um exemplo de injustiça agrária, pois somente 1% da população detinha o controle de 44% das terras agricultáveis.”¹⁶² No mesmo sentido, “o relatório anual do Banco Mundial – World Development Report – de 1990 considerava o favorecimento brasileiro aos grandes agricultores como não sendo socialmente eficiente”.¹⁶³

Aliado às críticas internas e externas havia ainda o compromisso assumido pelo governo brasileiro junto a ONU no sentido de tentar colocar em prática as deliberações resultantes da Assembléia Geral realizada em 1987, sobretudo no que dizia respeito a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido as atenções deveriam estar voltadas para a valorização das outras formas de produção que foge ao modelo produtivista representado pelo latifúndio agro-exportador.

¹⁶¹ GRAZIANO DA SILVA, José, (d) **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003, 2. ed., p. 169. A esse respeito Pizzolatti fala que, no caso dos pequenos produtores rurais integrados do oeste catarinense, “a produção de aves e suínos é apropriada pelas grandes empresas através do seu preço estipulado e de outros mecanismos como os insumos básicos necessários ao criatório em alta escala.” (PIZZOLATTI, Roland Luiz, op. cit., p. 32)

¹⁶² CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. Vaticano contra o latifúndio brasileiro. Rio de Janeiro/RJ: Editora Terceiro Mundo, ISSN 0101 – 7993 N. 206, março de 1998, p. 14.

¹⁶³ VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Qual política para o campo brasileiro?** Texto elaborado para apresentação no XXXV Congresso da SOBER. 03 a 07 de agosto de 1997, em Natal/RN., p. 4. Rede internet: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/index.html> Acesso em 21/09/2006.

A verdade é que, até o ano 1993, os órgãos de financiamento não abriam linhas de crédito direcionadas especificamente para a agricultura familiar. Aliás, o próprio conceito de agricultura familiar ainda não havia sido criado ¹⁶⁴, sendo que os pequenos produtores rurais eram identificados como “mini-produtor” para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Nestas circunstâncias, além de terem que disputar o crédito disponibilizado ao conjunto de produtores rurais brasileiros, os agricultores familiares eram obrigados a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado ao grande produtor. ¹⁶⁵

Mediante esta conjuntura, em meados dos anos 1990 o Governo Federal procura acalmar os críticos em relação à falta de uma política agrícola para o campo brasileiro instituindo, em 1994, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que trabalhava basicamente com créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dois anos mais tarde este programa sofre modificações e passa a ser denominado de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Entretanto, não se pode perder de vista que a atenção do governo se voltou para outras formas de produção além do latifúndio agro-exportador também (e principalmente) em função da luta dos pequenos produtores rurais em busca de apoio institucional. Se no passado, conforme relata Graziano da Silva, os pequenos produtores rurais não tinham espaço para se organizarem politicamente com vistas a exercerem uma postura reivindicativa, na década de 1990 este processo ocorreu de forma marcante. No período em questão, em várias partes do país (notadamente no Sul), os sindicatos da categoria passaram a exigir a implementação de políticas públicas que lhes proporcionassem melhores condições de acesso ao crédito agrícola de modo a que pudessem continuar na atividade. Assim, para muitos autores, entre estes Schneider, Cazella e Mattei, o Pronaf é um exemplo claro de

¹⁶⁴ De acordo com Schneider, o uso da expressão “agricultura familiar” nos estudos dos processos sociais rurais e agrários efetuados por acadêmicos brasileiros ganha vulto a partir do final da década de 1980 e, sobretudo, na primeira metade da década seguinte. Destaca o autor que, “a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, especialmente os da Região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão.” (SCHNEIDER, Sérgio, (b), op. cit., pp. 29-30).

¹⁶⁵ BELIK, Walter, op. cit.

política agrícola que foi implementada, sobretudo devido a pressão exercida pelos movimentos sindicais rurais junto ao Estado.¹⁶⁶

Criado em 1995 e institucionalizado através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf conta com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos fundos constitucionais de desenvolvimento (FNO, FNE e FCE) e da exigibilidade bancária. Ao comentar os objetivos propostos quando da implementação do Pronaf, Vilela tece o seguinte comentário:

Do ponto de vista dos objetivos, o Pronaf concebe que ‘por natureza, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf, é uma proposta de desenvolvimento rural que tem como propósito maior organizar as ações do governo, para que se criem e fortaleçam as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo como parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar’ (Planaf, 1995:26).¹⁶⁷

A análise do texto acima leva a compreensão que a partir dos anos 1990 passou a existir uma preocupação dos órgãos governamentais em desenvolverem políticas voltadas ao pequeno produtor rural. Contudo, muito embora não se possa negar que no Brasil existam programas institucionais direcionados à agricultura familiar (como é o caso específico do Pronaf), também não se pode deixar de mencionar que, via de regra, tais programas não conseguem atingir os objetivos para os quais foram propostos. Apesar da riqueza de detalhes envolvidos na conformação do arcabouço teórico que dão sustentação a tais políticas, infelizmente constata-se que na prática estas não conseguem sair do papel. Os motivos que levam a esta situação podem ser relacionados ao fato de que

(...) qualquer projeto voltado para o setor agrário que não contemple os interesses da pequena parcela de produtores rurais mais poderosos, invariavelmente sofre tantas modificações no percurso de sua implantação, que acabam minimizando, ou mesmo inviabilizando, o acesso dos agricultores familiares aos benefícios originalmente propostos em tais programas.¹⁶⁸

Passados menos de dois anos após o lançamento do Pronaf já existiam várias críticas entre os objetivos propostos e os efetivos resultados obtidos pelo Programa. As exigências impostas aos agricultores familiares para que tivessem

¹⁶⁶ SCHNEIDER, Sérgio, (b), op cit., pp. 31-32. Ver também: CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: 2004. 1, CD-ROM.

¹⁶⁷ VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira, op. cit., p. 14.

¹⁶⁸ ALVES, Maurício, op. cit., p. 30.

acesso ao financiamento eram muitas. Primeiro o agricultor tinha que comprovar que se enquadrava dentro da categoria “agricultor familiar” que, para efeitos de acesso ao Pronaf era caracterizado através dos seguintes critérios: possuir 80% da renda originária da agropecuária; deter ou explorar imóvel rural em área de até quatro módulos fiscais; explorar a parcela de terra na condição de proprietário, parceiro, arrendatário ou posseiro; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar ou manter até dois empregados permanentes; residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; possuir faturamento máximo anual de R\$ 27.500,00. Uma vez atendendo estes requisitos, o produtor familiar que desejasse obter financiamento via Pronaf tinha ainda que apresentar junto ao órgão financiador os seguintes documentos: apresentação de orçamento; plano ou projeto agropecuário; comprovação da aquisição de insumos; comprovação do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e a adesão obrigatória ao zoneamento agrícola. Em razão de terem que atender a todos estes requisitos para obterem o financiamento, o número de produtores rurais beneficiados nos primeiros anos pelo Pronaf foi inexpressivo, o que contribuiu para que fosse duramente criticado.¹⁶⁹

Para Vilela, alguns dos problemas que desvirtuaram os objetivos do Pronaf e dificultaram o seu pleno desenvolvimento estavam associados aos seguintes fatores: não foi resguardado o direito dos agricultores indicarem um número suficiente de representantes para atuarem junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Conselhos Estadual e Nacional e as Secretarias Executivas Estaduais e Nacional do Pronaf. Em razão da pouca representatividade, as organizações de agricultores não tiveram poder de decisão junto a estes órgãos, o que tornou praticamente nula qualquer tentativa dos agricultores familiares fazerem prevalecer a sua vontade na votação de matérias que lhes fossem de interesse. Uma outra questão diz respeito ao maior poder do sindicato patronal que, contrariando o que ficou decidido no 5º congresso da CONTAG, realizado em 1995 (no qual havia ficado estabelecido que as famílias que possuíssem empregados permanentes não deveriam ser consideradas como agricultores familiares) conseguiu impor que as pequenas propriedades que possuíam até dois empregados permanentes, também pudessem se beneficiar dos recursos provindos do Programa. Para os agricultores familiares, a possibilidade dos produtores patronais

¹⁶⁹ BELIK, Walter, op. cit.

terem acesso ao Pronaf tornou-se um problema na medida em que passaram a ter que dividir os recursos financeiros do Programa com um universo maior de interessados, além de correrem o risco de não terem acesso a esses recursos, devido o menor poder de negociação que têm junto ao governo, se comparado ao que possuem os produtores patronais. Já no que diz respeito ao crédito bancário, o autor destaca que o problema estava relacionado ao fato dos bancos não terem interesse em financiar os agricultores através do Programa uma vez que, por não terem garantias a oferecer pelo empréstimo a ser concedido, os produtores familiares são considerados um investimento de risco. Além desses fatores, Vilela ainda menciona que o Manual de Crédito Rural impunha aos agricultores uma série de exigências para terem acesso ao Pronaf, o que, para muitos, significava a exclusão do processo, em função das suas condições de paupérrimos. Por outro lado ressalta que, mesmo entre os agricultores que poderiam se beneficiar do Programa existia certa resistência em participarem do processo, seja por receio de perderem a propriedade em caso de inadimplência ou porque ficavam assustados diante do prazo da dívida, que ia de 6 a 12 anos de carência.¹⁷⁰

Por sua vez, Altmann chama a atenção para o fato de que mesmo levando em consideração as investidas do Governo no sentido de tentar implementar políticas visando tornar menos gritantes as diferenças socioeconômicas presente no campo brasileiro, os mecanismos utilizados para este fim ainda careciam de aperfeiçoamento, posto que ainda estavam longe de contemplar os interesses dos pequenos produtores rurais. Especificamente em relação ao Pronaf, o autor comenta que

Muito embora as alterações recentes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – representem um aperfeiçoamento na política agrícola do governo federal, ainda estão longe de atender as necessidades das pequenas explorações agrícolas familiares.¹⁷¹

O comentário efetuado por Altmann há mais de uma década poderia perfeitamente ser transportado para contextualizar o alcance e os benefícios proporcionados pelo Pronaf junto ao público alvo nos dias atuais. Não há dúvidas que este Programa proporcionou melhores condições de acesso ao crédito a uma

¹⁷⁰ VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira, op. cit., pp. 15-16.

¹⁷¹ ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos:** reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis/SC: Gráfica Editora Pallotti, 1997, pp. 94-95.

grande parcela de produtores rurais até então marginalizados no sistema de financiamento bancário. Entretanto, ainda resta muito a ser feito para que se possa afirmar que as políticas públicas em vigor estão atendendo a contento os anseios da pequena produção familiar. Não sem razão, mesmo após a criação do Pronaf e a despeito dos resultados por ele apresentado, setores organizados da sociedade continuam cobrando maiores investimento estatal direcionados aos pequenos agricultores.

Entre os críticos que continuam defendendo a necessidade de aprofundarem-se as mudanças efetuadas no setor agropecuário brasileiro com vistas a priorizar a agricultura familiar, destaca-se Veiga, segundo o qual “é preferível ter muitos agricultores familiares e poucos bóias-frias, a ter um punhado de ‘reis’ do gado ou da soja”.¹⁷²

Na opinião deste autor,

É inimaginável que a sociedade brasileira não venha a se dar conta do preço que está pagando por acreditar no mito da maior eficiência da agricultura patronal. Um dia acabará percebendo que a periclitante eficiência alocativa de um punhado de “reis” do gado, da cana, do arroz ou da soja, nem de longe compensa a sua absurda ineficiência distributiva.¹⁷³

Não há o que discordar da opinião de Veiga acerca da necessidade de efetuar-se mudanças nas políticas voltadas ao setor agropecuário, posto que já está mais do que demonstrado que o “sucesso” do agronegócio tão alardeado pelo governo na forma de dados estatísticos sobre a crescente exportação de produtos agrícolas não reflete a verdadeira situação social presente no campo brasileiro, uma vez que estes dados procuram esconder o outro lado da moeda, qual seja, o fato de que as safras recordes são obtidas à custa da exclusão social de milhões de trabalhadores rurais. A recorrência do governo em divulgar dados estatísticos sobre a evolução da economia e a participação do setor agropecuário no superávit da balança comercial é compreensível na medida em que estes são factíveis de manipulação ou de interpretações direcionadas a atender os interesses de quem os utiliza. Dessa forma, mesmo que os dados estatísticos apontem para um aumento significativo na área de cultivo, no aumento da produtividade e na expansão das exportações, isso não significa dizer que as safras recordes representem um efetivo

¹⁷² VEIGA, José Eli da. (a) **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula/José Eli da Veiga – 2. ed. – Campinas/SP: Autores Associados, 2003, p. 151.

¹⁷³ Idem, p. 136.

avanço no setor produtivo agropecuário do país em se tratando da descentralização produtiva e muito menos no que diz respeito à distribuição da renda auferida com as exportações. Mais do que isto, não se pode perder de vista que a utilização de dados estatísticos quase sempre tendem a privilegiar elementos facilmente quantificáveis (área, volume, quantidade, etc.), o que de certa forma estorvam a percepção de outros aspectos importantes envolvidos no processo. Nesse sentido, os dados estatísticos apresentados pelo governo via de regra não refletem a real situação do campo brasileiro, uma vez que elementos como “aspirações”, “desesperanças” e “desilusões” não são facilmente quantificáveis em dados numéricos, embora estejam presentes e se manifestem entre a grande maioria dos produtores rurais do país.

Em relação ao comentário de Veiga, mesmo levando em consideração que a citação acima é parte de um artigo originalmente escrito para publicação no jornal *O Estado de São Paulo* – e, portanto, dirigido ao público de uma forma geral –, avaliamos que o autor poderia fazer uma ressalva de quais são os atores da “sociedade brasileira” que ele diz estarem alheios ao alto preço que têm que pagarem por “acreditarem no mito da maior eficiência da agricultura patronal.” Em não havendo esta ressalva, a impressão que fica (e que certamente foi a passada para o grande público) é que no Brasil não existem resistências a este modelo de produção agrícola, quando na verdade a realidade é bem outra. Ao generalizar, Veiga comete o pecado de desconsiderar a atuação de inúmeros segmentos sociais envolvidos com a questão agrária, que têm se dedicado ao estudo desta problemática, sendo expressivo o número de trabalhos que vêm demonstrando a necessidade de se estabelecer novas diretrizes para o setor agropecuário brasileiro, dando-se ênfase a ações que promovam a agricultura familiar. Aliás, como já foi dito, o próprio autor tem sido um dos principais interlocutores dos produtores familiares, o que nos faz crer que a ausência desta ressalva não passou apenas de um lapso.

Já analisando a atuação do MST enquanto movimento de luta voltado a implementação de uma nova política para o campo brasileiro, Gonçalves assinala que um dos objetivos centrais desse Movimento

(...) é a luta contra o latifúndio enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária. Já vimos como, ao contrário do que muitos vêm assinalando (Navarro, 2002), o latifúndio não só vem se fortalecendo com a modernização agrícola, como vem mantendo as mesmas

práticas autoritárias e violentas (CPT, 2003) que, sempre, caracterizaram nossa formação social.¹⁷⁴

No entanto, embora seja notório que no Brasil existe um expressivo contingente de profissionais, oriundos das mais diversas áreas e organizados das mais variadas formas, que se debruçam em estudos e na produção de trabalhos com o objetivo de apresentarem propostas que visem a implementação de políticas públicas que resultem numa distribuição de renda mais equânime e uma efetiva justiça social, percebe-se que a sociedade brasileira (aqui considerada na sua acepção maior, englobando a grande massa populacional despolitizada e acrítica) ainda não despertou para a necessidade de se organizar politicamente com o objetivo de lutar para ter seus interesses atendidos.

Isto fica bastante evidente pela percepção que a população brasileira tem sido afetada constantemente por graves problemas gerados em função do modelo de produção agropecuária adotado no país e, no entanto, seja por falta de interesse ou dificuldade de acesso à informação não têm cobrado (pelo menos não com a ênfase que seria necessária) das autoridades responsáveis ações efetivas para que estes sejam resolvidos. Entre estes problemas destacam-se três, que devido a sua amplitude estão interferindo e comprometendo significativamente o modo de vida da população brasileira sem que, contudo, sejam observadas mobilizações populares para exigir soluções.

O primeiro diz respeito a crise de energia elétrica que abateu-se no país, o que obrigou o Governo Federal a impor um racionamento no seu uso. Ao contrário de ser um problema técnico ou de falta de investimento no setor, alguns estudos demonstram que a situação é bem mais grave do que se descreve. Isto fica claro no seguinte comentário de Navarro:

A recente crise energética brasileira desnudou, talvez com clareza, que antes de ser decorrente de investimentos insuficientes e/ou mudanças climáticas no regime de chuvas, a redução do potencial energético deriva de uma profunda alteração nos sistemas agrícolas e suas expansão nas últimas três ou quatro décadas. Sua conformação seguiu uma lógica ambiental predatória que reduziu dramaticamente a capacidade de absorção hídrica dos solos brasileiros, eliminando nascentes e afetando a malha de cursos de água e, por extensão, a vazão dos rios principais das diferentes bacias hidrográficas.¹⁷⁵

¹⁷⁴ GONÇALVES, Carlos Walter Porto, op. cit., p. 9.

¹⁷⁵ NAVARRO, Zander, op. cit., p. 96.

O segundo problema está associado ao primeiro, e diz respeito a falta d'água que vem freqüentemente afligindo diversas áreas do território brasileiro, obrigando os prefeitos dos municípios afetados decretarem estado de emergência ou de calamidade pública em função da seca. Isto foi o que ocorreu, por exemplo, na região sul do Brasil nos anos de 2005 e 2006 (com mais intensidade durante os meses de verão) quando a população de vários municípios ficaram sem abastecimento d'água ou a obtiveram de forma racionada. O que ocorre é que a expansão da produção agropecuária nestas regiões foi acompanhada pela derrubada das florestas e matas nativas fato que, aliado as outras práticas predatórias do meio ambiente, ao longo do tempo foi comprometendo a manutenção dos lençóis freáticos que abasteciam os córregos e rios.

Por fim, o terceiro diz respeito a falta de segurança sobre a qualidade dos alimentos que estão sendo consumidos pela população brasileira, uma vez que são inúmeras as práticas irregulares que ocorrem durante a produção (com ênfase no excesso de agroquímicos utilizados nos cultivos e o não respeito do prazo de carência entre a aplicação do agrotóxico e o período necessário para a colheita do produto a ser encaminhado ao mercado consumidor) e são mínimas as ações governamentais voltadas a coibir tais práticas.¹⁷⁶

Ao contrário do que ocorre no Brasil, nos países desenvolvidos observa-se que a sociedade civil está mais bem amparada em função da atuação de organizados e consistentes movimentos sociais, razão pela qual detêm maior poder de influência na conformação das políticas públicas. Nessas sociedades, os problemas negativos gerados pelo modelo produtivista desencadeado pela Revolução Verde chegaram a tal ponto que se passou a questionar a sua validade. E estes não são poucos: erosão e degradação dos solos; poluição dos recursos hídricos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais; contaminação dos alimentos consumidos pela população; êxodo rural, com o conseqüente esvaziamento dos espaços agrícolas; perda do patrimônio cultural e paisagístico; excesso de produção de determinados cultivos em detrimento de outros; etc.

Pode-se dizer que, muito mais do que os aspectos puramente econômicos envolvidos no processo, foi a crescente pressão popular que levou as

¹⁷⁶ Sobre este assunto ver ALVES, Maurício, op. cit.

autoridades governamentais dos países desenvolvidos a reverem as políticas adotadas para os seus sistemas agropecuários, introduzindo mudanças que buscam conciliar a produção agropecuária com a preservação dos espaços rurais nos seus mais diferentes contextos: conservação da natureza (solo e recursos hídricos), das paisagens, da biodiversidade e do patrimônio cultural; confiabilidade na qualidade dos produtos agropecuários que são remetidos ao mercado consumidor; etc.

Neste contexto, o mais importante a ser frisado é que não falta quem critique e aponte caminhos alternativos para a agricultura brasileira, falta sim autoridades governamentais comprometidas com as questões sociais e dispostas a implementarem as mudanças que se fazem necessárias. Por outro lado, há de se considerar que, se é que a população brasileira não está tomando conhecimento dos problemas gerados pela adoção de um modelo agrícola que privilegia a agricultura patronal é porque existem as chamadas “forças ocultas” que dificultam ou impedem que assuntos dessa natureza venham a fazer parte das preocupações do grande público, sendo que a mídia tem sido o principal agente de entrave nesse processo.

De certa forma criticando o papel exercido pela mídia, Veiga destaca que o Pronaf tem sido alvo de ataques freqüentes por parte das já referidas “forças ocultas”, que tentam de todas as formas impor suas opiniões, muitas das quais expressas

(...) em colunas onde ‘em se plantando tudo dá’. São sempre notinhas que revelam a intenção de desqualificar o programa, sem nunca identificar a origem. Quem seriam estas fontes? Fazendeiros falando em off para não se queimarem com o Planalto? Dirigentes do Banco do Brasil ecoando o verdadeiro boicote ao programa que chegou a ser articulado pelos gerentes de suas agências rurais? Ou aqueles eternos burocratas do Ministério da Agricultura que só funcionam como correia de transmissão do patronato rural? ¹⁷⁷

Sem dúvidas, um dos principais problemas com relação a questão agrária no Brasil consiste no fato de que, sob alguns aspectos, ainda não se conseguiu remover alguns dos traços que caracterizavam o período colonial (com ênfase para o modelo de produção agropecuário que privilegia o latifúndio) e nem mesmo superar-se o autoritarismo que reinava nos governos militares, os quais ainda estão presentes em determinados setores do governo (como por exemplo “aqueles eternos burocratas do Ministério da Agricultura que só funcionam como correia de transmissão do patronato rural”, apontados por Veiga) e constituem-se um entrave

¹⁷⁷ VEIGA, José Eli da, (a), op. cit., p. 137.

no desenvolvimento de políticas que visem implementar reformas amplas e consistentes no setor agropecuário nacional.

Infelizmente não é somente o setor agropecuário que têm sofrido as conseqüências advindas de um poder concentrador, onde um pequeno grupo de pessoas tomam decisões que afetam milhões de outras. Essa mesma situação se repete em vários outros segmentos da estrutura governamental principalmente junto aos órgãos que, de alguma forma, estão voltados para a resolução dos problemas sociais, tais como: saúde, educação, saneamento e habitação.

Sem dúvidas o excesso de pastas ministeriais tem contribuído para criar um ambiente de conflito interno no governo federal, uma vez que os acertos políticos efetuados com vista a formar uma base de sustentação ao governo implicam em que sejam indicados Ministros com posições contrárias, não só em termos ideológicos mas também em relação aos grupos sociais que representam. Um exemplo claro desta questão diz respeito aos conflitos de interesses entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério do Meio Ambiente; o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento Agrário em relação ao cultivo e comercialização de produtos transgênicos no Brasil, cada qual defendendo uma posição contrária à dos outros, situação esta que nada mais é do que o reflexo dos conflitos existentes entre ambientalistas, latifundiários e multinacionais do ramo agroindustrial.

Enquanto o alto escalão da estrutura governamental se engalfinha em função de conflitos de interesses provocado pelo grande capital industrial, para obterem o mínimo de atenção aos seus reclames os pequenos produtores rurais muitas vezes são obrigados recorrer a expedientes de pressão junto aos órgãos governamentais não sendo raras as manifestações promovidas pelos sindicatos rurais como forma de tornarem público a falta de apoio para a resolução de seus problemas, ocasiões estas em que ocorrem passeatas, invasões de órgãos públicos, bem como a destruição (ou a distribuição gratuita) de gêneros agrícolas.

Conforme dissemos alguns parágrafos atrás, não falta no país atores sociais voltados ao estudo das questões agrárias e nem tampouco quem aponte novos rumos para o setor agropecuário nacional. Contudo, apesar de ser intensa e profícua, a produção científica da academia brasileira nem sempre tem sido valorizada para subsidiar as políticas agrícolas. Nesse sentido, é bastante comum encontrarmos dissertações e teses que versam sobre as relações de produção no

campo brasileiro, cujos autores receberam menções honrosas e prêmios conferidos por órgãos ligados ao Governo Federal em virtude da consistência e pertinência analítica de suas obras, mas que, infelizmente, vêem o conteúdo das mesmas circunscrito ao debate meramente teórico. Mesmo quando utilizados, é comum que os referenciais teóricos destes autores sejam mal interpretados ou inseridos em contextos que fogem aos propósitos para os quais foram produzidos. Sobre isto, Alentejano identifica e tece algumas críticas a respeito. Analisando o documento intitulado *Agricultura Familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*, que foi lançado pelo Governo Federal em março de 1999, este autor faz a seguinte observação:

O primeiro aspecto que chama atenção quando analisamos o documento (...) é a diversidade de influências teóricas que este incorpora. Isso não seria problema se o documento o fizesse de forma articulada e houvesse um mínimo de coerência entre essas correntes teóricas, entretanto, não é o que vemos, mas uma colagem estanque de referenciais teóricos antagônicos, o que faz do documento um exemplo de contradição. Cabe também dizer que certas noções são citadas no documento sem maior aprofundamento do entendimento destas, como se fossem consensuais, quando são objeto de profundas controvérsias (...).¹⁷⁸

Não sem razão, portanto, a ocorrência de inúmeras críticas em relação ao modelo de produção agropecuário vigente no Brasil, bem como sobre a falta de uma postura mais enérgica por parte dos órgãos governamentais em adotarem políticas que realmente privilegie a pequena produção familiar.

Que a implementação do Pronaf contribuiu para amenizar os problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais não restam dúvidas. Porém não se pode omitir que, apesar de todos os seus méritos, este Programa não conseguiu mudar o “status quo” da agricultura nacional, sendo evidente que o latifúndio agro-exportador continua sendo privilegiado em termos de políticas públicas.

Por isto, é importante que sejam efetuadas outras investidas do Governo Federal para o aperfeiçoamento do Pronaf, diversificando as linhas de crédito e o volume orçamentário disponibilizado, diminuindo as exigências para a liberação do financiamento, de modo a que um número maior de produtores rurais possam se beneficiar deste ou de outros Programas similares e, dessa forma, realmente imprimir um novo rumo para a agricultura familiar brasileira.

¹⁷⁸ ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (a) O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre** – publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo/SP, 2000, n. 15, p. 88.

2.3 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A CONFIGURAÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PÓS-INDUSTRIAL (PÓS-1990)

Em épocas passadas, quando os meios de transporte e os veículos de comunicação eram precários, havia a dificuldade natural de intercâmbio cultural entre os povos. Por esta razão as técnicas desenvolvidas para serem utilizadas nos processos produtivos surgiam como resposta a realidades distintas e interesses específicos, geralmente ficando limitadas aos nichos sociais que as desenvolveram. A difusão das inovações tecnológicas era lenta e a busca de soluções para problemas semelhantes realizada isoladamente. Isto significa dizer que, de forma individualizada, cada grupo social utilizava os recursos de que dispunha e recorria as suas próprias experiências de vida (aqui grosso modo identificado como cultura¹⁷⁹) na busca de subsídios que os auxiliassem na superação de um dado problema o que, como resultado, acabava por consolidar ainda mais os seus traços culturais. Considerado deste modo, para um mesmo problema surgiam diferentes tipos de solução, cada qual associada às características culturais do grupo social que a desenvolveu/encontrou. No período contemporâneo, ao contrário, os avanços na área dos transportes e dos meios de comunicação permitem que o conhecimento técnico/científico – sobretudo o gerado pelos grandes conglomerados industriais – seja mais agilmente difundido, não se limitando apenas às sociedades que lhe originou. Com o advento da revolução industrial, gradativamente o setor industrial foi se consolidando como o principal agente fomentador de inovações tecnológicas, investindo no desenvolvimento de bens que pudessem ser utilizados indistintamente por todos os povos.

Assim, se antes os avanços tecnológicos estavam voltados a atender as necessidades ou a superar os problemas de espaços delimitados, atualmente os investimentos realizados pelo setor industrial visam muito mais do que simplesmente a resolução de um dado problema via desenvolvimento de uma nova tecnologia: o objetivo é o retorno financeiro que tal tecnologia irá redundar para a indústria que a desenvolveu. Tendo por base esse objetivo, o capital industrial se

¹⁷⁹ No Dicionário Aurélio, o verbete “cultura” apresenta, entre outras, a seguinte conotação: “O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização: a cultura ocidental; a cultura dos esquimós”.

estruturou de forma a disseminar rapidamente as novas tecnologias por todo o mundo, sendo esta a principal característica das empresas multinacionais na atualidade.

Abordando este assunto, Oliveira destaca que nos dias atuais dificilmente encontrar-se-á uma nação que não acolha em seu território uma empresa multinacional, situação que deixa perfeitamente assinalado que o mercado das multinacionais não se restringe apenas aos países industrializados. Com isto o centro do capitalismo deixa de necessariamente se situar nos países ricos e passa a se localizar em todo o lugar do mundo em que essas empresas venham a se instalar. Assim, o centro tanto está em Nova Iorque, Tóquio, Paris, Londres, como em Buenos Aires, México, São Paulo, etc. O processo de mundialização do capital se pautou, portanto, na integração do capital em escala mundial e teve como base a geração de empresas que atuassem simultaneamente em vários países, mediante a instalação de filiais. Tal fenômeno é mais notado no período que sucede à Segunda Guerra Mundial quando o desenvolvimento do capitalismo se efetiva via consolidação dos oligopólios internacionais, os quais deram origem às empresas multinacionais (sejam cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros). Com base no exposto, Oliveira sustenta que o que caracteriza o capitalismo monopolista de fins do século XX é a busca de produzir em qualquer parte do mundo onde as possibilidades de acesso à tecnologia e redução de custos sejam viáveis.¹⁸⁰

Em suma, a nova ordem econômica imposta pelo desenvolvimento industrial retirou dos atores locais a condição de serem os precursores de seus próprios destinos, tornando-os apenas mais uma das peças que movimenta a imensa máquina capitalista global.

Diante deste quadro, nas últimas décadas formou-se uma consciência generalizada, em todos os níveis da população, de que o mundo está “globalizado” e que as ações de outros países repercutem no nosso, e vice-versa.

Com a intensificação da globalização da economia as sociedades gradativamente foram perdendo os seus referenciais socioeconômicos, passando a se integrarem de forma crescente à grande “aldeia global”. Os padrões de produção

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Campesinato e agronegócio:** uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Orgs.: Antônio Maurílio Alencar Feitosa, Janete Aparecida Gomes Zuba, João Clesp Júnior. Goiânia: Editora da UCG, 2006, pp. 29-30.

locais cederam espaço aos pacotes tecnológicos oriundos de alguns poucos países industrializados, que passam a subordinar e a impor uma nova dinâmica produtiva em todas as regiões do planeta. Depreende-se daí que o setor industrial imprimiu um novo padrão de produção mundial, centrado na padronização tecnológica, retirando não só poder dos atores sociais envolvidos no processo em decidirem o quê e como produzir, mas, também, influenciando para que as relações de produção se voltassem ao atendimento de outros interesses que não os da sociedade em que estes atores estão inseridos. Como desdobramento da incorporação das novas tecnologias disponibilizadas pelo setor industrial nas atividades produtivas, inexoravelmente muitas das atividades que eram desenvolvidas pelo trabalho humano passaram a ser executadas por máquinas.

Particularmente no campo, onde as relações entre o homem e o mundo natural eram mediadas pelo emprego das forças internas às lógicas produtivas locais e onde, segundo Marx, “ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil a sua própria vida” ¹⁸¹, a incorporação das inovações tecnológicas provocaram intensas modificações nos sistemas produtivos. Entre as modificações provocadas pela expansão das relações capitalistas no campo, talvez as mais significativas sejam as que dizem respeito ao uso de equipamentos motomecanizados e insumos químicos nas rotinas laborais dos agricultores, cuja expansão foi mediada e incentivada pelas indústrias multinacionais, as quais contaram com o amparo e o estímulo do poder estatal para a implementação das novas tecnologias. Com efeito, tais componentes promoveram um novo ritmo às atividades agrícolas possibilitando não só o aumento da produtividade, mas também o da produção, tendo porém como revés uma série de problemas, que vão desde a destruição dos ecossistemas onde tais atividades são desenvolvidas, a desqualificação do bens agropecuários produzidos até a perda gradativa do conhecimento que os produtores rurais detinham sobre as técnicas tradicionais de trabalho.

E foi essencialmente devido a expansão das relações capitalistas no campo que ocorreram transformações significativas nos espaços agrários. Conforme lembra Corrêa, o gradual desenvolvimento e implantação das indústrias

¹⁸¹ MARX, Karl. (a) **O capital: crítica da economia política**. Os economistas, 3ª ed., São Paulo/SP: Nova Cultural, 1988, p. 149.

produtoras de insumos químicos e maquinários conjugado com a modernização/instalação de alguns ramos agroindustriais no país, foram responsáveis por uma profunda reorganização no espaço produtivo nacional, expresso por especializações agrícolas que se configuraram nas diversas regiões do território brasileiro.¹⁸²

Em decorrência da mudança na base tecnológica utilizada no setor produtivo agropecuário, houve uma sensível transformação da paisagem rural (introdução de novas variedades de cultivos/tendência à especialização agrícola) o que, em determinados aspectos, acabou interferindo até na própria identidade do trabalhador rural.

Como resultado deste processo, observa-se que o desenvolvimento tecnológico pelo qual passaram as áreas rurais e urbanas dos municípios brasileiros – e que foram mediados pelos princípios que regem o modo de produção capitalista –, imprimiu um novo *modus vivendi* nas camadas sociais da população, gerando conflitos e tensões, competitividade e exclusões. O próprio termo “desenvolvimento” traz em si uma ambigüidade. Scheibe & Buss discorrem sobre esta questão, abordando o caráter paradoxal do conceito de des(-)envolvimento. Para estes autores, o termo

DESENVOLVER é na sua origem um conceito negativo, como ‘DESAROLLAR’, ‘DEVELOPPER’, ‘TO DEVELOP’, ‘SVILUPARE’, ‘ENTWICKELN’. E em todos esses idiomas o sentido literal é o de tirar do invólucro, do envelope, do pacote. Desembrulhar, desenovelar. Só por extensão, e em analogia talvez com o processo germinativo da semente, é que surge o significado hoje dominante, de ‘fazer crescer ou medrar, que progrida, aumente, melhore, se adiante; tornar maior ou mais forte, crescer...’ (Ferreira, 1ª ed., p. 452-3; grifo nosso). Durante muitos anos, a idéia de desenvolvimento esteve pois para a grande maioria dos técnicos e cientistas, pelo menos no mundo ocidental e certamente também na União Soviética, diretamente associada à idéia de melhoria.¹⁸³

Seguindo o raciocínio destes autores, pode-se inferir que na medida em que ocorre o desenvolvimento de máquinas e equipamentos destinados aos setores produtivos – as quais introduzem profundas modificações no modo de produzir – paralelamente ocorre o des(-)envolvimento dos artífices com as técnicas tradicionais

¹⁸² CORRÊA, Walquíria Krüger, op. cit., p. 36.

¹⁸³ SCHEIBE, Luiz Fernando & BUSS, Maria Dolores. O desenvolvimento e a qualidade ambiental da região sul catarinense. In: **Anais** do Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente (ENESMA), 4. Cuiabá/MT. UFMT, 1993, v. 1, p. 397-402.

de trabalho, situação que conduz à inevitável perda do conhecimento e domínio que detinham sobre as atividades envolvidas no processo produtivo.

De forma análoga, este assunto também foi abordado por Paulilo, que relata ter detectado a preocupação entre alguns agricultores da região sul de Santa Catarina com a dependência que a máquina cria. Para a autora,

Desaprender a trabalhar é mais fácil que aprender. Portanto, nesse momento em que os juros estão altos e o preço do óleo diesel e das peças de reposição das máquinas também subiram, os entrevistados temem que, na impossibilidade de se poder manter o mesmo padrão de mecanização, poucas famílias consigam, ainda, trabalhar como antes.¹⁸⁴

Em se tratando do setor agropecuário, o lado perverso da modernização é que quanto mais ela avança, menos conhecimento o agricultor detém de sua atividade produtiva, uma vez que a rapidez com que são desenvolvidas novas técnicas e novos produtos faz com que o agricultor nem chegue a ter tempo suficiente para a assimilação e retenção do conhecimento recém implementado e já existem outros sendo difundidos. O distanciamento dos produtores rurais das técnicas tradicionais de trabalho em função do envolvimento com o novo padrão de produção nos moldes proposto pelo capital industrial faz com que percam a sua autonomia produtiva e se subordinem cada vez mais a fatores de produção externos às suas unidades produtivas sendo que, conforme sugere Wanderley, nestas condições os camponeses não sejam mais do que meros trabalhadores para o capital.¹⁸⁵

Na pesquisa de campo, foi identificado que alguns agricultores sentem este problema principalmente em relação ao uso de produtos agrotóxicos. Conforme atesta o agricultor D. M., “a cada safra surge um tipo novo de veneno que a gente não sabe como utilizar e tem que pedir explicação para o pessoal da agropecuária.”¹⁸⁶ Assim, ao ocultar o conhecimento tradicional, e tentar compreender o que não compreende, e que não é compreensível porque está sempre em mutação, o produtor familiar se distancia cada vez mais das suas raízes e perde o que ainda lhe resta de autonomia.

¹⁸⁴ PAULILO, Maria Ignez Silveira, (a), op. cit., p. 81.

¹⁸⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (a) O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, 2(1): 13-78, jan./abr. 1985, p. 38.

¹⁸⁶ Entrevista realizada com D. M. (Agricultor). Arquivo do autor.

Tomando-se por base os estudos efetuados por Antonello acerca do papel desempenhado pelo desenvolvimento tecnológico no que tange a reestruturação dos sistemas produtivos, torna-se claramente perceptível que a força destruidora da tecnologia sobre o mundo do trabalho humano cresce no período que sucede a Segunda Guerra Mundial quando “ergue-se com todo ímpeto a força do capital, materializada nas altas taxas de crescimento econômico, vivenciado a partir dos anos 50. Tal fato é acompanhado da ampliação do setor produtivo, e, portanto, do número de operários, concentrados nas indústrias de produção em massa” ¹⁸⁷ que tinham na linha de montagem a sua principal característica. ¹⁸⁸

No sistema de produção em série, a valorização da força física prescindia a qualificação mental do trabalhador, pois o que interessava era que o indivíduo se adaptasse tão somente às tarefas rotineiras predeterminadas, tornando-se, nos termos de Antonello, um “trabalhador-mecânico”. Nesse sentido, em várias partes do mundo – inclusive no Brasil –, o produtor rural passou a ser identificado como o tipo ideal de mão-de-obra a ser empregada nas linhas de montagens industriais, sendo efetivamente utilizado para este fim. Com relação ao desenvolvimento do parque industrial do Estado de Santa Catarina, mais precisamente o da cidade de Joinville, Niehues faz referência a esta questão, registrando o papel desempenhado pelas indústrias para arregimentar força de trabalho humana junto às populações rurais dos municípios sul-catarinenses (e, entre estes, o município de São Ludgero). Com base em relatos obtidos em entrevistas com operários de indústrias joinvillenses, a autora destaca que “as empresas preferiam admitir os trabalhadores rurais, por serem mais eficientes, mais fortes e, por estarem acostumados com o trabalho duro na roça, enfrentavam qualquer tarefa”. ¹⁸⁹

O modelo de crescimento centrado na produção em massa implicava na necessária e indispensável geração de um amplo mercado consumidor para os produtos industrializados, sendo que a clientela alvo para venda destes produtos seriam os próprios trabalhadores. Para tanto, os governos dos países de capitalismo avançado passaram a incentivar a expansão da produção agrícola sustentada no

¹⁸⁷ ANTONELLO, Ideni Terezinha. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. São Cristovão/SE: NPGeo, UFS, 2001, p. 9.

¹⁸⁸ Esse modelo de produção industrial ficou conhecido como Fordismo, uma vez que foi Henry Ford o pioneiro em instalar a linha de montagem em suas fábricas de automóveis, estabelecendo o processo de divisão de trabalho.

¹⁸⁹ NIEHUES, Valdete Daufenback. **De agricultor a operário: lembranças de migrantes**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 2000, p. 17.

progresso tecnológico e no trabalho coletivo familiar, de forma a diminuir o peso do custo alimentar no orçamento dos operários. Segundo Veiga, isto já vinha ocorrendo

(...) a partir dos anos 30, nos Estados Unidos, e meados dos anos 50, na Europa. As despesas com alimentação deixaram de ter tanta importância nos orçamentos, enquanto uma parte crescente passava a ser consagrada aos bens duráveis, exatamente os produtos que estavam associados aos altos ganhos de produtividade.¹⁹⁰

Esse modelo de produção industrial entra em colapso partir de meados da década de 1960, quando as quedas das taxas de crescimento econômico e da produtividade do trabalho, associadas aos dois choques do petróleo que ocorreram na década seguinte, agravaram a recessão dos países desenvolvidos.

Mediante o esgotamento do padrão fordista de produção, durante as décadas de 70 e 80 emerge um novo regime de acumulação e de regulação social e política, conhecido tanto pela denominação de “acumulação flexível” como de “pós-industrial”, que é caracterizado por entrar em confronto direto com a rigidez do fordismo.¹⁹¹ Sobre o desenrolar deste fenômeno, Graziano da Silva & Del Grossi comentam que

Nos países mais desenvolvidos observa-se a emergência de um novo paradigma técnico-produtivo, também chamado pós-industrial, demarcado pela elevação do conteúdo tecnológico e pela redução no tamanho das plantas industriais, e conseqüente queda relativa dos empregos no setor industrial da economia. Assiste-se ainda a proliferação de empresas prestadoras de serviços técnico-produtivos especializados por toda a economia.¹⁹²

e acrescentam que tais mudanças já são sentidas no Brasil.

Aqui cabe uma reflexão sobre o que foi referenciado por estes autores. Vários estudos já demonstraram que a modernização dos sistemas produtivos resultou na redução dos postos de trabalho ocupados pelo homem. Que o desenvolvimento tecnológico tem promovido a crescente substituição do trabalho humano nas linhas de produção industriais é um fato consumado e irrefutável. No entanto há uma face nesse processo que merece uma atenção especial. Se nos ativermos à lógica de produção capitalista, perceberemos que necessariamente deve haver uma correspondência entre produção/comercialização, ou seja, os bens produzidos devem ser colocados em circulação mediante a venda. Assim, de nada

¹⁹⁰ VEIGA, José Eli da, apud ANTONELLO, Ideni Terezinha, op. cit., p. 11.

¹⁹¹ ANTONELLO, Ideni Terezinha, op. cit., p. 13.

¹⁹² GRAZIANO DA SILVA, José da & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro. ORNAS – Ocupações Rurais Não-agrícolas. In.: **Anais** Oficina de Atualização Temática. Londrina/PR, 17 a 19 de outubro de 2000, p. 165.

adiantaria uma indústria investir na produção de bens de consumo sem que houvesse um mercado consumidor (compradores) para os mesmos.

Partindo deste princípio mercadológico básico julgamos que, por mais interesse que o capital industrial possa ter em substituir o trabalho humano pela informática e robótica (seja para reduzir custos ou maximizar a produção), isto se dará até o momento em que existam alternativas para ocupar a mão-de-obra que está sendo excluída do processo produtivo em função da modernização tecnológica das atividades.

Avaliamos que, da mesma forma como durante o período industrial foram promovidas ações políticas com vistas a levar os trabalhadores das áreas rurais para os pólos urbanos emergentes, transformando-os em “trabalhadores-mecânicos” nas linhas de montagem industriais, cumprindo o duplo papel de serem operários e consumidores dos bens industrializados, o mesmo se dá no período pós-industrial sendo que, no entanto, de forma inversa. O discurso e as ações políticas agora estão voltados para a revalorização não só das áreas periféricas aos centros urbanos, mas, também, dos espaços campestres.

Sem a geração de renda não há como a população adquirir os produtos industrializados. Ora, em não havendo mais espaço para absorção e nem para a ocupação da população rural nos centros urbanos, torna-se de grande interesse das indústrias e do poder público que sejam criados mecanismos de incentivo à permanência da população nas áreas periféricas (bem como o retorno aos campos dos que hoje se acham excluídos nas grandes metrópoles), não só para ali continuarem residindo, mas também para se ocuparem em atividades as mais diversas, de forma a gerarem a renda indispensável ao consumo de bens industrializados.

Neste aspecto, é importante lembrar que até mesmo as grandes indústrias estão demonstrando interesse e optando por transferirem parte de seus processos produtivos para as áreas afastadas dos centros urbanos, uma vez que nestes locais os procedimentos tendem a serem mais vantajosos em termos de lucratividade. De acordo com Graziano da Silva & Del Grossi, isto ocorre como “forma de minimizar custos (proximidade da matéria-prima, mão-de-obra menos

onerosa e não sindicalizada, impostos, etc.) ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos, etc.)”.¹⁹³

No processo de descentralização das atividades industriais os espaços rurais sofreram um processo de revalorização, não sendo mais vistos apenas como locais de produção de alimentos e de matérias primas, mas como espaços viáveis para a reprodução do capital sob as mais diversas formas, razão pela qual passaram não só a ser cobiçados, mas efetivamente utilizados para a instalação e desenvolvimento de uma série de atividades produtoras de bens e serviços típicos das áreas urbanas, inclusive de atividades vinculadas diretamente ao setor industrial. Com o desenrolar deste evento, por todos os cantos do planeta assiste-se uma acirrada disputa entre as mais variadas escalas de poder governamental (no plano internacional a concorrência se estabelece entre os países e no nacional esta ocorre entre Regiões, Estados e Municípios) pela atração do capital industrial.

Em relação a esta questão, Veiga comenta que foi a partir dos anos 1990 que ocorreu “uma fortíssima exacerbação da concorrência entre territórios pela atração de investimentos externos (...) período em que mais de uma centena de nações optaram por estimular o investimento direto multinacional”. Na mesma página, alerta ainda o autor que, “se quiser ser competitivo, qualquer espaço nacional ou regional também precisa ser atraente.”¹⁹⁴

Dessa forma, as relações socioeconômicas que se desenvolvem em determinados espaços muitas vezes são frutos de interesses outros que não o da população local, não sendo raras as situações em que ações promovidas por agentes externos modificam completamente o cotidiano das comunidades, fazendo desaparecer, em poucos anos, um modo de vida baseado e consolidado nas técnicas de trabalho tradicionais e nas relações interpessoais construídas ao longo de séculos.

No Brasil esta situação é ainda mais grave nos pequenos municípios (que via de regra encontram na atividade agropecuária a sua principal fonte geradora de renda) onde, por não disporem de recursos orçamentários suficientes para atender as demandas administrativas, os agentes públicos procuram captar investimentos oriundos de fontes externas de forma a solucionar os seus problemas de falta de capital.

¹⁹³ GRAZIANO DA SILVA, José & Del GROSSI, Mauro Eduardo, op. cit., p. 166.

¹⁹⁴ VEIGA, José Eli da, (a), op. cit., p. 277.

Por outro lado é notório que, a exemplo do modelo de investimento do capital internacional, internamente o capital nacional também “passeia” pelas várias regiões do território brasileiro em busca de melhores condições para a sua reprodução, e acaba por se instalar em municípios que oferecem vantagens muito maiores para a multiplicação desse capital do que a aplicação no mercado de ações. Um aspecto importante a ser considerado neste processo é que, devido à fragilidade econômica que lhes é característica, quando ocorre a instalação de uma empresa nos pequenos municípios, quase sempre são os proprietários desta que passam a ditar as regras políticas e financeiras locais, tornando quase que impossível a eleição de um prefeito que não seja aquele do seu interesse. Ou seja, o empresário capitalista passa a controlar a política municipal para dela tirar proveito, ampliando e consolidando o seu domínio, impedindo até mesmo a entrada de outras empresas que possam lhe fazer concorrência. Sob o nosso ponto de vista esta situação se reproduz com fidelidade no município do São Ludgero, aonde o principal grupo empresarial do município vêm interferindo na composição das forças políticas do local e, com isto, se imiscuindo nas ações que dizem respeito ao poder executivo na condução orçamentária municipal.

O problema não reside exatamente no interesse dos governantes em atrair investimentos para os seus respectivos campos de ação. Isto é necessário não só para estimular a geração de novos empregos (o que, por extensão, sempre acaba por incrementar outros setores produtivos locais), mas também porque redundará na geração de impostos, uma vez que a disponibilidade de capital é uma condição *sine qua non* para que possam atender as demandas exigidas pela sociedade. Porém, o que ocorre é que, na ambição de atrair o capital nacional e/ou internacional, os governantes brasileiros (aqui entendido em suas mais diferentes escalas) na maioria dos casos não se atêm aos problemas que tais investimentos irão gerar, seja de ordem econômica, social ou ambiental. O que importa é o volume de recursos financeiros que serão injetados imediatamente no espaço local (ou mesmo no espaço regional), não se levando em consideração as perdas relacionadas às tradições culturais e nem os danos ambientais que daí poderão advir futuramente.

Há que se levar em conta, também, que existe razões muito fortes para que as empresas multinacionais deixem de aplicar o capital disponível em seus países de origem, principalmente porque geralmente têm sede no chamado primeiro

mundo e lá encontram entraves de vários níveis – seja devido uma maior conscientização da população, que exige produtos de ótima qualidade, ou devido a existência de legislação eficiente e de uma severa fiscalização sobre as atividades comerciais/industriais – o que dificulta ou impossibilita a multiplicação do capital de acordo com os interesses dos investidores empresariais. Citando Dupuy, Moreira relata que, diante dos constrangimentos ecológicos que passaram a inibir as atividades produtivas, ocorreu uma mudança na lógica empresarial até então vigente nos países desenvolvidos, os quais tiveram que

(...) reorientar o seu crescimento para produções menos destruidoras e (...) a relocar-se numa escala mundial. Essa nova divisão internacional do trabalho transferiria a poluição para os países do Terceiro Mundo, deslocando as indústrias pesadas, cujos índices de poluição são os mais elevados. [Acrescenta ainda, que] ... nos países centrais, a ecologia e a 'qualidade de vida' tornaram-se já um custo e, portanto, um freio ao lucro.¹⁹⁵

No Brasil, é notório que a legislação que rege as atividades produtivas estão ainda muito distante do que seria o ideal, principalmente as que dizem respeito as regulamentações de proteção ambiental. Por outro lado, as leis existentes normalmente apresentam falhas de redação, permitindo uma série de interpretações dúbias que dificultam o trabalho dos fiscais. Além disso, não são raras as circunstâncias em que a legislação vigente é completamente ignorada pelos empresários sob o olhar complacente das autoridades e, pior, quando enquadrados por infringir determinada lei, os transgressores se valem de uma série de artifícios legais de contestação ou protelação do julgamento, arrastando questões jurídicas por vários anos seguidos, ou mesmo por décadas.

A julgar pela freqüência com que a imprensa vem tornando público casos de violação à legislação por parte do empresariado, a impressão que se tem é que as indústrias (bem como os demais ramos empresariais que compõem ou participam da cadeia produtiva/mercantil) fazem de conta que respeitam a legislação e os órgãos governamentais fazem de conta que os fiscalizam. Neste sentido, nada melhor para descrever o descompromisso de parte do empresariado agrícola em relação a legislação que rege o setor do que o comentário efetuado pelo presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), Iwao Miyamoto,

¹⁹⁵ MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD; Seropédica, RJ:UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999, p. 75.

quando revela que o plantio irregular de soja transgênica não se limita ao estado do Rio Grande do Sul. Segundo o que afirma, “isso é que nem o jogo do bicho. É proibido, mas tem em todo lugar”.¹⁹⁶

Neste contexto, não é de se estranhar que o Brasil tenha se tornado um território apropriado e desejado para o investimento e reprodução do capital, sobretudo devido a fragilidade dos órgãos governamentais em fazerem cumprir as políticas públicas que regulamentam as relações produtivas e comerciais.

Têm-se claro, portanto, que um dos aspectos mais importantes verificados no processo de globalização da economia foi a minimização do poder dos agentes locais como fomentadores das relações socioeconômicas das áreas espaciais. Como resultado, o espaço tornou-se um campo privilegiado para o desenvolvimento de ações do capital, sendo valorizado e transformado de acordo com os múltiplos interesses de grupos empresariais.

Além de retirar a autonomia dos agentes locais o capital multinacional provocou transformações de tal ordem nos espaços localizados que não são raras as circunstâncias em que os estudiosos têm que recorrer ao todo como forma de encontrar uma explicação para a parte. Assim, o espaço torna-se alvo e sofre mudanças conforme a intencionalidade empresarial.

A seguinte matéria, publicada no jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO” em janeiro de 2003 e disponibilizada na rede internet, demonstra com clareza esta questão:

O Estado de São Paulo, Nicola Pamplona, 20/01/2003.

Estados disputam nova refinaria de petróleo

Em jogo, investimentos de até US\$ 2 bilhões e a criação de 600 empregos

RIO - A escolha do local de uma nova refinaria nacional transformou-se em uma nova disputa federativa no País. Depois de brigarem por montadoras de automóveis, os Estados se articulam agora para convencer o governo das vantagens de sediarem uma refinaria de petróleo. Em jogo, investimentos de até US\$ 2 bilhões - com possibilidade de atração de igual montante em indústrias periféricas, como petroquímica - e a criação de 500 ou 600 empregos.¹⁹⁷

¹⁹⁶ GLOBO RURAL (revista). Supersafra transgênica. Como os produtores do Rio Grande do Sul plantaram a soja proibida e fazem a maior colheita de sua história. São Paulo/SP: Editora Globo S.A., n.º. 210, abril 2003, p. 30.

¹⁹⁷ Rede internet (29/06/2004): http://www.arefinariaenossa.com.br/noticias_interno_13.htm.

A exemplo da matéria acima, freqüentemente vemos manchetes de jornais ou noticiários televisivos dando conta que alguns municípios brasileiros estão em disputa para serem sedes de montadoras automobilísticas as quais, como se sabe, invariavelmente são empresas estrangeiras que vislumbram instalarem-se no nosso país visando exclusivamente o lucro.

Quanto maior for o número de municípios e maior o grau de interesse manifestado em serem sedes de instalações industriais, tanto maior será o poder de barganha das empresas no sentido de obterem o máximo possível de incentivos fiscais que lhe serão destinados, e sua decisão levará em conta as vantagens diretas e indiretas que possam lhes ser oferecidas por este ou aquele município.

Entre os fatores que nortearão a decisão de uma indústria em instalar uma unidade produtiva em um dado município, pode-se citar: se este arcará com as despesas de infra-estrutura para a instalação da fábrica (abertura de estradas; redes de energia elétrica, de água, de esgoto, de telefonia fixa, etc.); se o terreno vai ser doado pela Prefeitura ou não; o número de anos previstos para a isenção de impostos municipais; disponibilidade de mão-de-obra no município ou nas áreas periféricas a este; análise da infra-estrutura disponível para o escoamento da produção (se contém ou permite o fácil acesso à ferrovias, portos, estradas asfaltadas, aeroportos); proximidade de indústrias periféricas (fornecedores de matérias primas ou de componentes industrializados que lhe sejam de interesse no processo produtivo); proximidade com o mercado consumidor; etc.

Cabe mencionar que as empresas montadoras automobilísticas foram utilizadas como referencial apenas porque são as que normalmente ocupam um maior espaço na mídia (talvez em função do volume de recursos financeiros envolvidos no processo, que é sempre expressivo). Sabe-se, entretanto, que essa mesma situação se repete em qualquer campo em que o capital multinacional tenha interesse, seja na exploração de petróleo, na indústria farmacêutica, nas telecomunicações, na indústria agroquímica, etc.

Dessa forma, uma empresa transnacional pode instalar uma indústria num determinado município que julgue ser o mais conveniente para os seus interesses e, com isso, provocar mudanças radicais nas formas de produção local (e, por extensão, também nas áreas periféricas), que ficará subordinado as orientações vindas geralmente do exterior. Por outro lado, a produção dessa indústria pode estar direcionada à exportação para outras regiões ou mesmo para

outros países. Neste caso o espaço local serve apenas de intermediário para a reprodução do capital industrial uma vez que nada, além da mão-de-obra, tem participação direta na cadeia produtiva. Isso é mais notório em se tratando das empresas utilizadas como referencial, uma vez que, a própria denominação da sua atividade fim – “montadoras de automóveis” –, já leva a suposição de que as peças não são produzidas no local, o que de fato é uma realidade.

Nos pequenos municípios, onde geralmente grande parte da população está concentrada no campo e sobrevive mediante a renda obtida pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias, uma das conseqüências inevitáveis advindas da instalação de uma indústria no local será a desarticulação da produção familiar, posto que é do meio rural que geralmente são absorvidas a mão-de-obra necessária para preencher os seus quadros. Muito mais do que simplesmente perder um ou dois membros para o trabalho assalariado, as mudanças que ocorrem na estrutura familiar são muitas, tais como: a redução do volume de produção; a mudança no tipo de produtos explorados, dando-se preferência as atividades que exigem pouca mão-de-obra; a sobrecarga de trabalho para os que permanecem na propriedade envolvidos com a atividade agropecuária; o surgimento de conflitos até então inexistentes entre as gerações devido a possibilidade concreta de mudança de vida pelos que desejavam uma atividade alternativa à agricultura e que se vêem cerceados pelos demais membros do grupo familiar, etc. Estas mudanças por vezes são de ordem tão profundas que podem até levar o grupo familiar abandonar por completo a atividade agropecuária ou, quando menos, a exercê-la apenas para consumo próprio, nesse caso não se caracterizando o caráter mercantil da produção. Em outros casos, o grupo familiar consegue permanecer na atividade agrícola, conciliando o trabalho assalariado com a produção agropecuária (pluriatividade), num constante processo de busca à melhor forma de se manter e reproduzir socialmente.

Mediante este contexto não há como negar que a globalização da economia, traduzida pela expansão e difusão das tecnologias desenvolvidas com o apoio do capital industrial e representada pelas empresas multinacionais instaladas em todas as regiões do planeta, interferiu significativamente nas bases de produção locais e, com isto, levando à decomposição e perda do saber tradicional acumulados durante séculos e que eram transmitidos de geração a geração.

3. A AGRICULTURA QUE PERSISTE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

3.1 OS INSATISFATÓRIOS MARCOS DELIMITADORES DO RURAL

Durante muito tempo os estudos efetuados em relação aos fenômenos afetos aos espaços rurais tinham por base os pressupostos teóricos de autores clássicos (a exemplo de Marx e Weber), os quais privilegiavam o recorte urbano/rural como resultado de um conflito entre as duas classes sociais que surgiram a partir do progresso das forças capitalistas que gradativamente foi desestruturando o sistema de produção feudal. Nesse sentido, a dicotomia urbano-rural nada mais era do que a representação da própria divisão da sociedade em duas classes sociais: de um lado os que contribuíram no processo de consolidação do capitalismo e, do outro, os que se opunham a ele na Europa do século XVII. Como resultado desta diferenciação – ou da disputa entre estas duas classes –, passa-se a identificar o “urbano” como sendo o “novo”, no sentido que era nos espaços urbanos que emergia o “progresso” capitalista representado pelo surgimento e expansão de fábricas; já a classe dos proprietários rurais (o “rural”) passou a ser identificado como o “velho” e com o “atraso” na medida em que se opunham ao progresso proposto pelas forças sociais urbanas.¹⁹⁸

Fica evidenciado, portanto, que esta maneira de distinguir os dois pólos em questão (urbano / rural) acabou por consolidar uma imagem negativa de um deles – o rural – que freqüentemente e de forma generalizada tem sido definido como o lugar do não-desenvolvimento, da estagnação e do conservadorismo. Não só no caso brasileiro, mas também nos demais países latinos americanos, este tipo de visão foi fundamental para a implementação do modelo produtivista atualmente vigente e que tem provocado grandes distorções de ordem socioeconômica e ambiental nos espaços rurais.

Conforme Anjos & Caldas, foi justamente tomando por base esta representação da ruralidade que os países da América Latina se valeram para legitimar suas opções pelo chamado “viés urbano” no que diz respeito à alocação de recursos públicos e privados, negando à população residente em pequenas localidades não só o investimento em infra-estrutura que possibilitasse sua

¹⁹⁸ GRAZIANO DA SILVA, José. (c) O novo rural brasileiro. Artigo publicado na **revista Nova Economia**/ Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte. 7(1): 43-81 (maio de 1997). Rede internet: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/rurbano7.html> , pág. 2. Acesso em 20/03/2006.

ascensão social (tais como escolas, centros de qualificação profissional, etc.), mas também aos serviços sociais básicos (saneamento, saúde, etc.).¹⁹⁹

A polêmica em torno da melhor forma para se distinguir os espaços urbanos dos rurais persiste nos dias atuais e, embora existam esforços neste sentido, ainda não se conseguiu estabelecer uma definição de *meio rural* que seja universalmente consagrada e, mesmo entre as definições existentes, não há como afirmar que exista uma melhor que a outra.²⁰⁰

Wanderley nos alerta, entretanto, que a própria existência destes dois pólos no seio da sociedade contemporânea está sendo questionada, uma vez que uma parcela de acadêmicos tem defendido a tese de que o isolamento que caracterizava os espaços agrários em relação aos urbanos é coisa do passado, bem como que as transformações nos campos político, econômico e social ocorrida no “apagar” do século XX apontam para uma nova sociedade em gestação, na qual a busca de uma diferenciação entre o rural e o urbano torna-se irrelevante.

Sob o conceito de continuum rural-urbano, esta corrente de pensadores se vale da argumentação de que é dos núcleos urbanos que emergem as forças que geram o progresso bem como é dali que brotam os valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. Sob estas condições o rural (percebido como o pólo atrasado e, portanto, o lado mais “fragilizado” do continuum) tenderia inevitavelmente a retrair-se sob a influência avassaladora do pólo urbano. Na avaliação da referida autora,

(...) esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.²⁰¹

Com efeito, no que diz respeito à perda dos marcos delimitadores entre o rural e o urbano, Graziano da Silva – um dos pesquisadores mais conceituados na

¹⁹⁹ SACCO DOS ANJOS, Flávio & CALDAS, Nádia Velleda. **Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas**. III Seminário Novo Rural Brasileiro. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro. Fase III do Projeto Rurbano. Campinas, 3 e 4 de julho de 2003, p. 4.

²⁰⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. (c) **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: IPEA, Textos para discussão n. 702, Brasília/DF: IPEA, 2000, p. 2.

²⁰¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (c) **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Rede internet: <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf> . Texto, sem registro de data. Acesso em 25/09/2006.

academia brasileira e co-responsável pela coordenação do Projeto de Pesquisa Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” ²⁰² (que agrega vários outros cientistas das mais diferentes áreas do conhecimento, tais como economia, sociologia e antropologia) –, tem enfatizado que

(...) está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. ²⁰³

Mas, diferentemente dos que vaticinam o fim da ruralidade em função da sobreposição dos valores urbanos sobre os rurais, existe outra corrente de pesquisadores que se esforçam em demonstrar que embora em muitos aspectos já não mais seja possível fazer uma nítida distinção entre o que possa ser considerado como urbano ou como rural (fruto das semelhanças e da continuidade existente entre estes dois extremos) isto não significa dizer que as relações existentes entre o campo e a cidade têm o poder de destruir as particularidades de cada um destes pólos. Ao contrário, o continuum rural-urbano é visto como uma relação que aproxima e integra estes extremos. Entendemos que é com base nesta concepção que Rua tem afirmado que, “o rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação.” ²⁰⁴

Sob esta ótica, embora campo e cidade estejam imbricados em um constante processo de trocas em que há certa homogeneização de procedimentos (na esfera econômica, social e outras mais), ainda assim cada qual ainda preserva

²⁰² Denominado sinteticamente de “Projeto Rurbano” o objetivo básico da pesquisa é reconstruir séries históricas a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) para o período de 1981/95, relativos à população ocupada, emprego e renda. O Projeto Rurbano é coordenado pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann do Instituto de Economia da Unicamp e conta com a participação de 25 pesquisadores envolvidos em onze diferentes estados do país dedicados, parcial ou totalmente, ao tema proposto das novas relações entre o rural e o urbano. Por sua vez, a equipe de pesquisadores vincula-se a 16 instituições de ensino e pesquisa de todo o país. Fonte: Instituto de Economia. Dados disponibilizados na rede internet, no endereço eletrônico <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/divulg/novorural.html>.

²⁰³ GRAZIANO DA SILVA, José (c), op. cit., pág. 1.

²⁰⁴ RUA, João. **Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro**: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio Jose & RIBEIRO, Marta Foeppel (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002, p. 34.

as suas particularidades. Mesmo que de forma bastante simplificada, podemos fazer uma comparação da relação que ocorre entre estes dois pólos com a mistura resultante de “café com o leite” em que, apesar do resultado ser aparentemente homogêneo ainda assim é possível a identificação das características individuais dos elementos que a compõem e que teimam em conservar as particularidades que lhes identificam: o “pó” do primeiro e a “nata” do segundo. Visto dessa forma, apesar de estar amplamente integrado às relações socioeconômicas que se desenrolam na sociedade capitalista urbana contemporânea a tendência é o meio rural manter suas especificidades sem que, contudo, para isto precise isolar-se ou se contrapor ao urbano para se firmar como tal. Ou seja, não é o fato de estar em constante simbiose com o setor urbano/industrial e nem mesmo por estar assimilando determinadas funções tradicionalmente exercidas nos núcleos citadinos que o setor rural necessariamente perderá suas características intrínsecas. Cabe ressaltar, contudo, que temos claro que, por estar em constante contato com estilos de vida diferentes do encontrado em suas comunidades, inevitavelmente a população rural estará sujeita a incorporar ao seu cotidiano novos padrões de comportamento que tenderão a influir em seus traços culturais. Com base neste entendimento, podemos afirmar que os padrões de comportamento das sociedades agrícolas de hoje certamente não são idênticos aos de décadas atrás e, com certeza, não serão os mesmos daqui algumas décadas. Entendemos, porém, que por mais intensa que seja a influência do urbano sobre o rural, ainda assim esta não será tão forte ao ponto de formar uma sociedade homogênea sob o ponto de vista cultural.

Outro autor que, sob o nosso ponto de vista, parece compartilhar este tipo de entendimento é Alentejano, o qual vem sistematicamente refutando a idéia de que o rural perdeu a sua capacidade enquanto elemento de descrição e explicação da realidade, embora concorde que o seu significado tenha sofrido alterações nos dias atuais.

Para ele, apesar das transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento urbano, o rural não deixou e nem deixará de existir. Mais do que isto, avalia que é preciso superar-se o estereótipo que identifica o rural como sinônimo de atraso, de agrícola, de natural, enfim, como o oposto do urbano, tido como o locus do progresso, da modernização, da indústria e da técnica. No entendimento deste autor, a grande contribuição dos pesquisadores que se dedicam a esta questão está em afirmar a atualidade do uso do par rural-

urbano e definir o novo significado que este par tem na atualidade, de forma a que sejam superadas de vez as visões estereotipadas, típicas de interpretações dualistas e dicotômicas, que tendem sempre a privilegiar um dos pólos em detrimento do outro.²⁰⁵

Abramovay aponta que existem três formas dominantes utilizadas pelos pesquisadores para a delimitação do rural²⁰⁶, mas as orientações metodológicas embutidas nos critérios utilizados não conseguem dar conta de traduzir satisfatoriamente o fenômeno a que se propõe representarem.

A primeira delas é a *delimitação administrativa*. Só é adotada na América Latina e mesmo assim por apenas cinco países: Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana.²⁰⁷ Nessa forma de delimitação das áreas rurais os municípios assumem o papel central, pois em última análise são eles quem definem administrativamente os parâmetros a serem utilizados na abrangência do perímetro urbano.

Conforme Veiga, no Brasil, a definição vigente de “cidade” é fruto da instalação do Estado Novo quando, através do Decreto-Lei 311, de 1938, todas as sedes municipais existentes à época, independentemente de suas características estruturais e funcionais, foram alçadas a condição de cidades. Apesar de todas as evoluções institucionais ocorridas após a promulgação deste Decreto-Lei não houve mudança neste tipo de interpretação, sendo que até mesmo no recente Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001) esta norma não foi alterada, o que para o citado autor é uma falha imperdoável, já que ali não se “define o que é cidade, prolongando a vigência de uma aberração que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial.”²⁰⁸

Via de regra, o entendimento é que, desde que haja extensão de serviços públicos (saneamento, saúde, educação, etc.) a um determinado aglomerado populacional, por mais precária que seja a infra-estrutura a ele disponibilizada, este tenderá a ser definido como urbano. Conforme Schneider & Blume, “a norma legal baseia-se em critérios políticos e administrativos que decorrem da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais).

²⁰⁵ ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (b) As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre** – publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo/SP, 2003, ano 19, vol. 2, n. 21, p. 31.

²⁰⁶ ABRAMOVAY, Ricardo, (c), op. cit., pp. 5-6.

²⁰⁷ VEIGA, José Eli da, (a), op. cit., p. 65.

²⁰⁸ Idem, p. 55.

Nestes termos, o rural define-se como a área física que resta depois de subtraído tudo o que seja considerado urbano.”²⁰⁹

Em função de que as Constituições Federais em momento algum definem o que seja área rural ou urbana, na esfera do Direito Agrário instalou-se uma polêmica doutrinária sobre o assunto. Em instigante texto em que se dedicam à discussão das mudanças nas áreas rurais a partir dos aspectos legais, Corrêa *et al* comentam que até meados da década de 1960, havia duas linhas de interpretação sobre esta questão:

Para alguns, o critério diferencial centrava-se na **destinação**. Se o imóvel fosse usado para moradia, comércio ou indústria, era considerado urbano. Se explorado com agricultura ou pecuária, pertencia à área rural e era, às vezes, também chamado rústico. Para outros, a diferença era definida pela **localização**: urbano o que estivesse situado dentro do perímetro urbano, incidindo sobre ele o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU. Seriam considerados rurais os imóveis que estivessem localizados fora do perímetro urbano; nestes incidiria imposto territorial rural – ITR.²¹⁰ (grifos no original)

Conforme os autores, esta polêmica foi inicialmente remediada com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964) com o desdobramento do Decreto 55.891 (de 31/03/1965) que, através do seu artigo 5º, Inciso I, optou pelo princípio da “destinação”. Este entendimento vigorou até a implantação do Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 25/10/1966, designado como Sistema Tributário Nacional) que, por ser Lei posterior ao Estatuto da Terra, acabou por revogar o princípio da “destinação” do imóvel como critério para considerá-lo como urbano ou rural, substituindo-o pelo critério da “localização”. Anos mais tarde, a Lei 5.868/72, regulamentada pelo Decreto 72.106/73, volta a reafirmar o princípio da “destinação”, excetuando-se os imóveis com área de até um hectare que estejam localizados dentro da zona urbana, os quais são considerados sempre como imóveis urbanos. Já a Lei 8.629, de 25/02/1993, em seu artigo 4º parece querer tornar compatíveis estes dois critérios ao conceituar, como imóvel rural “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à

²⁰⁹ SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. Curitiba: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, jul/dez 2004, p. 113.

²¹⁰ CORRÊA, Josel Machado; CORRÊA, Walquíria Krüger; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A Problemática da Definição e da Delimitação do Espaço Rural e Urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. **GEOGRAFIA**. Rio Claro/SP: Associação de Geografia Teórica/AGETEO, vol. 26, n. 1, abril de 2001, p. 41.

exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial”. Mais recentemente, a Lei 9.393, de 19/12/1996, estabelece que o Imposto Territorial Rural – ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel, por natureza “localizado” na zona rural, o que retomou o entendimento anteriormente estabelecido no Código Tributário Nacional.²¹¹

De forma a demonstrar a problemática da interpretação jurídica em relação à identificação dos imóveis rurais e urbanos os autores citam o caso do cidadão Antônio Sordi, da Comarca de Caçador, que ingressou com Mandado de Segurança contra a exigibilidade de pagamento, pela autoridade coatora, de Imposto Territorial Urbano – IPTU sobre uma área de terra, de sua propriedade, que apesar de estar situada na zona urbana sempre foi utilizada para fins agrícola e sobre a qual sempre pagou o ITR. O pedido do referido cidadão foi acolhido pela justiça que, através do Acórdão 5.259 de 23/11/1995, da Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, considerou que a cobrança seria uma bitributação, pois o impetrante já pagava regularmente o ITR e, portanto, era procedente o referido Mandado de Segurança.²¹²

Assim, pelo fato de ser estabelecido em grande parte ao arbítrio do poder público municipal, as consequências fiscais acabam prevalecendo na conformação e delimitação do espaço urbano sendo comum os agentes públicos desprezarem outros aspectos importantes a serem observados nesse processo como, por exemplo, os aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais.

Na delimitação administrativa o rural surge, portanto, não em função de suas características ou relevância socioeconômica para o conjunto da sociedade, mas por representar os espaços não abrangidos pelo perímetro da sede municipal.

Também se reportando ao caso do estado brasileiro, Abramovay aponta que

Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania. A definição do IBGE, para usar a expressão de Elena Saraceno (1996/99), é de *natureza residual*: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. Com isso, o

²¹¹ CORRÊA, Josel Machado *et al*, op. cit., pp. 41-44.

²¹² Idem, pp. 44-45.

meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista – de maneira distorcida – como “urbanização do campo”.²¹³

Acrescenta ainda que, ao tomar-se como referência tais parâmetros para a identificação do rural, inevitavelmente este tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista.²¹⁴

A segunda forma dominante que, segundo Abramovay, é utilizada por alguns países para a delimitação do rural tem como referência *o peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura*, ou seja, leva-se em consideração o percentual da população agrícola que está envolvida com outros tipos de atividades em paralelo à produção agropecuária.

Essa forma de delimitação do rural tem sido muito criticada, sobretudo porque a cada nova pesquisa acerca das (r)evoluções que ocorrem na ocupação da mão-de-obra campesina os resultados demonstram que nos países em desenvolvimento o trabalho não-agrícola cresce mais que o agrícola no meio rural (no Brasil isto vem sendo demonstrado em vários trabalhos, tal qual nos efetuados pelos pesquisadores envolvidos no Projeto Rurbano), situação que já se consolidou nos países desenvolvidos. Conforme Abramovay este é o caso verificado, por exemplo, na França, onde 27% da população do país vive no meio rural e apenas 13 em cada 100 rurais dependem fundamentalmente da agricultura para sobreviverem.

As distorções provocadas pelo uso desta forma de delimitação do espaço rural são muito significativas, sendo que a aplicação deste critério faria com que os espaços rurais dos países desenvolvidos simplesmente deixassem de existir, situação que inexoravelmente tenderia a se repetir ao longo do tempo nas nações em desenvolvimento.

Como exemplo de países que utilizam este critério, o autor cita Israel (onde são consideradas como urbanas as localidades em que 2/3 dos chefes de famílias exercem ocupações não-agrícolas) e Chile (país em que, além de existir um patamar populacional de no mínimo 1.500 habitantes pelo menos 50% da mão-de-

²¹³ ABRAMOVAY, Ricardo, (c), op. cit., p. 2.

²¹⁴ Idem, p. 5. Segundo o autor, em Cuba, Costa Rica, Haiti e Uruguai são consideradas como rurais as localidades com “características não-urbanas”, identificação efetuada, em princípio, com base na carência de serviços públicos disponibilizados àqueles aglomerados populacionais.

obra residente na localidade deve estar ocupada em atividades não-agrícolas para o aglomerado ser considerado como urbano.).²¹⁵

A terceira forma de identificação do rural mencionada por Abramovay – e que é aplicada em várias partes do mundo –, é a do *patamar populacional*. Neste caso, os países que adotam este critério fixam um determinado número de habitantes que dada localidade deve abrigar para ser considerada como urbana, independentemente do tipo de atividade desenvolvida pela mão-de-obra ali residente.

Assim, e ainda de acordo com o autor acima citado, sabemos que na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia são considerados como rurais os cidadãos que vivem em assentamentos humanos que estejam consideravelmente afastados dos centros metropolitanos e onde o número de pessoas assentadas em habitações contíguas não seja superior a 10 mil. Já na França, são rurais as localidades (as chamadas “comunas”) com população inferior a 2 mil habitantes e, na Escócia, com população inferior a 500 habitantes. Na América Latina, Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá são exemplos de países que adotam o critério do patamar populacional (variando entre mil e 2.500 habitantes) para definirem a população rural de seus territórios. Abramovay destaca que, além de não permitir uma abordagem regional da ruralidade, este critério apresenta o inconveniente de prejudicar a comparabilidade internacional das informações sobre o meio rural dada a discrepância no número de habitantes utilizado como patamar por cada país.²¹⁶

Diante da expressiva diversidade de entendimentos que cada país utiliza para definir o rural, a partir de 1991 os estudiosos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)²¹⁷ assumiram o desafio de elaborar uma abordagem que permitisse entender e comparar o rural entre os

²¹⁵ ABRAMOVAY, Ricardo, (c), op. cit., p. 5.

²¹⁶ Idem, p. 6.

²¹⁷ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, ou OECD em inglês) é uma organização internacional dos países e industrializados com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede da organização fica em Paris, na França. Foi criada em 30 de setembro de 1961 em substituição à Organização para a Cooperação Econômica Européia, que estava em vigor desde 16 de abril de 1948. Os 30 estados membros são os seguintes: (1961) Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia; (1962) Itália; (1964) Japão; (1969) Finlândia; (1971) Austrália; (1973) Nova Zelândia; (1994) México; (1995) República Checa; (1996) Hungria, Coreia do Sul e Polônia; (2000) Eslováquia. Fonte: wikipedia, rede internet.

países-membros, que ao mesmo tempo fosse capaz de abarcar suas especificidades e diversidades. Diferentemente da *abordagem setorial* tradicionalmente utilizada na academia (onde as abordagens de análise da relação campo/cidade partem da premissa da existência de dois setores de produção distintos: o “setor de produção rural” e o “setor de produção urbano” ²¹⁸) em suas análises esses estudiosos optaram pela adoção da *abordagem territorial*, onde o que passou a importar não é necessariamente a base física e geográfica de um dado território, mas sim as funções e potencialidades por ele proporcionadas. ²¹⁹

Conforme Schneider & Blume, a operacionalização dessa abordagem territorial foi sustentada não na formulação de um arcabouço teórico, mas sim em indicadores demográficos, sendo a densidade demográfica a principal variável de apoio utilizada para este fim. Assim, na metodologia da abordagem territorial colocada em prática pela OCDE existem dois níveis hierárquicos subnacionais de detalhamento geográfico: o local e o regional.

Para o *nível hierárquico local*, a unidade de referência foi a comunidade local (representada, conforme cada país, pelos distritos, unidades administrativas, municípios ou condados), sendo que o critério utilizado para classificá-la como urbana ou rural foi a densidade demográfica. Dessa forma, mediante a fixação de um patamar de 150 habitantes por quilômetro quadrado, nos países-membros da OCDE passou-se a considerar como unidades locais rurais as que apresentam densidade demográfica abaixo de 150 hab./km², e como unidades locais urbanas as com densidade superior a este limite (apenas no Japão, em função da alta densidade demográfica verificada em seu território, este patamar foi fixado em 500 hab./km²).

Já em relação ao *nível hierárquico regional*, nos parâmetros estabelecidos pela OCDE a região compreende unidades territoriais maiores, sendo constituídas pelo aglutinamento de algumas unidades locais. Na definição das unidades de nível

²¹⁸ Cabe aqui inserir o comentário efetuado por Schneider & Blume sobre a visão de Veiga sobre este assunto: “Para Veiga, trata-se de um equívoco discutir as relações rural X urbano ou campo X cidade nos termos do debate do *continuum* ou da *dicotomia* rural-urbano. (...) E sua explicação para a declarada inadequação deste aporte analítico apóia-se no fato de que as perspectivas teóricas que operam segundo esta definição baseiam-se em enfoques setoriais com tendência a contrapor o rural ao urbano, enfatizando que são contraditórios e antagônicos. Segundo Veiga, (...) observando-se as transformações sociais e econômicas recentes, sobretudo em países e regiões desenvolvidas, é facilmente perceptível que, em vez de haver uma oposição ou contradição entre o rural e o urbano, o que existe são complementariedades.” SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni, op. cit., p. 114.

²¹⁹ Idem, p. 116.

regional são observadas as configurações regionais adotadas em cada país membro daquela Organização, como por exemplo: as *Province na Espanha*, os *Départements* na França, os *Grupos de Conselhos* em Portugal e os *Commuting Zones* nos Estados Unidos.

Na detalhada exposição que efetuaram sobre os critérios propostos pelos estudiosos da OCDE para identificação das áreas rurais dos países-membros, Schneider & Blume informam, também, que a operacionalização da metodologia proposta por aqueles estudiosos consiste em identificar três diferentes tipos de regiões ou territórios, sendo que os parâmetros adotados para diferenciar uma região de outra são os seguintes:

- *regiões essencialmente rurais*: são assim consideradas aquelas onde mais de 50% da população regional reside em unidades de base rurais (em comunidades que contém menos de 150 hab./km²);
- *regiões relativamente rurais*: são assim consideradas aquelas onde entre 15% e 50% da população regional reside em unidades de base rurais;
- *regiões essencialmente urbanas*: são assim consideradas aquelas onde menos de 15% da população regional residem em unidades de base rurais.²²⁰

As repercussões decorrentes do uso destes critérios para a identificação das áreas rurais nos países-membros da OCDE se fizeram sentir em várias instâncias. Particularmente no caso dos países europeus a mudança na forma de definição dos espaços rurais implicou em que cerca de 80% do território eurocomunitário passasse a ser considerado como espaço rural, acolhendo em seu interior metade da população do velho continente²²¹, situação que teve reflexos nas políticas públicas destinadas ao setor.

No Brasil é grande a insatisfação dos estudiosos das questões agrárias com a metodologia oficial adotada para a identificação dos espaços rurais. O problema está no fato de que o principal responsável pela coleta e compilação de dados sobre as dinâmicas dos espaços rurais é o IBGE que, por força de legislação, adota parâmetros que nem sempre traduz a verdadeira realidade do campo brasileiro. Porém, a crítica não tem sido dirigida contra o Instituto em si – uma vez que reconhecidamente este vem dando mostras de possuir uma estrutura técnica e administrativa capaz de efetuar a coleta de dados em todo o território brasileiro o

²²⁰ SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni, op. cit., pp. 117-118.

²²¹ SACCO DOS ANJOS, Flávio & CALDAS, Nádia Velleda, op. cit., p. 5.

que, aliás, o faz periodicamente – , mas sim quanto a metodologia adotada para a obtenção e interpretação dos dados coletados. Assim, ao mesmo tempo em que esperam ansiosamente a realização e publicação de novos censos pelo IBGE (em vista da abrangência e diversidade dos dados coletados) há um forte sentimento de frustração em grande parte dos estudiosos por saberem, antecipadamente, que os dados ali apresentados não poderão ser utilizados como fonte “confiável” para consulta, uma vez que estes não estariam expressando a real situação do país.

Um dos autores que mais tem manifestado o seu inconformismo com a lei que regulamenta a coleta de dados feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE é o economista José Eli da Veiga. Este autor tem insistido na necessidade de se adotar novos parâmetros que realmente possam traduzir a real dimensão e extensão do rural brasileiro, dado que o Decreto-Lei 311, de 1938, que ainda nos dias atuais é utilizado pelo IBGE como referência para distinguir as áreas rurais das urbanas é anacrônico e obsoleto.

Criticando duramente a atual legislação no que diz respeito às diretrizes estabelecidas para se distinguir as áreas urbanas das rurais, Veiga destaca que, se for considerado os atuais critérios, o Brasil teria (em fins do segundo milênio) quase 5.600 cidades que abrigariam 82% da população nacional, o que para ele não passa de uma ficção. Em sua avaliação, apenas 57% da população brasileira faz parte de uma rede urbana claramente definida, composta por 455 municípios (34% dos habitantes estariam concentrados em 12 aglomerações metropolitanas; 13% em 37 aglomerações não-metropolitanas e 10% em 77 centros urbanos que não pertencem a aglomerações) e outros 13% dos habitantes estariam vivendo em 567 municípios que apresentam caráter suficientemente dúbio para alcançarem o status de cidade. Por exclusão, os 30% restante da população estariam localizados nas demais áreas do território brasileiro cujas características não podem ser consideradas como urbanas (incluindo-se aí população residente nas áreas ditas urbanas dos demais 4.485 municípios que, segundo a sua avaliação, foram erroneamente alçados a condição de cidade).²²²

Em decorrência das novas dinâmicas verificadas nos espaços rurais no mundo contemporâneo, que imprimiram profundas modificações nos sistemas produtivos bem como nas relações sociais entre o campo e a cidade, consolidou-se

²²² VEIGA, José Eli da, (a), op. cit., p. 56.

o entendimento entre os estudiosos da necessária diferenciação da atividade agrícola da dinâmica do espaço rural, entendido este como um ambiente que, além da agricultura, provê outras formas de ocupação de força de trabalho e, mais que isto, também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, etc. Com isso, estabeleceu-se um consenso na academia de que não se pode mais confundir (ou mesmo tratá-los como sinônimos) o rural com a atividade agrícola.²²³

Para Veiga, por exemplo, afirmar que o rural é “agricultura” é um erro brutal, pois entende que não são somente as atividades rurais consideradas em sua forma “stricto sensu” que devem ser utilizadas para definir uma dada área espacial como sendo “área rural.” Este autor tem defendido a tese de que é o grau de artificialidade presente em determinado espaço que vai definir se este espaço é mais rural ou mais urbano. Para ele, falar do urbano e do rural é fazer uma comparação de graus de artificialização dos ecossistemas naturais. Em suas palavras, “a distinção entre ambientes rurais e urbanos repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas”.²²⁴

Assim, sob a ótica de Veiga, podem-se encontrar áreas onde a atividade extremamente predominante seja a agropecuária, mas que em função do alto grau de tecnologia empregada no sistema produtivo (artificialidade) torne este espaço um espaço urbanizado. Para ele, portanto, quanto menos artificializadas forem as relações do homem com o espaço em que sobrevive e retira o seu sustento, tanto mais rural deve ser considerado este espaço. Se a prática agrícola desenvolvida em determinado espaço for muito artificializada, então ela deve ser utilizada como um dos elementos para caracterizar aquele espaço como sendo área urbana. Em suma, quanto mais artificializadas e intensas forem as atividades agrícolas tanto mais estas devem ser consideradas como atividades urbanas.²²⁵

Com esta visão e inspirado nos estudos da OCDE, o autor propõe uma nova metodologia para identificação e classificação dos espaços rurais no Brasil sendo que, na sua avaliação, a abordagem do enfoque territorial seria a alternativa mais viável para superar a dicotomia rural-urbano. Nessa direção, em substituição a

²²³ SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni, op. cit., p. 112.

²²⁴ VEIGA, José Eli da. (b) **A atualidade da contradição urbano-rural.** In: Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. *Análise territorial da Bahia rural*. Salvador/Ba: SEI, 2004 (série estudos e pesquisas, 71).

²²⁵ VEIGA, José Eli da. (c) **A relação urbano/rural no processo de desenvolvimento.** Conferência proferida no dia 18/07/2006, durante o 58º Encontro da SBPC, realizado em Florianópolis/SC.

definição normativa do rural que ainda hoje é utilizada pelo IBGE, Veiga sugere utilizar uma definição do rural a partir do grau de artificialização dos ecossistemas, onde a densidade demográfica poderia ser utilizada como critério ou unidade de medida na verificação do grau de intensidade do uso do espaço rural a partir da pressão antrópica sobre os ecossistemas.²²⁶

O sentido de urbano e rural defendido por Veiga pode ser assim resumido:

Mais rural > sistemas intocáveis ou pouco alterados por atividades humanas

Mais urbano > espaços em que os sistemas foram substancialmente modificados pela ação do homem

Durante palestra proferida por ocasião do 58º Encontro SBPC, Veiga apresentou alguns dados estatísticos que permitem fazer uma comparação das áreas naturais ocupadas pelas populações humanas, utilizando como referencial os percentuais de ocupação no Brasil, na Europa e no mundo, os quais relacionamos na **tabela 3**:

Tabela 3: Quadro comparativo da utilização das áreas naturais pelo homem

Situação em que se encontra o território	EUROPA	BRASIL	MUNDO
Praticamente inalterado	15,6 %	63,0 %	53,8%
Parcialmente alterado	19,6%	18,0 %	24,4%
Território fortemente artificializado	64,8%	19,0%	21,8 %
Total	100 %	100 %	100 %

Fonte: José Eli da Veiga. (c)

Em termos práticos, a metodologia de classificação territorial dos espaços rurais no Brasil sugeridos por Veiga está afeta ao cruzamento de dados de duas variáveis – a densidade demográfica (estipulada por ele em 80 hab./km²) e um determinado patamar populacional (o autor utiliza o patamar de 100.000 habitantes) – e pode ser assim traduzida:

²²⁶ SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni, op. cit., p. 114.

- *municípios de pequeno porte*: assim seriam considerados os municípios que apresentam, simultaneamente, menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab./km²;
- *municípios de médio porte* (que também podem ser denominados de *intermediários* ou de *rurbanos*): assim seriam considerados os municípios onde número da população esteja compreendido no intervalo de 50.000 a 100.000 habitantes *ou* cuja densidade demográfica seja superior a 80 hab./km², independentemente de terem menos de 50.000 habitantes.²²⁷
- consequentemente, como *municípios de grande porte* assim seriam considerados os municípios em que o número da população supere a casa de 100.000 habitantes e apresente densidade demográfica superior a 80 hab./km².

Tomando como referência o município de São Ludgero/SC (cuja extensão territorial é da ordem de 108 km² e onde a população estimada em 01/07/2006 é de 10.494 habitantes ²²⁸, o que resulta numa densidade demográfica de 97,16 hab./km²) na metodologia utilizada pela OCDE o município seria inserido no *nível hierárquico local* uma vez que sua densidade demográfica é inferior a 150 hab./km² e, na metodologia sugerida por Veiga este seria classificado como *município de médio porte* (a densidade demográfica é superior a 80 hab./km² embora possua população inferior a 50.000 habitantes).

A utilização do grau de artificialização das relações entre o homem e a natureza é sem dúvida um critério interessante a ser adotado como forma de se limitar as fronteiras entre o urbano e o rural. Parece-nos, também, que tal critério está associado a um marco histórico distinto – o evento da Revolução Industrial –, momento em que o desenvolvimento tecnológico acabou por intensificar o grau de artificialização das atividades humanas em suas relações com o mundo natural.

Entretanto, consideramos que ao tomar-se como verdade que quanto mais artificializadas forem as relações do homem com a natureza tanto menos rural o espaço será, estar-se-á pondo em questionamento uma outra visão que tem sido muito debatida e que diz respeito aos indícios do surgimento de um “novo rural” no

²²⁷ SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni, op. cit., pp. 120-121.

²²⁸ Fonte: IBGE – Cidades@ . Cabe esclarecer que a densidade demográfica aqui considerada foi realizada com base na área do município informado pelo IBGE (108 km²), mas, de acordo com o constante no mapa do município de São Ludgero, na verdade a sua área territorial é equivalente a 112 km² (Ver **anexo 3**)

campo brasileiro. Este “novo rural” tem sido identificado em razão dos dados estatísticos que apontam a ocorrência de uma nova dinâmica nos espaços que eram dominados predominantemente pelas atividades agrícolas e que nos dias atuais já não podem mais ser considerados ou identificados simplesmente como se fossem áreas rurais. Schneider registra com precisão que

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. (...) Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.” ²²⁹

Não obstante já termos feito menção a este fato anteriormente, não custa ratificar que, no Brasil, a identificação dessa nova dinâmica nos espaços agrários foi colocada em destaque a nível nacional, sobretudo a partir de meados da década de 1990. Neste período, uma equipe de pesquisadores passou a aprofundar os estudos sobre a emergência significativa de atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural (Projeto Rurbano), fenômeno este que havia sido identificado nos dados publicados pelo IBGE referente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD de 1992 (na qual evidenciou-se um intenso crescimento nos índices de emprego não-agrícola) e que motivou a investigação do que é denominado por estes estudiosos como sendo o “novo rural brasileiro”. ²³⁰

Na visão dos pesquisadores envolvidos com o Projeto Rurbano, os motivos que conduzem à expansão do emprego não-agrícola e à pluriatividade no meio rural estão correlacionados a uma gama variada de fatores, tais como os abaixo descritos:

- a) O “desmonte” das unidades produtivas em função da possibilidade de externalização de várias atividades que antes tinham que ser realizadas na fazenda através de contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica, etc.);

²²⁹ SCHNEIDER, Sérgio. (c) Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, Fev. 2003, vol.18, n. 51. Artigo. Rede internet: <http://www.scielo.br>, p. 100. Acesso em 25/06/2005.

²³⁰ GRAZIANO DA SILVA, José, (c), op. cit.

- b) Especialização produtiva crescente permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos;
- c) Formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial;
- d) Crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não agrícolas;
- e) Melhoria da infra-estrutura social e de lazer, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores facilidades de acesso aos bens públicos como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além de uma melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais.²³¹

Aliado a estes fatores, existem ainda outros elementos que estão sendo apontados como promotores das novas atividades surgidas nos espaços antes dominados predominantemente pela produção agropecuária. Este seria o caso de indústrias que deslocam suas unidades produtivas para as áreas rurais em busca de melhores condições de reprodução do capital, as quais se valem da mão-de-obra antes ocupada em atividades agrícolas para preencherem os seus postos de trabalho, bem como da constatação de que estes espaços estão sendo valorizados e procurados por aposentados dos núcleos urbanos que para lá se deslocam para residir e que, por meio de seus salários, dinamizam e ampliam as oportunidades de empregos e a oferta de novos serviços.

Ora, parece-nos contraproducente supor-se que este conjunto de fatores não imprima uma dinamização no espaço em que se inserem e muito menos que promovam uma crescente artificialização das relações sócio-espaciais e econômicas no meio em que estão inseridos. Visto desta forma, o conjunto de fatores que está sendo utilizado pelos pesquisadores do Projeto Rurbano para delinear o surgimento de um “novo rural” na verdade estaria revelando um fenômeno justamente contrário daquilo que Veiga quer colocar em evidência, pois quanto mais estes fatores são identificados em determinados espaços tanto mais artificializadas tenderão a ser as relações da população com o ecossistema local e, portanto, menos rurais estes espaços passariam a ser considerados.

²³¹ GRAZIANO DA SILVA, José, (c), op. cit., p. 5.

Dito de outra forma, de um lado encontram-se os estudiosos do Projeto Rurbano afirmando que o crescimento das atividades não-agrícolas deve-se, entre outros motivos, “à proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural” ²³², fenômeno que indicaria o surgimento do que consideram ser “o novo rural brasileiro” e, do outro, o economista José Eli da Veiga defendendo, no nosso modo de entender, justamente o contrário, ou seja, que os espaços serão tanto mais rurais quando menor for o grau de artificialização provocada pela pressão antrópica sobre os ecossistemas. Nas próprias palavras utilizadas por Veiga,

Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios. ²³³

Neste sentido, cremos que existe um confronto a ser superado entre os pontos de vista de José Eli da Veiga e a equipe do Projeto Rurbano.

Ao finalizarmos este tópico não poderíamos deixar de registrar nossa concordância com o ponto de vista exarado por Corrêa *et al*, quando manifestam o entendimento de que o conjunto de Leis que dão suporte ao Direito Agrário deveria ter sido inspirado em teorias conhecidas e utilizadas pelos economistas, geógrafos, sociólogos e agrônomos, entre outros. Para eles, quando as leis foram criadas certamente em sua conformação não foram levadas em consideração as teorias discutidas na academia. Decorre daí que, “se as teorias discutidas na academia não contemplam os preceitos estabelecidos nos dispositivos legais, criam-se diferenças entre as mesmas e isso deve ser repensado.” Em suas avaliações, pouco tem adiantado estes estudiosos comprovarem e teorizarem sobre a eliminação da dicotomia rural-urbano ou considerá-lo como um *continuum*, se a terminologia agrega valores (direitos sociais, culturais, econômicos, geográficos) que são ignorados pelos administradores públicos, os quais, ao tomarem suas decisões, pautam-se tão somente na orientação legal. ²³⁴

Reafirma-se, pois, a necessária reavaliação não só sobre as bases teóricas utilizadas na conformação das Leis, mas, também, no estabelecimento de

²³² GRAZIANO DA SILVA, José, (c), op. cit., p. 9.

²³³ VEIGA, José Eli da, (a), op. cit., p. 33.

²³⁴ CORRÊA, Josel Machado *et al*, op. cit., p. 49.

critérios que visem a utilização dos preceitos estabelecidos nos dispositivos legais pelos teóricos acadêmicos, de modo a que não ocorram divergências tão grandes quanto as observadas nas teorias voltadas a identificação das áreas rurais e urbanas.

3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAMPESINATO E DA AGRICULTURA FAMILIAR MODERNA

Os estudiosos das questões que dizem respeito à agricultura e aos espaços rurais têm demonstrado que, em decorrência das transformações que se processaram no campo brasileiro nas últimas décadas, os produtores familiares estão cada vez mais dependentes das inovações tecnológicas desenvolvidas pelo setor industrial (máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, rações, vacinas, etc.) e que, devido a aproximação com os núcleos urbanos, estes passaram a incorporar ao seu cotidiano comportamentos e ações que se desenvolvem nos demais setores econômicos da sociedade, muitos dos quais tiveram ampla repercussão nos sistemas produtivos agrários, implicando inclusive em mudanças no estilo de vida que até então levavam.

Entre as conseqüências advindas com a modernização tecnológica da agricultura, em pelo menos três aspectos a estrutura da pequena produção familiar foi afetada sensivelmente: na forma de produção, no destino final dado aos bens produzidos na propriedade e no uso da mão-de-obra familiar.

As novas tecnologias disponibilizadas pelo setor industrial proporcionaram o aumento da produtividade das atividades agropecuárias, favorecendo e induzindo à especialização do produtor rural em determinado ramo produtivo e, com isto, uma nova forma deste se relacionar com o mercado (seja como consumidor de insumos ou como fornecedor de bens intermediários para as agroindústrias) o que, em última análise, resultou no redirecionamento dos produtos explorados na propriedade.

Na medida em que foram especializando a atividade produtiva e se inserindo como consumidores no mercado de insumos industrializados, os produtores rurais passaram a fazer parte de um contexto socioeconômico mais

amplo, sendo que neste processo suas atividades também passaram a ser reguladas pelas relações de produção e de distribuição vigentes na economia como um todo. Com isto, as relações diretas que existiam entre produtores e consumidores tornaram-se cada vez mais raras e marginais, sendo que atualmente a entrega de produtos ao mercado é feita na sua ampla maioria através de intermediários, sejam pelas agroindústrias, Cooperativas, Centrais de Abastecimento S.A. (CEASAs), ou quaisquer outros segmentos da esfera mercantil ao qual estejam inseridos ou vinculados.

Sob outro aspecto, nos dias atuais é claramente perceptível que, em decorrência da inserção dos produtores rurais na cadeia mercantil, a mão-de-obra familiar cada vez mais está se distanciando da produção de valores de uso (ou seja, a produção de bens a serem utilizados pela família / autoconsumo) e tem sido empregada essencialmente na produção de valores de troca (isto é, os bens são produzidos com a pré-determinação de comercialização e não para o uso próprio). Assim, se outrora a prática agrícola era associada ao exercício de outras atividades desenvolvidas em bases artesanais pelo grupo familiar dentro de suas propriedades (tais como a fabricação de móveis, utensílios, ferramentas, tecidos, louças; produção de doces, queijos, conservas, defumados, etc.), nos dias atuais isto perdeu grande parte de sua importância e, em muitos casos, até já não ocorre mais. Hoje os frutos do trabalho da família agricultora cada vez menos são utilizados como fonte de autoconsumo, sendo que os membros desta têm que recorrer freqüentemente ao mercado para obterem os alimentos (muitos dos quais agora são processados pelas agroindústrias) necessários para a reposição da energia gasta em suas atividades. Com base nesta constatação, pode-se dizer que a maior parte (se não a totalidade) da produção agropecuária auferida pelos produtores familiares é constituída por produtos que têm por destino final a comercialização no mercado e não de produtos a serem consumidos por eles próprios.

No entanto, isto não significa dizer que estes ex-artesãos deixaram de consumir os alimentos ou utilizar os demais bens que antes eles mesmos produziam. Ao contrário, supomos que houve até um aumento no consumo de alguns gêneros, dado as amplas possibilidades de diversificação de um mesmo produto quando esse é processado em escala industrial. Tomando por exemplo apenas o trigo, o açúcar e o milho – itens que ocupam lugar de destaque no cardápio das famílias rurais –, poderíamos até elaborar um extenso rol de produtos

industrializados que utilizam estes alimentos como matéria prima em sua confecção e que agora são adquiridos pelos produtores rurais em estabelecimentos comerciais.

O certo é que, desestimulados pelo avanço tecnológico em produzir e/ou processar os alimentos destinados ao sustento da família, os produtores rurais vêm perdendo suas raízes históricas e com elas a capacidade de deixar para as gerações futuras o que certamente lhes é mais caro, e que em síntese é crucial para a sua própria reprodução social, qual seja, o domínio sobre o saber-fazer. Na pesquisa de campo, em muitos depoimentos ficou evidenciado que a transmissão das técnicas tradicionais de trabalho deixou de ser valorizada pelos agricultores. Na opinião de um dos entrevistados isto ocorre

Porque hoje em dia não compensa mais fazer certas coisas em casa. A gente até sabe que isto não é lá muito certo, porque é uma coisa que veio dos nossos antepassados, mas é muito mais fácil para nós. Por exemplo, o porco. Você não sabe o trabalho que dá matar um porco. Tá certo que a gente pode fazer muita coisa matando um porco. Mas, e o trabalhão que dá! Então se a gente pode comprar a parte do porco que a gente quer comer, porque então ter este trabalhão todo? A mesma coisa é o pão. A padaria traz o pão até nós. Então tudo isto a gente não faz mais. E eu acho que muitos jovens já não sabem mais fazer muitas coisas porque os pais hoje acham que não precisam mais ensinar estas coisas para eles. Os nossos filhos, a gente não ensina estas coisas porque não é mais preciso. Antigamente a gente tinha que se virar porque não tinha outro jeito mesmo. Mas hoje é diferente. Hoje tudo o que você precisa encontra no comércio.²³⁵

Já no que diz respeito ao envolvimento da mão-de-obra familiar nas atividades desenvolvidas na propriedade, talvez o efeito mais contundente advindo da vinculação das populações agrícolas às novas tecnologias proporcionadas pelo capital industrial tenha sido o de gerar o sub-aproveitamento da capacidade produtiva do trabalhador rural (que a literatura designa como “ociosidade”).

Na busca de referenciais teóricos para subsidiar a elaboração deste trabalho, encontramos diversos estudos em que os acadêmicos defendem a tese de que a introdução de máquinas e demais instrumentos de trabalho motomecanizados no processo de produção agropecuário reduziu significativamente o tempo que os agricultores levavam para realizar suas atividades produtivas, tornando ociosa a mão-de-obra familiar e, no limite, eliminando os postos de trabalho na propriedade. Para alguns autores este foi, inclusive, o fator determinante para a individualização

²³⁵ Entrevista realizada com J. W. D. (Agricultor). Arquivo do autor.

do processo produtivo nas pequenas propriedades agrícolas familiares onde, com o apoio em máquinas e demais implementos agrícolas, tornou-se rotina os agricultores realizarem individualmente cada uma das etapas do processo produtivo não sendo raros os casos em que um só trabalhador consegue manter a unidade em funcionamento. Também nos deparamos com diversas obras cujos autores apontam que o setor industrial conseguiu minar o trabalho artesanal desenvolvido pelas populações rurais, passando este a ser o fornecedor dos bens de consumo antes produzidos no interior das propriedades.

Mesmo tendo ressalvas quanto ao papel exercido pela modernização tecnológica enquanto vetor de direção única na eliminação dos postos de trabalho agrícolas ²³⁶ não há como negarmos que, com o avanço das relações capitalistas no campo, os agricultores foram se distanciando de um passado de características feudais (no qual o artesanato ocupava um lugar de destaque nas relações socioeconômicas) para se integrarem crescentemente a um mercado de produtos industrializados.

O interessante a notar é que o processo pelo qual os produtores familiares foram sendo impelidos a se vincularem ao mercado consumidor de produtos industrializados pouco difere, em sua essência, de uma região para outra. Variam os atores, as atividades e os locais em que se desenrolam as inter-relações socioeconômicas, mas o destino é um só: o crescente domínio do capital industrial sobre as formas tradicionais de produção agropecuária com o conseqüente afastamento do produtor rural das atividades agrárias voltadas ao autoconsumo.

²³⁶ Julgamos que nem sempre a modernização das atividades agropecuárias tende a eliminar postos de trabalho. Se isto ocorre e é sentido com intensidade nos grandes latifúndios monocultores, em que um pequeno avanço tecnológico pode implicar na exclusão simultânea de milhares de postos de trabalho (em algumas culturas, tal como o algodão, o processo de colheita era tradicionalmente realizado de forma manual e dependiam de um grande número de indivíduos para realizar a tarefa. Uma vez que foram desenvolvidas máquinas para este fim, a mão-de-obra antes envolvida no processo de colheita foi dispensada.), nas pequenas propriedades rurais, ao contrário, em muitos casos a mecanização permite e até estimula a ampliação/diversificação das atividades até então desenvolvidas pelas famílias, fato que, longe de excluir, implica num maior envolvimento da mão-de-obra numa, ou mais fases do processo produtivo. Citamos como exemplo o caso do fumo, cujo plantio, colheita e seleção das folhas é feito essencialmente com uso da mão-de-obra familiar. (ver **foto 7**) O desenvolvimento de máquinas destinadas à costura das folhas a serem levadas para a estufa de secagem e de estufas elétricas (e não mais à base de lenha) proporcionou uma maior agilidade no processo produtivo e criou condições para o aumento da produção o que, conseqüentemente, se refletiu num maior envolvimento da mão-de-obra familiar nas diversas etapas do cultivo do fumo. Na pesquisa de campo encontramos famílias especializadas na produção deste produto e que investiram na implementação de tecnologia de ponta no processo produtivo, mas que estão encontrando dificuldades em permanecer na atividade em função de parte da mão-de-obra estar optando pelo trabalho assalariado por razões que nada tem haver com o ingresso de máquinas no setor produtivo.

Foto 7 – Processo de classificação das folhas de fumo



Foto do autor

De maneira geral, pode-se dizer que a desvinculação do trabalhador rural da produção voltada ao autoconsumo ocorreu em todos os países em que a exploração agropecuária interage e/ou é mediada pelo mercado. O que varia, de um país para outro, é o grau de dependência e o tempo que os agricultores levaram para se vincularem ao mercado e dele passarem a depender.

Em um interessante artigo publicado recentemente, em que se dedica à tarefa de responder ao questionamento se do ponto de vista teórico e conceitual pode-se considerar como a mesma figura o *colono* de antigamente é o *agricultor familiar* atual, Schneider contribui para o entendimento de que foi no momento em que ingressaram na cadeia mercantil que os pequenos produtores rurais perderam grande parte de sua autonomia e passaram a ficar dependentes do mercado, “ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista moderna”.²³⁷

Considerando que a expansão das relações capitalistas no campo é um processo em curso e que nos dias atuais é muito expressivo o grau de subordinação do setor agrícola ao industrial, inevitavelmente aflui o entendimento que a tendência é o aprofundamento da dependência dos agricultores aos fatores externos da unidade produtiva.

Certamente que o processo que vinculou os produtores rurais ao circuito industrial mercantil se fez sentir com maior intensidade nas unidades produtivas agrícolas onde a mão-de-obra disponível especializou-se num dado ramo produtivo ou cujos membros estivessem envolvidos com outras atividades geradoras de renda além da agricultura. Em tais circunstâncias a produção voltada ao auto consumo tende a perder grande parte de sua importância na medida em que a mão-de-obra familiar passa a ocupar o tempo e a gastar energia com atividades consideradas mais vantajosas em termos de retorno financeiro (seja como trabalhadores por conta própria em outras atividades não-agrícolas ou como assalariados) e com isto a gerar renda (ou a receber salário) em quantidade suficiente para a aquisição, no mercado, dos bens necessários a manutenção dos membros que constituem o núcleo familiar.

²³⁷ SCHNEIDER, Sérgio. (d) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In: *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Orgs. José Marcos Froehlich, Vivien Diesel. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2006, p. 29.

Em outro estudo, no qual analisa o crescimento do setor coureiro-calçadista em algumas microrregiões do Rio Grande do Sul, embora não esteja tratando especificamente desta questão, Schneider tece um comentário que julgamos estar correlacionado ao assunto que comentamos neste momento. Diz ele que

O processo de diversificação do artesanato (nas microrregiões por ele estudada) foi acompanhado pela expansão do comércio. Com o desenvolvimento agrícola e artesanal, aumentava a divisão social do trabalho, que, por sua vez, diversificava e dinamizava o universo de atividades e produtos em circulação. A especialização de determinadas atividades produtivas e a autonomização de algumas profissões acabara com a autarquia. *Era cada vez maior a quantidade de produtos alimentares que o colono deixava de produzir na propriedade para adquiri-los na venda (mercado).* ²³⁸ (Grifo e parênteses nosso)

Seyferth também aborda este assunto em seus estudos sobre a colonização alemã em Santa Catarina. Para esta autora, o processo de expansão da produção artesanal está correlacionado ao próprio aumento das necessidades dos habitantes das colônias. Embora nas propriedades agrícolas a estrutura produtiva estivesse voltada à auto-suficiência, existiam determinados serviços especializados que os colonos não podiam executar, seja por não terem habilidade manual ou porque lhes faltavam condições técnicas para este fim. Mediante este contexto, “o próprio desenvolvimento econômico e o aumento populacional de cada vila permitiram o aparecimento de inúmeras pequenas indústrias de base familiar”. ²³⁹

As situações descritas por Schneider e Seyferth pouco diferem do processo ocorrido no município de São Ludgero/SC, onde nos primeiros anos de colonização existiam muitos agricultores que já tinham experiência na arte do artesanato, os quais passaram a exercer alguns ofícios (sapataria, alfaiataria, marcenaria, olaria, etc.) como forma de suprir uma demanda e ao mesmo tempo melhorar as condições de vida da família. Ao tempo que a colônia foi se expandido surgiam novas necessidades de consumo e a população passou a reivindicar produtos manufaturados em maior quantidade, situação que estimulou a ampliação e a diversificação das atividades. Frente a esta situação, os agricultores envolvidos

²³⁸ SCHNEIDER, Sérgio. (a) **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 34.

²³⁹ SEYFERTH, Giralda, (b), op. cit., p. 41.

neste processo tiveram que aumentar o número de horas dedicadas a confecção de produtos artesanais de forma a atender a demanda. Com isto, o que antes era considerado um trabalho acessório e tinha como objetivo complementar a renda obtida com a atividade agrícola, passou a ocupar o tempo e a mão-de-obra doméstica, situação que relegou a exploração agrícola à um plano secundário e, conseqüentemente, a dependência do mercado para aquisição dos bens que antes a família produzia na propriedade.²⁴⁰

O abandono da atividade agrícola como principal fonte geradora de renda repercutiu na falta de atenção aos cuidados da terra, na manutenção dos instrumentos de trabalho e das instalações afetas ao setor produtivo agropecuário. Como conseqüência, a estrutura física voltada a produção agrícola foi se deteriorando com o passar do tempo, fazendo com que muitas famílias de agricultores se desinteressassem por completo da atividade e passassem a se dedicar exclusivamente ao exercício de ocupações não-agrícolas, seja como empregados ou como autônomos.

Fica claro, portanto, que as transformações que ocorreram no universo agrícola são de ordem tão profunda que, o que seria inimaginável em décadas atrás, tornou-se uma realidade no mundo contemporâneo: a população rural estar subordinada ao mercado fornecedor de alimentos. Situação ainda mais bizarra é a constatação de que até caminhões carregados com produtos hortifrutigranjeiros estão circulando pelo meio rural ofertando gêneros alimentícios que não são mais produzidas pelos produtores, como ocorre freqüentemente no município de São Ludgero.

A maneira como se deu o ingresso das relações capitalistas no campo dos países periféricos (que, em muitos aspectos, é um reflexo do ocorrido nos países centrais) foi objeto de vários estudos e abordada sob os mais diferentes pontos de vistas. Conforme lembra Singer, o modo pelo qual o capital consegue desagregar e dominar um ramo de atividade é separando o produtor direto dos seus meios de produção. Nesse sentido, mesmo levando em consideração que as respostas dos grupos sociais às investidas do capital na agricultura não sejam homogêneas no tempo e no espaço, a penetração do capitalismo na agricultura

²⁴⁰ ALVES, Maurício, op. cit, p. 65.

inevitavelmente tenderia a privar o camponês do acesso direto à terra e, com isto, transformando-o de produtor independente em trabalhador assalariado.²⁴¹

Embora que não se tenha verificado a inexorável expansão do assalariamento nas pequenas unidades de produção agrícola (que continuam sendo exploradas fundamentalmente com base na mão-de-obra familiar), não há como negar que o capital conseguiu minar a forma tradicional de trabalho dos camponeses, tornando-os altamente dependentes aos meios de produção disponibilizados pelo setor industrial. Assim, mesmo que continuem tendo acesso direto à terra e sejam senhores da força de trabalho, os pequenos produtores rurais perderam sua autonomia produtiva tendo que se submeterem aos ditames do capital, inclusive buscando no trabalho assalariado não-agrícola os recursos necessários para investir na unidade agrícola de forma a mantê-la em funcionamento.

Ainda de acordo com o autor acima citado, ao ingressar na esfera de produção agrícola o capital suscita o rompimento das relações tradicionais de produção, em que grande parte dos bens necessários a subsistência e reprodução da força de trabalho são produzidas pelos próprios trabalhadores rurais em suas propriedades. Ao impossibilitar tal feito, o capital gera uma oferta abundante de mão-de-obra que é obrigada a recorrer ao assalariamento como forma de sobrevivência.²⁴²

Por outro lado, há que se considerar também que antes mesmo de expandir seus tentáculos sobre a agricultura, o capital já havia interferido na dinâmica socioeconômica dos espaços rurais ao atrair a mão-de-obra camponesa para trabalhar como operários nos centros urbanos emergentes, sobretudo no setor industrial. Tal acontecimento teve implicações diretas no cotidiano produtivo familiar uma vez que a saída de grandes contingentes populacionais do campo significou a desestruturação produtiva em muitas unidades familiares devido a perda imediata e insubstituível de grande parte da mão-de-obra até então envolvida em atividades agropecuárias.

Mas, mesmo levando-se em conta todos os avanços científicos e tecnológicos disponibilizados às sociedades modernas e amplamente utilizados nos

²⁴¹ SINGER, Paul et al. **Capital e trabalho no campo**. Organizado por Jaime Pinsky. São Paulo/SP: HUCITEC, 1979, p. 1.

²⁴² Idem, p. 3.

setores produtivos, o capital não pode prescindir do uso da força de trabalho humana, razão pela qual nos dias atuais ainda continua ocorrendo o processo de absorção da mão-de-obra rural para ocupar as vagas geradas pela expansão de atividades não-agrícolas, o que conduz os agricultores ao trabalho assalariado. Na medida em que isto ocorre, a redução no número de trabalhadores (principalmente dos que estão em pleno estágio produtivo) provoca como consequência direta a diminuição na quantidade e diversidade das atividades assim como dos bens produzidos nas propriedades e, com isto, infligindo uma sensível redução da renda agrícola, tornando a família dependente do ingresso de dinheiro (via trabalho assalariado) para a reprodução de seus membros. O problema se torna tanto maior, quanto menor for a capacidade da família em substituir a mão-de-obra perdida através de outros meios de produção. Neste sentido, se não ficarem na propriedade trabalhadores em idade produtiva ou se a família não tiver condições de modernizar o sistema produtivo, com a aquisição de máquinas e equipamentos que possam manter o mesmo padrão de produção, a tendência é acentuar sua dependência do trabalho assalariado e, como consequência, ocorrer a perda das características que lhes identificam como produtores rurais.

Entretanto, sabe-se que nem todos os produtores familiares conseguiram superar os obstáculos impostos pela expansão da dinâmica capitalista no setor agropecuário. Assim é que, mesmo “nos países industrializados, muitos dos exploradores desapareceram porque não puderam, quando foi preciso, modificar seu sistema de produção e adaptá-lo às novas exigências de mercado (...)”.²⁴³

Considerando este contexto, poderíamos inferir que os teóricos que afirmavam que o destino social dos camponeses não poderia ser outro que não o fatal desaparecimento tiveram êxito em relação às previsões que efetuaram para o futuro da produção familiar na agricultura. Entre as obras que mais geraram controvérsias sobre as peculiaridades que envolvem a relação *capital x agricultura* e constituem-se referência obrigatória quando o assunto colocado em pauta é o destino da pequena produção familiar certamente destacam-se as produzidas por Marx e seus discípulos mais expoentes: Lênin e Kautsky.

Com efeito, na literatura marxista o eixo de discussão gira em torno de alguns questionamentos que remetem a respostas conflitantes, razão pela qual existem

²⁴³ LAMARCHE, Hugues, op. cit., 1993, p. 21.

vários enfoques com relação ao tema. As questões básicas relacionadas à pequena produção familiar que suscitam tantas controvérsias são as seguintes: se os camponeses formam uma classe social dentro do modo de produção capitalista; se constituem um modo de produção distinto e peculiar, ou se representam uma classe de transição que corresponde a vestígios de um modo de produção pré-capitalista, mas, que ao mesmo tempo, é caracterizada por certos aspectos do modo de produção capitalista.

Especificamente com relação aos escritos de Marx, independentemente da constatação dele ter conferido grande importância à agricultura em seus trabalhos, torna-se importante registrar que, paradoxalmente, vários estudiosos d'O Capital tem a mesma opinião no sentido de que não se pode vislumbrar em seu legado teórico, qualquer indicativo de que o autor tivesse interesse em aprofundar os estudos daquilo que no final do século XIX já se constituía no eixo de articulação da questão agrária: as tendências e funções da produção agrícola familiar no desenvolvimento capitalista.²⁴⁴

O que interessa neste momento, é a tentativa de entender quais as razões que levaram Marx a desconsiderar essa categoria social (pequena produção familiar) que, apesar de tender ao declínio, ainda predominava em número na sociedade de sua época. Neste sentido, parece-nos bastante plausível a forma de pensar de Abramovay, quando afirma que o campesinato está praticamente ausente na obra de Marx por razões que se prendem à própria estrutura lógica de sua obra.

Com efeito, a teoria de Marx estava alicerçada na suposição de que o avanço das relações capitalistas iria provocar uma nova ordem econômica nos sistemas produtivos e que, como resultado desse processo, a sociedade seria dividida em apenas duas classes: a burguesia e o proletariado. Então, sob esta ótica, o camponês aparecia como uma forma anômala e não havia, dentro do quadro teórico por ele elaborado, explicação lógica que desse conta de explicar a sua existência como ator social alheio a essas duas classes. Se não, vejamos: se admitir-se que o camponês obtenha lucro em sua atividade, nesse caso ele torna-se um capitalista; por outro lado, se admitir-se que a remuneração do seu trabalho seja em forma de salário, então ele torna-se um operário e, finalmente, se admitir-se que possa viver da renda da terra, ele será considerado então um proprietário fundiário.

²⁴⁴ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 32.

Não é sem razão, portanto, que Marx não encontra em sua obra espaço para, ao contrário das categorias *burguês* e *proletário*, arrumar um conceito de camponês, visto não ser possível definir com clareza sua natureza e nem a origem de seus rendimentos. Nela, “os proprietários fundiários só emergem como a ‘terceira’ classe na medida em que a eles corresponde um rendimento cuja origem é a mais-valia social”.²⁴⁵

Nas próprias palavras de Marx,

(...) o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado.²⁴⁶

Os postulados teóricos de Marx em relação à pequena produção familiar foram incorporados e interpretados por outros intelectuais, dos quais se destacam por suas obras Karl Kautsky e Lênin (Vladimir Ilich Ulianov). Ambos conservam a idéia de que a expansão do capitalismo no campo se constituiria na mola mestra que levaria a pequena produção familiar ao completo desaparecimento, porém divergem quanto aos mecanismos que levariam a esta situação.

Em “A Questão Agrária”, publicada em 1898, Kautsky defende a tese de que as pequenas explorações de caráter familiar iriam sucumbir diante da impossibilidade de competir com as grandes empresas agrícolas no que se refere a incorporação das constantes inovações colocadas à disposição dos capitalistas, sejam de ordem técnica, econômica ou organizacional.

Abramovay tem uma visão muito clara acerca da obra aqui tratada. Segundo ele, a preocupação de Kautsky está direcionada para o convencimento de que o capitalismo iria promover o estreitamento de laços entre agricultura e indústria, o que resultaria na “industrialização da agricultura”, sendo que a tendência seria de que o grande produtor (e não o pequeno) se integrasse com a indústria. Esse processo inevitavelmente culminaria na expropriação dos camponeses, tornando-se inútil qualquer reação contra essa tendência. E, para não deixar dúvidas quanto a isto, diz que

Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração,

²⁴⁵ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 35.

²⁴⁶ MARX, Karl, (b), **Teorias da Mais-Valia**, apud ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 35.

do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência. O importante é a inutilidade de qualquer trabalho político que procure atenuar a irreversibilidade do declínio camponês. E o caminho para isso está na demonstração da superioridade técnica e econômica da grande exploração sobre a pequena.²⁴⁷

Em sua obra, no capítulo VIII, intitulado “A proletarização dos camponeses”, Kautsky faz importantes reflexões acerca da relação que existe entre o tamanho da propriedade e o processo de transformação do camponês em proletário.

Observa que, devido a necessária adaptação dos cultivos ao calendário agrícola e às condições climáticas, em determinados períodos do ano os trabalhos desenvolvidos na propriedade eram drasticamente reduzidos, o que liberava a mão de obra familiar para dedicar-se a outros tipos de atividades, as quais chama de trabalho acessório.

Para ele, a reduzida área territorial, na qual sequer consegue produzir o suficiente para a sua subsistência e a de sua família, é uma das condicionantes que levam o pequeno camponês a procurar um trabalho acessório. E vai além: “o *trabalho acessório mais ao alcance do pequeno camponês é o trabalho agrícola assalariado.*”²⁴⁸

Pondera que, se a propriedade é pequena, mais difícil será retirar dela o suficiente para suprir as necessidades da família e, por isso, mais o camponês desejará obter um trabalho acessório; por outro lado, quanto mais o trabalho acessório se torna a principal fonte de renda do camponês, mais as propriedades podem diminuir e menos serão capazes de atender as necessidades da família.

À medida que progride a evolução econômica e política, aumentam as necessidades pecuniárias do pequeno camponês e mais o Estado e a comuna exigem à sua bolsa. Quanto mais necessidade tem de ganhar dinheiro, mais se deve dedicar ao seu trabalho acessório em detrimento da sua agricultura. (...) A sua exploração agrícola torna-se cada vez mais irracional; pouco a pouco, torna-se demasiado grande para ele e ele vê-se forçado a restringi-la (encontrando facilmente compradores para os terrenos que lhe sobram).²⁴⁹

De acordo com o autor, o pequeno camponês sempre arranja o tempo necessário para o trabalho acessório, principalmente durante os longos meses de

²⁴⁷ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 46.

²⁴⁸ KAUTSKY, Karl. **A Questão agrária**. Porto: Portucalense Editora, 1972, p. 18.

²⁴⁹ Idem, p. 6.

inverno, período em que a mão de obra familiar fica mais ociosa. Porém ele o faz somente para suprir “...às suas necessidades de dinheiro vendendo não o seu excedente de produtos mas o seu excedente de tempo” .²⁵⁰

As ocupações acessórias a que se refere são bastante heterogêneas, entre as quais destacamos: corte e transporte de madeiras das grandes florestas; em fazendas, que necessitavam de braços suplementares quando da colheita de grandes explorações agrícolas; na indústria a domicílio (esculturas de madeira, fábricas de ardósia e de lápis, fabricação de cestos de vime, serralheria, tecelagem, etc.); nas mais diversas indústrias que se instalaram nas áreas rurais, como forma de estarem mais perto das matérias primas, dos rios e de mão-de-obra mais barata e menos politizada (sindicalmente desorganizada) do que nos centros urbanos; entre outras.

O rol de atividades descritas como possíveis de serem desenvolvidas pelo camponês na forma de trabalho acessório, deixa evidente que existia um mercado de trabalho apto (capaz) e, sobretudo, ávido para absorver a mão de obra campesina.

Na visão de Kautsky a necessidade de buscar trabalho acessório como forma de complementação da renda familiar, leva a que o camponês gradativamente coloque as tarefas que desenvolvia em sua propriedade em segundo plano, transferindo-as para a responsabilidade da mulher, das crianças ou de outros membros da família que, por velhice ou qualquer outro impedimento (inclusive a fraqueza gerada pela desnutrição), não tenham condições físicas de o exercerem. Com isso, a exploração na unidade de produção agrícola familiar se torna cada vez mais irracional e inviável economicamente o que, para ele, acabaria levando a que todos os membros do grupo familiar dependessem unicamente das fontes de renda oriundas do trabalho acessório como forma de subsistência. Em suma, a pequena propriedade camponesa acabaria por se tornar apenas um lugar de moradia e não mais um local de produção agrícola.

Dessa forma, de acordo com os postulados teóricos de Kautsky, já não se poderia mais reconhecer este tipo de estabelecimento como sendo uma unidade de produção agrícola familiar e sim como uma residência de proletários.

²⁵⁰ KAUTSKY, Karl, op. cit., p. 5.

Divergindo da Kautsky quanto à forma, mas não quanto ao destino, Lênin defende a tese de que a extinção do camponês se daria pela própria dinâmica da diferenciação social entre os produtores.

Em sua análise concreta do campesinato russo no final do século XIX, Lênin verificou que a concorrência levava ao empobrecimento da grande maioria dos camponeses, ao mesmo tempo em que uma pequena minoria ampliava seu controle sobre as terras. Desse processo surgiram camponeses pobres que se viram obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver e que se transformaram em proletários rurais, trabalhando nas terras dos ricos camponeses em ascensão, os quais, por sua vez, tornaram-se capitalistas agrários. Entre essas duas classes em oposição, estavam os camponeses médios, a maior parte dos quais foi levada, aos poucos, para as fileiras dos camponeses pobres e, dessa forma, para o proletariado rural.²⁵¹

Assim, para Lênin, *“o camponês, pela sua posição econômica dentro da sociedade burguesa, encontra-se em tal situação que seguirá, inevitavelmente, ou o trabalhador, ou a burguesia. Não há uma terceira via”*.²⁵²

Conforme o exposto, seguindo a linha teórica marxista ortodoxa estão os defensores da tese de que o processo de expansão das relações capitalistas no campo iria provocar profundas mudanças na estrutura produtiva da pequena produção familiar e, no limite, acabaria por extingui-la. Sob este enfoque, não existe qualquer possibilidade para que a pequena produção familiar possa sobreviver no sistema capitalista, sendo o camponês considerado apenas como um resquício do modo de produção feudal e, portanto, condenado ao desaparecimento.

Constata-se, no entanto, que a sentença proferida por estes teóricos não se efetivou na prática, sendo que a produção familiar não só continua presente na agricultura contemporânea como também tem sido apontada como o principal componente que “constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”.²⁵³

A persistência com que a produção agrícola familiar vem se firmando nos sistemas produtivos contemporâneos – e com isto pondo por terra as previsões mais pessimistas quanto a sua sobrevivência –, tem motivado o envolvimento de profissionais dos mais variados ramos científicos em estudos voltados a entender e

²⁵¹ GUIMARÃES, Antônio Monteiro. DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 43.

²⁵² LÊNIN, Vladimir Ilich. **Como iludir o povo**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1979, p. 47.

²⁵³ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 19.

explicar este fenômeno socioeconômico, sendo várias (e muitas vezes conflitantes) as abordagens sobre este tema. Só para exemplificar, destacamos uma antiga polêmica sobre as bases em que ocorreu o desenvolvimento da agricultura brasileira e que até os dias atuais continua dividindo opiniões na academia do país. A falta de consenso em torno deste assunto foi mencionada por Sacco dos Anjos quando realça que “nos círculos da academia brasileira, a discussão sobre a existência ou não de um ‘campesinato’ em nossa realidade agrária, nos termos como trata a literatura sobre o tema, tem sido uma questão recorrente”.²⁵⁴

Na busca de referenciais teóricos que nos auxiliasse entender a permanência da produção agrícola familiar nas sociedades capitalistas moderna, encontramos diversos autores que se dedicaram a esta questão.

Na opinião de Schneider, um dos motivos pelo qual o capital não conseguiu eliminar por completo o sistema de produção de base familiar se deve ao fato de que a produção agrícola ainda está muito dependente de fatores naturais (clima, solo, ou equilíbrio dos ecossistemas). Como ainda não existem recursos tecnológicos capazes de eliminar as barreiras impostas pela Natureza, estas

(...) continuam limitando o desenvolvimento de economias de escala na agricultura, impedindo, desta forma, uma total subordinação dos processos produtivos ao interesse do capital e, por isso, operando com base em relações de trabalho não assalariadas. Não é por acaso que uma parcela majoritária da produção agroalimentar dos países capitalistas mais desenvolvidos continua nas mãos dos agricultores familiares.²⁵⁵

Outro pesquisador que trata deste assunto é Lamarche, cujos estudos efetuados acerca deste fenômeno se tornaram referencial importante em trabalhos acadêmicos. Para este autor, existe uma grande variedade de situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes que revelam a enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar.

Em decorrência da heterogeneidade presente nas formas familiares de produção agrícola, Lamarche frisa que

Em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de

²⁵⁴ SACCO DOS ANJOS, Flávio, op. cit., p. 2.

²⁵⁵ SCHNEIDER, Sérgio, (d), op. cit., p. 24.

satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada.²⁵⁶

Sob o nosso ponto de vista, nas entrelinhas Lamarche procura demonstrar que, se o capital não conseguiu eliminar por completo as produções familiares é porque elas possuem uma lógica produtiva que foge aos aspectos puramente econômicos. O autor aborda duas noções básicas que nos parecem apontar para este entendimento. São elas: *Modelo Original* e *Modelo Ideal*.

Lamarche defende que cada explorador familiar conserva e aplica no processo produtivo as características socioculturais que lhe foram transmitidas por seus antepassados. Ou seja, o explorador se baseia na forma como eles praticavam a agricultura, tanto no que se refere ao tipo de cultura, manejo do solo, tipo de equipamentos agrícolas utilizados no processo produtivo, bem como no próprio relacionamento comercial que mantinham com o mercado consumidor. A este “modelo anterior, ao qual todo explorador, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere”, ele denominou de “Modelo Original”.²⁵⁷ Porém não é só baseado em um modelo anterior que o produtor rural exerce a sua atividade. Simultaneamente,

Todo explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; *ele organiza suas estratégias e toma suas decisões* segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada. Chamaremos a este modelo de referência para o futuro de ‘Modelo Ideal’.²⁵⁸ (Grifo nosso).

Na interpretação de Lamarche, ao se basearem nestes dois modelos para organizar as estratégias e tomar as decisões inerentes ao processo de exploração agropecuário, os produtores familiares nada mais estão fazendo do que seguirem uma lógica produtiva peculiar, que está estruturada no conhecimento empírico que lhes foi legado pelas gerações antecedentes, mas que não exclui o contexto social e as experiências que adquiriram em suas relações com o mercado ao qual estão inseridos. Em síntese, *organização de estratégias e tomadas de decisões* são elementos constitutivos de uma *lógica produtiva* das explorações agrícolas familiares, cujo objetivo maior é a manutenção e reprodução social do grupo familiar.

²⁵⁶ LAMARCHE, Hugues, op. cit., p. 13.

²⁵⁷ Idem, p. 17.

²⁵⁸ Idem.

Cabe mencionar, no entanto, que a existência de uma lógica produtiva no seio das explorações agrícolas familiares já havia sido identificada e amplamente estudada por outros autores que, se contrapondo à corrente que previa o inexorável fim da exploração camponesa, buscavam realçar justamente aquilo que aos olhos marxistas se apresentaria como um contra-senso, isto é, uma definição de campesinato que tenha por base a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico. Chayanov e, posteriormente, Tepicht e Mendras, são exemplos de autores que trabalham com esta linha de pensamento. Para estes, o campesinato não pode ser visto simplesmente como uma forma ocasional ou transitória, muito menos fadada ao desaparecimento, conforme o que previam os teóricos marxistas. Ao contrário, mais que um setor social, o campesinato constitui-se num sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento.

Portanto, por não acreditarem na possibilidade de que a produção familiar caminhasse em direção a uma polarização social semelhante à existente na sociedade como um todo, vindo a se integrar ou à classe proletária ou à burguesa, como previam Lênin e Kautsky, estes autores se propuseram não só tentar compreender as razões momentâneas da sobrevivência da agricultura familiar mas, sobretudo, encontrar explicações alternativas às fornecidas pelas teorias disponíveis sobre a força da produção doméstica no campo, apesar do desenvolvimento capitalista.²⁵⁹

Foi com esta visão que Chayanov²⁶⁰ elaborou a Teoria da Organização da Unidade Econômica Camponesa, na qual ele afirma que apesar da unidade de produção camponesa lidar com trabalho, bens de produção e terra, ali não se

²⁵⁹ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 49.

²⁶⁰ Alexander Von Chayanov foi um agrônomo e economista russo (1888-1930), que se destacou como sendo o principal defensor da Escola da Organização da Produção, cuja finalidade era a permanente tentativa de contribuir para que os camponeses pudessem melhor gerir os recursos por eles disponíveis. Além de detentor de um vasto conhecimento sobre a geografia agrária da Rússia, Chayanov era também um estudioso do cooperativismo presente em diversos países europeus (França, Suíça, Itália, Alemanha, Bélgica). É importante frisar que Chayanov concebeu sua teoria no início do século XX, num país (a Rússia) onde o autoritarismo político, o atraso econômico e a miséria social se faziam presentes. Porém, não obstante a época em que foi escrita, a “...concepção sobre a produção familiar na agricultura guarda sob vários aspectos, uma atualidade surpreendente, e por esta razão precisa ser resgatada.” (WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (d) **Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov.** Texto apresentado no seminário: Os camponeses têm futuro? UNICAMP, Departamento de Ciências Sociais, nov. de 1989, pp. 01-02)

caracteriza uma forma de produção capitalista dado que não há geração de salário, lucro e nem renda da terra.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra.²⁶¹

Percebido como um setor que possui uma dinâmica e funcionamento próprio, na teoria formulada por Chayanov o campesinato emerge como uma forma específica de existência social que se distingue frontalmente do comportamento de outras categorias sociais. Nela, a família camponesa é definida como sendo “uma família que não contrata força de trabalho exterior, que tem certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e às vezes se vê obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas”.²⁶² Desta forma, ao contrário do que ocorre nas empresas capitalistas, onde a dinâmica organizacional está estruturada basicamente para a obtenção de lucro, na exploração camponesa o que move e dá sentido ao trabalho familiar é a busca da satisfação das necessidades de seus membros.

Para ele, a produção familiar camponesa estaria condicionada a uma lei básica, que pode ser definida pela relação *produção x satisfação das necessidades*, ou seja, nas unidades agrícolas familiares as forças produtivas são organizadas de tal forma que seja possível a equivalência entre o trabalho e o consumo. Ao longo de sua existência, a família atravessa diferentes ciclos demográficos, que determinam o grau de intensidade do trabalho de forma a atender as necessidades do grupo familiar. Ou seja, a família começa com um casal que, em geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento em que se emancipam através do casamento e começam um novo ciclo familiar. O casal se reencontra, no final, tal qual como iniciaram: sós, e com a capacidade para

²⁶¹ CHAYANOV, Alexander Von. (a) **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**, apud WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (d), op. cit., p. 3.

²⁶² CHAYANOV, Alexander Von. (b) **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974, p. 94.

o trabalho bem mais reduzida em função da idade.²⁶³ Assim, nas unidades agrícolas familiares o volume e intensidade das atividades estão diretamente relacionados ao número de consumidores, e não do número de trabalhadores.

E posto que na unidade econômica familiar que não recorre a força de trabalho contratada, a composição e o tamanho da família determinam integralmente o montante de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade. (...) Diante disto, a composição familiar define ante todos os limites máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica.²⁶⁴

Porém, nas ocasiões em que a terra se torna insuficiente para ocupar a mão-de-obra familiar, ou nos períodos em que a mão-de-obra fica ociosa devido a fatores climáticos ou a estágios produtivos menos intensos, os trabalhadores se voltam para o exercício de outras atividades não-agrícolas (tais como atividades artesanais, comerciais, etc.) de modo a obter recursos financeiros em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades da família que não podem ser supridas com a renda gerada na propriedade com atividades agrícolas, e com isto manter o equilíbrio entre receitas x despesas.²⁶⁵ É neste ponto que Chayanov identifica uma lógica produtiva *sui generis* no seio das produções camponesas. Esta lógica estaria relacionada a capacidade da família em eleger estratégias com vistas a superar as crises momentâneas por que passa a unidade produtiva (desproporção entre o número de consumidores e o de trabalhadores; afastamento temporário de parte da mão-de-obra do processo produtivo, em decorrência de doenças ou devido a outros motivos inevitáveis; perda dos cultivos em função do ataque de pragas; redução no volume de atividades na propriedade em decorrência das variações climáticas; etc.). Assim, em resposta aos estímulos que recebe (seja advindos de pressões internas ou externas à unidade produtiva),

A família camponesa trata de cobrir suas necessidades de maneira mais fácil e, para tanto, avalia os meios efetivos de produção e qualquer outro objeto no qual pode aplicar sua força de trabalho, e a distribui de maneira tal que possa aproveitar todas as oportunidades que permitam uma remuneração mais elevada.²⁶⁶

Comentando a obra de Chayanov, Abramovay destaca que na teoria formulada por este autor a família camponesa pode se integrar ao sistema de

²⁶³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (d), op. cit., p. 6.

²⁶⁴ CHAYANOV, Alexander Von, (b), op. cit., p. 47.

²⁶⁵ Idem, p. 101.

²⁶⁶ Idem, p. 120.

produção capitalista sem que, no entanto, isto venha a significar a perda da autodeterminação de sua organização econômica.

A determinação do comportamento camponês por uma dinâmica fundamentalmente interna à família não significa que esta se isole socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado, estranha aos mecanismos de tomada de financiamento ou avessa ao progresso técnico. (...).

Não há (...) qualquer tipo de aversão ao progresso técnico nem por parte de Chayanov, nem por parte dos produtores, mas apenas a constatação de que o uso de meios de produção de origem industrial submete-se aos imperativos determinados pela lógica da produção camponesa.²⁶⁷

Resumidamente, pode-se dizer que a economia camponesa, na visão de Chayanov, tinha as seguintes características:

- Forma de produção não capitalista;
- Os objetivos do trabalho estão voltados para a produção de valores de uso e não valores de troca;
- Ausência de salário (raramente emprega trabalho assalariado);
- O trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável (auto-exploração);
- Existe uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo (Relação: trabalho x produção x consumo, ou braços x bocas).

Não se pode perder de vista que, como já foi mencionado, a possibilidade dos membros da família exercerem outras atividades de complementação de renda alternativas à agricultura vai depender e variar de intensidade de acordo com as condições sociais e econômicas presentes no entorno em que a propriedade estiver localizada. Assim, se num primeiro momento a desarticulação dos meios de produção internas à propriedade constituiu-se num fator essencial para a desvinculação dos produtores familiares da produção agrícola voltada ao autoconsumo, num segundo momento o desenvolvimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais adjacentes veio fechar este círculo. Para Abramovay, as análises sobre a teoria chayanoviana não deixam dúvidas que, “por mais que seja possível discernir as forças internas que determinam o comportamento camponês, a

²⁶⁷ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., pp. 62-63.

atuação efetiva destas forças depende, antes de tudo, do ambiente social no qual a exploração agrícola se insere".²⁶⁸

Por isso, quanto mais dinâmicas e diversificadas forem as relações socioeconômicas presentes no entorno às propriedades agrícolas, tanto maiores serão as possibilidades de geração de empregos e, conseqüentemente, maior também será o grau de inserção dos produtores rurais em atividades não-agrícolas.

É com base nesta visão que Schneider defende a necessidade de se reajustar o enfoque das pesquisas sobre o desenvolvimento agrário, de forma a superarem-se as abordagens de cunho marxista em que o desenvolvimento agrário é tido como expressão e resultado de um processo macrossocial e econômico, e por isto se vem desconsiderando nas análises a capacidade de adaptação e interação das formas familiares com o sistema dominante. Para o autor, o caminho que conduz ao entendimento das circunstâncias e fatores que resultam no desenvolvimento agrário passa, antes de tudo, pela necessária compreensão das formas de articulação da agricultura familiar com o ambiente social e econômico em que estiver inserida. Para ele, este ambiente é resultado da interferência de um conjunto de instituições que estimulam e determinam os limites e possibilidades dos produtores familiares e, com isto, exercem influência decisiva sobre as decisões individuais e coletivas do núcleo familiar.²⁶⁹

Também seguindo esta linha de raciocínio, Carneiro ressalta que

É importante considerar que o "campo" não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores.²⁷⁰

Tais palavras conduzem ao entendimento de que o envolvimento dos trabalhadores rurais com outras atividades fora da agricultura varia de acordo com as características produtivas locais/regionais, e que este fenômeno está correlacionado ao contexto socioeconômico em que os produtores familiares estão inseridos.

²⁶⁸ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op. cit., p. 72.

²⁶⁹ SCHNEIDER, Sérgio, (d), op. cit., pp. 24-25.

²⁷⁰ CARNEIRO, Maria José. (a) Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, 1998, p. 53.

Como será demonstrado no capítulo IV deste trabalho, o município de São Ludgero está passando por um processo de reestruturação da atividade econômica, aonde a agricultura vem perdendo espaço enquanto fonte de geração de emprego para a mão-de-obra familiar dado a grande oferta de postos de trabalho assalariados gerados pela expansão do setor comercial e, sobretudo, do industrial.

Entretanto, em que pese a constatação de que a modernização tecnológica gerada pelo setor industrial acarretou profundas transformações nos sistemas produtivos agrícolas familiares do município acima citado (diminuindo o grau de envolvimento do trabalhador rural com as atividades desenvolvidas na propriedade e, com isto, interferindo sensivelmente nas estratégias do grupo familiar no que diz respeito ao uso da mão-de-obra apta ao trabalho) e que, num processo paralelo, o crescimento do núcleo citadino desse mesmo município se fez acompanhar de uma significativa expansão na oferta de empregos fora da atividade agrícola, isto por si só não é suficiente para explicar o fenômeno da vinculação dos trabalhadores rurais ao trabalho assalariado urbano-industrial. Tal constatação nos leva a refletir sobre os motivos que estão conduzindo as famílias rurais de São Ludgero a buscarem o trabalho não-agrícola.

Nessa análise, há de se levar em consideração que, assim como existe uma grande heterogeneidade nas formas de exploração da atividade agrícola, também não menos variados são os motivos que conduzem os produtores rurais ao trabalho não-agrícola. Há que se considerar, sobretudo, que nem todos os indivíduos respondem aos estímulos externos de forma equânime e que as razões que levam os indivíduos a procurarem alternativas à agricultura certamente não serão idênticas de uma região para outra, principalmente se levarmos em conta a grande dimensão do território brasileiro e as suas diferentes características regionais. Ou seja, não é simplesmente porque existam oportunidades de emprego fora da agricultura que os produtores rurais vão abandonar a atividade para se tornarem operários. Em vista disto, resta sabermos por que alguns agricultores optam em lançar-se em busca de atividades não-agrícolas enquanto que outros simplesmente as ignoram, tarefa esta que, aliás, não é muito fácil de ser concretizada dado as particularidades do tema tratado.

Na busca de encontrarem respostas para os motivos que estão levando os produtores rurais a optarem por outras atividades em paralelo às atividades agrícolas ou para as formas de resistência utilizadas por estes atores sociais para se

contraporem à expropriação provocada pela expansão do capital no campo, os estudiosos das questões agrárias têm cunhado e incorporado novas expressões ao vocabulário técnico acadêmico, sendo que recentemente surgiram novas concepções teóricas que estão procurando dar conta deste fenômeno, entre estas as noções *pluriatividade* e *multifuncionalidade*. É sobre estes temas que trataremos a seguir.

3.3 ORIGEM DA NOÇÃO “PLURIATIVIDADE” E OS QUESTIONAMENTOS ACERCA DOS CONTEXTOS SOCIAIS E PERÍODO HISTÓRICO A QUE PODE SER ASSOCIADA

As transformações por que passou o setor agropecuário no período pós-guerra ensejaram grandes desafios para os estudiosos das relações sociais no campo, fazendo com que esses criassem novos termos, noções e conceitos na tentativa de melhor explicar os novos processos e atores sociais que surgiram no transcurso do evento.²⁷¹

Em que pese as divergências pontuais, próprias do ambiente acadêmico, sobre as formas pelas quais o capital tem interferido nos sistemas produtivos rurais, cabe mencionarmos que se consolidou um consenso entre estes estudiosos de que a expansão das relações capitalistas no campo impôs uma nova dinâmica ao mundo rural e que, no processo, a própria atividade agrícola tem sido condicionada e determinada por outras atividades, situação que lhe reduziu à condição de ser mais uma, entre várias outras dimensões de relacionamento estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza.²⁷²

Assim, por não ser mais um espaço exclusivamente de produção agropecuária, o mundo rural torna-se campo privilegiado para a emergência de

²⁷¹ ALANTEJANO, Paulo Roberto R. (c) **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Organizado por João Carlos Tedesco. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999, p. 147.

²⁷² SCHNEIDER, Sérgio, (c), op. cit., p. 3.

novas dinâmicas produtivas, situação que acaba tendo ampla repercussão sobre as formas de trabalho até então conectadas basicamente à produção de alimentos e fibras.

Com a crescente e inevitável integração da agricultura aos demais setores da cadeia mercantil formaram-se os denominados complexos agroindustriais, cujas orientações técnicas produtivas acabaram influenciando e determinando uma reestruturação na base técnica das unidades domésticas, alterando a estrutura e a composição do trabalho familiar no ambiente rural. Inseridas num sistema em que a modernização tecnológica e a integração às agroindústrias se constituíam em precondições para competirem no mercado, muitas famílias rurais tiveram suas estruturas produtivas afetadas pelo aumento da produtividade do trabalho decorrente da incorporação das novas tecnologias às rotinas laborais, sendo que várias das atividades que antes eram exercidas por um grande número de pessoas passaram a se individualizar, liberando grande parte da mão-de-obra anteriormente envolvida na produção agrícola. E é justamente em decorrência dessa integração vertical – que padroniza os sistemas produtivos e provoca um crescimento dos índices de flexibilização/informalização do trabalho rural – que se assiste um aumento no número de agricultores e de seus familiares que procuram outras atividades não mais especificamente relacionadas à produção agrícola, como forma de empregar a mão-de-obra que não encontra mais ocupação ou que é parcialmente utilizada nas atividades agropecuárias desenvolvidas no âmbito doméstico. Surge daí a figura do *agricultor pluriativo*, identificado como o indivíduo que passa a combinar as atividades agrícolas com uma ou mais atividades remuneradas não-agrícolas, sejam elas praticadas dentro ou fora da unidade doméstica. Nesta condição o agricultor assume um duplo caráter: o de empregado e de trabalhador por conta-própria, na agricultura e fora dela, simultaneamente.²⁷³

Sob o ponto de vista de Schneider,

A pluriatividade deve ser entendida como uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do

²⁷³ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural. **Anais** do VI Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. UFRGS, Porto Alegre/RS – 25 a 29 de novembro de 2002, p. 1.

recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho.²⁷⁴

Em síntese, a pluriatividade passou a ser entendida no meio técnico e acadêmico como “(...) um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura”.²⁷⁵ Nesse sentido, entendemos que a utilização do termo pluriatividade pode ser aplicado tanto ao conjunto familiar quanto apenas a um de seus componentes. Ou seja, nas situações em que somente um membro da família exerce duas ou mais atividades, das quais uma necessariamente deve estar vinculada às lides agrícolas, este indivíduo pode ser identificado como um *produtor rural pluriativo*. Já a identificação da *família rural pluriativa* se dará mediante a constatação de que pelo menos um de seus membros contribua para a atividade agrícola com parte da renda proveniente do trabalho assalariado. Com esse entendimento chega-se a conclusão que nem toda família pluriativa possui trabalhadores pluriativos. Isto ocorre porque nem sempre os membros assalariados que trabalham em atividades não-agrícolas participam das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade pelos demais integrantes da família, contribuindo tão somente com parte do salário para capitalizar a produção agropecuária do grupo familiar.

Entretanto, a combinação das atividades agrícolas com outras não-agrícolas não é um fenômeno recente. E foi justamente com o objetivo de demonstrar a antigüidade das práticas de atividades não-agrícolas como um dos mecanismos de sobrevivência dos camponeses dos séculos XVIII e XIX que alguns historiadores realizaram uma releitura de estudos que tratavam do assunto e que foram elaborados sem a intenção de elucidar esta questão de maneira específica. Sob o ponto de vista de Carneiro, esta revisão recente das múltiplas atividades desenvolvidas pelos camponeses no passado tem o mérito de levar à reflexão se o uso do termo pluriatividade é adequado “para identificar este conjunto de práticas diversificadas que caracterizava muito mais um estilo de vida, uma cultura ou mesmo um modo de sobrevivência de uma extensa camada da população rural do que uma nova forma de exploração agrícola.”²⁷⁶

²⁷⁴ SCHNEIDER, Sérgio, (b), op. cit., p. 14.

²⁷⁵ Idem, p. 10.

²⁷⁶ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 155.

Que o recurso ao trabalho não-agrícola – seja com fins de complementar a renda obtida na propriedade ou como forma de adequar a estrutura produtiva às variantes que influem negativamente para o pleno funcionamento da unidade doméstica (tais como variações climáticas, doenças familiares, falta ou quebra de equipamentos, etc.) – não é um fenômeno recente, está devidamente registrado na literatura clássica; sobre isto Kautsky, por exemplo, já tratava em sua obra, “A questão agrária”²⁷⁷, na qual afirma que a busca de trabalho fora da esfera agrícola não é totalmente estranho ao mundo camponês e descreve este fenômeno sob a designação de trabalho acessório. Chayanov também faz referência a esta questão, registrando que diversos motivos (tais como a ociosidade da mão-de-obra familiar em determinados períodos sazonais – principalmente no inverno –, e a debilidade dos fatores de produção, entre outros) podem contribuir para que os produtores agrícolas familiares busquem temporariamente o trabalho assalariado não-agrícola de maneira a obterem os recursos necessários para a satisfação das necessidades do grupo familiar não possíveis de serem supridas com a renda obtida na agricultura. Nestas circunstâncias o trabalho não-agrícola seria a forma utilizada pelo produtor rural para garantir um equilíbrio no balanço subjetivo entre trabalho e consumo.

Tendo em vista a constância com que este fenômeno vem se reproduzindo em meio a diversos contextos socioeconômicos e distintos períodos históricos, o que se discute atualmente “é o caráter estrutural e permanente da chamada pluriatividade, como condição de reprodução social de uma determinada camada de pequenos agricultores – argumento defendido, sobretudo, pelos historiadores rurais – ou o seu caráter conjuntural como resposta à crise da agricultura modernizada.”²⁷⁸

Na tentativa de demonstrar a multiplicidade de formas e situações sob as quais as atividades não-agrícolas são praticadas bem como a grande flexibilidade e capacidade de adaptação da pluriatividade aos diferentes contextos econômicos históricos diversos estudos foram elaborados sobre este tema nas últimas décadas, suscitando várias linhas de interpretação para este fenômeno. Conforme Cazella & Mattei,

²⁷⁷ KAUTSKY, Karl, op. cit.

²⁷⁸ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 149.

Uma retrospectiva da literatura especializada mostra que os estudos da pluriatividade foram realizados de diferentes maneiras e receberam distintas denominações ao longo do tempo. Dessa forma, torna-se necessário considerar que se trata de um assunto que abarca um conjunto heterogêneo de situações relacionadas ao mundo rural, as quais foram sendo acordadas através de pesquisas, simpósios e debates em várias partes do mundo. Por isso, ressalta-se que os termos ‘agricultura a tempo parcial’, ‘trabalhos domésticos múltiplos’ e ‘diversificação das atividades’ não têm o poder explicativo do termo ‘pluriatividade’ e nem devem ser tratados como sinônimos.²⁷⁹

Até a década de 1980 utilizava-se o termo “part-time farming” (agricultura em tempo parcial) para identificar as situações em que ocorria a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma família. O seu oposto é o termo “full-time farming” (agricultura em tempo integral), que conforme já está expresso na própria denominação, era empregado na identificação das famílias que se dedicavam exclusivamente à atividade agrícola. Criado por Rozman, o termo *part-time farming* tinha por objetivo fazer uma diferenciação dos agricultores que praticavam a agricultura de subsistência daqueles que se ocupavam plenamente da produção agrícola mercantil.²⁸⁰ A principal controvérsia em relação ao uso do termo *agricultura em tempo parcial* diz respeito ao fato de que o critério utilizado como diferenciação do seu oposto é um determinado, embora arbitrário, corte do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família.²⁸¹

Uma outra limitação observada no uso desta noção para o entendimento dos processos sociais agrários, é que ela restringia o foco das análises apenas ao chefe da família e à unidade de produção (agricultura individual e não familiar), ignorando por completo as atividades dos demais membros do grupo familiar. Não se dava o devido apreço, portanto, ao *caráter familiar*²⁸² do trabalho agrícola e à contribuição do trabalho das demais pessoas da família em atividades não-agrícolas.

²⁷⁹ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 3.

²⁸⁰ SCHNEIDER, Sérgio, (c), op. cit., p. 5.

²⁸¹ SCHNEIDER, Sérgio, (b), op. cit., p. 75.

²⁸² Com base em suas experiências de campo, Carneiro afirma que os laços familiares no Brasil são muito mais consistentes e freqüentes do que em outros países (cita como exemplo a França), o que permite a convocação de grande parte da parentela para auxiliar em determinadas fases do processo produtivo não possíveis de serem executadas pelo número de mão-de-obra disponível. “É o caráter familiar da produção, aí fortemente presente, que permite acionar irmãos que já migraram para a cidade, noras e até mesmo suas empregadas domésticas, num esforço ‘coletivo’ de dar contas das necessidades de mão-de-obra em determinadas fases do processo de produção.” (CARNEIRO, Maria José. (c) **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas.** In: *Mundo rural e tempo presente*. Orgns.: Luiz Flávio Carvalho Costa, Regina Bruno, Roberto José Moreira. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 1999, p. 339.)

Por esta razão, o uso do termo *agricultura em tempo parcial* perdeu o seu valor heurístico a partir da década de 1980, dando lugar à pluriatividade.²⁸³

O termo pluriatividade surgiu na Comunidade Européia, mais precisamente na França, sendo sua trajetória marcada por intensos embates entre os atores sociais envolvidos.

Semelhante ao ocorrido em diversos outros países que adotaram o padrão produtivista desencadeado no período pós-guerra, cujo modelo de desenvolvimento agrícola teve por base as orientações técnico-produtivas associadas à Revolução Verde, também na França os produtores rurais se aliaram a este padrão de produção sendo amparados por políticas públicas que lhes asseguravam o acesso necessário às tecnologias de ponta e subsídios (na forma de ajudas compensatórias) que lhes permitiam competir de forma extremamente confortável no mercado internacional. Cabe registrar que as estratégias estabelecidas pela Comunidade Econômica Européia (CEE) em relação a Política Agrícola Comum (PAC²⁸⁴) estavam voltadas para a redução do preço mínimo dos produtos agrícolas internos, de modo a que estes se equiparassem ao nível mínimo do preço praticado no mercado internacional.

Como resultado deste processo, a agricultura francesa atingiu excepcionais níveis produtivos, situação que permitiu àquele país alcançar a autonomia no que diz respeito a segurança alimentar interna bem como gerar excedentes agrícolas direcionados ao mercado internacional. Formou-se, assim, uma categoria de profissionais agrícolas especializados, que tinham nas práticas produtivas altamente tecnificadas a sua principal característica. Na visão dos que compunham esta camada de produtores rurais, as políticas de desenvolvimento rural

²⁸³ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 3.

²⁸⁴ Conforme Schneider, “a Política Agrícola Comum (PAC) surgiu a partir do Tratado de Roma, assinado em 1957, que previa o estabelecimento de uma política agrícola comum (Artigo 39) entre os primeiros signatários da Comunidade Econômica Européia (CEE), formada então por Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Alemanha. Em 1958, na Conferência de Stressa, inicia-se o processo de compatibilização das políticas agrícolas nacionais e, em 1962, é aprovada a Lei de Orientação, que cria o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que será o principal mecanismo de financiamento da PAC e de protecionismo para a agricultura européia. Em 1973, aderiam à CEE a Dinamarca, a Irlanda, o Reino Unido, em 1981, a Grécia, em 1986, Portugal e Espanha e, por fim, em 1995, Áustria, Suécia e Finlândia. Atualmente a CEE chama-se União Européia.” (SCHNEIDER, Sérgio, (b), op. cit., p. 124.) Ainda de acordo com o autor, a partir de 1992 ocorreram alterações na Política Agrícola Comum, cujos financiamentos destinados ao desenvolvimento rural passaram a estar associados à objetivos específicos tais como acelerar a adaptação das estruturas agrícolas (financiando tanto pela seção Garantia como pela seção Orientação do FEOGA) e promover o desenvolvimento das zonas rurais, buscando a diversificação das atividades no meio rural (financiado basicamente pelo FEGOA-Orientação). (Idem, p. 125.)

deveriam centrar-se no estímulo ao modelo produtivista e estarem voltadas às unidades agrícolas em que se desenvolvia o “métier d’agriculteur”.

Porém, há que se levar em consideração que nem sempre as políticas públicas conseguem abranger de forma equânime os atores sociais à quem se propõem atender. Por outro lado, as respostas dos segmentos sociais às investidas do Estado na forma de políticas públicas também não são homogêneas. As sociedades agrícolas se fazem presente em diversos contextos socioeconômicos e sua inserção no mercado varia de uma região para outra. Por isto, é compreensível que seja corriqueiro o fato de determinados grupos sociais apresentarem reações diferentes à uma mesma política pública. Comentando as políticas públicas estabelecidas pela CEE com vista ao desenvolvimento rural dos países membros, Tedesco chama atenção para esta questão com as seguintes palavras:

Sabe-se que nem todos os produtores têm as mesmas condições, nem todos os países membros conseguem maximizar os fatores de produção; os níveis de produtividade são imensamente diferenciados entre produtos, produtores e regiões. Logo, o preço baixo incita à produção menor. Fazem-se presentes as chamadas ajudas compensatórias com o intuito de cobrir as perdas com as reduções dos preços, entretanto essas não serão eternas e, além do mais, são específicas a determinados produtos.²⁸⁵

Assim, pelas razões já mencionadas, esse padrão de produção não abrangeu de forma homogênea os produtores familiares e tampouco os espaços rurais. Paralelo a uma agricultura moderna, capaz de assimilar as novas tecnologias disponibilizadas pelo capital agroindustrial e altamente inserida na dinâmica mercantil, desenvolvia-se um outro tipo de agricultura, afeta aos agricultores menos capitalizados que, por não terem condições de modernizar suas unidades produtivas ou porque estas estão localizadas em regiões cujas adversidades naturais se constituem em obstáculo para a consolidação de uma agricultura competitiva, recorriam com frequência às atividades complementares não-agrícolas como forma de sobrevivência. Conforme Carneiro, na França as

(...) regiões desfavoráveis à intensificação da agricultura e à instalação das grandes explorações capitalistas, como as zonas de montanha, por exemplo, são tradicionalmente espaços abertos à prática de atividades complementares não-agrícolas. Elas são exercidas tanto por parte de pequenos produtores marginalizados pelo processo de modernização – como os operários-camponeses – quanto por parte daqueles que pretendem desenvolver uma

²⁸⁵ TEDESCO, João Carlos, op. cit., p. 187.

produção alternativa ao modelo produtivista instaurado pela Quinta República. Para estes, a renda proveniente de atividades associadas à exploração turística ou à comercialização de “produtos da fazenda” (queijos, iogurtes, geléias, sucos de fruta, congelados, etc.) permite a permanência no campo e a continuidade da agricultura em regiões até então ameaçadas pela desertificação.²⁸⁶

A estes agricultores se associavam outros que, mesmo possuindo melhores condições financeiras, optavam por uma agricultura alternativa ao modelo de desenvolvimento agrícola dominante, sendo esta decisão tomada por razões que transcendem a esfera econômica e se conectam a questões de ordem social, como por exemplo: uma maior independência dos filhos em relação à autoridade dos pais, e da esposa em relação ao marido; busca de realização profissional; participar mais ativamente da vida social urbana; etc.

Com base no exposto, chega-se a conclusão que a estrutura agrária na CEE é constituída tanto por unidades agrícolas em que se desenvolve uma agricultura altamente modernizada, especializada e imbuída de uma racionalidade empresarial, quanto por unidades agrícolas que, por não terem condições de assimilar o modelo produtivista ou por optarem não se submeterem a ele, conciliam o exercício da agricultura a uma outra atividade não-agrícola, se confrontando com os parâmetros associados ao “métier de agricultor”. Neste sentido, parece-nos que o comentário efetuado por Carneiro quando infere que “a especialização profissional é um fenómeno universal na sociedade francesa (...)”²⁸⁷ precisa ser avaliado com muito cuidado, pois dá margem a interpretação de que a especialização agrícola abrange todos os produtores rurais franceses, o que não se constitui em realidade.

Aliás, este é um ponto importante no exercício que a referida autora faz com o intuito de demonstrar que o uso do termo “pluriatividade” para designar a prática do trabalho agrícola com outros não-agrícolas está associado a um recorte temporal, cujo marco delimitador está relacionado à política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho. Carneiro utiliza as seguintes palavras para traduzir o seu ponto de vista sobre este assunto:

Como resultado de um processo historicamente datado, que começa com o estabelecimento de um modelo único de exploração agrícola, sustentado na especialização da produção (e do trabalho) e em produtividade e rentabilidade crescentes, a pluriatividade de hoje se distingue daquela que era praticada durante o período da proto-

²⁸⁶ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 150.

²⁸⁷ Idem, p. 151.

industrialização. Nesses termos, o recurso às práticas não-agrícolas é uma recriação *de uma parte da população rural* para afrontar as crises geradas pela política de modernização agrícola implantada pela Quinta República.²⁸⁸ (grifo nosso)

Assim, ainda conforme a autora, ao admitir-se que a noção de pluriatividade designa fenômenos de qualidades diferentes na medida em que são respostas a questões distintas e historicamente datadas, torna-se compreensível porque os historiadores não se dedicaram ao estudo da pluriatividade de forma específica. A razão para o desinteresse desses estudiosos em relação à pluriatividade ocorria porque o trabalho não-agrícola não se constituía num fenômeno à parte, uma vez que tais atividades confundiam-se com as numerosas práticas cotidianas do mundo camponês. Ou seja, somente após a especialização da produção e do trabalho é que foi possível a emergência de sociedades mais ligadas, dedicadas e aperfeiçoadas na produção agropecuária stricto sensu.²⁸⁹ Tal situação se tornou possível basicamente por dois fatores: primeiro, pela intervenção do capital industrial na esfera produtiva campesina, onde as indústrias assumiram praticamente todas as atividades anteriormente exercidas pelos produtores rurais no que diz respeito a confecção dos bens de consumo duráveis, bem como grande parte das tarefas relacionadas as demais formas de produção artesanal caseira (confecção de pães, doces, bolachas, queijos, sabão, banha, lingüiça, torresmo, charque, entre vários outros produtos); segundo, pela crescente especialização do trabalho nas unidades de produção agrícola, o que acabou refletindo na ocupação da mão-de-obra familiar. Assim, se antes da especialização da produção e do trabalho os indivíduos assumiam e realizavam diversos tipos de ofício no interior da propriedade como forma de suprir suas necessidades (tais como marcenaria, carpintaria, olaria, alvenaria, etc.) com a especialização do trabalho estes tipos de serviços passaram a ser executados por outros indivíduos fora do grupo doméstico. Também não se tornou anormalidade um dos membros da família se especializar num destes ofícios e passar a obter renda pelo exercício do mesmo. É por isto que, na opinião de Carneiro, o termo pluriatividade está ligado de forma umbilical às políticas públicas que criaram as sociedades agrícolas especializadas. Destaca ainda a autora que, “num contexto onde a dinâmica de reprodução se apóia sobre a prática da policultura e sobre o exercício de diversas formas de artesanato e de

²⁸⁸ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 157.

²⁸⁹ Idem.

trabalho efetuados para terceiros, a noção de pluriatividade dificilmente se aplicaria”.²⁹⁰

Com base nas análises de Carneiro fica subentendido que o uso da noção “pluriatividade” não é adequado para os estudos que abrangem o setor agropecuário como um todo, dado que, conforme já referenciamos anteriormente, uma grande parcela de produtores rurais não podem ou se recusam assimilar o modelo produtivista que conduz à especialização agropecuária, razão pela qual, s.m.j., estes ficariam de fora das análises desse fenômeno. Sendo assim, poder-se-ia aceitar, sem maiores questionamentos, que a busca de atividades não-agrícolas pelas famílias dessas unidades produtivas (que estão à margem da dinâmica que levou à especialização da produção e do trabalho) deve ser compreendido não como um fenômeno recente, mas como a continuidade e reprodução das numerosas práticas cotidianas do mundo camponês.

Porém existem outros pensadores que teorizam o exercício da pluriatividade sob uma ótica diferente da abordada por Carneiro, cujas análises indicam que o recurso ao trabalho não-agrícola se dá por fatores que superam a visão de que o fenômeno é resultado das políticas públicas que levaram à especialização da produção e do trabalho. Para alguns, inclusive, é justamente devido ao fato de não terem sido contemplados por estas políticas públicas (e, portanto, por não terem tido condições de se especializarem) que muitos agricultores recorrem à pluriatividade como forma de sobrevivência.

Conforme comentam Guanziroli *et al*, em função das limitações impostas para acesso ao crédito de custeio bem como a falta deste para financiar a safra seguinte, muitos agricultores são obrigados a recorrerem às estratégias tradicionais de captação de capital, sendo o recurso do trabalho não-agrícola e/ou biscates utilizados com vistas a reforçar o capital de giro na entressafra. Porém o objetivo principal não é o de procurar uma fonte alternativa de renda que venha substituir à atividade agrícola, mas sim captar o capital necessário para plantar no verão, ou seja, o envolvimento com o trabalho não-agrícola visa manter e consolidar seus sistemas produtivos agropecuários. Tomando como parâmetro as políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário, os autores defendem que o desenvolvimento da

²⁹⁰ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., pp. 157-158.

pluriatividade na Europa foi resultado do amplo apoio estatal à agricultura familiar, enquanto que no Brasil, até o momento, decorre da ausência deste.²⁹¹

Em seus estudos em torno da pluriatividade, Cazella & Mattei ressaltam que as pesquisas efetuadas nas últimas décadas apontam que a decisão das famílias rurais em optarem ou não pelo exercício das atividades não-agrícola está relacionada a pelo menos três variáveis fundamentais: aos condicionantes familiares; às características das explorações e às condições do entorno socioeconômico. Em vista destas variáveis, o fenômeno da pluriatividade assume diferentes contornos e significados, o que acaba se refletindo nas orientações teóricas e metodológicas sobre o tema. Assim, para um segmento da academia,

(...) a pluriatividade representa uma expansão da ótica de acumulação mais do que uma estratégia de sobrevivência, devido ao fato de que está ocorrendo um enorme processo de reconstituição produtiva do espaço agrário. Neste caso, esse fenômeno poderia ser classificado, tanto como uma forma de adaptação às transformações do tecido econômico e social quanto ser compreendido como uma parte do processo de mercantilização das relações sociais de produção em curso no meio rural.

Há, entretanto, um outro grupo de autores que concebe a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência, porém com diferentes enfoques. Neste caso, observa-se que a pluriatividade pode ser uma estratégia de diversificação das fontes de renda familiar (De Vries); uma forma de restabelecimento da organização familiar (O'Hara); um meio de se manter as pessoas ocupadas e continuar as atividades agrárias (Brun); e uma forma de obter rendas maiores com o objetivo de melhorar as condições de vida (Extezarreta).²⁹²

Parece-nos bastante apropriado, portanto, o comentário efetuado pelos autores acima citados quando chamam atenção para o fato de que “a pluriatividade contém diferentes significados, varia de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade e pode ser compreendida de diferentes maneiras em relação à sua função e à sua importância”²⁹³, sendo esta, sem dúvida, a razão para a existência de tantas e diferentes interpretações para este fenômeno. Baseados na literatura especializada internacional, os autores apontam uma série de fatores que podem interferir na decisão dos agricultores em optarem ou não pelo exercício de uma outra atividade não-agrícola:

²⁹¹ GUANZIROLI, C. E. et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2001, p. 35. In: ALENTEJANO, Paulo Roberto R., (b), op. cit., pp. 28-29.

²⁹² CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 5.

²⁹³ Idem.

As razões podem ser de natureza econômica (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de natureza social (nível de escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente, desejo de exercer outras funções comunitárias, etc.); de natureza pessoal (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras, etc.); de natureza contextual (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente socioeconômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de natureza de lazer (sítios, chácaras de final de semana, áreas de preservação ambiental, etc.).²⁹⁴

Por sua vez, Tedesco comenta que, se num primeiro momento a noção de pluriatividade vinha sendo utilizada para identificar a parcela de agricultores rurais peri-urbanos e aqueles situados em espaços distantes dos centros de intercâmbio mercantis que, devido a baixa escala de produção, recorriam ao trabalho não-agrícola como recurso para a ampliação da renda familiar, a partir dos anos 1980 isto mudou. Desta década em diante os pesquisadores começaram a perceber que havia também agricultores capitalizados que buscavam rendimentos externos à agricultura e que estavam associados ao espaço e ao estilo de vida própria dos núcleos urbanos, envolvendo tanto práticas artesanais e de turismo, quanto ao trabalho em estabelecimentos industriais, comerciais e repartições públicas, entre outras atividades, tornando-se necessário a reavaliação da amplitude de abrangência desta noção.²⁹⁵

De forma particular, na França, a constatação de que se tornava cada vez maior o número de agricultores que tinham uma dupla atividade econômica (na agricultura e fora dela) também não passou despercebido aos sindicatos da categoria que, já no início da década de 1960, passaram a criticar e repudiar severamente este estilo de vida. Na visão dos sindicalistas, quem exercia outras atividades paralelas à agricultura não eram verdadeiros agricultores (não se enquadravam na concepção de “métier de agricultor”), e por isto não deveriam ser contemplados por políticas públicas. Mais do que isto, o recurso às atividades não-agrícolas passou a ser apontado como o fator do fraco desenvolvimento tecnológico das unidades de produção que as praticavam (uma vez que fugiam à racionalidade

²⁹⁴ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 6.

²⁹⁵ TEDESCO, João Carlos, op. cit., p. 181.

empresarial) e os duplos ativos acusados de se tornarem um freio ao desenvolvimento do modelo produtivista implantado pelo governo.²⁹⁶

Entretanto, por mais que tentassem defender a prioridade no direcionamento de políticas públicas que mantivessem o status quo do modelo produtivista vigente, os efeitos negativos dele decorrentes fizeram que tanto os órgãos governamentais quanto os sindicatos rurais (principalmente a Federação Nacional dos Produtores Agrícolas (FNSEA) e o Centro Nacional de Jovens Agricultores (CNJA) revissem suas posições em relação ao exercício do trabalho não-agrícola pelos agricultores franceses. E não poderia ser de outra forma, uma vez que claros sinais apontavam que este modelo estava colocando em risco a própria continuidade da atividade agrícola: delapidação dos recursos naturais, esgotamento do solo e dos recursos hídricos pelo excessivo uso de insumos químicos, desertificação dos espaços rurais, masculinização do campo, dificuldades de encontrar um sucessor para dar continuidade às atividades na unidade produtiva, etc. Além disso, a própria população francesa (e por extensão a europeia), assustada com os freqüentes escândalos que se sucediam na esfera produtiva agropecuária, tal qual o caso do “mal da vaca louca”, passou a exigir práticas agrícolas em respeito ao meio ambiente e à oferta de alimentos que fossem mais confiáveis sob o ponto de vista nutricional, se posicionando contrária às explorações centradas no uso intensivo de agentes agroquímicos.

O modelo de desenvolvimento rural proposto para o campo europeu, assentado em políticas estruturais que objetivavam a modernização técnica dos produtores familiares, a racionalidade econômica e a formação técnica para o meio rural, teve como resultado o crescimento da produção e, em paralelo, também os custos sociais na forma de subsídios à renda dos agricultores. A produção cresceu mais do que o consumo, aumentando os estoques e jogando os preços para baixo. Têm-se aí uma crise: a crise da superprodução. Aliado a este problema, observa-se que na década de 1980 as condições de desenvolvimento se alteraram significativamente: as políticas de concessão de crédito agrícola foram revistas e medidas de restrições ao financiamento de operações agrícolas adotadas; a esfera de comercialização dos produtos foi ampliada para o nível internacional, o que acirrou a concorrência entre os agricultores com seus pares de outros países;

²⁹⁶ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., pp. 151-152.

modificaram-se as regras no jogo da concorrência e os agricultores passaram a ficar mais dependentes em relação ao Estado.²⁹⁷ Observa-se, contudo, que os efeitos nefastos deste modelo produtivista não ficou restrito à esfera econômica (a superprodução), mas teve também grandes repercussões na esfera social (traduzidos pela redução da mão-de-obra agrícola necessária à consecução de metas produtivas bem como pela expansão de espaços socialmente vazios ou esvaziados) e ambiental (expresso pelo profundo desgaste dos recursos naturais).²⁹⁸

Assim, num momento em que as pressões internacionais exigiram a eliminação dos subsídios vinculados aos preços e à quantidade de produtos agrícolas e em que as distorções socioeconômicas e ambientais provocadas pelo modelo produtivista impuseram à necessidade de repensar-se os processos de modernização até então adotados, o debate em torno da pluriatividade emergiu de forma intensa no meio acadêmico, passando a discutir-se sê, e de que forma, o uso desta noção poderia contribuir para a superação dos problemas gerados por tal modelo de produção agropecuário bem como para a elucidação das transformações pelas quais os espaços agrários atravessam na atualidade. As polêmicas em torno do assunto são ainda muito grandes dado que “para alguns analistas, a pluriatividade passa a ser a solução para muitos desses problemas (superprodução, ambientalismo...), porém, para outros é causadora de outros mais e, para terceiros, é ainda uma incógnita frente ao modelo econômico e intersetorial que se desenha na Comunidade Européia”.²⁹⁹

No Brasil, o estudo da pluriatividade é ainda relativamente recente se comparado ao tempo que este tema vem sendo debatido nas escolas européia e norte-americana. Conforme Tedesco, “a própria noção é incipiente se for meramente transportada do caso europeu para o caso de determinados espaços brasileiros”.³⁰⁰

Pode-se dizer que houve até mesmo certa resistência por parte de alguns segmentos da academia em colocar este fenômeno na pauta de discussão, visto entenderem ser a noção de pluriatividade um modismo que muito pouco ou nada contribuiria para explicar as transformações socioeconômicas por que passa o agro brasileiro. Para estes estudiosos, a busca de atividades não-agrícolas é uma

²⁹⁷ TEDESCO, João Carlos, op. cit., p. 185.

²⁹⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (b), op. cit., p. 12.

²⁹⁹ TEDESCO, João Carlos, op. cit., p. 182.

³⁰⁰ Idem, p. 196.

estratégia utilizada pelos produtores rurais desde os tempos do fim do feudalismo, quando então se formou uma estrutura agrária constituída por pequenas unidades agrícolas familiares autônomas, cujos membros encontram neste estilo de vida uma forma de se manter e reproduzir. Entendem, portanto, se é que existe algo de novo no campo brasileiro, seria o reconhecimento social e político do segmento produtivo formado por milhares de pequenos agricultores, remanescentes do regime colonial e do escravismo, que praticam uma agricultura dito de “subsistência” e que na década de 1990 tiveram assegurados os direitos previdenciários na forma de aposentadoria.³⁰¹ Há também uma corrente de pensadores brasileiros que, seguindo a linha teórica clássica de cunho marxista, defendem que a pluriatividade se constitui num fenômeno passageiro e transitório que tenderia a desaparecer na proporção em que ocorresse o avanço do processo de subordinação da agricultura e do mundo rural à dinâmica urbana e industrial da sociedade contemporânea. Por outro lado, existe ainda um número significativo de estudiosos que se deslumbraram com a noção da pluriatividade e com as potencialidades das atividades não-agrícolas para o desenvolvimento rural e que, em seus trabalhos de cunho científico, passaram a empregar e associar de forma generalizada este termo à realidade do campo brasileiro, omitindo (ou não realçando) os contextos socioeconômicos e os locais onde este processo emergiu e se desenvolveu. Assim, entusiasmados com as novas perspectivas analíticas proporcionadas pela noção da pluriatividade, muitos pesquisadores acabaram por associar, de forma apressada e sem mediações, certas dinâmicas regionais ou territoriais do espaço agrário brasileiro com a realidade dos chamados países capitalistas avançados ou desenvolvidos, sem levar em consideração as significativas diferenças estruturais e conjunturais existentes entre a nossa agricultura e a que é praticada naqueles países.³⁰²

Seja de que forma for, o fato é que os estudos e pesquisas em torno da noção da pluriatividade avolumaram-se no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, sendo várias as dissertações, teses, colóquios e congressos efetuados sobre este fenômeno. A maior parte dos trabalhos sobre a pluriatividade realizados por autores brasileiros se concentrou principalmente na Região Sul (aonde, de acordo com Schneider e Sacco do Anjos, a relação entre

³⁰¹ Esta seria a visão, por exemplo, de DELGADO, Guilherme C. & CARDOSO Jr., José Celso. (conforme ALENTEJANO, Paulo Roberto R., (b), op. cit., p. 28.)

³⁰² SCHNEIDER, Sérgio, (b), op. cit., pp. 9-10.

trabalho industrial e trabalho agrícola vem se tornando cada vez mais uma alternativa de vida para os pequenos agricultores familiares) e se restringiu a estudos de casos específicos de algumas localidades. Seyferth é apontada como a pioneira em tratar deste assunto, ao criar a figura do “colono-operário”. Em seus estudos sobre a colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim, esta autora registra que o recurso ao trabalho não-agrícola é bastante antigo, sendo constatado já no início do século XX. Entretanto, destaca que foi somente a partir da década de 1930, com a emergência de um setor industrial mais consistente, é que a indústria passou a empregar um grande número de mão-de-obra oriunda do campo, configurando-se uma situação em que o trabalho na indústria tornou-se a atividade principal como fonte de renda das famílias agrícolas, sendo a atividade agrícola exercida apenas para complementar os salários, institucionalizando-se assim a agricultura de tempo parcial.³⁰³

Depois de Seyferth, vários outros pesquisadores se dedicaram ao estudo da relação/associação do trabalho agrícola com outras atividades assalariadas não-agrícolas. Entre os vários trabalhos publicados, pode-se particularizar alguns, devido a abrangência e consistência das análises teóricas neles contidos, tais como os efetuados por Sacco dos Anjos³⁰⁴, Carneiro³⁰⁵, Schneider³⁰⁶ e Alentejano³⁰⁷. Isto não significa dizer que as demais publicações sobre o tema foram menos importantes ou não tenham tido a devida repercussão no meio acadêmico. Cabe esclarecer, também, que há ainda um grande número de autores que fazem menção ao recurso freqüente às atividades remuneradas fora da agricultura como um mecanismo de estratégia de manutenção e reprodução de parte dos produtores familiares sem, contudo, apontarem esta prática como sendo um fenômeno social

³⁰³ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 158.

³⁰⁴ SACCO DOS ANJOS, Flávio, op. cit.

³⁰⁵ CARNEIRO, Maria José. (d) Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 11 (32): 89-105, São Paulo, out., 1996.

³⁰⁶ SCHNEIDER, Sérgio. (e) O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, 24 (3): 106-132, set./dez., Campinas, 1994; e SCHNEIDER, Sérgio, (a), op. cit.

³⁰⁷ ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (e) **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado, CPDA, UFRRJ, 1997.

específico. Segundo Carneiro, este seria o caso, por exemplo, de Lovisolo ³⁰⁸, Garcia Jr. ³⁰⁹ e Neves ³¹⁰, entre outros. ³¹¹

Se, como dissemos, as primeiras pesquisas sobre a pluriatividade no Brasil tiveram um caráter regionalizado e limitados a estudos de casos, foi a partir de meados da década de 1990 que o tema ganhou proporção a nível nacional. Isto foi possível graças ao empenho de uma equipe constituída por 25 pesquisadores que, sob a coordenação de José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann, do Instituto de Economia da Unicamp, passaram a analisar os dados relativos à população ocupada, emprego e renda, constantes nas Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) efetuadas pelo IBGE no período compreendido entre os anos de 1981 à 1995. O interesse dos estudiosos envolvidos neste projeto de pesquisa (denominado de “Projeto Rurbano”) é identificar, entender e dar o devido destaque a um fenômeno que vem crescendo de forma acentuada no meio rural brasileiro, qual seja o aumento das ocupações não-agrícolas. Assim, entre outros, tornou-se interesse desses pesquisadores, dimensionar a extensão que as ocupações não-agrícolas ocupam entre a população rural brasileira bem como avaliar sua importância enquanto mecanismo de manutenção e reprodução da agricultura familiar.

Embora apresente suas limitações (as recentes mudanças metodológicas e conceituais realizadas pelo IBGE nas PNADs tornaram incompatível a realização de séries históricas mais longas), os estudos efetuados pelos estudiosos envolvidos no Projeto Rurbano tem o indiscutível mérito de provocar o debate sobre a noção da pluriatividade em âmbito nacional e, com isto, estimular novas pesquisas voltadas à verificação se esta noção é viável de ser associada aos diferentes contextos socioeconômicos em que se desenvolve a produção agrícola no território brasileiro.

Ao finalizarmos este tópico, cabe fazer o registro de que a noção da pluriatividade tem sido associada a uma outra noção, criada mais recentemente, e que tem sido identificada pelo termo “multifuncionalidade”. Sobre isto Tedesco fala que

³⁰⁸ LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: Unicamp, 1989.

³⁰⁹ GARCIA Jr., Afrânio. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

³¹⁰ NEVES, D. (a) Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, 25: 21-37, maio/dez., Campinas, 1995; e NEVES, D. (b) Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 8: 7-25, abr., Rio de Janeiro, 1997.

³¹¹ CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 158.

Com a (re)estruturação da PAC sob modelo declaradamente neoliberal, a agricultura da Europa Ocidental e francesa especificamente (onde a pluriatividade se desenha com mais força) redefine-se, mantendo o modelo produtivista, porém *flexibilizado*, oscilando, paradoxalmente, entre a estandarização e a diversificação. Fala-se muito que a agricultura deverá ser pluri e multifuncional, imaginativa; as evoluções tecnológicas recentes em direção às biotecnologias, às tecnologias de informação, às novas diretrizes da demanda (novos hábitos alimentares), à qualidade e não somente à quantidade, à gestão do espaço e do território, às tecnologias socialmente aceitas, às regulamentações internacionais expressam o amplo quadro econômico em que as discussões se apresentam.³¹²

Assim, considerando a existência de uma vertente analítica que teoriza a pluriatividade como fenômeno que está afeto e de certa forma depende da multifuncionalidade da agricultura, não poderíamos deixar de mencionarmos como este assunto vem sendo tratado no país e no mundo, embora não deva ser perdido de vista que o foco de nossa pesquisa é o estudo da pluriatividade no município de São Ludgero.

3.4 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: GÊNESE E REFLEXOS NA CONFORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os princípios que delineiam a multifuncionalidade tal qual o conceito têm sido colocado para discussão no meio acadêmico não são tão recentes quanto se pensa, uma vez que “essa noção foi sendo construída à margem do modelo dominante de desenvolvimento agrícola adotado, principalmente no Pós-Guerra”.³¹³

Não restam dúvidas que o rápido crescimento econômico que se seguiu à II Guerra Mundial provocou grandes danos aos ecossistemas e que os reflexos negativos daí decorrentes tem afetado as populações, tanto humanas quanto os demais seres vivos, razão pela qual tornou-se grande a preocupação com o desequilíbrio ambiental e com o meio ambiente como um todo. Nos dias atuais,

³¹² TEDESCO, João Carlos, op. cit., pp. 185-186.

³¹³ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 7.

muitos países industrializados e a maioria dos países em desenvolvimento têm arcado com os pesados ônus dos problemas que lhes foram deixados como legado do surto expansivo da economia no período citado: poluição do ar e da água, esgotamento dos lençóis freáticos e a proliferação de agentes químicos tóxicos e de outros rejeitos perigosos. A tais problemas vieram se juntar outros mais recentes (tais como a erosão, desertificação e acidificação dos solos como também a disseminação de novos produtos químicos e novos tipos de rejeitos), cujos efeitos estão diretamente relacionados e incidem nas políticas e práticas agrícolas, industriais, energéticas, florestais e viárias. Frente a esta situação e pressionados por seus cidadãos, em várias partes do mundo muitos governos tiveram que criar ministérios e órgãos ambientais cuja atribuição é a de buscar alternativas para minimizar e, se possível, reparar os danos ambientais. Embora o estabelecimento de organismos institucionais tenha contribuído para a melhora na qualidade do ar e da água, bem como tenha permitido um controle mais eficaz sobre o uso de outros recursos naturais já bastante depauperados pela ação antrópica (como é o caso da cobertura florestal) infelizmente a atuação destes órgãos sempre esteve mais concentrada para a reparação dos estragos já anteriormente causados ao meio ambiente. Assim as ações desenvolvidas têm se voltado basicamente para o reflorestamento, a regeneração das terras desérticas, a reconstrução de ambientes urbanos, a restauração de habitats naturais e a recuperação de regiões agrestes.³¹⁴

Discorrendo sobre este assunto Mattei comenta que há muito tempo vêm-se constatando que o modelo de produção agrícola desenvolvido em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Revolução Verde provocou sérios – e muitas vezes incontornáveis – problemas nos sistemas produtivos das nações que o adotaram, razão pela qual se tornaram freqüentes os debates sobre a necessidade de novos projetos de desenvolvimento rural. Acrescenta ainda o autor que, “em grande medida, esses debates estão sendo mediados pelos aspectos sociais e ambientais, variáveis estas que assumiram dimensões preponderantes em todos os fóruns mundiais na última década.”³¹⁵ Neste mesmo sentido, Rémy destaca que essa preocupação já estava presente, por exemplo, na pauta de discussões da

³¹⁴ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 11.

³¹⁵ MATTEI, Lauro, op. cit., p. 1.

Conferência do Rio de 1992, de onde partiu a recomendação para que as nações adotem um padrão de desenvolvimento agrícola e rural sustentável.³¹⁶

É neste contexto que emerge formalmente a noção de multifuncionalidade da agricultura. Elaborado a partir da situação social em que se encontrava o setor agrícola e o meio rural da União Européia na segunda metade dos anos 90 e, particularmente, da agricultura francesa, os pressupostos teóricos deste conceito têm como um dos principais objetivos

(...) realçar as demais funções que devem ser desempenhadas pela agricultura além da sua função primária de produzir bens (alimentos e fibras), em vista das consequências negativas em termos sociais, ambientais e culturais das formas predominantes em que é realizada a atividade agrícola.³¹⁷

A França tornou-se o principal foco de atenção da comunidade internacional neste debate porque foi a pioneira em utilizar o conceito de multifuncionalidade como fundamento para o desenvolvimento de políticas públicas, cujo principal objetivo era encontrar alternativas para o crescente desgaste verificado em seus sistemas produtivos agropecuários.

Com efeito, a exemplo do ocorrido em outras nações que adotaram o modelo produtivista dito moderno (que tinham por base os preceitos produtivos propostos pela Revolução Verde), também na França os produtores rurais passaram a utilizar intensivamente as inovações tecnológicas desenvolvidas pelas indústrias agroquímicas nos processos produtivos agropecuários. Porém, de forma diferenciada aos demais, aquele país conseguiu atingir um estágio de produção que permitiu assegurar não só a segurança alimentar interna, mas também ocupar um lugar de destaque no rol dos países agroexportadores mundial, sendo superada apenas pelos Estados Unidos. Por isto, “suas orientações referentes às políticas agrícolas influenciam não só o conjunto dos países da União Européia, como a maioria dos países agroexportadores”.³¹⁸

Entretanto, muito embora o modelo produtivista tenha possibilitado que a França alcançasse uma posição extremamente favorável no mercado internacional de produtos agropecuários, o preço que teve que pagar foi muito alto se for levado em consideração o crescente desgaste verificado nos mais variados setores da sua

³¹⁶ RÉMY, Jacques. **Os Contratos Territoriais de Estabelecimento ou a conversão inacabada.** In.: *Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.* Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2003, p. 154.

³¹⁷ CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S., op. cit., p. 18.

³¹⁸ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 7.

economia interna. A disseminação deste modelo de modernização agrícola provocou graves problemas em vários níveis: a superprodução de alimentos afetou o setor econômico de forma negativa, devido ao excesso de produtos colocados no mercado; o setor social foi atingido devido ao êxodo rural, uma vez que este implicou na falta de mão-de-obra para atingir metas produtivas bem como na expansão de espaços vazios ou esvaziados de contingente populacional; no setor ambiental o problema estava relacionado ao profundo desgaste dos recursos naturais mediante o processo intensivo de exploração agropecuária.³¹⁹

Frente a estes e outros problemas que daí decorriam, fazia-se necessário uma intervenção no setor com vistas a adoção de políticas específicas que pudessem alterar este quadro. Referindo-se a União Européia, Abramovay destaca que em 1992 houve uma ampla reforma na Política Agrícola Comum – vigente desde 1962 – mudando-se o enfoque de desenvolvimento rural e das subvenções concedidas aos produtores rurais. Se até então na PAC estavam previstos pagamentos aos agricultores para que não produzissem (situação que também se repetia nos EUA), a partir desta data estes pagamentos (utilizados como um freio a superprodução) foram perdendo a sua legitimidade e as subvenções públicas passaram a ser associadas à oferta de bens públicos pelos quais os mercados são incapazes de oferecer uma remuneração adequada.³²⁰

Nesse sentido, os organismos governamentais afetos ao setor agrícola na França em parceria com os representantes dos segmentos organizados da sociedade passaram a adotar, então, o entendimento de que a atividade agropecuária não se limita apenas a produção de alimentos, mas que oferece também outros tipos de bens à sociedade, mesmo que estes bens não sejam quantificados materialmente. Assim sendo, a agricultura não teria apenas uma função – a de produzir somente alimentos e fibras – mas várias outras tão importantes e necessárias quanto a primeira: a conservação do patrimônio natural e cultural, dos recursos naturais e, principalmente, a produção de alimentos saudáveis. Por isto, seria socialmente justificável e legítimo dar apoio direto aos

³¹⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (b), op. cit., p. 12.

³²⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. (b) **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003, p. 16.

agricultores que garantissem a oferta ou a manutenção desses bens imateriais, conforme os anseios do conjunto da sociedade francesa.³²¹

Muito embora a atuação do Estado tenha sido fundamental no desenvolvimento da noção da multifuncionalidade, posto que a ele cabe o papel de intermediar e regulamentar as relações socioeconômicas, não se pode desprezar a influência da sociedade civil neste processo. Podemos até afirmar que o surgimento e consolidação da noção da multifuncionalidade na França foram possíveis graças o envolvimento e participação da sociedade, considerada na sua forma mais ampla, que passou a questionar o modelo produtivista vigente e a interferir ativamente nas questões que regem o setor produtivo agropecuário. Na visão de José Bové, líder da Confederação Camponesa da França, a participação dos consumidores tornou-se mais ativa em função da desconfiança que passaram a ter em relação à agricultura industrial, principalmente após alguns incidentes graves ocorridos no setor, tais como

(...) o caso da carne de boi com hormônios em 1995 e 1999; o da 'vaca louca' em 1996; e mais recentemente, o caso da dioxina e o da lama nos locais de depuração dos alimentos para gado, sem esquecer da poluição das águas por nitratos e pesticidas na região da Bretanha e nos rios da bacia parisiense.³²²

Diante estes e a outros problemas enfrentados pela categoria, a própria Confederação Camponesa francesa passou a defender a criação de uma aliança que envolveria os produtores rurais, os ecologistas e os consumidores tendo por objetivo principal constituir um foro para troca de idéias e de iniciativas sobre as questões da agricultura, da vida no meio rural e da alimentação.

Neste contexto, insatisfeita com o modelo produtivista e frente aos escândalos alimentares que afetavam diretamente os consumidores, por volta de setembro de 1999 uma grande parcela da população francesa passou a manifestar de forma contundente a sua insatisfação com o modelo de agricultura e de alimentação que tinha por princípio atender apenas aos interesses das multinacionais, dando início a uma intensa batalha contra o que consideravam ser a 'comida ruim' (mal-bouffe).³²³

³²¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (b), op. cit., p. 13.

³²² BOVÉ, José. **Por uma agricultura multifuncional**. Artigo publicado em 2005 e disponibilizado na rede internet: <http://www.attac.info/mumbai2004/index.php?NAVI=1016-114616-14pt> . Acesso em 10/02/2005.

³²³ Idem.

De acordo com Bové, os próprios sindicatos profissionais passaram a questionar o modelo produtivista, trazendo ao conhecimento público as pressões e práticas ilegais as quais estavam sendo submetidos os agricultores. Assim é que,

No início dos anos 80, no Departamento de Loire-Atlantique, os produtores de uma cooperativa denunciaram práticas ilegais às quais estavam obrigados: a utilização de hormônios – substâncias proibidas – a fim de melhorar artificialmente o desempenho de sua criação e de tentar assim manter a renda. Foi a primeira vez, que se saiba, que, através da crítica de um modo de produzir, um sindicato profissional colocou publicamente a questão da finalidade social do trabalho daqueles que ele pretendia defender e representar. (...)

Esta crítica ao produtivismo na agricultura abrangeria não apenas a qualidade dos produtos e a segurança sanitária dos consumidores, mas também o impacto social – número de camponeses, condições de trabalho – da ocupação do território e a degradação dos recursos naturais: água, solo, biodiversidade.³²⁴

Como resultado desse amplo movimento social – que passou a questionar o modelo produtivista e a exigir mudanças no setor agropecuário que garantissem a qualidade dos alimentos e a preservação do meio em que estes eram produzidos – o governo francês elaborou um programa de apoio institucional direcionado aos produtores rurais que assumissem o compromisso de desenvolver ações “multifuncionais” em suas propriedades agrícolas, isto é, que concordassem adotar um estilo de vida e de produção agropecuária que eliminasse do processo produtivo as iniciativas poluidoras ao mesmo tempo em que passariam a investir em medidas positivas de proteção ambiental. A regulamentação deste programa foi realizada através da Lei de Orientação Agrícola aprovada em 9 de julho de 1999. A lei previa o estabelecimento de um contrato formal, denominado Contrato Territorial de Estabelecimento (CTE)³²⁵, no qual o governo francês concederia auxílio financeiro³²⁶ aos agricultores que, em contrapartida, se comprometessem a atender algumas exigências formuladas pela sociedade em três níveis complementares: 1) Com relação ao meio ambiente os agricultores teriam que adotar um sistema produtivo que garantisse a preservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade, etc.) e a conservação das paisagens; 2) Com relação ao setor produtivo, a exigência estava ligada a qualidade dos produtos agropecuários a

³²⁴ BOVÉ, José, op. cit.

³²⁵ Para obter maior detalhamento sobre o funcionamento dos CTE, sugerimos a leitura do artigo de RÉMY. Jacques, op. cit.

³²⁶ De acordo com Cazella & Mattei, “a previsão é de subsidiar a fundo perdido cada participante na ordem de 150 000 francos ao longo dos cinco anos de vigência de cada contrato.” (CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 11.)

serem colocados no mercado, devendo o consumidor ter confiança no produto que está adquirindo para consumo (os alimentos não devem conter a presença de produtos agroquímicos e outros prejudiciais a saúde dos consumidores); 3) Por último, a sociedade espera que os agricultores atuem como agentes de ocupação e dinamização dos espaços rurais, preservando a cultura e tradições locais.

Assim, os agricultores interessados nos CTE devem realizar um autodiagnóstico das condições existentes em suas propriedades, e apresentar uma proposta de mudanças a serem efetuadas no setor produtivo que atendam algumas das condições impostas pelos órgãos governamentais em consonância com os anseios da sociedade (acima mencionados). O leque de ações possíveis de serem desenvolvidas pelos produtores rurais de forma a serem contemplados com um CTE é bastante amplo. Entre as várias possibilidades, incluem-se: a proteção da biodiversidade; a manutenção e restauração da paisagem rural; a preservação do patrimônio cultural; a melhoria da qualidade da água na propriedade rural; a recuperação da mata ciliar; a diminuição do uso de defensivos agrícolas; a melhoria na qualidade dos alimentos produzidos; a diversificação das atividades desenvolvidas na propriedade, incluindo-se aí a utilização do espaço rural para a instalação de trilhas ecológicas, hotéis-fazendas, pesque-pague, campings, pousadas ou quaisquer outras atividades que valorizem a integração socioeconômica em consonância com a preservação ambiental, etc.. É esse esforço suplementar de mudanças a serem efetuadas no sistema produtivo da propriedade que será alvo de compensação financeira. Na concepção de Rémy, “o termo compensação é muito apropriado, pois a Comunidade Européia só aceita o mecanismo do CTE na condição do agricultor suportar uma perda de lucro ou uma diminuição de ganho.”³²⁷

As cláusulas do contrato (que tem duração de cinco anos) prevêm o acompanhamento por parte do governo sobre as ações propostas e sua efetiva execução, sendo que no ato da assinatura o beneficiado já recebe uma parcela do valor total que lhe será destinado.³²⁸

Considerando o fato de que a Lei de Orientação Agrícola – instrumento jurídico que dá origem aos Contratos Territoriais de Estabelecimento – foi votada e promulgada em 1999 e tendo em vista que a duração dos CTE se estendem por um

³²⁷ RÉMY, Jacques, op. cit., p. 157.

³²⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (b), op. cit., p. 13.

período de 5 anos, chega-se a conclusão que qualquer avaliação acerca da eficácia deste mecanismo de promoção social, somente poderiam ser efetuadas após o ano de 2004, quando então já teria terminado a vigência dos primeiros contratos assinados em fins de 1999.

Devido o curto espaço de tempo decorrido desde que os CTE estão em vigor, julgamos que é temerário fazer-se quaisquer inferências mais contundentes acerca da eficácia deste modelo de política pública como alternativa aos problemas gerados pelo padrão de produção agrícola estabelecido pela Revolução Verde. Há que se considerar que o produtor familiar leva não só um tempo para assimilar e se adaptar às novas políticas agrícolas, mas também para encontrar as “brechas” que lhes permitem receber os incentivos e benefícios institucionais sem a devida contrapartida. Por isto, sob o nosso ponto de vista, em que pese o fato de que muitos CTE já chegaram ao término da sua vigência contratual, as análises quanto ao efetivo cumprimento dos compromissos assumidos pelos produtores rurais franceses junto aos organismos institucionais devem ser realizadas com muito cuidado. Acima de tudo, nestas análises não devem ser desconsideradas as formas de resistência e de subversão dos produtores rurais às leis que regem a atividade agropecuária.³²⁹ Desprezar ou minimizar esta faceta do produtor rural poderá comprometer o sucesso da política agrícola implantada.

Há de se considerar ainda que, conforme lembra Rémy, durante o período de implementação dos CTE houve mudança do governo francês, o que influenciou diretamente neste processo. Os novos governantes não só mudaram a denominação dos CTE para Contrats d’Agriculture Durable (CAD) – em português definidos por Contratos de Agricultura Sustentável –, como também não deixaram claro quais as mudanças estruturais que seriam efetuadas em seu bojo, “sempre por vir”.³³⁰

De forma análoga, a utilização da noção de multifuncionalidade nas políticas agrícolas da França pode ser comparada a um paciente que se submeteu a uma intervenção cirúrgica sob novas técnicas para a retirada de um tumor que lhe estava comprometendo o organismo e que se encontra na sala de recuperação,

³²⁹ Sobre este assunto recomendamos a leitura do seguinte artigo: SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande/PB, vol. 21, nº 01, pp. 10-31, jan./jun. 2002 (Revista de Ciências Sociais e Econômicas / Centro de Humanidades / Universidade Federal de Campina Grande/PB)

³³⁰ RÉMY, Jacques, op. cit., p. 153.

sendo constantemente observado e avaliado pela equipe médica por ele responsável. Somente o tempo dirá se o método cirúrgico foi um sucesso ou se o paciente ficará com seqüelas em função da técnica empregada. Do mesmo modo, é preciso dar tempo ao tempo para que as experiências efetuadas na agricultura francesa possam apresentar os seus resultados. Talvez leve anos, ou mesmo décadas, para que se possa julgar, de forma convicta, se a utilização da noção de multifuncionalidade no estabelecimento de políticas públicas na União Européia alcançou os resultados positivos almejados por seus idealizadores.

Mas, independentemente do fato de que a avaliação da experiência francesa em utilizar a noção da multifuncionalidade no estabelecimento de políticas públicas ainda está na fase embrionária, isto não invalida que outras nações realizem suas próprias experiências tal qual a efetivada naquele país. De nada adianta discutir ou avaliarem-se as experiências realizadas em outros países sem ter-se a ousadia de colocá-las em prática no âmbito das políticas internas. Mesmo levando em consideração que existem substanciais diferenças entre o setor agrícola brasileiro e o francês, isto não deve ser motivo para, de forma empírica, julgar-se que as experiências realizadas com base em outras realidades não possam ser utilizadas na busca da resolução dos nossos problemas. Acreditamos, pois, que somente após serem desenvolvidas políticas públicas que utilizem a noção da multifuncionalidade é que poder-se-á afirmar se tal noção é ou não factível de ser adaptada a realidade do campo brasileiro promovendo um novo modelo de desenvolvimento rural. Enquanto isto não se efetivar, em que pese todo o esforço da academia em aprofundar os estudos em torno desta noção, os “resultados” ficarão limitados tão somente ao plano teórico.

3.4.1 O debate sobre o uso da noção da multifuncionalidade no Brasil

O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar foi formalmente elaborado tendo em vista o recente contexto social da agricultura e do meio rural da União Européia e, particularmente, da França. Por esta razão, sua utilização entre pesquisadores brasileiros é, freqüentemente, vista como um modismo, ou exercício

de transposição artificial, incapaz, portanto, de explicar a realidade do nosso país.³³¹

É com estas palavras que a Profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley inicia a apresentação do livro *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, que reúne uma série de artigos elaborados por autores brasileiros e franceses, que estiveram envolvidos direta ou indiretamente³³² nas pesquisas realizadas no âmbito do projeto “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”.

Compartilhamos com Wanderley a sua compreensão que a agricultura familiar há muito tempo vem sendo abordada como uma realidade complexa e “multifacetária”, não sendo portanto a multifuncionalidade um conceito que possa ser encarado como inovador (e, por isso, nem como um modismo) uma vez que, como destaca, tal abordagem sempre esteve presente nos estudos efetuados sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil.

Mais do que isto, o que para alguns é considerado como sendo um modismo nós percebemos como algo necessário e fundamental para a confrontação de pensamentos, de idéias, de pontos de vistas díspares sobre um mesmo tema, sobretudo porque acreditamos que a evolução do conhecimento científico dá-se muito mais pela divergência do que pela convergência de opiniões. Ademais, já existe o consenso acadêmico de que as culturas, as paisagens e as regiões divergem no tempo e no espaço, razão pela qual os conceitos nem sempre são universais ou eternos. Os conceitos são construídos para dar significado a uma nova realidade; quando o mundo muda, somos chamados a mudar os conceitos, a dar novos significados às novas ações.³³³ Como lembra Serres, a história das civilizações não é estática: “o que se considera hoje uma grande novidade data, por vezes, de dois milênios, e aquilo que parece irracional preparou muitas vezes o

³³¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (b), op. cit., p. 9.

³³² Cabe registrar a observação de CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S. (op. cit., p. 24.) que a contribuição dos franceses nas referidas pesquisas ocorreu mediante a participação dos mesmos em “seminários intermediários de apresentação da metodologia e dos primeiros resultados e de algumas visitas ao campo.”

³³³ SILVEIRA, Maria Laura. Curso ministrado no mês de junho de 2003, como parte do conteúdo programático da disciplina GCN 3617 – Seminários de Pesquisa, aos alunos do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC, Florianópolis/SC.

triunfo da razão.”³³⁴ Nessa perspectiva, se uma dada sociedade não chega ao ponto de incorporar os conhecimentos desenvolvidos por outros povos sobre determinado fenômeno, quando com ele entra em contato, pelo menos é levada a refletir acerca de suas próprias experiências em relação a este mesmo fenômeno.

Assim sendo, mesmo que inicialmente um determinado conceito possa gerar polêmica acerca da viabilidade ou não de ser associado a realidade presente no país (como são os casos da “pluriatividade” e da “multifuncionalidade” da agricultura), é do esforço em se tentar identificar as semelhanças e divergências dos nossos sistemas produtivos em relação aos que são desenvolvidos simultaneamente em nações com características físicas e sociais diferentes às nossas que conseguiremos avançar na busca de respostas para os problemas que nos afligem.

Por isto, sob o nosso ponto de vista, o que importa aqui não é nos fixarmos em torno da discussão se a utilização de tais conceitos são ou não um modismo, mas sim se servem como marco para interpretarem as metamorfoses que se processam nos sistemas agropecuários do campo brasileiro.

O que não se pode omitir, no entanto, é que a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar tem gerado muita polêmica entre os estudiosos da questão agrária, dentro e fora do país. Para alguns, a utilização de tal conceito não seria aplicável à realidade brasileira e, por isso, qualquer tentativa de correlação com a agricultura praticada na União Européia se constituiria apenas num modismo ou numa mera transposição artificial; já uma outra corrente, defende a tese de que os trabalhos desenvolvidos sobre a agricultura brasileira têm conseguido expressar a sua realidade complexa e multifacetária, razão pela qual a multifuncionalidade não se constituiria nenhuma novidade em termos conceituais. Para estes, o que se constitui numa novidade – e, portanto, motivo de pesquisas e novas investigações –, é a utilização do conceito de multifuncionalidade como instrumento formal para o estabelecimento de políticas públicas, conforme o que está ocorrendo no meio rural da União Européia.

Relembrando as palavras do comissário europeu Franz Fischer que, ao defender a moderna política agrícola colocada em prática na União Européia disse que “além de ajudar-nos a exportar mais, ela vai também ajudar-nos a garantir que

³³⁴ SERRES, Michel. **Prefácio.** In: SERRES, M. (org.) *Elementos para uma história das ciências*. I. Da babilônia à idade média. Lisboa/Portugal: Terramar, volume 1, 1995, p. 8.

a atividade agrícola seja mantida, especialmente nas áreas menos favorecidas e montanhosas”, Abramovay chama a atenção para o que considera ser um desvio nos objetivos propostos por tal política. Em sua avaliação,

O problema é que as ajudas diretas não beneficiam as áreas menos favorecidas ou montanhosas e sim aquelas que maior participação possuem na oferta, nas exportações, mas cujas funções sociais, territoriais e ambientais são pouco valorizadas pela sociedade.

A encruzilhada está na concentração do grosso da oferta nos maiores produtores: nada indica que eles podem dispensar os pesados subsídios de que depende seu desempenho econômico.

Será cada vez mais difícil explicar por que motivo a competitividade da agricultura depende de injeção tão pesada de recursos públicos que acabam por beneficiar a minoria dos agricultores que possuem trabalho, renda e patrimônio.³³⁵

Controvérsias à parte, o fato é que as primeiras referências sobre a necessidade de pensarem-se alternativas para o atual modelo de produção agropecuária – e que estimulou o debate internacional em torno desta questão – ocorre justamente no Brasil, durante a Conferência Rio-92.³³⁶

Promovida pela Organização das Nações Unidas, a Rio-92 tinha por objetivo debater e propor diretrizes para os problemas sociais e ambientais enfrentados pela população mundial. Considerada como sendo a maior conferência já organizada pela ONU (conseguiu reunir governantes de 179 países), ali foram exaustivamente debatidas as consequências negativas advindas da Revolução Verde sobre os setores econômicos, sociais e ambientais. Na ocasião, os diplomatas das nações presentes no evento chegaram ao entendimento de que os governos devem primar pelo investimento em ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável³³⁷ da agricultura e do meio rural em escala global, assumindo o compromisso de realizarem ações conjuntas voltadas para este objetivo comum. Assim, foi firmado um dos mais importantes acordos internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento humano, ficando explícito que os países desenvolvidos deveriam arcar com parte dos custos para a implementação deste

³³⁵ ABRAMOVAY, Ricardo, (b), op. cit., p. 143.

³³⁶ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (b), op. cit., p. 12.

³³⁷ O termo “desenvolvimento sustentável” tem sido abordado e interpretado nas mais diferentes acepções. No plano institucional, o governo brasileiro tem adotado a definição oriunda do documento *Nosso futuro comum*, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland. Ali, como *desenvolvimento sustentável* é considerado “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (Fonte: Programa Agenda 21. Secretaria de Políticas para o desenvolvimento sustentável/Ministério do Meio Ambiente. Site: www.mma.gov.br)

novo modelo, bem como promover o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias de suporte aos países em desenvolvimento.

Contudo, foi durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no mês de novembro de 1999 em Seattle (EUA) que o termo multifuncionalidade foi colocado em destaque pela imprensa, permitindo que a sociedade brasileira tomasse conhecimento de um assunto que até então estava restrito a alguns poucos que acompanham com mais atenção as questões que dizem respeito à agricultura.

Em Seattle, a delegação oficial brasileira tinha como objetivo principal conquistar o máximo possível de liberalização para o comércio agrícola, conforme a posição defendida pelo Grupo de Cairns, que reúne os maiores produtores de grãos do mundo. Encontrou como opositores, além do Japão, tradicional e firme adepto do protecionismo, pois defende, por questão de segurança nacional, a sua produção de arroz, a União Européia. Esta, capitaneada pela França, se protege das importações agrícolas com diferentes formas de subsídios e incentivos, sob a argumentação de que a sua agricultura e seus agricultores cumprem outras funções das quais não pode abrir mão: manutenção das paisagens; manejo do espaço rural, que permite evitar a erosão, a desertificação, os incêndios, a seca dos rios e nascentes; manutenção da diversidade da alimentação, etc.³³⁸

A postura adotada pela União Européia, em valorizar (e mesmo proteger) o seu mercado interno de produtos agropecuários em consonância com a nova política direcionada ao setor, provocou reações entre os países agroexportadores pelo mundo afora. As críticas por parte do governo brasileiro (como de resto é a de outros países que têm no setor agropecuário uma importante fonte de captação do capital internacional) se concentram ao que considera ser mais uma barreira imposta ao comércio de nossa produção agrícola. Assim se manifestou na época o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, sobre este assunto:

O debate sobre a questão agrícola, uma das questões centrais da conferência (de Seattle), na qual o Brasil tinha interesse prioritário, chegou a vislumbrar o consenso, logo desfeito quando se evidenciou que a União Européia não o aceitaria sem o acordo sobre os demais temas críticos. Ainda mais intransigentes, Japão, Coréia, Suíça e Noruega insistiam na referência à multifuncionalidade do setor agrícola, conceito rejeitado pelo Brasil e pelos demais membros do

³³⁸ LEROY, Jean Pierre (Coordenador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático). A multifuncionalidade da agricultura familiar e a OMC. Artigo publicado no jornal O GLOBO, de 28/02/2000.

Grupo de Cairns que nele viam uma tentativa de legitimar políticas protecionistas e subsídios.³³⁹

Considerando as colocações acima efetuadas temos que, sob o ponto de vista dos órgãos governamentais, a multifuncionalidade é percebida apenas como mais uma forma de protecionismo da agricultura disfarçado sob nova roupagem. E, não entrando no mérito se estava ou não se posicionando a favor do governo, o fato é que a imprensa brasileira contribuiu para a divulgação deste entendimento. Diante disto, podemos dizer que a noção de multifuncionalidade já ingressa no país como algo negativo, prejudicial, que não nos convém.

Esta posição é contestada por Cazella & Mattei para os quais, antes de se constituir num instrumento de defesa dos interesses mercantis, “a noção da multifuncionalidade agrícola representa acima de tudo, o reconhecimento institucional da importância socioeconômica e política das unidades de produção agrícola que não se enquadram nos sistemas de produção regidos pelo modelo produtivista”.³⁴⁰

Somos levados a concordar com os autores por dois motivos: primeiro porque não são recentes as recomendações oriundas de fóruns internacionais no sentido dos governantes buscarem alternativas ao modelo agrícola produtivista (vide Conferência Rio-92), sendo o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura um passo importante nesta direção; segundo, porque entendemos que é intrínseco a qualquer sistema produtivo ter por princípio proteger e valorizar o seu produto, a sua mercadoria, buscando as melhores condições de colocá-la no mercado consumidor. A competitividade mercantil sempre existiu no sistema capitalista, seja em que nível for, e portanto não é nenhuma novidade que a Comunidade Européia esteja exercendo o legítimo direito em valorizar, e mesmo proteger, a sua produção agropecuária. Como lembra Abramovay, “o que a discussão européia traz de importante para nós não é a constatação, hoje banal, de que a agricultura, em todo o mundo é subsidiada.”³⁴¹ Isto faz parte do jogo das relações comerciais entre as nações. Tanto isto é verdade que também os países latinos sul americanos se organizaram com o objetivo de formarem um bloco econômico que pudesse fazer frente aos países capitalistas centrais, estabelecendo políticas específicas cujo

³³⁹ LAMPREIA, Luiz Felipe. Por fora e por dentro da OMC. Artigo publicado na GAZETA MERCANTIL (jornal) em 20/12/1999.

³⁴⁰ CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro, op. cit., p. 7.

³⁴¹ ABRAMOVAY, Ricardo, (b), op. cit., p. 16.

objetivo maior é a preservação dos seus interesses mercantis. Deste esforço diplomático, foi consolidado o Mercado Comum do Cone Sul / MERCOSUL.³⁴²

Por outro lado, não devemos esquecer a dimensão cultural da população européia, cujo grau de conscientização sobre os problemas advindos da modernização das atividades agrícolas acabaram por refletir em manifestações reivindicatórias de preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural afetos aos seus espaços agrários, bem como no estabelecimento de exigências quanto a qualidade dos produtos a serem comercializados, tanto no que diz respeito a produção destinada ao mercado interno mas, principalmente, sobre os produtos que eventualmente tenham que ser adquiridos no exterior. Assim, muito mais do que estarem apenas defendendo interesses mercantis setoriais – no caso o do setor agropecuário (o que sem dúvida é uma das facetas expostas neste processo) –, as novas diretrizes políticas dos países que compõem a União Européia na verdade estão primando por resguardar interesses mais abrangentes, que são os emanados da sociedade considerada como um todo.

Não cabe aqui, portanto, ficar-se apenas criticando o protecionismo adotado por aqueles e outros países (os norte-americanos, por exemplo) que agem dessa forma; cabe sim saber-se posicionar para competir da melhor forma possível neste jogo, procurando caminhos alternativos (tal qual vem sendo feito pela União Européia) que conduzam à valorização dos nossos produtores agropecuários e da proteção dos interesses do conjunto da sociedade brasileira. Não é dando mostras de ineficiência administrativa e fraqueza política, como foi o que aconteceu no caso da liberação da soja transgênica cultivada irregularmente no Rio Grande do Sul, que o governo brasileiro irá conquistar mercados para os nossos produtos agropecuários.

Uma outra questão que diz respeito à multifuncionalidade (e que não pode deixar de ser considerada em qualquer projeto de políticas públicas) é que ela deve ser sempre considerada como uma via de mão dupla, ou seja, não basta que os produtores rurais assumam compromissos formais, responsabilizando-se pelo

³⁴² O Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) foi formalizado em 26/03/1991 mediante o Tratado de Assunção, envolvendo inicialmente quatro países da América do Sul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Tem como objetivo principal o estabelecimento de uma zona de livre comércio e a queda de barreiras alfandegárias entre os países envolvidos. Após sua criação outros países da América do Sul se integraram ao bloco como Estados Associados: Chile e Bolívia, em 1996; Peru, em 2003; Colômbia e Equador, em 2004. O México integra o bloco na condição de Estado Observador. Fonte: **Wikipédia**. http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercosul#Estados_associados_ao_Mercosul.

cumprimento de metas estabelecidas pela sociedade. No processo, também há de se estabelecer os compromissos que devem ser assumidos pela sociedade (particularmente pelos órgãos governamentais responsáveis pela implantação de infra-estrutura social) junto aos agricultores, definindo-se de que forma esta contribuirá para o desenvolvimento de ações que lhe dizem respeito, tais como: fiscalização da venda de produtos agroquímicos nas casas especializadas; ampliação do número e investimento na qualificação dos profissionais que prestam assistência técnica aos produtores familiares; providenciar a coleta do lixo inorgânico nas áreas rurais; investir na ampliação e/ou conservação de estradas vicinais, das redes de energia elétrica e telefônica; aprimorar a fiscalização sobre os vários estágios do processo produtivo, bem como exercer o controle sobre a qualidade dos produtos agropecuários que são encaminhados ao mercado consumidor; garantir a oferta de crédito agrícola; proporcionar o desenvolvimento de cursos que estimulem os produtores familiares a aproveitarem os recursos disponíveis em sua propriedade para a implantação das mais variadas formas de indústria caseira artesanal; incentivar a formação de grupos artísticos que preservem a cultura local (música, dança, teatro); entre outras.

Por isto, mais importante do que procurar-se identificar os aspectos multifuncionais da nossa agricultura, caberia antes buscar-se identificar quais são as expectativas da sociedade brasileira em relação à atividade agropecuária. Na nossa avaliação, somente quando definirem-se com clareza as ações desenvolvidas pelos produtores rurais que mereçam ser valorizadas ou que devam a vir a ser cumpridas por estes atores sociais em consonância aos interesses manifestos pelos demais membros da sociedade é que se poderão propor mecanismos de compensação financeira (mediante o estabelecimento de políticas públicas específicas para este fim) em função do seu caráter multifuncional.

Por outro lado julgamos que, antes de pensar-se mudar o modo de vida dos produtores rurais torna-se necessário repensar o próprio modo como as sociedades urbanas tem se relacionado com o mundo rural. Não vislumbramos a possibilidade de serem desenvolvidas políticas públicas que pretendam reconhecer o caráter multifuncional dos produtores rurais sem que ocorra o efetivo envolvimento da sociedade civil neste processo, definindo qual e tais aspectos socioeconômicos presentes nas relações de produção do mundo rural devam ser recompensadas

financeiramente, sob pena de ocorrer o que Abramovay critica na política européia, ou seja, que os subsídios acabarão privilegiando justamente os agricultores que menos necessitam de ajuda (o que, aliás, tem sido a tônica em termos de políticas agrárias no Brasil). Essa mesma preocupação é manifestada por Sacco dos Anjos & Caldas, os quais comentam que a utilização da noção de multifuncionalidade em políticas públicas implicará na tomada de decisões que, se não forem efetivadas na prática, poderá colocar em cheque o próprio sucesso dessas políticas.

Mesmo correndo o risco de uma sobresimplificação, poder-se-ia dizer que a grande questão parece ser a de saber até que ponto a proposição destes novos esquemas, pautados nas chamadas “funções não-produtivas” do meio rural, irá contar, nos próximos anos, com apoios verdadeiramente importantes em termos das políticas e dos recursos disponíveis para implementá-los. O problema é de grande envergadura na medida em que são grandes os interesses envolvidos, especialmente das grandes corporações fornecedoras dos insumos industriais (adubos, herbicidas, inseticidas) e/ou processadoras dos produtos agropecuários, bem como das lideranças da agricultura empresarial.³⁴³

Com base nestes pontos de vista, poder-se-ia dizer que a noção de multifuncionalidade seria factível de ser utilizada em políticas públicas no Brasil desde que fosse verdadeiramente capaz de representar as aspirações da sociedade e, sobretudo, conseguisse superar os interesses do segmento constituído pelos grandes produtores agropecuários – que sempre foram os maiores beneficiados pelo investimento do capital estatal –, bem como a pressão das indústrias de produtos agroquímicos, a quais não ficariam indiferentes ante a possibilidade de terem os seus lucros reduzidos.

Este, a nosso ver, é um dos principais problemas a ser enfrentado (e, imaginamos, não tão fácil de ser superado), sobretudo porque, como sabe-se, no Brasil os meios de comunicação de massa – que são os grandes responsáveis pela formação de opinião pública – estão concentrados em grupos empresariais que com certeza não teriam interesse no desenvolvimento de políticas que mudem o “status quo” da agricultura. Não é preciso uma análise muito profunda para perceber que a grande mídia vem se portando de forma claramente parcial em se tratando de assuntos afetos ao setor agropecuário, sempre se posicionado a favor dos latifúndios agroexportadores. A simples constatação de que são rotineiras as abordagens jornalísticas em que o agronegócio aparece como o “salvador da

³⁴³ SACCO DOS ANJOS, Flávio & CALDAS, Nádia Velleda, op. cit., p. 17.

pátria”, dando-se grande destaque todas as vezes que ocorre um saldo positivo na balança comercial em função do comércio de produtos agrícolas, é suficiente para demonstrar esta tendência. Não podemos deixar de ressaltar o fato de que muitos destes empresários tem o capital investido também em propriedades rurais (terras que via de regra são adquiridas apenas para a especulação imobiliária e, por não serem produtivas estão sujeitas a desapropriação), o que torna até compreensível suas preocupações com quaisquer mudanças que possam ameaçar o seu patrimônio. É por essa razão que, apesar de não serem recentes os posicionamentos de intelectuais e estudiosos da questão agrária que apontam o modelo agrícola agroexportador – vigente desde que os europeus aqui chegaram há quinhentos anos – como o principal responsável pela desigualdade social que permeia no campo, não são estas as opiniões que aparecem como manchetes na mídia.

Entre os defensores de uma mudança radical nas políticas agrícolas encontra-se o dirigente do MST e da Via Campesina, João Pedro Stédile, que faz severas críticas em relação ao papel desempenhado pela imprensa sobre este assunto. Em artigo, publicado pela revista CAROS AMIGOS, Stédile ressalta: “a imprensa endeusa o agronegócio, sem destacar que ele proporciona apenas 500.000 empregos.” E, na continuação de sua análise, acrescenta que

O Brasil vem sendo vítima dessa política de estímulo às exportações agrícolas desde o colonialismo. E todos sabem que esse modelo não desenvolveu nenhum país. Mesmo em termos de exportação, o país ganha quando exporta mercadorias de origem industrial, com alto valor agregado. É por isso que a Embraer sozinha, com suas exportações de avião, representa a metade do valor de toda a exportação de soja! Ninguém se desenvolve exportando matérias-primas. E no caso brasileiro é ainda pior, pois quem está ganhando dinheiro com as exportações agrícolas são as transnacionais, como a Monsanto, a Cargill, a Bunge, a ADM, que controlam o comércio agrícola mundial. Elas têm um lucro médio de 28 por cento sobre o valor exportado, sem produzir um grão sequer.³⁴⁴

É em função deste tipo de argumentação que Alentejano afirma que o debate acerca das relações entre o campo e a cidade encontra-se numa encruzilhada. Segundo o autor, se até a segunda metade do século XX os estudos enfocavam a cidade como locus ideal para o desenvolvimento, atualmente estes

³⁴⁴ STEDILE, João Pedro. A quem interessa o modelo agrícola do agronegócio? CAROS AMIGOS (revista). São Paulo/SP: Editora Casa Amarela Ltda., ano VIII número 87 junho de 2004, p. 11. (artigo)

estão voltados para a revalorização do rural e as limitações do modelo de urbanização. Ao mesmo tempo em que expõem as mazelas dos grandes aglomerados metropolitanos (violência, miséria, poluição, falta de empregos, ...) tais estudos “ressaltam a qualidade de vida possível num meio rural dotado de infraestrutura básica, mas com preservação ambiental e boa qualidade de vida, recuperando, de certa forma, uma visão idílica perdida do rural.” ³⁴⁵ A encruzilhada a que Alentejano se refere está no fato de que não há consenso entre os estudiosos da questão agrária acerca do significado desta revalorização do rural. Assim,

(...) para uns, esta deve necessariamente implicar na revisão completa e absoluta do modelo de desenvolvimento agropecuário historicamente dominante no país, associando-se, portanto, à reforma da estrutura fundiária e da política agrícola que historicamente garantiram o domínio do grande capital e da grande propriedade sobre o meio rural brasileiro. Para outros, trata-se, ao contrário, de mais uma possibilidade de aproveitamento das potencialidades deste modelo, ou seja, teríamos uma espécie de “revalorização conservadora do rural” à semelhança da modernização conservadora da agricultura brasileira dos anos 1960/1970, pois ao contrário de estar apoiada na reforma agrária, permitiria nova sobrevida para o latifúndio. ³⁴⁶

Em outras palavras, o que Alentejano traz à tona é o entendimento de grande parcela da academia brasileira de que não existiria meio termo para se repensar as relações de produção no campo. Para estes há apenas dois caminhos: a valorização da pequena produção familiar, via uma ampla reforma agrária ou, no outro extremo, continuar-se privilegiando o grande latifúndio como fundamento do desenvolvimento dos espaços rurais.

Sob o nosso ponto de vista, não é optando por privilegiar este ou aquele segmento de produção que o governo irá solucionar os problemas socioeconômicos presentes em nosso campo. Ações deste tipo inevitavelmente provocariam o descontentamento de uma das partes envolvidas no processo de produção agropecuária, seja do grande latifundiário ou do pequeno produtor familiar. Deve-se levar em consideração que ambos os segmentos tem a sua importância para a economia do país e que nenhum deles conseguiria suprir, individualmente, a produção de bens agrícolas para atender as necessidades da população. Por isto, antes de pensar-se em privilegiar um ou outro segmento, entendemos que o grande desafio que se coloca às autoridades governamentais no período contemporâneo é o desenvolvimento de políticas públicas que permitam a expansão e consolidação

³⁴⁵ ALENTEJANO, Paulo Roberto R., (b), op. cit., p. 26.

³⁴⁶ Idem.

destes dois segmentos de produção agropecuária, dando oportunidades idênticas para que possam continuar, cada um ao seu modo, a suprir a demanda exigida pela sociedade.

É neste momento de definição quanto ao estabelecimento de políticas públicas que o conceito de multifuncionalidade da agricultura se torna importante, pois ele servirá de elo entre os anseios da sociedade e o papel a ser desempenhado pelo setor produtivo rural, definindo quais atividades ou segmentos de produtores devem receber uma atenção especial em função do seu caráter produtivo multifuncional.

A nosso ver, o problema para o uso da noção de multifuncionalidade no estabelecimento de políticas públicas reside no fato de que, seja por ignorância ou falta de reflexão, a população brasileira ainda não se deu conta da extensão da degradação ambiental dos nossos sistemas agropecuários e de suas repercussões no conjunto dos demais ecossistemas, e muito menos tem revelado muita preocupação com a qualidade dos produtos que coloca na mesa, sendo que o custo do alimento tem prevalecido sobre a qualidade nutricional do mesmo. Em não tomando conhecimento do conjunto de problemas que afetam o campo brasileiro (mesmo que seus reflexos acabem afetando a sociedade como um todo) seria contraditório que a população urbana viesse a se manifestar acerca das ações a serem desenvolvidas pelos produtores rurais visando a reversão deste quadro.

Por isto, enquanto não ocorrer uma mudança de consciência na esfera social, no sentido de que a população possa se inteirar dos problemas advindos do modelo de produção agropecuário vigente no país, conhecendo e se manifestando acerca de suas repercussões no âmbito socioeconômico e ambiental, quaisquer políticas que visem destacar as funções multifuncionais da agricultura brasileira estarão fragilizadas e inconsistentes.

4. FATORES QUE INFLUENCIAM PARA A OCORRÊNCIA DA PLURIATIVIDADE EM SÃO LUDGERO

4.1 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO PLURIATIVO NO MUNICÍPIO

Quem trabalha diretamente na atividade agrícola ou de alguma forma acompanha o processo de produção agropecuário, sabe que no período contemporâneo o setor industrial conseguiu impingir uma nova metodologia de trabalho ao produtor rural, fazendo-o abandonar as técnicas de produção agrícola que tinham por base o saber tradicional, tornando-o refém de produtos industrializados e inserindo-o no padrão de produção agrícola dito moderno. Nesse processo o agricultor assimilou tecnologias das quais não precisava e cujos custos acabaram por tornar a produção agrícola inviável economicamente, dado que a necessidade de um contínuo investimento na atividade implicou no desembolso de recursos orçamentários nem sempre possíveis de serem recuperados quando da venda da produção.

No Brasil, conforme já foi mencionado em alguns momentos neste trabalho, o modelo produtivista adotado no período pós-guerra (inicialmente com a modernização da agricultura, via importação de instrumentos de trabalho, máquinas agrícolas e produtos agroquímicos e, posteriormente, com a industrialização da agricultura, mediante a internalização dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para o setor agropecuário) provocou significativas mudanças nos espaços rurais, cujos reflexos se fizeram sentir tanto na mudança da base tecnológica utilizada pelos produtores rurais em suas atividades quanto na alteração das rotinas da mão-de-obra familiar, modificando não só o cotidiano interno das unidades familiares como também o das comunidades rurais em que estas se encontram inseridas.

Estimulados tanto pelo capital industrial quanto pelo poder estatal a se vincularem a este modelo de produção agropecuário, grande parte dos produtores rurais brasileiros passou a adquirir os insumos produzidos pelas indústrias, modernizando os seus sistemas produtivos e relegando as técnicas tradicionais de trabalho. Uma vez vinculados ao mercado de produtos industrializados, sobretudo no que diz respeito ao uso maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos),

os produtores rurais tornaram-se os principais agentes de agressão e modificação dos ecossistemas agrários do país.

Entretanto, em que pese a degradação ambiental que se verifica nos ecossistemas agrários, o acirramento da dependência da produção agropecuária aos bens industrializados é fundamental para o fortalecimento das próprias indústrias, dado que tal situação propicia que elas continuem a desenvolver novos produtos a serem utilizados pelos produtores rurais de forma a superarem os problemas decorrentes pelo uso de insumos por elas mesmo produzidos. Neste sentido pode-se até inferir que, sob a ótica do capital, torna-se extremamente interessante que os produtores rurais não consigam exercer sua profissão em harmonia com a natureza, uma vez que, se assim ocorresse, iria reduzir-se significativamente o lucro das indústrias fornecedoras de insumos agrícolas.

Embora que no caso brasileiro as políticas públicas tenham privilegiado determinados segmentos do setor agropecuário e se concentrado em algumas regiões, o processo de modernização acabou alcançando também as pequenas produções familiares espalhadas pelo território nacional, as quais independentemente de receberem auxílio estatal, inevitavelmente tiveram que assimilar as novas tecnologias disponibilizadas pelo capital industrial, até como forma de poderem competir no mercado. Justamente por serem pequenas e na maioria dos casos descapitalizadas, nestas empresas agrícolas familiares a modernização do setor produtivo foi superficial, geralmente ficando limitada a incorporação de componentes agroquímicos (herbicidas, fungicidas, fertilizantes, vacinas, etc.), de sementes geneticamente melhoradas, de equipamentos motomecanizados de pequeno porte e dos demais itens a serem utilizados no processo produtivo que não acarretassem o investimento de altas somas de capital. A aquisição de trator, colheitadeira, caminhão ou qualquer outra máquina de custo elevado via de regra ficou restrito aos grandes proprietários rurais (identificados genericamente como latifundiários), uma vez que, em função de possuírem grandes áreas de terras para oferecerem como garantia, tinham acesso ao crédito de financiamento para a aquisição destas máquinas.

Na pesquisa de campo realizada em São Ludgero, vários depoimentos demonstram que os produtores rurais do município estão altamente dependentes do uso de produtos industrializados – sem o quê o sucesso da atividade é colocado em risco –, bem como que os insumos agroquímicos já não estão conseguindo mais ser

tão eficazes como antigamente. Eis alguns relatos de agricultores sobre esta questão:

Hoje é assim... Você não precisa carpir uma roça de feijão tudo com enxada. Isso acabou. Se você quiser limpar a roça vai ali e passa veneno. Hoje é tudo a peso de veneno... Porque tem veneno para passar em cima do feijão e matar tudo que é tipo de mato. Não precisa carpir. E agora, de uns anos para cá, se o cara quer plantar uma roça de feijão e não quer carpir, compra um veneno, passa ali por cima e no outro dia o mato já está tudo morto. Sobra só o feijão. E é tudo assim. Não é só com o feijão. É com o milho, é com o fumo, é tudo já desse jeito. Tem tudo que é tipo de veneno, que nem para o cara não precisar carpir mais. Só vai ali, passa, mata o mato e pronto. Só que é caro. Caro e às vezes a gente tem que voltar na agropecuária para reclamar porque o veneno não funcionou direito. Então eles indicam outro. E por aí vai. ³⁴⁷

Eu venho plantando tomate há muitos anos. E primeiro, quando se plantava tomate, a gente passava um pouco de “remédio”, o pé de tomate vinha, madurava e não precisava quase “remédio”. Que parece que não existia doença. Isso foi há muitos anos atrás. 25 ou 30 anos, por aí... Daí foram plantando mais e mais tomate... Porque naquele tempo se plantava pouco tomate. Foram plantando tomate, foi indo, e foi entrando doença, entrando outra, entrando outra. Quando mais tomate se planta, parece que surge mais doença. É. Surge mais doença. E cada doença que tem, tem que ter um produto, um “remédio”. Então a solução para quem quer colher alguma coisa é passar “remédio”. Se não passar, não colhe nada. ³⁴⁸

Hoje ninguém consegue produzir sem utilizar agrotóxico. Eu duvido. Este pessoal que diz que produz produto sem agrotóxico (ecológico) está é enganando o consumidor. Eu duvido que eles não passem alguma coisa para a planta não ser atacada por bicho. Não dá. Eu não acredito. Como eu aqui... Se eu não passar veneno direto eu não consigo produzir nada. Então como é que esse pessoal consegue? Para mim isto não é possível. É balela. ³⁴⁹

Antigamente a terra produzia bem. Não precisava nada destas porcarias de veneno ou disso ou daquilo. A terra era gorda. A gente plantava uma roça de batata doce e podia deixar lá. Não precisava de mais nada. Era só voltar para colher. Hoje a terra já não produz mais como antigamente. O colono estragou a terra que tinha de tanto veneno que usou. É como eu sempre digo: a cachaça mata o homem e o agrotóxico mata a terra. ³⁵⁰

Fica evidenciado, desta forma, que os produtores rurais têm noção dos problemas que passaram a enfrentar a partir da sua inserção no padrão de produção

³⁴⁷ Entrevista realizada com J. W. D. (Agricultor). Arquivo do autor.

³⁴⁸ Entrevista realizada com A. R. (Agricultor). Arquivo do autor. Observar que o entrevistado utiliza o termo “remédio” para designar os produtos agrotóxicos.

³⁴⁹ Entrevista realizada com A. D. (Agricultor). Arquivo do autor.

³⁵⁰ Entrevista realizada com A. S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

agrícola moderno, sobretudo em relação ao fato de que não conseguem mais produzir sem o uso intensivo de insumos industriais. Os que teimam em desprezar ou não podem adquirir tais insumos vêem suas culturas atacadas por pragas, que destroem sistematicamente suas lavouras. Nestes casos, quando as lavouras não são totalmente destruídas pelas pragas, as espécies cultivadas não conseguem se desenvolver na mesma proporção das que recebem altas doses de fertilizantes e defensivos químicos, razão pela qual os produtos não apresentam um padrão de aparência exigida pelo mercado consumidor (que geralmente está associado tão somente aos aspectos exteriores dos produtos, tais como forma, tamanho, coloração, ausência de manchas ou machucados, etc.). Em decorrência das dificuldades na comercialização dos gêneros agrícolas que não se enquadram nos padrões preestabelecidos pelo mercado consumidor, por vezes os alimentos acabam sendo utilizados como rações para as criações ou simplesmente incorporados ao solo para servirem como adubo. Neste sentido reduzem-se sobremaneira as possibilidades de obtenção de renda via produção agrícola.

Na pesquisa de campo constatamos que, mesmo demonstrando estarem cientes de que os efeitos negativos gerados pelo modelo de produção agrícola moderno os estão afetando, os produtores rurais não vislumbram outra alternativa a não ser o contínuo investimento na modernização das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade como forma de obterem sucesso em seus empreendimentos. O depoimento a seguir sintetiza o pensamento de vários outros agricultores entrevistados sobre este assunto:

Hoje não sobrevive na agricultura aquele agricultor que não se moderniza, que não corre atrás de novas técnicas, para ganhar em economia dos insumos, para ganhar em produtividade. Mas você sabe que hoje para você adquirir estas tecnologias o custo é maior e cada vez se exige mais, a concorrência é maior. Você tem que conseguir produzir a um custo menor para poder ter competitividade. E como eu falei no início: o problema mais sério aqui em São Ludgero é o relevo do nosso solo. Quem tem cinco hectares cultiváveis, neste caso tem bastante. Mas tem que ter investimento em tecnologia, se não o agricultor não vai para frente.³⁵¹

E a necessidade de investimento no setor produtivo é um dos principais problemas que tem afligido a maior parte dos pequenos produtores rurais do Brasil, sobretudo daqueles detentores de propriedades cujas características físicas (topografia irregular, pouca fertilidade dos solos ou solos excessivamente

³⁵¹ Entrevista realizada com E. L. (Granjeiro). Arquivo do autor.

pedregosos, dificuldade na obtenção de água para irrigação, etc.) e de localização (ausência ou precariedade na conservação das estradas vicinais, distância do mercado consumidor, etc.) dificultam e oneram sobremaneira as investidas na atividade agropecuária, como é o caso verificado em muitas propriedades localizadas no espaço rural do município de São Ludgero.

A literatura especializada tem apontado que as propriedades agrícolas localizadas em zonas desfavorecidas (que agregam fatores que dificultam o exercício da prática agropecuária, como os acima mencionados) são locais propícios para o estabelecimento do trabalho pluriativo, dado que a agricultura não consegue gerar renda suficiente para suprir as necessidades do grupo familiar. É particularmente nestas regiões, fragilizadas em termos de “vocação” para a agricultura, onde os empresários passaram a vislumbrar a possibilidade de aumentar seus lucros via explora  o da força de trabalho campestre. Na França, por exemplo, as fracas condi  o  es de sobrevivência em regi  o  es destituídas de condi  o  es para o exercício da agricultura mercantil levaram a que algumas indústrias se instalassem nestes espaços já na década de 1960, beneficiando-se de uma mão-de-obra barata (posto que não especializada) e com baixa mobiliza  o sindical, o que evitaria problemas no que tange a reivindica  o  es por melhores condi  o  es de trabalho e pisos salariais mais elevados.³⁵²

Outro aspecto importante que tem sido destacado em todos os trabalhos que versam sobre a pluriatividade    que a rela  o do agricultor com o trabalho não-agrícola está diretamente associada    dinâmica socioeconômica que se desenvolve no entorno a sua unidade produtiva. Com base nesta premissa, fica evidente que, se nas zonas desfavorecidas    atividade agrícola também não se fizerem presentes outros tipos de atividades capazes de gerarem empregos assalariados (sejam estes sazonais ou permanentes) certamente que não ocorrerá o fenômeno da pluriatividade. Neste caso, ou os agricultores ficarão limitados    agricultura de subsistência ou tenderão a migrarem para os centros urbanos em busca de trabalho, abandonando provisória (ou definitivamente) a atividade agropecuária.

Foi esta a situa  o que ocorreu na década de 1970 em São Ludgero, quando muitas famílias de pequenos produtores rurais, que passavam por dificuldades financeiras devidas ao baixo retorno da atividade agrícola e não

³⁵² CARNEIRO, Maria José, (b), op. cit., p. 150.

encontrando outras fontes de obtenção de renda no município capazes de suprir as necessidades básicas dos seus membros, resolveram abandonar a agricultura e foram trabalhar como operários nas indústrias das cidades de Blumenau e Joinville, ou em cidades do Paraná. Cabe registrar que naquele período a economia do município ainda girava em torno da atividade agrícola e eram reduzidas as oportunidades de empregos assalariados no núcleo urbano. Não havia, portanto, as condições para a identificação de um intenso processo de associação entre o trabalho na agricultura e outras atividades não-agrícolas, embora existissem indivíduos que já se utilizavam desta prática.

No capítulo II deste trabalho, verificamos que o esgotamento do padrão fordista de produção deflagrou a emergência de um novo paradigma técnico produtivo – caracterizado tanto pelo uso intensivo da informática e da robótica nos processos produtivos quanto pela redução no tamanho e descentralização das plantas industriais –, cujas repercussões se fizeram sentir na queda dos empregos no setor industrial. Ali também foi mencionado que, uma vez que se reduziram as oportunidades de empregos no setor industrial da economia, a própria dinâmica do capital passou a suscitar outras fontes para a ocupação da mão-de-obra que foi excluída do mercado de trabalho pela modernização tecnológica das atividades produtivas. Assiste-se, assim, a proliferação de um grande número de empresas prestadoras de serviço que passaram a atuar nas mais diversas áreas da economia, inclusive nos espaços rurais. Observa-se, portanto, que tanto no plano internacional quanto no nacional, está em curso uma nova dinâmica nos espaços rurais, que passa a ser (re)valorizado como campo privilegiado para a reprodução do capital industrial.

Na medida em que o espaço rural passa a ser (re)valorizado e para lá são direcionadas novas frentes de acumulação capitalista, retoma-se o processo histórico de esvaziamento das atividades agrícolas, porém de forma diferente. Atualmente os agricultores não mais abandonam sua propriedade e, em muitos casos, nem as atividades que desenvolvem para irem trabalhar como operários nas indústrias, situação esta que era rotineira até algumas décadas atrás. Aliás, esse processo está inclusive se invertendo, sendo que muitos ex-agricultores estão retornando para os locais de origem devido a sua força de trabalho não mais ser necessária nas indústrias, uma vez que estão sendo substituídos por máquinas.

Assim, a ação do capital vai, via as mais diversas formas, gradativamente desestruturando as formas tradicionais de trabalho até então vigentes nos pequenos municípios – principalmente as relacionadas com a atividade agropecuária –, e provocando o surgimento de novas categorias de trabalhadores até então inexistentes, como é o caso do colono operário ³⁵³.

Seguindo esta tendência, em São Ludgero constata-se que muitos dos trabalhadores rurais que saíram na década de 1970 para trabalharem em indústrias de Joinville e Blumenau acabaram retornando ao local de origem onde passaram a exercer novas atividades, principalmente como assalariados em indústrias de molduras e do ramo plástico que proliferaram no município.

Aqueles que ainda possuíam alguma área de terra no espaço rural do município, lá voltaram a se estabelecer e passaram a dividir o tempo dedicado ao trabalho entre a produção agropecuária e o exercício de uma atividade não-agrícola, geralmente como operário no setor industrial. Nestes casos a produção agrícola se tornou apenas “um bico”, conforme a própria expressão utilizada pelos entrevistados. Isto se deu principalmente em função destes migrantes já estarem acostumados com o trabalho em indústrias (além de não terem estímulo em voltar a exercerem a mesma atividade que haviam abandonado por não ser compensatória em termos de geração de renda e nem compatível aos seus anseios) e, também, por não disponibilizarem de capital para investir na atividade agrícola voltada exclusivamente à comercialização. Por outro lado, estes migrantes já estavam acostumados a um cotidiano próprio dos núcleos urbanos, onde se concentram uma multiplicidade de bens e serviços (tais como hospitais, agências bancárias, correios, escolas, transporte coletivo, cinemas, shoppings, entre vários outros) que facilitam a vida e ampliam as possibilidades de satisfação das necessidades humanas.

Frisamos, portanto, que não foi simplesmente porque tinham algum tipo de relação com a atividade agrícola que motivou o regresso de algumas famílias que haviam migrado na década de 1970. A possibilidade de praticar a agricultura como fonte complementar de renda foi uma, entre outras variáveis pensadas e repensadas pelos que decidiram retornar ao município. Conforme os relatos, o fator predominante ao regresso à terra natal foi a certeza que os migrantes tinham de ali encontrarem um emprego assalariado. Isto fica bastante evidente no comentário

³⁵³ Para o melhor entendimento sobre este assunto sugere-se a leitura do livro de Flávio Sacco dos Anjos, op. cit.

efetuado por um dos nossos entrevistados, que havia se mudado para a cidade de Joinville no ano de 1973 para trabalhar na Fundação Tupy e que retornou para São Ludgero em 1992, em razão de ter sido demitido no seu antigo emprego.

A vida aqui na roça estava difícil. A gente plantava, produzia até bastante, mas não tinha condições de vender. O maior problema era não ter como levar a mercadoria para vender no comércio. Então os atravessadores enrolavam a gente e às vezes nós não conseguíamos lucro nenhum. O fumo então era um problema só. A gente ficava refém das empresas que compravam o fumo. Elas é que classificavam e botavam o preço. Quando a produção era muito grande, era uma choradeira geral. O preço ia lá embaixo e mal cobria os gastos que a gente tinha para plantar. Então na agricultura estava difícil de sobreviver. A nossa família também era muito grande, o que dificultava a vida em casa. Então o marido da minha irmã, que trabalhava em Joinville, estimulou a gente para ir trabalhar lá também. O pai não gostou muito, mas no final concordou que eu e mais dois irmãos fôssemos para Joinville. Então eu saí do município em 1973 para trabalhar em Joinville. O meu primeiro emprego foi na Fundação Tupy. Trabalhei um bom tempo naquela empresa. Mas em cidade industrial a rotatividade de trabalho é muito grande. E às vezes não é por culpa do trabalhador. As empresas fazem um jogo de empregar e desempregar para manter os salários baixos. Então eu trabalhei também em outras empresas. Só que hoje em Joinville já não é tão fácil de arrumar um emprego nas indústrias como era antigamente. O meu último emprego em Joinville foi numa retífica de motores, como torneiro mecânico. Quando o patrão fez uma reunião e falou que infelizmente ia ter que me demitir devido a dificuldades financeiras da empresa, então eu disse para a minha mulher: “sabe o que mais, eu vou ver se têm emprego para nós em São Ludgero. Lá nós ainda temos as terras do pai para a gente morar e plantar alguma coisa para a gente viver.” Então eu vim para São Ludgero e fiz a minha ficha para arrumar emprego nas indústrias daqui. E deu certo. Hoje eu estou contente de estar de volta, porque estou na terra onde nasci, mas não dependo somente da agricultura para sobreviver. Da agricultura nós ganhamos pouco. A gente planta tomate para a venda e também criamos alguns porcos. Mas o importante é que a gente tem uma roça de onde a gente tira muita coisa que a gente come: verduras, feijão, estas coisas. Mas eu tenho a garantia do dinheiro que recebo do meu trabalho na indústria. Se der zebra aqui eu me garanto por lá. Agora, se não tivesse emprego aqui em São Ludgero para nós, a gente ficaria lá em Joinville mesmo. Alguma coisa nós ia arrumar para fazer lá. Com certeza.³⁵⁴

O retorno de antigos agricultores e o novo estilo de vida por eles adotado (o consórcio entre a produção agropecuária e o emprego assalariado) de certa forma contribuiu para consolidar um processo que já estava em curso no município, uma vez que serviram com referencial para que parentes e amigos também passassem a adotar esta sistemática de vida econômica, aumentando o número de trabalhadores

³⁵⁴ Entrevista realizada com F. W. (Agricultor). Arquivo do autor.

rurais que se vincularam ao trabalho assalariado e relegaram a produção agropecuária a segundo plano enquanto fonte de obtenção de renda. Diante a tal situação, se particularizarmos e tomarmos como referência apenas os aspectos econômicos, podemos inferir que o envolvimento e a preocupação em manter a atividade não-agrícola têm sido mais importante na vida dos agricultores pluriativos, razão pela qual a identificação mais apropriada para estes indivíduos seria a de operários-colonos.

Ratificando o que já havíamos comentado anteriormente, cabe lembrar que o retorno dos que haviam anteriormente migrado para os centros industriais somente se concretizou porque estes sabiam, de antemão, que encontrariam em São Ludgero uma possibilidade concreta de ocupação em trabalho não-agrícola. Desta forma, a “riqueza” do entorno socioeconômico no que tange a diversidade de atividades e da oferta de vagas de trabalho foi decisivo neste processo.

O relato de F. W. (ver a última citação) demonstra claramente o significado e a importância da expansão do mercado de trabalho não-agrícola para suprir as necessidades dos produtores rurais, seja quando estes atravessam momentos de crise financeira na atividade agrícola, seja como alternativa para a conquista de outros objetivos que transcendem a esfera puramente econômica, tais como a realização profissional, o aumento do círculo social, etc. Mas, embora seja perceptível que os agricultores têm consciência de que o modelo produtivista não está propiciando condições para que continuem na atividade, esta constatação nos parece não está sendo acompanhada por políticas públicas que abram novas possibilidades de trabalho em seus locais de moradia. Aliás, conforme será detalhado no decorrer deste capítulo, o poder público têm colocado algumas barreiras que dificultam ou impedem o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura nas propriedades rurais, obstaculizando desta forma a diversificação das atividades e a criação de postos de trabalho pela impossibilidade de instalação das indústrias caseiras.

O observado em São Ludgero certamente não deve ser muito diferente da realidade encontrada nas áreas rurais de outros municípios do país. O que ocorre atualmente é que, com a intensificação das relações dos espaços rural/urbano, o entorno socioeconômico tornou-se um poderoso agente de transformação das atividades agropecuárias, na medida em que tem estimulado e possibilitado que os produtores rurais possam se envolver com outras fontes de complementação de

renda, sem que necessariamente tenham que abandonar o local de moradia ou a prática agrícola, embora esta não seja mais exercida em tempo integral.

Com base nesta assertiva, torna-se evidente que as transformações socioeconômicas pelas quais estão passando as comunidades rurais dos municípios brasileiros são um reflexo do próprio desenvolvimento das atividades urbano/industriais cuja esfera de influência e atuação freqüentemente tem extrapolado os núcleos citadinos, impondo novos estilos de produção e de vida conforme vão ocupando os novos espaços, mormente os espaços agrícolas.

No caso em estudo, constatamos que o desenvolvimento do setor de serviços urbano/industrial (que se acelerou a partir da década de 1980 quando ocorre a expansão e instalação de novos estabelecimentos comerciais/industrias no núcleo urbano e nas áreas periféricas a este) atuou em grande medida para a mudança no estilo de vida da população rural, evento em que os agricultores deixaram de ser atores sociais “isolados”, passando a assimilar não só os bens de consumo materiais produzidos no mundo urbano, mas também seus padrões de comportamentos e de valores sociais e, com isto, sendo envolvidos por um conjunto de novas “necessidades” de consumo que não faziam parte do seu cotidiano. Como a infra-estrutura disponível nas áreas rurais não é suficiente para possibilitar que a população ali residente possa suprir as novas “necessidades” em suas bases de moradia, não resta alternativa aos produtores rurais que não a busca e inserção no meio socioeconômico citadino como forma de poderem atingir este objetivo. E uma das formas utilizadas para este fim é o exercício de atividades não-agrícolas, vinculando-se ao mercado de trabalho assalariado urbano industrial.

Assim, fica evidenciado que a expansão do mercado de trabalho urbano/industrial ocorrida no município de São Ludgero teve grande influência na reestruturação da força produtiva local, cujo maior efeito têm sido a crescente vinculação dos produtores rurais às atividades não-agrícolas sem, contudo, abandonarem o seu local de moradia e tampouco deixarem completamente de lado as atividades agropecuárias.

Nos próximos itens aprofundaremos as análises em torno das condições que levaram os produtores rurais a adotarem o trabalho pluriativo como forma de vida, buscando compreender qual o significado do trabalho não-agrícola como estratégia para a manutenção e reprodução da unidade agrícola familiar.

4.2 A EXPANSÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO/INDUSTRIAL E A INFLUÊNCIA DO GRUPO EMPRESARIAL “SBED” NA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA

Com relação ao município em estudo, embora não se possa fazer um recorte temporal que seja preciso para identificar o conjunto de transformações socioeconômicas que transcorrem em determinado espaço, podemos dizer que até o início da década de 1970 São Ludgero vivia um cotidiano que girava em torno do mundo rural.

Conforme o censo populacional de 1970, (ver **tabela 4**), naquela época a população de São Ludgero era constituída por um total de 4.597 habitantes, dos quais 3.688 (80,23%) residiam no campo e apenas 909 (19,77%) no espaço urbano. Nas áreas rurais eram bastante reduzidas as oportunidades de trabalho fora da agricultura e, quando existiam, eram praticadas em paralelo a esta. Cita-se como exemplo o caso dos professores das Escolas Isoladas existentes nas comunidades rurais, que geralmente eram pessoas da própria comunidade e que dividiam o tempo entre o ensino e o desenvolvimento de atividades agrícolas. Também existiam famílias que possuíam engenhos e/ou atafonas, que dedicavam parte do tempo ao beneficiamento de alguns produtos agrícolas (tais como cana-de-açúcar, milho, arroz e mandioca) para seus vizinhos, geralmente recebendo como pagamento parte dos produtos beneficiados (melado, açúcar, cachaça, farinha de milho, arroz, farinha de mandioca, polvilho, etc.) que eram utilizados para consumo próprio ou posteriormente comercializados. Contudo, de maneira geral a ocupação da mão-de-obra residente nas áreas rurais tinha como destino o trabalho na roça. Já no espaço considerado como núcleo urbano eram reduzidas as oportunidades de trabalho assalariado, dado que a infra-estrutura das empresas prestadoras de serviço, dos estabelecimentos comerciais e industriais, bem como a estruturação dos órgãos públicos de gestão administrativa e de assistência social à população ainda eram muito carentes, tanto do ponto de vista econômico como organizacional, o que se refletia numa baixa qualidade de atendimento à clientela. Cabe mencionar que, mescladas ao espaço considerado como urbano, existiam várias propriedades onde o exercício da atividade agrícola fazia parte do cotidiano da população ali residente. Desta forma não se deve julgar que os 909 indivíduos que residiam na sede

Tabela 4: Comparativo da evolução da população no município de São Ludgero, em Santa Catarina e no Brasil.

Ano	Unidade de Análise	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1960 ⁽¹⁾	Brasil	70.119.071	35.010.717	35.108.354	32.471.377	37.647.694
	Santa Catarina	2.129.252	1.079.105	1.050.147	688.358	1.440.894
	São Ludgero	O município de São Ludgero foi emancipado politicamente em 12 de junho de 1962.				
1970 ⁽¹⁾	Brasil	93.139.037	46.331.343	46.807.694	52.084.984	41.054.053
	Santa Catarina					
	São Ludgero	4.597	2.330	2.267	909	3.688
1980 ⁽¹⁾	Brasil	119.002.706	59.123.361	59.879.345	80.436.409	38.566.297
	Santa Catarina	3.628.751	1.829.434	1.799.317	2.154.527	1.474.224
	São Ludgero	4.564	2.370	2.194	1.644	2.920
1991 ⁽¹⁾	Brasil	146.825.475	72.485.122	74.340.353	110.990.990	35.834.485
	Santa Catarina	4.541.994	2.275.714	2.266.280	3.208.537	1.333.457
	São Ludgero	6.007	3.097	2.910	2.970	3.037
1996 ⁽²⁾	Brasil	157.075.201	77.445.297	79.629.904	123.080.914	33.994.287
	Santa Catarina	4.875.244	2.438.768	2.436.476	3.565.130	1.310.114
	São Ludgero	7.501	3.892	3.609	4.081	3.420
2000 ⁽¹⁾	Brasil	169.799.170	83.576.015	86.223.155	137.953.959	31.845.211
	Santa Catarina	5.356.360	2.669.311	2.687.049	4.217.931	1.138.429
	São Ludgero	8.587	4.413	4.174	5.995	2.592

Fontes: ⁽¹⁾ IBGE – Censos Demográficos⁽²⁾ IBGE – Contagem da População

municipal estavam totalmente desvinculados das atividades agrícolas como fonte de obtenção de renda. (ver **foto 8**) Até os primeiros anos da década de 1970, o principal ponto comercial localizado no município era a Cooperativa Mista de São Ludgero Ltda., (fundada em 1936 e extinta em 1974) que concentrava a maior parte da atividade mercantil local. (ver **foto 9**) As empresas comerciais e industriais eram reduzidas em número e tamanho, razão pela qual também era pequeno o número de vagas de trabalho geradas por elas. Mediante este contexto, torna-se evidente que a fonte de renda, tanto do município quanto da maioria das famílias ludgerenses, estava baseada principalmente na produção e comercialização de bens agrícolas.

Tal situação gradativamente foi se modificando no decorrer da referida década a partir do surgimento de várias casas comerciais e empresas prestadoras de serviço que vieram preencher o espaço até então ocupado pela Cooperativa Mista de São Ludgero Ltda., bem como pela expansão dos serviços ligados à administração pública e de assistência social à população. O fechamento da Cooperativa veio agravar as dificuldades na produção e comercialização dos bens produzidos pelos agricultores locais, dado que eram ali que estes entregavam parte significativa de sua produção e obtinham os insumos utilizados nas atividades agropecuárias. Mediante terem que passar a adquirir os insumos agrícolas em casas agropecuárias que se instalaram no município e como os preços destes insumos (tais como defensivos, fertilizantes, máquinas e equipamentos) gradativamente foram subindo em proporção maior do que o preço de mercado dos bens agropecuários produzidos, muitos agricultores não conseguiam superar o patamar da pura subsistência e acabaram sendo seduzidos pelas ofertas de trabalho assalariado que iam surgindo no núcleo urbano municipal, vindo a se deslocarem para a sede municipal onde passaram a exercer uma gama variada de atividades. Já outros optaram por migrar para os centros industriais em busca de melhores oportunidades de emprego. Os dados constantes na tabela 04, permitem o claro entendimento deste processo. A análise dos números ali contidos leva a conclusão, por exemplo, que no transcorrer da década de 1970 para a de 1980, começou uma forte tendência de inversão da concentração populacional (fenômeno que se perpetuou nas décadas seguintes), onde o espaço rural passou a perder contingentes populacionais para o núcleo urbano. Também fica nítido que, entre estas mesmas décadas, ocorreu um significativo processo migratório para fora do

Foto 8 – Criação de gado do Padre José Kunz



Foto de Nélio Bianco/São Ludgero

Foto 9 – Cooperativa Mista de São Ludgero Ltda., ao fundo, à direita.



Foto de Nélio Bianco/São Ludgero

município, uma vez que o número de habitantes decresceu em 33 indivíduos. Curiosamente, os dados constantes na referida tabela apontam que entre uma década e outra houve um aumento no número de homens (40) e uma diminuição no número de mulheres (73). Tal constatação não é suficiente, contudo, para afirmarmos que o processo migratório se concentrou no sexo feminino. Existem outras variáveis a serem levadas em consideração antes de se chegar a esta conclusão como, por exemplo, o número de nascimentos por sexo no período em questão, o movimento de entrada e saída de contingentes populacionais de municípios vizinhos (fluxo migratório regional), etc.

Mas, entre os vários fatores que contribuíram para que o município de São Ludgero deixasse de ter sua base econômica sustentada na produção agropecuária certamente o evento mais significativo foi o desenvolvimento de um setor de produção industrial do ramo plástico em sua área territorial, cujo pioneiro na atividade foi o Sr. Aloísio Schlickmann, fundador da empresa Incoplast, que mais tarde, em parceria com os filhos, daria origem ao grupo empresarial Sociedade Brasileira de Embalagens e Descartáveis Ltda. (SBED), compostas pelas empresas Incoplast Embalagens, Copobras Industrial de Plásticos Ltda. e Incomir Embalagens Especiais. (ver **foto 10**)

Com efeito, o setor de produção industrial ligado ao ramo plástico interferiu de forma tão contundente na economia local ao ponto de, sozinho, tornar-se o principal agente gerador de empregos e receitas para o município. Dados publicados pelo SEBRAE/SC revelam que, em 2003, a atividade econômica relacionada à fabricação de embalagens de plásticos foi responsável por 65,6% do Valor Adicionado Fiscal do município, seguida pela fabricação de artefatos diversos de madeira (exceto móveis), que responde por 17,2% do total. Segundo esta mesma fonte, em 2002 a indústria de transformação respondia por 71,9% dos empregos no município, enquanto que o percentual de empregos gerados pela atividade agropecuária era de apenas 1,4%. ³⁵⁵ Já no site da empresa Incoplast obtemos a informação que em São Ludgero concentra-se o maior pólo produtor de embalagens descartáveis em PS do Brasil (cerca de 80% da produção nacional).

³⁵⁵ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. São Ludgero em números. Uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos. Janeiro de 2005. Rede internet: <http://www.sebrae-sc.com.br>. Acesso em 05/05/2007.

Foto 10 – Foto aérea da Indústria Incoplast Embalagens



Foto de Nélío Bianco/São Ludgero

Em paralelo ao crescimento de indústrias do ramo plástico e de artefatos de madeira, outras empresas também se instalaram no município contribuindo para a geração de empregos não-agrícolas, intensificando a relação da mão-de-obra rural com o trabalho assalariado urbano/industrial.

Vários autores têm alertado, entre estes Graziano da Silva, que tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para os espaços rurais tendo como objetivo a minimização dos custos de produção (buscam a proximidade com a matéria-prima, acesso a uma mão-de-obra menos onerosa e não sindicalizada, recebimento de incentivos e menores pagamentos de impostos, etc.) ou fugir das externalidades negativas encontradas nos grandes centros urbanos (poluição, congestionamentos, etc.), sendo este fenômeno identificado por industrialização difusa.³⁵⁶

Com relação ao parque industrial instalado no município – se é que podemos denominar dessa forma o conjunto de empresas que atuam naquele espaço – este não é caracterizado e nem é fruto de uma descentralização industrial ocorrida em outro lugar, uma vez que são empresas que tiveram origem do capital local e foram crescendo paulatinamente. Em função disto, talvez a conexão mais próxima que se possa fazer com o processo de industrialização difusa é o fato destas empresas já estarem instaladas em áreas que estão sendo valorizadas e disputadas pelo capital industrial para fins não agrícolas.

Não se levando em consideração estes fatores, até poder-se-ia inferir que as empresas instaladas em São Ludgero não estariam mais operando no município, dado que, até por uma lógica empresarial, seria mais conveniente para elas se deslocarem para outros espaços do país, ficando mais próximas dos grandes centros urbanos e em locais onde não gastassem tanto com o transporte das mercadorias, já que algumas dessas empresas atuam, como fornecedoras, em todo o território nacional. Se continuam instaladas no município é porque ali essas empresas ainda estão obtendo um retorno financeiro compatível com os interesses de seus proprietários. Tanto é assim que, tendo a intenção de ampliar as suas unidades de produção instaladas em São Ludgero, o grupo empresarial SBED soube tirar proveito do poder econômico que detém, conseguindo que a Prefeitura local lhe doasse um terreno apropriado para este fim, sem o quê haveria a

³⁵⁶ GRAZIANO DA SILVA, José, (c), op. cit.

possibilidade de construírem a nova unidade produtiva em uma das cidades vizinhas (Orleans e Braço do Norte), há tempo ansiosas em captar este grupo empresarial. Nas palavras de um dos vereadores do município que foram por nós entrevistados

Nestes últimos anos eu não tenho conhecimento que a Prefeitura tenha doado terreno para a ampliação ou instalação de alguma indústria no município. Agora na gestão do Matias Weber (Prefeito de São Ludgero, gestão 1997-2000) eles compraram um terreno, por R\$ 150.000,00 e doaram para que a indústria Copobras pudesse ampliar suas instalações ali, porque eles estavam ameaçando ir para a cidade de Braço do Norte. Então a Prefeitura ajudou nisto aí. Agora de uns quatro anos para cá a Prefeitura não ajudou dando lotes para ninguém. Braço do Norte havia prometido ajudar a indústria Copobras com a doação de um terreno e isenção também de alguns anos de impostos. Orleans também havia oferecido estas vantagens. Então a nossa Prefeitura deu um terreno, se não me engano de 100 x 100 m², para eles se instalarem ali.³⁵⁷

Fica evidenciado, desta forma, que o capital industrial permanece instalado em determinada área até o momento que lhe sejam concedidas condições vantajosas para sua reprodução. Em não havendo estas condições ele desloca-se para outras áreas ou, conforme o caso, é investido em outros setores produtivos da economia local ou simplesmente utilizado nas várias formas de especulação financeira.

De maneira a demonstrarmos o número de empresas que atuam no município e as vagas de trabalho não-agrícolas por elas geradas, procuramos entre diversos órgãos e instituições públicas um referencial estatístico que pudesse ser o mais representativo possível da atual situação do mercado de trabalho em São Ludgero. Embora apresentem algumas discrepâncias (os dados publicados reconhecidamente não abrangem integralmente o universo em análise), optamos por utilizar os dados estatísticos publicados pelo SEBRAE –SC, referente ao Censo / 2003. De acordo com esta fonte, em 2003 o município de São Ludgero abrigava um número de 442 empresas (ver **tabela 5**), sendo que 385 destas empregavam um número de 4024 trabalhadores (ver **tabela 6**).

³⁵⁷ Entrevista realizada com J.W.S. (Vereador). Arquivo do autor.

Tabela 5: Número de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço localizados em São Ludgero no ano de 2003.

Ramo	Número de empresas identificadas no município	Número de empresas entrevistadas
Empresas comerciais	143 (além destas, também foram identificadas outras 11 empresas que estavam com as portas fechadas) *	137
Indústrias	46 (além destas, também foi identificada uma indústria que estava com as portas fechadas) *	44
Empresas prestadoras de serviços	253 (além destas, também foram identificadas outras 15 empresas que estavam com as portas fechadas) *	237
Total	442	418

Fonte: SEBRAE/SC (Tabela elaborada a partir de dados constantes no Censo 2003 – SEBRAE/SC).

* Embora não esteja claro na fonte original, entendemos que a expressão “portas fechadas” deve estar sendo equivalente ao termo “desativadas”.

Tabela 6: Número de trabalhadores segundo o ramo da empresa e o tipo de contrato de trabalho

Ramo	Número de empresas informantes	Número de trabalhadores contratados (em conjunto)	Tipo de contrato de trabalho		
			Permanente	Temporário	Outras formas de contrato
Empresas comerciais	126 (11 empresas não informaram o número de empregados)	536	320	52	164
Indústrias	43 (uma indústria não informou o número de empregados)	2571	2440	60	71
Empresas prestadoras de serviços	216 (21 empresas não informaram o número de empregados)	917	620	129	168
Total	385	4024	3380	241	403

Fonte: SEBRAE/SC (Tabela elaborada a partir de dados constantes no Censo 2003 – SEBRAE/SC).

Cabe destacar que a formação e consolidação de indústrias no município de São Ludgero seguiu a trajetória histórica de utilização da mão-de-obra barata oriunda do campo. Além dos baixos salários e do fraco poder de mobilização política, o que atrai no uso da mão-de-obra agrícola é a “vocação” dos agricultores

para o trabalho duro. Quando do desenvolvimento dos parques industriais localizados em Blumenau, Joinville e em outras cidades de Santa Catarina, os empresários optavam por contratar trabalhadores rurais devido algumas características que, na visão empresarial, os diferenciavam dos trabalhadores urbanos: eram fisicamente mais fortes e, por estarem acostumados às lides diárias pesadas, enfrentavam qualquer tarefa nas indústrias.³⁵⁸

Durante a pesquisa de campo em São Ludgero, obtivemos vários depoimentos que indicam a continuidade dessa visão, tanto do lado empresarial quanto dos próprios trabalhadores rurais. Entre tantos outros, cita-se dois depoimentos que retratam bem esta questão: o primeiro de um empresário de indústria de esquadrias de madeira e o outro de um agricultor que também trabalha como assalariado na empresa Copobras.

Existe grande diferença entre a mão-de-obra urbana e rural. Como é que se diz... Muda da água para o vinho. O pessoal do campo são pessoas boas, trabalhadeiras. Pessoas assim que pegam mesmo no serviço. Agora, os da praça, os daqui da cidade, dá licença! Olha que são ruins! Não valem nada. É por isto que a gente prefere pegar tudo o pessoal do interior. Os da cidade ninguém quer nada. Só querem serviço, serviço, mas chegar e pegar mesmo... Só incomodam.³⁵⁹

Com relação ao depoimento acima, cabe registrar que apesar da nítida preferência do empresário pela contratação de trabalhadores oriundos do campo, ele revelou que o quadro de pessoal de sua empresa é composto por apenas 10% de trabalhadores rurais, uma vez que praticamente toda a mão-de-obra rural disponível no município já foi contratada pelas demais indústrias. E desabafou: “Aí é que está o problema. É que o pessoal do campo já estão todos empregados. (...) Aqui em São Ludgero eu já vou dizer: não tem estrutura para comportar tantas empresas. É muita empresa para poucos empregados. E aí nós temos que pegar todas estas coisas ruins que tem por aí. É o único jeito! Não tem outra alternativa.”³⁶⁰

Por sua vez o agricultor G. K. reafirma o depoimento do empresário com as seguintes palavras:

Os colonos são valorizados pelas indústrias. Eles preferem pegar uma pessoa do interior do que um da praça.³⁶¹ Isto porque o pessoal

³⁵⁸ NIEHUES, Valdete Daufenback, op. cit., p. 17.

³⁵⁹ Entrevista realizada com J.N.S. (Empresário. Indústria e Comércio de Madeiras Sizenando). Arquivo do autor.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Neste caso a expressão “praça” está sendo utilizada como sinônimo de “núcleo urbano/ cidade”. Assim, um “trabalhador da praça” tem o mesmo significado que “trabalhador da cidade.”

do interior pega mais firme na parte pesada do serviço. Hoje eles procuram a gente e perguntam se nós não conhecemos algum outro colono, algum agricultor que queira trabalhar na indústria deles. E isto é em virtude de você colocar uma pessoa desta (um trabalhador oriundo do campo) e não se arrepender. Eu mesmo já arrumei vários funcionários para a empresa e graças a Deus até hoje nenhum decepcionou. A empresa está contente com eles, em virtude de serem uns caras que pegam e trabalham. Também, eram colonos, né! ³⁶² (parênteses nosso).

Considerando todo este discurso em torno da maior dedicação ao ofício pelos operários oriundos do campo, e tendo em vista a real necessidade (para não dizer dependência) dos industriais em relação a esta mão-de-obra, era de se esperar que estes fossem de alguma forma recompensados pelas empresas em função desse diferencial em relação aos trabalhadores urbanos. Mas isto simplesmente não acontece e, conforme constatamos em nossa pesquisa, esta possibilidade nem mesmo havia sido ventilada entre os entrevistados.

Não fosse o trabalho exercido por estes trabalhadores provavelmente muitas das indústrias hoje instaladas no município não conseguiriam atingir o estágio de desenvolvimento que apresentam nos dias atuais. Assim, embora não sejam citados ou tenham minimizado sua participação nos eventos históricos que transformaram a economia municipal, certamente que foi com base na exploração da mão-de-obra local que muitas indústrias conseguiram se desenvolver bem como possibilitou a emergência de uma classe empresarial abastada.

Na pesquisa de campo efetuada em São Ludgero, identificamos alguns aspectos interessantes sobre esta questão. A expansão do setor industrial no município possibilitou a emergência de grupos familiares com alto poder aquisitivo, que passaram a influir e até mesmo determinar os rumos da política local. Esta influência se torna nitidamente perceptível quando se particulariza a atuação do grupo empresarial Sociedade Brasileira de Embalagens e Descartáveis Ltda./SBED, constituído pelas empresas Incoplast/Copobras/Incomir (ver **tabela 7**).

Não há, entre as pessoas formalmente entrevistadas, ou mesmo entre as diversas outras pessoas que mantivemos contatos verbais a fim de obtermos informações que pudessem nos ajudar no desenvolvimento deste trabalho, quem minimize ou duvide que a atuação deste grupo foi decisiva no conjunto de fatores que contribuíram para o progresso econômico municipal e muito menos que o seu

³⁶² Entrevista com G. K. (Agricultor). Arquivo do autor.

Tabela 7: Data de fundação, localização geográfica e número de funcionários das unidades industriais que compõem o grupo empresarial SBED.

Empresa	Data de fundação	Localização geográfica	Número de funcionários	
			Homens	Mulheres
Incoplast	11/03/1970	São Ludgero (Matriz)	490	116
Copobras I	01/03/1991	São Ludgero (Matriz)	455	156
Incoplast	10/03/1995	Marialva/PR (Filial)	563 no total (H + M)	
Copobras II	01/01/1998	São Ludgero (Filial)	153	66
Copobras	01/03/1999	Carmópolis/MG (Filial)	406 no total (H + M)	
Incomir	22/11/1999	São Ludgero (Matriz)	68	38
Copobras	01/02/2002	Conde/PB (Filial)	274 no total (H + M)	
Incoplast	15/06/2005	Recife/PE (Filial)	120 no total (H + M)	
Copobras	10/04/2006	Itupéva/SP (Filial)	138 no total (H + M)	
Copobras	01/09/2006	Manaus/AM (Filial)	122 no total (H + M)	

Fonte: Dados fornecidos por D.G., Psicóloga. Grupo SBED/São Ludgero. **(Situação em 16/05/2007)**

poder de influência extrapola os limites da esfera econômica, por vezes se sobrepondo até as diretrizes da administração pública municipal. Em vários depoimentos é possível identificar que a composição política local passa pelo crivo dos empresários da SBED. Eis algumas respostas em relação à pergunta efetuada aos entrevistados sobre a influência do referido grupo empresarial na composição do quadro político/administrativo local:

Eles simplesmente decidem se vão apostar neste ou naquele e fazem o investimento necessário para ganhar a eleição. Foi o que aconteceu nesta última, onde, não sei se traíram, mas apostaram num candidato que não era do grupo deles. Colocaram um candidato e apoiaram outro. E decidiram. Eles decidem. Então fica toda a população à mercê da decisão deles. Se é o que tu querias ouvir... Da mesma forma aqui na Cooperativa de Eletrificação de São Ludgero (CEGERO). São eles que mandam também. Aqui eles mandam 100%.³⁶³

Eu vou responder o que decerto todos respondem. São eles que puxam a política. Se eles querem que vá para este lado, vai para este lado. Se eles querem que vá para o outro lado, vai para o outro lado. Se quiser que vá para a direita, vai para a direita, se quiser que vá para a esquerda, vai para a esquerda. São eles que puxam. Influenciam muito.³⁶⁴

(...) Eu acho que o peso é muito maior do que a gente imagina. Acho que ele é decisório.³⁶⁵

³⁶³ Entrevista com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

³⁶⁴ Entrevista com J.N.S. (Empresário. Indústria e Comércio de Madeiras Sizenando). Arquivo do autor.

³⁶⁵ Entrevista com L.R.G. (Gerente de Recursos Humanos da Indústria de Molduras H. Effting Ltda., filial de São Ludgero). Arquivo do autor.

A leitura dos depoimentos acima leva à compreensão que o grupo empresarial SBED não só influi decisivamente na conformação do quadro político/administrativo local, como também não tem qualquer compromisso com correntes políticas partidárias, sendo que o seu apoio irá para quem estiver disposto e se mostrar mais apto a defender da melhor forma os seus próprios interesses. Por outro lado há de se considerar que este grupo empresarial tem plena consciência do seu poder junto à população e sobre o poder público local, uma vez que sem a sua presença a economia do município iria sucumbir, gerando impactos sociais extremamente prejudiciais. Este poder, que emana essencialmente da posição privilegiada em termos de concentração de renda e de abastamento monetário, de certa forma é reconhecido e oficializado no próprio discurso de seus dirigentes. Assim é que, no site da empresa Incoplast, no item histórico, lê-se: “Aos 47 anos, o empreendedor Aloísio Schlickmann dá uma guinada em sua vida e acaba mudando a história econômica de sua cidade – São Ludgero, no Sul de Santa Catarina, vê o início das operações da Incoplast.”³⁶⁶ Isto também é perceptível nas palavras proferidas pelo gerente de recursos humanos do referido grupo empresarial, quando ele afirma que “com certeza as nossas empresas são fundamentais não só para a arrecadação municipal, mas para o comércio de forma geral. Se nós tivermos problemas, não há dúvidas que o impacto seria muito grande para o município. Pode ter certeza.”³⁶⁷ O discurso deste gerente com certeza está consubstanciado no fato que as empresas do grupo ao qual está vinculado respondem por 44,11% dos empregos não agrícolas registrados no município.³⁶⁸ Por outro lado, a ascensão monetária desses empresários possibilitou a disponibilização de recursos para desempenharem um papel que seria próprio do Estado no que diz respeito à prestação de assistência social às famílias mais pobres, situação que de certa forma lhes permitiu capitalizar uma imagem positiva junto à população local, que passaram a lhes ver como beneméritos. Isto fica nítido no seguinte comentário: “Eles ajudam assim: às vezes com uma casinha, para um bem pobre, que não tem casa para morar; ou pagando uma cirurgia para quem não tem condições financeiras. Então as

³⁶⁶ Fonte: Site oficial da empresa Incoplast. Endereço eletrônico: <http://www.incoplast.com.br> Acesso em 05/05/2007.

³⁶⁷ Entrevista realizada com M.N. (Gerente de Recursos Humanos do grupo SBED). Arquivo do autor.

³⁶⁸ Dados comparativos entre o total de empregos apurados pelo SEBRAE – censo 2003 (conforme o constante na **tabela 06**, 4024 postos de trabalho ocupados) e o número de empregados contratados pelas empresas do grupo SBED em São Ludgero naquele mesmo ano (conforme o constante na **tabela 08**, 1775 postos de trabalho ocupados). De acordo com o IBGE, no ano de 2003 a população estimada do município era equivalente a 9684 habitantes.

peessoas vão lá e fazem a solicitação. Eles analisam, verificam se a pessoa realmente necessita. Eles verificam bem. Mas ajudam. São as empresas que mais ajudam.”³⁶⁹

Então, sob a ótica dos dirigentes dessas empresas, seria até justificável a ingerência delas na conformação do quadro político/administrativo, visto o papel que exercem como sustentáculo econômico do município e até mesmo como forma de manter o status social de seus proprietários.

Esta visão encontra eco e de certa forma é até defendida por setores do poder público local:

No nosso município, o coração de São Ludgero hoje são estas indústrias, a SBED. Se este grupo falir, é como se faltasse o nosso coração. É como se tirasse o coração de São Ludgero, se a SBED vier a falir.³⁷⁰

Na medida em que a prefeitura possa intervir, que possa colaborar, ela dá um crescimento melhor para a SBED. Eu acredito assim que todos os prefeitos que estiveram aqui, todos eles colaboraram, porque eu acho que é através dessas empresas que a gente gera os empregos que suprem as necessidades das famílias que precisam trabalhar para sobreviverem no município.³⁷¹

Eles mandam em São Ludgero. E mandam com todo o direito, também. Eles produzem os custos de manutenção da Cooperativa de Eletrificação de São Ludgero. Eles pagam toda a energia consumida no município que a CEGERO paga para a CELESC e o que sobra é lucro. Então eles têm que mandar mesmo no município.³⁷²

A influência do grupo empresarial SBED na política de São Ludgero apresenta uma faceta que nos interessa em particular e que diz respeito a crescente vinculação dos produtores rurais às atividades pluriativas. Ao imiscuir-se no cotidiano político-administrativo do município, ao mesmo tempo em que está garantindo um maior controle sobre as instâncias de decisões que possam afetar os seus interesses, este grupo empresarial está dificultando (para não dizer impedindo) o surgimento de lideranças locais que possam estar voltadas à valorização e defesa do setor de produção agropecuária. Nos poucos casos em que os produtores rurais

³⁶⁹ Entrevista realizada com J.N.S. (Empresário. Indústria e Comércio de Madeiras Sizenando). Arquivo do autor.

³⁷⁰ Entrevista realizada com G.M. (Vigilância Sanitária de São Ludgero). Arquivo do autor.

³⁷¹ Entrevista realizada com D.D.J. (Prefeito de São Ludgero na gestão 2001/2004). Arquivo do autor.

³⁷² Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

conseguem projetar algum representante para defender a classe, surgem forças contrárias para neutralizar a ação dessa liderança, minimizando o seu raio de atuação e sufocando as iniciativas que possam prejudicar os interesses da classe empresarial. Assim é que, um dos dois vereadores que residem em comunidades rurais (e que se pressupõe tenham sido eleitos mediante o voto dos agricultores) reclama da dificuldade que encontra, dentro da Câmara de Vereadores, para discutir com seus pares os problemas da agricultura local.

A gente que está lá dentro da Câmara de Vereadores, a gente nota que a gente... Eu sou um agricultor. Muitas horas eu sinto... Tem mais um agricultor que é Vereador, que é da comunidade de Bom Retiro. A gente sente que somos um pouco discriminados neste setor político aí. E a gente vê como é que a agricultura é ainda inferior para o pessoal que mora na cidade. Eles não dão mais valor para o pessoal de fora da cidade. Eu não sei por quê. E não é que eu queira puxar mais para o agricultor. Eu acho que deveria ser igual. Pelo menos igual.³⁷³

Neste contexto, cabe lembrar que as indústrias localizadas em São Ludgero já estão encontrando dificuldades em conseguir mão-de-obra no município (principalmente do sexo masculino³⁷⁴), razão pela qual os empresários não só estão dependendo da mão-de-obra oriunda do campo como identificam no agricultor o perfil do empregado ideal: fiel, assíduo, ativo e de baixo custo. Assim, mesmo que isto não tenha sido expresso abertamente por nenhum dos entrevistados, percebe-se que existe um intenso desejo do empresariado local para que o trabalhador rural não consiga sobreviver exclusivamente do trabalho agrícola, embora exista o interesse que este, quando empregado na indústria, continue mantendo uma produção agropecuária em pequena escala como forma de baratear os custos de manutenção e reprodução familiar, desonerando a indústria de maiores gastos com salário.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que não desejam o êxodo rural (uma vez que a vinda dos agricultores para a cidade implicaria em gastos que não têm no campo, além de que isto inviabilizaria a produção agrícola de subsistência, fatores

³⁷³ Entrevista realizada com B.W. (Vereador). Arquivo do autor.

³⁷⁴ Grande parte das atividades nas indústrias impõe um esforço físico maior, sendo as vagas preferencialmente ocupadas por homens. O intenso interesse das indústrias pela utilização da mão-de-obra masculina tem repercussão em outros setores econômicos da cidade. Com exceção das casas de materiais de construção e outras poucas atividades que exigem grandes esforços físicos, na maioria das casas comerciais o quadro de pessoal é constituído exclusivamente por mulheres. Tal situação estende-se até o quadro de pessoal da Prefeitura, onde existem mulheres trabalhando nos serviços de capina de ruas e até como ajudantes na recuperação de calçamentos.

estes que pressionariam os salários para cima) os empresários locais também não têm interesse que os produtores rurais consigam uma estabilidade econômica via produção agropecuária, dado que perderiam uma preciosa fonte de mão-de-obra que tanto necessitam. Neste contexto fica um tanto quanto evidente o interesse do grupo SBED em interferir na composição do quadro político/administrativo do município, bem como o porquê dos políticos e dirigentes públicos não se empenharem em investir e procurar soluções que permitam os agricultores a superarem os problemas enfrentados no processo de produção agropecuário. O depoimento a seguir ajuda a compreender a falta de interesse dos políticos e dirigentes de órgãos públicos em voltar sua atenção para os reclames da população rural:

Eu acho assim que o pessoal se acomoda e fica esperando. Porque sabem que muitas vezes acontece isto, e muito. [referindo-se ao fato do referido grupo empresarial interferir nas eleições] Aonde pega o lado forte não precisa eu estar lá gastando com o agricultor ou com o funcionário, porque chega na hora de uma eleição ou coisa assim, daí o lado forte está do meu lado. Aí eu vou ganhar a eleição a mesma coisa. Então por que eu vou trabalhar? ³⁷⁵

A influência deste grupo empresarial sobre o poder público municipal é de tal ordem que não seria de se estranhar, portanto, que após ter recebido como doação um terreno da Prefeitura para ampliar suas unidades produtivas ³⁷⁶, este tenha interferido para que outras doações desta natureza fossem vetadas, dificultando desta forma a instalação de novas indústrias bem como a expansão das demais indústrias que já atuam no município, o que evitaria o desgaste de ter que disputar com outras empresas a já escassa mão-de-obra disponível. O depoimento a seguir demonstra que houve mudanças na política de incentivo para a instalação de novas empresas no município (curiosamente implementadas posteriormente o grupo SBED ter sido contemplado em suas reivindicações), cujo teor ajuda a referendar o que acabamos de comentar.

Hoje nós não temos nenhum projeto de apoio à indústria. Não existe. Cada empresa se instala com recursos próprios, que a prefeitura não dá incentivo fiscais para ninguém. Não é dado terreno, não é dado

³⁷⁵Entrevista realizada com B.W. (Vereador). Arquivo do autor.

³⁷⁶ Conforme informação prestada pelo Gerente de Recursos Humanos da empresa Incoplast, M. N., “quando foi instalada a Copobras Filial, a prefeitura de São Ludgero doou o terreno. Doou o terreno para instalar a fábrica.”

nada. Até porque nós temos um grupo bastante grande que praticamente agrega quase toda a mão-de-obra do município.³⁷⁷

Que os órgãos públicos municipais estão como anestesiados pela influência direta ou indireta deste grupo empresarial não há a menor dúvida. Tal fato se torna ainda mais notório na medida em que não há uma preocupação dos dirigentes públicos em discutirem alternativas para ocupar a mão-de-obra local, na hipótese do grupo SBED vier a falir ou a passar ameaçar transferir suas plantas industriais para outro local caso não sejam atendidas suas exigências. Em outras palavras, apesar de terem consciência de que o município está economicamente refém destas indústrias, os administradores públicos dão mostras de sequer cogitarem a possibilidade que estas empresas possam falir, tanto é que não existe qualquer tipo de discussão sobre este assunto na esfera político/administrativa e nem mesmo um plano emergencial para ocupar a mão-de-obra demitida se tal hipótese vier a se concretizar. Por outro lado, mesmo reconhecendo que o setor industrial se constitui a base econômica do município, não existe nenhum tipo de acompanhamento por parte do poder público local em relação à saúde orçamentária das empresas. Transcrevemos alguns depoimentos, concedidos por empresários e dirigentes de órgãos públicos de São Ludgero, que dão uma dimensão exata do assunto acima expresso:

Não. Hoje nós não temos um plano neste sentido. Inclusive eu falo de vez em quando isto: “Se quebrar uma empresa destas, quebra São Ludgero”. Então realmente é difícil.³⁷⁸

Se este grupo falir, isto seria um caos para o município. (...) O município praticamente quebra. Volta tudo a estaca zero. E o comércio também entra no ciclo de decadência. O comércio, as pequenas indústrias. Quer dizer, quebra tudo. Aí, como é que vão retornar para a agricultura se não existe mais agricultura nenhuma? Quem é que vai voltar para o interior? As nossas terras já são complicadas, é cheia de relevo. É bem difícil. E vai fazer o quê? Vão ter que sair da cidade para ir morar em outros lugares. Mas eu acredito que este tipo de coisa não vai acontecer. Mas é uma hipótese, né.³⁷⁹

Se um dia uma destas empresas chegar ao ponto de falir ou de se deslocar daqui da região, daqui do município, eu acredito que é isto que vai acontecer: o município vai quebrar. (...) Mas o que se vê, com sinceridade, que hoje assim, por exemplo, nenhum de nós está se

³⁷⁷ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005/2008). Arquivo do autor.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

preocupando tanto nisto porque a gente vê que os administradores destas empresas são gentes que trabalham muito com o pé no chão, muito firme. Não têm problemas com atraso com folha de pagamento, nunca se ouviu dizer que tiveram este problema.³⁸⁰

Se falir uma empresa do porte da Incoplast o impacto no município será grande. Devido à proporção da empresa o impacto será bem maior. Mas eu acho que não existe nenhuma política municipal voltada ao controle da saúde orçamentária das empresas. Pelo menos na nossa indústria isto não ocorre.³⁸¹

Se este grupo quebrar o município não vai ter condições de absorver este número de empregados. O pessoal teria que achar outro meio para sobreviver. Em São Ludgero emigrou muita gente de fora. A maioria do Paraná. De Joinville também, que o pessoal está voltando muito. O pessoal que era daqui e que foram trabalhar em Joinville há uns vinte e cinco, trinta anos atrás, agora estão voltando. Tem muita gente da Serra que estão vindo para São Ludgero trabalhar. E com certeza este pessoal na agricultura não ia trabalhar. Não daria mesmo. Não existem terrenos em São Ludgero para absorver toda esta mão-de-obra.³⁸²

Seria uma calamidade. Se uma indústria destas fracassar, o nosso município vira uma calamidade. E não existe essa preocupação para os setores públicos. Eles têm muita confiança no grupo SBED e parece que nada pode acontecer. A gente sabe que tudo pode acontecer, mas que nos bastidores nunca é falado sobre isto.³⁸³

A visão da prefeitura de São Ludgero está mais voltada para o setor industrial. Na realidade eu acho que a Prefeitura tem que rezar mais do que... Acho que o planejamento deles dever ser em cima de oração porque a gente vê que não é feito em cima de um planejamento. (...) Se acontecer alguma coisa que não possa garantir a permanência das indústrias no município, o município vai junto.³⁸⁴

Os depoimentos acima denotam que existe uma preocupação quanto ao futuro econômico e social reservado a população de São Ludgero caso o grupo SBED, formado pelas empresas Incoplast/Copobras/Incomir, venha a falir ou a abandonar o município. Contudo, mesmo que seja perceptível uma grande preocupação com as conseqüências desencadeadas por um evento desta natureza, esta preocupação não vem sendo acompanhada com ações preventivas para

³⁸⁰ Entrevista realizada com D.D.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2001/2004). Arquivo do autor.

³⁸¹ Entrevista realizada com D.J. (Gerente de Recursos Humanos da empresa Cruzeiro Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.). Arquivo do autor.

³⁸² Entrevista realizada com J.W.S. (Vereador). Arquivo do autor.

³⁸³ Entrevista realizada com G.C.D. (Dirigente Sindical. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do Autor.

³⁸⁴ Entrevista realizada com L.R.G. (Gerente de Recursos Humanos da Indústria de Molduras H. Effting Ltda., filial de São Ludgero). Arquivo do autor.

superar a crise socioeconômica que afetará o município caso tal evento venha a se concretizar.

Seria de bom tom que os dirigentes municipais ficassem mais atentos aos movimentos e evoluções dos investimentos realizados pelas indústrias localizadas no município para não serem surpreendidos de uma hora para outra. Numa rápida e superficial análise da evolução no número de empregados contratados pelas empresas deste grupo, que estão localizadas em São Ludgero, demonstram que entre o ano de 2002 e 2007, houve uma redução de 310 trabalhadores no município. (ver **tabela 8**)

Tabela 8: Evolução do número de funcionários contratados pelo grupo empresarial SBED entre os anos 2002 e 2007 – unidades instaladas em São Ludgero.

Ano	Número de funcionários (por empresa)				Número total de funcionários	Variação no número de funcionários (ano à ano, a partir de 2002)
	Incoplast	Copobras Matriz	Copobras Filial	Incomir		
2002	598	976	156	122	1852	-
2003	552	916	193	114	1775	menos 77
2004	571	900	228	133	1832	mais 57
2005	641	888	273	152	1954	mais 122
2006	641	838	270	145	1894	menos 60
2007*	606	611	219	106	1542	menos 352

Fonte: Dados fornecidos por D. G., Psicóloga. Grupo SBED/São Ludgero.

* Dados referentes o quadro de pessoal das respectivas empresas em 16/05/2007.

Sob o nosso ponto de vista, esta redução no número de trabalhadores (que na prática é como se tivessem sido fechadas duas empresas do porte da Copobras Filial e Incomir, que juntas empregam 325 trabalhadores) bem como o crescente investimento em suas unidades produtivas localizadas em outros pontos do território nacional, são claros indicadores que não há outro interesse para os proprietários deste grupo do que a busca de lucro. Torna-se fundamental, portanto, que os governantes de São Ludgero olhem com mais atenção as perspectivas de permanência do grupo empresarial SBED no município, pois, com certeza, seus proprietários não terão a menor dúvida em transferir suas unidades produtivas para outros espaços que lhes possibilitem obter maiores lucros.

Feito estas considerações, chega-se a conclusão que as chances de sucesso da produção agropecuária no município tornam-se bastante reduzidas. Não tendo cacife para competirem em importância econômica com as indústrias, os produtores rurais vêem suas oportunidades de organização política partidária serem

minimizadas pelos interesses daquelas, além de serem colocados à margem pelos órgãos públicos no que diz respeito ao investimento na resolução dos problemas e valorização da atividade. Em muitos casos, é justamente por não terem apoio dos órgãos governamentais e nem condições financeiras para superarem os obstáculos que encontram no exercício da produção agropecuária que muitos trabalhadores rurais estão tendo que submeter-se a uma dupla jornada de trabalho como forma de obtenção de renda suficiente para a manutenção e reprodução familiar. Neste sentido, abrem-se possibilidades para se identificar estes agricultores como sendo trabalhadores pluriativos, mediante os parâmetros que a literatura os vêm definindo como tal. Embora existam pequenas variações quanto à descrição dos trabalhadores pluriativos, neste trabalho optamos por utilizar os termos utilizados por Schneider, para quem “pluriativos são os agricultores ou os componentes da família rural que além de estarem ligados às atividades agrícolas desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade.” ³⁸⁵

4.3 A PRECARIEDADE NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Tornou-se rotineiro ouvirmos alguns cientistas e profissionais (cuja formação e atuação estão afetas as questões agrárias) que o Estado foi o grande responsável pela implementação do modelo de produção agrícola atualmente vigente no país. Sem dúvidas, as políticas públicas estatais foram decisivas na conformação e consolidação desse padrão de produção agropecuário ora em vigor. Não custa lembrarmos, contudo, que se os intentos das políticas estabelecidas pelo Estado atingiram seus objetivos foi porque uma grande parcela dos profissionais das áreas técnicas envolvidas com o setor agropecuário se dispuseram a colaborar para a implementação dessas políticas.

Com efeito, num passado não muito distante, quando ainda exerciam sua profissão com base no conhecimento tradicional sedimentado por experiências acumuladas no transcorrer de séculos e que eram transmitidas de geração a geração, os agricultores passaram a ser alvo da atenção dos técnicos agrícolas

³⁸⁵ SCHNEIDER, Sérgio, (a), op. cit., p. 113.

(extensionistas rurais, agrônomos, veterinários, agrimensores, entre outros) que, sejam remunerados pelo capital industrial ou subvencionados pelos órgãos governamentais, viviam circulando pelo meio rural com o objetivo de identificar dificuldades e propor “soluções” (que invariavelmente tinham por base a recomendação aos agricultores para que adotassem os preceitos instituídos pelo pacote tecnológico associado à chamada Revolução Verde) para este ou aquele “problema”.

De acordo com Aguiar, são identificados três fatores que se correlacionam e consubstanciam esse pacote tecnológico: a pesquisa, a extensão e o crédito rural. Na avaliação do autor, foi através destes três fatores que o capital internacional conseguiu sujeitar a economia dos países periféricos aos seus interesses: a pesquisa foi responsável pela geração das tecnologias que dão forma ao pacote tecnológico; à extensão coube o papel de difundir as diretrizes embutidas no pacote tecnológico junto aos produtores rurais e, por fim, ao crédito rural coube garantir o financiamento para que os agricultores tivessem acesso a estas tecnologias.³⁸⁶

No decorrer da década de 1970 o governo brasileiro tomou algumas iniciativas que assinalavam claramente a opção do Estado pelo modelo de produção agropecuário que tinha por base as orientações tecnológicas associadas à Revolução Verde. Neste período são criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)³⁸⁷ e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – (cuja atuação fica restrita a cada estado) –, bem como as instâncias governamentais passam a buscar empréstimos junto ao capital internacional com vistas ao financiamento da produção agrícola. Mediante a instituição destes

³⁸⁶ AGUIAR, Ronaldo C. **Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo/SP: Pólis; Brasília/DF: CNPq, 1986, pp. 57 – 138.

³⁸⁷ A EMBRAPA está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Criada em 26/04/1973, está presente em quase todos os estados da Federação, e atua por intermédio de 38 centros de pesquisa, 3 centros de serviços e 11 unidades centrais. Tem como missão viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Até maio de 2007, a EMBRAPA possuía 8.619 empregados, dos quais 2.221 eram pesquisadores (45% com mestrado e 53% com doutorado). Está sob a coordenação da EMBRAPA o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. (Fonte: site da EMBRAPA. Endereço eletrônico: <http://www.embrapa.br> Acesso em 4 de junho de 2007).

mecanismos, o governo acentuou o envolvimento dos produtores rurais com padrão de produção agropecuário dito moderno.

Entretanto, a partir do momento em que os produtores modificaram o seu estilo de vida e mudaram o modo de produzir (e com isto perdendo grande parte do conhecimento e do domínio que tinham em relação ao processo produtivo), toda a estrutura montada pelo poder estatal para vinculá-los ao novo padrão de produção agropecuário foi sendo desmantelada. Enquanto serviram ao propósito do Estado para atuarem como agentes de coerção junto aos agricultores, os profissionais das áreas técnicas afetos ao setor agropecuário foram valorizados por àquele. Uma vez cumprido o papel que lhes foi incumbido estes profissionais perderam grande parte da importância que tinham para o Estado, razão pela qual foram reduzidos em número e tiveram as condições de trabalho gradativamente “sucateadas” por falta de investimentos orçamentários.

Com base nestas observações, torna-se inteligível que o poder público traça as suas metas segundo interesses específicos. Neste sentido, tem-se que ter claro que nem sempre a falta de definição de políticas por parte do Estado é fruto de descaso ou incompetência das autoridades públicas. Por vezes a falta de políticas é, por si só, uma política. Sob o nosso ponto de vista, como havia o interesse do Estado em difundir o pacote tecnológico junto ao setor agropecuário nacional, foram estabelecidas políticas voltadas a este fim. E o sucesso dessas políticas no que diz respeito ao envolvimento dos produtores rurais ao novo modelo de produção agropecuário é inquestionável. Já no que diz respeito à assistência técnica há razões para se inferir que a política adotada pelo Estado era intervir até o momento em que os produtores rurais modificassem o seu modo de produzir. Uma vez conseguido este objetivo, o Estado gradativamente foi se retirando de cena, deixando estes atores sociais aprenderem a caminharem sozinhos no novo itinerário para o qual foram empurrados. Diante a esta situação, não restou aos produtores rurais outra alternativa a não ser ter que recorrerem a iniciativa privada em busca de assistência técnica, sendo que é geralmente nas casas agropecuárias onde procuram orientações para superarem os problemas que enfrentam em suas propriedades. Ocorre, porém, que como as casas agropecuárias não sofrem uma fiscalização severa por parte do poder público, tornou-se comum a presença de funcionários sem qualquer qualificação profissional que atuam como técnicos agrícolas prestando “assistência técnica” aos agricultores, geralmente induzindo o

uso de produtos que lhes são repassados pelos representantes comerciais das indústrias químicas:

Estes dias eu fui comprar um veneno para usar no feijão. Aí estava marcada na embalagem a dosagem por hectare. E o pessoal da casa agropecuária não sabia me explicar como utilizar aquele veneno por pulverizador. Eles não conseguiram me explicar. Aí eu disse: “eu vou usar como usava as outras vezes.” Eu usava 20 ml por pulverizador. E eles me mandaram usar 40, 50 ml. Eu disse: “Não. Eu sempre usei 20 ml. Só se a fórmula é outra. Mas se é a mesma que eu usava há dois anos atrás no feijão então não é isso.” E eles: “É, mas aqui está marcado por hectare.” Então eles não souberam me explicar. Aí eu fui direto ao dono da agropecuária, e ele também ficou com a boca aberta. Quem soube me explicar mesmo foi o antigo proprietário daquela casa agropecuária. Ele disse que é 20 ml, e não 40, 50 ml como eles estavam falando. Então se eu tivesse utilizado como eles me disseram tinha colocado dinheiro fora. Então ali falta explicação. Devia vir da fábrica já uma orientação melhor. É muito mal orientado. O veneno eu acho que quanto mais explicado melhor. Que tem outro veneno aí, um tal de *camaron*, que um bota 30, outro bota 40, outro 50 ml. Eu sei lá. É um veneno para inseto, para matar bicho.³⁸⁸

Não é por acaso, portanto, que muitos municípios brasileiros não possuam em seu quadro de pessoal profissionais especializados em número suficiente para prestar assistência técnica aos agricultores e nem mesmo uma infraestrutura básica que possa lhes garantir o deslocamento físico até o público alvo, nas áreas rurais. Esta, aliás, é uma das principais reclamações dos agricultores na atualidade: a falta de assistência técnica.

Com base no que foi dito, não há como negarmos que os técnicos agrícolas tiveram um papel importante no estabelecimento do padrão agropecuário atualmente vigente no campo brasileiro, pois em última análise foram eles os porta vozes do Estado e das indústrias, divulgando, incentivando e orientando os agricultores a assimilarem as inovações tecnológicas. Por outro lado, mesmo reconhecendo que é expressivo o número de profissionais que estão se posicionando de forma francamente contrária e criticando severamente os resultados advindos da Revolução Verde, não podemos fugir a realidade de que atualmente ainda existem muitos centros de pesquisa e instituições de ensino que estão empenhados na formação de técnicos voltados a ampliação deste modelo de produção agropecuário. Entre outros, este é o caso recente das pesquisas e estudos efetuados em torno dos produtos transgênicos (em especial a soja) bem como do cultivo de mamona com vistas à produção do biodiesel, produtos estes que

³⁸⁸ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

inegavelmente agravarão os problemas já identificados nos agros-sistemas, dado que são culturas cuja exploração tende a se concentrar em latifúndios monocultores.

Em São Ludgero constatamos que os órgãos públicos de assistência aos agricultores estão carentes no que diz respeito ao número de profissionais especializados bem como os poucos profissionais existentes não dispõem de recursos para cumprirem a contento as suas obrigações. Nas entrevistas realizadas com alguns dos profissionais que atuam em órgãos públicos afetos ao setor agrícola de São Ludgero é perceptível o descontentamento em relação a precária infraestrutura que lhes são oferecidas para o trabalho, situação que lhes impossibilitam desempenharem satisfatoriamente o exercício de suas atribuições. Isto fica claro, por exemplo, no depoimento concedido pela Extensionista Rural da EPAGRI, a qual revela que

Aqui em São Ludgero, nós que trabalhamos com o setor agrícola, tem dias que a gente fica atordoada com tudo que temos para participar. A Secretaria da Agricultura do município não tem técnicos. E eu acho que isto aí é uma falha muito grande, porque deveria ter. Antigamente tinha muitos técnicos, principalmente aqui na EPAGRI e na CIDASC. A CIDASC hoje não tem nenhum funcionário aqui. A Secretaria da Agricultura não tem técnicos agrícolas, não tem engenheiro agrônomo. Muito embora conste no quadro de pessoal, o cargo está vago. Eu já estou aqui há quatro ou cinco anos, e nunca teve. Técnico na Secretaria da Agricultura, o último que tinha saiu há mais de cinco anos atrás. Então isto aí dificulta porque as pessoas que estão trabalhando nesta área não são técnicas. Tem um funcionário para fazer o serviço de estradas que é solicitado por aqui, e só. Isto aí é complicado porque não dá para nós fazermos tudo. Tem coisa que nós não podemos fazer. Então, infelizmente, muitas vezes quando a gente é procurada tem que dizer que não. A gente sabe até aonde a gente pode ir.³⁸⁹

As informações constantes na **tabela 9** demonstram que a Secretaria da Agricultura – que teoricamente deveria ser o principal órgão municipal de apoio ao setor agrícola – sequer dispõe em seu quadro funcional um só profissional com formação técnica na área agrícola.

Apesar de ser flagrante a desorganização e fragilidade estrutural dos órgãos municipais responsáveis em dar apoio à agricultura, parece não haver interesse do poder público local em chamar para si a responsabilidade de prestar um bom serviço aos produtores rurais no que diz respeito à assistência técnica. Isto fica bastante evidente nas palavras do prefeito de São Ludgero quando diz que “até era

³⁸⁹ Entrevista realizada com T.B.V. (Extensionista Rural da EPAGRI/ São Ludgero). Arquivo do autor.

meta do nosso governo contratar um agrônomo. (...) Mas em função justamente de todas as casas agropecuárias terem um agrônomo, nós nos esquivamos disto. Então é por isto que a prefeitura não tem um agrônomo hoje.”³⁹⁰

Tabela 9: Número de técnicos da área agrícola lotados em órgãos públicos com sede em São Ludgero.

Denominação do Órgão Público	Qualificação/Formação Técnica dos Profissionais	Número de Técnicos
Secretaria da Agricultura (P.M.S.L.)	É constituída por quatro profissionais: três trabalham na parte administrativa (Secretário da Agricultura, secretária e auxiliar do Secretário) e um trabalha como operador de máquina retroescavadeira e como motorista de caminhão.	Não possui em seu quadro de pessoal profissional com formação técnica na área agrícola
EPAGRI	É constituído por três profissionais: dois Engenheiros Agrônomos e uma Extensionista Rural.	3
CIDASC	É constituída por dois profissionais: um Médico Veterinário e um Agente Rural.	2
Vigilância Sanitária	É constituída por três profissionais: um Fiscal Sanitarista, credenciado pela ANVISA, um auxiliar do Fiscal e um motorista.	1

Fonte: Entrevistas realizadas com os profissionais que atuam nos respectivos órgãos públicos.

Tal situação acarreta num atendimento precário ao setor agropecuário e, consequentemente, propicia que a população rural forme uma imagem negativa sobre o trabalho dos poucos profissionais que atuam no município. Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, alguns depoimentos permitem identificar a imagem ruim que os agricultores têm sobre a assistência técnica disponibilizada pelo poder público aos produtores rurais, bem como outros depoimentos explicitam a insatisfação dos técnicos agrícolas lotados em órgãos públicos no município em relação as suas precárias condições de trabalho. Eis alguns relatos sobre estas questões:

Os técnicos agrícolas passam muito pouco nas propriedades. Agora eles estão até fazendo o projeto microbacias. Eles estão passando agora. Mas é muito difícil. Este projeto está mais voltado para a questão de higiene, de água, fazer esterqueiras, estas coisas assim. Mas incentivo assim para o plantio, eles não estão passando.³⁹¹

³⁹⁰ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

³⁹¹ Entrevista realizada com O.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

A assistência prestada pelos órgãos públicos aos agricultores está péssima. Está ruim. Não tem nada. Quando a gente precisa tem que ir até a cidade, porque eles não passam aqui, para ver se a gente está precisando de alguma coisa. Então é a gente que tem que ir lá. A conservação das estradas, por exemplo, a gente tem pedir quatro ou cinco vezes para eles chegarem. É ruim. Bastante ruim.³⁹²

A assistência técnica em São Ludgero é fraca. Existe alguma assistência, mas é particular. Até eu tenho um filho que é agrônomo e ele presta serviços em São Ludgero. Mas ele trabalha para uma empresa particular.³⁹³

Eu acho que nós precisaríamos de mais estrutura. Principalmente de mais técnicos. Mais técnicos para a gente poder trabalhar desta forma que eu estou lhe dizendo, de sair do escritório e ir à campo. Nós precisamos de um número, não digo grande, mas nós sabemos que a linha de atuação... Que aqui, inclusive, nós não temos nenhum técnico na Secretaria da Agricultura do município. (...)

Eu vejo que hoje está um pouco a questão do balcão. Se o agricultor precisa é ele que tem que vir aqui. Então a nossa ida ao campo tem que ser mais efetiva. Tem que ver realmente o quê que está acontecendo. Não esperar que o agricultor venha até aqui. Ir até o agricultor. Eu vejo futuro para a agricultura só se for desta forma, senão não.³⁹⁴

Eu sou contratado como médico veterinário só para trabalhar no período da manhã. Então o atendimento clínico aos animais é feito só neste período. Se algum agricultor precisar de atendimento no período da tarde não tem ninguém na prefeitura para atender. Então eu acho que precisaria pelo menos mais um médico veterinário. Como não tem ninguém para atender na parte da tarde, então o pessoal tem que pagar particular. Porque veterinário no município para atender tem. Tem nas agropecuárias. Mas aí é tudo particular. E aqui o meu trabalho é assim: como a CIDASC não possui um orçamento próprio no município, eu é que compro o material de consumo para o meu trabalho. A prefeitura só dá gasolina para o carro. A CIDASC dá o carro e a prefeitura dá o combustível. Só. E o resto é tudo eu que compro: luvas, seringas, agulhas, desinfetante, bota, macacão... Tudo.³⁹⁵

E há os que criticam a própria atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais enquanto instituição de apoio e de representação das reivindicações dos agricultores junto aos órgãos governamentais, tais como o aumento no número de técnicos para orientar os produtores rurais no uso das inovações tecnológicas colocadas à disposição do setor agropecuário. Muitos agricultores têm manifestado o descontentamento em relação ao papel desempenhado pelo sindicato por

³⁹² Entrevista realizada com A.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

³⁹³ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do autor.

³⁹⁴ Entrevista realizada com J.K.D. (Engenheira agrônoma/EPAGRI /São Ludgero). Arquivo do autor.

³⁹⁵ Entrevista realizada com R.F. (Médico veterinário/CIDASC / São Ludgero). Arquivo do autor.

entenderem que este se tornou muito mais uma entidade assistencialista do que propriamente um mecanismo de intermediação entre a classe produtora agrícola e o poder estatal, fato que desvirtua a sua principal finalidade, que seria a busca de melhores condições de trabalho para a categoria que representa. Isto fica claro nas palavras de um agricultor entrevistado, quando diz que

A atuação do sindicato é uma das piores que tem. Há uns anos atrás a gente via que o sindicato procurava o próprio agricultor. Hoje não! Pelo menos no sindicato de São Ludgero. Se você for sócio do sindicato ganha um apoio médico, uma coisa assim. Mas agora, para reivindicar alguma coisa para o produtor rural não tem mais nada.³⁹⁶

Poderíamos acrescentar uma série de outros depoimentos que denotariam a negligência dos órgãos públicos municipais no que diz respeito ao estabelecimento de metas e a promoção de ações que visem diminuir as disparidades nas relações entre o campo e a cidade. Porém, nada é mais apropriado para descrever a desconsideração do poder público com o setor agropecuário do município, do que mencionarmos a própria infra-estrutura disponibilizada à Secretaria da Agricultura para prestar assistência aos produtores rurais: uma máquina retroescavadeira (que também é utilizada por outros setores da Prefeitura em serviços no perímetro urbano); um caminhão (idem); dois distribuidores de calcário a granel e três ensiladeiras (estes equipamentos são apenas emprestados aos agricultores, cabendo a eles fornecerem a mão-de-obra necessária para colocá-los em funcionamento).³⁹⁷ Mas é novamente na fala do prefeito que encontramos elementos para afirmarmos, sem medo de entrarmos na via do denunciamento vazio, que o setor agrícola municipal está intencionalmente sendo riscado das metas públicas municipais e, com isto, fadado ao ostracismo. Diz ele que:

A nossa Secretaria da Agricultura é acoplada à Secretaria de Obras. Nós unimos as duas secretarias em uma só. Então é o secretário de obras quem também responde pela Secretaria da Agricultura. Até em função da pouca demanda que exige a agricultura. Porque hoje nós não temos muito para oferecer para a agricultura. Então não existe trabalho que justifique a existência de uma Secretaria exclusiva para a agricultura.³⁹⁸

³⁹⁶ Entrevista realizada com A.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

³⁹⁷ Entrevista realizada com C.H. e D.N.S.A. (Funcionários administrativos da Secretaria da Agricultura de São Ludgero). Arquivo do autor.

³⁹⁸ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero – gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

Uma vez demonstrado as precárias condições em que se encontra a assistência técnica disponibilizada pelos órgãos públicos aos produtores rurais em São Ludgero, resta analisarmos de que forma tal situação tem contribuído para o exercício do trabalho pluriativo no município.

De início cabe mencionarmos que, sob o nosso ponto de vista, a precariedade na assistência técnica prestada aos agricultores é extremamente interessante para as indústrias de insumos químicos uma vez que, na falta de orientação técnica, os produtores rurais tendem a utilizar uma quantidade maior de insumos do que a que seria necessário para o desenvolvimento da planta (adubos) ou no controle de pragas (agrotóxicos). Isto fica claro no seguinte depoimento:

O agricultor não sabe direito a quantidade de veneno que deve passar na lavoura. Quem tem que informar para nós é o vendedor. Ele que vende lá é quem tem que informar. Mas não tem um agrônomo assim... Uma vez que um funcionário da casa agropecuária me mandou botar na cebola ali... Ele me orientou ali que era para passar dois produtos: um para matar um tipo de mato e um outro produto para matar outro tipo de mato. Então ele disse que eu tinha que misturar os dois produtos. Ele disse que podia misturar os dois e passar uma dosagem menor. Mas eu disse para ele: “Mas se passar uma dosagem menor não vai matar. Um produto é totalmente diferente do outro. Um não vai ajudar o outro.” E ele me aconselhou assim. Mas eu não usei assim, porque são dois venenos diferentes. Se tu não bota a quantia certa não vai funcionar. Então se um ajudasse o outro, aí sim. Mas um era para matar um tipo de mato e o outro para matar um outro tipo de mato. Então ele disse para eu misturar, mas eu não usei. Podia até ser que funcionasse, mas eu achei que se não mata bem não adianta. Aí eu botei um pouquinho mais forte e deu certo. Matou todo o mato. Eles só não têm prática. Eles aprendem assim é mais para ser técnicos ali.³⁹⁹

Entretanto, tal situação é altamente prejudicial para os agricultores na medida em que, por não receberem orientações adequadas sobre a melhor forma de utilizar os insumos industriais, estes passam a realizar experiências por conta própria, seja aumentando a dosagem dos insumos utilizados nas lavouras ou misturando produtos químicos de finalidades diferentes, com isto contaminando os solos e os alimentos produzidos, colocando em risco a sua própria saúde e, na maioria dos casos, não alcançando os resultados esperados.

Eu tinha um problema com um inço em minha propriedade. É uma florzinha azul, um inço desgraçado de matar. E o veneno roundup não mata aquilo. Então um vizinho meu já tinha feito uma experiência para matar esta praga e disse para mim: “Óh! Tu para

³⁹⁹ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

matar aquela praga tu bota a dosagem certa que é quatro medidas de DNA por vaporizador, mas mistura com uma dosagem de roundap. Que uma de roundap vai ajudar o outro. E se tu botar a metade de cada um não funciona. E rapaz! Foi dito e feito. Aquele pouquinho de roundap junto com o DNA matou tudo. Tudo mesmo. Então eles vão fazendo experiências. No começo eles gastam um pouco de veneno, mas devagarzinho eles vão vendo e um vai dizendo para o outro. Porque na conversa eles dizem: faz assim, assim e assim. E a dosagem às vezes para botar no feijão eles dizem: eu boto 30, o outro diz que coloca 40, o outro 50 e até 60. Aí cada um faz como quer. Mas muitas vezes funciona com menos.⁴⁰⁰ (Obs.: O agricultor não soube informar qual é o produto referenciado como DNA. Também não conseguimos informações sobre este produto nas casas agropecuárias de São Ludgero).

Há que se mencionar que o excesso no uso de produtos químicos acaba trazendo outras consequências negativas no processo produtivo, uma vez que estes não só eliminam os microorganismos indispensáveis a adubação natural dos solos como também propiciam o desenvolvimento de insetos prejudiciais as lavouras em função do desequilíbrio entre as espécies.

Antigamente não tinha nada disso. Hoje é tanto bichinho, tanta imundice, tanta coisa. A cebola! Quanta doença. A gente plantava cebola e nunca adoecia. Agora vai plantar cebola e é aquela nojeira. E não adianta passar veneno. Pode passar veneno, pode passar de tudo, que apodrece tudo ali. Ela vem, mas dali a pouco ela está podre.⁴⁰¹

Por outro lado, a falta de assistência técnica faz com que os agricultores planejem as suas atividades com base nos resultados da safra anterior. Se determinado produto, por exemplo, o tomate, alcançou um preço favorável no mercado, na safra seguinte a tendência é uma opção generalizada dos produtores rurais em cultivar este mesmo produto.

Quando um produto dá preço, então todo mundo planta aquilo. E o quê que acontece? Aí o preço vai lá embaixo. Isto aconteceu aqui na nossa região com o repolho, aconteceu com o tomate, aconteceu com vários produtos. E foi o que aconteceu no ano passado com o arroz. O arroz, há dois anos atrás, foi uma loucura! O preço foi lá em cima. Aí o quê que aconteceu? Todo mundo plantou arroz. No outro ano, pau... O preço foi lá embaixo. Prejuízo. E quem que banca este prejuízo? O produtor. Tudo corre contra o produtor.⁴⁰²

⁴⁰⁰ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

⁴⁰¹ Entrevista realizada com O.H. (Agricultora). Arquivo do autor.

⁴⁰² Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

Isto faz com que geralmente muitos agricultores passem por situações de não conseguirem vender seus produtos, dado o excesso de produção. Eis a reclamação de um agricultor sobre esta questão:

Hoje aqui em São Ludgero existe muita cobiça. Tem muita inveja. Porque se você coloca uma coisa e está dando certo, vai todo mundo em cima. Então hoje deveriam fazer uma reunião com todos os agricultores e dizer assim: se tem 10 plantando um produto não vão 20, ficam 10. Ficam 10 num produto, 10 em outro e 10 noutro. Então se pudesse separar e cada um plantasse certa quantidade de produtos, não daria “embuchamento” das coisas.⁴⁰³

A não rotação de culturas também conduz ao esgotamento dos solos e, com isto, o necessário uso de fertilizantes artificiais. Tudo isto implica num maior desembolso de dinheiro, tornando a exploração menos rentável e, portanto, menos atrativa.

Antigamente a gente não precisava usar agrotóxico. Não, não precisava não. Quanto mais velha é a terra... Porque naquele tempo a gente sempre tinha uma capoeirinha, deixava vir uma capoeirinha, e a gente tocava fogo. Então ficava aquela cinza embaixo e aquilo era bom. A gente usava a terra com vários produtos: um ano era uma coisa, outro ano outra, ou às vezes nem usava aquela parte do terreno. Hoje não. Hoje o agricultor usa o terreno para plantar um só produto. Tem gente aí que só planta tomate. É todo ano tomate. E se não utilizar veneno, aí mesmo que não colhe nada. Tem que colocar veneno, colocar adubo e tudo. As nossas terras já estão muito fracas. Então não é fácil tirar lucro na agricultura. Tá tudo muito caro.⁴⁰⁴

Não basta, portanto, que existam inovações tecnológicas voltadas a otimização das atividades agropecuárias sem que os atores sociais envolvidos recebam o treinamento adequado da melhor forma de utilizá-las. Em não recebendo uma orientação técnica neste sentido, a tendência será que, ao invés de trazer benefícios aos produtores rurais, as inovações tecnológicas continuem provocando prejuízos nos sistemas produtivos diminuindo a renda obtida na atividade agropecuária e, com isto, conduzindo os agricultores a necessária busca de outras fontes de renda.

Considerando o acima exposto, entendemos que a falta de assistência técnica têm se constituído num fator importante para que os produtores rurais de São Ludgero passem a se vincular ao trabalho pluriativo.

⁴⁰³ Entrevista realizada com G.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁰⁴ Entrevista realizada com S.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

4.4 DA SOLIDARIEDADE À AVAREZA: O INDIVIDUALISMO QUE PREVALECE NO MEIO RURAL

A trajetória da espécie humana sobre a terra sempre foi, e continua sendo, altamente subsidiada pelas experiências realizadas pelos homens em sua labuta para adaptação ao ambiente territorial em que optam por habitar. Quando migram para outros espaços, os grupos humanos inevitavelmente levam consigo os conhecimentos adquiridos na base territorial em que viviam, conhecimentos estes que tendem a ser reproduzidos nos novos espaços em que se instalam. Por vezes as condições naturais encontradas no novo ambiente permitem a reprodução das técnicas dominadas pelos povos migrantes tornando mais fácil a sua adaptação. Quando isto não ocorre, forçosamente os migrantes são levados a modificarem seus hábitos, processo em que não perdem por completo os conhecimentos adquiridos em suas antigas bases territoriais, mas procuram adequar estes conhecimentos ao novo ambiente, inclusive assimilando e mesclando sua cultura com a cultura dos indivíduos ali já estabelecidos.

Como não poderia ser de forma diferente, desde o momento em que se instalaram no Vale do Rio Braço do Norte, ao mesmo tempo em que procuraram colocar em prática os conhecimentos adquiridos dos antepassados na terra natal, os colonos foram assimilando e se adaptando as técnicas de trabalho do povo nativo, bem como não ficaram alheios às inovações tecnológicas que pouco a pouco iam sendo difundidas no meio rural pelo capital industrial. Neste sentido, torna-se admissível que, no transcorrer dos anos, a população rural de São Ludgero fosse perdendo parte de suas características socioeconômicas e culturais.

Com efeito, diante a expansão do modelo de produção agropecuário estabelecido pelo avanço das relações capitalistas no campo (com mais ênfase a partir da Revolução Verde), os produtores rurais de São Ludgero – que até o início da década de 1970 exerciam sua profissão fundamentalmente com base em técnicas tradicionais de trabalho –, gradativamente foram se insurgindo contra os discursos dos padres (que tinham certa resistência ao desenvolvimento tecnológico por acreditarem que este influía negativamente na personalidade humana, e por isto privilegiavam e incentivavam o esforço físico do trabalhador em suas atividades laborais) e passaram a incorporar aos seus sistemas produtivos máquinas e equipamentos agrícolas que, aliados ao uso de insumos químicos, proporcionou a

otimização das atividades agrícolas praticadas pelos membros familiares e, com isto, o afastamento das relações de trabalho coletivo vicinal.

Pressionados pela necessária geração de renda de forma a poderem adquirir os bens industrializados a serem utilizados no processo produtivo (fertilizantes, defensivos, equipamentos motomecanizados e demais instrumentos de trabalho) e por vezes compromissados com o pagamento de dívidas contraídas junto aos bancos e casas agropecuárias quando da compra destes e outros insumos agrícolas, a grande maioria dos produtores rurais não mais dispõem de tempo para ajudar os vizinhos em caso de necessidade, pois, se antes pouco ou nada tinham a perder, agora o não sucesso de suas próprias safras significaria a quebra da empresa familiar e, no limite, a perda da própria unidade produtiva, dado que geralmente é a propriedade o bem ofertado pelos agricultores como garantia para o pagamento dos empréstimos realizados junto às instituições financeiras.

Como consequência deste novo ritmo de vida, o sentimento de solidariedade que existia entre os agricultores foi se dissipando dando lugar a desconfiança ⁴⁰⁵ e a avareza. Envolvidos num sistema em que a obtenção do capital em moeda se tornou necessário e imprescindível para que possam saldar as dívidas contraídas, tudo aquilo que antes era concedido aos vizinhos na forma de “presente”, passou a ser comercializado ou, quando menos, fornecido a engorda das criações. Parafraseando a Lei de Lavoisier, segundo o qual “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, podemos afirmar que nas comunidades rurais a norma passou a ser esta: “nada se dá, nada se perde, tudo se aproveita.”. Sob este aspecto nos parece oportuno mencionar o comentário efetuado por Vale quando, citando Marques (2002, pp. 102-3), lembra que

No passado, a população rural possuía sistemas de valores assinalados por solidariedades coletivas, enquanto hoje predomina a “cultura do *zapping*” e o individualismo. Dessa forma, o povoado passa a ser composto por “uma coleção de indivíduos, de famílias que rejeitam assumir qualquer responsabilidade na vida coletiva”.

⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ Segundo dados contidos no Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC 2002-2003), publicados pelo Instituto CEPA/SC, no que se refere ao grau de confiança em relação às pessoas da comunidade, dos 245 estabelecimentos agropecuários pesquisados em São Ludgero, um informou que aumentou o grau de confiança, 46 que a confiança continua a mesma, 195 que diminuiu o grau de confiança e 3 não responderam a pergunta.

⁴⁰⁶ VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UEP, 2005, p. 25.

As transformações socioeconômicas por que passaram as comunidades rurais do município foram de ordem tão profunda que até mesmo os cultos religiosos, cujo horário de celebração eram rigorosamente observados pelos colonos, perderam espaço para as atividades produtivas por aquelas desenvolvidas, sendo que em algumas dessas comunidades foram suprimidas determinadas práticas religiosas bem como se impôs a necessidade de mudança no horário das missas em função de que estas coincidiam com o horário de maior atividade nas granjas.

Antigamente a gente rezava bem mais. Depois era mais rigoroso mesmo. A gente ia comungar, tinha que ser em jejum. De manhã cedo saía de casa às 6, 7 horas. Daí tinha que ir em jejum para a Igreja. E muitas vezes tinha que ir à pé. E hoje em dia não precisa estar em jejum. Se fizer uma hora que comeu já pode comungar. Antigamente era a noite toda sem comer. Era dormir e ir de manhã em jejum para a missa. E hoje não tem mais isso. A confissão antigamente era de cara à cara com o padre. Agora já é comunitária. Eu acho que isso aí não está certo. Porque acho que Deus não deixou assim. A gente faz assim como eles estão fazendo, mas eu acho que não é o certo. (...) Eu acho que muitos já não vão à Igreja porque estão trabalhando em firmas, e as firmas não param aos domingos. Então muitos têm que trabalhar aos domingos. E tem também o pessoal que trabalha com granjas de galinhas. Estes não podem sair. Mas se eles controlassem um pouco o serviço acho que eles poderiam sair para ir ao culto sim. Antigamente nos domingos, a gente ia também de tarde na casa de uma vizinha, noutro dia ia em outra casa. E aquilo também acabou. É raro uma vizinha vir aqui na minha casa conversar comigo.⁴⁰⁷

Desse modo, aquele sentimento de solidariedade que unia as pessoas, que as colocava num mesmo patamar de igualdade, deixou de existir. Fica bem caracterizado aquilo que comentamos anteriormente, quando dizíamos que quanto menos os indivíduos têm a oferecer ao próximo, devido a sua condição de miserabilidade, maior é a tendência destes em doarem-se aos seus semelhantes. Ao contrário, nos dias atuais a tendência daqueles que teriam melhores condições de ajudar o próximo são os que mais tendem a explorá-los. Nesse sentido, as formas de relações solidárias perderam espaço para o individualismo e a competição no mercado. O trabalho, que antes apresentava o caráter coletivo, freqüentemente realizado em forma de mutirões, e que em última análise garantia certa estabilidade na produção de bens voltados a subsistência dos membros da colônia, agora se transformou em trabalho individual, de caráter privativo e que, para além da pura

⁴⁰⁷ Entrevista realizada com A.R.W. (Agricultora aposentada). Arquivo do autor.

subsistência do grupo familiar, busca outras formas de satisfação pessoal, inclusive a busca de diferenciação econômica como forma de projeção social.

Isso hoje de ajuda, é muito pouco, porque hoje você já deve ter passado em muitas casas onde está o casal de velhos e só tem mais um filho com eles. E este filho talvez até já trabalhe fora. Então ele está ali só para manter, para cuidar dos pais em casa. E aquela parceria de o cara hoje precisou e nós vamos lá, amanhã eles vem tudo aqui, isto acabou. Aquilo eu não vejo mais.⁴⁰⁸

Hoje cada um está voltado a produzir o mais que pode para conseguir se manter. (...) O agricultor, se for analisar, ele não cresceu como as indústrias cresceram. Então como ele ficou para trás, ele também se tornou um individualista igual às empresas. Que as empresas, elas tem o patamar delas. Os empregados têm que trabalhar para elas e pronto. E o agricultor ficou igual. Eu trabalho para mim e o outro lá trabalha para ele. Então não tem mais aquela parceria de todos se ajudarem. Porque a agricultura é um setor que hoje exige produção.⁴⁰⁹

Junto com a avareza vieram também os conflitos. Conflitos advindos pela rígida demarcação das extremas de terras, até então pouco observadas ou pacificamente restabelecidas; pelo acesso as raras fontes de águas sem contaminação por agrotóxicos; pelo gado que invadiu a propriedade e destruiu parte da plantação que tinha por destino a venda no mercado; pelo vizinho que consegue produzir em maior quantidade e que por isto entrega o produto a preços mais baratos; pelos granjeiros que instalam suas unidades produtivas próximo a casas de seus vizinhos, infligindo-lhes a convivência com o mau cheiro e com enxames de moscas advindas pelo tratamento inadequado das fezes dos animais; pelo desrespeito de alguns em relação às poucas tradições religiosas que os mais antigos ainda teimam em preservar.

Olhando para trás eu vejo que, no meu tempo de criança, eu acho que o pessoal era mais unido. Quer dizer, eles se ajudavam mais. Hoje a gente vê que é mais cada um para si. Quem tem mais poder ele não quer se encostar com outro. É aquele negócio assim. Cada um quer subir sozinho. Isto aí eu acho que é uma coisa muito ruim para nós. Porque se os agricultores trabalhassem mais no sistema de cooperativas eles teriam mais força. Hoje, se quisessem, os agricultores teriam muita força.⁴¹⁰

Na pesquisa de campo, embora reconheçam que muita coisa mudou para melhor, vários depoimentos denotam certo saudosismo dos entrevistados em

⁴⁰⁸ Entrevista realizada com G.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁰⁹ Entrevista realizada com A.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴¹⁰ Entrevista realizada com B.W. (Vereador). Arquivo do autor.

relação aos tempos de antigamente, principalmente no tocante a ajuda mútua e a convivência social.

Hoje tem muito individualismo. O pessoal da agricultura está mais desunido do que antigamente. (...) Há uns 10 anos atrás o pessoal costumava se reunir aos domingos à tarde para jogar vôlei, futebol. Hoje não existe mais isto. (...) Então não tem mais aquele lazer todo de chegar, reunir e conversar um domingo à tarde, ou um final de semana. Ter futebol, uma coisa assim... Isto falta bastante na nossa comunidade.⁴¹¹

Nós antigamente repartíamos tudo. Agora o povo hoje, os vizinhos... Nós todas as noites saíamos e íamos na casa de alguém cantar, conversar. Ia para cá, ia para lá; era parente, não parente... Nós tínhamos que sair à noite para conversar, contar o passado, contar tudo o que acontecia. E hoje para um chegar na casa do outro e conversar como é difícil... Como é difícil. Sei lá, ficou cada um para si.⁴¹²

Considerando o exposto, não temos dúvidas que a quebra no sentimento de solidariedade que unia os agricultores acabou se refletindo na própria atividade agropecuária desenvolvida nas comunidades rurais. Diante a impossibilidade de poderem contar com a ajuda e solidariedade dos vizinhos nos momentos de crise (seja no auxílio em atividades agrícolas nos casos em que ocorrem doenças que impossibilitam o trabalho dos membros familiares; ou ajuda nos momentos em que as condições climáticas adversas impõem uma rápida resposta em termos de alocação de trabalhadores para salvar a produção que está em risco; ou ainda no transporte imediato da safra agrícola que está a ponto de deteriorar até o mercado consumidor; etc.) e por não conseguirem se adaptar a esta nova realidade, muitos agricultores deixaram de ter na atividade agrícola (consideradas por eles mesmos como de alto risco) a sua principal fonte de renda, buscando no trabalho assalariado uma alternativa de vida e, com isto, se tornando trabalhadores pluriativos.

⁴¹¹ Entrevista realizada com A.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴¹² Entrevista realizada com M.S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

4.5 A RENDA DIFERENCIAL DA TERRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA BUSCA DO TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA

De acordo com Oliveira, embora que a terra seja vista e utilizada como sendo uma mercadoria deve-se sempre ter em mente que ela não é fruto do trabalho humano razão pela qual o seu valor diferencia-se dos demais produtos e não deve ser visto como capital. Para este pesquisador, o valor da terra deve ser entendido como resultado da ideologia capitalista, que falsamente tenta considerar a terra como capital, o que na verdade ela não é. Resumindo, como não é possível classificar a terra como sendo capital fica entendido que esta não pode gerar lucro, e sim renda.⁴¹³

Entretanto, mesmo que não seja fruto do trabalho humano, ao ser utilizado como objeto de mercadoria a terra passou a ter um preço. E a valorização do preço da terra ficou inexoravelmente associada a sua maior ou menor capacidade de geração de renda. Oliveira define como sendo *renda da terra* “a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições”⁴¹⁴ e acrescenta que, dependendo da forma como se dá a extração da renda da terra, ela recebe denominações distintas: se a renda da terra for resultante da concorrência, ela é denominada *renda diferencial*; por outro lado, se esta resulta do monopólio, é definida como *renda absoluta*.

Não obstante estas duas formas de renda serem importantes para a compreensão da composição do preço da terra, neste trabalho ficaremos restrito à discussão em torno da *renda da terra diferencial* uma vez que entendemos que é ela que se manifesta mais claramente na área espacial em estudo. De início cabe destacar que

A renda da terra diferencial é produto do caráter capitalista da produção. Numa palavra, resulta da concorrência entre os produtores capitalistas. Isto significa dizer, que ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir. Como sob o modo capitalista de produção é o preço de produção do pior solo, aquele que regula o preço de mercado, a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solo mais férteis,

⁴¹³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (b) O que é? Preço da terra. **Orientação**, n. 7, dez. 1986, São Paulo: Instituto de Geografia/Departamento de Geografia/USP.

⁴¹⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (a) Renda da terra diferencial I. **Orientação**, n. 6, nov. 1985, São Paulo: Instituto de Geografia/Departamento de Geografia/USP, p. 93.

por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados.⁴¹⁵

Ainda segundo o autor acima citado, a *renda da terra diferencial* é identificada sob duas formas, a saber:

a) *Renda da terra diferencial I*: é aquela obtida independentemente da aplicação de capital na produção específica e pode ser originada por duas causas distintas: a diferença da fertilidade natural dos solos e a localização das terras.

No primeiro caso, os proprietários de terras que possuem solos naturalmente férteis conseguem uma maior produtividade por hectare. Consequentemente suas rendas serão superiores em relação aos seus pares que detêm solos menos férteis, uma vez que aqueles se vêem obrigados a investir capital para melhorar a qualidade dos solos de modo a que possam obter a mesma produtividade por hectare. Dessa forma, a desigualdade na fertilidade natural dos solos faz com que os detentores de solos mais férteis possam auferir a *renda da terra diferencial I*, fator este que acaba por valorizar a propriedade, possibilitando um maior ganho ao seu proprietário, seja quando produz, quando arrenda ou na hora que decide vender a propriedade.

No segundo caso, a *renda da terra diferencial I* é obtida em função da proximidade da propriedade com o mercado consumidor, o que conseqüentemente implicará numa menor despesa com o transporte dos bens produzidos. Também neste caso, quanto mais próximo ao mercado consumidor, tanto maior será o valor atribuído à propriedade nos aspectos anteriormente já mencionados.

b) *Renda da terra diferencial II*: é aquela em que se torna necessário o investimento de capital para melhorar a fertilidade natural da terra, de modo a que seja possível uma maior produtividade por hectare. Assim, embora também se constitua numa das causas da renda diferencial da terra, esta se diferencia das duas outras anteriormente citadas por ser uma causa eminentemente capitalista, pois para que seja possível a sua obtenção é imprescindível o investimento de capital.

Dito isto, voltemos nossa atenção para a realidade presente nas comunidades agrícolas de São Ludgero a fim de verificarmos de que modo este arcabouço teórico pode contribuir para a compreensão da expansão do trabalho pluriativo no município.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, (a), op. cit., p. 93.

Em outros momentos neste trabalho já mencionamos que as áreas espaciais constituídas pelas várzeas do Rio Braço do Norte e que foram ocupadas pelos imigrantes westfalianos para uso com atividades agropecuárias, no decorrer do tempo foram sendo utilizadas para a instalação de construções e demais ocupações próprias do universo urbano, o que pressionou o deslocamento de muitos agricultores para o interior do município, onde se juntaram aos outros que ali já estavam estabelecidos. Também mencionamos que nos espaços interioranos os terrenos apresentam restrições à atividade agropecuária em função da expressiva irregularidade do relevo bem como devido a menor fertilidade dos solos a serem cultivados.

Além de o relevo dificultar o uso de máquinas agrícolas (o que por sua vez influencia na escolha dos produtos a serem explorados na propriedade bem como reduz as possibilidades de expansão da produção e, conseqüentemente, limita as chances de aumento da renda familiar), a própria localização das propriedades – e por extensão, dos novos espaços utilizados para o desenvolvimento das atividades agrícolas – passou a ser um problema a mais para os agricultores dado a distância destas do núcleo urbano e, portanto, do mercado consumidor.

Em sua maioria desprovidos de recursos para transportar os gêneros produzidos aos entrepostos comerciais, os agricultores passaram a depender de outros agricultores “mais fortes” ou de comerciantes (do município ou fora deste) que dispunham de caminhão, veículo este que se constituiu no principal meio de transporte utilizado para deslocar os produtos agrícolas até os centros urbanos. Tal situação fica claro no seguinte depoimento:

Veja você que eu tenho quatro filhos. Mas tem apenas um que ficou lá comigo, na propriedade, porque ele é casado. Mas assim, o que eu vou dizer... ? Ele é colono seis meses por ano, porque ele gosta da agricultura igual a mim. Mas ele trabalha com caminhão. Existem 120 plantadores de fumo para os quais ele faz o transporte de mercadorias. Então ele fica seis meses naquele serviço de transporte de produtos e seis meses ele vai fazer uma lavoura. Mas a lavoura é mais um bico, um quebra galho. ⁴¹⁶

Mediante o fato de estarem relativamente isolados nas comunidades rurais, muitas vezes alheios as oscilações de preços dos bens que produziam no mercado e geralmente serem pouco dados as lides de transações comerciais, não

⁴¹⁶ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do autor.

restavam muitas opções para os agricultores senão submeterem-se as imposições dos atravessadores (expressão pela qual são denominados os indivíduos que se dedicam a comprar a produção dos agricultores por preço baixo para revendê-la no mercado com grande lucro) caso desejassem comercializar sua safra.

Por sua vez, a pressão dos atravessadores sobre os produtores rurais para que baixem os preços dos gêneros agrícolas sempre foi tanto maior quanto maiores sejam as possibilidades dos produtos a serem adquiridos se degenerarem devido a falta de condições adequadas para armazenamento. Ao contrário da batata-doce, aipim e alguns outros produtos que podem ser deixados mais tempo na roça ou serem armazenados por um período mais longo sem o perigo de se deteriorarem pela ação do tempo, alguns outros produtos têm pouca durabilidade após a colheita, tais como frutas e verduras, o que requer agilização em sua comercialização.

Apesar de tudo, hoje está um pouco mais fácil da gente vender a produção. A população aumentou e precisa de comida. Antigamente a gente plantava mandioca. Eu era ainda pequeno, mas o meu pai plantava. Então às vezes a gente tinha que deixar a mandioca 3 anos na roça porque não tinha para quem vender. A farinha que era produzida aqui em São Ludgero era exportada até para a Alemanha. Ela era levada de trem até o porto de Imbituba e lá era embargada em navios. E quando não tinha saída de farinha de mandioca o engenho nem trabalhava. Nós levávamos a mandioca para o engenho para fazer farinha e pagava o serviço dando 1/3 do produto final para o dono do engenho. Ele ficava com uma parte da farinha e nós com duas. Então nós estocávamos farinha, ficava ali, ficava ali... Feijão também. Feijão velho que chegava a mofar tudo. Então naquele tempo era muito ruim. Hoje está mais fácil de vender, só que com pequena margem de lucro. Porque as empresas querem ganhar muito.⁴¹⁷

Nós temos plantado batata-doce e tem uma roça de aipim. Temos umas 500 caixas de aipim ali para vender. Só que agora não tem saída. No começo até vendemos um pouquinho, mas agora não tem saída. Acho que todo mundo plantou demais. Se a gente plantasse e ainda conseguisse vender... Mas nem sai. Então o jeito é deixar na roça para ver se vende no ano que vem.⁴¹⁸

Assim, em que pese as tentativas de valorizar os bens produzidos pelo esforço despendido pelos membros da família, via de regra os produtores rurais ainda enfrentam o problema de terem que entregar suas mercadorias aos atravessadores à preço que muitas vezes mal cobrem os custos de produção mas

⁴¹⁷ Entrevista realizada com M. N. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

⁴¹⁸ Entrevista realizada com S. H. (Agricultora). Arquivo do autor.

sabendo que, caso não o façam, estão comprometendo a obtenção de renda para investimento na safra seguinte.

Na pesquisa de campo, o relato de alguns agricultores idosos dão conta que este problema sempre gerou muitos conflitos entre os produtores rurais e os atravessadores. Nas palavras de um agricultor entrevistado,

A gente sempre dependeu muito dos atravessadores para levar a produção para o mercado. Estradas quase não existiam e as que tinham sempre estavam em péssima conservação. Então para nós era bastante difícil. Levar como: de carro de boi? Antigamente isto já não era possível, imagine então nos dias de hoje. Então a gente ainda depende muito dos atravessadores. E a discussão sobre o preço da mercadoria não mudou nada. Às vezes eles chegam e dizem: “Oh! Se tu não quiser vender por este preço então eu vou ali e compro a safra do vizinho, que ele está louco para vender.” E o pior é que todo mundo quer mesmo vender a produção. Então não há uma união entre os próprios agricultores para a gente ter um preço que seja mais justo para nós. É cada um por si e os atravessadores se aproveitavam dessa situação. Mas uma vez eu botei um deles para correr da minha propriedade. Nós tínhamos plantado uma roça de tomate e na hora de vender o atravessador chegou botando defeito, que era pequeno, que valia pouco e pisou em cima dos tomates que estavam no paiol. Aí eu peguei um pedaço de pau e fiz ele correr da minha propriedade. Naquele ano nós perdemos a roça de tomate. Então é assim. Ou a gente vende pelo preço que eles querem pagar ou corremos o risco de perder a plantação.⁴¹⁹

A fundação da Cooperativa Mista de São Ludgero Ltda., ocorrida em 1936, ajudou a amenizar o problema dos agricultores no que diz respeito à comercialização da produção, entretanto só em relação a determinados bens agrícolas, pois “os produtos que se estragavam facilmente não eram aceitos para serem ali comercializados.”⁴²⁰ Mas, após o fechamento da Cooperativa no ano de 1974⁴²¹, novamente se fez presente as dificuldades inerentes à comercialização dos bens agrícolas produzidos.

A partir de meados da década de 1970 e principalmente na década de 1980 os produtores rurais voltaram sua atenção para outros ramos produtivos que

⁴¹⁹ Entrevista realizada com A.D. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

⁴²⁰ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

⁴²¹ De acordo com informações fornecidas pelo Sr. Lucas Schilickmann, já em 1970 a Cooperativa Mista de São Ludgero estava praticamente falida. Naquele ano o Ministério da Agricultura realizou um levantamento da situação financeira e administrativa da Cooperativa, sendo encontradas muitas irregularidades, razão pela qual àquele Órgão passou a pressionar para que houvesse o fechamento da mesma. No ano de 1974, São Ludgero foi vítima da grande enchente ocorrida no Sul de Santa Catarina, a qual destruiu as instalações prediais da Cooperativa, sendo então decretada a sua falência.

não a lavoura, passando a dedicarem-se com mais ênfase à criação de animais, investindo, sobretudo, em granjas de galinhas de postura e de corte, chegando ao ponto do município ocupar o primeiro lugar em produção de ovos no Estado de Santa Catarina. Além da criação desta espécie de ave, também houve um aumento significativo no número de agricultores que apostaram na criação de vacas leiteiras e na criação de novas raças de suínos, desta feita com a finalidade de obtenção de carne e não de banha. (ver **fotos 11, 12 e 13**) Conforme afirma o médico veterinário do escritório da CIDASC / São Ludgero:

A produção de leite aumentou bastante. Muitas pessoas que tinham roça, que plantavam muita verdura, pararam. Tinham 3 ou 4 vacas de leite, hoje estão com 15 ou 20. Tinham 50, 60 matrizes suínas, hoje estão com 100. Então o pessoal foi abandonando aquela outra área, a agricultura, e se dedicando só a esta área de pecuária. Muitos também que trabalhavam com agricultura hoje abandonaram tudo e estão integrados, produzindo frango. Frango de postura e de corte. Estão se dedicando basicamente àquilo ali.⁴²²

Assim, embora que nos dias atuais a relação dos agricultores de São Ludgero com o mercado tenham sofrido significativas modificações, em muitos aspectos estes ainda continuam tendo que superar vários obstáculos para continuarem subsistindo enquanto pequenos produtores rurais e poderem competir com seus pares no circuito mercantil. A maioria deles ainda depende dos atravessadores para escoar a sua produção; os solos cada vez mais exigem a aplicação de capital para a recuperação de sua fertilidade; o mercado consumidor passou a exigir a oferta de bens agrícolas com alto padrão de “qualidade”, os quais nem sempre são possíveis de serem produzidos em vista as condições existentes nas pequenas propriedades; as estradas vicinais, embora tenham melhorado muito, ainda apresentam problemas no que diz respeito à conservação.

Já no que concerne a relação entre os agricultores no sentido de se organizarem para fazerem frente à pressão dos atravessadores quando da negociação da safra, na pesquisa de campo constatamos que neste aspecto houve até uma evolução para pior, sendo vários os depoimentos em que estes se acusam mutuamente pelo fraco poder de negociação na hora de vender os bens produzidos. Isto de certa forma é um reflexo da própria expansão das relações capitalistas no campo, onde a obtenção do capital moeda passou a ser fundamental para que os

⁴²² Entrevista realizada com R.F. (Médico veterinário - CIDASC/São Ludgero). Arquivo do autor.

Foto 11, 12 e 13 – Atividades alternativas à lavoura: criação de aves, suínos e gado leiteiro.



Fotos do Autor



Foto de Alexandre Alves de Freitas Noronha

produtores rurais possam manter suas unidades produtivas, situação que tem levado ao crescente acirramento na disputa por espaços no mercado e ao individualismo no circuito mercantil.

Eu digo uma coisa. Se a gente tivesse mais união, dentro da agricultura a gente teria muita força. Se bem que é uma minoria hoje, porque no município a gente tem uma faixa de umas 400 famílias que trabalham com agricultura, mas dava uma força grande. Se todas elas fossem unidas. Mas a agricultura é a classe que eu acho que, na minha opinião, é a classe que é mais desunida que tem. Porque se eu tenho... Por exemplo, se eu planto fumo. O preço está ruim. Então vamos fazer assim. Vamos organizar e não vamos entregar. Vamos entregar por preço "x". Se todo mundo fizesse isto a gente conseguiria forçar essa gente (os atravessadores) a pagar um melhor preço pela nossa mercadoria. Mas daqui a pouco tem aquele lá que fura. Entrega. E aí começa a quebrar. E aí aquela combinação... Eu nunca vi funcionar direito se depender de uma união dos agricultores. É difícil. É a classe mais desunida que eu acho. Porque um funcionário, muitas vezes ele quer fazer uma greve, a maioria eu acho que adere a greve. E o agricultor ele às vezes torce para que o seu colega faça para ele chegar na frente e vender, para quebrar o movimento.⁴²³

Finalizando, existe ainda o descompasso entre o avanço dos preços dos insumos e máquinas agrícolas em relação ao aumento da renda obtida na atividade. Isto implica que seguidamente os produtores rurais tenham que aumentar o volume de produção para poderem contrabalançar os gastos na aquisição dos insumos industriais utilizados no processo produtivo. Porém nem sempre isto é possível devido a vários fatores, tais como a indisponibilidade de terras para expandir as lavouras, escassez de recursos hídricos para irrigação, a falta de recursos financeiros para realizar o investimento, etc. Eis alguns relatos de agricultores sobre esta questão:

Basicamente o pessoal não consegue sobreviver em relação ao preço. Tudo está relacionado ao preço do produto a ser vendido. Porque ninguém consegue sobreviver na agricultura se não tiver um lucro na atividade. E isto vem desde a semente. Há um tempo atrás, quando nós plantávamos 33 sacos de feijão, dava para comprar uma moto nova. Hoje um saco de feijão está em torno de R\$ 80,00. Se nós fizemos um cálculo de 33 sacos de feijão nós hoje teríamos que produzir o dobro, ou seja, produzir 66 sacos para conseguirmos comprar a mesma moto. O preço do que produzimos ficou parado, enquanto que o preço das outras coisas foi se distanciando.⁴²⁴

⁴²³ Entrevista realizada com B.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴²⁴ Entrevista realizada com I.D. (Agricultor). Arquivo do autor.

Hoje está bem difícil de plantar alguma coisa. A única coisa que ainda mantém o produtor na roça é o fumo. Eu fiquei um ano tentando plantar outras coisas, como verduras, feijão e milho, mas não tem como. Apesar de plantar bastante o retorno é muito pouco. A gente gasta, tem despesas, etc., e não tem retorno. É muito barato para vender. Não tem como sobreviver. O retorno financeiro é pouco.⁴²⁵

A reclamação dos agricultores tem a sua razão de ser. Na verdade grande parte deles mal consegue equilibrar a relação entre os gastos efetuados na atividade produtiva com as rendas obtidas na comercialização da produção, o que é muito pouco se levar em consideração o padrão de consumo vigente na sociedade em que estão inseridos. Se a renda obtida com a safra for suficiente apenas para reinvestir no desenvolvimento da safra seguinte, pressupõe-se que o grupo familiar não teve suas necessidades pessoais ou coletivas atendidas. Por outro lado, se a renda obtida na safra for desviada para o atendimento das necessidades do grupo familiar é a atividade produtiva que ficará prejudicada, tendendo a diminuir o investimento no desenvolvimento da safra seguinte, o que poderá se refletir num menor retorno financeiro. O que dizer então das pretensões de investimento na atividade quando os produtores rurais conseguem apenas renda suficiente para cobrir o custeio da produção?

Eu vejo assim. Quando se trata de custeio, custeio você vai colocar na atividade e vai tirar. Igual você vai comprar insumos, daqui a pouco você produz, vai vender a produção e quita. Agora investimento não. Tem que ter um retorno, um lucro na atividade para amortizar aquele investimento. Então se você quer comprar uma vaquinha boa, terá que pagar no mínimo R\$ 1.500,00. Se forem dez vacas, são R\$ 15.000,00. Hoje, quando você vai tirar o leite já estão exigindo que você tenha ordenhadeira mecânica, com resfriador. Isto aí você não consegue comprar por menos de R\$ 15.000,00. Aí o investimento já subiu para R\$ 30.000,00. Então você vai ter que diluir isto aí em parcelas e ir amortizando. Então tem que ser uma atividade que realmente tenha que ter rentabilidade, senão não compensa investir.⁴²⁶

De certo modo, pode-se dizer que os agricultores estão envolvidos num círculo vicioso para o qual não existem muitas alternativas de escape. Para produzir, dependem dos insumos industriais. A aquisição destes insumos demanda o desembolso de altas somas. Para obterem o dinheiro necessário para a aquisição dos insumos os agricultores têm que aumentar cada vez o volume produtivo de

⁴²⁵ Entrevista realizada com O.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴²⁶ Entrevista realizada com E.L. (Granjeiro). Arquivo do autor.

forma a conseguirem um maior retorno financeiro para cobrir o custeio da produção. Na medida em que os agricultores aumentam o volume de produção consequentemente aumentam a oferta de produtos no mercado, o que acaba jogando os preços para baixo. Por outro lado, quanto maior for a expansão da atividade, maior será a quantidade de insumos industriais que esta demandará e, portanto, maiores serão os gastos de custeio, o que resultará no desembolso de maiores somas.

Mas, embora estejam inseridos num círculo vicioso em que não existem muitas alternativas de escape, tal qual o exposto acima, os produtores rurais têm consciência de que não podem abandonar por completo a atividade agropecuária por maiores que sejam os problemas que tenham que enfrentar. O abandono da atividade iria ocasionar a deterioração das benfeitorias e dos instrumentos de trabalho pela falta de uso, bem como as áreas de cultivo seriam reocupadas por capoeiras, o que implicaria em maiores dificuldades quando do retorno à atividade. Além disto, o abandono da atividade agrícola traria ainda o inconveniente de diminuir as possibilidades de uso da força marginal (o envolvimento de velhos e crianças em atividades que, embora mais simples e menos pesadas, são importantes para a manutenção do grupo familiar) o que significaria no aumento da aquisição de bens industrializados e, portanto, de maiores gastos. Por outro lado, os agricultores também sabem que não podem ficar alheios às inovações tecnológicas que são direcionadas ao setor agropecuário, uma vez que a incorporação dessas tecnologias no processo produtivo é condição *sine qua non* para que possam continuar competindo no mercado consumidor.

Ocorre, porém, que nem sempre o grupo familiar consegue gerar renda suficiente para, simultaneamente, suprir as necessidades da família e investir na modernização tecnológica das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade (compra de equipamentos agrícolas e demais insumos produtivos). Quando isto ocorre, a tendência é o grupo familiar traçar estratégias buscando alternativas que possam garantir a continuidade da exploração agrícola, sendo basicamente dois os caminhos utilizados para a obtenção de capital para investimento na atividade: a busca de financiamento junto aos estabelecimentos bancários (que conforme será visto no item 4.7 apresenta suas limitações e inconveniências) ou, o que tem se tornado a prática mais comum, o uso da força da mão-de-obra familiar em atividades assalariadas não-agrícolas sendo que parte da

remuneração recebida pelos trabalhadores é investida na atividade agropecuária desenvolvida na propriedade.

Este é um dos motivos que estão levando muitas famílias de agricultores de São Ludgero adotarem como estratégia o direcionamento de parte da mão-de-obra para o exercício do trabalho assalariado não-agrícola como forma de captação de capital, seja para investimento direto no processo de produção agropecuária ou para cobrir os gastos demandados pelo atendimento das necessidades familiares que não estão sendo possíveis de serem supridas mediante a renda obtida na atividade agrícola.

Assim, com base em dados e informações colhidos na pesquisa de campo, podemos afirmar que: o tamanho reduzido das propriedades rurais; a irregularidade topográfica dos terrenos; a baixa fertilidade do solo (que implica em gastos na aquisição de fertilizantes industrializados); a grande distância das propriedades rurais em relação aos centros consumidores (que dificulta e onera a comercialização dos bens produzidos); a dependência de atravessadores para levar os bens produzidos ao mercado consumidor e o descompasso entre a evolução dos preços pagos na aquisição de insumos agrícolas em relação à evolução dos preços de venda dos bens agropecuários, são aspectos que estão dificultando o exercício da atividade agropecuária no município de São Ludgero e colocando-os em situação de desvantagem quando inseridos no circuito mercantil. Tal situação conduz a que inevitavelmente as famílias rurais fiquem insatisfeitas com o rendimento da atividade e estejam atentas a outras formas de obtenção de renda fora da agricultura como alternativa ao atendimento das necessidades de seus membros.

É neste sentido que identificamos uma correlação entre as disparidades socioeconômicas provocadas pela *renda diferencial da terra* com a presença do trabalhador pluriativo no município de São Ludgero.

4.6 A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE MEMBROS FAMILIARES X ESPAÇO FÍSICO DISPONÍVEL AO TRABALHO

Durante muito tempo a composição das famílias que habitam o campo brasileiro apresentava como uma de suas principais características a presença de um grande número de indivíduos numa mesma unidade doméstica, frutos de um só casamento.

Estimulados por uma rígida orientação religiosa onde a geração de filhos era considerada uma benção divina e tido como elemento essencial na vida conjugal, os recém casados desde o início eram socialmente cobrados para cumprir o papel que lhes era reservado enquanto reprodutores, razão pela qual a prole era sempre numerosa. Tal situação era ainda mais contundente nos pequenos municípios estruturados em torno da atividade agrícola, onde os párocos detinham grande poder de influência sobre a população rural e interferiam diretamente na vida privada das famílias, impondo normas e cobrando da população uma prática comportamental de acordo com as “leis divinas”, entre as quais se considerava como pecado o uso de qualquer mecanismo contraceptivo no relacionamento conjugal. Sob a ótica da igreja, o casal que utilizasse recursos para evitar a gravidez estava indo diretamente contra a vontade de Deus, uma vez que Ele foi bastante claro quando, ao colocar o homem na terra, lhes disse: “Frutificai-vos e multiplicai-vos e enchei a terra, subjugando-a e dominando os peixes do mar e as aves dos céus, bem como todo ser que se arrasta pela terra.” (Gênese 1:28)

Como não poderia ser diferente, em São Ludgero, cujo povoamento se deu por imigrantes que adotavam o catolicismo como religião, a influência dos párocos sobre a população local foi muito intensa, sobretudo até o início década de 1970, quando o município ainda vivia um cotidiano que girava em torno da produção agropecuária e a população não tinha contato mais estreito com os centros urbanos maiores, aonde se multiplicavam práticas e condutas que infringiam as leis divinas.⁴²⁷ Em função da população assimilar essa normatização de comportamentos imposta pela Igreja⁴²⁸ e seguir fielmente as orientações dos párocos (afinal, eles se apresentavam e eram vistos como os interlocutores dos

⁴²⁷ Durante o período de carnaval, por exemplo, enquanto na maioria dos centros urbanos a população se descontraía em brincadeiras, em São Ludgero a Igreja convocava os fiéis para fazerem vigília e rezarem para salvar as almas daqueles “pecadores”.

⁴²⁸ Ver ALVES, Elza Daufenbach, (a), op. cit.

desejos de Deus), nas comunidades rurais do município ter um filho já no primeiro ano de casamento era praticamente uma lei.

Quando o primeiro rebento custava a aparecer, ou existia um espaço de tempo considerado muito grande entre o nascimento de uma criança e a geração de outra, o casal era questionado tanto pelo padre (que exercia o papel de conselheiro matrimonial por ocasião das confissões semanais e interferia diretamente na fraca “produtividade” do casal) quanto pelos demais integrantes da comunidade, que viam a falta de filhos como sintoma de uma disfunção corporal. Nestes casos, seja por que motivo fosse o atraso na geração do primeiro filho, os casais que não cumpriam o papel que lhes era reservado enquanto reprodutores viam-se expostos a todo tipo de conjecturas sobre sua vida privada (sobretudo a sexual) e geralmente identificados pelos demais integrantes da comunidade por expressões pejorativas tais como “aqueles são falhados”.

Mas, para além do discurso dos padres acerca da necessidade de colocar novas almas no mundo para servir a Deus, havia outros motivos que interferiam e influenciavam para a geração de um grande número de filhos entre os agricultores. Num período em que não dispunham de máquinas e instrumentos agrícolas que pudessem lhes auxiliar nos trabalhos (seja porque estes ainda não eram encontrados no mercado ou porque não tinham condições de adquiri-los), as atividades desenvolvidas pelos agricultores eram executadas basicamente por intermédio da força braçal, razão pela qual qualquer entrada de um novo trabalhador no universo produtivo familiar era mais do que bem vindo. Neste sentido, como as atividades agrícolas dependiam basicamente do uso da mão-de-obra familiar, existia a idéia enraizada no subconsciente dos produtores rurais que quanto mais filhos o casal tivesse tanto maior seriam as possibilidades da família progredir em função de uma maior disponibilidade de mão-de-obra ao trabalho. Conforme destaca Farias, o elevado número de filhos entre as famílias de agricultores estava associado ao fator de ordem econômica. Os filhos eram vistos “como mão-de-obra para o sustento da família, ou seja: quanto maior o número de filhos, maior o número de trabalhadores para a roça.” ⁴²⁹

Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil era alta, devido às péssimas condições sanitárias em que viviam a maioria dos agricultores bem como em

⁴²⁹ FARIAS, Kelson Adriani de, op. cit., p. 86.

decorrência do difícil acesso destes aos serviços de saúde, situação esta que tendia a formação de um “estoque de reserva” com o intuito de possibilitar a substituição da mão-de-obra que, por um motivo ou por outro, ia sendo excluída do núcleo produtivo familiar. Aliado a estes fatores, a falta de orientação sexual voltada a ensinar métodos contraceptivos aos agricultores e considerando as poucas possibilidades destes em terem acesso aos itens disponibilizados à população urbana para uma vida sexual ativa sem o risco da gravidez, fazia com que o número de partos entre as mulheres nas zonas rurais fosse elevado. Em vista disto, era muito comum encontrar-se nas comunidades agrícolas de São Ludgero famílias constituídas pelo casal e mais 10, 12 e até 15 filhos. Casais com menos de cinco filhos constituíam-se em exceção. Alguns depoimentos ilustram o que acabamos de comentar:

Nós éramos em 11 irmãos. Morreram dois e, dos que estão vivos, a maioria deles estão todos na praça.⁴³⁰

Eu tinha nove irmãos. Na verdade mesmo eram 12 irmãos, mas faleceu três quando ainda eram pequenos. Eu nem cheguei a conhecer eles. Naqueles tempos o “grupe” matava muitas crianças. Mas mesmo assim, depois morreram mais dois irmãos.⁴³¹

As famílias aqui eram grandes. Muitos filhos. A nossa família era o pai, a mãe e mais 15 filhos: oito mulheres e sete homens. Alguns irmãos meus morreram quando eu ainda nem havia nascido. Não cheguei a conhecê-los.⁴³²

Mas, se por um lado, o elevado número de filhos proporcionava certa segurança no que diz respeito à disponibilidade de mão-de-obra para a execução das atividades desenvolvidas na propriedade, por outro demandava maiores gastos com o atendimento das necessidades individuais e coletivas do grupo familiar. Sob este aspecto não se pode desprezar o fato de que tanto o sexo quanto a faixa etária dos membros do grupo familiar influem no maior ou menor envolvimento das forças produtivas nas atividades realizadas na propriedade. Famílias agricultoras que possuem grande número de membros do sexo feminino ou em idade não produtiva, apresentam maiores dificuldades para investir no setor produtivo, dado que uma parte significativa da renda familiar é utilizada para a satisfação das necessidades de uma parcela que consome, mas que produz pouco, ou simplesmente não produz. No caso das mulheres agricultoras, apesar de todo o esforço e sobrecarga de

⁴³⁰ Entrevista realizada com S.B.H. (Agricultora). Arquivo do autor.

⁴³¹ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor aposentado). Arquivo do autor.

⁴³² Entrevista realizada com J.W.S. (Vereador). Arquivo do autor.

trabalho a que são submetidas, existe ainda o problema (embora que bastante atenuado) de que elas tradicionalmente estão submetidas mais severamente a autoridade paterna (ou masculina), sendo menor a autonomia que têm no que diz respeito a iniciativas individuais no setor produtivo, geralmente se limitando a executarem as tarefas que lhes são designadas. Estas questões acabam repercutindo na estrutura familiar na medida em que alguns membros terão que se desdobrarem para darem conta da produção de bens em quantidade suficiente para a geração da renda necessária para suprir suas necessidades e também as necessidades dos demais integrantes da família que, por um motivo ou outro, não participam ativamente do processo produtivo. Observa-se aqui aquilo que Chayanov já havia identificado no campesinato russo do século XIX, ou seja, a eterna luta dos produtores rurais na busca da equivalência entre o trabalho e o consumo.

Um outro aspecto importante em relação ao número de indivíduos que formam o grupo familiar é que, geralmente, quanto maior for a quantidade de pessoas a terem suas necessidades cobertas pela renda proveniente de atividades agrícolas, tanto maior deverá ser a quantidade de bens produzidos para gerar esta renda e, conseqüentemente, maior tenderá a ser o percentual de utilização da área territorial da propriedade com a exploração agropecuária. Sendo assim, famílias de agricultores com grande número de indivíduos, teoricamente demandam a posse de maiores áreas territoriais de modo a poderem gerar renda suficiente para atender as necessidades do grupo familiar.

Em função de sua importância, a aquisição e manutenção de um lote rural sempre foram, e são, motivos de preocupação das famílias rurais, dado que o acesso à terra é fator chave no que diz respeito ao desencadeamento da cadeia produtiva das atividades agropecuárias. Sem terra não há como produzir e, conseqüentemente, restringem-se drasticamente as possibilidades de ocupação da mão-de-obra familiar em atividades de geração de renda no âmbito doméstico. Entretanto, enquanto a expansão da família tornou-se um processo de fácil equacionamento (decisão que nos dias atuais está restrita única e exclusivamente à vontade pessoal do casal, não existindo mais uma cobrança direta por parte da Igreja para a geração de filhos e nem da comunidade em relação aos casais que optam em planejar o momento ideal para aumentar a família) o mesmo não se pode dizer quanto à necessidade de expansão do espaço físico da propriedade ou a

viabilização de condições dignas para a reprodução social dos filhos que vão se emancipando para formar novas famílias/unidades produtivas.

A ampliação da propriedade ou a aquisição de outras áreas agricultáveis depende de pelo menos dois fatores básicos: disponibilidade de capital para a compra e a existência de quem queira se desfazer de terras, patrimônio este extremamente valorizado pelos agricultores e nem sempre em oferta no mercado. Isto fica claro no seguinte depoimento:

Este terreno aqui, eu não vendo. E eu acho que os meus filhos também, quando eu morrer, não venderão. Daqui a gente nunca sai. A menos que surja uma proposta muita boa aí, que a gente possa comprar outro, onde a gente viva melhor. Aí sim, daria para fazer negócio. Se não for assim, este terreno da minha mão nunca vai sair.⁴³³

Neste sentido, estes fatores sempre se constituíram numa limitação à expansão das propriedades agrícolas, sobretudo em função de que, como foi dito, as famílias rurais de São Ludgero eram numerosas o que pressionava a obtenção de terras e não a venda destas. Assim, se de um lado famílias numerosas dispunham de um maior contingente braçal para a efetivação das atividades desenvolvidas nas propriedades, por outro lado estas passaram a enfrentar o problema de como resolver a situação dos membros (filhos e filhas) que chegavam na idade de casar e que precisavam de terras para se estabelecer e constituir a sua própria família.

Registros históricos apontam que, desde a instalação dos primeiros colonos em São Ludgero, as propriedades rurais foram sendo sucessivamente retalhadas, de geração a geração, para acomodar parte da prole que ia se emancipando através do casamento. Tradicionalmente a terra foi sendo desmembrada para acomodar as novas famílias constituídas pelos filhos homens. Às mulheres que saíam de casa via casamento eram ofertados outros bens, sejam em forma de dotes (animais domésticos, móveis ou ajuda na confecção do enxoval) ou, mais raramente, na oferta de pequenas somas de dinheiro. Via de regra, sempre coube ao filho mais novo – geralmente o que ficava por último na escala casamenteira e por isto tendia a permanecer na propriedade para cuidar dos pais na velhice –, a herança da propriedade paterna, a esta altura com dimensões diminutas devido as sucessivas partilhas. Denotando descontentamento em relação a forma

⁴³³ Entrevista realizada com E.H. (Agricultor). Arquivo do autor.

como foi contemplada quando do seu casamento, assim se manifestou uma agricultora:

Eu recebi apenas uma ajuda com o enxoval. Os meus irmãos receberam ajuda em terras. O pai não deu terras para as filhas porque não tinha. Eram muitos filhos, então primeiro ele pensou nos homens. As mulheres deles também não receberam terras de herança e eles precisavam de um lugar para morar. Se ele tivesse terras suficientes, ele dava para todos os filhos. E antigamente era assim mesmo: os filhos homens quando casavam ganhavam lotes e as mulheres eram ajudadas no enxoval.⁴³⁴

Cabe mencionar que no caso desta entrevistada, ela casou justamente com o filho mais novo de uma família de agricultores (que, como foi dito, por tradição acabou ficando morando na propriedade dos pais), arcando com o ônus adicional de ter que cuidar dos sogros em suas velhice. Tal situação tem agravado a dificuldade do herdeiro mais novo (que por força dos laços familiares têm que permanecer nas propriedades para cuidar dos pais na velhice) em formar a sua própria família, dado que as jovens demonstram claramente não desejarem se submeter à vida campesina, quando mais no caso de ainda terem que morar com os sogros e assumir as responsabilidades daí decorrentes.

Já o depoimento de outro agricultor, demonstra certo desespero com o problema com que se deparam uma parte dos jovens rurais de São Ludgero no que diz respeito à dificuldade de encontrarem condições para continuarem exercendo a atividade agrícola quando emancipados pelo casamento:

Nós somos ao todo 10 irmãos: Sete homens e três mulheres. Alguns já casaram, mas continuam morando aqui na propriedade do pai, fazendo umas rocinhas para comer e trabalhando na cidade. A nossa intenção é até para frente a gente parar com o emprego e viver só da agricultura. Até nós queríamos comprar um terreno para trabalhar, mas está difícil. Porque o pai não tem condições. A mãe morreu, faz agora uns três meses, e a terra ainda está em inventário. Mas não há como nós dividirmos a propriedade para cada um dos irmãos, porque a propriedade do pai já é pequena e não daria para trabalhar em cima. Então daqui a pouco a terra... Eu não queria largar a roça não.⁴³⁵

E é justamente em função das sucessivas partilhas efetuadas para acomodar os herdeiros das gerações que sucederam os primeiros colonizadores, que a estrutura fundiária do município de São Ludgero hoje é constituída por

⁴³⁴ Entrevista realizada com S.B.H. (Agricultora). Arquivo do autor.

⁴³⁵ Entrevista realizada com N.L. (Agricultor). Arquivo do autor.

pequenas propriedades onde, apesar do solo ser utilizado das mais diversas formas (ver **tabela 10**), dificilmente as famílias proprietárias conseguem gerar renda suficiente via exploração agropecuária para atender as necessidades de seus membros.

Cabe aqui mencionarmos que a altitude de São Ludgero varia entre 50 e 430 metros, sendo que as áreas de relevo mais acidentado ficam situadas fora do perímetro urbano, justamente onde atualmente estão localizadas as propriedades agrícolas. Ao contrário do local em que estavam instalados, áreas planas e férteis, os agricultores que tiveram que deslocar-se para o interior do município se depararam com terrenos onde o solo não apresenta condições ideais para uso com lavouras, não só em decorrência dos desníveis acentuados, mas também por terem fertilidade mediana, serem muito pedregosos e conterem pouca matéria orgânica. (ver **fotos 14 e 15**)

Devido às diferenças entre a antiga e a nova área de trabalho, os produtores rurais se viram diante a necessidade de mudar a própria dinâmica produtiva. O grau de desnivelamento do terreno passou a influir diretamente na decisão da família sobre o que plantar e qual o tipo a técnica a ser empregado no cultivo. Isto porque cada espécie cultivada possui características específicas e, por vezes, requer tratamento diferenciado das demais, seja em relação à quantidade de insumos químicos (fertilizantes e defensivos), seja na disponibilidade e periodicidade de irrigação ou na necessidade do uso de máquinas agrícolas no preparo do solo a ser cultivado. Assim, se antes a decisão do quê e como plantar era relativamente fácil, no novo ambiente essa decisão passou a ser um problema a mais para as famílias rurais.

Até eu pensei em plantar fumo, mas o meu terreno não oferece condições. Porque o fumo ali é 100%. Mas o meu terreno não permite condições para o uso de máquinas. Hoje para montar uma lavoura de fumo vai de 8 a 10 mil reais. E eu vou puxar o fumo como? Com o carro de boi? Então não tem condições. Porque o fumo hoje é tudo na máquina. Se nós tivéssemos um trator, uma várzea... Hoje o melhor investimento para plantar é o fumo. O que nós geralmente plantamos é repolho e batatinha. Que terreno bom nós temos para o cultivo, mas o problema é que é ruim de irrigação. Se tivesse irrigação, aí dava para arriscar. Nós temos água lá embaixo. Mas tem que comprar motobomba, comprar canos... Falta infra-estrutura. Nós temos terreno produtivo. Falta o quê? Falta irrigação. Falta investimento. ⁴³⁶

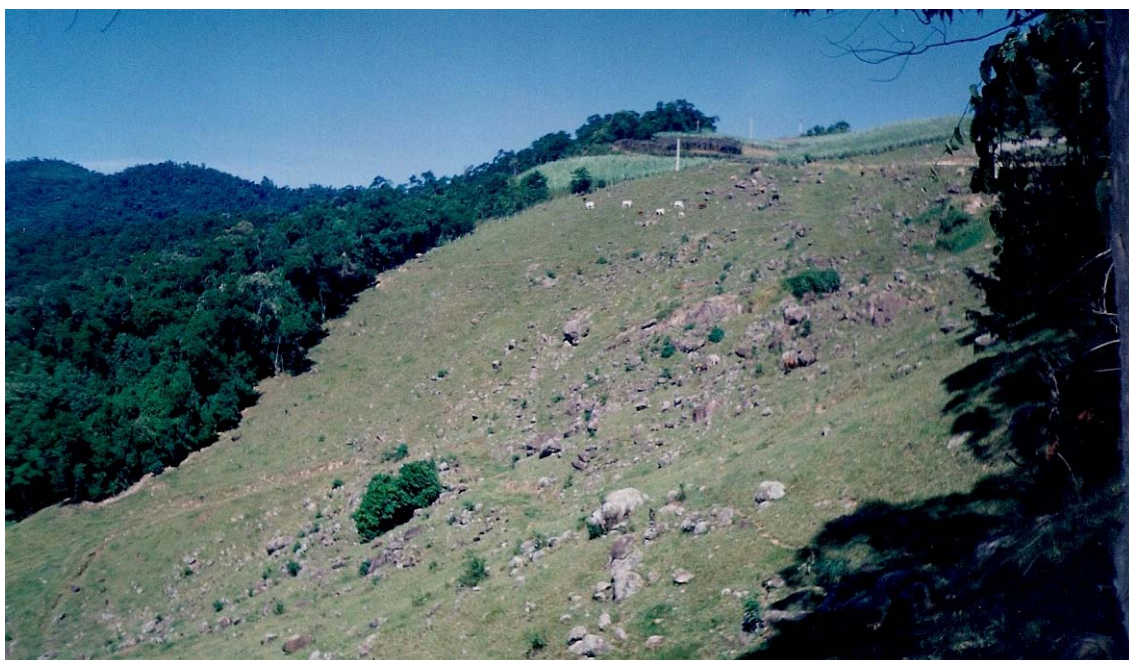
⁴³⁶ Entrevista realizada com E. H. (Agricultor). Arquivo do autor.

Tabela 10 – Município de São Ludgero: Utilização da terra (ha) – 1998

Extrato de área (ha)	Nº de unidades produtivas	Lavouras temporárias (ha)	Lavouras permanentes (ha)	Capoeira e pousio (ha)	Pastagens cultivadas (ha)	Pastagem naturais (ha)	Florestas naturais (ha)	Reflorestamento (ha)	Terras inaproveitadas (ha)	Área de benfeitorias (ha)	Total por extrato de área (ha)	Média por extrato de área (ha)
Até 2	76	7,5	-	2,2	6,3	-	-	0,5	-	28,0	44,5	0,58
2 – 5	42	59,9	2,0	21,1	47,9	-	1,0	7,8	3,0	22,8	165,5	3,94
5 – 10	64	177,2	2,8	86,1	111,2	7,0	19,9	38,1	20,3	44,2	506,8	7,91
10 – 20	137	463,8	30,3	462,5	501,7	12,0	80,7	263,1	121,3	130,6	2.066,0	15,08
20 – 50	144	698,8	42,5	1.213,9	1.007,3	29,0	264,5	635,4	369,0	221,1	4.481,5	31,12
50 – 100	25	117,7	101,0	448,6	440,0	8,0	87,0	158,0	142,0	52,8	1.555,1	62,20
100 – 250	1	13,0	2,0	5,0	95,0	-	15,0	-	-	3,0	133,0	133,0
+ de 250	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	489	1.537,9	180,6	2.239,4	2.209,4	56,0	468,1	1.102,9	655,6	502,5	8.952,4	18,3

Fonte: Diagnóstico Rural / Prefeitura Municipal de São Ludgero – outubro/97 a agosto/98

Foto 14 e 15 – Conformação topográfica das propriedades rurais: Desnível acentuado dos terrenos e solo pedregosos



Fotos do autor

A extensão territorial das propriedades rurais de São Ludgero é pequena, é limitada. A condição do solo, apesar de serem solos férteis, os terrenos são muito inclinados. Tem muitos morros. Não tem aquelas várzeas. Então tem certos locais que não dá nem para trabalhar com maquinário. Então ainda são utilizados carros de boi, arados puxados por boi.⁴³⁷

Desta forma, levando-se em conta que o desenvolvimento de lavouras nas propriedades rurais de São Ludgero são, na maioria dos casos, executadas em terrenos irregulares, fica explícito que os agricultores do município têm que superar uma série de inconvenientes no exercício de sua atividade, tais como: a limitação dos produtos a serem explorados, considerando que nem todos são adaptáveis às condições do terreno a ser trabalhado; a impossibilidade do uso de máquinas agrícola devido o acentuado desnível dos terrenos, o que implicará no maior ou menor desgaste físico da mão de obra familiar; maior investimento financeiro no setor produtivo, como por exemplo, a necessidade de gastos com a instalação de moto bombas para irrigar as plantações localizadas nas porções mais altas bem como com a adubação do solo, tendo vista que as áreas de morro são as mais propícias à perda da camada fértil, principalmente quando a mata nativa é derrubada para dar espaço à lavoura.

Uma questão importante que está afetando de forma negativa a exploração agropecuária no município de São Ludgero, e que tem relação direta com a topografia irregular do espaço rural, é que muitas das propriedades rurais já não dispõem de água em quantidade suficiente para atender uma demanda produtiva, situação que minimiza as oportunidades de trabalho no âmbito doméstico. O seguinte comentário, feito por uma das pessoas entrevistadas, sintetiza o problema de escassez de água em algumas propriedades: “Água nós temos. Para o consumo da casa temos o suficiente. Agora para o negócio de granja, esta coisa aí, aí já muda.”⁴³⁸ Muitos agricultores, inclusive, dependem da boa vontade dos vizinhos em concederem permissão para que possam captar água em seus terrenos. Mas isto nem sempre tem sido uma situação de fácil solução, pois, devido ao desmatamento e a expansão do plantio de eucaliptos nas encostas, as nascentes

⁴³⁷ Entrevista realizada com E. L. (Granjeiro). Arquivo do autor.

⁴³⁸ Entrevista realizada com S.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

estão secando ou reduzindo drasticamente o seu fluxo.⁴³⁹ Se for água apenas para uso doméstico a cessão torna-se mais fácil. Difícil é a cessão de água para uso em lavouras ou outras atividades produtivas. Por outro lado, os poucos córregos que atravessam as comunidades rurais estão tão poluídos por dejetos humanos, de animais e por produtos agrotóxicos que o uso de suas águas torna-se inviável sem o tratamento adequado. Conforme dados constantes no Levantamento Agropecuário de Santa Catarina/LAC - 2002/2003, apenas 17 propriedades rurais de São Ludgero realizavam algum tipo de tratamento da água coletada em fontes naturais: 02 realizavam o tratamento químico completo; 03 faziam a cloração da água e 12 realizavam outro tipo de tratamento. Já no que diz respeito ao número de estabelecimentos que possuem fontes de água e a presença de mata de proteção destas fontes a situação é a seguinte, num universo de 245 propriedades pesquisadas: 24 não têm mata de proteção; 27 têm mata de proteção até três metros; 67 têm mata de proteção com mais de três metros; 125 não têm fonte de água e 02 não responderam o questionário.⁴⁴⁰ Percebe-se no entanto que, paradoxalmente, mesmo as famílias que estão enfrentando o problema da escassez de água não demonstram preocupação em preservar as poucas fontes que ainda restam. Essa falta de preocupação fica bastante caracterizada pela constatação de que na comunidade rural de Bom Retiro, por exemplo, em mais de 50% das propriedades as fontes utilizadas para captação apresentavam água imprópria para consumo humano.⁴⁴¹

Torna-se evidente, portanto, que a própria topografia das propriedades rurais impõe limitações quanto ao uso do solo com atividades agropecuárias bem como exige dos agricultores um maior investimento na atividade produtiva, diminuindo significativamente o retorno financeiro que estes obtêm quando da comercialização de sua produção.

⁴³⁹ Embora o plantio de eucaliptos estar se constituindo num fator importante para a diminuição das nascentes d'águas nas propriedades rurais, em reuniões realizadas com os agricultores das comunidades rurais do Morro do Cruzeiro e do Mar Grosso, os agrônomos responsáveis pelo Projeto Microbacia de São Ludgero estimularam abertamente a expansão deste cultivo, afirmando que este é um negócio lucrativo e de segurança para o futuro. Salientaram, ainda, que o Projeto Microbacias prevê uma ajuda financeira para quem se interessar ao cultivo de eucaliptos, sendo que a condição para a liberação dos recursos é a participação dos interessados num curso, ministrado pela EPAGRI, com vistas ao aprendizado da exploração desta espécie.

⁴⁴⁰ Fonte: Instituto CEPA/SC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, op. cit.

⁴⁴¹ Fonte: Projeto Micro-Bacias, EPAGRI/São Ludgero/2005.

É neste sentido que consideramos que a análise da composição do grupo familiar é um fator importante para o entendimento dos motivos que conduzem alguns membros ao trabalho pluriativo. A relação entre o grupo social (quantidade de pessoas, idade, sexo, grau de instrução e número de membros aptos ao trabalho) e as condições de infra-estrutura disponíveis na propriedade para gerar renda em grau que possa atender as necessidades (ou exigências de consumo) da família, irão determinar o envolvimento ou/não dos membros na busca de outras fontes de renda para suprir as necessidades que eventualmente não sejam conseguidas pelo trabalho interno.

Assim considerado, a relação entre a composição do núcleo familiar e a disponibilidade de espaço físico (área territorial) para a ocupação da mão-de-obra em idade produtiva com vistas à obtenção de renda suficiente para o atendimento das necessidades e dos projetos de consumo estabelecidos pela família, constitui-se em um dos elementos determinantes para que os membros do grupo familiar se envolvam (ou não) com o trabalho remunerado não-agrícola como forma de complementação da renda obtida na propriedade via produção agropecuária.

4.7 AS BARREIRAS PARA ACESSO ÀS LINHAS DE FINANCIAMENTO OFICIAIS COM VISTAS À MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Uma questão importante no que diz respeito à impossibilidade dos produtores rurais em modernizarem suas unidades produtivas – e, com isto, verem diminuídas suas perspectivas de obtenção de renda para manutenção e reprodução dos membros familiares por intermédio da exploração agropecuária –, está relacionada às barreiras para obterem financiamento bancário com vistas ao investimento na atividade. A própria condição de pequenos produtores rurais sempre se constituiu numa limitação para que muitos agricultores pudessem ter acesso ao crédito bancário para fins de modernização das atividades produtivas. Conforme foi detalhado no item 2.2.1 deste trabalho, mesmo após a institucionalização do Pronaf, ocorrido em junho de 1996, ainda assim a questão do acesso dos pequenos produtores rurais ao crédito agrícola não foi de todo resolvido, dado as exigências impostas aos agricultores familiares para a liberação do financiamento.

De forma conhecermos melhor a dinâmica que envolve a produção agropecuária no município de São Ludgero e obtermos maiores informações que pudessem subsidiar o desenvolvimento deste trabalho no que diz respeito ao crédito agrícola disponibilizado aos produtores rurais pelos órgãos governamentais, aceitamos o convite feito pelo Vereador da comunidade rural Mar Grosso para que participássemos da Reunião do Conselho da Agricultura, realizada em dezembro/2005 no auditório da Prefeitura Municipal. Naquela oportunidade, o Gerente do Banco do Brasil fez uma exposição sobre a forma como aquela instituição financeira está liberando os recursos destinados ao crédito agrícola, mencionando que nenhum pedido de financiamento via Pronaf efetuado por agricultores do município foi negado. Segundo ele, “todas as solicitações que se enquadravam dentro dos critérios preestabelecidos foram atendidas.” Na mesma ocasião também solicitou aos Conselheiros que estimulassem os demais agricultores a utilizarem o financiamento via Pronaf por ser, em sua opinião, “um programa eficaz, de baixo custo e que permite o pagamento a longo prazo.” ⁴⁴²

⁴⁴² Informações prestadas por S.A.S. (Gerente do Banco do Brasil/Agência de São Ludgero) – Reunião do Conselho da Agricultura de São Ludgero realizada no auditório da Prefeitura em dezembro de 2005.

Os números constantes na **tabela 11** foram obtidos posteriormente junto a Gerência de Mercado e Agronegócios do Banco do Brasil, sucursal de Florianópolis/SC e, muito embora não sirvam como parâmetro para uma análise mais aprofundada em razão da pouca expressividade na série de dados, ao menos servem para demonstrar a quantidade de contratos efetuados, o total de recursos liberados bem como a finalidade dos empréstimos concedidos via Pronaf no período entre janeiro de 2003 a junho de 2007, aos produtores rurais do município.

Tabela 11: PRONAF – Número de contratos e valores liberados aos produtores rurais de São Ludgero entre janeiro de 2003 a junho de 2007.

Ano	Finalidade / Número de Contratos		Total de recursos liberados (R\$)	
	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento
2003	103	19	427.378,00	227.201,00
2004	110	22	629.075,00	385.396,00
2005	102	29	633.404,00	441.740,00
2006	109	49	742.035,00	585.003,00
junho de 2007	23	6	192.885,00	82.800,00

Fonte: Banco do Brasil – Gerência de Mercado e Agronegócios – sucursal de Florianópolis/SC

Mas, em que pese a disposição e interesse do gerente do Banco do Brasil para que os agricultores de São Ludgero tenham acesso as linhas de crédito disponibilizadas via Pronaf, existem alguns entraves que impedem a liberação dos recursos pleiteados. Em nossa pesquisa de campo constatamos que alguns agricultores do município gostariam de utilizar este tipo de financiamento, mas estão impossibilitados em função da sua condição econômica de produtores rurais pluriativos. Ou seja, o fato de desempenharem a atividade agrícola concomitante a um trabalho assalariado tem colocado barreiras para a obtenção de financiamento via este Programa. Este é o caso, por exemplo, que nos foi relatado por um agricultor que, prestes a casar, dependia de empréstimo bancário para construção de uma moradia junto às terras recebidas como herança, mas que não pode ser beneficiado via as linhas de crédito disponibilizadas pelo Pronaf em razão de ter um emprego paralelo à agricultura e cujo salário ultrapassa o teto estabelecido para o enquadramento no programa. Assim se manifestou este entrevistado:

Eu fui tirar um financiamento agora e... Meu Deus do céu! Queria pegar um dinheiro para a construção de uma casa que eu queria fazer e não consegui. Até tem dinheiro, mas quem é que vai pegar

dinheiro com este juro? Um juro daqueles a gente não tem como pegar. É melhor você vender alguma coisa que tem, porque não dá. O juro é tão alto! Aí no Pronaf eu poderia, mas só que no Pronaf eu trabalho em uma empresa e tem um limite de renda. Então eles puxaram no sistema o número do CPF e viram que eu não podia pegar financiamento pelo Pronaf.⁴⁴³ (Obs.: a estratégia traçada pelo agricultor seria vender algumas vacas leiteiras para obter o capital para construir a casa e simultaneamente obter financiamento via Pronaf para recuperar o plantel).

Já outros agricultores entrevistados afirmaram que evitam contrair empréstimos via Pronaf porque têm medo de se endividarem e não conseguirem pagar as dívidas, uma vez que os juros são sempre crescentes. Contribui para o afastamento dos produtores rurais deste tipo de financiamento histórias de agricultores conhecidos que não foram bem sucedidos em seus negócios e que estão devendo altas somas para o Banco. Este é o caso bem conhecido no município, de um grupo de agricultores que estão tendo problemas junto ao Banco do Brasil devido ao fato de terem contraído empréstimo para a compra de tratores e não conseguirem pagar as prestações. Conforme relata E. L., funcionário do Banco do Brasil/Agência de São Ludgero,

Hoje nós estamos com problema no município com 14 operações. Uma operação envolve quinze produtores. Quatro emitentes e onze avalistas. Mas avalista é devedor igual. E foi um grupo que comprou um trator de esteira. E fora esta aí, nós temos mais 13 operações com o mesmo problema, mas foram tratores de pneu. Inclusive há produtores que estão envolvidos nas duas operações: estão tanto na operação do trator de esteira quanto no trator individual de pneu.⁴⁴⁴

De acordo com o referido funcionário, os agricultores estavam cientes do risco que corriam quando fizeram o empréstimo, uma vez que foram informados sobre os valores dos juros e das prestações mensais que teriam que pagar. Como não conseguiram pagar as prestações e o montante da dívida foi crescendo assustadoramente, o referido grupo de agricultores entrou na justiça para questionar os juros cobrados pelo Banco, deixando de pagar as parcelas mensais do empréstimo efetuado. Acrescenta E. L.:

Quando eles vieram no Banco, eles foram alertados: “Olha, aqui não têm troca-troca. Pode ser que vocês façam um contrato à parte com o Governo do Estado, ou com a Secretaria da Agricultura. Agora aqui no Banco é juro. E quando se fala de juro, a conta só cresce.” Aí teve uns

⁴⁴³ Entrevista realizada com I.D. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁴⁴ Entrevista realizada com E.L. (Funcionário do Banco do Brasil, Agência do município de São Ludgero). Arquivo do autor.

que disseram: “Ah, então eu não vou querer. Eu não vou querer porque não tem troca-troca.” E quando voltavam a falar com o vendedor dos tratores e diziam que o Banco havia informado que não havia troca-troca, o vendedor fazia a cabeça deles e lhes incutia a idéia que podiam pagar sim. E depois deu no que deu. (...)

Que uns no meu entender não tinham capacidade para o pagamento. Mas de tanta persistência... Alertados foram... E fizeram. Então não puderam pagar. Outros poderiam pagar, poderiam ter pagado e não pagaram. (...) Hoje infelizmente estão todos enrolados.

Às vezes existe uma dificuldade momentânea. É como eu falei: têm altos e baixos. Agora a questão do Banco... O Banco empresta o dinheiro e quer dinheiro. Ele não empresta dinheiro para ninguém em função da garantia. Por exemplo, não existe isso de o Banco emprestar dinheiro para o agricultor porque ele lhe deu como hipoteca a propriedade como garantia. Não. O empréstimo é para ele incrementar a atividade e poder pagar aquele empréstimo. Então se deu frustração de safra, ou se deu problema de comercialização, a gente prorroga. O nosso caso é sempre procurar fazer negociação. A via judicial é quando o cara não quer mais conversa, que não quer pagar. Às vezes o cara entra na justiça antes, discutindo os juros. Então aquele problema dos tratores hoje é um problema para o município.

(...) E quem partiu para o confronto, hoje o problema não está mais na alçada do Banco do Brasil, isto aí já está sendo problema da União (Ministério da Fazenda).⁴⁴⁵

Já na versão de J. W. S. – agricultor que está envolvido em dois processos por falta de pagamento de financiamento efetuado junto ao Banco do Brasil (um por estar no grupo que comprou o trator de esteira e outro por ter adquirido um trator de pneu para uso próprio) –, o problema ocorreu porque os agricultores não foram devidamente informados sobre os juros a serem cobrados, além de “não entenderem nada daquela papelada toda que tiveram que assinar; que era escrita toda em letra miúda.”⁴⁴⁶ O referido agricultor permitiu que tirássemos xérox do aviso de cobrança que lhe foi encaminhado pela Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda, datado de 31/01/2006, no qual lhe são apresentadas duas faturas para pagamento: uma no valor de R\$ 144.177,37 e outra no valor de R\$ 511.836,54, e que dizem respeito às dívidas por ele contraídas junto ao Banco do Brasil quando de sua participação no financiamento para a compra dos dois tratores (o trator de pneu e o trator de esteira). Inscrito no aviso de cobrança consta a seguinte observação: “O débito em nome de V.Sa.(s), de número e natureza especificados abaixo, foi inscrito em Dívida Ativa da União pela PGFN. Caso o

⁴⁴⁵ Entrevista realizada com E.L. (Funcionário do Banco do Brasil, Agência do município de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁴⁶ Entrevista realizada com J.W.S. (Agricultor). Arquivo do autor.

mesmo não seja pago ou parcelado será ajuizada a competente ação de execução fiscal, o que resultará na penhora de bens e conseqüente alienação em leilão.”

Há também denúncias de que o Banco do Brasil estaria cobrando taxas indevidas por ocasião da liberação dos valores financiados via o Pronaf (entre 4 e 5% dos valores liberados), fato que inevitavelmente acaba tendo repercussões negativas na condução deste programa no município, afastando os produtores rurais deste tipo de financiamento. Irregularidades neste sentido foram identificadas pelos fiscais da Controladoria-Geral da União (CGU) ⁴⁴⁷, que comprovaram a cobrança de valores indevidos por parte do Banco do Brasil em empréstimos realizados aos produtores rurais de São Ludgero através do Pronaf. (ver **anexo 4**)

Considerando o exposto, mesmo que o gerente do Banco do Brasil cumpra seu papel e se esforce para que os agricultores utilizem os recursos financeiros que lhes são propiciados via Pronaf, há que se dar razão para a cautela e ressalvas que estes últimos têm em relação ao dito Programa. Por outro lado, fica evidente que há um descompasso no discurso do funcionário do Banco do Brasil quando este afirma que “não existe isso de o Banco emprestar dinheiro para o agricultor porque ele lhe deu como hipoteca a propriedade como garantia”, dado que a forma jurídica a ser utilizada para ressarcimento do empréstimo efetuado em caso do não pagamento da dívida pelos agricultores será exatamente o ajuizamento de “competente ação de execução fiscal, o que resultará na penhora de bens e conseqüente alienação em leilão”.

Deparamo-nos, pois, diante de situações em que os produtores rurais não têm acesso ao crédito agrícola em função da sua condição de trabalhadores pluriativos, devido não possuírem bens para ofertarem como garantia do empréstimo pleiteado ou não terem avalistas para este fim, bem como casos de agricultores que se recusam a tomar financiamento com receio de não poderem saldar as dívidas contraídas e perderem não só os bens colocados como garantia de pagamento como outros que porventura possam ter. Na tabela 11 percebe-se que, apesar do número de contratos assinados pelos produtores rurais do município com vistas a obtenção de financiamento via Pronaf está se mantendo numa faixa regular (que gira em torno de 102 a 110 contratos anuais), o total de recursos liberados está

⁴⁴⁷ Fonte: Assessoria de Imprensa / Controladoria-Geral da União. Documento disponibilizado na Rede internet, http://www.cgu.gov.br/AreaAudiotirafiscalizacao/ExecucaoProgramasGoverno/Sorteio/Municipios/Sorteio10/sorteio10_sc_sao%20ludgero.pdf. Acesso em 07/10/2007.

crecendo ano a ano, tanto na rubrica de “custeio” quanto na de “investimento”. Por não conseguirmos informações que pudessem revelar se o número de contratos assinados anualmente são efetuados pelos mesmos agricultores ⁴⁴⁸, fica a dúvida se a regularidade no número de contratos não estaria significando uma rolagem das dívidas contraídas. Em outras palavras, aventamos a possibilidade de que os beneficiados pelo crédito agrícola disponibilizado via Pronaf não estão conseguindo saldar suas dívidas junto ao Banco do Brasil, sendo obrigados a anualmente contraírem novos empréstimos como forma de não ficarem inadimplentes junto àquela instituição financeira, situação que justificaria o aumento nos valores dos recursos liberados, que nada mais seriam do que a incorporação dos juros anuais ao montante inicialmente financiado. Se prevalecer este entendimento, certamente que tal programa não é tão vantajoso para os agricultores familiares na forma como tem sido propalado.

Em consequência dos riscos inerentes a formulação de um contrato de financiamento junto à rede bancária, a estratégia mais comum que vem sendo utilizada pelos produtores rurais para a obtenção de capital para investimento na atividade agropecuária é a vinculação da mão-de-obra familiar com o trabalho assalariado não-agrícola e, com isto, o exercício do trabalho pluriativo.

4.8 RECEITA AGRÍCOLA X SATISFAÇÃO DAS “NECESSIDADES” DAS FAMÍLIAS RURAIS: AS DISPARIDADES DESTA RELAÇÃO NA SOCIEDADE CONSUMISTA CONTEMPORÂNEA

No item 4.6 deste trabalho verificamos que, sob determinados aspectos, é possível identificar nas comunidades agrícolas de São Ludgero a ocorrência daquilo que Chayanov teorizou sob a noção de “diferenciação demográfica”.

Para este autor, a família camponesa pode ser definida como sendo “uma família que não contrata força de trabalho exterior, que tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e às vezes se vê obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas” ⁴⁴⁹,

⁴⁴⁸ Esta informação não nos foi disponibilizada pelo Banco do Brasil sob a alegação de tratar-se de sigilo bancário.

⁴⁴⁹ CHAYANOV, Alexander V., (b), op. cit., p. 94.

definição esta que não apresenta grandes diferenciações em relação ao que no período contemporâneo se reconhece por unidade agrícola familiar.

Relembrando o que comentamos anteriormente, em sua teoria acerca do modo de vida e de reprodução social das unidades agrícolas em que a força de trabalho está centrada no trabalho da família, Chayanov defende que existe uma lógica produtiva interna onde a empresa constituída pelo produtor familiar é também uma unidade de consumo, sendo que ocorre uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo. Estas necessidades são avaliadas pelos membros da família e é em função delas que são organizadas a produção e a divisão do trabalho. Assim, na visão deste autor, a produção familiar camponesa estaria condicionada a uma lei básica, que poderia ser definida pela relação entre *produção x satisfação das necessidades*, ou seja, deveria existir uma equivalência entre o *trabalho e o consumo*.

Associando a teoria formulada por Chayanov à realidade encontrada em nosso campo de pesquisa, percebe-se que em São Ludgero não só as famílias rurais estão organizadas e estruturam suas atividades produtivas nos moldes semelhantes aos definidos pelo autor, como também que é em função desta organização que se definem as estratégias de produção, manutenção e reprodução do grupo familiar, entre as quais a de procurar no exercício do trabalho não-agrícola uma das formas para atender as necessidades emanadas dos membros que compõem este grupo familiar e que não podem ser supridas unicamente pela renda auferida na atividade agrícola.

Entretanto, mesmo considerando a pertinência do uso dos postulados teóricos de Chayanov como suporte explicativo para alguns dos fenômenos socioeconômicos observados em nosso universo de pesquisa, temos algumas ressalvas quanto o alcance de suas formulações para explicar algumas questões específicas observadas na agricultura familiar moderna e que não estão contempladas em suas análises justamente por estarem associadas e terem sido geradas por fatores próprios do mundo contemporâneo.

Sob o nosso ponto de vista, o ponto chave a ser observado na teoria formulada por Chayanov diz respeito à clareza que se deve ter em relação as diferentes realidades no que se refere às perspectivas de vida e de consumo entre o campesinato russo dos fins do século XIX e a agricultura familiar contemporânea. Em outras palavras, deve-se ter em mente, que certamente as “necessidades” dos

camponeses russos divergiam em muito das dos atuais agricultores, razão pela qual, embora se possa dizer que estes tivessem em comum a busca de atividades não-agrícolas como estratégia de obtenção de renda para suprir as necessidades da família, as semelhanças entre as atuais formas de produção agrícola familiar e o campesinato russo em relação a esta questão específica param por aí. Ou seja, o importante nesta análise é definir qual é o significado que o termo “necessidade” apresenta para representar as expectativas de vida e de consumo da população nestes períodos históricos distintos.

Conforme consta no Dicionário Aurélio, o termo *necessidade* apresenta as seguintes conotações: “qualidade ou caráter de necessário; aquilo que é absolutamente necessário; exigência; aquilo que é inevitável, fatal; aquilo que constrange, compele ou obriga de modo absoluto; privação dos bens necessários; indigência, míngua, pobreza, precisão.” Já com relação ao termo *necessário* encontram-se as seguintes definições: “que não se pode dispensar; que se impõe; essencial, indispensável; que não pode deixar de ser; forçoso, inevitável, fatal; que deve ser feito, cumprido; que se requer; preciso; aquilo que é necessário, preciso, indispensável.”

Com base nas acepções descritivas destes termos pode-se inferir que, enquanto que na sociedade campesina russa havia uma perspectiva mais factível dos agricultores conseguirem suprir as necessidades da família em função das exigências de consumo estarem nitidamente associadas àquilo que lhes era fundamentalmente necessário e indispensável à manutenção e reprodução dos membros do grupo familiar, na sociedade agrícola contemporânea os produtores familiares estão integrados e submetidos ao sistema de produção capitalista onde a regra básica é o consumo desenfreado (e até irracional) de bens industrializados, razão pela qual não existem mais fronteiras nítidas para se definir se este ou aquele bem disponibilizado pela sociedade moderna pode ser considerado ou não como um item indispensável à manutenção e reprodução do grupo familiar.

De certa forma, na atualidade, a valorização do que seja ou não indispensável à vida da população (particularmente a população rural) deixou de ser definido pelos indivíduos em resposta aos estímulos que recebe em seu cotidiano socioeconômico, sobretudo em resposta a sua rotina doméstica. Com o avanço das relações capitalistas no campo os agricultores sofrem uma grande carga de estímulos externos para se integrarem ao mercado de bens industrializados,

processo em que modificam o seu estilo de vida e perdem a noção do que seja ou não importante para a sua manutenção e reprodução.

Assim, na medida em que foi estendendo seus “braços” sobre as sociedades agrícolas, através do marketing mercadológico o capital industrial conseguiu modificar o cotidiano de produção e de consumo dos trabalhadores rurais, criando “necessidades” que até então sequer faziam parte da rotina ou dos anseios de consumo da família. Pegue-se, por exemplo, as indústrias de derivados do leite. Quando assim desejaram, através de intensa propaganda, as empresas multinacionais desse setor conseguiram que as mães deixassem de amamentar seus bebês, estimulando-as a utilizar como fonte de alimento o leite em pó sob o pretexto de que este era mais saudável para as crianças. Nem mesmo o leite de vaca na forma in natura era recomendado dar aos lactentes, criando-se assim uma “necessidade” que até então não existia e que passou a implicar na obtenção de recursos financeiros para a compra desse produto industrializado.

Sob um outro ponto de vista, observa-se que o padrão de julgamento acerca se uma família está conseguindo suprir as “necessidades” de seus membros passou a ser definida basicamente pelos sinais exteriores dos bens de consumo industrializados que ela consegue expor à sociedade.

Neste aspecto, durante a pesquisa de campo observamos que existe uma discrepância entre o discurso dos agricultores entrevistados em relação às más condições de trabalho e das dificuldades financeiras para investir na compra de equipamentos utilizados na atividade de produção agropecuária com o grau de incorporação de eletrodomésticos e demais bens de consumo industrializados para uso no âmbito doméstico. De maneira generalizada, ser for tomado como referencial a posse de bens eletrodomésticos como fator de identificação do grau de urbanização da família, certamente as famílias residentes nos espaços rurais do município de São Ludgero serão consideradas altamente urbanizadas, dado que possuem praticamente os mesmos bens eletrodomésticos utilizados pela população dos centros urbanos (geladeira, freezer, televisão, aparelho de som, DVD, vídeo games, liquidificador, batedeira, forno elétrico ou de microondas, secador de cabelo, etc.). Alguns chegam até mesmo “ao luxo” de instalarem portões eletrônicos com gradil de alumínio como forma de “ostentação” de que estão “bem de vida.” No entanto, quando se verifica o grau de investimento dos recursos financeiros obtidos pelo trabalho familiar na modernização tecnológica da atividade agropecuária,

percebe-se que existe uma diferença substancial entre as famílias rurais, sendo que poucas delas se arriscam a investir em máquinas agrícolas, dado o tamanho reduzido e a topografia irregular das propriedades rurais, além da dificuldade de acesso ao crédito bancário para investimento na compra destes equipamentos.

Desta forma, considerando a grande carga de estímulos externos a que vêm sendo submetidos para que mudem seus padrões de comportamento e incorporem novas “necessidades” de consumo ao seu cotidiano, por mais que tentem os atuais produtores rurais dificilmente conseguirão satisfazer as “necessidades” da família, dado que perderam a noção do que realmente lhes é fundamental para a manutenção e reprodução do grupo familiar, estando condicionados às diretrizes e aos projetos de consumo criados e recriados pelo capital industrial e que sistematicamente lhes são apresentados.

Se, como lembra Abramovay, na teoria Chayanoviana “o uso do trabalho camponês era limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares” ⁴⁵⁰, havendo uma nítida e indispensável relação entre trabalho e consumo, nas sociedades agrícolas modernas esta relação praticamente já não existe mais. Nas sociedades agrícolas contemporâneas as necessidades são constantemente criadas e recriadas pelo capital industrial, tornando-se praticamente inviável o uso do termo “satisfação das necessidades”, dado que no padrão de consumo vigente na atualidade os indivíduos são estimulados a nunca estarem satisfeitos com aquilo que conseguem obter. Por outro lado, se é que “o trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo” ⁴⁵¹ (a satisfação das necessidades familiares), justifica-se plenamente o acirramento na busca de outras fontes de renda não-agrícolas pelos membros das famílias rurais contemporâneas dado que a atividade agrícola não tem conseguido gerar renda suficiente para satisfazer os anseios de consumo dos trabalhadores rurais. Assim, é por meio do trabalho não-agrícola que os produtores rurais de São Ludgero estão tentando atingir seus objetivos e satisfazer suas necessidades.

Um outro ponto importante a ser observado na teoria formulada por Chayanov é que, enquanto na sociedade camponesa por ele estudada o objetivo do trabalho estava mais voltado à produção de valores de uso do que para valores de troca, na sociedade agrícola contemporânea a produção artesanal de bens voltados

⁴⁵⁰ ABRAMOVAY, Ricardo, (a), op.cit., p. 61.

⁴⁵¹ Idem

ao uso pela família praticamente deixou de existir, sendo que é o setor industrial que passa a fornecer os itens que antes eram confeccionados no interior da propriedade.

Em São Ludgero, constatamos que a mão-de-obra familiar utilizada no processo de produção agropecuário atualmente está voltada essencialmente a produção de bens destinados à comercialização no mercado. Os bens que antes eram produzidos de forma artesanal pelos primeiros colonos, gradativamente foram perdendo espaço para os similares industrializados colocados à disposição dos agricultores, inicialmente através da Cooperativa Mista de São Ludgero e, posteriormente, das várias casas comerciais que surgiram após a falência desta.

Certamente o fato de terem abandonado a produção de bens de consumo doméstico de forma artesanal (ausência de prática que lhes impõe uma constante pressão para a obtenção de dinheiro de modo a que possam adquirir os bens necessários a sua sobrevivência) contribuiu para que os produtores familiares de São Ludgero atualmente não consigam mais subsistir tendo como única fonte de geração de renda a produção agropecuária.

4.9 OS ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS CASEIRAS

Durante séculos as práticas de criar, abater e beneficiar animais domésticos com vistas à comercialização sempre fizeram parte do cotidiano da população rural e eram executadas sem maiores problemas pelos produtores rurais em suas bases de residência dado que não havia entraves significativos que lhes tolhessem esta liberdade. Do mesmo modo, os integrantes deste segmento social podiam produzir e comercializar livremente outros itens produzidos em suas propriedades, tais como o leite, ovos, doces, queijos, pães, melado, açúcar, farinha, etc. A partir do momento em que o capital industrial se interessou por esta atividade e passou a investir na construção de fábricas voltadas ao processamento dos produtos agropecuários, a continuidade destas práticas foi vista como um obstáculo para a comercialização dos bens industrializados, motivo pelo qual os capitalistas passaram a influenciar, pressionar e interferir diretamente no poder público no

sentido de que fossem criados mecanismos jurídicos que inviabilizassem a comercialização dos gêneros alimentícios beneficiados de forma artesanal pelos produtores rurais. E tal interferência se efetivou através da criação de severas normas padronizadoras de práticas e comportamentos, as quais tinham por objetivo dificultar (ou mesmo inviabilizar) a instalação de indústrias caseiras pelos produtores rurais.

Em relação a este processo, parecem-nos muito apropriadas as análises efetuadas por Singer em seu livro, *Capital e Trabalho no Campo*, quando faz lembrar que o modo pelo qual o capital consegue desagregar e dominar um ramo de atividade é separando o produtor direto dos seus meios de produção.⁴⁵² E uma das formas utilizadas pelo capital com vistas a atingir seus objetivos foi a intervenção nos órgãos legislativos e deliberativos para, através destes, impor à sociedade diretrizes e procedimentos que lhe fosse altamente vantajosos.

Assim como ocorre em outros recantos do país, em São Ludgero esta situação têm prejudicado os interesses dos produtores rurais do município que vêem suas possibilidades de diversificação de geração de renda via produção agropecuária serem minimizadas por uma série de normas e leis que, na prática, os “impedem” de instalar a indústria doméstica. Em tom de reclamação um agricultor faz o seguinte desabafo:

Antigamente não se tinha muita opção de conseguir dinheiro a não ser o que a gente produzia na roça. O que era tirado para a família vinha tudo da roça. Era vender um ovo de galinha, um queijo, uma nata, manteiga. Hoje, isto ainda é importante para manter a vida do agricultor. Só que hoje a coisa está mais difícil. A gente tem muita dificuldade de vender estas coisas porque existe muita burocracia. É taxa para isto, taxa para aquilo, tem que ter registro, fiscalização... Então está difícil. E se a gente não pode nem fazer isto, vender aquilo que a gente produz, então não tem mais jeito.⁴⁵³

Os depoimentos abaixo, efetuados pelo responsável do Serviço de Vigilância Sanitária e pelo médico veterinário da CIDASC de São Ludgero, possibilitam uma melhor compreensão da forma como os órgãos institucionais têm se posicionado acerca deste assunto bem como dão uma idéia aproximada das barreiras a serem superadas pelos produtores rurais em suas intenções de instalar uma indústria caseira.

⁴⁵² SINGER, Paul et al, op. cit., p. 1.

⁴⁵³ Entrevista realizada com B.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

Hoje os agricultores podem produzir, eles podem abater os animais domésticos. O que eles não podem é comercializar. Para isto eles teriam que ter um selo de qualidade e, além da qualidade, eles teriam que regularizar o seu alimento para ser comercializado através de Nota Fiscal, através de uma empresa constituída. A única coisa que eu sei é que eles vão ter que obter uma inspeção municipal tanto para produtos de origem animal e laticínios, quanto para produtos coloniais: pães, doces, melado, aí por diante.⁴⁵⁴

Hoje você sabe que para trabalhar com indústria de alimentos você tem que estar dentro do padrão. Você está lidando com comida. Então não é, “eu vou fazer um curso de queijo e vou começar a fazer o queijo lá no fundo da minha casa. Vou comprar leite dos vizinhos, vou fazer queijo e vender no mercado.” Não é por aí. (...)

Existe uma série de exigências para que o produtor rural possa instalar uma indústria doméstica de queijos. Para começar ele tem que ter um local apropriado para isto. Tudo com mesa de inox, para desinfetar bem. As paredes têm que ser azulejadas, a água tem que ser boa, roupas especiais (botas, luvas, macacão, avental, touca) para o pessoal trabalhar, tem que usar produtos desinfetantes para os calçados antes de entrar no local, tem que ter uma câmara fria para armazenar a produção. Enfim. É uma série de exigências. E isto sai caro. Se o agricultor tiver dinheiro, faz. Se não tiver, não faz.⁴⁵⁵

Assim, sob o rótulo de uma pretensa melhor fiscalização e controle da qualidade dos produtos a serem encaminhados ao mercado, foram colocadas uma série de barreiras aos produtores rurais, muitos dos quais, apesar de assim o desejarem, não conseguem obter o licenciamento para comercializar os gêneros alimentícios que são processados de forma artesanal na propriedade (principalmente os derivados da carne e do leite). Nestas condições, a única maneira que encontram para comercializar os produtos beneficiados na propriedade é através do mercado negro.

E é por se constituir numa tradicional e importante fonte de obtenção de renda que muitos agricultores se arriscam a entregarem parte dos produtos beneficiados na propriedade nas casas comerciais do núcleo urbano de São Ludgero (padarias e supermercados) onde são comercializados de forma “irregular”.

O interessante a observar é que as leis criadas sob o pretexto de garantir uma melhor qualidade dos produtos consumidos pela população, na verdade tiveram maior efeito tão somente no cerceamento da liberdade que os produtores rurais tinham em comercializar seus produtos, dado que são muitas as irregularidades que ocorrem no processo de transformação industrial dos bens oriundos do campo sem

⁴⁵⁴ Entrevista realizada com G.M. (Vigilância Sanitária/ São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁵⁵ Entrevista realizada com R.F. (Médico veterinário/CIDASC – São Ludgero). Arquivo do autor.

que os órgãos responsáveis pela fiscalização atuem com a mesma eficiência sobre o setor de produção industrial. Tal situação fica evidenciada pelo seguinte comentário de um criador de gado leiteiro:

Os agricultores não respeitam o período de carência dos agrotóxicos. Porque todo agrotóxico tem um período de carência. E tem a questão do leite também. Aplicam antibióticos nos animais e... Vamos supor, aplicou de manhã e a tarde já estão tirando o leite das vacas para entregar aos laticínios. Então não tem nenhum acompanhamento, nenhuma fiscalização. (...) Dizem que agora quem recolhe o leite é que vai fazer a análise. Ou seja, vai haver fiscalização na propriedade e também lá no laticínio. Chegou o caminhão no laticínio eles dizem que vão fiscalizar. (...) Mas isto não vai funcionar, não. Nós tivemos uma reunião, faz uns quinze dias, e o próprio pessoal do laticínio disse assim: “Ah! Mas aí nós damos um queijinho e passa.” Tem muita dessa coisa. Dá um queijinho para o fiscal que passa. Então esse que é o problema.⁴⁵⁶

Mas a polêmica em torno deste assunto não para por aí. Na visão dos profissionais que atuam nos demais órgãos de orientação e fiscalização do setor agropecuário de São Ludgero, a regulamentação dos procedimentos referente à indústria caseira é fundamental e indispensável. Só para citar mais um exemplo, transcrevemos a opinião da Extensionista Rural que trabalha no escritório da EPAGRI localizado no município, que fez o seguinte comentário:

Nós estamos trabalhando bastante a questão de implementar algumas, não digo agroindústrias, mas algumas indústrias caseiras, onde os agricultores possam trabalhar mais com produtos artesanais, coloniais. (...) A gente orienta os agricultores para que, no mínimo, eles tenham as unhas limpas, unha cortada, cabelo preso. Então se eles continuarem o que estão fazendo com um pouco mais de higiene, um pouco mais de cuidado, isto aí para nós já é um lucro. Agora, para as pessoas que tem interesse em comercializar os produtos, a orientação é diferente. Porque a gente sabe que os agricultores que fizeram, fizeram assim: “Ah! É só colocar um azulejo na cozinha e botar uma telinha na janela que já é o suficiente.” Não é. A gente sabe que não é. E eu acho que até os demais órgãos públicos deveriam estar unidos sobre esta questão. Aqui em São Ludgero a gente não tem nenhum exemplo de agricultores que fizeram cursos, vamos supor, para a produção de queijo. Nós temos apenas um agricultor que fez curso para a fabricação de queijos, mas que ainda não está com instalação apropriada. (...). Eu acho que São Ludgero tem um grande potencial para este ramo de atividade porque tem bastante verduras, tem bastante frutas. Daria para a gente estar implementando alguma coisa. E tem esta questão: da visão do artesanal e da visão do industrial. E tem gente que acha que a lei está ali só para atrapalhar. Muito pelo contrário. A lei está ali

⁴⁵⁶ Entrevista realizada com A.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

para ser cumprida, porque é uma exigência que é necessária para a produção de alimentos.⁴⁵⁷

Esta não é, no entanto, a mesma opinião do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero, para o qual

O Estado deveria facilitar mais a produção artesanal. O registro da procedência do produto devia ser mais facilitado. A Prefeitura devia ter uma lei que os agricultores pudessem produzir e registrar sua marca de procedência aqui. Que isto não fosse tão burocrático. Aí você ampliaria as vendas. Só que hoje você não pode. Porque hoje, para você montar uma indústria caseira, é muita burocracia. É por isto que aqui em São Ludgero não existe ninguém que trabalhe com produtos assim. Alguns trabalham com produtos naturais, mas produtos naturais que eles mesmos consomem. Agora produzir para venda no comércio eu não conheço ninguém que faça. Vem tudo de outros municípios.⁴⁵⁸

E, para finalizar discussão em torno desta questão, registramos a opinião de um agricultor que tinha o interesse em colocar uma indústria caseira, mas teve seu projeto abortado pela burocracia estatal:

Nós tínhamos o interesse em colocar uma indústria caseira de derivados de leite. Procuramos os órgãos responsáveis e aí veio a parte burocrática, de inspeção, estas coisas. Daí já cortaram. Na hora que entramos com o processo para instalar a indústria caseira, eles já cortaram. Nós estávamos pensando fazer uma queijaria. Então nós iríamos beneficiar o leite produzido na propriedade. Hoje nós vendemos o leite ao preço de R\$ 0,50/litro, mas se este leite fosse beneficiado, o preço subiria para em torno de R\$ 0,80/litro. Olha que dava uma diferença boa. Então essa é a maior dificuldade que hoje nós temos. A gente fez um projeto de indústria caseira e corremos atrás da fiscalização, porque queríamos fazer tudo certinho, dentro da lei. Fomos lá na CIDASC e eles nos mandaram para a Vigilância Sanitária, porque diziam que tínhamos que fazer tudo direitinho. Aí nós construímos o galpão, fizemos tudo certinho. Mas eles sempre vinham com a conversa que faltou fazer uma coisa, e não liberavam o funcionamento. Pronto. Já ficamos desanimados. Aí fizemos aquilo que eles diziam que estava faltando e voltamos lá para eles autorizarem. Aí eles disseram que faltava outra coisa. Aí nós ficamos mais desanimados ainda. Então chegou uma hora que nós desistimos. Várias vezes a gente tentou ir atrás disso e não conseguimos. Não sei se é porque os órgãos da Prefeitura de São Ludgero não se interessam por esta questão, porque tem outros municípios que os agricultores conseguem isto mais facilmente.⁴⁵⁹

Com base nestas considerações, torna-se compreensível que o ingresso das relações capitalistas no campo se fez acompanhar de uma reestruturação

⁴⁵⁷ Entrevista realizada com T.B.V. (Extensionista Rural / EPAGRI – São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁵⁸ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁵⁹ Entrevista realizada com A.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

produtiva e comercial em que foi criada uma série de embaraços técnicos, operacionais e jurídicos que acabaram por dificultar que os agricultores beneficiassem a produção agropecuária em suas unidades domésticas, o que permitiu que o setor industrial pudesse se expandir e produzir em escala os bens necessários a satisfação das necessidades da população, bens estes que até então em grande parte eram produzidos por artesãos que exerciam seu ofício no interior das propriedades rurais.

Tal situação repercutiu diretamente na economia das famílias rurais que se viram cerceadas de uma importante fonte de ocupação de mão-de-obra e de geração de renda. Assim, independentemente de concordamos que é necessário uma efetiva fiscalização sobre a forma como são produzidos e beneficiados os gêneros alimentícios agropecuários remetidos ao mercado consumidor, entendemos que o poder estatal impõe uma série de entraves que suplantam as questões sanitárias e que estorvam a instalação de indústrias caseiras pelos produtores rurais, sendo este um dos motivos pelos quais eles têm procurado outras fontes de geração de renda em paralelo à agricultura.

4.10 AS NOVAS FRENTES DE INVESTIMENTO DO CAPITAL

Já comentamos anteriormente que, em decorrência da expansão do núcleo citadino de São Ludgero e, como consequência natural, dos ofícios não-agrícolas, os agricultores que exploravam as terras férteis situadas junto às várzeas do rio Braço do Norte, optaram por mudar de profissão, passando a dedicarem-se às atividades tipicamente urbanas. Essa mudança no ramo produtivo acentua-se principalmente a partir do segundo quinquênio da década de 1970, quando emergem importantes estabelecimentos comerciais e industriais na área, ofertando centenas de postos de trabalhos de caráter não-agrícola mesmo para os que não detinham nenhum tipo de qualificação profissional. Os que, por um motivo ou por outro optaram em continuar na atividade agrícola, foram “pressionados” pela própria expansão do núcleo urbano a se deslocarem para o interior do município, juntando-se aos demais agricultores que lá já exerciam esse ofício.

Conforme as lavouras foram sendo desalojadas do perímetro urbano, o espaço que ocupavam logo passou a ser reutilizado para outros fins, tais como a instalação de residências e áreas de uso comum (praças e ruas), ou a implantação de novas atividades – comerciais, industriais, prestação de serviços, repartições públicas, etc. –, que passaram a exigir um número significativo de operários. Como o município não contava com mão-de-obra especializada, as vagas de trabalho acabaram sendo preenchidas em grande parte por indivíduos que tinham como experiência profissional apenas a atividade agrícola. Ou seja, foi principalmente com base na mão-de-obra rural que se tornou viável a instalação e expansão de grande parte dos estabelecimentos comerciais e industriais atualmente em atividade em São Ludgero.

Nesse processo de redefinição da estrutura socioeconômica e espacial do município, podem-se identificar pelo menos três fluxos da mão-de-obra ocupada em atividades rurais: o primeiro, no sentido *cidade > campo*, constituído pelos agricultores cujas unidades produtivas foram alcançadas pela expansão do núcleo urbano e se viram “pressionados” a se deslocarem para o interior como forma de poderem continuar exercendo a atividade agrícola; o segundo, no sentido *campo > cidade*, envolvendo os agricultores que foram seduzidos por uma nova perspectiva de vida e que optaram em mudar de atividade, decidindo transferirem-se com suas famílias para o núcleo urbano, estabelecendo-se ali como trabalhadores assalariados; e finalmente, o terceiro fluxo, no sentido *campo > cidade > campo*, que estaria relacionado a grande parcela de agricultores que se vincularam ao trabalho assalariado no núcleo citadino, sem contudo desfazerem-se de suas propriedades e nem deixarem de trabalhar em atividades agrícolas.

Em meio a isto, constata-se que o crescimento do setor urbano/industrial no município foi (e continua sendo) acompanhado, *pari passu*, pelo crescimento no número de postos de trabalho, e, conseqüentemente, da massa de assalariados. Ocorre que a fonte fornecedora de mão-de-obra – o setor rural – já “secou”. Ou seja, o número de trabalhadores disponíveis em São Ludgero não é mais suficiente para atender as vagas de trabalho disponibilizadas pelo setor urbano/industrial. Tal situação leva a que alguns empreendedores tenham que buscar alternativas drásticas para obter a mão-de-obra necessária à continuidade e/ou expansão de suas empresas, entre as quais a inevitável transferência destas para outros municípios. Este foi o caso, por exemplo, vivenciado por um proprietário de uma

fábrica de móveis artesanais que inicialmente havia sido instalada na Comunidade de Morro do Cruzeiro (área rural). Segundo o relato deste depoente, embora as condições da propriedade fossem favoráveis ao desenvolvimento da atividade (principalmente pela facilidade de acesso ao bambu, gramínea utilizada como matéria-prima utilizada na confecção dos móveis) ele teve que transferir a empresa para outro município devido entre outros motivos a distância do mercado consumidor (que dificultava a divulgação dos produtos), as péssimas condições das estradas de acesso à fábrica e, sobretudo, devido não encontrar mão-de-obra disponível ao trabalho, fato que impossibilitava a diversificação da produção e a expansão dos negócios.⁴⁶⁰

Em razão deste déficit no número de trabalhadores, são muitas as famílias que chegam ao município, atraídas pela possibilidade concreta de encontrarem emprego nas indústrias e acabam por fixar residência na cidade. Torna-se evidente, portanto, que para os setores que estão carentes de mão-de-obra a chegada de migrantes à cidade é extremamente interessante, sobretudo para o setor industrial, o mais interessado neste processo. Isto fica claro no seguinte depoimento:

A grande maioria de pessoas que procuram emprego nas nossas indústrias são os jovens. E às vezes os pais também vêm acompanhando os filhos. O problema é que hoje, na verdade, são poucos os filhos de agricultores que já não estejam empregados. Então está muito difícil de conseguir mão-de-obra aqui no município, principalmente a masculina. Alguns dos nossos trabalhadores são pessoas que vieram de municípios vizinhos. A gente tem certeza que as outras empresas também estão passando por esta dificuldade.⁴⁶¹

Realmente, nas entrevistas realizadas em outros segmentos empresariais localizados no município constatamos que uma grande parcela da mão-de-obra utilizada no processo produtivo é proveniente de outras cidades. Conforme afirma um empresário local: “Muitos dos empregados que hoje estão trabalhando nas indústrias de São Ludgero são gente de fora. A maioria é de Curitiba, ou de outras cidades do Paraná. São pessoas que vieram para cá apenas para trabalhar.”⁴⁶² E o ingresso de contingentes populacionais, além de resolver o problema da falta de

⁴⁶⁰ Entrevista realizada com E.S. (Ex-agricultor e atualmente empresário de móveis artesanais). Arquivo do autor.

⁴⁶¹ Entrevista realizada com M.N. (Gerente de Humanos do grupo empresarial SBED). Arquivo do autor.

⁴⁶² Entrevista realizada com J.N.S. (Empresário. Indústria e Comércio de Madeiras Sizenando). Arquivo do autor.

mão-de-obra, possibilita aos empresários barganharem os salários a serem pagos aos trabalhadores, dado que as pessoas que vem de fora acabam se sujeitando a trabalharem por um salário menor. “Porque o pessoal que vem do Paraná para cá, é um pessoal que vem por questões de dificuldades financeiras mesmo. Então quando chegam aqui, na verdade eles vão tomando o espaço do nosso pessoal e de certa forma acabam prejudicando-os, porque aceitam trabalhar por um salário menor, por condições piores.” ⁴⁶³

Mas, embora exista a tendência dos empresários em forçar internamente os salários pagos aos seus trabalhadores para baixo, a concorrência entre as empresas para captar a mão-de-obra disponível no município se dá justamente pela diferenciação salarial e, além desta, pela concessão de alguns benefícios aos empregados:

Na verdade eu considero que o salário pago aos trabalhadores de São Ludgero é muito baixo. (...) Às vezes eu me pergunto: como é que eles conseguem passar com este salário? Com tão pouco! Mas só que não tem como a gente pagar mais.

E não existe nenhum tipo de acerto entre as empresas para manter os salários dos empregados baixos. A gente nunca combinou isto entre as empresas. Eles têm a política de pagamento deles, eu tenho a minha. Só que há uma disputa pelos bons funcionários através do pagamento de salários melhores. Hoje eu estou pagando R\$ 500,00 para um, o outro já oferece R\$ 600,00. Então ele sai daqui e vai para lá. Daqui a pouco eu já pago R\$ 700,00 e ele sai de lá e volta para cá. Então é aquela correria. ⁴⁶⁴

Ocorre, contudo, que não há uma contrapartida dos maiores interessados no ingresso de contingentes populacionais no município (de modo a aumentar o exército de mão-de-obra operária) em resolverem os problemas sociais gerados pelas famílias migrantes, sendo que o ônus de arcar com os gastos necessários a instalação dessa massa populacional acaba recaindo sobre o poder público municipal. Conforme destaca o prefeito, “São Ludgero não possui mão-de-obra suficiente para atender a demanda das indústrias. Aí começa a vir todo este pessoal de fora, atraído pela propaganda que São Ludgero é uma cidade que gera muito emprego, e daí começa a se criar favelas em torno da cidade, o que não é bom para ninguém.” ⁴⁶⁵

⁴⁶³ Entrevista realizada com D.J. (Gerente de Recursos Humanos da empresa Cruzeiro Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.) Arquivo do autor.

⁴⁶⁴ Entrevista realizada com J.N.S. (Empresário. Indústria e Comércio de Madeiras Sizenando). Arquivo do autor.

⁴⁶⁵ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

Tal situação acaba fazendo com que seja cada vez maior o volume de recursos orçamentários (que são arrecadados pela prefeitura na forma de impostos) investidos no setor urbano, ficando a população rural significativamente prejudicada neste processo. O depoimento abaixo expressa bem esta situação:

Eu acho que a situação do setor urbano de São Ludgero está muito complicada. O município absorveu muita gente de fora, que veio para cá de caminhonada. Eu tenho conhecimento desta situação porque eu trabalho no conselho municipal de assistência social, e a gente sabe como o urbano exige. Todos os dias há gente aqui pedindo alguma coisa, e é muito mais fácil nós ajudarmos estas pessoas do que aquelas que não vem pedir nada. Então aqui a gente percebe isto, que há uma tendência bastante grande do município investir muito mais na área urbana do que na área rural. Eu acredito que isto é fato consumado. Porque na área rural a maioria dos pedidos que a gente recebe é para abrir estradas, e só. Porque cesta básica ninguém vem pedir. Ninguém vem do interior buscar aqui. Se vêm, dá para contar nos dedos dos que vêm. E aqui a gente tem estes bairros aí, que o pessoal vem de fora, para trabalhar e acabam fazendo fila aqui pedindo coisas. E os pedidos você pensa que são poucos? Tem gente que vem, embarca lá no nordeste num dia e no outro dia está aqui pedindo uma casa, pedindo uma cama, pedindo um colchão. É uma coisa de louco. Nunca vi disto. E é difícil de negar.⁴⁶⁶

Há que se considerar que a presença de vários estabelecimentos comerciais e industriais no município não se traduz numa compatível geração de impostos para o poder público municipal, isto porque não há um efetivo controle sobre a contabilidade destes estabelecimentos, o que facilita a sonegação fiscal. Um dos empresários locais entrevistados chama atenção para o fato de que muitas empresas do município conseguem se expandir porque não trabalham regularmente, ou seja, não respeitam as leis:

Eu, para falar a verdade, não consigo aumentar a produção devido aos encargos trabalhistas. (...) Porque eu pago tudo certinho. Todos os meus funcionários têm carteira assinada. Então quem trabalha certinho, não tem dinheiro para investir na empresa. A não ser que eu fosse trabalhar na informalidade. Não pagando o integral, na carteira de trabalho. Então aí a minha margem de lucro seria maior. Porque algumas empresas de São Ludgero não trabalham correto. Trabalham na informalidade. Aí eu vejo que funciona. Mas se for para trabalhar correto mesmo, como tem que ser, não funciona. Algumas empresas até registram o funcionário em carteira, mas não colocam o valor correto do salário pago. Às vezes o empregado

⁴⁶⁶ Entrevista realizada com T.B.V. (Extensionista Rural da EPAGRI / São Ludgero.). Arquivo do autor.

ganha R\$ 1.000,00, mas na carteira ele está registrado como se estivesse ganhando apenas R\$ 500,00. Coisas assim, deste tipo. Ou às vezes o empregado nem é registrado em carteira.⁴⁶⁷

Como consequência natural do crescimento populacional do município impõe-se a necessidade de aumentar os limites do perímetro urbano a fim de permitir a acomodação dos novos habitantes. Com isto, o núcleo citadino continua se expandindo em direção ao interior e, nesse movimento, os espaços agrários periféricos estão sendo valorizados pelo setor imobiliário para fins de instalação de loteamentos que passam a ser agregados ao núcleo urbano. O caso mais recente é o do loteamento “Parque Residencial Encosta do Sol”, estabelecido sobre o terreno rural até então utilizado pela Granja Warmling, e cujo projeto foi aprovado pela Câmara de Vereadores em sessão deliberativa realizada em 02 de março de 2001.

Segundo informações prestadas por um dos sócios da imobiliária Prim Imóveis, a instalação do referido loteamento foi efetuado com vistas a contemplar os trabalhadores de baixa renda que trabalham nas indústrias de São Ludgero. No início os lotes eram vendidos a um preço baixo, algo em torno de R\$ 5.000,00. Porém, aos poucos, pessoas mais abastadas também foram investindo na compra dos terrenos ali disponíveis o que elevou o preço dos mesmos, sendo que hoje o valor de um terreno naquele loteamento gira em torno de 25 a 30 mil reais. De acordo com este informante, somente a imobiliária da qual é sócio (que além de trabalhar com locações e vendas de imóveis, também atua no ramo da construção de casas pré-fabricadas), construiu mais de 50 casas no referido loteamento.⁴⁶⁸ (Ver **foto 16**)

Sob um outro aspecto, cabe registrar que os terrenos urbanos em São Ludgero nos últimos anos sofreram uma hiper-valorização, fruto sem dúvida da lei da oferta e procura. E a carência de terrenos no perímetro urbano acaba repercutindo também na sobrevalorização dos terrenos rurais, sobretudo os situados nas áreas periféricas à cidade. Sobre esta questão o prefeito do município fez o seguinte comentário:

⁴⁶⁷ Entrevista realizada com um empresário de São Ludgero. Arquivo do autor. Obs.: Por ser tratar de assunto que possa implicar em prejuízos a terceiros, optamos por não mencionar a fonte de informação.

⁴⁶⁸ Informações concedidas por R.P. (Sócio proprietário da imobiliária Prin Imóveis – São Ludgero). Arquivo do autor.

Foto 16 – Vista parcial do loteamento “Encosta do Sol”

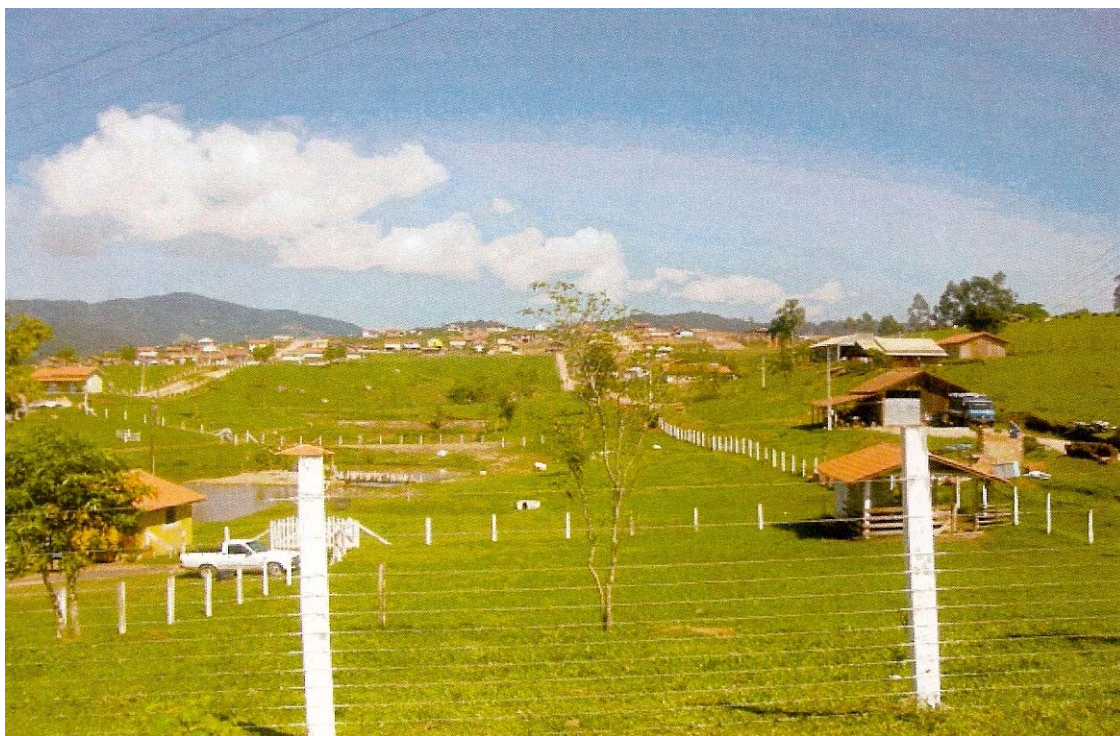


Foto do autor

São Ludgero é uma cidade ladeada de morros. Então existem poucas áreas habitáveis. Por isto há o risco de amanhã ou depois nós não termos mais espaço para expandir a área da cidade. (...) Então nós temos que pensar hoje, para daqui há 10, 20, 30 anos. Fazer um planejamento do município, e já correr atrás das áreas que ainda restam em São Ludgero para se pensar num incentivo industrial e na acomodação da população urbana. Amanhã ou depois nós não teremos mais áreas disponíveis para este fim. Porque hoje em São Ludgero os terrenos são uns dos mais valorizados. O preço de um lote em São Ludgero é mais caro do que um lote numa área nobre de Tubarão ou Criciúma. Não se justifica o preço de um lote de terreno no preço que está hoje. E os preços dos lotes rurais também aumentaram muito. Há dez anos atrás, por exemplo, se comprava terrenos rurais ao preço de R\$ 1.000,00 o hectare. Hoje você não encontra em São Ludgero um terreno agrícola com menos de 10, 12 ou até 15 mil reais o hectare.⁴⁶⁹

Diante a escassez de terrenos próximos à área central, tudo indica que a saída para tentar baratear o preço dos imóveis e resolver o problema da acomodação da população urbana será o investimento no crescimento vertical da cidade, tal como vem ocorrendo nos municípios vizinhos Braço do Norte e Orleans, sobretudo neste último, onde é intenso o investimento imobiliário em prédios de apartamentos. (ver fotos **17** e **18**) Muito embora existam sinais de que este processo já esteja em curso na cidade de São Ludgero, isto ocorre ainda de uma forma muito tímida, sendo insignificante o número de construções dessa categoria.

Já com relação à sobrevalorização dos terrenos rurais isto sem dúvida tem sido fruto do crescente interesse do empresariado local em reinvestir o capital disponível, seja adquirindo propriedades para fins de lazer da família (compra de terrenos rurais com o objetivo de transformá-los em sítios de recreação para uso em finais de semana) ou visando a abertura de novos horizontes para multiplicá-lo mediante o desenvolvimento de novas atividades lucrativas (criação de gado; transformação da propriedade em loteamentos; investimento em reflorestamento com espécies exóticas, tais como pinus e eucalipto; etc.).

Cabe aqui mencionar que se há um ramo de atividade que vem se difundindo de forma crescente nos espaços rurais de São Ludgero este sem dúvida é o reflorestamento com espécies exóticas, sobretudo o eucalipto. E este ramo de atividade não tem sido atrativo apenas para os agricultores, sendo vários os empresários que estão adquirindo propriedades rurais com vistas ao cultivo desta espécie arbórea.

⁴⁶⁹ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

Foto 17 e 18 – Vista aérea das cidades de Orleans/SC e Braço do Norte/SC



Cidade de Braço do Norte/SC. Foto de Autor desconhecido



Cidade de Orleans/SC. Foto de "Foto Globo"

Entre os agricultores entrevistados poucos foram os que disseram não ter parte de suas terras ocupadas com reflorestamento de eucalipto. E a opção por este tipo de cultivo se dá principalmente pelo baixo investimento, por ser uma cultura que pode ser instalada em qualquer tipo de terreno, que não requer maiores cuidados em seu desenvolvimento e apresenta um retorno financeiro garantido. Diante a inconstância de preços e o risco que correm com outros tipos de exploração, muitos agricultores estão optando por transformar os espaços utilizados com pastagens e lavouras em áreas de reflorestamento. (ver **fotos 19 e 20**) Não se pode perder de vista que este tipo de empreendimento ganhou destaque no município em função da crescente vinculação da mão-de-obra familiar ao trabalho assalariado urbano industrial. Por ser o cultivo de eucalipto uma atividade que exige pouca dedicação do produtor rural em seu estágio produtivo, tornou-se extremamente atrativa para os trabalhadores rurais pluriativos. Sobre este assunto o prefeito de São Ludgero faz uma análise que nos parece ser bastante pertinente:

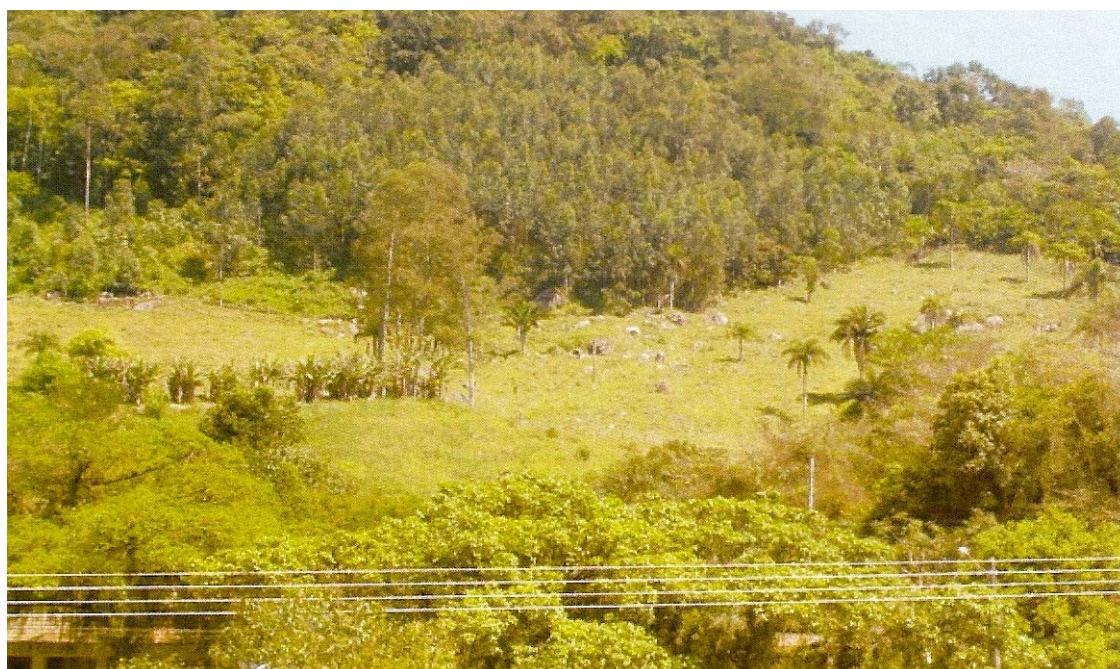
O que estamos notando aqui em São Ludgero, é que os nossos agricultores estão investindo para o futuro. Eu acho que eles estão pelo menos acordando para a realidade que é o reflorestamento. Hoje nós temos uma grande parte do município toda reflorestada com eucaliptos. Que é um produto que em 10 anos te dá um retorno. Então o pessoal está investindo mais nisto, pois as nossas áreas rurais são propícias para isto. São terrenos muito quebrados e para este tipo de cultivo eles são bons. Então para a produção de produtos agrícolas mesmo, se torna difícil sobreviver. Então o quê que este pessoal está pensando? Este pessoal que tem terreno, eles estão vindo trabalhar nas empresas e os terrenos que eles têm eles não vendem. Eles aplicam; eles reflorestam. Para que amanhã possam ter uma velhice tranqüila. Uma aposentadoria. Em vez de INSS, eles estão garantindo uma aposentadoria para o futuro. Então eles estão reflorestando porque eles têm certeza que no futuro o eucalipto será uma madeira de lei. Porque madeira nobre, dentro de pouco tempo a gente não vai ter mais.⁴⁷⁰

Sob a ótica dos agricultores, a opção da categoria pelo plantio de eucalipto não foge muito do que foi acima mencionado pelo prefeito. Eis a opinião de alguns deles sobre este assunto:

As nossas terras não estão paradas. Apesar de trabalhar na cidade eu não deixei de trabalhar também aqui na nossa propriedade. As terras que a gente tem estão produzindo. O que eu ganho com o trabalho na cidade é importante para a manutenção da nossa família. Mas eu não deixei de trabalhar aqui na roça também. Eu trabalho na cidade, mas também planto eucalipto. O meu pai, ele é aposentado.

⁴⁷⁰ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

Foto 19 e 20 – Expansão do cultivo de eucaliptos nas propriedades rurais



Fotos do autor

Mas ele sempre faz as lavourinhas dele. É pouca coisa, mas ajuda. São coisas que a gente não precisa gastar no mercado. Mas a nossa terra não está parada de jeito nenhum. A gente tem uma plantação de eucalipto. Então ela está produzindo. O eucalipto é um negócio rentável. Todo mundo está plantando eucalipto.⁴⁷¹

O nosso terreno é um terreno muito acidentado. É um terreno muito ruim para lavouras. Então a gente partiu para eu pegar um emprego e nós decidimos investir em reflorestamento nos locais em que o terreno era todo quebrado, onde a gente tinha umas roçinhas. Nos cantinhos onde a gente plantava, que eram tudo pedaços pequenos. Então a gente foi reflorestando, plantando eucaliptos nestes pedaços de terreno. E o retorno financeiro talvez seja melhor do que se a gente ficasse plantando outros tipos de vegetais. (...) Mas eu considero que não conseguiria ganhar o que eu ganho hoje como assalariado na indústria se fosse trabalhar na agricultura. Porque eu já tive esta experiência trabalhando aqui. Nós já plantamos uma época tomate; plantamos aipim, e não tínhamos este retorno financeiro como o que eu tenho hoje. Então hoje, para mim, a nossa família está muito acima do que nós vivíamos. Por causa do meu salário lá na empresa e porque eu ocupo meio período de trabalho aqui na propriedade, fazendo o que eu fazia. Então diminuiu um pouco as atividades aqui na roça, que ficou só o pai trabalhando. E neste meio período em que eu estou em casa a gente procurou reflorestar. E ali nós temos um retorno financeiro bem maior do que se fôssemos cultivar lavouras como nós fazíamos anteriormente.⁴⁷²

Hoje a maioria dos agricultores está plantando eucalipto. Porque basicamente é uma segurança o que eles querem. Porque o pessoal do interior, que trabalha com agricultura, não tem uma renda garantida no final do mês. A agricultura é chuva, é seca, é doença. Não existe um controle assim, que você planta e vai dar tudo certo. Então é complicado esta coisa. É por isto que o pessoal está trabalhando lá na cidade e enchendo a terra com eucalipto. O eucalipto é dinheiro garantido.⁴⁷³

Uma leitura mais atenta dos depoimentos acima transcritos nos conduz ao entendimento que a população rural tem interesse e, de certa forma já está dependente, da existência de um mercado de trabalho não-agrícola ao seu alcance. Entretanto, em que pese este interesse e necessidade, via de regra o processo de geração de postos de trabalho em atividades desassociadas da produção agropecuária no espaço rural ou em suas imediações raramente são frutos de iniciativas empreendedoras dos agricultores, sendo que, em grande parte dos casos, as vagas de trabalho que surgem no campo decorrem de ações desenvolvidas por empresários que visam deslocar para as áreas periféricas aos centros urbanos, ou

⁴⁷¹ Entrevista realizada com V.S. (Agricultor) Arquivo do autor.

⁴⁷² Entrevista realizada com G.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁷³ Entrevista realizada com I.D. (Agricultor). Arquivo do autor.

mesmo para os espaços tipicamente rurais, o seu raio de atuação. Este seria o caso, por exemplo, de hotéis fazenda, pousadas, restaurantes de comidas típicas, cafés coloniais, campings, etc., que atualmente estão proliferando no meio rural e contratando a mão-de-obra familiar agrícola disponível ao seu entorno, seja para a produção e fornecimento de gêneros agrícolas específicos a serem utilizados no empreendimento ou como empregados para ocupar as mais diversas funções (cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, garçons, vigias, jardineiros, etc.).

Com relação à questão acima abordada, um aspecto interessante que chama atenção e merece ser mencionado, é o fato de que, quando são realizados investimentos do ramo de lazer nos espaços rurais estes estão voltados basicamente à satisfação da população urbana. Entendemos, por exemplo, que não é novidade alguma para os agricultores (que têm acesso aos rios e açudes) a pesca em pesque-pague; da mesma forma, não são destinados à população rural os restaurantes que servem comidas típicas, uma vez que normalmente estas fazem parte do cardápio cotidiano dos agricultores; nem mesmo as trilhas ecológicas para caminhadas ou passeio a cavalo, dado que estes convivem em contato direto com a natureza.

Neste sentido, torna-se inevitável o entendimento de que, apesar de se constituir numa estratégia interna ao núcleo familiar (uma vez que é nesse âmbito que são tomadas as decisões acerca do destino da mão-de-obra apta ao trabalho), o estímulo ao trabalho não-agrícola não deixa de ser também mais uma das formas de penetração do capitalismo no campo.

No que diz respeito ao envolvimento de parte do empresariado de São Ludgero em empreendimentos nos espaços rurais, percebemos uma clara opção pelo reflorestamento com eucalipto, sendo que isto ocorre tanto como forma destes baratarem os custos e garantir o fornecimento de matérias-primas para suas unidades produtivas (particularmente no caso das madeiras e das indústrias de molduras, de portas e janelas) quanto como uma alternativa de multiplicação do capital.

Hoje está cada vez mais rigoroso a gente obter a madeira lá do Norte. E está muito cara também. E a matéria prima estando cara, não é qualquer um que vai poder ter acesso a uma janela de itaú ou de angelim, que são madeiras do Norte. Então nós temos que ter madeira alternativa. E a madeira alternativa é o eucalipto. É por isto que todos estão plantando eucalipto. Eu considero o melhor

investimento do planeta, se tiver dinheiro para investir. Então eu comprei terrenos que antes eram pastagens e antigas lavouras, e plantei eucalipto. Eu plantei em pastagens, como também tem vários colegas meus que estão comprando pastagens para plantar eucalipto. Roça tem pouco já aqui na região. Então nós compramos terrenos e vamos plantando eucalipto.⁴⁷⁴

Outra tendência de investimento do empresariado ludgerense nos espaços rurais do município tem sido a aquisição das raras propriedades colocadas à venda pelas famílias rurais, com fins de exploração imobiliária. Nas áreas mais interioranas, isto se dá geralmente na forma de intermediação financeira, ou seja, as propriedades são adquiridas com o claro propósito de serem posteriormente revendidas por um preço maior. Já nas áreas rurais periféricas ao núcleo urbano, as propriedades ali existentes estão sendo adquiridas objetivando a instalação de loteamentos urbanos, sendo que neste caso o lucro do investidor se dará sobre a venda dos vários lotes advindos do desmembramento da propriedade rural adquirida. Este foi o caso, já mencionado, que ocorreu com a propriedade rural utilizada pela Granja Warmling que, de espaço de produção agropecuária foi transformado em loteamento urbano. Cabe registrar que a instalação de loteamentos requer a aprovação prévia da Câmara de Vereadores do município, sendo que as unidades fracionadas passarão a ter caráter de lotes urbanos, passando sobre eles incidir vários tipos de impostos e taxas, tais como: IPTU, taxas de coleta de lixo e de iluminação pública, etc.

Mas, de toda esta conjuntura, o que nos interessa aqui destacar é que, seja qual for o motivo que esteja levando o empresariado de São Ludgero a diversificar suas fontes de investimento do capital aplicando-o em atividades correlatas ao mundo rural, isto está interferindo no cotidiano das famílias camponesas e corroborando para a expansão do trabalho pluriativo entre os agricultores na medida em que passa a gerar postos de trabalho diretamente no meio rural, tais como chacareiros, jardineiros e outras atividades afetas à manutenção dos novos empreendimentos naqueles espaços estabelecidos. Com isto, os poucos agricultores que ainda não haviam aderido ao trabalho assalariado urbano/industrial em função de optarem por uma atividade que lhes proporcionasse um contato direto com a natureza, acabam também se aliando a esta forma de

⁴⁷⁴ Entrevista realizada com J.N.S. (Empresário. Indústria e Comércio de Madeira Sizenando). Arquivo do autor.

trabalho assalariado sem, contudo, abandonarem a produção agrícola, tornando-se trabalhadores pluriativos.

Em meio a todo este processo o capital vai desmobilizando as formas tradicionais de trabalho camponesas, passando a influir num dos pontos nevrálgicos da estrutura produtiva familiar, qual seja, nas estratégias utilizadas pelo grupo familiar para a obtenção dos recursos necessários a manutenção e reprodução social de seus membros. Mais do que isto, o avanço da lógica capitalista no campo acaba também como que turvando a visão das autoridades governamentais que encaram este processo como algo inevitável e sem retorno. Conforme as palavras de um vereador do município, “a gente conversa com as pessoas do interior, agricultores, aposentados, e eles apostam que as propriedades rurais de São Ludgero vão acabar virando tudo sítio. Com raras exceções em alguns locais, mas a maioria vai virar sítio. Nem o próprio agricultor está acreditando na continuidade da agricultura no município. É o que a gente vê.”⁴⁷⁵

Tomando por base este tipo de visão determinista não é de se estranhar o abandono e o descaso com que o setor agrícola de São Ludgero vem sendo tratado pela classe política local. Mas existem reações contrárias a este tipo de posicionamento. Para o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, por exemplo,

O futuro da agricultura no município de São Ludgero ainda será muito bom. Porque eu deixo de acreditar que um município, um estado ou um país possa acreditar que ficará rico somente investindo no setor industrial. (...) Eu tenho muita esperança que a nossa agricultura um dia vai ser melhor valorizada. Porque nós temos um setor agrícola forte, mas infelizmente não tem sido considerado como forte. Mas eu penso que um dia nós vamos ser valorizados pela agricultura que temos em São Ludgero e que futuramente nós vamos ser mais fortes ainda. Eu acho que esta é a única maneira pois, você sabe disso, não existe riqueza maior do que a que é retirada da terra.⁴⁷⁶

Entendemos, portanto, que enquanto as previsões que apostam no fim da produção agrícola familiar em São Ludgero prevalecerem sobre uma política de planejamento que vise a reestruturação e valorização do setor agropecuário local, não há dúvidas de que será cada vez maior o número de agricultores que estarão se aliando ao trabalho pluriativo no município, passando a revezarem a sua força de

⁴⁷⁵ Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

⁴⁷⁶ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do autor.

trabalho entre a produção agrícola de subsistência e como trabalhadores assalariados para o capital.

4.11 A FORMAÇÃO ESCOLAR, A OBTENÇÃO DE CRÉDITO COMERCIAL E OS PRECONCEITOS CONTRA OS PRODUTORES RURAIS

Antes de avançarmos na análise de alguns outros fatores que sob o nosso ponto de vista têm motivado a vinculação dos trabalhadores rurais de São Ludgero com o mercado de trabalho assalariado urbano/industrial, é importante relembrarmos que, em razão da crescente inter-relação da população urbana com a rural, os marcos sociais e econômicos utilizados como parâmetros para delimitar e separar estes dois pólos estão em processo de reavaliação, sendo seus significados reinterpretados para se adequarem à realidade do mundo contemporâneo, principalmente em função das metamorfoses ocorridas nas relações socioeconômicas nas últimas décadas. Em meio a isto, a população rural passou a sofrer uma forte pressão para assimilar o estilo de vida adotado pela população urbana, fato que implicou na mudança comportamental dos agricultores induzindo-os a busca de recursos para dar conta deste novo modo de viver.

Neste sentido, um fator que teve grande importância no processo de aproximação e inserção da população rural (sobretudo dos jovens) no espaço socioeconômico urbano sem dúvidas foi a “nucleação” do sistema de ensino fundamental ocorrido no município, quando a administração pública municipal decidiu pelo fechamento das escolas isoladas que existiam nas comunidades rurais, obrigando as crianças do interior a se deslocarem até a sede municipal para terem acesso ao estudo. Em que pese todas as conseqüências negativas decorrentes deste ato (que serão devidamente detalhadas no item 4.12 deste trabalho), há que se reconhecer que tal medida propiciou que as crianças rurais tivessem o mesmo patamar de ensino ofertado aos alunos residentes na cidade, fato que permitiu certo nivelamento, em termos de ensino formal, entre a população urbana e rural. Assim, mesmo havendo uma parcela significativa de agricultores que passaram a fazer críticas em relação ao fechamento das escolas isoladas que existiam em suas

comunidades, entre a população rural já estava enraizada a compreensão que no mundo contemporâneo dificilmente o indivíduo conseguirá se projetar social e profissionalmente se não tiver concretizado os estudos escolares, sendo tanto maiores as chances de sucesso quando maior for o estágio por ele obtido na academia. E é em decorrência deste entendimento que

No município de São Ludgero não existem crianças que não estejam matriculadas na escola. Mesmo as crianças que residem nas comunidades rurais mais distantes do núcleo urbano, os pais fazem questão que os filhos estejam estudando. Porém, se temos conhecimento que uma criança não foi matriculada ou que está faltando muito às aulas, aí o Conselho Tutelar é acionado para que investigue o porquê dos pais não estarem encaminhando essa criança para a escola. Mas isto é raro de acontecer. A gente percebe que os agricultores querem ver os seus filhos formados.⁴⁷⁷

De forma a que pudéssemos aprofundar as análises sobre este assunto, procuramos identificar quais os requisitos exigidos pelos comerciantes, empresários e demais instâncias fomentadoras de empregos no município, para contratar a mão-de-obra local. Assim, na pesquisa de campo constatamos que a exigência mínima para que um indivíduo possa pleitear uma ocupação assalariada em qualquer posto de trabalho do setor urbano/industrial é que ele tenha cursado e concluído com sucesso pelo menos o ensino fundamental. Nas palavras do gerente de recursos humanos do grupo empresarial SBED (principal fonte geradora de empregos no município), “a falta de mão-de-obra especializada leva a necessidade de rebaixarmos as exigências quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores contratados. Porém, como nós temos o registro de certificação da ISO 9000, para cada função a gente exige a escolaridade mínima.”⁴⁷⁸ E é devido à importância do ensino formal como perspectiva de maiores possibilidades para o ingresso no mercado de trabalho assalariado que se estabeleceu um padrão de consciência generalizado entre os chefes de família no sentido de colocarem o estudo dos filhos em primeiro plano no que diz respeito às estratégias de investimento para o futuro, quer seja visando o bem estar do grupo familiar como um todo (“Para os meus filhos eu sempre digo que eles têm que estudar mais, porque depois de você estudar **nós**

⁴⁷⁷ Entrevista realizada com C.B.B. (Secretária da Educação do município de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁷⁸ Entrevista realizada com M.N. (Gerente de Recursos Humanos do grupo empresarial SBED – São Ludgero). Arquivo do autor.

vamos viver mais fácil ainda.”⁴⁷⁹), ou mesmo como forma de garantir maiores possibilidades para o sucesso individual da prole (“A gente gostaria que os nossos filhos estivessem em casa conosco, mas não trabalhando na agricultura. A agricultura tem muitos altos e baixos. Aliás, ultimamente tem tido mais baixos do que altos. Então a gente apostou nos estudos deles e graças a Deus eles hoje estão trabalhando todos lá na cidade. Trabalhando e estudando.”⁴⁸⁰).

Em razão desta opção, a parcela de mão-de-obra mais jovem deixou de ser utilizada regularmente nas atividades agrícolas, dedicando-se prioritariamente aos estudos escolares. Com isto houve certo distanciamento dos jovens das rotinas produtivas desenvolvidas na propriedade, o que levou a perda da reprodução do conhecimento tradicional de produção agropecuário e, sobretudo, ao desinteresse destes jovens pela atividade agrícola. Entre os jovens entrevistados, a grande maioria relatou não ter interesse em continuar exercendo a mesma profissão de seus pais, não só porque a agricultura é por eles considerada como uma atividade de alto risco – dado não proporcionar uma garantia de retorno financeiro dos investimentos realizados, seja em termos de capital ou do tempo de mão-de-obra aplicada no processo produtivo –, como também pelo fato de considerarem ser a agricultura uma profissão desvalorizada e até mesmo discriminada pelos demais segmentos sociais. O seguinte depoimento sintetiza o pensamento corrente entre a juventude rural de São Ludgero em relação a esta questão:

Eu não quero continuar trabalhando e sendo visto como colono. É por causa disto que eu estou estudando. Hoje quem trabalha só com agricultura não é valorizado. Eu não vejo futuro para mim na agricultura. Eu posso até ter que continuar trabalhando com agricultura no futuro, mas se isto acontecer, a agricultura vai ser apenas um bico, para complementar o que eu ganhar no meu emprego. Eu vejo que a profissão de agricultor é muito ingrata. Quantos e quantos exemplos eu posso te falar de agricultores que trabalharam a vida toda, trabalho duro na roça, e que hoje não possuem m... nenhuma. E quantos investiram na agricultura e perderam tudo, e que hoje estão todos endividados. Então isto é bem possível: eu plantar alguma coisa para comer e viver um pouco melhor. Agora sobreviver só da agricultura eu não quero não. Então o estudo é importante por causa disto. Eu acredito que o estudo vai abrir as portas para mim. Aí eu vou poder trabalhar e ser visto de

⁴⁷⁹ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero.) Arquivo do autor.

⁴⁸⁰ Entrevista realizada com J.W.S. [Agricultor, pai de três filhos (um rapaz, com idade de 22 anos, e duas moças com idade de 19 e 23 anos) que optaram em sair de casa e viver no núcleo urbano de forma independente.]. Arquivo do autor.

forma diferente. Porque ser colono hoje em dia não é fácil. A gente não é respeitado como colono.⁴⁸¹

Já na ótica dos pais, existem diversos pontos de vista acerca da atual situação em que se encontram os jovens no que diz respeito ao envolvimento destes nas rotinas produtivas desenvolvidas no interior das propriedades rurais. Alguns chefes de família foram incisivos em afirmar que não desejam a agricultura como futura profissão para a prole, razão pela qual optam em estimular os filhos a se dedicarem aos estudos formais, mesmo que isto represente o rompimento da transmissão do saber tradicional acumulado através de gerações:

Eu não gostaria que os meus filhos ficassem trabalhando na agricultura. Porque botar os filhos hoje na agricultura é o mesmo que tirar o futuro deles. O meu objetivo, se eu tiver condições, é colocar os dois estudando direto. Se eu tiver condições de pagar a faculdade para os dois, eu vou pagar. Enquanto eu tiver condições eu vou colocar os dois no estudo. Porque eu vejo que a agricultura não é uma boa profissão para o futuro deles.⁴⁸²

Em relação aos meus filhos, eu me preocupo muito com eles é a respeito do estudo. Até onde eu puder sustentar, eu quero que eles estudem. Eu sou bem espontâneo com eles a respeito disto. Enquanto puderem estudar, devem estudar. E lá um dia, se eles precisarem sair da roça, já estarão preparados para isto. Eu não quero que aconteça com eles o que aconteceu no meu caso. Hoje eu tenho que trabalhar e estudar. Eu fiquei na roça com o meu pai e só estudei até a quarta série. Mas eu sempre digo que, mesmo que queiram ficar na roça, eles não devem parar de estudar. Porque se futuramente acontecer alguma coisa, ou se eles não quiserem mais sobreviver da roça, então eles têm o estudo para conseguir um emprego fora. Mas aí será escolha deles. Então se tiverem que pegar um emprego eles estarão preparados para isto. A minha opinião e o meu esforço será para garantir o estudo deles.⁴⁸³

A primeira coisa que nós estamos dando para eles (os filhos) é o estudo. Damos o estudo e deixamos eles decidirem o que querem ser na vida. Porque ninguém vai forçar eles a ficarem na roça. Eles é que vão escolher o que querem ser; o que acham melhor para si. Mas, se depender da minha vontade, eu gostaria mais é que eles arrumassem um emprego e que continuassem estudando. Porque hoje está sendo mais difícil segurar os jovens na roça. A agricultura já não compensa mais. Então a minha vontade é que eles estudassem para não depender da agricultura para sobreviverem; que as nossas terras não fossem vendidas, mas usadas apenas como local de moradia e que eles pudessem plantar alguma coisa para o consumo doméstico.⁴⁸⁴ (parênteses do autor)

⁴⁸¹ Entrevista realizada com R.W. (Jovem agricultor – 17 anos). Arquivo do autor.

⁴⁸² Entrevista realizada com E.H. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁸³ Entrevista realizada com G.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁸⁴ Entrevista realizada com D.M. (Agricultor). Arquivo do autor.

Já outros chefes de família encaram esta situação de forma até certo ponto paradoxal: ao mesmo tempo em que almejam uma perspectiva de vida melhor para os filhos (razão pela qual investem na formação escolar da prole) denotam descontentamento diante a falta de interesse destes pela atividade agrícola. Eis alguns depoimentos que apontam nesta direção:

Uma coisa que eu vejo, é que o pessoal já não trabalha mais como antigamente. Isso você pode chegar em qualquer lugar. Nas famílias, os que trabalham são o pessoal mais velho. Os mais novos, os que começaram a estudar, a fazer o segundo grau, eles já foram fazer o segundo grau lá na cidade, e dificilmente voltarão para a roça. (...)

No meu modo de ver, no meu dia a dia, eu vejo que a maioria da juventude não tem mais preocupação com o serviço da roça. Muitas vezes eu vejo os meus filhos, por exemplo. Eles estão lá trabalhando comigo na roça, mas eles nem estão percebendo que aquela planta está precisando um pouquinho mais de adubo ou menos. E a gente, na minha época, sempre estava preocupado com isto ou aquilo, para fazer uma lavoura boa. Mas eu noto assim que eles trabalham muito desatentos. Eles estão trabalhando, mas estão com o pensamento longe. Estão com o pensamento na cidade. (...)

Eu sempre converso com a minha esposa e digo: “Se os nossos filhos não quiserem ser agricultores não vamos insistir.” Porque a gente sabe como a vida de agricultor é sofrida. Então a gente não quer que eles sofram o que a gente sofreu. Então a gente procura garantir o estudo deles para que eles possam ter outras oportunidades futuramente na vida.⁴⁸⁵

É que os filhos dos agricultores, os jovens de hoje não agüentam mais o serviço da roça. No meu pensar eles não têm a metade da força que nós tínhamos naquele tempo. Eles são muito desanimados. Eles só têm vistas para a cidade. Como eles estudam lá, acabam pensando que o lugar deles é lá e não aqui. São poucos os que se dão aqui na roça; de casar e continuar aqui. É difícil você ver um jovem casar e fazer uma casa aqui na roça para viver. É muito difícil disto acontecer. (...)

E eu vejo que um pouco desta situação é por causa dos estudos. Porque eles estudam até uns 12 a 15 anos. Na roça eles já quase não trabalham mais. Como o meu filho mais moço, por exemplo. Ele só ia para a roça das duas às quatro da tarde. Ele ia junto comigo. Mas quando ia já levava o relógio junto para saber a hora de voltar para o estudo. Já tinha aquele jeito. Então para a roça ele já não era bom. Ele não gostava e até hoje não gosta. Os outros não. Os meus outros filhos ainda hoje trabalham na roça. Só que este estudou mais que os outros. Estudou muito e então já foi se desligando daqui. Mas estudo, assim, todos tiveram a oportunidade. Só que uns não desprezaram tanto a agricultura. Eles têm os seus empregos na cidade, mas também trabalham bastante com agricultura. Já este meu filho mais novo, este não. Este só está na agricultura como um

⁴⁸⁵ Entrevista realizada com B.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

quebra galho. As rocinhas que ele faz são somente para encher o tanque da moto e tomar cerveja com a turma.⁴⁸⁶

Referendando o depoimento dado por seu pai (depoimento de M.S., acima transcrito), V.S. afirma que “eu procuro fazer sozinho as minhas roças. Assim eu não preciso me comprometer em trabalhar todos os dias, como ia acontecer caso eu estivesse trabalhando junto com o meu pai. Eu já tenho um emprego certo, com hora marcada. Então eu faço umas roças separadas que é apenas para pagar umas continhas aí...”.⁴⁸⁷

Mas, mesmo que os agricultores demonstrem interesse e se esforcem para proporcionar a educação formal aos filhos, muitas vezes as condições financeiras das famílias rurais não permitem assegurar, a todos eles, o estudo até o nível universitário. Em decorrência desta situação sempre surgem conflitos gerados pelo ressentimento dos que não puderam ser contemplados em suas ambições de realização pessoal. E a forma mais corrente utilizada pelos jovens agricultores quando o grupo familiar não dispõe de condições para arcar com os custos necessários a que possam atingir seus objetivos é procurando a emancipação financeira via ingresso no mercado de trabalho assalariado, com isto reduzindo (ou eliminando por completo) o tempo dedicado às atividades desenvolvidas na propriedade dos pais. De uma forma ou de outra, se verifica aí a presença da pluriatividade, seja pelo fato que a grande maioria dos jovens que se vinculam ao mercado de trabalho assalariado continua a morar na propriedade paterna e não se afastam totalmente das atividades agrícolas (trabalhador rural pluriativo) ou porque, mesmo que não se envolvam diretamente no processo produtivo, contribuem com parte do salário para a capitalização das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade (família rural pluriativa).

Há, entretanto, casos em que a perda de um membro familiar para o mercado de trabalho assalariado implica na diminuição da mão-de-obra utilizada nas atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade e ainda traz o inconveniente da família ter que contribuir financeiramente para ajudar custear a sobrevivência do filho (a) que se afastou do trabalho coletivo familiar, mas que não está conseguindo bancar sozinho o custo de seus projetos pessoais. Nestas situações geralmente

⁴⁸⁶ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁸⁷ Entrevista realizada com V.S. (Jovem filho de agricultor – 21 anos – que exerce a atividade agrícola apenas como um “bico”). Arquivo do autor.

ocorrem tensões e conflitos no âmbito familiar, sejam estes manifestados pelo atrito entre pais e filhos – que não querem perder uma importante fonte de mão-de-obra para os projetos coletivos da empresa agrícola familiar –, sejam pelo descontentamento dos demais irmãos que se sentem prejudicados neste processo –, pois, além da sobrecarga de trabalho ocasionada pela saída de um membro do processo produtivo ainda terão que contribuir, via a renda agrícola obtida pelos seus esforços físicos, para sustentar os projetos pessoais daquele (a) que saiu.

Sobre esta questão, temos o relato de um jovem agricultor sobre a forma utilizada pelo seu irmão mais velho para viabilizar o custeio das despesas decorrentes do ingresso no curso universitário, ao mesmo tempo em que traz à tona o problema enfrentado pela grande maioria dos filhos mais novos, geralmente os que se vêem obrigados a permanecer na propriedade para prestar assistência e amparar os pais em suas velhice:

Quando o meu irmão quis sair da casa para estudar, teve grande conflito em nossa família. O próprio pai sempre dizia para ele: “Não! Fica aqui na agricultura que isso é um futuro que é para ti. A agricultura é mais garantido.” O pai sempre puxava para o meu irmão ficar na agricultura, porque ele sabia que a saída dele ia fazer falta nos serviços que a gente faz em nossa propriedade. Então ele disse: “Então ta! Se tu sair daqui vai ter que se virar sozinho.” Ele tentou ver se o filho ficava na agricultura. E isto gerou bastante conflito. E o meu próprio irmão, quando estava na agricultura também gerava um pouco de conflito, porque ele sempre dizia assim: “É! Não está certo eu ficar aqui, porque não vai dar futuro para mim”. Então ele sempre puxava para o lado da cidade. E ele me incentivava ir para a cidade também. Mas como é que eu poderia ir? Não dava. (...)

A gente percebe que para se fazer uma faculdade é preciso ter recursos. E da agricultura a gente não tem como obter este recurso. E este meu irmão mais velho insistiu e saiu da agricultura para fazer a faculdade. Aí não teve jeito. O pai o ajudou como pode. Mas os recursos eram poucos. Então ele foi trabalhar numa empresa e, com o salário que ganhava, começou os estudos. Primeiro ele fez o segundo grau. Aí ele tentou uma bolsa de estudo e conseguiu. Então, todos os estudos foram custeados pelo salário dele, pela bolsa de estudo e parte vinha da agricultura através do nosso trabalho, já que nós ajudávamos a sustentá-lo. Mas até ele se formar foi bastante difícil. Hoje às vezes eu fico magoado, pensando nisto aí. Porque a gente sabe... Sabe que tinha os irmãos e todos foram fazer a vida. E eu fiquei na agricultura. Então a gente tem este ressentimento. E a gente pensa: “Não! Os pais ficaram. Então eu tenho que ficar um pouco para ajudar eles.” Mas a hora que a gente ver que não dá mais, a gente tem que pegar e seguir a vida da gente. Não pode esperar. ⁴⁸⁸

⁴⁸⁸ Entrevista realizada com A.K. (Jovem agricultor – 23 anos). Arquivo do autor.

Outros depoimentos apontam que, além de se verem cerceados do direito de buscarem seu próprio rumo na vida pelo compromisso que têm em relação ao necessário amparo aos pais, os filhos de agricultores que se encontram nesta situação relataram que frequentemente se envolvem em conflitos de âmbito familiar, seja porque os pais não desejam perder a autoridade como chefes supremos da família ou porque utilizam as mais vis artimanhas e chantagens emocionais para fazerem prevalecer seus desejos e opiniões. Os depoimentos a seguir ilustram esta situação:

Quando a nossa mãe morreu, os meus irmãos foram casando e eu tive que ficar morando com o pai. Aí eu casei também e continuamos a morar junto, na casa do pai. Só que o pai queria mandar em mim e na minha mulher também. Aí é o seguinte. Eu disse para o pai: “o pai fica num lado e eu fico no outro”. Daí nós separamos os serviços. O pai queria mandar na minha família. Aí um dia na mesa eu disse: “o pai faz o serviço do pai e eu faço o meu.” ⁴⁸⁹

Eu sou viúva. Pode-se dizer que a propriedade já não é mais minha. Eu passei para o nome de três filhos. Então o que ficou morando comigo terá que se acertar futuramente com os seus outros irmãos. Mas o meu filho trabalha aqui na roça e também têm um emprego na cidade. Ele até está namorando com uma moça lá da praça. Eu vejo que os moços não querem mais casar com quem é da roça. Isso é que é o ruim. Então é por isso que ele puxou um pouco para lá. Mas, pelo que ele falou com ela, acho que não vai dar certo o namoro dos dois. (...)

Ele me disse uma vez foi que gostaria de ir morar na praça. Aí eu disse: “Ah! Mas eu não gosto.” Aí ele disse: “Se a mãe não vai, eu também não posso ir.”. Aí eu respondi: “Não! Se tu quiser ir pode ir. Eu fico aqui sozinha mesmo. Não se preocupe, eu estou velha, mas dou um jeito aqui sozinha mesmo!” Mas daí ele ficou. Mas falou que lá era melhor. Aí eu disse: “Ah! Vai abandonar tudo aqui? Que vender não pode. Porque vender terra hoje em dia não dá lucro. Depois gasta o dinheiro e não tem mais nada.” Eu falei isto para ele porque nós temos as criações. E se ele sair daqui fica ruim, porque não tem ninguém para cuidar disto. Eu disse para ele: “Eu me cuido, né? Mas quem é que vai cuidar dos nossos bichinhos. Eu não posso.” Mas eu não vou obrigar ele a ficar aqui não. ⁴⁹⁰

Em decorrência de passarem a formar um grupo familiar reduzido (geralmente constituído pelos pais, o filho e ocasionalmente a companheira deste último), cresce as dificuldades de se manter a unidade agrícola em funcionamento, dado não haver mão-de-obra suficiente para dar conta das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade. Devido a idade avançada dos pais, estes

⁴⁸⁹ Entrevista realizada com E.H. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁴⁹⁰ Entrevista realizada com A.H.W. (Agricultora aposentada – 76 anos). Arquivo do autor.

frequentemente não podem participar do processo produtivo ou, quando o fazem, não apresentam rendimento satisfatório, restando ao filho que ficou na propriedade a responsabilidade de dar conta das tarefas ali desenvolvidas. Tal situação aumenta os riscos dos empreendimentos colocados em curso na propriedade uma vez que, ocorrendo qualquer tipo de impedimento ao trabalho desenvolvido pelo filho (doença, por exemplo), toda a produção poderá ser perdida pela falta de quem dê continuidade aos trabalhos. Por isto, nos grupos familiares com estas características, geralmente a produção agropecuária desenvolvida na propriedade é reduzida quase a nível de subsistência, sendo que o filho tende a procurar um emprego assalariado a ser exercido em paralelo às atividades agropecuárias.

Um fator importante que também está influenciando na decisão dos produtores rurais a se vincularem a um ofício em paralelo à agricultura como trabalhadores assalariados, e que a nosso ver de certa forma está associado aos aspectos acima mencionados, diz respeito ao fato de que as casas comerciais do município estão impondo barreiras para a venda a prazo aos que não conseguem comprovar uma fonte regular de renda. No caso dos que dependem exclusivamente das atividades agrícolas como fonte de geração de renda para satisfazer as necessidades do grupo familiar isto têm se constituído num problema, pois geralmente o ingresso de recursos orçamentários só ocorre com a venda da safra, ou seja, uma ou duas vezes ao ano. “Porque o agricultor tem a renda quando? Se ele não faz feira, que entra dinheiro toda semana, ele vai ter dinheiro só na safra daí. Então ele vai ter que sobreviver daquilo ali. Não tem outro jeito.”⁴⁹¹ Geralmente os agricultores que se encontram nesta situação esperam a época propícia para realizarem compras dos bens industrializados de que necessitam (móveis, utensílios domésticos, aparelhos eletrônicos, etc.).

Eu, financiamento eu não faço porque não sei se vou poder pagar as prestações. O problema é na hora que vencesse as prestações e eu não tivesse o dinheiro para pagar. Então essa aí é a dificuldade. Agora, prestação principalmente eu jamais faço, mesmo porque são raras as lojas que dão crédito aos agricultores. Se tiver dinheiro eu compro à vista; se não tenho, deixo parado. Espero para comprar quando tiver alguma coisa da safra para vender.⁴⁹²

No caso dos jovens, em particular, a procura por um emprego assalariado firmou-se como a principal via de acesso para terem acesso à aquisição do bem de

⁴⁹¹ Entrevista realizada com T.B.V. (Extensionista Rural – EPAGRI/São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁹² Entrevista realizada com G.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

consumo mais cobiçado entre a “galera”: uma motocicleta. Como a renda advinda de sua participação no trabalho agrícola desenvolvida na propriedade é reduzida e geralmente controlada pelos pais, e como não podem comprar a crédito porque não tem uma fonte de renda fixa, a solução é buscarem o serviço assalariado. É claro que a limitação de crédito aos agricultores não se constitui uma regra geral. Existem lojas que ainda vendem a prazo para as famílias de agricultores (as consideradas tradicionais no município) bens de consumo industrializados para serem pagos na época de safra. Só que, nestes casos, ali se reproduz a velha máxima das leis de mercado “amigos, amigos; negócios à parte”, sendo que na ocasião da transação são embutidos tudo que é tipo de juros, o que no final significa um prejuízo maior para o adquirente do bem. Por outro lado, mesmo as lojas que vendem a prazo para os agricultores acabam impondo limites para renovação de crédito. Isto ocorre porque nem sempre os agricultores conseguem saldar suas dívidas no prazo pré-estabelecido, seja devido aos problemas ocorridos no setor produtivo como, por exemplo, a perda de safras em decorrência de condições climáticas adversas; porque o produto não alcançou o preço que esperavam na ocasião da venda ou porque tiveram que utilizar os recursos disponíveis em outras instâncias emergenciais, tais como gastos imprevistos originados por doenças entre os membros da família, etc. “É claro que sempre tem aqueles que não são bons pagadores. A loja vende a primeira vez. O agricultor custou a pagar? Na segunda vez a loja não vende mais. O CDL avisa aí um para o outro, e acabou. É por isto que normalmente o agricultor gosta de comprar à vista. O problema é quando ele não tem dinheiro para comprar.”⁴⁹³ Mas, como o centro comercial do município se expandiu e muitas pessoas de fora para ali se dirigiram a fim de instalaram suas lojas, cada vez mais está se fechando o cerco contra os que não dispõem de comprovante de renda para comprar a crédito. “Este tipo de loja já não são lojas de pessoas que residem ou nasceram aqui. Pode notar. São empresas em que o gerente não é o dono, é mandado por alguém de fora. Então eles exigem toda aquela relação de documentos para vender a prazo.”⁴⁹⁴

Um outro problema que segue em paralelo às questões que dizem respeito à formação escolar da juventude rural e as dificuldades desta em se inserirem no mercado como consumidores de bens industrializados – fatores estes

⁴⁹³ Entrevista realizada com M.S. (Agente Rural - CIDASC de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁴⁹⁴ Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

que tem influído significativamente na opção dos jovens rurais em procurar uma outra ocupação fora da agricultura –, é a segregação social a que se encontram submetidos os que trabalham com atividades agropecuárias, sobretudo os que trabalham exclusivamente com a agricultura. Nas palavras de um entrevistado, “O próprio agricultor, aquele que é plantador de fumo, de hortaliças, aquele que planta; que trabalha mais na terra, este é mais discriminado ainda do que aquele que trabalha com agropecuária, com a criação de animais de corte, com aviários, estas coisas. Mas se você também tem um emprego na cidade, só por ser assalariado, você já é visto de outra maneira.”⁴⁹⁵

Aparentemente sem motivos, mas intensa na prática, essa discriminação que afeta os que trabalham com atividades agrícolas tem dificultado a pretensão dos jovens que almejam continuarem vivendo no campo e exercendo a profissão de agricultor a encontrarem uma parceira para formar família, dado que até mesmo as moças do interior estão evitando criarem laços de relacionamento amoroso com rapazes agricultores, seja porque querem fugir da perspectiva de terem como futuro o trabalho duro na lavoura ou porque percebem que os trabalhadores rurais têm sido discriminados socialmente pelas características intrínsecas a profissão que exercem. Na pesquisa de campo, quando indagadas sobre este assunto, a maior parte das pessoas entrevistadas revelaram que ainda não foi de toda superada a velha prática de associar pejorativamente o trabalhador rural com a folclórica figura do caipira Jeca Tatu, ou seja, como pessoas simples, sem cultura e dadas as lides rústicas. Na mesma ocasião, os entrevistados também apontaram algumas das razões que, em suas opiniões, estão obrigando os jovens rurais a mudarem seus estilos de vida, não só para superarem esta visão distorcida e preconceituosa da população urbana em relação à rural, mas também como forma de se enquadrarem nos quesitos exigidos aos que pleiteiam conquistar o sexo oposto para contrair matrimônio. Por serem numerosas as referências sobre este assunto, selecionamos e transcrevemos alguns depoimentos que, sob o nosso ponto de vista, são os mais apropriados para enriquecer o tema ora abordado.

Aqui, na comunidade do Mar Grosso, as famílias que moram aqui, dificilmente casam entre eles. Praticamente todos os casamentos do pessoal que mora na nossa comunidade são realizados com uma pessoa daqui com outra de fora. Mas eu nunca conversei com o meu filho sobre isto. Se bem que a namorada dele não é daqui.

⁴⁹⁵ Entrevista realizada com N.L. (Jovem agricultor – 28 anos). Arquivo do autor.

Então eu não sei. Mas isso aí tinha muito era antigamente. As moças da cidade não gostavam de nós. Diziam que nós éramos uns “plantador de batata”. Na praça tem gente da minha idade, a mulherada, que até hoje eu não esqueço. Não! É sério. Quando a gente ia lá nos bailes e ia tirar elas para dançar, elas olhavam para o lado. Rapaz! O que nós sofremos naquele tempo. Porque as moças da cidade não dançavam com colono. Não dançavam. Quando tinha domingueira, aqui no Mar Grosso, da praça vir uma aqui? Elas não vinham. Não se misturavam. Era terrível. E tem uma coisa. Essas moças que negavam dança eram filhas de gente engravatada, mas que estavam devendo a Deus e todo mundo. Que nem as filhas do gerente da (...), que devia para todo mundo. Ele comprava tudo fiado e de repente a (...) foi a pique. Então não era gente bem de vida. Era gente que estava devendo. Mas, o orgulho daquelas pessoas! E até muitas delas eram primas minhas, parentes nossas. Mas gente da roça não era para elas. Nem nos casamentos elas se misturavam. Era tudo separado. Elas num canto e nós no outro. Nunca deram valor para o pessoal da roça e nós estávamos levando comida para eles lá na praça. Tu vê que gente, né?⁴⁹⁶

Algumas vezes os meus filhos já chegaram em casa reclamando sobre isto. Porque na escola houve ocasiões em que as crianças que moram na praça chegaram e disseram para eles: “ô colono; colono burro; colono não sei o quê; é porque é da roça...”. Então eles já reclamaram que existe esta discriminação.⁴⁹⁷

Eu acho que sempre tem aquela coisa do agricultor ser visto com outros olhos pelo urbano. Então esta busca de um emprego na cidade, principalmente pelos jovens aqui de São Ludgero, é a questão renda, mas é também a questão de querer se destacar como pessoa, como gente. Porque às vezes, se ele é um empregado assalariado, ele é visto diferente do que como se fosse um agricultor. Tem muito esta questão da auto - estima. Então eles pensam: “se eu for lá, eu posso até trabalhar meio período na agricultura e meio período na empresa” –, que é o que acontece muitas vezes aqui –, “mas eu sou um empregado; eu tenho um trabalho; eu tenho uma função. Eu não sou somente um agricultor.” Então a gente vê muito esta questão da auto-estima, que no campo precisa ser mais bem trabalhada. (...) Porque falta muito isto, do agricultor se ver como agricultor, se valorizar enquanto agricultor. (...) Mas, aqui eu vejo que muitos jovens procuram um emprego nas indústrias somente pela questão da auto-estima, de dizer que “eu não sou agricultor; eu quero algo mais”.⁴⁹⁸

Quando eu noivei, eu tive problemas com a minha noiva. Porque, apesar de ter emprego na cidade eu queria morar no interior e continuar fazendo alguma coisa na roça. Mas já está combinado que, mesmo que a gente venha morar aqui no campo, ela quer

⁴⁹⁶ Entrevista realizada com M.S. (Agricultor). Arquivo do autor. Obs.: optamos por omitir o nome da empresa que “foi a pique” para resguardar o depoente de quaisquer embaraços em função das informações prestadas.

⁴⁹⁷ Entrevista realizada com G.K. (Agricultor.) Arquivo do autor.

⁴⁹⁸ Entrevista realizada com J.K.D.L. (Engenheira Agrônoma – EPAGRI/São Ludgero). Arquivo do autor.

trabalhar na cidade. Não quer se envolver com atividades agrícolas de jeito nenhum. Este é o trato. Só vamos morar aqui por questões de mais tranquilidade, estas coisas assim. Mas eu vejo que isto é um problema para os homens da roça. É complicado, sim. As mulheres, principalmente, a tendência é só quererem a cidade. Isto aí é uma realidade. (...)

Que existe discriminação contra quem trabalha na agricultura, existe. A gente percebe isto. Às vezes é porque o pessoal é mais tímido, mais envergonhado. Então a gente sente isto. Eles tratam a gente de maneira diferente. É assim, tipo gozação. Mas fazer o quê, né? Eles se juntam na turminha deles e deixam o cara mais separado assim. Que existe discriminação, existe.⁴⁹⁹

Sim, existe uma discriminação. Principalmente com os rapazes. Um rapaz do interior namorar com uma moça da praça é muito difícil, pelo fato dele ser da agricultura. E se ele tiver trabalhando lá de empregado aí já muda de figura. Então daí está tudo igual. Com as moças já é diferente. É mais fácil. Como tem caso aqui, de moça que trabalha só na roça e namora com rapaz lá da praça. Então já existe esta diferenciação, esta discriminação.⁵⁰⁰

O pessoal da cidade, no caso, o urbano, eles se acham mais instruídos. Claro! Se bem que hoje já mudou muito, porque o pessoal do rural tem acesso à escola; eles têm acesso à faculdade. Eu vejo que está quase igual. Só que ainda existe esse preconceito do pessoal, dos moços do urbano... Claro que eles não vão se acostumar. Vamos dizer, se um moço do urbano for casar com uma moça do rural, ele não vai... Ele não está nem acostumado a trabalhar lá na roça. Enquanto que as moças, assim lá do rural, elas estão loucas para sair de lá. Elas não querem aquela vida tão cansada. Estão loucas para vir para cá; para conhecer o outro lado.⁵⁰¹

Isto aí, o que a gente ouve, é até engraçado. Se for a menina da cidade e o rapaz do interior, acho que o rapaz passa mais trabalho. Porque para levar uma menina da cidade para o interior é muito complicado. O serviço da roça, eu sempre digo, não é para qualquer um. É uma atividade muito especial. O trabalho não é lá esta moleza. Sempre levantar cedo... A gente vê pela jornada de trabalho das mulheres, que tem que acordar cedo e dormir tarde. Às vezes são as primeiras a levantarem e as últimas a irem dormir. Então a gente já ouviu tantos depoimentos que chega a conclusão que é mais fácil ter casamento entre os componentes das comunidades rurais do que entre as comunidades rurais e o centro urbano. Agora, casamento entre uma pessoa do interior com uma da cidade, daí eu acho que já tem que estar em uma outra atividade, não a agrícola. Então existe uma diferenciação, não em relação à profissão, mas ao tipo de trabalho mesmo.⁵⁰²

⁴⁹⁹ Entrevista realizada com I.D. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁵⁰⁰ Entrevista realizada com O.W. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁵⁰¹ Entrevista realizada com D.N.S.A. (Secretaria da Agricultura de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁵⁰² Entrevista realizada com T.B.V. (Extensionista Rural – EPAGRI/São Ludgero). Arquivo do autor.

Eu vejo que hoje nem as meninas do interior querem namorar com os rapazes de lá. Então esta informação bate. Tem veracidade porque elas dizem: “Ah! Eu não vou namorar com aquele coloninho.” Eu não sei se é vergonha ou se é preconceito. Mas este problema existe. Então o que quê acontece? Pode olhar. Pega quem trabalha na agricultura, lá no interior. Pega aquele rapaz que trabalha na indústria. Eles ganham um determinado salário, fazem um bico produzindo alguma coisinha na roça, para manter o carrinho. Pode ver que na garagem eles têm um carrinho bonzinho, têm um sonzinho, eles têm uma roupinha bonitinha, eles vêm aqui para a praça, como se diz, todo bonitinho. Eles trabalham na empresa, tal... Não se consideram mais como agricultores. Então bate isto. Esta informação bate, porque eles têm até vergonha de dizerem que são agricultores. “Ah! Eu moro lá no sítio, mas eu trabalho aqui. Eu não sou colono”, vamos dizer assim. “Eu não sou agricultor. Eu trabalho na empresa.”⁵⁰³

Eu, namorar com um rapaz agricultor? Até que eu posso, se ele for engraçadinho. Mas casar, Deus me livre! Só de pensar em ter que levantar todos os dias cedo para fazer comida, lavar roupa, cuidar da casa e ainda ter que ir para a roça... Deus me livre! Eu quero outro futuro para mim. Eu quero estudar; continuar trabalhando, conseguir algo melhor para mim.⁵⁰⁴

As meninas da cidade não namoram com rapazes do interior. Tu precisavas ver isto na minha época. Já faz vinte anos. Deus me livre... Elas parecem que tem vergonha. Existe assim um preconceito. Principalmente em São Ludgero. Em São Ludgero o pessoal só namora com o pessoal de Orleans ou de Braço do Norte. Gente de fora. Até os próprios rapazes daqui, de dentro da cidade, já têm dificuldades de terem acesso às moças. Não vou dizer que não existam casos isolados. Existem. Mas só que existe certa restrição a isto. Agora, do interior mesmo é difícil. Aí eles tem que namorar com a menina do interior mesmo. Mas eu vejo que as meninas do interior só querem namorar os rapazes da praça. Então a situação fica complicada para quem é do interior. Eu sei que se o pessoal aqui da praça vão para o interior elas caem tudo em cima deles. Então eles vão lá, com o carro todo cheio de som, estas coisas.⁵⁰⁵

Diante a tantas e tão diferentes situações, não tem restado alternativa aos jovens rurais a não ser exercerem outra atividade em paralelo à agricultura como forma de superarem a discriminação e o preconceito a que são submetidos, condição esta sine qua non para os que tenham a mínima pretensão de poder arranjar uma parceira disposta a contrair matrimônio. E é em função destes e dos

⁵⁰³ Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

⁵⁰⁴ Entrevista realizada com D.G.W. (Jovem cidadina que trabalha como balconista em uma loja de confecções no comércio de São Ludgero – 19 anos). Arquivo do autor.

⁵⁰⁵ Entrevista realizada com J.N.S. (Empresário – Indústria e Comércio de Madeiras Sizenando/São Ludgero). Arquivo do autor.

demais motivos anteriormente abordados neste capítulo, que atualmente são raros os trabalhadores rurais (jovens ou não) que já não estejam vinculados ao mercado de trabalho urbano/industrial. Tal situação fica explícita nas palavras de um jovem agricultor entrevistado, quando revela que “os jovens estão fora da agricultura. Da minha idade, para falar a verdade, hoje praticamente não tem mais ninguém trabalhando na roça. Eu posso afirmar isto porque a gente participava de um grupo formado por 25 jovens e ali só havia três que estavam na agricultura. Então o índice de jovens na agricultura é baixíssimo”.⁵⁰⁶

4.12 A PRECARIIDADE NA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E DE SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS À POPULAÇÃO RURAL

Conforme já comentamos anteriormente, a modernização tecnológica das atividades produtivas repercutiu de maneira distinta e em diversas escalas no universo de produção agropecuário, sendo que a sua principal característica foi interferir no que consideramos ser o cerne da estrutura produtiva das famílias rurais, qual seja, no processo de alocação da mão-de-obra familiar apta ao trabalho.

A otimização das atividades produtivas, reduziu o tempo necessário à execução dos serviços, minimizando ou mesmo eliminando o envolvimento da mão-de-obra nas rotinas laborais. Diante a ociosidade do quadro produtivo familiar daí decorrente, nas pequenas propriedades a mão-de-obra sub-aproveitada (ou excluída) no processo produtivo agrícola passou a ser disponibilizada ao exercício de outras atividades não-agrícolas, sejam estas desenvolvidas dentro ou fora da propriedade.

Em diversos estudos já foi devidamente demonstrado que o crescente envolvimento dos produtores rurais com outras atividades além da agropecuária de certa forma é resultado tanto dos fatores acima mencionados quanto do aumento da oferta de vagas de trabalho no entorno às propriedades rurais, sendo estas

⁵⁰⁶ Entrevista realizada com A.K. (Jovem agricultor – 23 anos). Arquivo do autor.

derivadas da expansão e/ou instalação de estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços ou mesmo da ampliação dos empregos relacionados à gestão pública destes espaços. Não se pode perder de vista, porém, que apesar de ser condição, o aumento de empregos assalariados no meio socioeconômico em que os agricultores estão inseridos não se traduz em condicionante para o abandono da atividade agrícola ou mesmo para o exercício do trabalho pluriativo. Ou seja, não é simplesmente porque existam vagas de trabalho em atividades não-agrícolas que necessariamente os agricultores tenham que se vincular a elas.

Há quem defenda, e concordamos com isto, que basta um pequeno investimento em termos de políticas públicas de apoio a agricultura familiar para se obter um grande retorno deste segmento social no que diz respeito ao aumento da produção. Mas é importante lembrar que nem sempre o crescimento da produção se faz acompanhar no aumento da mão-de-obra envolvida no processo produtivo. Enganam-se, portanto, os que acham que o simples investimento na esfera econômica é suficiente para manter o agricultor no campo. No mundo contemporâneo, as interações do homem rural com o espaço em que vive não se resumem mais à sua relação produtiva com a terra, sendo inequívoco que a atividade agropecuária vem perdendo o status de principal fonte de obtenção de renda para atender as necessidades de consumo das famílias rurais.

Embora que as dificuldades em contrabalançar os gastos investidos no processo produtivo e o retorno financeiro obtido na venda da produção acabem repercutindo nas estratégias adotadas pelas famílias rurais com vistas a manter a unidade produtiva em funcionamento e tenham grande peso na decisão do grupo familiar em deslocar parte da mão-de-obra disponível para o exercício do trabalho não-agrícola, existe uma série de outros fatores que transcendem os aspectos puramente econômicos e influenciam os agricultores nesta decisão.

Não há dúvidas que a geração de renda é necessária à subsistência da família, dado que é através dela que os agricultores se integram, como consumidores, ao mercado de produtos industrializados, adquirindo os bens que, por opção ou impossibilidade, não produzem no interior da propriedade. Mas a geração de renda por si só não é suficiente para garantir que os membros familiares tenham as suas necessidades individuais satisfeitas, sobretudo quando a satisfação destas necessidades está condicionada e dependente da existência de uma infra-estrutura que somente é encontrada nos núcleos urbanos, ou seja, nas cidades.

Neste sentido, cabe lembrarmos que já não existe mais uma rígida delimitação entre o espaço urbano e o rural no que se refere às relações sociais e econômicas. Em função disto, a população rural passou a incorporar um estilo de vida que em determinados aspectos não pode ser suprido em função das limitações do meio em que vivem, razão pela qual a busca de uma atividade fora da agricultura tem sido encarada pelos agricultores como uma maneira de se integrarem ao mundo urbano no que diz respeito à inserção social e uma forma de terem acesso a infraestrutura de serviços e de lazer disponibilizados pelo progresso tecnológico à sociedade, mas que não estão presentes no meio rural. Nesta perspectiva, embora que as dificuldades financeiras sejam apontadas como a causa e indiscutivelmente ocupem lugar de destaque nas decisões dos trabalhadores rurais em buscar uma atividade fora da agricultura, julgamos que não se pode tomar o fator econômico como sendo o único desencadeador do processo que induz a mão-de-obra rural ao trabalho não-agrícola, dado que mesmo entre as famílias rurais economicamente estáveis é cada vez maior o número de membros que estão procurando outras formas de ocupação profissional que não as relacionadas à atividade agrícola.

Em vista disto, entendemos que a permanência da população rural no campo está condicionada às condições que lhes são disponibilizadas para o suprimento de suas necessidades físicas e emocionais no espaço em que residem. Na medida em que isto não é possível, a tendência é que os produtores rurais tracem estratégias visando contemplar os anseios dos membros familiares, sendo que a aproximação com os benefícios proporcionados pelo mundo urbano se inicia basicamente com a inserção da mão-de-obra familiar no trabalho assalariado urbano/industrial. No depoimento abaixo encontramos elementos para corroborar o que acabamos de comentar:

A gente que trabalha na agricultura sabe que é uma atividade de risco. Há riscos, mas sempre de alguma forma compensa. Para viver dá. Eu não vi até hoje dizer que um agricultor morreu de fome. Então eu vejo que muitos preferem trabalhar na cidade por outros motivos. Porque eu vejo que o trabalho aqui na roça o problema é não saber quanto que a gente vai ganhar durante o ano, com a safra, com aquilo que a gente produz. Então se você tem um emprego assalariado, você já pode fazer a conta para o ano todo. Só que lá, é aquilo ali e pronto. Você pode se estrebuchar de tanto trabalhar que não vai ganhar mais do que aquilo. O meu pensamento particular é que na agricultura você tem mais liberdade. Você não cumpre o horário rígido das indústrias. Você até trabalha mais, mas têm esperança no trabalho que está fazendo. Então o problema é que o pessoal vai trabalhar lá para conseguir as coisas

que não encontra aqui: escola, saúde, estas coisas que a Constituição diz que tem que ser igual para todo mundo, mas que só existe na cidade. Então o agricultor fica dividido entre o canto do galo e o apito das fábricas. Mas eu vejo que muitos agricultores estão diminuindo o tamanho das roças por causa do trabalho nas indústrias. Isto é um fato.⁵⁰⁷

Portanto, não é só com o intuito de obterem recursos financeiros de forma a adquirirem os bens de consumo industrializados, tal qual os trabalhadores assalariados urbanos o fazem, que tem motivado a vinculação dos produtores rurais com outras atividades fora da propriedade rural. A busca de uma atividade não-agrícola deve também ser vista e entendida como uma forma dos agricultores se inserirem em outros círculos sociais e poderem usufruir dos benefícios proporcionados pelo sistema capitalista que não estão chegando até as comunidades rurais. Neste aspecto é importante lembrar que a maioria das empresas que atuam em São Ludgero possuem sede social, com salão de festas, churrasqueiras ao ar livre e toda uma infra-estrutura poli-esportiva disponibilizadas aos trabalhadores a ela vinculados e cujo uso é facultado aos demais membros familiares. Isto sem dúvida se constitui num atrativo a mais para quem trabalha por conta própria e que não têm oportunidades de ter acesso a este tipo de conagração social.

Sob o nosso ponto de vista as políticas públicas tem pecado em priorizar o fator econômico como forma de minimizar as diferenças entre o campo e a cidade. A extensão dos benefícios da previdência social aos trabalhadores do campo é um exemplo típico desta questão. Apesar de considerarmos que tal medida foi um avanço significativo na busca da paridade entre as classes de trabalhadores, entendemos que as desigualdades entre o campo e a cidade vão muito além das questões trabalhistas. A comparação entre os homens não pode ficar restrita apenas a sua condição econômica, ou a sua maior ou menor capacidade de se inserir na sociedade como consumidor. Deve ser observado, também, que a maior ou menor capacidade de terem acesso aos recursos tecnológicos desenvolvidos para satisfazer as necessidades humanas é um fator importante na comparação no estilo e qualidade de vida dos cidadãos. Se pegarmos, por exemplo, um operário urbano cujo salário seja equivalente a renda obtida por um agricultor na atividade agropecuária, e fizermos uma comparação entre as diferentes oportunidades destes

⁵⁰⁷ Entrevista realizada com G.D. (Agricultor). Arquivo do autor.

em usufruírem dos benefícios tecnológicos disponibilizados à sociedade, veremos que existem diferenças substanciais quanto à facilidade ou possibilidade de acesso às mesmas. Ou seja, a condição econômica entre estes dois cidadãos é a mesma, mas, se for levado em conta as suas bases de residência, as condições de acesso aos recursos tecnológicos capazes de proporcionar maior conforto e de satisfazer suas necessidades são bastante distintas.

Por isto, no nosso modo de entender, pouco adianta o investimento para diminuir a disparidade entre a renda da população rural e urbana enquanto não se eliminarem as barreiras que dificultam ou impedem a extensão dos benefícios proporcionados pela sociedade moderna aos espaços rurais. Os formuladores de políticas públicas têm que levar em consideração que o campo não se resume mais a ser um mero fornecedor de mão-de-obra e alimentos para a sociedade urbana e, muito menos, que a relação da população rural com o sistema capitalista se limita ao consumo de bens industrializados. As necessidades da população rural não podem ser supridas simplesmente pelo consumo de produtos manufaturados disponibilizados pelas indústrias. Existem outras formas de consumo de ordem não materiais que não estão ao alcance da população nas comunidades rurais, o que faz com que as possibilidades de satisfação de suas necessidades na comunidade em que residem sejam inviabilizadas. Assim, enquanto não forem criadas as condições para que a população rural possa satisfazer, de forma plena, as necessidades de consumo geradas pelo mundo moderno na própria comunidade em que residem, certamente o movimento de vinculação dos trabalhadores rurais com o trabalho não-agrícola urbano será eternizado.

Por outro lado, há que se ter claro que, na grande maioria dos casos, é no núcleo urbano onde emergem as forças políticas que invariavelmente ocupam os cargos relacionados à administração dos órgãos governamentais. Sendo assim, a disparidade entre o campo e a cidade já começa pela própria concentração das instâncias definidoras de políticas e gestoras dos recursos públicos no núcleo urbano. Não é sem razão, portanto, que freqüentemente o olhar dos administradores públicos está voltado para a resolução dos problemas socioeconômicos que os afetam enquanto habitantes da cidade. O que acabamos de comentar pode ser perfeitamente comprovado nas palavras proferidas por um dos vereadores entrevistados quando este diz que

Eu vejo o seguinte: eu tenho já quatro mandatos de Vereador, então eu já acompanhei algumas situações. Nós temos um município rico, uma Prefeitura pobre e uma agricultura decadente. Por quê? Nós temos uma área industrial em que praticamente toda família do município tem alguém trabalhando na indústria. Até mesmo quem trabalha na agricultura. Que trabalham meio período na agricultura. O recurso da Prefeitura é escasso. O perímetro urbano cresce muito. Necessita de investimento. Então o quê que acontece. Nós temos 85%, 87% da população residente no perímetro urbano, ou ao redor. Na agricultura sobra muito pouco. *Então todo o investimento maior tem que ser feito dentro do perímetro urbano, com infra-estrutura, saúde.* Porque quem mora no interior, qualquer coisinha a mãe vai lá e faz um chá. Aqui não. Aqui é compra de remédio, é posto de saúde. Tem que comprar remédio para doar para as famílias carentes. É muita gente no perímetro urbano e pouco na agricultura. Então, *todo o recurso que a Prefeitura tem, a maior parte é investida dentro do perímetro urbano diretamente com as pessoas, com os cidadãos.* Sobra pouco para investimento na área da agricultura. Por quê? Porque necessita de investimento para abertura de ruas, drenagens. São recursos que vão para ali.⁵⁰⁸ (grifos do autor)

Neste sentido, os problemas existentes nos espaços rurais geralmente tendem a passar ao largo das preocupações dos gestores públicos, desde que estes não se constituam uma ameaça ao bem estar da população urbana, ou seja, daqueles que na opinião do vereador acima citado merecem receber diretamente um “investimento maior com infra-estrutura e com saúde” dado que são “pessoas, cidadãos”.

Em São Ludgero tal situação pode ser exemplificada em relação ao problema do mosquito denominado borrachudo, que se disseminou em grandes quantidades e está infernizando a vida da população rural. Conforme informações prestadas pelo Vereador há pouco citado, anos atrás, quando exercia o cargo de Secretário de Saúde do município, os funcionários da EPAGRI lhe procuraram para fazer uma parceria com o intuito de comprar o agente químico que se coloca nos córregos a fim de combater o ciclo reprodutor do borrachudo. “Mas ficou por isto. Nós colocamos à disposição os recursos para comprar os produtos. Só que houve a alegação de que eram muitos os pontos de focos. E estão aumentando cada vez mais estes focos.”⁵⁰⁹ Sobre a questão do borrachudo, o Prefeito de São Ludgero nos prestou outra informação, mencionando que foi firmado um convênio com a EPAGRI com vistas a resolver esse problema no município: “No ano de 2006 vai ser

⁵⁰⁸ Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

⁵⁰⁹ Idem.

feito um trabalho na microbacia do Mar Grosso, Morro do Cruzeiro e Bom Retiro Baixo, que são os lugares que apresentam maior incidência do borrachudo. (...) Isto não quer dizer que o problema do borrachudo não atinja as outras áreas. *A gente vai fazer na medida do possível, devagar*".⁵¹⁰ (grifo nosso) Infelizmente, somos testemunha que até o mês de novembro/2007, quando acabamos a redação desta parte do trabalho, nada de concreto havia sido feito para a erradicação do borrachudo no município (e muito provavelmente nada terá sido feito até o início do verão, período aparentemente mais propício para a reprodução destes insetos).

Decorre daí que, como o controle do borrachudo no espaço rural foi negligenciado durante anos pelas autoridades públicas, aos poucos estes insetos foram se alastrando para a área urbana e passaram a incomodar sobretudo as autoridades governamentais do município, que estão começando a serem cobradas pela população citadina a resolverem um problema que tomou proporções alarmantes devido a falta de ações práticas dos órgãos responsáveis.

Fica evidenciado, portanto, que existe um contra-senso na gestão das políticas públicas. Em muitos casos, na hora de serem colocadas em prática, políticas que foram concebidas e estão originalmente voltadas a dirimir as disparidades entre o rural e o urbano acabam tendo sua finalidade distorcida pelos administradores públicos que optam em concentrar os investimentos dos recursos orçamentários disponíveis tão somente na melhoria da infra-estrutura e expansão dos serviços localizados no núcleo urbano. Assim é que, excetuando-se a expansão da rede de energia elétrica⁵¹¹ e, mais recentemente, da telefônica (cujos serviços são realizados por empresas de cunho privado e se concentram na expansão da telefonia celular), não se percebe um movimento de interiorização da infra-estrutura pública que é disponibilizada à população urbana, privando ou dificultando o acesso da população rural aos benefícios por ela proporcionada. Tomando-se como exemplo os investimentos realizados na conservação e ampliação da malha viária municipal percebemos que é no núcleo urbano onde são gastos os recursos

⁵¹⁰ Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

⁵¹¹ A energia elétrica em São Ludgero é fornecida pela Cooperativa de Eletrificação de São Ludgero/CEGERO. Em 2000, 100% da população municipal tinha acesso à energia elétrica. Fonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. **São Ludgero em números. Uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos.** Janeiro de 2005. Rede internet, endereço eletrônico: <http://www.sebrae-sc.com.br>. Acesso em 05/05/2007.

orçamentários reservados para este fim. (ver **foto 21**) Conforme as palavras do Prefeito:

Hoje o pessoal da cidade não quer mais pó. Eles querem asfalto. Ninguém mais fala em paralelepípedo. Este tipo de calçamento eles não querem mais. Eles querem pavimentação asfáltica, como também querem uma saúde boa, uma educação boa. E realmente eu acho que eles têm direito, porque a constituição diz isto, que nós temos que oferecer isto a eles. (...)

No caso específico dos agricultores de São Ludgero, praticamente a gente não encontra muitas dificuldades, porque os produtores não pedem muita coisa. O que na verdade eles mais pedem são basicamente estradas boas, estradas vicinais. Além disto, o que eles mais querem é alguma coisa de maquinário, como ensiladeiras e tratores agrícolas. Mas isto a gente vê que já há bastante na região. Então não há necessidade da Prefeitura estar investindo nisto aí. O que eles precisam é de uma retroescavadeira, que nós temos emprestado para todas as famílias do município. Como a gente só tem uma retroescavadeira nós fizemos o empréstimo pelo sistema de rodízio, que é para atender todo mundo. Atende com duas, quatro, cinco horas, dependendo o tamanho da comunidade. Só que com isto a gente cobra uma contrapartida do agricultor, embora seja um preço simbólico, porque hoje o preço da hora de uma máquina desta está em torno de R\$ 70,00 e nós estamos cobrando R\$ 35,00. Para beneficiar o agricultor. Em termos de incentivo, é basicamente isto que a gente pode dar aos agricultores do município.⁵¹²

Em relação às palavras do Prefeito, fica nítido que os administradores públicos avocam para si o direito de utilizar os recursos orçamentários disponíveis ao seu bel prazer. Ora, se os agricultores mencionam que “o que mais querem é alguma coisa de maquinário (ensiladeiras, tratores agrícolas)” certamente é porque é isto que lhes está fazendo falta. Não cabe, portanto, ao administrador público julgar, unilateralmente, o que deve ser melhor para resolver os problemas da população. Sob um outro aspecto, há que se considerar que o preço pago pelos agricultores (R\$ 35,00 à hora⁵¹³) para o uso da retroescavadeira certamente deve ser equivalente a 100% do custo necessário a manutenção daquele maquinário. Então não vemos isto como sendo um “grande benefício” que a prefeitura concede aos agricultores. Aliás, os próprios agricultores dão mostras de estarem atentos a este tipo de condução administrativa dos recursos públicos. Isto ficou claro na nossa pesquisa de campo onde vários agricultores reclamaram da dificuldade de terem acesso aos poucos equipamento disponibilizados ao setor agrícola pela Prefeitura. Eis o relato de um

⁵¹² Entrevista realizada com A.G. (Prefeito de São Ludgero, gestão 2005-2008). Arquivo do autor.

⁵¹³ Valor correspondente ao mês de setembro de 2005.

Foto 21 – Tipo de pavimentação implantada nas vias públicas



Foto de Gabriel Bianco/São Ludgero

agricultor a este respeito: “É difícil. É muito difícil conseguir uma máquina para fazer um serviço na propriedade da gente. E quando a gente consegue, tem que pagar antecipadamente, porque não é de graça não. Já para o pessoal da cidade, a coisa é mais fácil. As máquinas que são para utilizar no campo às vezes estão fazendo serviço lá dentro da cidade mesmo. Então é difícil.”⁵¹⁴ O desvio na finalidade de uso das poucas máquinas que a Secretaria da Agricultura dispõe para prestar assistência aos agricultores foi também confirmado por um dos Vereadores do Município. Em suas palavras, “eu sei que outros municípios dão apoio para os agricultores como, por exemplo, equipamentos para fazer silos e até trator para ir lavrar os terrenos deles. E aqui em São Ludgero nós não temos isto. O trator que era da agricultura está colhendo lixo na praça. Foi tirado da agricultura para recolher lixo. E quando foi comprado não foi para fazer este tipo de serviço.”⁵¹⁵

Por outro lado, as palavras do Prefeito se tornam importante na medida em que reafirmam os reclames generalizados dos produtores rurais em relação a pouca atenção dispensada pelos órgãos públicos no que diz respeito à ampliação e conservação das estradas vicinais. Curiosamente, em praticamente todas as entrevistas realizadas foi realçado a conservação das estradas como o principal problema enfrentado pelos agricultores em sua atividade e o que eles desejariam que fosse primeiramente resolvido numa escala de prioridades. Isto fica claro nos seguintes depoimentos:

Para nós a estrada é o fundamental. Só que a nossa Prefeitura não dá o apoio suficiente. Hoje assim, um colono que quer uma máquina para abrir uma estrada... Não é que eu ache que seja errado ter que pagar, mas para o colono ficar na roça ele deveria ser um pouco mais valorizado por intermédio do município. Ele ter uma estrada para puxar sua mercadoria para casa, para pelo menos poder transitar. Então isto é muito complicado porque as máquinas da prefeitura estão em estado precário, as distâncias são muitos grandes e o município tem estradas de chão que é obrigada a estarem conservadas. E daí para atender a parte de agricultura... Eu até penso que o prefeito, o administrador, deveria ter uma máquina própria destinada para a conservação das estradas do urbano, mas também ter uma para ser utilizada só na agricultura. Para envolver, para ajudar a parte do colono, do agricultor. A desenvolver mais a área onde ele trabalha. Com o limpar, com a destoca, com abertura de estradas. Porque se hoje você quer ver um colono contente e ter

⁵¹⁴ Entrevista realizada com I.D. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁵¹⁵ Entrevista realizada com A.B. (Vereador). Arquivo do autor.

a terra dele pronta, boa para trabalhar, é fazer estradas boas para ele passar.⁵¹⁶

Cuidar das estradas? Não. Isto aqui no interior não existe. Enquanto lá na cidade a Prefeitura está asphaltando tudo que é rua, nós aqui do interior temos que conviver o tempo todo com estas estradas esburacadas, com a poeira, com a lama. Aqui só funciona mesmo em época de eleição. Aí eles sabem colocar as máquinas para tapar os buracos das estradas.⁵¹⁷

Embora tenhamos constatado que a assistência prestada pelos órgãos públicos de São Ludgero ao setor agropecuário em alguns aspectos é muito precária, entendemos que ao colocarem a questão da estrada em primeiro plano no rol de reclamações sobre a sua atividade agropecuária, os agricultores na verdade estão assinalando um problema que têm afetado muito mais as suas outras formas de interação com o núcleo urbano do que propriamente com o trabalho agrícola desenvolvido na propriedade. Em outras palavras, a conservação das estradas muito pouco têm interferido na atividade produtiva realizada nas propriedades rurais mas, por outro lado, têm causado problemas para a circulação de automóveis e motocicletas utilizados pela população rural em seu contato diário com o núcleo urbano, principalmente pelos que estudam ou têm um emprego assalariado na cidade.

Assim, e até de forma contraditória aos discursos proferidos por alguns dos dirigentes públicos locais, em São Ludgero constatamos que algumas decisões dos órgãos governamentais deliberadamente retiraram do campo os poucos serviços que eram prestados à população rural junto aos seus locais de moradia, fazendo com que os cidadãos ali residentes tenham que se deslocar até os centros urbanos para terem acesso aos mesmos. Este foi o caso, por exemplo, da decisão dos dirigentes governamentais em centralizar a educação formal em estabelecimentos de ensino do núcleo citadino, fechando as escolas isoladas que existiam nas comunidades rurais. Mediante tal situação, os filhos de agricultores do município foram forçados a conviverem com um ambiente totalmente adverso do seu lugar de moradia, incorporando padrões de comportamento e de consumo não possíveis de serem supridos nas localidades em que residem, seja por falta de infra-

⁵¹⁶ Entrevista realizada com G.K. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁵¹⁷ Entrevista realizada com A.K. (agricultor). Arquivo do autor.

estrutura ou devido aos altos custos que demandam. Sobre esta questão a Secretária da Educação do município faz o seguinte comentário:

Nós resolvemos fazer a “nucleação” devido o número de alunos por escola no interior ser muito pequeno. Nós tínhamos, por exemplo, escola com seis alunos, um professor e uma merendeira, que ficava oito quilômetros distante do núcleo urbano. Então a transferência destes alunos para as escolas do núcleo urbano foi uma oportunidade para que eles tivessem acesso à internet, vir para o centro, aumentarem a socialização. Aqui nós temos computadores, televisão, isto aí tudo é disponibilizado. E se fosse para a Secretaria da Educação colocar uma televisão em cada comunidade, com aquele pinga de alunos, o município estaria perdendo muito com isto. Então, viabilizando recursos, para nós foi muito melhor trazer-los para o centro. E junto com os alunos também vieram os professores.⁵¹⁸

Superando esta visão técnica que privilegia os aspectos econômicos em detrimento dos sociais, existem outros setores da sociedade ludgerense que questionam a validade da introdução da juventude rural no mundo urbano. Na opinião de S.D.L.C., que é uma das responsáveis pelo Conselho Tutelar do município, a vinda das crianças do interior para a cidade só veio agravar o quadro do uso de drogas pelos adolescentes. Segundo esta informante, são várias as denúncias que chegam até o Conselho Tutelar sobre o uso de álcool por crianças com idade inferior até mesmo aos 12 anos de vida. Em sua avaliação a Lei que proíbe o uso da mão-de-obra infantil (Estatuto da Criança e do Adolescente) é uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo em que protege a criança, em determinados aspectos é muito rígida no que diz respeito à ocupação de crianças em alguma atividade produtiva sem que isto seja considerado exploração do trabalho de menores. Proibidas, por Lei, de serem utilizadas em atividades produtivas (sobretudo nas que utilizam agentes potencialmente prejudiciais à saúde, como é o caso da atividade agrícola, que depende do uso de produtos agrotóxicos) e não tendo opções de lazer em suas comunidades,

Muitas crianças pegam um transporte e vem para a cidade, ficar aqui na cidade, ociosas. Aqui na praça da Igreja, que é aonde elas costumam ficar, sujeitas a uma série de situações que são muito piores do que ficarem lá com o pai e a mãe trabalhando na roça. Então tem uma Lei que a gente tem que seguir, mas se observa que às vezes essa Lei é um pouco falha. Porque se você quer tirar estas crianças do mundo das drogas lícitas e ilícitas – tem a questão do

⁵¹⁸ Entrevista realizada com C.B.B. (Secretária da Educação de São Ludgero). Arquivo do autor.

álcool, maconha, estas outras drogas –, tem que oferecer a elas uma outra opção. Mas se você não oferecer um outro caminho a ser seguido, é meio complicado.

Com relação às opções de lazer que o município oferece para ocupar o tempo ocioso das crianças, a gente reconhece que existe uma carência de programas nessa área. Até mesmo para as crianças da cidade isto já é complicado, e muito mais para a zona rural. O rural, devido à própria distância, tudo fica mais difícil ainda. (...) Aqui na cidade a agente ainda tem escolinha de futebol, tem escolinha de vôlei, temos alguns projetos. Não são os desejados, mas alguma coisa tem. Mas, no interior mesmo, não tem nada.⁵¹⁹

Especificamente sobre a transferência dos alunos que estudavam nas escolas isoladas localizadas nas comunidades rurais para os estabelecimentos de ensino do núcleo urbano, a informante acima emitiu a seguinte opinião (que, em síntese, reflete o modo e pensar de vários outros entrevistados):

Eu vejo que a centralização das escolas no núcleo urbano foi mais uma forma de estar pressionando os agricultores a virem para a cidade; de estar incentivando o êxodo rural. Porque muitos deles, além das necessidades básicas de alimentação e saúde, a única coisa que podem estar oferecendo aos filhos é a escola. E, com a centralização, o acesso à escola ficou bastante mais difícil. Porque veio tudo para o centro, e muitos ficam... Não que São Ludgero seja um município muito extenso territorialmente, mas só que ficou longe. Então às vezes eles dizem: “Ah, eu já não podia oferecer muito, agora o meu filho foi lá para o centro.” Então às vezes eles têm que sair do campo para poderem estar oferecendo a escola para os filhos. É bem verdade que existe o transporte escolar, que atende todas as comunidades do município. Só que é diferente da escola estar lá, do professor estar lá, e as crianças estarem mais próximo da família, dos pais. Eu mesmo estudei em escola municipalizada, que funcionava lá na comunidade mesmo, e era mais tranquilo. Porque é bastante ruim para a criança, com seis, sete anos de idade, ter que levantar bem cedo e pegar o transporte escolar para vir para a escola na cidade. Do meu ponto de vista, isto ajudou o êxodo rural. Pressionou os pais a virem para a cidade.⁵²⁰

Já para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero o problema da transferência dos alunos do interior para as escolas localizadas na sede municipal se resume no gradual distanciamento destes da atividade agrícola e da cultura campesina. “É a coisa mais lógica que tem. Eles vão aos poucos, todos os dias, acostumando. Meio período eles vem estudar aqui na

⁵¹⁹ Entrevista realizada com S.D.L.C. (Membro do Conselho Tutelar de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁵²⁰ Idem.

cidade ... Os amigos também são da cidade ... A conversa é outra ... Então eles vão perdendo o vínculo com o rural.” ⁵²¹

O conteúdo das palavras proferidas por este dirigente sindical nos despertou uma curiosidade: será que no plano curricular das escolas de São Ludgero está prevista alguma disciplina voltada a estimular as crianças, principalmente as que anteriormente estudavam no interior, a valorizarem a produção agropecuária e o espaço rural como um todo? Na entrevista realizada com a Secretária de Educação fizemos uma indagação acerca deste assunto e a resposta foi que

No momento não. Disciplina voltada especificamente para a valorização da agricultura, dos espaços rurais, nós não temos. O que nós temos hoje nas escolas... A gente trabalha horta com as crianças. Então essa é a única noção que agente passa; que eles têm de ir para a horta, de plantar, de cultivar aquilo ali. Então eles estudam só até a 4ª série. São ainda crianças pequenas. Mas a própria educação infantil também faz este tipo de trabalho. De estar regando a planta, da necessidade de água. Esse tipo de educação nós damos nas escolas. (...)

Então nós orientamos as crianças para que elas saibam como cultivar uma fruta, uma verdura... Principalmente verduras, que é o que nós oferecemos na merenda: uma cenoura, uma couve... Tudo isto é importante elas saberem. Já pensou? Uma criança que é orientada desde pequena, que na casa dela ela precisa ter um tempero verde, um alface... Que isto não custa nada. Isto é muito importante. ⁵²²

Certamente que é importante as crianças terem noção de como cultivar os alimentos que consomem. Entretanto não podemos deixar de mencionar o contrasenso que existe, pelo menos sob o nosso ponto de vista, na condução das questões sociais pelos órgãos governamentais. Entendemos que a educação da criança se faz na escola, mas também se faz em casa. Entretanto os pais, aqueles que são agricultores, que desejam ensinar a profissão aos filhos, ensinar as crianças a cultivarem e a valorizarem a dedicação ao trabalho produtivo, estes não podem levar as crianças para a roça, pois isto pode ser considerado como exploração do trabalho infantil. Então nos parece bem contraditório que a lei desestimele, ou mesmo iniba, a educação na esfera doméstica, mas que, quando na escola, os filhos de agricultores também não recebam este tipo de aprendizado de forma adequada.

⁵²¹ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁵²² Entrevista realizada com C.B.B. (Secretária da Educação de São Ludgero). Arquivo do autor.

Brincar de fazer hortinhas pode ser muito divertido para as crianças, mas nem sempre os professores estão qualificados para passar informações corretas aos alunos nestas ocasiões. Isto implica em que, muitas vezes, as crianças assimilem “conhecimentos” que estão longe de se coadunarem com a realidade vivenciada no campo.

Mesmo entre os gestores públicos, há quem questione as limitações impostas pelo Estatuto da Criança e Adolescente na educação doméstica dos filhos e aponte para este instrumento legal, bem como para a decisão de fechamento das escolas isoladas que existiam nas comunidades agrícolas, como sendo os grandes responsáveis pela falta de interesse dos jovens rurais continuarem vivendo no campo e exercendo a atividade agropecuária. Na opinião de um outro ex-prefeito do município

(...) se nós não tivéssemos centralizado estas escolas, eu acredito que os filhos dos colonos teriam mais coragem para ficar no interior. No entra e sai, de sair de manhã e voltar à noite, e ficar... E depois tem esta outra forma que diz assim que criança não pode trabalhar mais. Hoje para trabalhar o indivíduo tem que ter 16 anos. Eu lembro que a minha mãe era doente e o meu pai tinha dificuldades. Eu tinha oito anos, por isso eu não tive muita oportunidade de ficar estudando. Então eu e um outro irmão, que era mais velho que eu, ele tinha nove anos, nós tínhamos que roçar capoeira, derrubar capoeira e queimar capoeira, plantar milho, carpir, colher, etc. E o meu pai nem ia lá ver como crescia a planta na roça. Nós, com aquela idade, já fazíamos esse tipo de trabalho. E hoje tem essa proibição aí, de dizer assim que crianças não podem trabalhar. Porque agora você vê: tinha um menino aqui, que era da comunidade da Vila Divina, foi trabalhar lá no interior, colher ovos numa granja de galinhas. Uma criança que tinha 12 anos. E afinal de contas vai lá o Conselho Tutelar ver esta criança colhendo ovos e proibiu. E veja essa criança o que ela já era lá: já tinha o seu dinheirinho no bolso, já tinha três criações de gado, tinha a sua bicicleta para andar, tinha aquele negócio todo. E o Conselho Tutelar fez com que essa criança voltasse para a casa dos pais porque não podia trabalhar. Eu acho um absurdo isto aí. Acho que a criança ela tem que aprender a trabalhar desde os oito, nove anos. Estudar e trabalhar. Não tem aquele negócio de dizer que não vai fazer nada. Eu acho que a criança, ela aprende vícios, fica viciada em muitas coisas, muitas vezes é porque lhe falta trabalho. Porque se ela trabalha, ela não tem tempo para aprender outras coisas ruins que há por aí no mundo. Eu acho que esta lei só veio prejudicar. Então é onde as crianças saem da colônia e vem para a praça... Como tem muitos casos aqui, onde o ônibus escolar busca as crianças, que tem ali os seus 12, 13 ou 14 anos, busca e traz para estudarem. As aulas acabam às 22 ou 23 horas, ou coisa parecida. E eles ficam aí na pizzaria, naqueles negócios todos. Aí o ônibus passa e eles não estão nem aí. Chegam em casa as três ou quatro

horas da madrugada. Em alguns casos, eles nem querem voltar para casa. Já querem ficar aqui na praça direto. Querem ficar na cidade. Eu acho que uma coisa muito ruim é aquilo ali. Muitas crianças, filhos de colonos, hoje estão drogadas. Quer dizer, se ficassem lá no interior, em suas casas, jamais aconteceria o que acontece muitas vezes com estes filhos de agricultores hoje na cidade. Que lá na colônia eles teriam uma educação diferente daquela que eles aprendem na praça.⁵²³

Mas, para além da questão da transferência das escolas isoladas para a sede municipal e dos problemas daí decorrentes, existem outras circunstâncias que denotam não haver uma proporcionalidade em relação à oferta de serviços públicos entre o urbano e o rural, sendo que a população residente nos espaços rurais está sendo prejudicada no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços disponibilizados pela tecnologia moderna que flagrantemente não estão sendo oferecidos de forma equânime a todos os setores da sociedade por intermédio das instituições públicas e privadas. Um outro exemplo de serviço que era disponibilizado aos agricultores no espaço rural, e que por questões técnicas e financeiras foi transferido para o núcleo urbano, é o caso das unidades de saúde que funcionavam nas comunidades rurais da Ponte Baixa e Bom Retiro. De acordo com informações obtidas junto a Secretaria de Saúde do município, em São Ludgero foi estruturado o Programa de Saúde da Família/PSF, constituídas por duas equipes de profissionais que atendem, respectivamente, a população residente em cada uma das margens do Rio Braço do Norte (ver **tabela 12**). Em relação à margem direita, que é onde se concentra a maior parte da população, existe um projeto para se criar uma terceira equipe do PSF para comportar a demanda.

Segundo a Enfermeira Chefe do Pronto Atendimento Municipal, após a efetiva implantação do Programa de Saúde da Família, a unidade básica de saúde que estava localizada na comunidade rural da Ponte Baixa “foi fechada em razão da comunidade ter um número pequeno de moradores e serem poucos os usuários que utilizavam aquela unidade, deixando assim um funcionário à disposição e ocioso pela baixa demanda.”⁵²⁴ Com relação à comunidade rural de Bom Retiro, informa ela que na verdade os serviços ali prestados nunca foram caracterizados como sendo unidade básica de saúde: “lá existiam apenas duas salas construídas pela

⁵²³ Entrevista realizada com D.D.G. (Prefeito de São Ludgero – gestão 2001-2004). Arquivo do autor.

⁵²⁴ Informações fornecidas por J.F. (Enfermeira Chefe do Pronto Atendimento Municipal). Arquivo do autor.

comunidade nos fundos do salão paroquial, onde, um dia por semana, 01 médico e 01 odontólogo atendiam com a ajuda de uma agente de saúde.” E completa: “ Mas sabemos que a localidade é distante do centro da cidade e que precisa de atendimento. Porém é difícil manter financeiramente uma unidade de saúde naquela comunidade, porque a demanda é pequena.” ⁵²⁵

Tabela 12: Estruturação do sistema de saúde pública no município de São Ludgero / Secretaria da Saúde municipal – situação em maio/2007

Unidades de Atendimento	Número de profissionais vinculados
Pronto Atendimento Municipal (com funcionamento 24 horas)	02 médicos clínicos geral; 01 médico pediatra; 02 enfermeiros; 02 técnicos de enfermagem; 10 auxiliares de enfermagem; 01 bioquímico; 01 auxiliar de farmácia; 05 médicos plantonistas; 01 fonoaudiólogo.
Programa de Saúde da Família /PSF (Unidade localizada na margem esquerda)	01 médico clínico geral; 01 enfermeiro; 02 técnicos de enfermagem; 01 odontólogo; 01 auxiliar de consultório odontológico; 10 agentes de Saúde.
Programa de Saúde da Família /PSF (Unidade localizada na margem direita)	01 médico clínico geral; 01 enfermeiro; 02 técnicos de enfermagem; 01 odontólogo; 01 auxiliar de consultório odontológico; 10 agentes de Saúde.

Fonte: Pronto Atendimento Municipal / Secretaria da Saúde do município de São Ludgero

Com base nestas informações, fica caracterizado o interesse dos agricultores em ter, próximo de si, os serviços de atendimento à saúde. Assim é que, embora não lhes coubessem esta obrigação, os moradores da comunidade de Bom Retiro cederam o espaço físico necessário (as duas salas construídas com recursos próprios) para que os profissionais da saúde pudessem se instalar e prestar atendimento à população rural local e das áreas adjacentes.

Mas, em nossa busca de elementos para demonstrarmos a desproporcionalidade em relação à oferta de serviços públicos entre a população urbana e a rural não poderíamos deixar de mencionar o comentário efetuado pelo representante dos produtores rurais do município, no qual em tom de lamentação ele revela que “em São Ludgero a nossa categoria é uma categoria que não é procurada para ser beneficiada. Como eu disse anteriormente, a prefeitura, os

⁵²⁵ Informações fornecidas por J.F. (Enfermeira Chefe do Pronto Atendimento Municipal). Arquivo do autor.

órgãos públicos estão mais envolvidos e preocupados com a população urbana; com a área industrial.”⁵²⁶

É importante destacar que o município de São Ludgero não possui hospitais, corpo de bombeiros, posto de polícia rodoviária estadual, terminal rodoviário de linhas de ônibus intermunicipais e nem mesmo hotéis. Com exceção dos ônibus escolares e os contratados pelas indústrias para o transporte de seus trabalhadores, o município também não conta com um sistema de transporte coletivo. Por esta razão é significativo o percentual de aumento anual da frota de veículos particulares. Entre os anos de 2002 e 2004 a frota de veículos de São Ludgero aumentou 13,3%, contra 7,5% no Estado e 4,9% no Brasil.⁵²⁷ Esse aumento verificado na frota de veículos em São Ludgero reflete, por um lado, a falta de um sistema de transporte coletivo e, por outro, revela uma tendência de um maior vínculo dos produtores rurais com o núcleo urbano, já que grande parte do crescimento da frota é decorrente da aquisição de veículos pelos agricultores. Na opinião de um agricultor entrevistado,

O pessoal agüentava na agricultura antigamente porque não tinham para onde ir. Por exemplo, aqui no município de São Ludgero não tinha um emprego, não tinha uma indústria, não tinha nada. Então não tinha para onde tu sair. E hoje em dia tem muitas opções. O pessoal compra uma motinha a prestação, pega um emprego em São Ludgero e já se manda. Então hoje está difícil de tu agüentares sobre este negócio ali... E antigamente o pessoal também não tinha, por exemplo, onde gastar o dinheiro. Até eles agüentavam um pouco em casa, as famílias os filhos, porque eles não tinham onde gastar o dinheiro. Mas hoje em dia que tem opção para tudo que é lado, é baile, é festa, é jogo... E todas as famílias têm uma motinha; todo filho tem uma motinha.⁵²⁸

No diagnóstico rural de 1998, realizado pela Secretaria da Agricultura e EPAGRI de São Ludgero, foram identificados um número de 378 automóveis de passeio e 184 motocicletas nas comunidades rurais. Embora não tenhamos conseguido dados estatísticos recentes para indicar o número atual destes tipos de veículos nas comunidades rurais⁵²⁹ podemos afirmar, com base na nossa pesquisa

⁵²⁶ Entrevista realizada com G.C.D. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Ludgero). Arquivo do autor.

⁵²⁷ Fonte: SEBRAE/SC. São Ludgero em números, op. cit.

⁵²⁸ Entrevista realizada com J.W.S. (Agricultor). Arquivo do autor.

⁵²⁹ De acordo com o SEBRAE/SC, em março de 2004 o município contava com um número total de 2.171 automóveis e 838 motocicletas. Os dados não apontam qual o número de veículos, por categoria, localizados no espaço rural. (Fonte: SEBRAE/SC. São Ludgero em números, op. cit.)

de campo, que houve um aumento expressivo na aquisição de veículos automotores, principalmente no que diz respeito a motocicletas. Não houve uma só família de agricultores entrevistada em que não se constatou a posse de um veículo automotor. Na maioria dos casos, além do carro do passeio, a família possuía também uma ou mais motocicletas, utilizadas principalmente pelos membros que têm emprego no núcleo urbano. Para os jovens, em particular, a moto é o símbolo da liberdade e independência. Por ser um veículo econômico, de fácil manutenção, que se adapta as condições rústicas do ambiente rural e que permite uma rápida mobilidade do condutor, tornou-se o sonho de consumo dos jovens e é, geralmente, o primeiro investimento destes quando conseguem ter acesso a uma fonte de renda. Assim, ao mesmo tempo em que as motocicletas se constituem o principal meio de transporte dos operários que residem no espaço rural até o núcleo urbano, de certa forma se torna também um fator que leva os jovens a procurarem um emprego assalariado em paralelo à agricultura, dado que não basta adquirir este tipo de veículo automotor: há que se buscar uma fonte regular de renda para cobrir os gastos rotineiros com o abastecimento de combustível e a manutenção que estes exigem, sem contar com as taxas de licenciamento e seguro obrigatório. Sobre esta questão assim se referiu um dos nossos entrevistados:

Eu trabalhava com o meu pai na agricultura. Mas a gente não conseguia produzir muito porque o nosso terreno não oferece condições para o uso de maquinário para ampliar a produção. O pai não tinha condições para ampliar a produção. Então faltava uma perspectiva aqui. Aí tinha um problema: quando eu precisava de um “troquinho” tinha que batalhar para conseguir com o meu pai. Então ficava difícil. Sempre que eu precisava, ela dava o que podia dar. Mas eu ficava sempre naquela impossibilidade... Na condição de dependente. E os meus amigos, todos eles tinham moto. Trabalhavam na indústria, e podiam comprar. Então eu tomei a decisão de ir trabalhar também na indústria. E hoje eu tenho uma moto e um carro. Se estivesse trabalhando só na agricultura talvez até pudesse comprar uma moto. Mas o problema seria ter dinheiro sempre na mão para colocar combustível. Você sabe que agricultura é safra. E safra é no máximo duas vezes por ano. Então ficava difícil. Hoje não. Hoje eu já estou pensando até em comprar um carro melhor. Assim que der, eu compro.⁵³⁰

Em relação ao aumento no número de motocicletas nas áreas rurais cabe mencionar, ainda, que até mesmo jovens que não têm idade para possuir carteira de motorista estão recebendo de presente este tipo de veículo de seus pais. Aliás, na

⁵³⁰ Entrevista realizada com V.E. (Agricultor). Arquivo do autor.

zona rural de São Ludgero, além de motos, é comum encontrar-se crianças dirigindo tobatas, carros de passeio e tratores pelas estradas vicinais.

Já no que diz respeito ao saneamento básico, no ano de 2000, 53,4% dos domicílios do município tinham ligação com a rede de esgoto ou pluvial; 24,6% possuíam fossa séptica, 5,9% possuíam fossa rudimentar e 16,1% esgoto a céu aberto (estes últimos, em sua grande maioria, localizados nas áreas rurais). Neste mesmo ano, 72,3% dos domicílios estavam ligados a rede geral de água e os 27,7% dos domicílios restantes tinham outras formas de captação (poços ou nascentes). Ainda tomando como referencial o ano de 2000, 97,7% dos domicílios urbanos eram contemplados com a coleta de lixo. A exemplo de vários outros municípios brasileiros, em São Ludgero não existe coleta de lixo nas áreas rurais.⁵³¹

Levando em conta os dados acima mencionados e tomando por base as entrevistas realizadas com a população rural de São Ludgero, podemos afirmar que entre os motivos que estão conduzindo os trabalhadores rurais a se vincularem ao mercado de trabalho urbano/industrial sem dúvidas que a falta de assistência social e a não extensão da infra-estrutura de serviços urbanos às comunidades rurais são fatores que ocupam lugar de destaque no desencadeamento deste evento. Enquanto não forem superadas as limitações que dificultam ou impedem que a população rural seja atingida, em seus locais de moradia, pela variabilidade de serviços disponibilizados aos cidadãos urbanos, certamente continuará existindo esta atração pela cidade e pelas oportunidades por ela proporcionadas em termos de satisfação dos anseios individuais.

Assim, considerando todo este contexto, não é de se estranhar que seja cada vez maior o número de agricultores de São Ludgero que estão optando em exercerem uma dupla atividade (como trabalhador por conta própria na agricultura e como trabalhador assalariado em outra atividade não-agrícola), processo em que a produção agropecuária vem perdendo, de forma acentuada, a sua soberania enquanto atividade exclusiva (ou mesmo principal) na ocupação da mão-de-obra residente nos espaços rurais.

⁵³¹ Fonte: SEBRAE/SC. São Ludgero em números, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

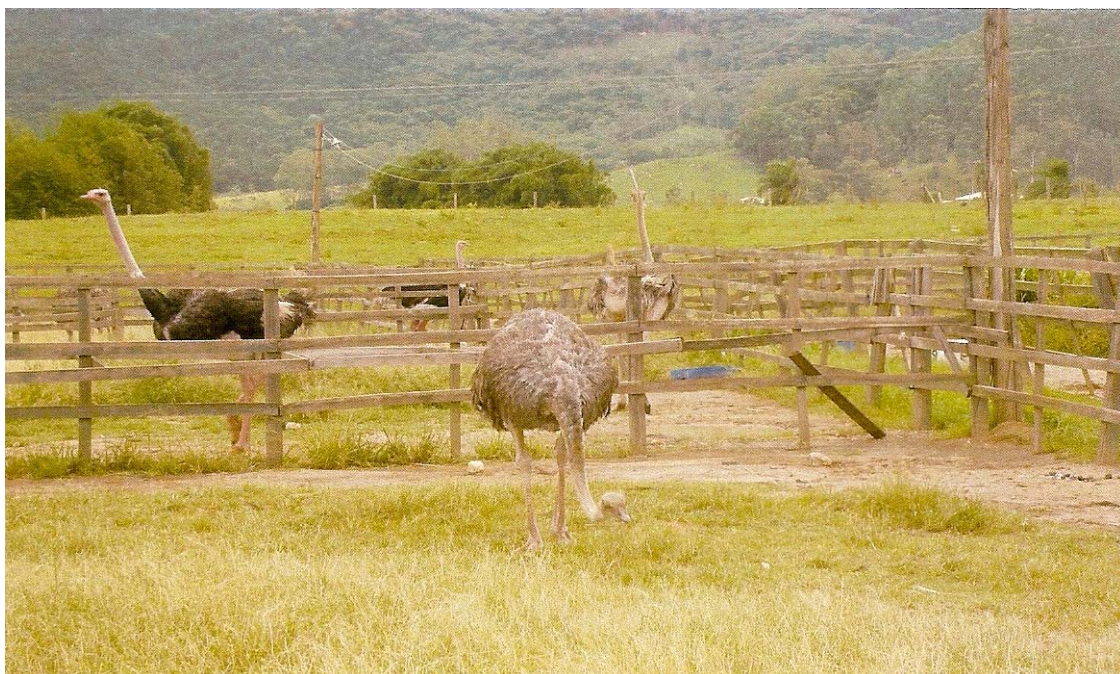
O setor agropecuário de São Ludgero está em transformação. Não uma transformação de base técnica – pois esta já se consolidou com o ingresso e vinculação dos produtores rurais ao sistema de produção agrário tido por “produtivista” e que foi difundido no período pós-guerra via Revolução Verde –, e tampouco no que diz respeito ao rol de produtos explorados, dado que produção agropecuária local gira em torno das atividades tradicionais: cultivo do fumo, da olericultura e criação de animais domésticos (aves de postura, suínos e gado leiteiro). Produções voltadas a nichos específicos do mercado consumidor estão ausentes no município. Nem mesmo a produção de produtos orgânicos, tão em voga na mídia e com amplo mercado nos centros urbanos, está sendo fruto de interesse por parte dos produtores rurais. A honrosa exceção fica por conta de um granjeiro que, além da criação de aves de postura, está fazendo a experiência de criação de avestruzes sem, contudo, ter noção de como conseguirá colocar o produto no mercado, pois, conforme afirma, “não existem abatedouros destas aves nos municípios próximos.”⁵³² (ver **fotos 22 e 23**) As transformações por que passa a agricultura de São Ludgero são de ordem socioeconômicas, mais especificamente, das relações de trabalho.

Até o início da década de 1970 o município vivia um cotidiano que girava em torno da agricultura. Era nos espaços rurais onde residiam a maior parte da população e também era lá que esta encontrava ocupação para a mão-de-obra apta ao trabalho. O trabalho na agricultura durante muito tempo não só garantiu a geração de renda necessária à sobrevivência e reprodução das famílias ludgerenses, bem como se constituiu na principal atividade de sustentação econômica do município.

A partir da segunda metade desta mesma década no núcleo urbano do município paulatinamente foram emergindo uma série de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços que, em parte, podem ser creditadas como resultado natural advindo do fechamento da Cooperativa Mista de São Ludgero Ltda. (estabelecimento este que concentrava a maior parte das transações comerciais locais), ocorrido em 1974. Mas, para além da simples substituição dos serviços

⁵³² Informação prestada por J.W. (Granjeiro).

Foto 22 e 23 – Criação de avestruzes



Fotos de Alexandre Alves de Freitas Noronha

prestados pela Cooperativa, a crescente e intensa relação dos produtores rurais com o mercado de bens industrializados também estimulou o surgimento de várias casas comerciais voltadas a comercializar os insumos necessários e indispensáveis à atividade agropecuária, bem como de outros tipos de serviços técnicos de apoio à agricultura. Por outro lado, a expansão da malha viária catarinense facilitou a integração dos pequenos municípios aos centros urbanos maiores. Em razão deste estreitamento de relações socioeconômicas e culturais, a população de São Ludgero passou a absorver o estilo de vida adotado pelos habitantes dos centros urbanos regionais mais próximos (tais como Tubarão, Laguna e Criciúma) bem como das capitais Florianópolis e Porto Alegre, sobretudo no que diz respeito à incorporação de comportamentos e ações que conduzem à integração e submissão dos indivíduos ao mercado fornecedor de bens e de serviços, tornando-se premente que se estabelecesse no município uma infra-estrutura de mercado capaz de suprir as novas “necessidades” dos cidadãos ludgerenses, “necessidades” estas freqüentemente criadas e recriadas pelo marketing industrial/comercial.

No campo uma série de fatores estava tornando a exploração agropecuária uma atividade economicamente pouco atrativa, sobretudo em razão das dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais para contrabalançar os investimentos realizados por ocasião do plantio e/ou da renovação e manutenção dos plantéis com a renda obtida quando da venda da produção. De um lado o Estado foi se retraindo como agente de controle do circuito mercantil, deixando que o próprio mercado regulasse os preços de comercialização dos hortifrutigranjeiros. Até mesmo os subsídios governamentais que eram concedidos ao setor agropecuário foram gradativamente sendo cancelados (tal como a garantia do preço mínimo) o que implicou em maiores dificuldades e riscos adicionais para os que dependiam da exploração agrícola como meio de sobrevivência. Na outra ponta, o preço dos insumos industriais utilizados nos processos produtivos (que na sua grande maioria estão vinculados ao câmbio da moeda norte-americana) passou a ter uma evolução maior do que a dos gêneros produzidos nas propriedades, sendo que por vezes a comercialização da safra mal dava para recuperar os investimentos realizados pelos produtores rurais. Isto implicava que estes tivessem que recorrer a outras fontes de obtenção de renda, não só para obter os recursos necessários à

aquisição de bens voltados a atender as necessidades da família como também para adquirir os insumos a serem utilizados na safra seguinte.

Já na cidade a situação era outra. As mudanças no estilo de vida da população local deram impulso e proporcionaram a emergência de uma série de empresas prestadoras de serviços e de estabelecimentos comerciais e industriais, que, com o passar do tempo, passaram a ter problemas para preencherem as vagas de trabalho, dado que a oferta de empregos se tornou superior ao número de trabalhadores disponíveis no núcleo urbano. Num momento em que ainda não dispunham de capital necessário para a aquisição de máquinas que pudessem substituir a força de trabalho humana ou porque as atividades desenvolvidas exigiam habilidade manual, as alternativas que restavam aos empresários para estabelecer e/ou expandir os seus negócios eram bastante reduzidas, ficando restritas basicamente a duas opções: captar a mão-de-obra rural local, com isto transformando os produtores rurais em trabalhadores assalariados urbanos, ou estimular a vinda de operários dos municípios vizinhos.

Acabou prevalecendo as duas situações: as empresas instaladas no núcleo urbano tanto se valeram da mão-de-obra rural para se estabelecerem e progredirem, quanto tiveram que recorrer a mão-de-obra oriunda dos municípios vizinhos como forma de preencher as vagas de trabalho ainda em aberto. Nesse processo alguns produtores rurais abandonaram por completo a produção agropecuária voltada à comercialização, sendo que a propriedade passou a ser utilizada “apenas” como local de moradia e para a exploração de alguns poucos produtos destinados a subsistência da família; outros além de abandonarem a atividade agropecuária venderam também as terras que possuíam, transferindo-se com a família para o núcleo urbano; já a grande maioria dos produtores rurais se envolveu numa “nova” modalidade de trabalho, em que um único indivíduo passou a assumir um duplo estatuto social: a de trabalhador por conta própria (na agricultura de mercado) e a condição de operário (como trabalhador assalariado em atividades não-agrícolas) incorporando, neste caso, o caráter de trabalhador pluriativo.

Os dados obtidos na pesquisa de campo dão conta que são poucas as famílias agricultoras de São Ludgero que não tenham pelo menos um membro que esteja vinculado a uma ocupação não-agrícola além da atividade agropecuária. E mesmo entre aquelas cuja mão-de-obra atualmente está voltada exclusivamente à

produção agropecuária, não se acredita que exista alguma cujos integrantes já não tenham passado pela experiência da dupla ocupação. Aliás, as informações obtidas no decorrer da pesquisa indicam que o processo de associação entre atividades agrícolas com outras de caráter não-agrícolas não é um fenômeno recente no município, dado que esta é uma prática que já vinha sendo adotada há muito tempo no meio rural, como é o caso, por exemplo, dos professores das escolas isoladas, que revezavam o ensino com o trabalho na lavoura. O que se constitui certamente em novidade é a recorrência e a generalização deste fenômeno entre a população das comunidades rurais nas últimas décadas.

Numa rápida análise deste quadro poder-se-ia chegar a pelo menos duas conclusões: a primeira, que o motivo que tem levado os produtores rurais a buscarem outra atividade de caráter não-agrícola estaria prioritariamente correlacionado ao fator econômico e, a segunda, que a grande oferta de postos de trabalho em atividades não-agrícolas disponibilizados no núcleo urbano seriam a causa da ocorrência do trabalho pluriativo no meio rural.

Se nos limitarmos a este tipo de entendimento, certamente que o observado no município de São Ludgero pouco diferirá daquilo que a literatura especializa vem apontando e que, sob o nosso ponto de vista, tem assumido um caráter determinista, ou seja, de que quanto maiores e diversificadas forem as atividades não-agrícolas desenvolvidas no entorno às propriedades rurais tanto maiores serão os vínculos dos produtores rurais com o mercado de trabalho assalariado não-agrícola.

Com efeito, ao focarmos nossa atenção em determinados aspectos que os dados obtidos na pesquisa de campo nos colocam a disposição para análise, poderíamos construir toda uma defesa em torno do fator econômico como sendo o principal objetivo a ser alcançado nas metas traçadas pelos produtores rurais, uma vez que estes dados apontam que nos dias atuais, de uma forma ou de outra, a obtenção de recursos financeiros sempre está presente nas estratégias traçadas pelas famílias rurais em busca da satisfação das necessidades de seus membros. E não poderia ser de forma diferente, visto que na sociedade consumista contemporânea a satisfação das necessidades dos indivíduos está umbilicalmente associada a sua integração ao circuito mercantil e, para tanto, necessário se faz a posse de dinheiro. Como não podem ficar totalmente isolados do mercado enquanto

consumidores de serviços e de produtos industrializados implica que, além da produção voltada ao autoconsumo, os agricultores tenham que encontrar alternativas para gerar renda suficiente com vistas a aquisição dos demais bens necessários a manutenção e reprodução do grupo familiar. Quando a obtenção destes recursos via exploração agropecuária se tornam escassos ou inviáveis, a família recorre então a outras estratégias de captação de renda, entre as quais a de disponibilizar parte da mão-de-obra ao trabalho assalariado não-agrícola.

Mas, embora as razões que induzem os agricultores a se tornarem trabalhadores pluriativos estejam, em grande parte, relacionadas às dificuldades para a manutenção do grupo familiar devido o baixo retorno financeiro obtido na atividade agrícola, e mesmo considerando o fato que o entorno socioeconômico às propriedades rurais de São Ludgero oferece possibilidades concretas para a inserção no mercado de trabalho assalariado urbano/industrial dos que assim o desejarem fazê-lo, não se pode omitir o fato de que existe uma série de outros motivos que suplantam os aspectos puramente econômicos e conduzem os agricultores nesta direção. Tanto é assim que, embora na pesquisa de campo vários produtores rurais entrevistados tenham mencionado que a renda obtida com as atividades agropecuárias desenvolvidas em suas propriedades seja suficiente para atender as necessidades básicas do núcleo familiar no que diz respeito ao conforto material, isto não tem se constituído em elemento suficiente para evitar que um ou mais membros da família exerçam outra atividade em paralelo a agricultura.

Depreende-se daí que as estratégias adotadas pelas famílias rurais não estão voltadas unicamente para a geração de renda com vistas à aquisição dos bens materiais para suprir as necessidades de seus membros. Neste sentido, a inserção da mão-de-obra familiar no mercado como trabalhadores pluriativos deve ser percebida e entendida como uma forma dos agricultores satisfazerem outras necessidades que suplantam os aspectos econômicos e que não podem ser satisfeitas no meio em que convivem em razão da fraca infra-estrutura disponibilizada à população rural quando comparada a que é ofertada aos habitantes do núcleo urbano. A pluriatividade é, portanto, uma forma dos agricultores se realizarem pessoal e profissionalmente; de ingressarem em outros círculos sociais; de terem acesso a outras formas de lazer e, até mesmo, de poderem se

distanciar dos preconceitos que denigrem a imagem e afligem quem trabalha na atividade agrícola.

Os resultados desta pesquisa nos permitem asseverar que não se pode creditar simplesmente a existência de vagas de trabalho assalariado em atividades não-agrícolas no entorno as propriedades rurais como o motivo que vai levar os agricultores a abandonarem as lavouras ou a se submeterem a uma dupla ocupação. A existência de postos de trabalhos assalariados não-agrícolas é condição *sine qua non* para a ocorrência da pluriatividade, mas o simples fato destes existirem não implica que os produtores rurais necessariamente tenham que se vincularem a eles. Ou seja, a ocorrência e disponibilidade de postos de trabalho no entorno às propriedades rurais certamente se constitui num dos meios utilizados pelos agricultores na busca de novas fontes de renda, entretanto não se pode imputar a oferta de vagas de trabalho como a causa daqueles abandonarem às lavouras ou a assumirem a condição de trabalhadores pluriativos. Se não fosse assim, não existiriam mais trabalhadores essencialmente agrícolas no município, dado que nem todos os postos de trabalho disponíveis no núcleo urbano estão sendo preenchidos devido a falta de candidatos para ocuparem as vagas. Temos claro, portanto, que a decisão de ocupar ou não as vagas de trabalho disponíveis em atividade não-agrícolas se constituem apenas mais uma, entre tantas outras estratégias que podem ser utilizadas pelos produtores rurais na busca de recursos para a manutenção e reprodução do grupo familiar. Assim, mesmo levando em consideração que as empresas utilizam as mais diversas artimanhas para captar a mão-de-obra rural, não se pode perder de vista que elas estão e continuarão sempre a estarem submetidas às lógicas internas ao grupo familiar, que tanto num momento podem estar propícias ao envolvimento com o sistema altamente capitalista e no momento seguinte optarem voltar à produção de subsistência.

Em resposta ao questionamento central que norteou os rumos desta pesquisa, no capítulo IV identificamos e analisamos alguns fatores que, sob o nosso ponto de vista, são fundamentais para o entendimento do porquê dos produtores rurais de São Ludgero estarem recorrendo ao exercício de atividades não-agrícolas sem contudo abandonarem a exploração agropecuária voltada ao mercado. A ordem como os fatores foram apresentados não autoriza a pressuposição que estamos julgando que os primeiros sejam mais importantes dos que os seguintes, ou que

este ou aquele fator exerça maior influência sobre as estratégias individuais ou coletivas dos membros familiares na inserção ao trabalho pluriativo. Também é importante ratificarmos a nossa compreensão de que os fatores por nós mencionados muito provavelmente não devem se constituir nos únicos responsáveis pela vinculação dos produtores rurais de São Ludgero ao trabalho pluriativo, mas certamente os que nos foi possível identificar durante o desenvolvimento desta pesquisa são suficientes para o entendimento da ocorrência deste fenômeno no município.

A identificação e análise das razões que estão levando os produtores rurais de São Ludgero a se tornarem trabalhadores pluriativos, certamente tornou bem mais fácil a tarefa de encontrarmos respostas para os demais questionamentos que orientaram os rumos desta pesquisa. Podemos afirmar, por exemplo, que não existe uma padronização de comportamentos entre as famílias rurais no que diz respeito à inserção da mão-de-obra em atividades não-agrícolas, mesmo porque as unidades produtivas do município são bastante heterogêneas, cada qual possuindo suas características próprias, tais como: o número de pessoas que compõem o grupo familiar e, destas, quantas efetivamente estão aptas ao trabalho; o tipo de atividade desenvolvida e o grau de envolvimento de mão-de-obra que esta requer; o tamanho e as condições físicas da propriedade para o exercício da atividade agropecuária; etc. Não menos heterogêneas são, portanto, as estratégias utilizadas pelas famílias rurais na constante luta para gerar a renda necessária para garantir não só a manutenção mas, também, a reprodução de seus membros. Em vista disto, não é de se estranhar que sejam tão variados e distintos os momentos, as formas, o número de membros envolvidos e os motivos que levam as famílias rurais a tornarem-se pluriativas.

Os resultados da pesquisa também nos permitem sustentar que, mesmo considerando-se que o núcleo familiar é a esfera soberana de tomadas de decisões no que diz respeito aos destinos da mão-de-obra disponível na unidade produtiva, isto não significa dizer que não existam disputas, tensões e conflitos entre os membros que a compõem ou que a decisões emanadas do grupo familiar não venham a ser desconsideradas por algum dos seus integrantes. Pode-se até dizer que não são raros os casos em que a decisão de buscar o trabalho assalariado é tomada de forma unilateral por algum dos membros, sem que haja uma consulta

prévia ou a mesmo a concordância dos demais integrantes do grupo familiar, que podem ver nesta decisão uma ameaça aos projetos e estratégias estabelecidas para a atividade desenvolvida na propriedade. A saída repentina e não autorizada de um dos membros do processo produtivo, acaba desestabilizando a estrutura familiar, tanto do ponto de vista emocional (pelo conflito que tal situação gera entre as partes envolvidas), quanto do ponto de vista produtivo (uma vez que o envolvimento deste membro com o trabalho assalariado implicará em sua menor participação nas atividades desenvolvidas na propriedade, situação que redundará na diminuição da produção ou numa sobrecarga de trabalho aos que permanecerão trabalhando na agricultura). Isto se dá, como vimos, por diversas razões, entre as quais a busca de uma maior autonomia e independência financeira por parte dos filhos, uma vez que estes geralmente não tem acesso e nem mesmo são consultados sobre os destinos reservados para a renda oriunda de sua participação nas atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade. No caso dos jovens (principalmente dos rapazes), a decisão de procurarem uma atividade não-agrícola independentemente da vontade dos pais ou das consequências deste ato para a empresa familiar, está relacionada também às dificuldades que encontram para se relacionarem de forma mais íntima com os parceiros do sexo oposto, que estão se recusando a namorar com “uma pessoa da roça.”

Um outro entendimento que nos foi possível chegar mediante a análise do material obtido no transcurso da pesquisa é que, apesar de ser uma estratégia circunscrita ao âmbito familiar e que vem sendo utilizada pelas famílias rurais com vistas a manutenção e reprodução de seus membros, a ocorrência do fenômeno da pluriatividade não deixa de ser também mais uma das formas de penetração e expansão das relações capitalista no campo. Tal inferência parte da constatação do alto poder de controle que as empresas que atuam no município têm sobre a administração pública municipal. O grau de controle e de participação dessas empresas na esfera pública é de tal ordem que acaba tendo reflexos no próprio desenvolvimento de políticas e ações de ordem administrativas, influenciando inclusive no destino e na maneira como os recursos orçamentários devem ser utilizados. Ao se imiscuírem em decisões que deveriam ficar restritas ao poder público, estas empresas de certa forma buscam evitar que o segmento de produção agropecuário seja contemplado com políticas e recursos que possam promover a

diversificação e expansão das atividades nas propriedades rurais, situação que elevaria a carga de trabalho dos agricultores, agravando ainda mais a já precária oferta de mão-de-obra de que tanto necessitam.

Tomando como referencial o conjunto de fatores que, sob o nosso ponto de vista, está influenciando os produtores rurais de São Ludgero em sua decisão de tornarem-se trabalhadores pluriativos, não há como fugirmos às evidências de que a consolidação deste fenômeno no município (e quiçá nos outros municípios em que este se faz presente) é resultado direto da falta de diretrizes políticas e de investimentos que levem ao pleno desenvolvimento das áreas rurais. Isto significa dizer que ali a pluriatividade se dá não pela valorização do setor agropecuário, tal como o observado nos países europeus, mas pela precariedade de assistência técnica, financeira e social disponibilizada pelos órgãos governamentais brasileiros à população rural do país.

Torna-se imprescindível que os dirigentes públicos tomem consciência que o campo já superou o papel que desempenhava como mero agente coadjuvante no processo de desenvolvimento do país ao garantir o fornecimento de alimentos e de mão-de-obra aos centros urbanos emergentes, e que a população rural já está amplamente integrada e dependente dos bens e serviços disponibilizados pelos avanços tecnológicos à sociedade moderna, embora estes ainda não estejam chegando até os espaços rurais. Mais do que isto, é preciso que as instâncias fomentadoras de políticas e de gerência dos recursos públicos superem a tradicional visão do urbano como o lugar do progresso e os espaços rurais como locais de estagnação e do atraso, de modo a que estes dois pólos possam ser contemplados de forma equânime. Até o momento em que o Estado (considerado nos seus diversos níveis) não colocar em prática ações que promovam e estimulem a instalação nas áreas rurais de uma infra-estrutura fornecedora de bens e de serviços capazes de suprir as aspirações e necessidades da população rurícola na própria comunidade em que residem, certamente que os agricultores continuarão procurando nos núcleos urbanos os mecanismos necessários para atingir seus objetivos.

É neste momento em que a sociedade está voltando sua atenção para os problemas que em grande parte foram gerados pelo modelo de exploração agrícola ambientalmente predatório instalado no período pós-guerra, e está não só

buscando, mas também exigindo a adoção de um novo modelo de crescimento econômico que possa atender as necessidades da população sem, contudo, dilapidar os ecossistemas onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias (desenvolvimento sustentável), que as orientações e princípios embutidos na noção multifuncionalidade deveriam ser apropriados pelo Estado para a redefinição das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário.

A pesquisa realizada no município de São Ludgero nos permite asseverar que nas comunidades rurais do município não existe uma infra-estrutura de serviços capaz de dar conta das pretensões e demandas dos agricultores, razão pela qual o núcleo urbano tem sido objeto de atração para a população rural, pois é lá onde encontram os mecanismos para satisfazer grande parte de suas necessidades: saúde, lazer, convivência social, acesso aos bens de consumo industrializados, etc. Em suma, os espaços rurais para os agricultores não são mais do que simplesmente locais de moradia e de trabalho. As comunidades rurais perderam suas características de outrora, como lugares de solidariedade, de união e de confraternização entre os agricultores, uma vez que a concorrência por um maior espaço no mercado impôs um novo ritmo de vida à população rural, processo em que os vizinhos deixaram de ser vistos como os “parentes mais próximos”, passando a serem considerados concorrentes em potencial. Nesta lógica de mercado, a perda da safra de um pode significar uma maior valorização da safra do outro. Então cada qual procura de todas as formas dar conta de sua própria produção sem, contudo, deixar de estar com os olhos por cima das cercas para ver em que pé está a produção dos vizinhos.

Em razão desta concorrência acirrada, os produtores rurais estão utilizando de todos os recursos que dispõem para obter uma produção capaz de gerar a renda necessária à sobrevivência da família, inclusive adotando práticas altamente prejudiciais aos ecossistemas locais e, com isto, colocando em risco não só a sua saúde, mas também a saúde das pessoas que irão consumir os produtos por eles produzidos, dado o excesso de agentes químicos utilizados no processo produtivo. Tal problema certamente ganha maiores proporções em função da ineficiência como o Estado vem atuando enquanto representante da sociedade como agente de valorização e fiscalização da atividade agropecuária, não sendo capaz de promover (ou de fazer cumprir) políticas públicas que permitam os

produtores rurais exercerem sua atividade nos moldes do desenvolvimento sustentável.

Se a sociedade está a exigir um novo modelo de desenvolvimento que permita uma melhor qualidade de vida aos cidadãos sem que isto signifique a dilapidação dos ecossistemas, torna-se necessário que esta se organize politicamente e passe a cobrar dos governantes, não só o estabelecimento de políticas que possam contemplar os seus anseios, mas a efetiva implementação destas políticas. Para tanto necessário se faz repensar a própria maneira como o Estado vem utilizando os recursos orçamentários arrecadados na forma de impostos, devendo-se inclusive definir o percentual destes recursos a serem aplicados na melhoria da infra-estrutura social disponibilizada à população rural.

Por outro lado, considerando que não há como se obter uma melhor qualidade de vida sem uma prévia e necessária reavaliação do modelo de produção agropecuário vigente no país, parece-nos lógico que, antes de tudo, os segmentos organizados da sociedade devam definir claramente qual o papel que esperam ser desempenhado pelos produtores rurais além da produção de alimentos e fibras, assinalando se estão dispostos a recompensá-los financeiramente pelos outros tipos de atividades e de bens que possam vir a proporcionar à população, mesmo que estes bens não sejam quantificados materialmente, tais como: a preservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade, etc.); a manutenção e restauração da paisagem rural; a preservação do patrimônio cultural; a recuperação da mata ciliar; a diminuição do uso de defensivos agrícolas; a melhoria na qualidade dos alimentos produzidos; a diversificação das atividades desenvolvidas na propriedade, incluindo-se aí a utilização do espaço rural para a instalação de trilhas ecológicas, hotéis-fazenda, pesque-pague, campings, pousadas ou quaisquer outras atividades que valorizem a integração socioeconômica em consonância com a preservação ambiental bem como da cultura e tradições locais; etc. Enquanto não se tiver clareza das ações a serem desenvolvidas pelos produtores rurais de modo a se enquadrarem às expectativas e interesses manifestos pelos demais membros da sociedade brasileira, dificilmente se poderá valorizar e propor mecanismos de compensação financeira a estes atores sociais (mediante o estabelecimento de políticas públicas específicas para este fim) em função do caráter multifuncional do seu empreendimento agrícola.

Mas, tão ou mais importante do que se definirem as ações e compromissos a serem cumpridos pelos produtores rurais, é o estabelecimento das metas e responsabilidades a serem assumidas pela sociedade urbana (particularmente pelos órgãos governamentais responsáveis pela implantação de infra-estrutura social) junto a população rural, definindo-se de que forma esta contribuirá para o desenvolvimento de ações que lhe dizem respeito, tais como: fiscalização da venda de produtos agroquímicos nas casas especializadas; ampliação do número e investimento na qualificação dos profissionais que prestam assistência técnica aos produtores familiares; providenciar a coleta do lixo inorgânico nas áreas rurais; investir na ampliação e/ou conservação de estradas vicinais, das redes de energia elétrica e das redes de telefonia; aprimorar a fiscalização sobre os vários estágios do processo produtivo, bem como exercer o controle sobre a qualidade dos produtos agropecuários que são encaminhados ao mercado consumidor; garantir a oferta de crédito agrícola aos pequenos produtores; proporcionar o desenvolvimento de cursos que estimulem os produtores familiares a aproveitarem os recursos disponíveis em sua propriedade para a implantação das mais variadas formas de indústria caseira artesanal; incentivar a formação de grupos artísticos que preservem a cultura local (música, dança, teatro); viabilizar a extensão dos serviços básicos à população rural, tais como postos de saúde, estabelecimentos de ensino, transporte coletivo, etc.; entre outras.

As análises efetuadas em torno dos motivos que conduzem os agricultores de São Ludgero ao trabalho pluriativo, reforça a nossa percepção de que a busca do trabalho não agrícola, mesmo quando planejada e decidida em conjunto pelo grupo familiar, está relacionada e condicionada as aspirações individuais de seus membros. Neste sentido, julgamos que é no confronto entre as ambições pessoais e as possibilidades que o indivíduo encontra no meio rural para satisfazer suas necessidades e atingir seus objetivos que delimitarão a busca por outros horizontes. Em vista disto, entendemos que a permanência da população rural no campo está condicionada às condições que lhes são disponibilizadas para o suprimento de suas necessidades físicas e emocionais no espaço em que residem. Na medida em que isto não é possível, a tendência é que os produtores rurais tracem estratégias visando contemplar os anseios dos membros familiares, sendo que a aproximação com os benefícios proporcionados pelo mundo urbano se inicia

basicamente com a inserção da mão-de-obra familiar no trabalho assalariado urbano/industrial.

Enquanto as instâncias governamentais – consideradas como os principais agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e implementação de políticas públicas –, continuarem a menosprezar e desconsiderar os estudos acadêmicos que apontam a necessidade de uma reformulação nas políticas agrárias, e continuarem privilegiando os aspectos econômicos em detrimento dos sociais nos planejamentos que visam o desenvolvimento das áreas rurais, certamente que os agricultores permanecerão sem condições de suprirem as necessidades do grupo familiar em seus espaços de moradia e trabalho, razão pela qual seus olhos estarão sempre voltados para os núcleos urbanos, dando prosseguimento ao processo histórico da associação da produção agropecuária com outras atividades não-agrícolas.

Particularizando São Ludgero neste contexto, não temos dúvidas que, se os administradores afetos ao poder público não se conscientizarem do grande risco que estão correndo por privilegiarem o investimento dos recursos orçamentários municipal tão somente na ampliação das atividades econômicas desenvolvidas no núcleo urbano, e não se derem conta de que é temerário a economia local estar centrada no setor industrial e altamente dependente de apenas um grupo empresarial, inevitavelmente a tendência será o contínuo crescimento no número de postos de trabalho no núcleo urbano e, com isto, o conseqüente aumento das possibilidades para o exercício do trabalho pluriativo. Sendo assim, prevemos que fatalmente tenderá a se agravar as já precárias condições de sobrevivência dos produtores rurais e será cada vez maior o número de agricultores do município que se verão na contingência de optar “entre o canto do galo e o apito das fábricas”.

Em vista do exposto, estamos convictos que as noções da “pluriatividade” e “multifuncionalidade” não devem ser vistas apenas como um “modismo” acadêmico, uma vez que os princípios que emanam de seus referenciais teóricos e metodológicos inegavelmente servem como exemplo e instrumentos de guia ao entendimento das transformações porque passa o nosso setor agropecuário, devendo ser apropriadas e utilizadas como suporte no desenvolvimento de políticas públicas que visam superar as distorções seculares que afetam o campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. (a) **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. (b) **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003.

_____. (c) **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: IPEA, Textos para discussão n. 702, Brasília/DF: IPEA, 2000.

AGUIAR, Ronaldo C. **Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo/SP: Pólis; Brasília/DF: CNPq, 1986, pp. 57 – 138.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (a) O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre** – publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo/SP, 2000, n. 15, pp. 87-112.

_____. (b) As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre** – publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo/SP, 2003, ano 19, vol. 2, n. 21, pp. 25-39.

_____. (c) **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Organizado por João Carlos Tedesco. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999.

_____. (d) Curso ministrado aos alunos do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC no mês de outubro de 2004.

_____. (e) **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado, CPDA, UFRRJ, 1997.

ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores**. Florianópolis/SC: Gráfica Editora Pallotti, 1997.

ALVES, Elza Daufenbach. (a) **Discurso religioso católico e normatização de comportamentos (São Ludgero – SC, 1900-1980)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 1998.

_____. (b) **Nos bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 2005.

ALVES, Maurício. **A produção agrícola familiar e os agravantes sócio-ambientais no espaço rural – o caso do município de São Ludgero**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC, 2000.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. São Cristovão/SE: NPGeo, UFS, 2001.

BALDESSAR, Quinto Davide. **Imigrantes: sua história, costumes e tradições no processo de colonização no sul do Estado de Santa Catarina**. Ed. do autor, 1991.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do Programa PRONAF**. São Paulo/SP: UNICAMP, Instituto de Economia. Artigo. Rede internet: <http://143.106.37.6/artigos/artigo175.htm>. Acesso em 20/10/2006.

BEOZZO, José Oscar. **Brasil: 500 anos de imigrações**. São Paulo: Ed. Paulinas: Centro de Estudos Migratórios, 1992.

BOVÉ, José. **Por uma agricultura multifuncional**. Artigo. Rede internet: <http://www.attac.info/mumbai2004/index.php?NAVI=1016-114616-14pt>. Acesso em 10/02/2005.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. Vaticano contra o latifúndio brasileiro. Rio de Janeiro/RJ: Editora Terceiro Mundo, ISSN 0101 – 7993 N. 206, março de 1998.

CALZAVARA, Oswaldo & LIMA, Rodne de Oliveira. **Brasil Rural Contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina/PR:Eduel, 2004.

CARNEIRO, Maria José. (a) Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, 1998.

_____. (b) **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro/RJ: Contra capa livraria, 1998.

_____. (c) **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: *Mundo rural e tempo presente*. Organizadores: Luiz Flávio Carvalho Costa, Regina Bruno, Roberto José Moreira. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 1999.

_____. (d) Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 11 (32): 89-105, São Paulo, out., 1996.

CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S. **Introdução**. In.: *Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar*. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2003, pp. 17-27.

CAZELLA, Ademir Antônio & MATTEI, Lauro. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural. **Anais** do VI Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. UFRGS, Porto Alegre/RS – 25 a 29 de novembro de 2002.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá:, 2004. 1 CD-ROM.

CHAYANOV, Alexander Von. (a) **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**, apud WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (d) *Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. Texto apresentado no seminário: Os camponeses têm futuro? UNICAMP, Departamento de Ciências Sociais, nov. de 1989.

_____. (b) **La organización de la unidad campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORRÊA, Josel Machado; CORRÊA, Walquíria Krüger; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A Problemática da Definição e da Delimitação do Espaço Rural e Urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. **GEOGRAFIA**. Rio Claro/SP: Associação de Geografia Teorética/AGETEO, vol. 26, n. 1, abril de 2001.

CORRÊA, Walquíria Krüger. **Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do grupo USATI-PORTOBELLO**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, UEP, 1996.

CORRÊA, Walquíria Krüger & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do grupo USATI-PORTOBELLO. **GEOGRAFIA**. Rio Claro. v.22, n.2, pp. 115 - 136, outubro de 1997.

COSTABEBER, José Antônio & CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Texto base apresentado no I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado na UFSM/RS, em dezembro de 2002. Rede internet: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/PossibilidadesalternativasdoDRS.pdf> Acesso em 30/03/2006.

DALL'ALBA, João Leonir. (a) **O Vale do Braço do Norte**. Orleans/SC: edição do autor, 1973.

_____. (b) **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Orleans/SC: edição do autor, 1986.

DINIZ, José A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho**: a colonização alemã no Vale do Capivari. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1973.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Rede internet: <http://www.embrapa.br> Acesso em 04/06/2007.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Volume XXXII. Planejada e Organizada por Jurandyr Pires Ferreira. IBGE/RJ, 1959.

FARIAS, Kelson Adriani de. **130 Anos de Colonização Alemã em São Ludgero**. São Ludgero/SC: Prefeitura Municipal, 2003.

GARCIA Jr., Afrânio. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GLOBO RURAL (revista). Supersafra transgênica. Como os produtores do Rio Grande do Sul plantaram a soja proibida e fazem a maior colheita de sua história. São Paulo/SP: Editora Globo S.A., nº. 210, abril 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Artigo disponibilizado na rede internet no endereço eletrônico: <http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Goncalves.doc>. Acesso em 11/11/2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. (a) **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1981.

_____. (b) **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo/SP: Editora HUCITEC, 1981.

_____. (c) O novo rural brasileiro. Artigo publicado na **revista Nova Economia** / Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte/ MG. 7(1):43-81 (maio de 1997). Disponibilizado na Rede internet, endereço eletrônico: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/rurbano7.html>. Acesso em 20/03/2006.

_____. (d) **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003, 2. ed.

GRAZIANO DA SILVA, José & Del GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro. ORNAS – Ocupações Rurais Não-agrícolas. In.: **Anais** Oficina de Atualização Temática. Londrina/PR, 17 a 19 de outubro de 2000.

GUANZIROLI, C. E. et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2001. In: ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (b) *As relações campo-cidade no Brasil do século XXI*. **Revista Terra Livre** – publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo/SP, 2003, ano 19, vol. 2, n. 21, pp. 25-39.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Antônio Monteiro. DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina /INSTITUTO CEPA/SC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – 2002-2003. Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. Fevereiro/2005.

JOCHEM, Toni Vidal. (a) **Pouso dos imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992.

_____. (b) **A formação da colônia alemã Teresópolis: e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)**. Palhoça/SC: Ed. do autor, 2002.

_____. (c) Relação dos principais núcleos de colonização alemã fundados no período de 1829 a 1900 no Estado de Santa Catarina – Brasil. Dados obtidos na rede Internet: <http://www.tonijochem.com.br/tabela2.htm>. Acesso em 04/08/2006.

JORNAL DA UNICAMP. Sala de Imprensa. Tese revela impactos da erosão em nutrientes do solo. Artigo. Edição nº. 219, 7 a 13 de julho de 2003, p. 4. Dados obtidos na rede internet: <http://www.unicamp.br> Acesso em 10/03/2006

KAGEYAMA, Ângela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In.: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.C. e VILA VERDE, C.M. (Org.) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília/DF: Série IPEA, 1990.

KAUTSKY, Karl. **A Questão agrária**. Porto: Portucalense Editora, 1972.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis/SC: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Por fora e por Dentro da OMC. Artigo publicado na GAZETA MERCANTIL (jornal) em 20/12/1999.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Como iludir o povo**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1979.

LEROY, Jean Pierre (Coordenador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático). A multifuncionalidade da agricultura familiar e a OMC. Artigo publicado no jornal O GLOBO, de 28/02/2000.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discurso da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 1997.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas: Unicamp, 1989.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília/DF: IPEA, v. 1, nº 1, junho de 1990.

MARTINS, José de Souza. (a) **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda., 1983.

_____. (b) **O cativo da Terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. Coleção das Leis do Brasil – 1850, Tomo X, Parte I.

MARX, Karl. (a) **O capital: crítica da economia política**. Os economistas, 3ª ed., São Paulo/SP: Nova Cultural, 1988.

_____. (b) **Teorias da Mais-Valia**, apud ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: HUCITEC, ANPOCS, UNICAMP, 1992 (Estudos Rurais).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Texto integral, tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

MATTEI, Lauro. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Texto apresentado no Seminário Estadual “Um Novo Serviço Público para a Agricultura Familiar”, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 20 e 21 de novembro de 1997.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo, José Olympio, 1964.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD; Seropédica, RJ:UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

NEVES, D. (a) Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, 25: 21-37, maio/dez., Campinas, 1995.

_____. (b) Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 8: 7-25, abr., Rio de Janeiro, 1997.

NIEHUES, Valdete Daufenback. **De agricultor a operário: lembranças de migrantes**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (a) Renda da terra diferencial I. **Orientação**, n. 6, nov. 1985, São Paulo: Instituto de Geografia/Departamento de Geografia/USP.

_____. (b) O que é? Preço da Terra. **Orientação**, n. 7, dez. 1986, São Paulo: Instituto de Geografia/Departamento de Geografia/USP.

_____. (c) **Campesinato e agronegócio**: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Orgs.: Antônio Maurílio Alencar Feitosa, Janete Aparecida Gomes Zuba, João Clesp Júnior. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. (a) **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

_____. (b) **Terra a vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PINAZZA, Luiz Antônio & ARAÚJO, Ney Bittencourt de. **Os desencantos com a "Revolução Verde"**. In: *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo/SP: Globo, 1993, pp. 99-104.

PINHEIRO, Sebastião. **Retornando ao Futuro**. In: PINHEIRO, Sebastião et al. *Agropecuária sem veneno*. Porto Alegre/RS: L&PM Editores Ltda., 1985.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os pequenos produtores do oeste catarinense: integrados ou entregados?** Tese de Doutorado, USP, 1996.

PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pp. 83-99.

REFORMA AGRÁRIA. Meio ambiente e o desenvolvimento da agricultura. Grupo de trabalho agricultura e meio ambiente do fórum de ONGs brasileiras, preparatório para a conferência/92 da sociedade civil. In. *Revista Reforma Agrária*. Vol. 23, jan./abr. 1993.

RÉMY, Jacques. **Os Contratos Territoriais de Estabelecimento ou a conversão inacabada**. In.: *Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar*. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2003, pp. 153-166.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo/SP: Annablume/FAPESP, 1998.

RUA, João. **Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas**. In: MARAFON, Gláucio Jose & RIBEIRO, Marta Foeppel (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002.

RÜEGG, Elza Flores et al. **Impacto dos agrotóxicos**. Sobre o ambiente, a saúde e a sociedade. São Paulo/SP: Ícone Editora Ltda., 1991.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas/RS: Editora da UFPEL, 1995.

SACCO DOS ANJOS, Flávio & CALDAS, Nádia Velleda. **Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas**. III Seminário Novo Rural Brasileiro. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro. Fase III do Projeto Rurbano. Campinas: NEA – Instituto de Economia/Unicamp, 3 e 4 de julho de 2003.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Modernidade, pluralismo e reinvenção religiosa**. Da possibilidade de pensar o pluralismo religioso a partir de Weber. Artigo plural - Weber 99, p. 1-18, São Paulo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3ª. Edição – São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHEIBE, Luiz Fernando & BUSS, Maria Dolores. O desenvolvimento e a qualidade ambiental da região sul catarinense. In: **Anais** do Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente (ENESMA), 4. Cuiabá/MT. UFMT, 1993, v. 1, pp. 397-402.

SCHNEIDER, Sérgio. (a) **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. (b) **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003.

_____. (c) Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, Fev. 2003, vol.18, n. 51. Artigo. Rede internet: eletrônico: <http://www.scielo.br> . Acesso em 25/06/2005.

_____. (d) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In: *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Organizadores: José Marcos Froehlich, Vivien Diesel. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2006.

_____. (e) O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, 24 (3): 106-132, set./dez., Campinas, 1994.

SCHNEIDER, Sérgio & BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. Curitiba: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, jul/dez 2004.

SCHULTZ, Theodore. **Transformando a agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande/PB, vol. 21, nº 01, pp. 10-31, jan./jun. 2002 (Revista de Ciências Sociais e Econômicas / Centro de Humanidades / Universidade Federal de Campina Grande/PB)

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. Censo 2003.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. São Ludgero em Números. Uma coletânea dos principais indicadores nos últimos anos. Janeiro de 2005. Rede internet: <http://www.sebrae-sc.com.br> Acesso em 05/05/2007.

SEYFERTH, Giralda. (a) **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. (b) **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SERRES, Michel. **Prefácio**. In: SERRES, M. (org.) *Elementos para uma história das ciências*. I. Da babilônia à idade média. Lisboa/Portugal: Terramar, volume 1, 1995.

SILVEIRA, Maria Laura. Curso ministrado no mês de junho de 2003, como parte do conteúdo programático da disciplina GCN 3617 – Seminários de Pesquisa, aos alunos do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC, Florianópolis/SC.

SINGER, Paul et al. **Capital e trabalho no campo**. Organizado por Jaime Pinsky. São Paulo/SP: HUCITEC, 1979.

STEDILE, João Pedro. A quem interessa o modelo agrícola do agronegócio? CAROS AMIGOS (revista). São Paulo/SP: Editora Casa Amarela Ltda., ano VIII número 87 junho de 2004. - Artigo.

SUASSUNA, Ariano. **O santo e a porca**. 5ª. edição. Rio de Janeiro/RJ: Editora José Olympio Ltda., 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 1990.

TEDESCO, João Carlos. Pluriatividade: estratégias, alternativas ou fim da agricultura familiar? REDES, Santa Cruz do Sul, v.4, nº.1, pp. 175-202, jan./abr., 1999.

VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UEP, 2005.

VEIGA, José Eli da. (a) **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. – Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

_____. (b) **A atualidade da contradição urbano-rural**. In: Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. *Análise territorial da Bahia rural*. Salvador/Ba: SEI, 2004 (série estudos e pesquisas, 71).

_____. (c) **A relação urbano/rural no processo de desenvolvimento**. Conferência proferida no dia 18/07/2006, durante o 58º Encontro da SBPC, realizado em Florianópolis/SC.

VERONESI, Pascioline Ranieir. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale**. Stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Torino, Fratelli Boca, 1904.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Qual política para o campo brasileiro?** Texto elaborado para apresentação no XXXV Congresso da SOBER. 03 a 07 de agosto de 1997, em Natal/RN. Rede internet: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/index.html>. Acesso em 21/09/2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (a) O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, 2(1): 13-78, jan./abr. 1985.

_____. (b) **Prefácio**. In.: *Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar*. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2003, pp. 9-16.

_____. (c) **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Texto, sem registro de data. Rede internet: <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf> . Acesso em 25/09/2006.

_____. (d) **Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Texto apresentado no seminário: Os camponeses têm futuro? UNICAMP, Departamento de Ciências Sociais, nov. de 1989.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Editora Nacional; (Brasília): INL, 1980.

WOORTMANN, Ellen. **Significados da Terra**. Brasília/DF: UnB, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PRODUTORES RURAIS

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Comunidade em que a propriedade está localizada: _____

1. Características da família e da propriedade

1.1 Aspectos relativos à propriedade

- a) Área total da propriedade: _____
- b) Área aproximada ocupada com atividades agropecuárias: _____
- c) Condições do relevo da propriedade: _____
- d) Condições do solo quanto a fertilidade e presença de rochas: _____
- f) Disponibilidade de água: _____
- g) Distância do perímetro urbano: _____

1.2 Composição da família

Pessoas residentes na propriedade	Grau de parentesco	Idade	Escolaridade

2. Organização da produção agropecuária / Uso da terra

Produção Vegetal

Principais cultivos	Área plantada (ha)	Finalidade (mercado, subsistência e/ou outras)

Produção animal

criações	número	Finalidade (mercado, subsistência e/ou outras)
Gado de corte		
Gado leiteiro		
suínos		
eqüinos		
aves		
piscicultura		
apicultura		
outras		

Máquinas e equipamentos de trabalho motorizados

Tipo		Quantidade
Trator		
Tobata		
Caminhonete		
Caminhão		
Moto		
Ordenhadeira mecânica		
outros		

Benfeitorias

Tipo	Quantidade	Área (m ²)
Açude		
Aviário		
Casa Alvenaria		
Casa Mista (madeira e alvenaria)		
Estábulo		
Esterqueira		
Estufa de fumo		
Galpão		
Paio		
Pocilga		
Fábrica de ração		
Casa de ovos		
Outras		

Função da mão-de-obra diária na propriedade

membro	Função (plantar, colher, trato dos animais, lidas domésticas e/ou outras)
Pai	
Mãe	
Filhos	
Empregados	

Situação de trabalho externo a propriedade

Tipo de atividade	Onde? (no espaço rural, no núcleo urbano ou em outro município vizinho)	Número
Comércio		
Indústria		
Repartições Públicas		
Doméstica		
Outras		

Quanto à obtenção e uso da renda familiar

Quais as fontes de renda da família? ☐ produção agropecuária ☐ aposentadoria

☐ pensão ☐ outras atividades fora da agricultura _____

Qual a mais importante? Por quê?

Qual é a atividade agrícola desenvolvida na propriedade que propicia um maior retorno financeiro?

Qual é a renda mensal da família? ☐ até 2 salários mínimos ☐ de 2 a 4 s.m.

☐ de 4 a 6 s.m. ☐ mais de 6 salários mínimos

Os que trabalham fora contribuem para a renda da casa?

Qual é o destino dado ao dinheiro obtido pela família? Quem decide em quê o dinheiro deve ser gasto?

A renda têm sido suficiente para atender as necessidades de consumo da família?

Quanto às atividades não-agrícolas exploradas nas propriedades

Histórico da indústria doméstica:

a) Produtos que a família produzia antigamente e que agora não produz mais:

☐ queijo ☐ doces ☐ salames ☐ artesanato ☐ outros _____

Finalidade: ☐ mercado ☐ subsistência

b) Produtos que a família produz atualmente:

☐ queijo ☐ doces ☐ salames ☐ artesanato ☐ outros _____

Finalidade: ☐ mercado ☐ subsistência

Quanto ao trabalho desenvolvido na propriedade

Número de pessoas que trabalham na propriedade: _____

Há algum tipo de atividade agropecuária que gostaria de explorar e que não o faz? Qual e por quê?

A mão-de-obra disponível na família é bem utilizada nos serviços agropecuários?

A produção agrícola consegue ocupar toda a mão-de-obra familiar?

De que forma é utilizada a mão-de-obra que não encontra ocupação nas atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade?

A família contrata mão-de-obra assalariada? Qual a forma de pagamento?

Os filhos menores ajudam nos trabalhos agrícolas desenvolvidos na propriedade? De que forma?

Qual a opinião sobre a decisão tomada pelo governo de fechar as escolas rurais e levar os filhos dos agricultores para estudarem no núcleo urbano?

Quanto às inovações tecnológicas das atividades agropecuárias e a mudança no cotidiano

Qual é o objetivo da família quando decide investir na compra de uma máquina ou equipamento agrícola?

Há algum equipamento de trabalho que a família gostaria e que ainda não o fez? Por quê?

Há alguma máquina agrícola disponível na propriedade, mas que é pouca utilizada pela família? Por quê?

Quais as atividades que no passado eram desenvolvidas pela mão-de-obra familiar e que foram substituídas por máquinas agrícolas? Em quais outras atividades esta mão-de-obra familiar passou a ser ocupada?

A aquisição de instrumentos de trabalho modernos reduziu, aumentou ou não houve alteração no número de horas trabalhadas pelos agricultores em relação há algumas décadas atrás?

Na propriedade os trabalhadores seguem alguma orientação dos pais ou dos avós para exercerem as atividades agropecuárias ou se apóiam em outras fontes de informação (técnicos agrícolas, agrônomos, gerentes de casas agropecuárias)? Por que desta mudança?

Poderia citar alguns exemplos de atividades que eram comuns no cotidiano agrícola e que atualmente os mais jovens não conseguem desenvolver por falta de prática ou conhecimento?

Quais foram as principais vantagens que a tecnologia trouxe ao setor agropecuário de São Ludgero? E quais as desvantagens?

Algum membro da família deixou de trabalhar na agricultura devido a aquisição de máquinas agrícolas?

Fale um pouco sobre a convivência social entre os membros da comunidade nas últimas décadas? Quais as principais mudanças que ocorreram?

Quais os tipos de lazer utilizados pelos membros da família? Quais as formas/atividades de convivência social da família com os demais membros da comunidade em que moram?

Do que mais têm saudades em relação ao modo de vida que levava antigamente? O que era melhor e o que era pior? (pergunta utilizada conforme a idade do entrevistado)

Existem pessoas que defendem a possibilidade da exploração agropecuária sem a utilização de produtos químicos. Qual a sua opinião a respeito? Considerando as condições de produção existentes na propriedade, isto seria possível?

Quanto ao trabalho desenvolvido fora da propriedade

Quantos membros da família trabalham fora da propriedade? _____

(*) Quais os motivos que estão levando os produtores rurais a procurarem uma atividade assalariada nas indústrias de São Ludgero? Particularmente, o que o levou a procurar uma atividade fora da agricultura?

(*) A decisão de procurar uma atividade fora da agricultura foi individual ou discutida e aceita pelos demais membros da família?

(*) Está satisfeito com este novo trabalho? Por quê?

(*) Mesmo exercendo uma atividade fora, ainda assim ajuda nos serviços da propriedade? De que forma?

OBS: (*) Perguntas a serem efetuadas conforme a condição de trabalho do entrevistado.

Os membros da família que trabalham como assalariados continuam se identificando profissionalmente de que forma? (colonos, agricultores, produtores rurais, ou outras. Deixar o entrevistado definir-se) O que é ser um _____ (conforme a resposta) na sua opinião?

O trabalho fora da propriedade é importante? Por quê?

Considera que a busca de uma atividade assalariada fora da propriedade é uma estratégia que está sendo utilizada por você (ou sua família) para sair da atividade agrícola? (ou é uma forma de buscar recursos para capitalizar a atividade agrícola?)

Além da venda de produtos da roça, quais as outras formas antigamente (e atuais) utilizadas pela família para obter dinheiro?

Poderia citar algumas atividades geradoras de renda que antigamente eram exercidas pelos produtores rurais paralelamente à produção agropecuária?

A Igreja Católica teve um papel importante na formação cultural dos habitantes de São Ludgero. Considera que a Igreja Católica também influenciou no direcionamento das atividades e formas de trabalho a serem desenvolvidos pela população?

Quais são as atividades assalariadas não-agrícolas que tem conhecimento estarem sendo desenvolvidas no espaço rural do município?

Considera que realmente não há mais condições do produtor familiar sobreviver só da agricultura?

Como a indústria influenciou os funcionários a voltarem na época de campanha política/eleições?

Quais os possíveis efeitos que a falência de uma das grandes indústrias de São Ludgero terá no setor agropecuário do município?

Quais as alterações ocorridas no processo de produção agrícola em função da saída de algum membro para exercer trabalho fora da agricultura?

Quanto à relação (externa) com os órgãos governamentais e com o mercado.

Recebe assistência técnica? De quem? Com que frequência? Como qualifica os serviços prestados pelos agentes de assistência técnica? Quais as carências existentes?

A família depende de financiamento para a compra de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, vacinas, etc.), máquinas ou equipamentos agrícolas? Essa dependência é esporádica ou ocorre em toda nova safra? Têm dificuldades para conseguir financiamento?

A família já fez financiamento via PRONAF? Quando? _____ Finalidade: () investimento na pecuária () na agricultura () na agroindústria () em outra atividade _____

As casas comerciais do município criam exigências para vender a prazo para quem não possui um emprego assalariado?

Como avalia o papel do governo (em todos os níveis: Federal, Estadual e Municipal) no incentivo à produção agropecuária?

Como avalia o papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais na defesa dos interesses dos agricultores? E dos vereadores eleitos pelas comunidades rurais?

Existe alguma Lei ou norma técnica relacionada à produção agropecuária que têm atrapalhado o desenvolvimento das atividades agropecuárias desenvolvidas por sua família ou prejudicado a economia local? De que forma?

Quanto à comercialização da produção (agrícola e não agrícola)

Como e onde a família vende a produção agrícola e não agrícola? () atravessadores () atacadistas () varejistas () feiras () supermercados () cooperativa () outros _____

Qual a forma de pagamento recebido pela mercadoria?

Dificuldades encontradas na comercialização da produção: () baixo preço () falta de transporte () estradas precárias () distância do mercado () outras _____

Quais as soluções para estes problemas?

A qualidade dos produtos que os agricultores atualmente estão enviando para o mercado consumidor é a mesma de décadas atrás? (Em caso negativo, quais os fatores que implicam nessa diferenciação?)

Perspectivas futuras

A família discute sobre o futuro da propriedade em termos de continuidade na exploração de atividades agropecuárias? Qual a forma prevista para a partilha do patrimônio familiar entre os filhos?

Os filhos que saem de casa para constituírem outra família recebem algum tipo de ajuda?

Existe diferença, quando da partilha do patrimônio familiar, entre o que os filhos homens recebem em relação às mulheres?

Considera que a área da propriedade ainda oferece condições para ser partilhada de modo a garantir a reprodução de duas famílias? Você se preocupa em deixar (ou receber) herança para os filhos (dos pais)?

Se dependesse de você a escolha sobre o futuro profissional dos filhos, em que profissão gostaria que eles trabalhassem? Por quê?

Qual a importância do estudo dos filhos nos planos relativo ao futuro da família?

Gostaria que sua filha casasse com alguém que trabalhasse na agricultura ou que esse alguém tivesse um emprego assalariado em outra atividade? E quanto aos filhos homens?

É certa a percepção de que as moças estão resistindo em casar com rapazes agricultores? A quem se deve isto?

Supondo que todos os membros da família não mais trabalhassem em atividades agropecuárias e se lhe oferecessem uma oferta de compra da sua propriedade rural, você a venderia? Por quê? Em que circunstância você a venderia?

Supondo que não houvesse mais empregos fora da agricultura em São Ludgero. Como você resolveria a sua vida orçamentária familiar?

Quais os principais problemas que estão dificultando a exploração agropecuária desenvolvida na propriedade? De que forma estes problemas estão sendo (ou poderiam ser) resolvidos?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - EMPRESÁRIOS

Razão Social : _____

Localização do estabelecimento : _____

Ramo de atividade: _____

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Função que ocupa na empresa: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Número total de funcionários: _____

Total de homens: _____

Total de mulheres: _____

Turnos de trabalho: _____

1. De que forma a empresa preenche os seus quadros profissionais? Há necessidade de colocar anúncios oferecendo vagas ou são as pessoas que procuram a empresa atrás de emprego?
2. A empresa trabalha com sua capacidade máxima de produção instalada? O que a impede de expandir a produção? Tem condições para contratar mais mão-de-obra?
3. Quais são as exigências da empresa em relação a mão-de-obra a ser contratada (impõe limite de idade, sexo, nível de escolaridade, cursos técnicos, etc.)?
4. A empresa oferece condições para ascensão profissional e/ou progresso salarial dos funcionários, tipo adicional por tempo de serviço, produtividade, etc.?
5. O salário é padrão, independentemente do sexo ou do tipo de atividade que o funcionário desempenhe dentro da empresa?
6. Excetuando-se o setor administrativo, qual é o salário médio pago aos funcionários?
7. Os funcionários têm participação no lucro da empresa?
8. Quais são os benefícios que a empresa oferece aos funcionários? (assistência médica e odontológica, cesta básica, empréstimos, etc.)
9. Em São Ludgero existe uma oferta de mão-de-obra excedente? Isto influi no patamar de salários pago pela empresa?
10. Existe disputa entre as empresas de São Ludgero para a obtenção de mão de obra? O salário pago no setor industrial oscila muito de uma empresa para outra?
11. Em relação a outras empresas instaladas no município, considera que o salário pago aos funcionários está na média, acima ou abaixo?
12. Houve, em qualquer período de existência da empresa, reivindicações coletivas por parte dos funcionários que não puderem ser atendidas? Quais?
13. A empresa oferece **Creche** para os filhos dos funcionários?
14. A política municipal de alguma forma influi no desenvolvimento da empresa? De que maneira?

15. A empresa recebe (ou recebeu) benefícios do poder público municipal em função do seu caráter social (dar empregos)? Quais os benefícios?
16. Qual a principal vantagem da empresa em continuar instalada no município? Já foi analisada a possibilidade de transferir a empresa para um centro maior?
17. Quais os problemas existentes no setor econômico de São Ludgero que prejudicam de alguma forma o funcionamento da empresa? Como estes problemas poderiam ser superados?
18. Na possibilidade de alguma grande indústria de São Ludgero falir quais seriam as conseqüências para o município?
19. A empresa encontra atualmente alguma dificuldade em preencher as vagas de trabalho, seja devido a falta de trabalhadores ou a dificuldade de oferta de mão de obra masculina?
20. A mão de obra empregada na empresa é oriunda da população local ou também existem trabalhadores de outros municípios? No caso de haver trabalhadores de outros municípios, a que se deve isto?
21. E quanto à procedência: existe alguma preferência entre quem mora no campo ou na cidade? Qual o número aproximado de trabalhadores que são oriundos do campo?
22. Normalmente quem recorre à empresa em busca de emprego: são os chefes de família, as esposas ou os filhos?
23. Quais são os motivos que levam o agricultor a largar as atividades que desenvolve em sua propriedade e procurar um emprego assalariado?
24. Existe carência de mão-de-obra especializada no município?
25. Na hora da contratação é exigida uma qualificação em termos de grau de escolaridade ou de experiência profissional aos candidatos ao emprego?
26. A empresa oferece cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados?
27. Existe dificuldade na adaptação dos funcionários oriundos do campo com as atividades desenvolvidas na empresa?
28. Existe algum tipo de diferenciação perceptível com relação ao trabalho desenvolvido pelos trabalhadores oriundos do campo em relação aos da praça? (faltas, rendimento, dedicação, habilidade, etc.)
29. Os empregados são valorizados de alguma forma pelas suas qualidades produtivas individuais?
30. Qual a média de permanência (vínculo empregatício) dos funcionários na empresa? Há muita rotatividade de funcionários? A que se deve isto?
31. Existem pedidos, ou justificativas, por parte dos funcionários, para saídas antecipadas ou faltas ao trabalho devido a necessidade de atenderem atividades em suas propriedades (colheita, secagem do fumo, etc.)?
32. Se um empregado decidir abandonar o serviço durante o período de pico da safra ele tem uma nova chance de voltar a trabalhar na empresa? Já aconteceram casos deste tipo?
33. A empresa abre possibilidade para que o funcionário possa indicar qual a época do ano mais propícia para gozar as férias a que tem direito?
34. De que forma as leis direcionadas para a proteção ambiental têm atrapalhado o desenvolvimento das atividades empresariais ou prejudicado a economia local?

35. A agricultura em São Ludgero está em decadência? Por quê?
36. Existe uma valorização social que diferencia quem trabalha na agricultura ou fora dela?
37. A empresa contribuiu para modificar o modo de vida das populações rurais? De que forma?
38. Como vislumbra o futuro econômico de São Ludgero e qual o lugar que a agricultura poderia ocupar neste contexto?
39. Além da indústria e agricultura, quais outras atividades o município poderia explorar para gerar trabalho e renda à população? Considera que em São Ludgero existem condições para o desenvolvimento do setor turístico?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ÓRGÃOS PÚBLICOS

Denominação do Órgão Público: _____

Dados fornecidos por: _____

Data da coleta dos dados: ____/____/____

Número total de trabalhadores lotados no Órgão Público: _____

Infra-estrutura

Formação dos trabalhadores	Número

Máquinas e equipamentos disponíveis para apoio à atividade agrícola	Número

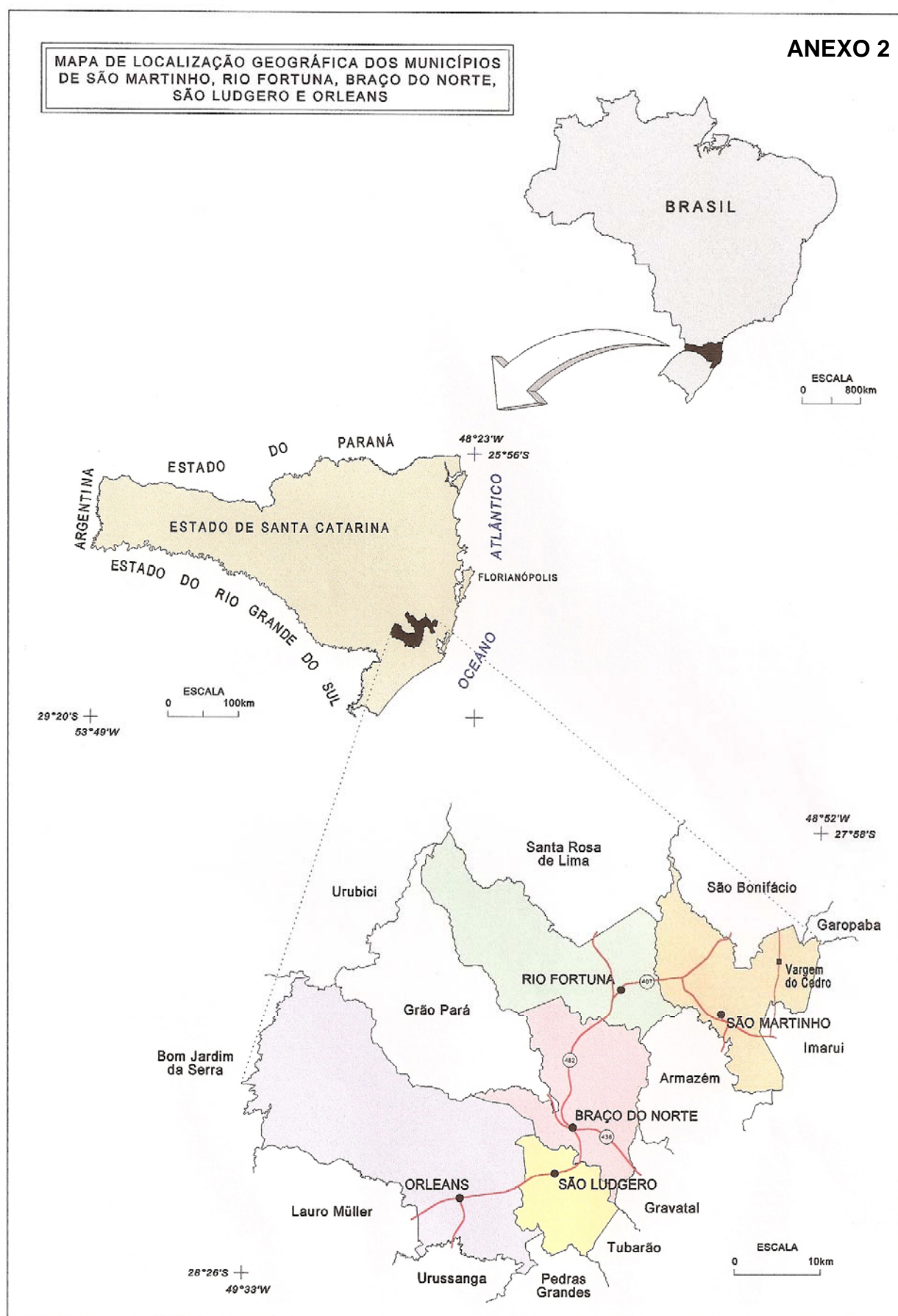
40. Quais são as principais funções que este Órgão Público tem por obrigação prestar à sociedade?
41. Estas obrigações estão sendo cumpridas na íntegra?
42. Quais as dificuldades encontradas pelos integrantes deste Órgão Público no dia a dia para cumprirem com suas obrigações?
43. O orçamento destinado a este Órgão Público é condizente com as necessidades do mesmo?
44. O quadro de pessoal lotado neste órgão público é preenchido de que forma? Por concurso público?

45. Com relação a assistência técnica disponibilizada por este Órgão Público ela se dá de que forma: de forma interna, ou os técnicos se circulam de forma constante pelas comunidades para fazer o trabalho de campo?
46. Quais são as reivindicações mais constantes por parte da comunidade e que este Órgão Público não pode atender por falta de infra-estrutura?
47. De que forma este Órgão Público está interagindo com as comunidades rurais no sentido de incentivar a permanência do agricultor no campo?
48. Quais seriam as atividades que poderiam ser desenvolvidas no meio rural de São Ludgero de modo a gerar novas fontes de rendas ao agricultor? Quais as dificuldades que dificultariam o desenvolvimento destas ações?
49. Existem pedidos, ou justificativas, por parte dos funcionários, para saídas antecipadas ou faltas ao trabalho devido a necessidade de atenderem atividades em suas propriedades (colheita, secagem do fumo, etc.)?
50. As empresas de São Ludgero têm condições para contratar mais mão-de-obra?
51. A política municipal de alguma forma influi no desenvolvimento das empresas? De que maneira?
52. A Prefeitura Municipal concede (ou concedeu) benefícios fiscais/orçamentários às empresas em função do seu caráter social de gerar empregos? Quais os benefícios?
53. Em São Ludgero existem as condições socioeconômicas necessárias para estimular os empresários a investirem na ampliação das plantas industriais ou na modernização do setor produtivo?
54. Quais são as principais vantagens das empresas em continuar instaladas no município de São Ludgero e não num centro maior?
55. Em São Ludgero existe uma oferta de mão de obra especializada para suprir as necessidades do município?
56. Qual a avaliação em relação à importância das empresas para o município?
57. Considera que, devido à importância econômica que as empresas têm para o município existe certa condescendência do poder público com relação a alguns problemas que estas estão causando ao meio ambiente local?
58. As empresas de São Ludgero oferecem creches aos filhos de seus empregados?
59. Em função da importância econômica das indústrias para o município as políticas públicas têm priorizado o investimento no setor urbano em detrimento do setor produtivo rural?
60. As empresas instaladas em São Ludgero contribuem para modificar o modo de vida das populações rurais? De que forma?
61. Como vislumbra o futuro econômico de São Ludgero e qual o lugar que a agricultura poderia ocupar neste contexto?
62. Além da indústria e agricultura, quais outras atividades o município poderia explorar para gerar trabalho e renda à população?
63. Em São Ludgero existe uma oferta de mão-de-obra excedente? Isto influi no patamar de salários pagos pelas empresas?

64. Os salários pagos pelas empresas de São Ludgero são compatíveis com o trabalho dos empregados, considerando o lucro que estes geram?
65. A indústria e o comércio remuneram melhor do que a renda média obtida pelos trabalhadores agrícolas?
66. Quais são os motivos que levam o agricultor a largar as atividades que desenvolve em sua propriedade e procurar um emprego assalariado?
67. Quais são as modificações sociais que a expansão dos empregos assalariados imprimiu nas comunidades rurais?
68. Qual é a avaliação sobre a qualidade dos produtos que vão atualmente para o mercado consumidor em relação aos que eram produzidos antigamente?
69. Os agricultores têm preocupação com a qualidade dos produtos que cultivam, ou estão mais preocupados com o preço que estes podem proporcionar?
70. Os agricultores do município respeitam o prazo de carência após passar um defensivo agrícola nas lavouras?
71. Atualmente é possível o exercício da atividade agropecuária sem a utilização de agroquímicos? Por quê?
72. Você acha que a agricultura em São Ludgero está em decadência?
73. A Igreja Católica teve um papel importante na formação cultural dos habitantes de São Ludgero. A Igreja Católica também influenciou no direcionamento das atividades e formas de trabalho a serem desenvolvidos pela população?
74. Hoje em dia está mais fácil arrumar um emprego fora da agricultura no município? A que se deve isto?
75. Existe uma valorização social que diferencia quem trabalha na agricultura ou fora dela?
76. A falta de infra-estrutura existente no espaço rural tem correlação com a saída de agricultores para os núcleos urbanos?
77. Se alguma grande indústria de São Ludgero falir, o que pode acontecer?
78. As leis direcionadas para a proteção ambiental têm atrapalhado o desenvolvimento das atividades agropecuárias ou prejudicado a economia local? De que forma?
79. Os agricultores de São Ludgero conhecem as leis que regulamentam as atividades agropecuárias {quanto ao uso de agroquímicos (pesticidas, vacinas, etc.), a conservação de matas ciliares, ao percentual de mata nativa que a propriedade deve possuir, ao destino de dejetos animais e humanos, etc.}?
80. Analisando as condições estruturais dos órgãos governamentais que atuam no município (e este em particular), como avaliaria a infra-estrutura atualmente existente em relação ao atendimento das necessidades da população? Há setores que não são atendidos por falta de condições técnicas e econômicas? O investimento de recursos é destinado prioritariamente ao campo ou ao núcleo urbano?
81. Em São Ludgero existem muitas mulheres que estão trabalhando no serviço de capina e conservação das ruas, trabalho que tradicionalmente era realizado por homens. A que se deve esta situação?

ANEXO 2

MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS
DE SÃO MARTINHO, RIO FORTUNA, BRAÇO DO NORTE,
SÃO LUDGERO E ORLEANS



ANEXO 3

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MAPA DO MUNICÍPIO DE

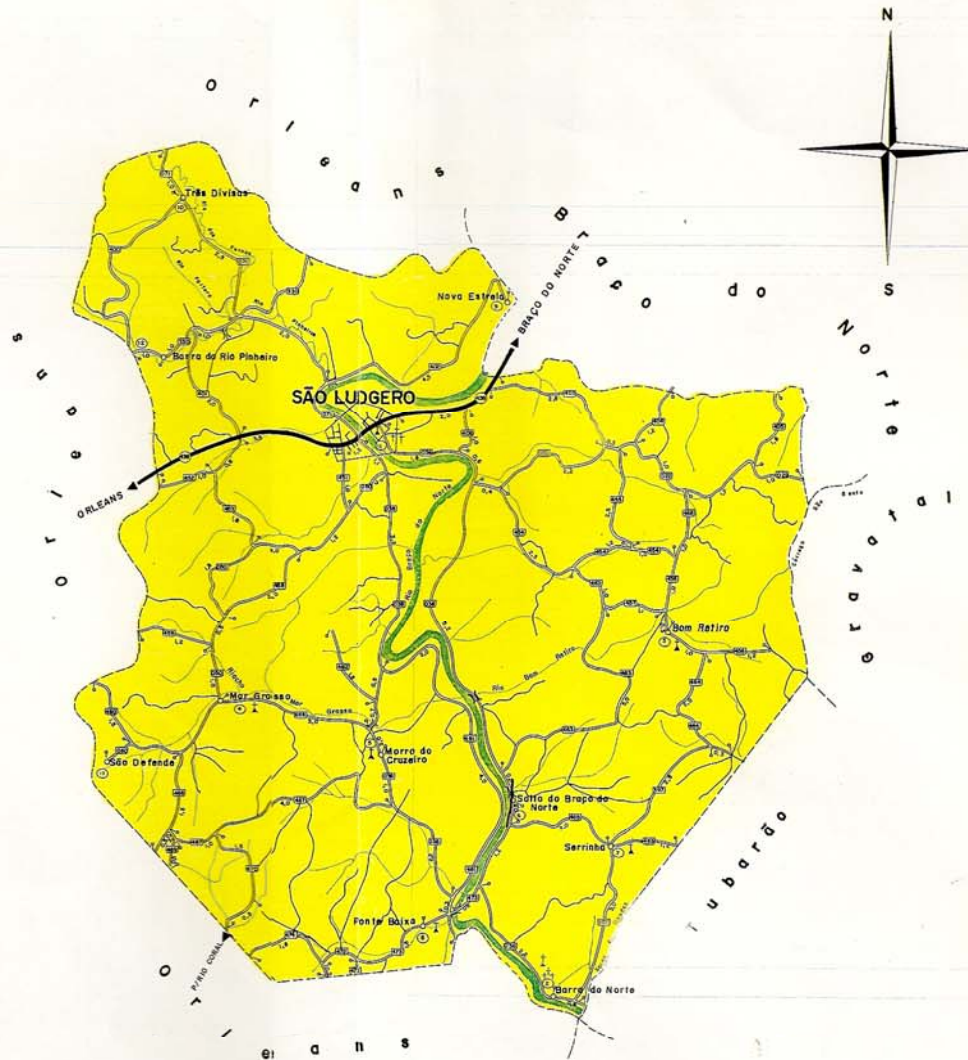
SÃO LUDGERO

ADMINISTRAÇÃO 89 / 92



RODOVIAS MUNICIPAIS

S/D	TRECHO	EXTENSÃO (KM)
032	SLD 0036 à DIVISA C/ BRASÃO DO NORTE	5,0
300	SEDE à DIVISA C/ TUBARÃO	12,8
302	SEDE à SLD 451	9,0
060	SLD 0097 à SEDE	5,0
071	SEDE à DIVISA C/ ORLEANS	5,5
330	DIVISA ORLEANS à DIVISA C/ ORLEANS	0,0
337	SLD 464 à PROXIMIDADE DE BARRA DO NORTE	5,0
400	TRÊS DIVISAS à DIVISA C/ ORLEANS	5,0
401	SC438 à SLD 330	2,0
402	NO PRINCÍPIO à NOVA ESTRELA	4,5
403	SLD 451 à SLD 002	1,0
404	SLD 002 à DIVISA C/ BRASÃO DO NORTE	1,0
405	SLD 002 à DIVISA C/ BRASÃO DO NORTE	1,0
406	SC 438 à SLD 038	1,8
451	SEDE à SLD 090	1,0
452	DIVISA ORLEANS à SC438	1,0
453	SC 438 à SLD 453	2,8
454	SLD 453 à SLD 082	4,5
455	SLD 082 à SLD 082	2,0
456	SLD 082 à DIVISA C/ GRAVATAL	1,0
457	SLD 082 à SLD 453	1,1
458	SLD 082 à SLD 060	2,0
459	SLD 060 à DIVISA C/ ORLEANS	1,2
460	SLD 060 à DIVISA C/ ORLEANS	1,0
461	SLD 0036 à DIVISA C/ ORLEANS	10,5
462	SLD 0036 à ARA INTERIOR	1,0
463	SLD 454 à PROXIMIDADES DE SALTO	2,0
464	SLD 458 à DIVISA C/ TUBARÃO	3,3
465	SLD 458 à DIVISA C/ TUBARÃO	3,0
466	MAR OCEANO à PROXIMIDADES MORRO DO CRUZEIRO	3,2
467	SLD 468 à SLD 038	5,2
468	DIVISA DE ORLEANS à SLD 050	2,0
469	DIVISA DE ORLEANS à SLD 047	1,5
470	DIVISA à ORLEANS à SLD 047	2,0
471	SLD 474 à SLD 050	7,3
472	PROXIMIDADES SALTO à DIVISA C/ ORLEANS	3,6
474	DIVISA ORLEANS à DIVISA C/ ORLEANS	2,0



ESCOLAS

Nº	ESCOLA	ENDEREÇO
01	COL. EST. LUIZ EDUARDO / MONSENHOR FREGIO TOMBROCK, 157	
02	E. BARRA DO NORTE / BARRA DO NORTE	
03	E. B. NON RETIRO / BOM RETIRO	
04	E. MAR GROSSO / MAR GROSSO	
05	E. FRANCISCA L. KESTERING / MONJO DO CRUZEIRO	
06	E. SALTO DO BRAÇO DO NORTE / SALTO DO B.O. DO NORTE	
07	R. SERRINHA / SERRINHA	
08	E. ALEXANDRE DE PIETRI / PONTE BAIXA	
09	E. NOVA ESTRELA / NOVA ESTRELA	
10	E.1. NIGOLAU SCHILKEMANN / TRÊS DIVISAS	
11	E.2. SÃO DEPENDÊ / SÃO DEPENDÊ	
12	E.3. CARLA DO RIO PINHEIRO / BARRA DO PINHEIRO	

SIGLAS

E B. ESCOLA BÁSICA
E I. ESCOLA ISOLADA
E R. ESCOLA REUNIDA

CONVENÇÕES

RODOVIA

FEDERAL

ESTADUAL

MUNICIPAL

PROTECTORIA

CM PROTECTORIA

IMPLANTACAO

CM IMPLANTACAO

LEITO NATURAL

MUNICIPAL SECUNDARIA

POLICIA RODOVIARIA

SEDE DO MUNICIPIO

SEDE DE DISTRITO

VILA OU POVOADO

LIMITE INTERNACIONAL

LIMITE INTERESTADUAL

LIMITE INTERMUNICIPAL

FERROVIA

POUNTE

RIO / BARRAGEM

AEROPORTO / CAMPO DE POUSO

PORTO / FAROL

PARQUES E RESERVAS

MANUSC

CANAL

LEGG

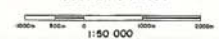
COCA DO MUNICIPIO

LATITUDE

LONGITUDE

16,500°N
2 38'00"O
49°00'30

ESCALA GRÁFICA





Município 50 – São Ludgero/SC

O total de recursos fiscalizados foi de R\$ 1.595.866,24. Principais constatações:

1) Obra executada com especificações divergentes do projeto: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome repassou ao município R\$ 56 mil, para construção de um centro múltiplo. Os fiscais constataram que a obra foi executada, mas com diversos itens divergentes do que foi pactuado no projeto. Não foram instalados os forros; a louça sanitária instalada não é de 1º qualidade; cobertura parcial de azulejos; o material da estrutura do telhado não é o que previa o projeto; deixaram de ser aplicadas cerâmicas no piso central; as janelas são menores do que foi pactuado. Não foi possível quantificar as diferenças entre o previsto e o executado, pois a proposta da empresa vencedora apenas cita o projeto, estabelecendo um preço global e as notas fiscais não descrevem os itens pagos, apenas o percentual executado do contrato em cada pagamento.

2) Descentralização indevida da administração dos recursos do Programa Saúde da Família (PSF): a prefeitura repassa os recursos do PSF, mediante convênio, para a Associação Comunitária de São Ludgero, entidade privada declarada de utilidade pública por Lei Municipal (L.M. 690/95), a qual realiza, indevidamente, todas as despesas relacionadas ao PSF. De acordo com as orientações do programa só é possível firmar termo de parceria com entidade dessa natureza para a contratação dos agentes comunitários de saúde. Os demais profissionais que compõem as equipes do PSF devem ser contratados por meio de uma comissão aprovada no Conselho Municipal de Saúde e criada pelo município para esse fim. Esses profissionais devem integrar o quadro de pessoal da prefeitura, enquadrando-se nos limites com despesas de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Também foi constatado que há previsão para a execução de outras despesas dentro do programa por essas entidades, além das acima referidas.

3) Cobrança de valores indevidos pelo Banco do Brasil: quatro dos dez agricultores entrevistados pelos fiscais da CGU afirmaram terem sido cobrados no momento da liberação dos recursos por uma taxa que variou entre 4 e 5% do valor liberado pelo Programa de Agricultura Familiar (Pronaf). Apenas um dos quatro agricultores que pagou a taxa solicitou recibo do funcionário do Banco, sendo que o documento apresentado à equipe constitui-se de comprovante de depósito em conta corrente. Consultada informalmente, a gerência do Banco informou que a referida conta trata-se de uma conta interna do Banco e de que o cheque administrativo pode ter sido emitido ao portador, possibilitando o seu desconto por qualquer pessoa. Outros dois agricultores informaram que, por não ter dinheiro no momento em que foi cobrada a taxa, negociaram com o vendedor dos animais, objeto do financiamento, para que o vendedor pagasse a taxa para posterior reembolso. Nestes casos a taxa foi transferida diretamente da conta do vendedor para o Banco. Um dos agricultores obteve cópia do extrato de conta corrente do vendedor em que aparece o depósito total do recurso financiado (R\$ 15.000,00), e logo em seguida o débito de 5% (R\$ 750,00 – documento 100360, em 24/05/2002). Para os fiscais, ficou comprovada a cobrança de valores indevidos por parte do Banco do Brasil em pelo menos dois dos casos denunciados.